

Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto

**ARGUMENTAÇÃO EM GÊNEROS PERSUASIVOS:
UM ESTUDO CONTRASTIVO**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

Lisboa 2006

Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto

**ARGUMENTAÇÃO EM GÊNEROS PERSUASIVOS:
UM ESTUDO CONTRASTIVO**

Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Linguística

realizada sob a orientação da

Professora Doutora Maria Antónia Coutinho

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Lisboa 2006

AGRADECIMENTOS

Às minhas raízes, Idalina, Miled Elias e Aduzinda, onde quer que vocês estejam.

Ao meu companheiro de estrada, Fernando que, com sua força, coragem e persistência, ajudou-me a manter a serenidade necessária para dar termo a essa pesquisa.

Aos meus filhos, Luiz Fernando e Ana Rosa, pela enorme compreensão. Foram tantas as ausências...

À minha orientadora, Professora Maria Antónia Coutinho, pela forma afetiva, criteriosa e competente que me orientou, mostrando-me, com sua enorme disponibilidade, os labirintos do universo textual.

À Professora Doutora Marion Carel, pela paciência, generosidade acadêmica e conhecimentos transmitidos ao longo desse percurso. Foram tantos os e-mails respondidos prontamente...

À Professora Doutora Maria Henriqueta Costa Campos que, com a sua mão amiga, abriu-me as portas do mundo acadêmico em Portugal.

Aos Professores Doutores Joaquim Fonseca, Fernanda Menéndez, Tito Cardoso e Cunha, Cristina Ponte, David Rodrigues, pelo apoio acadêmico recebido.

Ao Professor Doutor Helênio Fonseca de Oliveira, através de quem pude descobrir a relevância da argumentação na sociedade atual.

Aos meus professores do LAEL (PUC/SP), Beth Brait, Anna Rachel Machado, Cecília Peres e Silva, cujas impressões digitais estão nesse trabalho.

Aos meus amigos de profissão e de percurso, Sandra da Silva Santos, Luiz Fernando Gaffrée Thompson, pela leitura crítica e preciosa.

Às minhas colegas da Linha de Pesquisa nº 5: Marisa Alves, Mathilde Alves e Florência Miranda. Foram muitas as trocas...

Aos meus alunos que, ao longo destes anos, têm me estimulado a ‘ir sempre mais além’ neste percurso acadêmico.

A todos aqueles que, depois de várias justificativas, forneceram-nos os materiais para as análises nos vários gêneros. Os responsáveis pelo marketing da campanha do PSD e PS às Legislativas em Portugal: Denise Perotti, Fernando Nascimento e Einhart Jácome da (profissionais de marketing da *New Trade*/Brasil e Portugal) e Marise Britto de Araújo (responsável pelo marketing político do PS).

A Leonor Sousa e José Ramos – documentaristas do jornal *Público* e do *Diário de Notícias*, repectivamente. Eles nos disponibilizaram todos os editoriais de que precisávamos.

Ao Dr. António José Cunha da Sociedade de Advogados “Seabra, Gonçalves Ferreira Cunha e Associados”; ao Prof. Dr. Manuel Pires, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada; à Dra. Helena Barbosa, advogada. Todos esses profissionais nos forneceram as petições iniciais e nos deram consultoria na área jurídica.

Às minhas fiéis companheiras, Pat e Pit, que me acompanharam ao longo de todos estes anos de pesquisa.

Enfim, manifesto aqui o meu agradecimento a todos aqueles que colaboraram, direta ou indiretamente, para que eu chegasse ao final dessa pesquisa.

ABSTRACT

This thesis, based on the research in Theory of Text from the perspective of linguistics of genres, has as its objective to study contextual factors and aspects of textual organization – two sources that intrinsically compose genre – how they interact, influencing the argumentation of certain persuasive genres.

Considering that the publications, the party billboards and the initial legal proceedings constitute persuasive textual genres with a different level of institutionalization, this thesis will try to demonstrate, from a descending methodology of analysis, the correlation between contextual coercions imposed by genre and the selection of resources associated with stylistic, organization and extended enunciation gearings. This study will focus on the analysis of samples of texts that circulated in the era of the 2002 Elections – Publications, party billboards and initial legal proceedings.

From the analysis of certain elements that make up the gearings of the persuasive genres, we establish a *continuum* that correlates the functional persuasive aspect and the degree of institutionalization in the genres studied. More institutionalized genres such as the initial legal proceedings approach a lesser persuasive and more demonstrative pole. On the other hand, less instituted genres such as the party billboards rank at a more persuasive and lesser demonstrative pole.

RESUMO

Esta tese, situada na linha de investigação em Teoria de Texto e perspectivada no quadro de uma *lingüística dos gêneros*, tem como objetivo estudar de que forma fatores contextuais e aspectos relativos à organização textual - duas vertentes que compõem intrinsicamente o gênero – interagem entre si, influenciando a *argumentação* de alguns gêneros persuasivos.

Considerando que os editoriais, os *outdoors* partidários e as petições iniciais constituem *gêneros de texto persuasivos*, com graus de institucionalidade diferenciados, procuraremos demonstrar, a partir de uma metodologia descendente de análise, a correlação entre as coerções contextuais impostas pelo gênero e a seleção dos recursos associada às engrenagens estilística, organizacional e enunciativa ampliada. Esse estudo se centrará na análise de exemplares de textos que circularam na época das Legislativas de 2002 – editoriais, *outdoors* partidários e petições iniciais.

A partir da análise de alguns elementos que compõem as engrenagens dos gêneros persuasivos, estabelecemos um *continuum* que correlaciona o aspecto funcional persuasivo e o grau de institucionalidade dos gêneros em análise. Gêneros mais instituídos, como a petição inicial, se aproximam de um pólo menos persuasivo e mais demonstrativo. Por outro lado, gêneros menos instituídos, como o *outdoor* partidário, posicionam-se mais próximos de um pólo mais persuasivo e menos demonstrativo.

RESUME

Cette thèse, qui suit l'approche théorique de la Théorie du Texte, a comme fil conducteur une *linguistique des genres*. Son but est d'étudier la forme par laquelle des facteurs contextuels et des aspects concernant l'organisation textuelle – deux versants qui composent foncièrement le genre – interagissent entre eux et influencent l'*argumentation* de quelques genres persuasifs.

Puisque nous considérons que les éditoriaux, les affiches de partis politiques et les demandes judiciaires constituent *des genres de texte persuasifs*, présentant des degrés d'institutionnalité différenciés, nous essaierons de montrer, suivant une méthodologie descendante d'analyse, le rapport entre les contraintes contextuelles imposées par le genre et la sélection des ressources associée aux engrenages stylistique, organisationnel et énonciatif amplifié. Cette étude sera centrée sur l'analyse de textes d'exemplaires diffusés à l'époque des élections législatives de 2002 – des éditoriaux, des affiches de partis politiques et des demande judiciaires.

A partir de l'analyse de quelques éléments qui composent les engrenages des genres persuasifs, nous avons élaboré un *continuum* qui établit la relation entre l'aspect fonctionnel persuasif et le degré d'institutionnalité des genres en analyse. Les genres plus institués, comme la demande judiciaire, s'approchent davantage d'un pôle moins persuasif et plus démonstratif. D'autre part, les genres moins institués, comme l'affiche de partis politiques, se retrouvent plutôt dans un pôle plus persuasif et moins démonstratif.

Lista de Abreviaturas

A.A. – os autores
AD – Análise do Discurso
ANG – *argumentação nos gêneros*
ANL – *argumentação na língua*
ANT – Argumentação nos textos
B – fundamento
C – conclusão/ uma alegação
CP – *Código da Publicidade*
CPC – *Código de Processo Civil*
CT – contudo
D – dados
DC – “donc”
DI – discurso interativo
DN – *Diário de Notícias*
DT – discurso teórico
E – enunciador para a teoria polifônica argumentativa
e – enunciador para a teoria polifônica clássica
EDP – Eletricidade de Portugal
EA(s) – expressão(ões) atitudinal/is
EE – engrenagem estilística
EEA – engrenagem enunciativa ampliada
EHES – École des Hautes Etudes en Sciences Sociales
EO – engrenagem organizacional
ETE(s) – expressão(ões) de transição entre encadeamentos
Euc – sujeito comunicante
Eue – sujeito enunciador
F – fato
ISD – Interacionismo sócio-discursivo
I – locutor
L – Locutor
LAEL – Centro de Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas da PUC de São Paulo
LEAR – Lei Eleitoral da Assembléia da República
LEP – Livro de Estilo do *Público*
LG – Lingüística dos Gêneros
LT – Lingüística Textual
MA – mecanismo argumentativo
MAP(s) – marcador(es) de argumentação prototípico(s)
MD(s) – mundo(s) discursivo(s)
MEG – emprego de palavras aspeadas
N – narração
NEG – forma negativa do segmento
NP – nome próprio
O - *outdoor*
OT – Organizador Textual /OTs – organizadores textuais
P – premissa
P. – presente

P.P. – pretérito perfeito
PC – plataforma condensada
PG – plataforma geradora
PI – petição inicial
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social Democrata
PT – “pourtant” ou portanto”
PUC – Pontifícia Universidade Católica
Q – qualificação modal
QAT – questão altamente transgressiva
R – restrições
R. – réu
RAU – Regime do Arrendamento Urbano
RDT – “rapport de soutenance de thèse” ou relatório de defesa de tese
RI – relato interativo
SN – sintagma nominal
SPA – seqüência *prototípica argumentativa*
SPD – seqüência *prototípica descritiva*
SPDi – seqüência *prototípica dialogal*
SPE – seqüência *prototípica explicativa*
SPN – seqüência *prototípica narrativa*
TBS – *teoria dos blocos semânticos*
TPA – teoria polifônica argumentativa
TPC – teoria polifônica clássica
Tud – sujeito destinatário
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UMT – unidade macro-textual / UMTs – unidades macro-textuais
UT – unidade textual/ UTs – unidades textuais
UTI – unidade textual implícita/ UTIs – unidades textuais implícitas
UTp – unidade textual periférica/ UTps – unidades textuais periféricas
W – garantia

ÍNDICE

1. Introdução.....	19
1.1. Delimitação do objeto de pesquisa	19
1.1.1. Descrição dos objetivos	20
1.1.2. Importância do objeto de pesquisa em Teoria do Texto	20
1.2. Opções teórico-metodológicas	22
1.2.1. Acepção de <i>texto</i>	22
1.2.2. Noção de prototipicidade	24
1.2.2.1. Metodologia de trabalho	27
1.3. Organização do trabalho.....	33
1.3.1. Estrutura da tese	33
1.3.2. Convenções utilizadas no trabalho.....	35
2. Argumentação.....	41
2.1. Introdução.....	41
2.2. Estudos iniciais.....	43
2.2.1. Sistematização dos estudos retóricos.....	44
2.3. Ressurgimento dos estudos.....	52
2.3.1. Estudos de Perelman & Olbrechts-Tyteca.....	53
2.3.2. Estudos de Toulmin.....	59
2.3.3. Estudos de Genette, Barthes e Plett.....	62
2.4. Argumentação nas teorias linguísticas.....	65
2.4.1. Argumentação na língua – estudos fundadores.....	66
2.4.1.1. Fases iniciais.....	68
2.4.1.2. Fase atual da ANL.....	75
2.4.2. Perspectivas polifônicas.....	87
2.4.2.1. Teoria polifônica clássica (TPC) e Teoria polifônica argumentativa (TPA).....	88
2.4.2.2. Locutor e enunciador.....	88
2.4.2.3. Algumas descrições dentro da Teoria polifônica clássica (TPC)	90
2.4.3. Argumentação nos textos (ANT).....	92
2.4.3.1. ANT e Adam.....	93
2.4.3.2. Estatuto argumentativo das seqüências.....	95
2.5. Um ponto sobre a questão.....	101
3. Gênero.....	105
3.1. Introdução.....	105
3.2. Perspectiva fundadora de Bakhtin.....	108
3.2.1. Concepção de <i>gênero</i>	109
3.2.2. Gêneros primários e secundários.....	113
3.2.3. Componentes do gênero.....	115
3.2.3.1. Tema.....	116
3.2.3.2. Estilo.....	119

3.2.3.3. Unidades composicionais.....	122
3.2.3.4. Dialogismo e Polifonia.....	123
3.3. Perspectivas discursivo-textuais.....	126
3.3.1. Perspectiva de Maingueneau.....	128
3.3.1.1. Concepção de <i>gênero</i>	129
3.3.1.2. Componentes do gênero	131
3.3.1.3. Tipologia dos gêneros.....	136
3.3.2. Perspectiva de Charaudeau.....	141
3.3.2.1. Concepção de <i>gênero</i>	142
3.3.2.2. Componentes do gênero	143
3.3.3. Perspectiva de Adam.....	146
3.3.3.1. Concepção de <i>gênero</i>	147
3.3.3.2. Componentes do gênero.....	148
3.3.4. Perspectiva de Bronckart.....	149
3.3.4.1. Concepção de <i>gênero</i>	150
3.3.4.2. Componentes do gênero.....	151
3.4. Um ponto sobre a questão.....	156
4. Modelo de análise em construção.....	159
4.1. Introdução.....	159
4.2. As categorias <i>gênero</i> e <i>texto</i>	160
4.2.1. A categoria <i>gênero</i>	160
4.2.2. A categoria <i>texto</i>	162
4.3. Seleção e reorganização dos componentes do gênero de texto.....	166
4.3.1. Componentes externos.....	166
4.3.1.1. Componente arquitextual.....	168
4.3.1.2. Componente intertextual.....	168
4.3.1.3. Componente metatextual.....	170
4.3.1.4. Componente discursivo.....	171
4.3.1.5. Componente peritextual.....	172
4.3.1.6. Componente situacional.....	174
4.3.2. Componentes internos.....	177
4.3.2.1. Componente composicional.....	178
4.3.2.2. Componente estilístico.....	187
4.3.2.3. Componente enunciativo ampliado.....	192
4.4. Um ponto sobre a questão.....	206
5. Modelo de análise dos gêneros persuasivos.....	209
5.1. Introdução.....	209
5.2. Gêneros persuasivos.....	209
5.3. Argumentação nos gêneros (ANG).....	213
5.4. Engrenagens textuais e Dinâmica argumentativa.....	214
5.4.1. Engrenagem organizacional (EO).....	216
5.4.1.1. Precisoões conceptuais e terminológicas.....	218
5.4.2. Engrenagem estilística (EE).....	239
5.4.2.1. Precisoões conceptuais e terminológicas.....	241
5.4.3. Engrenagem enunciativa ampliada (EEA).....	265

5.4.3.1. Preciões conceptuais e terminológicas.....	265
5.5. Um ponto sobre a questão - Modelo de análise dos gêneros persuasivos.....	271
6. Análise dos textos prototípicos.....	273
6. 1. Introdução.....	273
6.2. Estudo de caso 1 - <i>Outdoor</i> partidário.....	273
6.2.1. Uma breve introdução.....	273
6.2.1.1. O significado de <i>outdoor</i>	274
6.2.1.2. A situação política de Portugal em 2002.....	275
6.2.2. Componentes externos.....	276
6.2.2.1. Componente arquiteitual.....	277
6.2.2.2. Componente intertextual.....	278
6.2.2.3. Componente metatextual.....	280
6.2.2.4. Componentes discursivo.....	282
6.2.2.5. Componentes peritextual.....	283
6.2.2.6. Componentes situacional.....	283
6.2.3. Engrenagens textuais do estudo de caso 1 – <i>Outdoor</i> partidário.....	290
6.2.3.1. Engrenagem organizacional (EO).....	290
6.2.3.2. Engrenagem estilística (EE).....	310
6.2.3.3. Engrenagem enunciativa ampliada (EEA).....	326
6.2.4. Dinâmica argumentativa no estudo de caso 1 – <i>Outdoor</i> partidário.....	332
6.2.4.1. Inter-relação das engrenagens com os componentes externos.....	332
6.2.4.2. Inter-relação entre as engrenagens.....	334
6.3. Estudo de caso 2 - Petição inicial.....	335
6.3.1. Uma breve introdução.....	335
6.3.1.1. O significado da petição inicial.....	335
6.3.2. Componentes externos.....	336
6.3.2.1. Componente arquiteitual.....	336
6.3.2.2. Componente intertextual.....	337
6.3.2.3. Componente metatextual.....	337
6.3.2.4. Componentes discursivo.....	339
6.3.2.5. Componentes peritextual.....	339
6.3.2.6. Componentes situacional.....	340
6.3.3. Engrenagens textuais do estudo de caso 2 – Petição inicial.....	344
6.3.3.1. Engrenagem organizacional (EO).....	344
6.3.3.2. Engrenagem estilística (EE).....	375
6.3.3.3. Engrenagem enunciativa ampliada (EEA).....	406
6.3.4. Dinâmica argumentativa no estudo de caso 2 – Petição inicial.....	410
6.3.4.1. Inter-relação das engrenagens com os componentes externos.....	410
6.3.4.2. Inter-relação entre as engrenagens.....	411
6.4. Estudo de caso 3 – Editorial.....	412
6.4.1. Uma breve introdução.....	412
6.4.1.1. O significado do editorial.....	412
6.4.2. Componentes externos.....	415
6.4.2.1. Componente arquiteitual.....	416
6.4.2.2. Componente intertextual.....	416
6.4.2.3. Componente metatextual.....	417
6.4.2.4. Componentes discursivo.....	418
6.4.2.5. Componentes peritextual.....	418
6.4.2.6. Componentes situacional.....	419
6.4.3. Engrenagens textuais do estudo de caso 3 – Editorial.....	424

6.4.3.1. Engrenagem organizacional (EO).....	424
6.4.3.2. Engrenagem estilística (EE).....	436
6.4.3.3. Engrenagem enunciativa ampliada (EEA).....	472
6.4.4. Dinâmica argumentativa no estudo de caso 3 – Editorial.....	476
6.4.4.1. Inter-relação das engrenagens com os componentes externos.....	476
6.4.4.2. Inter-relação entre as engrenagens	478
7. Os corpora – uma análise contrastiva.....	481
7.1. Introdução.....	481
7.2. Análise da EO dos corpora.....	485
7.2.1. <i>Outdoors</i> partidários.....	487
7.2.1.1. EO do <i>outdoor</i> partidário – Generalizações.....	490
7.2.2. Petição inicial.....	491
7.2.2.1. EO da PI – Generalizações.....	492
7.2.3. Editoriais.....	493
7.2.3.1. EO do editorial – Generalizações.....	495
8. Considerações finais.....	499
Anexos.....	505
Estudo de caso - anexo 1.....	505
Estudo de caso - anexo 2.....	506
Estudo de caso - anexo 3.....	510
Referências bibliográficas.....	513
Índice das principais noções.....	541

1. Introdução

1.1. Delimitação do objeto de pesquisa

A *argumentação* sempre esteve associada à história do homem em sua *praxis* social. A própria vida democrática de nossas sociedades, desde a Antigüidade, caracterizou-se pela capacidade que os indivíduos têm de debater, defender, contrapor e refutar idéias, ou seja, de argumentar, substituindo o confronto bélico pela discussão ou pelo debate. Apesar de toda essa importância da *argumentação* como *meio de intervenção interacional e discursivo*, ressaltada desde os primórdios, o seu estudo se limitou, ao longo de décadas, a seguir modelos de análise que privilegiavam uma simplificação metodológica.

Objetivando um estudo abrangente da *argumentação*, presente nas diversas práticas sociais, procuramos, nesta tese, em Teoria do Texto, perspectivada numa *lingüística dos gêneros*¹, descrever a *argumentação* em gêneros persuasivos do português europeu. Com isso, levamos em conta aspectos extralingüísticos que são *parte constitutiva* do universo textual. Como sublinha Bouquet:

[...] Le concept de “genre” n’est rien moins que susceptible de définir l’objet d’une linguistique du sens en intégrant dans celle-ci une dimension communément reléguée à “l’extra-linguistique” (par ce qu’on pourrait appeler l’*illusion logico-grammaticale* en sémantique). Pour ma part, je pense qu’une linguistique des genres devrait permettre en outre, en tant que linguistique de la parole, de clarifier, voire de redéfinir, des concepts cardinaux de la linguistique de la langue dont elle est indissociable.

(BOUQUET, 2004: 5)

¹ Termo adotado por Bouquet (2004), no texto de introdução da revista *Langages*, nº 153, de 2004, intitulado “Linguistique générale et linguistique des genres”. Mas parece-nos que o primeiro a sugerir-lo foi Rastier (2001a: 265; 2001b: 231), conforme menciona Coutinho (2005). No contexto português, ressaltamos o trabalho de Coutinho (2005: 73- 88), “Para uma lingüística dos gêneros do texto”, em que a autora discute essa problemática.

1.1.1. Descrição dos objetivos

Dentro desse contexto, o objetivo deste nosso trabalho é descrever a *argumentação*, de alguns gêneros persuasivos, dentre eles, o editorial, a petição inicial e o *outdoor*² partidário, publicados em Portugal, de forma a identificar, a partir de uma análise contrastiva, similitudes e diferenças nessa organização argumentativa.

Os gêneros selecionados têm em comum uma *finalidade persuasiva*: todos buscam, de forma diferenciada, a adesão de um interlocutor a determinada idéia.

Jamais podemos esquecer que esses gêneros, que visam a convencer um interlocutor a compartilhar certa opinião, em graus variáveis, têm intrinsecamente uma *função persuasiva*. E eles podem ser objeto de descrições diferenciadas de acordo com as diferentes práticas sociais em que estão inseridos e com os diversos recursos textuais (verbais e não-verbais³) selecionados pelo agente produtor. Com isso, visamos a encontrar, neste nosso trabalho, subsídios teóricos para tentar descrever a *argumentação*, nessa dupla face, que lhe é constitutiva – uma face social e outra textual. Por isso, recorreremos à noção de gênero, que nos parece mais adequada para operacionalizar esse objetivo.

1.1.2. Importância do objeto de pesquisa em Teoria do Texto

Esta pesquisa, desenvolvida em Teoria do Texto, perspectivada na *lingüística dos gêneros*, sob orientação da Profa. Dra. Maria Antónia Coutinho, procura, a partir da análise de textos inseridos em diferentes gêneros persuasivos, *observar* o sentido do “ato de argumentar”, dentro de uma dimensão social, pragmática, cognitiva e, evidentemente, discursivo-textual.

² O termo “outdoor” foi por nós utilizado por ser de uso freqüente na norma em que esta tese se situa: a do português escrito do Brasil. Inclusive, Ferreira [1986 (1999³): 1464] mantém a ortografia inglesa do termo. Nesta tese, considerá-lo-emos um estrangeirismo e, como tal, virá sempre em itálico. O plural adotado, da mesma forma, será o utilizado em língua inglesa: “outdoors”.

³ Como *recursos não-verbais*, podemos citar a cor, a tipografia, a fotografia, dentre outros. Tais aspectos serão minuciosamente trabalhados em 6.2.3.2., na análise do *outdoor* partidário. Estes recursos também serão denominados, ao longo desta tese, *paraverbais*, uma vez que só serão analisados os correlacionados com os recursos verbais.

Dessa forma, justificamos a relevância do presente trabalho, que busca trazer à tona uma preocupação já notória nos estudos clássicos, como veremos, em **2.2.**: a importância da correlação entre os fatores situacionais e a materialização lingüístico-textual.

O interesse sobre o tema advém do nosso percurso profissional. Trabalhando muitos anos como professora de Língua Portuguesa, numa universidade particular do Rio de Janeiro, tinha de orientar os alunos a fazer editoriais ou peças publicitárias (na Faculdade de Comunicação Social) ou, ainda, petições iniciais (na Faculdade de Direito). Toda a bibliografia de que dispúnhamos, na época, limitava-se a manuais de Comunicação de profissionais das diversas áreas sobre o assunto, ou de lingüistas que tentavam descrever a argumentação de forma descontextualizada, não procurando inseri-la na prática social em que ela sempre se integra.

O grande desafio desta nossa pesquisa foi tentar resgatar a complexidade do ato de argumentar, numa *perspectiva da lingüística dos gêneros*. A *argumentação* não poderia ser estudada numa visão estritamente taxenômica, herdada de uma tradição positivista, mas como objeto teórico inserido num *gênero de texto*. Como menciona Bronckart acerca dessa restrição visível na metodologia de análise observada nas ciências da linguagem:

Le découpage des sciences humaines/sociales en de multiples disciplines et sous-disciplines (sociologie, psychologie, linguistique, psychanalyse, pédagogie, etc.) n'est qu'un avatar malheureux du positivisme. Le fonctionnement humain *intègre* les dimensions cognitives, sociales, affectives, sémiotiques, etc., et si les sciences humaines/sociales veulent rendre compte de ce fonctionnement global, elles doivent donc *se réunifier*, ou à tout le moins collaborer étroitement.

(BRONCKART, 2004a: 114)

Dentro desse contexto, tivemos um grande desafio. Como a Teoria do Texto, perspectivada no quadro da *lingüística dos gêneros*, ainda não apresenta um quadro teórico bem delineado, tivemos de percorrer várias abordagens teóricas de forma a encontrar subsídios para descrever a *argumentação nos gêneros persuasivos*.

Para atingirmos esse nosso intento, buscamos um percurso interdisciplinar. Recorremos, ao longo desta tese, ao contributo de diversas perspectivas teóricas, oriundas de várias áreas das Ciências Sociais, de forma a elaborar o nosso quadro de análise de textos. Vale enfatizar que o nosso objeto de estudo é a *argumentação em textos* que circulam socialmente. Para tal, não nos podemos ater apenas a aspectos lingüístico-textuais para a descrição dessa argumentação. Devemos perceber a influência de questões situacionais nesse universo textual. E, trabalhando com gêneros plurissemióticos, códigos não-verbais devem ser analisados quando da descrição dessa argumentação.

1.2. Opções teórico-metodológicas

Procuramos definir, primeiramente, neste item, qual o conceito que o termo *texto* tem neste nosso trabalho⁴. Em seguida, detalhamos a questão do *protótipo*, visto que tal noção é de extrema relevância para definirmos a metodologia por nós utilizada nesta pesquisa.

1.2.1. Acepção de *texto*

A argumentação não pode ser estudada em textos abstratos⁵, objeto teórico das gramáticas de texto tradicionais ou da lingüística textual, mas em *textos empíricos*. *Textos*, estes, que estão inseridos em determinado discurso⁶/ atividade de linguagem/esfera de comunicação⁷ e que são construídos a partir da mobilização de recursos lexicais e sintáticos de uma língua natural. Estes *textos* podem vir a ser *plurissemióticos*, mobilizando recursos verbais e não-verbais, não constituindo apenas uma unidade lingüística e não dependem do que é

⁴ A noção será mais detalhada no item 4.2.2..

⁵ Dentro dessa acepção, o texto opor-se-ia à prática social concreta que corresponderia ao discurso. Nesse caso, o discurso = texto + contexto e o texto = discurso – contexto. Fórmula utilizada por Adam (1990: 23) e retomada em Adam (1999: 39).

⁶ Foucault (1969: 53) define o *discurso* como “un ensemble d’énoncés en tant qu’ils relèvent de la même formation discursive”. Tal definição é também corroborada por Maingueneau (1996) e por Bronckart (2004a). Todavia, este último teórico prefere o termo *atividade de linguagem* a *discurso*, para ressaltar que a linguagem se manifesta enquanto prática social. Marcushi (2002) e Oliveira (2004) fazem uso da expressão *domínios discursivos*, no lugar de *discurso*.

⁷ Termo adotado por Bakhtin ([1979] 1997⁸: 279).

estritamente lingüístico, mas das atividades, a partir das quais são gerados. Devemos salientar que o *texto* é considerado uma *unidade comunicativa* – cf. Bronckart (2004a) – e está inserido numa determinada prática social. Como afirma o autor:

Les *textes* constituent les correspondants empiriques des activités langagières, réalisés avec les ressources d’une langue naturelle. Ce sont des *unités communicatives globales*, dont les caractéristiques compositionnelles dépendent des propriétés des situations d’interaction et de celles des activités générales qu’elles commentent, ainsi que des conditions historico-sociales de leur propre élaboration.

(BRONCKART, 2004a: 103)

Dessa forma, considerando que trabalhamos com essa acepção de *texto*, parece-nos bastante adequada a utilização da noção de *gênero*, que permite lidar com fatores contextuais, reabrindo a lingüística a uma tradição retórico-hermenêutica (que leva em conta o contexto) e liberando-a de uma tradição lógico-gramatical. É importante ressaltar que todo texto estará escrito, *obrigatoriamente*, em determinado gênero – que corresponde a *modelos textuais* estabilizados, social e historicamente – e a todo gênero está relacionado um discurso – cf. Rastier (2004: 126).

Com isso, tendo como objeto de análise a *argumentação em textos*⁸, não podemos deixar de levar em conta aspectos relativos ao gênero. E, por essa via, questões que eram desprezadas pelas semânticas lógico-gramaticais, como, por exemplo, o contexto da produção, considerado como extralingüístico e, por conseguinte, sem importância no universo textual, passam a ter uma importância reconhecida.

De forma a lidar com essa acepção complexa da *argumentação*, teremos de fazer algumas opções metodológicas que visam a estabelecer critérios para a seleção dos *corpora* e dos exemplares de texto a serem analisados. No intuito de explicarmos essas escolhas, faremos uma digressão sobre as noções de protótipo, uma vez que elas constituem a base para o entendimento da metodologia adotada nesta tese.

1.2.2. Noção de prototipicidade

Coube a Kleiber, em seu trabalho de 1990, *La Sémantique des Prototypes*, sistematizar os diversos estudos acerca do *protótipo*⁹ desenvolvidos a partir de 1970, nomeadamente por psicólogos, dentre os quais E. Rosch.

Para Kleiber, os estudos sobre o *protótipo* poderiam ser subdivididos em duas versões: uma estandardizada e outra *ampla*. Todavia, antes de ressaltarmos como o teórico define cada uma delas e os seus respectivos representantes, convém mencionar o que seria, para o autor, *categorizar*, base para o entendimento da noção de *protótipo*.

Para Kleiber, *categorizar* corresponde a:

Cette opération mentale, qui consiste à ranger des “choses différentes”. [...] Chaque fois que nous percevons une chose comme une espèce de chose, nous sommes en train de catégoriser. Lorsque nous voulons effectuer une action, soit chanter par exemple, il s’agit d’une catégorie d’action qui se trouve activée.

(KLEIBER, 1990: 12, 13) – grifo nosso

Dentro desse contexto, o que seria o *protótipo*? Partindo dos primeiros trabalhos de E. Rosch¹⁰, Kleiber o define como:

[...] le meilleur exemplaire ou encore la meilleure instance, le meilleur représentant ou l’instance centrale d’une catégorie. [...] L’idée fondamentale est que les catégories ne sont pas constituées de membres “équidistants” par rapport à la catégorie qui les subsume, mais qu’elles comportent des membres qui sont de meilleurs exemplaires que d’autres.

(KLEIBER, 1990: 48)

⁸ Sempre que usarmos a palavra *texto*, estaremos fazendo referência a *textos empíricos*.

⁹ Mais detalhes sobre a noção, nas diversas perspectivas teóricas, podem ser encontrados na obra de Kleiber (1990), várias vezes por nós citada, neste bloco. Limitamo-nos apenas a detalhar alguns aspectos importantes para explicar questões metolológicas utilizadas nesta tese e para ajudar-nos a descrever o que será por nós denominado *mecanismos argumentativos prototípicos* ou MAPs.

¹⁰ A bibliografia completa referente a esses trabalhos encontra-se em Kleiber (1990).

Segundo Kleiber, a partir dessa noção, o *protótipo* poderia ser estudado nas duas vertentes já mencionadas: uma mais *estandardizada* e outra mais *ampla*.

Num sentido mais estandardizado e restrito, Kleiber pontua trabalhos de Rosch (1973), Dubois (1982, 1983 e 1986). Dentre os trabalhos de Rosch, Kleiber cita o de 1973, em que a autora constatou que sujeitos interrogados sobre determinada categoria, por exemplo, fruta, apontaram a maçã como melhor exemplar e a azeitona como o exemplar menos representativo. Entre os dois, apareceriam outras frutas, em ordem decrescente de representatividade, seriam elas: a ameixa, o abacaxi, o morango e o figo. Nesse universo, o *protótipo* corresponderia ao termo *maçã*, reconhecido como o melhor exemplar da categoria *fruta*.

Todavia, esse conceito de *protótipo* estaria diretamente relacionado a uma escolha dos indivíduos e comprometeria, no caso de ser empregado numa teoria semântica, uma possível teoria semântico-lexical. Para tentar suprir essas falhas, outros estudos se desenvolveram. Dentre eles, os trabalhos de Dubois que, através de experiências com sujeitos, no intuito de delimitar nomes de objeto pertencentes a cada uma das vinte e duas categorias, só considera *protótipos* aqueles exemplares citados pelo menos por 75% dos sujeitos – cf. Dubois (1982). Dessa maneira, a noção de *protótipo* passa a estar também relacionada à questão quantitativa, sendo definida por Kleiber como “le meilleur exemplaire *communément* associé à une catégorie” – Kleiber (1990: 49).

No entanto, Kleiber não deixa de ressaltar a evolução teórica de Dubois que, em estudo posterior, de 1983, coloca que o *protótipo* não estaria relacionado a questões quantitativas, mas corresponderia ao melhor exemplar da categoria, exatamente por agrupar propriedades típicas dessa categoria. Com isso, como afirma Kleiber, há uma mudança de orientação, nos estudos de Dubois:

Le prototype se redéfinissant comme l'exemplaire qui “résume”, “condense” les propriétés saillantes de la catégorie [...], la notion de prototype-meilleur exemplaire (instance ou concept de cette instance) glisse vers la notion de prototype entité construite d'attributs typiques.

(KLEIBER, 1990: 63) – destaque nosso

E, nesse novo quadro, o *protótipo* já não corresponderia, obrigatoriamente, ao melhor exemplar de uma dada categoria, mas estaria relacionado a um *modelo mental* construído a partir das propriedades de determinada categoria. Como menciona Kleiber: “L’important est de souligner qu’il ne s’agit plus obligatoirement d’exemplaire, d’instance ou de représentant réel de la catégorie, mais d’une *entité abstraite construite* sur la base des propriétés typiques de la catégorie” – Kleiber (1990: 63) – destaque nosso.

Passando para uma versão mais ampla, o autor ressalta, sobretudo, os trabalhos de Lakoff (1987), porém não deixa de mencionar a evolução de Rosch (1978), que transita tanto na versão estandardizada quanto na ampla.

Dentro de uma perspectiva mais ampla, o *protótipo*, para Kleiber, não apresenta mais o estatuto de entidade fundadora de uma certa estrutura categorial, mas é colocado apenas como um possível efeito – cf. Kleiber (1990). Nesse contexto, o teórico pontua trabalhos mais recentes de Rosch (1978) que preferem utilizar o termo *graus de prototipicalidade* no lugar de *protótipo*.

Ainda nessa versão mais ampla, Kleiber cita o trabalho de Lakoff (1987). Este teórico, no intuito de explicar o agrupamento de entidades diferentes dentro de uma mesma categoria, a partir da influência de Wittgenstein (1953)¹¹, sugere a adoção da idéia de *semelhança de família*¹²: “L’idée que les membres d’une catégorie peuvent être reliés les uns aux autres sans qu’ils aient une propriété en commun qui définisse la catégorie” – Lakoff (1987: 12) *apud* Kleiber (1990: 151).

Inclusive, Kleiber pontua algumas conseqüências dessa noção para o estudo da semântica:

Elle aboutit à une conception catégorielle différente où ce n’est plus le concept ou son correspondant sur le plan sémantique, l’acception ou le sens, qui constituent l’indicateur d’une catégorie, mais l’unité lexicale. Il en résulte une version polysémique ou multi-catégorielle qui, plutôt que d’expliquer pourquoi telle ou telle entité particulière appartient à telle ou telle catégorie, rend compte de ce

¹¹ Teórico que introduziu a noção de *ar de família*. Esta pode ser definida como um conjunto de similitudes (“ressemblance de famille”) existente entre diferentes ocorrências de uma mesma família.

¹² Tradução do termo “ressemblance de famille”.

qu'un même mot peut regrouper plusieurs sens différents, c'est-à-dire peut renvoyer à plusieurs types de référents ou de ...catégories.

(KLEIBER, 1990: 155) – destaque nosso

Feito esse breve inventário acerca das duas versões de *protótipo* categorizadas por Kleiber, passaremos a integrar as noções apresentadas de *categorização* e *protótipo* para explicar a metodologia utilizada na análise dos textos.

1.2.2.1. Metodologia de trabalho

Os gêneros podem apresentar certa regularidade, mas também estão abertos a exceções, a uma variabilidade considerável. Por esse motivo, não podemos falar, nesta pesquisa, em perspectivas estritamente fechadas de análise, relacionadas a uma visão centrada nos preceitos positivistas, que busca, fundamentalmente, uma análise quantitativa de dados e uma conseqüente generalização ou universalização dos resultados obtidos.

Neste trabalho, para lidar com a complexidade do objeto em estudo, optamos por uma *via qualitativa* de análise, sem perder de vista a sua relevância em *corpora* mais alargados. E, para esse intuito, tivemos de trabalhar com uma metodologia variada que apresenta quatro momentos distintos: o da seleção dos gêneros persuasivos a serem trabalhados; o da delimitação dos *textos dos gêneros persuasivos* a serem estudados; o da escolha de um *exemplo representativo* de cada gênero para uma análise minuciosa; e o do confronto dos dados obtidos a partir desse exemplar com os observados nos demais textos dos *corpora*. Cada um desses momentos merece uma descrição minuciosa.

1º momento – seleção dos gêneros persuasivos e estatuto representativo dos mesmos

A seleção dos gêneros persuasivos a serem trabalhados nesta tese assentou fundamentalmente em duas questões. Os gêneros, com uma finalidade persuasiva variável, deveriam estar inseridos em diferentes atividades de linguagem, de forma que pudéssemos compará-los e formular hipóteses acerca da organização argumentativa dos mesmos.

Conseguiríamos, assim, uma maior rentabilidade das nossas análises. Procuramos, também, gêneros com certo grau de institucionalidade, dentro das práticas sociais de que fazem parte. Três gêneros que atendiam a esses critérios foram escolhidos: o *outdoor* partidário, a petição inicial e o editorial.

Considerando a versão ampla do protótipo, poderíamos afirmar que cada um dos três gêneros persuasivos mencionados constituiria, individualmente, uma categoria. E a cada categoria, estaria associada uma *semelhança de família*, a partir da qual os textos (*elementos prototípicos*) seriam agrupados.

No gênero *outdoor* partidário, os textos estimulam o indivíduo a votar num partido político; no gênero petição inicial, os textos buscam o acatamento de um pedido, feito com bases legais, por um juiz; no gênero editorial, os textos fazem o leitor refletir sobre determinado assunto. Diante disso, para as *categorias outdoor*, editorial e petição inicial, os textos dos *corpora* dos três gêneros seriam *elementos prototípicos*, por terem traços que caracterizam aquele determinado gênero persuasivo.

2º momento – seleção dos textos dos gêneros persuasivos e estatuto representativo dos mesmos.

Mas quais seriam os textos, enquanto *elementos prototípicos* da *categoria* gênero persuasivo, por nós escolhidos? Nesta tese, partimos do princípio de que todo texto está inserido em determinado gênero e este último pode comportar um número infinito de textos. Tendo consciência disso, jamais teríamos condição, no interior desta pesquisa, de dar conta da enorme variedade de textos que poderia estar inserida nos gêneros selecionados. Para minimizar esse problema, procuramos seguir dois critérios:

Critério 1: O conteúdo temático dos textos do gênero *outdoor* partidário ou editorial é o mesmo: *Legislativas em Portugal*, no ano de 2002. Como afirmara Véron¹³, esse tipo de

¹³ Cf. Véron (1978: 70).

padronização permitiria não atribuir as diferenças encontradas a aspectos relativos ao próprio tema/conteúdo ou ainda à época de publicação. Dessa forma, selecionamos os *outdoors* partidários e os editoriais, publicados sobre o tema *Legislativas*, no período de um mês que antecedeu as eleições para primeiro ministro, em Portugal, no ano de 2002. Esses *outdoors* e editoriais fariam parte dos *corpora* em análise.

No caso específico da petição inicial, mantivemos a mesma época, início de 2002, mas não foi possível conseguir documentos que apresentassem o mesmo tema¹⁴. Tendo conseguido duas petições¹⁵, poderíamos considerá-las como elementos prototípicos da categoria *petição inicial*.

Mas esse critério de seleção dos textos não foi o único por nós utilizado. Resolvemos, também, delimitar os partidos e os veículos¹⁶ com os quais deveríamos trabalhar.

Critério 2: Em relação aos *outdoors* partidários, escolhemos, primeiramente, os dois partidos de maior votação em Portugal: o Partido Socialista (doravante PS¹⁷) e o Partido Social-Democrata (doravante PSD¹⁸). Dessa forma, procuramos buscar textos de duas fontes diferentes, dentro da mesma prática discursiva, o que nos permitiria fazer também uma análise contrastiva. Obtivemos seis cartazes do PS e catorze do PSD.

¹⁴ Tentamos ter acesso a petições iniciais que implicassem assuntos políticos, mas o Ministério da Justiça nos vetou o acesso a essa documentação.

¹⁵ O requerimento que dá origem ao processo de declaração denomina-se petição inicial. Cf. *Código de Processo Civil*, artigo 467º.

¹⁶ Rabaça & Barbosa (2002: 751) definem o “veículo” como “qualquer meio de comunicação”. Neste trabalho, os jornais *Público* e *Diário de Notícias* serão considerados veículos na mídia impressa.

¹⁷ Dentre os responsáveis pelo marketing do PS, agradecemos a colaboração de Marise Britto de Araújo que, gentilmente, concedeu-nos várias entrevistas e prestou-nos esclarecimentos acerca das condições de produção da campanha do PS.

¹⁸ Gostaria de agradecer, em especial, ao Einhart Jácome da Paz e à Denise Perotti, profissionais de marketing da *New Trade*, em Portugal e no Brasil, respectivamente. Ambos nos forneceram informações relevantes acerca das condições de produção da campanha do PSD.

Quanto à obtenção da petição inicial¹⁹, procedemos diferentemente devido à dificuldade de acesso aos documentos. Conseguimos de um mesmo escritório de advocacia, uma Ação de condenação em processo sumário (despejo) e uma Ação declarativa especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contrato. São duas as petições iniciais, a partir desses dois processos, respectivamente.

No caso dos editoriais, escolhemos editoriais que tratassem o tema exposto, na época escolhida, em dois veículos, com públicos-alvo semelhantes: *Diário de Notícias* (doravante *DN*) e *Público*. Seleccionamos²⁰ onze editoriais do primeiro e seis do segundo, respectivamente.

Todos os *outdoors*, petições iniciais e editoriais, que constituem o objeto de estudo desta pesquisa, encontram-se no CD em anexo.

3º momento – Seleção do exemplar do gênero e estatuto representativo do mesmo

Partimos do princípio de que os textos seleccionados, dentro de cada gênero, apresentariam a *semelhança de família* do gênero a que estariam interligados. Ou seja, todos os editoriais recolhidos buscavam fazer com que o leitor refletisse sobre as propostas do PS e do PSD para o país; os *outdoors* partidários visavam a convencer um eleitor a votar nesses partidos, e as petições iniciais procuravam levar um juiz a rescindir um contrato ou obrigar a um pagamento. Frente a isso, fomos em busca de um *exemplar* que servisse como *elemento prototípico* dos textos – por nós recolhidos – agrupados nos diversos gêneros. E os exemplares, por sua vez, também apresentariam a *semelhança de família* dos agrupamentos em que estariam inseridos.

¹⁹ Houve grande dificuldade na obtenção desses documentos, mas gostaríamos de ressaltar o esforço de profissionais da área que nos ajudaram: Dr. António José Cunha, da Sociedade de Advogados “Seabra, Gonçalves Ferreira Cunha e Associados” e Prof. Dr. Manuel Pires, diretor da faculdade de Direito da Universidade Lusíada. Nas peças processuais que nos forneceram, fomos obrigados a omitir as partes, respeitando o segredo de justiça.

²⁰ Para efetuar essa seleção, nos restringimos a editoriais que apresentavam as propostas do PS e do PSD.

Qual o critério que seria utilizado para a seleção desse *exemplar*? Para tal, procuramos, a partir do contato com os textos que compunham os nossos *corpora*, buscar alguns aspectos que poderiam ser destacar nos gêneros em análise. Com isso, seguimos critérios diferenciados em função do gênero em análise:

Critério para o *outdoor* partidário – No caso do *outdoor* partidário, dado o nosso contato com os textos de que dispúnhamos, partimos do princípio de que a *interdiscursividade*²¹ seria uma característica marcante desse gênero em análise ou, como afirma Maingueneau “L’interdiscours prime le discours” – Maingueneau. (1984: 11). Dessa forma, procuramos escolher um *outdoor* em que essa característica fosse marcante. O escolhido (nº 1 do anexo 1) esta inserido na segunda fase da campanha²² e dialoga tanto com textos que já haviam sido produzidos por uma agência de publicidade brasileira²³, quanto com cartazes que haviam saído do PS. Por isso, acreditamos que poderíamos ter um *elemento representativo* válido dentro da perspectiva teórica em que nos inseríamos.

Critério para a *petição inicial* – Nesse gênero, mais ritualizado que os demais, procedemos a uma escolha aleatória do que para nós seria um *exemplar* de *petição inicial*. O exemplar do gênero se encontra em anexo (nº 2 do anexo 2).

Critério para o *editorial* – No caso do gênero editorial, consideramos que o *embate de vozes* seria uma característica marcante. Dessa forma, o texto selecionado (nº 3 do anexo 3) era um dos exemplares que apresentava o posicionamento partidário dos dois candidatos a primeiro ministro português, ao mesmo tempo.

²¹ Ao longo do trabalho, daremos preferência ao termo “intertexto”, como pontua Bronckart (2004a), no lugar de “interdiscurso”, como veremos em 4.3.1.2..

²² As diversas fases da campanha, cinco no total, que serão detalhadas em 6.2.2., foram desvendadas após várias reuniões com representantes dos dois partidos: Marise Britto Araújo (do PS) e Einhart Jácome da Paz (responsável pela campanha do PSD, através da empresa de marketing *New Trade*). Evidentemente, trabalhando com a acepção de gênero, não poderíamos fazer uma análise textual sem ter conhecimento de questões relativas à produção. No escopo deste trabalho, esses aspectos se refletirão ao nível textual.

²³ No caso a agência *Grottera* de São Paulo que tinha usado a mesma estratégia, na campanha de Mário Covas ao governo de São Paulo: crianças fazendo perguntas. Inclusive, a *New Trade*, para não ter problemas legais, foi obrigada a retirar, muito rapidamente, estes cartazes de circulação.

A esses *exemplares* escolhidos, que não deixariam de ser *elementos prototípicos* dos textos selecionados, por terem a *semelhança de família* dos textos escolhidos, denominamos *estudos de caso*²⁴. Nesta nossa tese, eles nada mais são do que *exemplares representativos* de uma família agregada a determinada categoria de gêneros persuasivos que apresentam uma *função persuasiva*.

Com isso, trabalhamos com a noção de exemplo como uma *espécie de exemplar ou de amostra de uma classe*, conforme definido por Ouellet e que se assemelharia ao sentido ampliado de protótipo. Não consideramos a noção de *exemplo exemplar*, que corresponderia a um bom modelo dentro de determinado conjunto.

Essa distinção entre as variações do tipo de exemplo é claramente abordada por Oueillet: “Dans le premier cas, l'exemple est un exemplaire, un échantillon, de la classe des phénomènes observés, alors que dans le deuxième cas, l'exemple est exemplaire, c'est-à-dire bon modèle du problème théorique étudié” – Ouellet (1989: 111).

É importante enfatizar que os *exemplares representativos* do *outdoor* político, da petição inicial e do editorial, por nós escolhidos, dada a especificidade do gênero em que se inserem, remeter-nos-ão, nas análises, a quadros teóricos bastante diversos.

4º momento – comparação dos resultados obtidos a partir dos estudos de caso com os dos outros textos do mesmo gênero.

A partir do *estudo de caso*, elaboramos quadros teóricos que procuram descrever elementos relevantes da argumentação nesses vários gêneros. Ao definirmos essas tabelas, um tanto quanto fechadas, passamos, em seguida, a fazer uma espécie de *varredura* nos demais textos que compõem os *corpora*, de forma a observar as similitudes e as divergências que possam vir a ser encontradas. Nesta análise de teor mais genérico, restringimo-nos, dada a

²⁴ Esse termo, na verdade, foi tomado de empréstimo à área de Gestão. Nessa área, uma empresa pode vir a se tornar um exemplo interessante – “case study” – a ser estudado nas universidades, ao ter conseguido dar o

limitação de espaço e de tempo, a apenas um aspecto: a questão da organização argumentativa, conforme especificaremos em **5.4.1.**, dos diversos textos.

1.3. Organização do trabalho

Neste item procuramos descrever, de forma breve, os diversos capítulos que compõem o trabalho, estabelecendo algumas convenções utilizadas na apresentação da pesquisa.

1.3.1. Estrutura da tese

O plano desta tese, que em nada se assemelha ao apresentado em setembro/2002, quando do início deste trabalho, mereceu, ao longo desses anos, inúmeras reformulações e apresenta-se atualmente subdividido em oito capítulos.

No **capítulo 1**, de cunho introdutório, como vimos, procuramos delimitar o objeto de estudo da pesquisa, elencando seus objetivos e apresentando, de forma sumária, o quadro teórico-metodológico em que ela se insere.

No **capítulo 2**, fazemos um levantamento teórico dos estudos sobre a *argumentação* desde a época clássica até os dias atuais, enfatizando o estudo da *argumentação nas teorias lingüísticas*. Ressaltamos, ao longo desse percurso, a contribuição das diversas perspectivas teóricas na elaboração do nosso quadro de análise da argumentação nos textos.

No **capítulo 3**, realizamos um percurso teórico sobre as diversas abordagens que trabalham a questão do gênero, a partir de Bakhtin. Nesse trajeto, centramo-nos sobretudo nas perspectivas discursivo-textuais que estudaram essa problemática.

“turn around”, ou seja, ao ter conseguido ultrapassar as dificuldades financeiras. Com isso, a partir desse exemplo prático, algumas ações podem vir a ser repetidas em outras empresas.

No **capítulo 4**, tendo como base os dois capítulos anteriores e já um modelo de análise dos gêneros persuasivos em mente, selecionamos algumas noções relevantes na análise dos textos e fazemos um levantamento do que foi desenvolvido sobre essas categorias. Com isso, buscamos subsídios para elaborar nosso modelo de análise.

No **capítulo 5**, retomamos elementos desenvolvidos no **capítulo 4** e aprofundamos outros, visando à definição de algumas categorias utilizadas no trabalho. Ao final desse capítulo, apresentamos um esquema do modelo de análise dos gêneros persuasivos.

No **capítulo 6**, passamos a analisar, individualmente, cada *estudo de caso*. Começamos pelo *outdoor* partidário, passando pela petição inicial e finalmente trabalhamos o editorial. Depois de uma breve introdução sobre esses gêneros, descrevemos os componentes externos e internos de cada um. Neste capítulo, ainda, mostramos a inter-relação de tais componentes e as diversas inter-relações entre os componentes internos, que constituem o que denominamos *dinâmica argumentativa*.

No **capítulo 7**, estudamos como um dos componentes internos – a engrenagem organizacional – é visualizado em *corpora* mais alargados. Com isso, confrontamos o quadro teórico obtido (**capítulo 5**) e testado a partir da análise de um *estudo de caso* (**capítulo 6**), com um conjunto de textos mais extenso. Diante dos resultados obtidos, comparamos o quadro teórico desenvolvido no **capítulo 5** e testado no **6**, com outros aspectos levantados a partir da *varredura* de outros textos.

No **capítulo 8**, a título de conclusão, apontamos algumas dificuldades metodológicas e teóricas que tivemos no decorrer da pesquisa, salientamos novos caminhos investigativos a serem traçados futuramente e sintetizamos os resultados obtidos, a partir da análise comparativa dos componentes internos e externos dos gêneros estudados. Ao final deste capítulo, através dos dados obtidos, elaboramos um *continuum* que descreve a variação dos graus de persuasão/demonstração dos gêneros persuasivos, em função dos seus graus de institucionalidade.

Além da subdivisão apontada, realizamos, ao longo do trabalho, algumas sínteses intermediárias, por nós denominadas *um ponto sobre a questão*, visando a retomar aspectos que nos pareçam importantes. Ao final dos **capítulos** teóricos, nomeadamente os de números **2, 3, 4 e 5**, expomos um sumário do conteúdo exposto, fazendo um balanço de algumas questões apresentadas.

1.3.2. Convenções utilizadas no trabalho

Há que ser pontuado um aspecto primordial que permeia todo o trabalho. Apesar de a tese ser defendida em território português e fazer uso de *corpora* em português europeu, ela é redigida, respeitando a norma do português culto formal utilizada no Brasil. Sendo de nacionalidade brasileira, sinto-me mais à vontade, utilizando a norma culta em vigência no Brasil.

Em relação às citações, devemos fazer algumas considerações. Quando fizermos menção, pela primeira vez, à obra de um autor, cuja publicação consultada não corresponde à primeira edição, procuraremos sempre apresentá-la. Em outros momentos, mencionamos apenas a data em que o texto foi publicado, acompanhada de um índice em que consta a edição pesquisada.

Ao transcrevermos as citações de autores, respeitamos o idioma de origem em que aparecem e a norma lingüística por eles utilizada. Assim, nas transcrições de autores portugueses ou brasileiros é respeitada a norma lingüística em vigor no país de origem.

Outro aspecto a ser ressaltado é que esta tese, perspectivada numa *lingüística de gêneros*, remete a quadros teóricos bastante diversos. Dessa forma, ao trabalharmos com a abordagem teórica de determinado autor tanto na exposição teórica, quanto nas análises, manteremos os termos por ele utilizados. Evidentemente, ao desenvolver uma grade para a análise dos gêneros persuasivos, buscaremos, sempre que possível, uma padronização de algumas categorias utilizadas.

Ainda, os trechos extraídos dos *estudos de caso* ou dos textos dos *corpora* vêm entre aspas, enquanto que as expressões e os enunciados implícitos vêm entre colchetes.

De forma a evitar repetições, fazemos uso de algumas remissões internas, procurando estabelecer correlações com questões apontadas no trabalho. Para tal, destacamos o capítulo e o sub-capítulo (em negrito) para os quais determinada noção deverá ser remetida, tanto no corpo do trabalho quanto em nota.

No intuito de dar destaque a algumas expressões utilizadas na tese, utilizamos uma tipografia diferenciada (em itálico ou negrito).

Quanto às análises dos *estudos de caso*, seguimos algumas convenções.

No intuito de facilitar o acompanhamento da análise do *estudo de caso* 2, referente à petição inicial, faremos menção ao artigo em que a categoria lingüística está inserida. Em relação ao *estudo de caso* 3, correspondente ao editorial, as linhas serão numeradas e mencionadas quando do levantamento dos recursos lingüísticos relevantes.

Salientemos que, de forma a depreender a EO dos textos que constituem os estudos de caso, numeraremos, nos textos pertencentes aos anexos 1, 2 e 3, **as UTs que terão um papel significativo nas análises**. De forma a destacar essas UTs do corpo do texto, elas virão, nos anexos, em negrito.

Quando recorremos aos *outdoors*, eles se encontram no anexo 1. Ao trabalharmos com um dos *outdoors*, utilizamos o número 1 (relativo ao conjunto de cartazes²⁵ partidários), seguido do número correspondente ao texto. Essa numeração segue a ordem das fases da campanha dos dois partidos, começando pelo PS e passando em seguida ao PSD. O *outdoor* escolhido como *estudo de caso* tem apenas o número 1.

²⁵ O termo “cartaz”, utilizado com muita frequência em Portugal, tem, nesta tese, o mesmo sentido que “outdoor”.

Em relação às petições (anexo 2), fazemos uso do número 2, para o *estudo de caso* – ação de condenação em processo sumário – e de 2.1., para a outra petição analisada – ação declarativa especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contrato.

No que tange aos editoriais, utilizamos o número 3 (relativo ao anexo) e, em seguida, colocamos o número referente ao texto. Essa numeração segue uma ordem de hierarquização temporal – em função da data de aparecimento dos *outdoors* nos dois veículos. Numeramos, primeiramente, os editoriais do *Público* e em seguida os do *DN*. O editorial, que corresponde ao *estudo de caso*, vem com o número 3.

Para acompanhar as análises efetuadas no **capítulo 6**, transcrevemos os *estudos de caso* e os anexamos ao trabalho. Os *outdoors* partidários, petições iniciais e editoriais originais, que compõem os *corpora*, são apresentados em formato digital, no CD que acompanha este volume.

Representamos, nas tabelas a seguir, os vários anexos desta tese.

- *Outdoors* partidários do PS e do PSD

Anexo 1

		Outdoors partidários	Anexos
Fase 1	PS	“CHEGA DE BOTA ABAIXO.”	1.1.
	PSD	“CHEGA DE BOTA ABAIXO”	1.2.
		“CHEGA DE BOTA ABAIXO”	1.3.
Fase 2	PS	“CORAGEM”	1.4.
		“DETERMINAÇÃO”	1.5.
		“SERIEDADE”	1.6.
	PSD	“Pai, o Guterres e o Ferro não são do mesmo governo?” “Mãe, porque é que a avó precisa de cunhas para ser operada?” “Pai, porque é que dizem que Portugal está a perder o comboio da Europa?” “Avô, porque é que trabalhaste tanto para ter uma reforma tão baixa?”	1.7. 1 1.8. 1.9.
Fase 3	PS	“FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA TODOS OS JOVENS.”	1.10.
	PSD	“Fazer AGORA” – 4 cartazes	1.11.; 1.12.; 1.13.; 1.14.
Fase 4 ²⁶	PS	_____	_____
	PSD	“Mudar com COMPETÊNCIA”	1.15.
		“Mudar com CONFIANÇA” “Mudar com RESPONSABILIDADE”	1.16. 1.17.
Fase 5	PS	“VOTE UM PORTUGAL SOLIDÁRIO”.	1.18.
	PSD	“Em 17 de março, Somos Todos Portugal”	1.19.

²⁶ No caso específico do PS, não nos foi fornecido material que justificasse essa quarta fase.

- Petições iniciais do escritório Seabra, Gonçalves Ferreira, Cunha e Associados

Anexo 2

Título	Anexos
Acção de condenação em processo sumário (despejo)	2
Acção declarativa especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contrato	2.1.

- Editoriais do *Público* e do *DN*

Anexo 3 – editoriais do *Público*

DATA	TÍTULO	AUTOR	Anexos
28/2/02	Acabar o que falta	Luís Miguel Viana	3.1.
01/03/02	Durão, esquerda e direita	Manuel Carvalho	3
02/03/02	Uma pequena sugestão, um pedido	José Manuel Fernandes	3.2.
06/03/02	OTA, demagogia e teimosia	José Manuel Fernandes	3.3.
12/03/02	Os “Boys”	Luís Miguel Viana	3.4.
14/03/02	Programas Ocultos ou Nem por isso	José Manuel Fernandes	3.5.

Anexo 3 - Editoriais do *DN*

DATA	TÍTULO	AUTOR	Anexos
18/2/02	Circos	António Ribeiro Ferreira	3.6.
20/02/02	Tentações de campanha	Mário Bettencourt Resendes	3.7.
22/02/02	Orçamentos	Francisco Azevedo e Silva	3.8.
25/02/02	Caminhos de Portugal	António Ribeiro Ferreira	3.9.
27/02/02	Tudo na mesma	Mário Bettencourt Resendes	3.10.
04/03/02	Parem a campanha	António Ribeiro Ferreira	3.11.
05/03/02	Euros	Francisco Azevedo e Silva	3.12.
07/03/02	O agente encarnado	António Ribeiro Ferreira	3.13.
11/03/02	Fitas à moda do Porto	António Ribeiro Ferreira	3.14.
12/03/02	Diagnósticos e prioridades	Francisco Azevedo e Silva	3.15.
13/03/02	A noite de Portas	Mário Bettencourt Resende	3.16.

2. Argumentação

2.1. Introdução

Visando a um melhor entendimento das diversas teorias lingüísticas atuais acerca da argumentação, que nos ajudarão a descrever a *argumentação em diversos gêneros*, faremos um percurso histórico de sua filiação à retórica clássica. Esse trajeto longínquo poderia até parecer estranho, mas não nos devemos esquecer de que as práticas argumentativas lingüísticas atuais têm os seus fundamentos na teoria e técnica de produção/recepção de discursos da Antigüidade Clássica.

Primeiramente, mostraremos os primeiros estudos acerca da retórica, sistematizados por Aristóteles (1991). Tal recuo no tempo se deveu ao fato de que a sistematização aristotélica sobre a questão foi fundadora e de extrema relevância para os estudos atuais sobre a argumentação. Em seguida, daremos ‘um salto’ cronológico e estudaremos o renascimento dos estudos retóricos, sobretudo com Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 1988⁵)²⁷ e Toulmin ([1958] 1993) e ([1958] 2001)²⁸, complementando-os por questões levantadas por Barthes (1970), Plett (1981) e Genette (1970 e 1977). Por fim, mostraremos a reatualização do estudo da *argumentação* em algumas teorias²⁹: na perspectiva pragmático-semântica

²⁷ O título da primeira edição, em 1958, pela PUF é *La Nouvelle Rhétorique: Traité de l'argumentation*. Na 2ª edição, pela Universidade de Bruxelas, *La nouvelle rhétorique*, passou a ser subtítulo. Contudo, a tradução inglesa de 1969 é feita a partir da 1ª edição: *The New Rhetoric: A Treatise on Argument*. A edição com a qual trabalharemos é a 5ª francesa, datada de 1988 e tem como título: *Traité de l'Argumentation: la nouvelle rhétorique*. A obra com a qual trabalhamos será representada, no decorrer do trabalho, por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵).

²⁸ A publicação de Toulmin, doravante, será representada por Toulmin (1993 ou 2001), ao fazermos menção à tradução em francês ou em português, respectivamente.

²⁹ Várias foram as perspectivas teóricas de linha francesa que se debruçaram sobre a questão: na lógica natural os trabalhos de Grize – 1982, 1990 e 1996 –, na lógica discursiva, os contributos de Vignaux (1976 e 1988); na lingüístico-retórica e na argumentação num quadro dialógico, Plantin (1990, 1993 e 2004); no aspecto filosófico, os trabalhos de Meyer (1991 e 1993); na semiolingüística, Charaudeau (1983 e 1992). No quadro holandês, destaca-se a pragma-dialética desenvolvida por Van Eemeren & Grootendorst (1984, 2004), desenvolvida a partir dos trabalhos de Austin (1970) e Searle (1972). Contudo, optamos apenas pelas perspectivas com maior relevância para o corpo desta pesquisa, ou seja, aquelas que abarcaram a argumentação do ponto de vista lingüístico, nomeadamente os estudos de Ducrot e de Anscombre ([1983] 1988²); de Ducrot e Carel (2006); e os de Adam (1999).

(com Ducrot – 1972, 1984b/ Anscombre & Ducrot – ([1983] 1988)³⁰ e, mais recentemente, por Carel (2001, 2003 e 2005a, b e c) e Ducrot (2001 e 2004), e na abordagem lingüístico-textual – Adam ([1992] 2001⁴)³¹. Ao final desse percurso teórico, teremos condição de problematizar a questão, buscando de que forma as diversas perspectivas podem vir a contribuir, com as suas especificidades, para a análise de textos.

Gostaríamos, antes de fazer esse percurso, de apresentar alguns conceitos que para nós estiveram sempre associados ao termo argumentação: as noções de *retórica* e *persuasão*. Procuraremos, inclusive, no **capítulo 4**, repensar o significado que esses elementos terão nesta tese.

Ao estabelecermos uma relação entre a *argumentação* e a *retórica*, podemos dizer que, desde a Antigüidade, a segunda esteve relacionada à primeira. Em Aristóteles, por exemplo, o conteúdo racional do discurso (*argumentação*) esteve sempre relacionado à maneira como este discurso era proferido no intuito de persuadir (*retórica*)³². Por outro lado, ao longo da história, o primeiro conservou o seu aspecto de racionalidade; ao passo que o segundo passou a ser sinônimo de eloquência até em demasia e a assumir um sentido pejorativo.

No século XX, tais noções voltaram a se aproximar. Para Van Eemeren & Grootendorst (1984)³³, a *argumentação* se refere a uma intenção de determinado locutor de fazer alguém acreditar algo, já a *persuasão* consiste na própria aceitação, por parte de um auditório, de algo. Para os autores, toda *persuasão* passaria necessariamente por uma argumentação. Em

³⁰ Doravante essa obra será representada por Anscombre & Ducrot (1988²).

³¹ Doravante essa obra será representada por Adam (2001⁴).

³² Mais detalhes, inclusive sobre as diversas acepções desses termos ao longo da história, podem ser vistos, por exemplo, em Meyer, Timmermans e Carrilho (1999).

³³ Van Eemeren & Grootendorst (1984, 2004) desenvolvem uma abordagem crítica da argumentação ou pragma-dialética. Através dessa perspectiva, focada principalmente na discussão, como afirmam Van Eemeren & Grootendorst: “all argumentation is regarded as a part of a critical discussion between parties that are prepared to abide by an agreed discussion procedure” – Van Eemeren & Grootendorst (2004: 16), e com isso, a argumentação segue alguns esquemas já tipificados. Tal perspectiva apresentaria uma utilização limitada na análise dos textos empíricos com os quais nos deparamos.

contrapartida, para Ducrot (1992, 2004) os dois conceitos estão dissociados: a argumentação não implicaria necessariamente a persuasão³⁴.

2.2. Estudos iniciais

Estes estudos iniciais apresentam, a nosso ver, dois períodos distintos. O correspondente aos trabalhos fundadores sobre a questão³⁵ e aqueles referentes à sistematização e à organização da teoria retórica. No entanto, no interior desse período histórico sobre os estudos da argumentação³⁶, ressaltaremos, sobretudo, a herança aristotélica, – sistematizadora dos estudos retóricos – por considerá-la de grande importância, como veremos, para as teorias atuais sobre a argumentação. Todavia, evidentemente, não deixaremos de mencionar aspectos levantados por outros teóricos posteriores a Aristóteles, como Cícero (1961), Quintiliano (1978) e Herênio (s/d, *apud* Gardes-Tamine, 1996) que reatualizaram, sistematizaram, codificaram e vulgarizaram as normas do discurso persuasivo.

³⁴ Mais detalhes serão vistos no item 2.4.1.2., quando fizermos a distinção entre a *argumentação lingüística* e a *argumentação retórica* para Ducrot.

³⁵ Não relevamos neste período inicial o período fundador da Retórica. Neste período de fortalecimento da democracia grega, observam-se dois posicionamentos distintos: de um lado teóricos – denominados sofistas – que enfatizavam a importância do *verossímil* como instrumento persuasivo, como: Córax e Górgias. Do outro, estudiosos como Platão, que acreditavam que os discursos não eram simulacros, mas sim expressão da verdade. Desta forma, estes criticavam os sofistas por considerá-los demagogos e por fazerem uso das técnicas retóricas de forma mercenária. Para estudos aprofundados sobre esta época, ver: Breton & Gauthier (2001), Robrieux (2000) e Meyer, Timmermans e Carrilho (1999).

³⁶ Embora não façamos um percurso histórico completo, desde a Antiguidade até os dias de hoje, o estudo da retórica sempre esteve, ao longo da história, ligado a duas vertentes. De um lado o seu cariz estético, do outro o seu lado racional. No final da Idade Antiga, a retórica começou a ser mais valorizada pelo seu viés estético, literário do que pelo seu caráter persuasivo. Já na Idade Média, o interesse pela retórica passa do discurso oral para o escrito e assume uma nova dimensão. Inclusive, a obra aristotélica entra com grande força no ocidente sendo introduzida no ensino como disciplina. Na Idade Moderna, com Descartes, a retórica mais uma vez se aproxima da literatura e por outro lado, o lado mais racional, a argumentação se aproxima de uma demonstração. No Renascimento, houve um aproveitamento para o ensino pedagógico, pelos jesuítas dos estudos de Quintiliano ou de Cícero. Para maiores detalhes históricos sobre a argumentação, ver Meyer, Timmermans e Carrilho (1999), que apresenta uma bibliografia específica sobre a argumentação nos diversos períodos da humanidade.

2.2.1. Sistematização dos estudos retóricos

Foi Aristóteles (384-322 a.C.), reconhecidamente, que sistematizou os estudos retóricos. Inclusive foi ele que escreveu dois tratados bem distintos relacionados a questões discursivas³⁷: a *techné rhétoriké* (retórica) e a *techné poiétiké* (poética). Dessa forma, a retórica aristotélica é clivada desde suas origens em dois sistemas bem distintos – um lado que se poderia considerar mais voltado ao estudo de diversos discursos da comunicação do dia-a-dia e outro ao estudo do discurso mais literário, os quais se fundirão ao longo da história³⁸. Contudo, centrar-nos-emos, sobretudo, na sua obra *Retórica*³⁹ para explicitar os contributos aristotélicos para as teorias atuais sobre a argumentação.

Primeiramente, seria interessante apontar a própria sistematização do livro *Retórica*. Este foi submetido a uma divisão que influenciará as teorias da informação modernas⁴⁰. Poderemos talvez considerar que o livro I da *Retórica* seria o livro do orador da mensagem. Nele são apontados os argumentos que são utilizados em função da adaptação ao público segundo os três gêneros⁴¹ (judicial, deliberativo e epidíctico). O livro II corresponde ao

³⁷ O discurso, no sentido aristotélico, corresponde a qualquer tipo de mensagem oral proferida.

³⁸ Segundo Barthes, haverá a fusão dos dois segmentos na época de Augusto. Na Idade Média, as artes poéticas são retóricas, e os grandes retóricos são poetas. Para Barthes esta fusão é de grande importância para justificar a idéia de literatura. Cf. Barthes (1970: 178).

³⁹ Nomeadamente aos três livros que compõem a *Retórica*, abreviados por *Rhét. I*, *Rhét. II* e *Rhét. III*, pois a edição com a qual trabalhamos é em francês. Ao fazer alguma citação, apresentamos o número do livro em que ela se insere e acrescentamos o capítulo e a numeração do trecho em que se encontra a citação (em numeral cardinal).

⁴⁰ Dentro das teorias de informação moderna, temos o *emissor*, que corresponde a qualquer aparelho que é uma fonte de transmissão de ondas eletromagnéticas capazes de transmitir mensagens de forma codificada, quer de sons, de imagens ou mesmo de signos (emissor de televisão, de rádio). Por influência dessas mesmas teorias, o termo emissor passou a designar também a pessoa que emite mensagens para um receptor. Tal esquema de comunicação simétrico foi criticado por vários segmentos da lingüística. Em semiótica, pragmática ou análise do discurso, continua-se, por exemplo, a usar o termo emissor, contudo o sujeito que ele representa não é apenas aquele que codifica uma mensagem, mas aquele que tem uma intenção, uma certa competência e que tem um projeto de fala. A lógica natural, representada por Grize (1990), discute esta simetria, considerando que toda comunicação implica uma esquematização e, por conseguinte, uma seleção. Dessa forma, o locutor A constrói uma representação discursiva de si, do próprio receptor (B) e do próprio assunto. B, por sua vez, reconstruirá estas imagens as quais não serão idênticas às estipuladas por A.

⁴¹ O gênero judicial correspondia aos discursos proferidos frente a um juiz, atendendo aos interesses de cada uma das partes opostas envolvidas em um processo e o sítio institucional era o tribunal. Este gênero objetivava a definição, pelo juiz, do certo ou errado em relação a um acontecimento ocorrido. O gênero deliberativo incluía as práticas discursivas empregadas quando da declaração de uma guerra ou, ainda, quando da necessidade de construção de algumas obras públicas. Institucionalmente, ocorria em assembleias ou conselhos e visava, sobretudo, a determinar o que convinha realizar ou não dentro de determinada

livro do receptor da mensagem. Neste, são tratadas as emoções envolvidas na argumentação e a forma como os argumentos são recebidos pelo público. O livro III é o livro da própria mensagem. Nesta parte é mostrada a *lexis* ou *elocutio*, quer dizer as figuras e também a *taxis* ou *dispositio*, correspondente à ordem das partes do discurso.

Além disso, em relação à própria definição da retórica, em seu primeiro livro, capítulo II, Aristóteles a define como a capacidade de extrair de qualquer tipo de assunto o grau de persuasão que ele comporta⁴². O mais importante para o teórico é que a retórica é uma *techné*, quer dizer, “*le moyen de produire une des choses qui peuvent indifféremment être ou n’être pas*” – Barthes (1970: 179).

Todavia, em lugar de opor verossimilhança e verdade, como Platão, Aristóteles optou pela definição dos bons e maus usos da retórica, estabelecendo uma diferenciação entre verossimilhança absoluta e aparente. Por exemplo, ao criticar técnicas argumentativas de Córax e Protágoras, Aristóteles afirma:

C’est de ce lieu que se compose la *Rhétorique* de Corax. Ainsi, qu’un individu ne prête pas à l’accusation portée contre lui, par exemple, en raison de sa faiblesse, il échappe à la condamnation pour voies de fait, car il n’y a pas vraisemblance (qu’il soit réellement coupable); mais qu’il prête à cette accusation, par exemple, en raison de sa vigueur, il s’en tire encore, attendu qu’il n’y a pas non plus vraisemblance, car il allait bien penser qu’il y aurait vraisemblance. Il en est de même des autres cas. Il faut de deux choses l’une: ou qu’il y ait, ou qu’il n’y ait pas de matière à poursuivre ; et les deux cas [paraissent] [...] vraisemblables. Le premier est vraisemblable et le second ne l’est pas absolument parlant, mais de la manière que nous l’avons dit ; et *c’est là le moyen d’assurer la supériorité à la cause la plus faible*. C’est, par conséquent, à bon droit que l’on refusait d’admettre la prétention que Protagoras affichait. C’était un mensonge et non une vérité, mais une apparente vraisemblance qui ne se rencontre dans aucun art, excepté l’art oratoire et celui de la contreverse.

Rhét. II, 24, 1402a – destaque nosso

Para Aristóteles, a retórica é um instrumento e pode ser usada a serviço tanto do bem quanto do mal, importando assim a *verossimilhança* dos fatos. Segundo esse teórico:

comunidade. O gênero demonstrativo ou epidíctico englobava os discursos de celebração (tanto de festas quanto de lutos).

⁴² Cf. *Rhét.* I, 2, 1356a .

“Enfin c’est par le discours lui-même que l’on persuade lorsque nous démontrons la vérité, ou ce qui *paraît* comme tel, d’après des faits probants déduits un à un.”⁴³ – destaque nosso.

Ou seja, o que importa na persuasão pode ser tanto a verdade quanto aquilo que é verossímil. Assim, a retórica conforme Aristóteles⁴⁴ é a arte (palavra que no sentido clássico corresponde, praticamente, ao que denominamos atualmente técnica) de persuadir relativamente às coisas comuns sob o ângulo do justo e do injusto, do útil ou do prejudicial, do bem e do mal, o que leva à definição dos três gêneros do discurso aristotélico: o *judiciário*, o *deliberativo* e o *epidíctico*.

Há ainda a assinalar que, para Aristóteles, existe a *predominância de uma retórica do raciocínio* em relação a uma retórica das paixões⁴⁵, características dos tecnólogos como Tísias e outros que preconizavam meios extratécnicos para impressionar o juiz. Claramente, o filósofo grego os critica: “Il ne faut pas faire dévier le juge en le poussant à la colère, à la haine, à la pitié. C’est comme si l’on faussait d’avance la règle dont on va se servir”⁴⁶.

É notório, ainda, que os estudos retóricos de Aristóteles ampliam o campo de atuação da retórica, passando esta a ser utilizada não apenas nos tribunais (como faziam os tecnólogos) ou ainda nas discussões filosóficas (como realizavam Platão e os seus seguidores), mas *em todas as situações em que se fazia necessário um convencimento*. Como afirma Aristóteles: “La rhétorique est la faculté de considérer, pour chaque question, *quelque que seja*⁴⁷, ce qui peut être propre à persuader⁴⁸”.

Dentro desse raciocínio argumentativo, Aristóteles distingue três tipos de provas⁴⁹: aquelas que se centram no caráter do orador construído discursivamente (*ethos*); as que se baseiam

⁴³ *Rhét.* I, 2, 1356a.

⁴⁴ Definição compartilhada também por Cícero (1961).

⁴⁵ Embora Aristóteles tenha dedicado o livro II da *Rhétorique* a descrever estas paixões.

⁴⁶ *Rhét.* I, 1, 1354a.

⁴⁷ Inserção nossa.

⁴⁸ *Rhét.* I, 2, 1356a.

⁴⁹ Estas provas serão retrabalhadas quando desenvolvermos as questões enunciativas que entraram na grade de análise dos nossos *corpora*.

no próprio discurso (*logos*) e as que ancoram nas emoções (paixões) provocadas no auditório pelo discurso (*pathos*)⁵⁰.

Em relação ao tipo de raciocínio envolvido na persuasão, Aristóteles elenca primeiramente dois tipos⁵¹: ou a argumentação pode se dar pela utilização de um *exemplo*, que consiste no emprego de um caso parecido ao que se quer defender, no intuito de se buscar a legitimidade ou pelo uso de um *entimema*. Este corresponde a uma espécie de silogismo⁵², isto é, a partir de uma premissa, podemos chegar, necessariamente, a uma nova proposição, tendo-se por base a verossimilhança. Contudo, Aristóteles, ao descrever o gênero epídico/ou demonstrativo⁵³, menciona também um outro recurso: a *ampliação*, que cita ser adequada a este tipo de gênero. Como neste gênero aristotélico há um pressuposto da existência de um acordo entre as partes em relação à opinião sobre aquilo que é comentado, pensamos que a utilização da *ampliação* como estratégia possibilite reforçar a importância do que é dito.

Além das obras de Aristóteles, que procuraram sistematizar o estudo da retórica, surgiram tratados de retórica romanos⁵⁴ – entre o séc I a.C. e I d.C. – que atualizaram questões teóricas já abordadas por Aristóteles, complementando-as com experiências práticas e pedagógicas. A partir do contributo desses vários estudiosos, detalharemos um dos aspectos da retórica clássica que mais influenciará a produção textual contemporânea⁵⁵: o modelo de cinco fases da *techné rhétoriké*, que correspondem tanto a categorias prescritivas (relativas à forma do discurso e à apresentação do mesmo) quanto às categorias de análise (como

⁵⁰ Observam-se das teorias lingüísticas atuais, estudos de Maingueneau (1998, 1999) centrados na questão do *ethos*, de Plantin (2004) sobre o *pathos*, ou ainda, de Adam (1999b, 2002) sobre o *ethos* e o *pathos*. Meyer, Timmermans e Carrilho (1999), num teor mais filosófico, fazem um retrospecto das noções ao longo da história e mencionam que cada época privilegia uma destas provas. O século XX, por exemplo, para os autores, é a predominância do *logos*.

⁵¹ Cf. *Rhét.* I, 2, 1356b: “Il n’y a rien en dehors de là”.

⁵² Um silogismo se apresenta sob a forma de duas premissas e uma conclusão necessariamente verdadeira.

⁵³ Gênero característico do elogio ou da censura segundo Aristóteles (*Rhét.*I, 3, 1358b).

⁵⁴ Durante muito tempo, as práticas argumentativas estavam organizadas em quatro manuais redigidos a partir de Aristóteles, entre o século I a.C. e o século III d.C.: *De oratore* de Cícero – magistrato romano que viveu entre 106-43 a.C., *Rhétorique à Herennius*, de um autor anônimo, *Institution oratoire* de Quintiliano – retor romano do século I d.C. que participou da divulgação pedagógica da *Retórica*, e o curso de retórica de Hermógeno, desaparecido em parte, que constitui para alguns autores como a última grande contribuição para a teoria da retórica.

⁵⁵ Dentro destes estudos da retórica contemporânea podemos fazer menção a Plett (1981) e a Barthes (1970).

funciona um tal discurso). Primeiramente, descreveremos as cinco partes do discurso e, depois, relacioná-las-emos com as diversas teorias que implicam a construção do ato argumentativo.

A maioria dos tratados de retórica divide as tarefas do orador em cinco etapas⁵⁶: a *invenção*, a *disposição*, a *elocução*, a *ação* e a *memória*. Estas palavras, ao serem traduzidas diretamente do latim e do grego, não apresentam o mesmo sentido que detêm em língua portuguesa. Por isso, colocaremos também a transcrição latina e grega.

■ a *invenção* (*inventio*, *heurésis*) – Esta corresponde à primeira etapa da criação do discurso, segundo a *techné rhetoriké*, e não está relacionada à invenção, na acepção da palavra, mas à descoberta. Diz respeito à criação de idéias (argumentos). Os argumentos a serem usados em determinado discurso são copiados de discursos anteriores da tradição, onde haviam funcionado bem, e costumavam ser reunidos em listas e classificados quanto ao tipo de público a que deveriam ser aplicados, à disposição dos interessados.

Na verdade, a *invenção* corresponderia a três etapas bem distintas: primeiramente o orador deveria escolher os argumentos de ordem afetiva ou racional⁵⁷, depois, descobriria em que domínios ele poderia ir buscar suas provas⁵⁸ e, enfim procuraria observar se existiriam à sua disposição argumentos já pré-estabelecidos⁵⁹.

⁵⁶ Para Aristóteles existiam quatro etapas em um discurso (invenção, disposição, elocução e ação). A tradição romana (*Rhétorique à Herennius*, com autoria não confirmada; tratados de Cícero e *De l'institution oratoire* de Quintiliano) acrescentou-lhe a memória.

⁵⁷ Aristóteles distingue, como mencionamos anteriormente, três tipos de provas: as que valorizam o *ethos* (por exemplo, argumento por autoridade); as que tocam o *pathos* (uso da metáfora, analogia e outras) e ainda as que acionam o *logos* (argumento mais lógico e não passional).

⁵⁸ Aristóteles distingue dois tipos de provas: os *atechnoi* e os *entechnoi*, que poderiam ser traduzidos por extra-técnicas e intra-técnicas. As primeiras existem independentemente do orador, as segundas são discursivas e dependem da criatividade de quem produz o texto. De acordo com Aristóteles (*Rhét*, I, 15, 1375b), as extra-técnicas podem ser: as leis (englobando a jurisprudência e os costumes); os testemunhos antigos (de autoridades de grandes homens desaparecidos) e também novos (atestando a realidade e a verossimilhança dos fatos) – a *Rhétorique à Herennius*, II, 12, acrescenta o rumor público ; os contratos e convenções diversas; as confissões sob tortura e os sermões. Já as provas intra-técnicas se dividem em duas: o exemplo e o entimema.

⁵⁹ O orador pode extrair os argumentos a serem utilizados no quadro intra-técnico de várias fontes, são os chamados lugares (*loci*, *topoi*), que são classificados nos *Topiques* (Aristóteles). Correspondem, numa acepção que se tornou mais generalizada, a reservatórios de argumentos. Estes lugares receberam várias classificações, contudo reteremos a classificação da retórica clássica em lugares comuns e especiais. Os

■ a disposição (*dispositio, taxis*) – Esta corresponde ao agenciamento estruturado das idéias ao longo do texto (em partes e subpartes), seguindo um plano. Pela obra de Cícero (1961) *apud* Declercq (1992: 157), chegou-nos o modelo atual da divisão do discurso em quatro partes: *exórdio*, *narração*, *prova* e *peroração*. Contudo, adaptá-la-emos à divisão proposta por Robrieux (2000: 20, 21):

- *exórdio* (*exordium, prooimion*), que corresponde à parte introdutória do discurso, tem dois objetivos: chamar a atenção do público e também anunciar uma estrutura que será seguida ao longo do texto. Assim, primeiramente começa com estratégias lingüísticas que visam a captar a benevolência (*captatio benevolentiae*) do público (simpatia, interesse, atenção), buscando mobilizar ao mesmo tempo as provas éticas (relacionadas ao *ethos*) e patéticas (referentes ao *pathos*). O *exórdio* termina com o *partitio* (segmentação em partes), ou *divisio* (divisão), termos latinos que correspondem à antecipação do plano a ser desenvolvido no texto.

Porém, como menciona Aristóteles, a função primordial do *exórdio* é de apontar a finalidade do discurso⁶⁰. Com isso, afirma que o discurso pode apresentar ou não um *exórdio*, dependendo de sua complexidade. Além disso, pode também ser o *exórdio* disperso ao longo do texto⁶¹.

- A *narração* (*narratio, diégésis*) – Esta também se tornou um gênero literário independente e consiste na exposição dos fatos sobre os quais o orador se apóia para defender o seu ponto de vista. Nesta exposição podem estar presentes trechos descritivos. É importante ressaltar que corresponde à parte mais longa do discurso, principalmente no gênero jurídico. No intuito de ser mais clara, pode apresentar subdivisões e, ainda, pode estar integrada às provas, formando um único bloco.

primeiros são mais gerais e podem integrar-se em qualquer gênero do discurso. Os outros são variáveis dependendo do contexto.

⁶⁰ Cf. *Rhét.* III, 14, 1415a.

⁶¹ Cf. *Rhét.* III, 14, 1415b.

- A confirmação (*confirmatio, apodeixis ou pistis*) – Nesta são anunciados os argumentos e as provas que sustentam o ponto que é debatido. A estrutura interna desta parte pode assim ser esquematizada: a proposição, que resume o ponto a ser debatido; a argumentação, que corresponde à exposição dos argumentos e provas; e a alteração, que está relacionado a um pequeno debate com a parte adversária.

- A digressão (*digression, parekbasis*) – Esta é uma espécie de parte móvel, facultativa, que geralmente segue a confirmação. Neste bloco, funcionando como uma espécie de parênteses, buscava-se sair do assunto principal, procurando ‘provocar’ os *pathè* (o auditório), tanto divertindo-os, quanto provocando a indignação ou a piedade. Dessa forma, eram usados descrições ou relatos, que podiam não estar relacionados ao assunto em causa.

- A peroração ou o epílogo (*peroratio, épilogos*) – É onde se retomam os pontos essenciais da argumentação e estes são amplificados. Esta parte visa, sobretudo, a despertar as paixões no público, por isso o uso freqüente de figuras de retórica: metáfora, prosopopéia, gradação.

É importante ressaltar que, apesar desta segmentação do discurso, havia, já por parte dos grandes mestres da retórica clássica, uma certa maleabilidade presente, eliminando assim possíveis preceitos divisórios rígidos e estáticos. Aristóteles⁶² inclusive menciona que a *peroração*, no discurso jurídico, por exemplo, poderia até ser dispensada de acordo com algumas situações. Também alguns discursos de menor dimensão poderiam não ter peroração, para não se tornarem demasiadamente longos.

■ a elocução (*elocutio, lexis*) – Esta não deve ser confundida com a acepção moderna do termo que o relaciona apenas ao discurso oral. Corresponde ao conjunto de técnicas referentes à produção textual: estilo ou escolha das palavras e expressões – uso das chamadas figuras de retórica, que inclui as figuras de substituição, como a metáfora – apropriadas ao objetivo do discurso.

⁶² *Rhét.* III, 3, 1414b.

■ a ação (*actio*, *hypocrisis*) – Esta corresponde ao conceito atual de elocução: conjunto de técnicas que permite que um discurso seja passado a um público. Na verdade, lida com questões corporais e vocais.

■ a memória (*memoria*, *mnémè*) – Esta diz respeito às técnicas de memorização do discurso, preparatória à sua realização oral em público, quando se faz necessária uma memorização ou improvisação.

Sublinhamos que as três primeiras operações (*Inventio*, *Dispositio*, *Elocutio*) foram as mais importantes⁶³, tendo influenciado os estudos retóricos desde a Antigüidade até os dias atuais⁶⁴. As duas últimas (*Actio* e *Memoria*) foram sacrificadas⁶⁵ a partir do momento em que a retórica começou também a ser trabalhada não apenas em discursos orais, mas escritos.

De forma sumária apresentamos, com um ‘olhar atualizado’ um quadro com as normas antigas da construção do discurso retórico clássico:

⁶³ Compartilhamos o pensamento de Barthes (1970: 197).

⁶⁴ Van Dijk (1981) menciona que a retórica tem a Ciência do Texto como representante moderno.

⁶⁵ Barthes acentua que a *actio* é importante porque remete a uma dramaturgia da palavra enquanto que a *memoria*, a um conjunto de processos mnemotécnicos – cf. Barthes (1970: 197). Plett menciona a tentativa recente de atualizar estes conceitos. Assim, a *actio* corresponderia a uma teoria da mídia e a *memoria*, a um

Normas antigas de construção do discurso retórico

Etapas da estruturação do discurso argumentativo	Questões específicas	Teorias colocadas
Invenção	Qual a tese a ser defendida? Quais os argumentos a serem utilizados? (busca do afetivo ou racional) Provas extratécnicas ou intratécnicas? Em que lugares se apoiar?	Conhecimento de estratégias visando a atingir o <i>pathos</i> , o <i>ethos</i> e o <i>logos</i> . Uso do exemplo e do entimema. Conhecimento dos Tópicos.
Disposição	Como dispor os argumentos ao longo do texto? Qual é a melhor ordem dos argumentos?	Partes do Plano: Exórdio Narração Confirmação Digressão Peroração
Elocução	Quais são as figuras de estilo mais adaptadas? Como o orador se apresenta? Como atingir o público?	Estratégias discursivas visando a caracterizar o <i>ethos</i> e o <i>pathos</i> .
Memória ^{*66}	Como o orador mobiliza a sua memória? Como estabelece uma relação entre a sua memória e a do auditório? Como a relaciona com a memória coletiva?	Estratégias lingüísticas que visam a atingir a memória do interlocutor e a memória coletiva.
Ação*	Quais são os gêneros do discurso? Quais são as situações em que se dá a interação?	Papel do contexto na recepção do argumento. Definição do gênero do discurso.

Adaptado de (BRETON & GAUTHIER, 2001: 30) e (ROBRIEUX, 2000: 20, 21)

2.3. Ressurgimento dos estudos

Esta etapa corresponde à emergência da “nova retórica”, que busca reatualizar alguns preceitos aristotélicos. Nessa nova fase, observam-se duas origens: no âmbito francófono, os trabalhos de Chaïm Perelman e também de Lucie Olbrechts-Tyteca (1988⁵), complementados pelos estudos de Barthes (1970) e de Plett (1981); no pólo anglo-saxão, os

acervo de dados. De qualquer jeito, critica o excesso de tentativa de modernização dos conceitos. Cf. Plett (1981: 146).

⁶⁶ É importante salientar que os as duas últimas fases, identificadas com um asterisco, diziam respeito apenas ao texto oral e foram praticamente esquecidas pelos tratados a partir da Idade Média. No entanto, ainda se mantiveram pela tradição por um processo de imitação.

trabalhos de Toulmin (1993) ou (2001)⁶⁷, dando à noção um teor mais pragmático e menos taxionômico. Esses estudos, apesar de não serem de natureza propriamente lingüística, tiveram uma enorme repercussão nas várias correntes lingüísticas, que procuraram aprofundar essa problemática. Essas perspectivas serão estudadas no item 2.4..

2.3.1. Estudos de Perelman & Olbrechts-Tyteca

Em 1958, no mesmo ano em que Toulmin publica *The Uses of Argument*, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca lançam um livro que representa um grande marco para o estudo da retórica: *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique*. Neste rompem com o conceito da razão e do raciocínio preconizados por Descartes⁶⁸ e reatam com a tradição retórica grega, principalmente a aristotélica. A filiação a Aristóteles é marcada logo no início da obra, quando mencionam que se preocuparão em analisar as provas dialéticas aristotélicas⁶⁹. Na verdade, o subtítulo *la nouvelle rhétorique* marca esta filiação tanto com autores greco-latinos como com alguns do Renascimento que estudaram a arte de persuadir e de convencer como uma técnica da deliberação e da discussão.

No entanto, acreditamos que os autores se desvencilham dos teóricos clássicos em dois pontos. Primeiramente, preocuparam-se com técnicas argumentativas utilizadas no discurso escrito, ao contrário dos antigos que as estudavam no discurso oral. Além disso, concentraram-se apenas no condicionamento do auditório pelo discurso, dessa forma se detiveram na ordem de apresentação dos argumentos, visando a um maior efeito. Com isso, negligenciaram as provas extratécnicas aristotélicas⁷⁰, que consideram não pertencer à técnica retórica.

⁶⁷ Como são obras pontuais, não faremos um percurso exaustivo de conceitos teóricos como será realizado no capítulo referente ao gênero.

⁶⁸ Não se pode esquecer de que no *Discours de la méthode*, Descartes considerava falso tudo aquilo que era verossímil. Dessa forma, ao contrário de Aristóteles, não considerava o verossímil como um possível critério a ser utilizado na argumentação. Cf. Descartes (1946).

⁶⁹ Estas são mostradas na obra *Topiques* e aplicadas na *Rhétorique*.

⁷⁰ Cf. *Rhét.* I, 2, 1355b.

Passaremos a pontuar os principais contributos de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵), correlacionando-os, sempre que possível, com os modelos greco-latino/cartesianos e faremos inclusive menção a estudos posteriores que neles se basearam.

Inicialmente, em Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵), é resgatada a importância da *verossimilhança*⁷¹, contrapondo-a à necessidade do raciocínio e da pura verdade, como defendia Descartes. Inclusive, Cardoso e Cunha, ao comentar a obra de Perelman & Olbrechts-Tyteca, afirma: “A verossimilhança tem de distintivo em relação à verdade é que essa semelhança ao vero se decide apenas na instância interlocutória que é um auditório. Há que obter uma ‘adesão’ e é para isso que as ‘provas’ são necessárias”. Cardoso e Cunha (1998: 1).

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca, a noção de evidência, no intuito de caracterizar a razão, pode ser fundamental para a teoria da argumentação, mas deve ser entendida numa escala proporcional e não deve ser decodificada como uma verdade absoluta. A evidência corresponderia a uma adesão (em vários níveis) de uma idéia por parte de um auditório; enquanto que a verdade implicaria uma necessidade e um constrangimento lógicos.

Outro aspecto resgatado da retórica aristotélica são as provas dialéticas. Salientemos que o raciocínio dialético, de acordo com Aristóteles, coexiste com o analítico, mas o primeiro trata do verossímil enquanto que o segundo das proposições necessárias – cf. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵: 7). Além da importância da verossimilhança, devemos ressaltar que a dialética salienta a importância da variabilidade de adesão a uma tese, por um auditório⁷². Ora, é sempre “*en fonction d’un auditoire que se développe toute argumentation*”, como afirmam Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵: 7).

⁷¹ Convém mencionar que Aristóteles também analisou, além das provas necessárias, as verossímeis; além das provas dialéticas, as analíticas; as que servem para a deliberação e a argumentação conjuntamente com as demonstração.

⁷² Idéia já defendida pela retórica clássica.

Colocando o discurso escrito como centro de estudo, Perelman & Olbrechts-Tyteca ressaltam a idéia de que, mesmo quando o auditório⁷³ não está presente, a elaboração de um texto⁷⁴, por parte de um escritor, é sempre condicionada (conscientemente ou inconscientemente existe um público ao qual ele se dirige). Para os dois teóricos existem três auditórios a serem considerados: o *universal* (elabora-se assim uma construção argumentativa adequada, como no caso de tomada de decisão em assembleias parlamentares)⁷⁵, o *individual* e o *íntimo* (estes dois últimos fazem parte de um auditório particular – assim nomeado porque as suas reações são conhecidas previamente).

A argumentação para o primeiro tem uma validade atemporal e absoluta, independentemente das contingências locais ou históricas⁷⁶; já para o segundo, implica uma adequação sócio-histórico-temporal. Inclusive, denominam a argumentação de *convencedora* no caso de um auditório universal, e *persuasiva* no segundo caso⁷⁷. Enquanto que a primeira noção está ligada a certo grau de solidez, de força; a segunda terá, sobretudo, um cariz relacional. Por isso, a convicção é certamente a que está mais em causa no processo argumentativo. Desse modo, existe uma importância primordial do auditório

⁷³ Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵:26). Para os autores uma *imagem* errônea do auditório pode ocasionar problemas nefastos na argumentação.

⁷⁴ Tanto Perelman & Olbrechts-Tyteca quanto Toulmin centram-se na discursividade. No entanto, fazem-no de uma maneira diferente. Os primeiros se esforçam para realizar uma classificação dos argumentos, estruturando-os, o segundo se centra no processo argumentativo, na sua disposição e desenvolvimento, dentro de uma perspectiva dinâmica.

⁷⁵ A noção de *auditório universal* é estranha a Toulmin. Todavia, este teórico menciona que a maioria dos argumentos está dependente de um “campo de argumentação”. Dessa forma, podemos estabelecer uma correlação entre os campos de argumentação de Toulmin e os auditórios universais de Perelman & Olbrechts-Tyteca. Salientemos que a noção de auditório particular e universal dos teóricos mencionados pode estar relacionada à questão da *mise en scène* enunciativa construída por Charaudeau (1983: 46). Nesta não existem apenas dois indivíduos num ato comunicativo, mas quatro: dois inseridos no circuito externo e dois no interno, como já mencionamos no capítulo anterior. No interno, estariam presentes o sujeito enunciador (Eue) e o sujeito destinatário (Tud) – considerados como fazendo parte do auditório particular; no externo, estariam inseridos o sujeito comunicante (Euc) e o sujeito interpretante – fazendo parte do auditório universal.

⁷⁶ Neste contexto, observamos uma contradição no pensamento dos dois teóricos. Eles criticam a evidência da lógica cartesiana e ao mesmo tempo valorizam uma construção atemporal para um auditório universal. Por isso, Cardoso e Cunha (1998) afirma que esta contradição é ‘resolvida’ por Toulmin, uma vez que usa a denominação campos de argumentação e procede a uma visão mais processual e menos taxonômica da argumentação.

⁷⁷ Os autores mencionam que a diferenciação entre as duas noções, mesmo imprecisa, deve existir da mesma maneira que existem fronteiras entre a inteligência e a vontade; entre a razão e o irracional. Os autores afirmam ainda que esta distinção retoma problemáticas já antigas. Cf. Fénelon (1824) *apud* Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵: 39).

universal⁷⁸ tendo como motivação a possibilidade de construção de uma argumentação mais objetiva.

Sublinhamos que Perelman & Olbrechts-Tyteca estabelecem uma diferença muito clara entre a *demonstração* e a *argumentação*. A primeira está relacionada à lógica formal e baseia-se na unicidade da linguagem utilizada, estando mais direcionada a questões matemáticas; a segunda leva em consideração aspectos psicológicos, sociais e ideológicos, não sendo mais possível, no último caso, uma linguagem unívoca. Isto porque, como afirmam os autores, toda argumentação tem como objetivo a adesão do auditório, supondo, conseqüentemente, a existência de um contrato intelectual – Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵: 18). É importante ressaltar também que a questão a ser debatida com determinado grupo, dentro do contexto do espaço público⁷⁹, depende de algumas condições prévias: existência de uma aceitação das ‘normas’⁸⁰ que formam esta comunidade discursiva, uso de uma linguagem comum. Assim, enquanto a demonstração é construída de forma lógica; a argumentação é elaborada e co-orientada em função da adesão de um público.

Outra questão a ser salientada é a relação estabelecida pelos autores entre argumentação e ação. Qualquer discurso argumentativo é sempre de caráter performativo e *visa a modificar o Outro* e até a provocar nele uma ação⁸¹. Contudo, o emprego da argumentação implica um não-uso de qualquer outra força material. Com a ajuda de um discurso persuasivo, o interlocutor poderá aderir a uma tese fazendo uso de sua liberdade de julgamento. Aceitar uma discussão, corresponde a colocar-se no lugar do *Outro*, admitindo o seu universo de crenças.

⁷⁸ A importância do auditório universal é ressaltada pelos autores em relação aos outros dois: “[...] en tant que norme de l’argumentation objective, le partenaire du dialogue et l’individu délibérant avec lui-même n’en étant que des incarnations toujours précaires” – Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵: 40).

⁷⁹ Para Cardoso e Cunha (1998), a definição de Habermas para o espaço público como “o conjunto das pessoas privadas fazendo uso público da razão” se aproxima à de Perelman & Olbrechts-Tyteca para *auditório universal*. Sendo que a existência de um Espaço Público argumentativo pressupõe e implica o reconhecimento do Outro, como interlocutor válido, a quem podem ser aduzidos argumentos. Com isso, é respeitada uma interlocução horizontal (entre iguais) e não uma vertical, em que predominam relações hierárquicas.

⁸⁰ Estas normas estariam relacionadas, a nosso ver, à noção de contrato, desenvolvida por Charaudeau (1983).

⁸¹ Cf. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵: 62): “[...] nous envisagerons surtout l’argumentation dans ses effets pratiques : tournée vers l’avenir, elle se propose de provoquer une action ou d’y préparer, en agissant par des moyens discursifs sur l’esprit des auditeurs”. Mesmo em discursos epidícticos (proferidos em

Partindo do princípio de que, na base de qualquer processo argumentativo em que a discursividade racional é utilizada, existe uma renúncia à violência, devemos considerar a existência de um *acordo*⁸² sobre certo número de aspectos, entre o orador e o interlocutor/auditório. Os acordos que podem servir de premissas devem ser acordados explícita ou implicitamente.

Outra contribuição decisiva para o estudo do discurso argumentativo é o conceito dos lugares (*topoi*)^{83/84}. Os lugares, tanto comuns quanto específicos, no caso da nomenclatura aristotélica, têm uma função determinante nas premissas de qualquer argumentação. Quando do estabelecimento de um acordo entre os interlocutores, esses argumentos já estariam nesses lugares. Para Perelman & Tyteca-Olbrechts, existem duas categorias deles: os da *quantidade* e os da *qualidade*. Os primeiros dizem respeito a uma argumentação baseada numa valorização da quantidade⁸⁵, ao passo que os outros valorizam a questão da qualidade⁸⁶ – Perelman & Tyteca-Olbrechts (1988⁵: 115-119).

Também, para os autores, todo movimento argumentativo implica transpor a adesão inicial do auditório a certa opinião para uma outra a que o orador quer convencer. Daí a importância do conhecimento que o orador deve ter de seu auditório, de suas opiniões e de

enterros, em premiações) em que não há debates políticos e judiciários existe um discurso argumentativo claro, pois o objetivo deles é fazer com que o auditório adira mais intensamente a determinados valores.

⁸² Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵: 87). Pensamos que esta busca de um consenso esteja relacionada ao período pós-guerra.

⁸³ Noção recuperada da Aristóteles em *Topiques*. Os *topoi* ajudavam o orador quando de sua argumentação. Consistia no agrupamento dos argumentos em categorias, tornando mais fácil a sua recuperação. Para Aristóteles havia dois tipos de lugares: *comuns* – que podem servir em qualquer domínio da argumentação; e *específicos* – próprios a uma ciência ou a um gênero oratório bem definido. Na terminologia de Toulmin, o lugar comum não varia em função do *campo da argumentação* e o lugar específico é dependente de determinado campo.

⁸⁴ A noção de *topos* foi introduzida no estudo da argumentação na língua, por Anscombe e Ducrot, em 1983, no capítulo *Perspectives*. Para os autores os *topoi* são princípios gerais que funcionam como garantias dos encadeamentos argumentativos e devem ser colocados numa escala gradativa de propriedades (predicados ou escalas). Uma forma E_1 é interpretada como argumento e E_2 como conclusão, a partir da utilização de um feixe de *topoi* que podem ser de vários tipos: “+/- P, +/-Q”. Vale ratificar que respeitamos, no caso, as nomenclaturas E_1 e E_2 utilizadas pelos autores para a definição dos enunciados que funcionam como argumento e conclusão, respectivamente.

⁸⁵ A questão quantitativa pode estar associada a várias declinações, nomeadamente à questão temporal. Neste caso, ao se valorizar a quantidade de tempo refere-se a uma maior durabilidade ou estabilidade.

⁸⁶ Como menciona Tito Cardoso e Cunha, boa parte da argumentação estética utiliza os lugares comuns da qualidade ao valorizar, por exemplo, a originalidade.

suas crenças. Assim, as premissas da argumentação correspondem às teses sobre as quais há um acordo.

Segundo os teóricos, existem dois tipos de acordo nas premissas da argumentação: *acordo sobre o Real* e *sobre o Preferível*. O primeiro refere-se a juízos sobre o real conhecido ou presumido, ou seja, tudo o que é admitido pelo auditório como fato, verdade ou presunção. Já o acordo sobre o preferível diz respeito a juízos que refletem uma preferência em termos de valor, hierarquia ou ainda nos lugares (ditos comuns) do preferível: *quantidade* (a maioria é preferível em relação à minoria); *qualidade* (o raro tem preferência em relação ao que é comum); *existente* (prefere-se o que já existe – utilização, por exemplo, de ditos populares).

Em *Traité de l'Argumentation: la nouvelle rhétorique*, Perelman & Tyteca-Olbrechts, no intuito de identificar, classificar e compreender melhor os argumentos, de forma a medir a sua eficácia persuasiva, estabeleceram três grupos de argumento: os *quase-lógicos*, os *baseados na estrutura do real* e aqueles que *fundam a estrutura do real*.

Os primeiros constroem-se à imagem dos princípios lógicos, sendo, talvez, uma versão mais fraca destes. Os outros baseiam-se naquilo que o auditório acredita ser o real, ou seja, aquilo que ele toma como fatos, verdades e presunções. Os demais constituem um tipo de argumentação que opera como que por indução, estabelecendo generalizações e regularidades. Neste caso, são usados modelos, exemplos, ilustrações a partir de casos particulares.

Colocaremos de forma sintética os diversos tipos de argumento elencados por Perelman & Olbrechts-Tyteca. No entanto, se necessário, procuraremos detalhá-los nas análises dos textos que constituem os nossos *estudos de caso*.

Argumentos quase lógicos	Argumentos baseados na estrutura do Real	Argumentos que fundam o Real
Contradição e incompatibilidade	Relação de sucessão	Fundamento por um caso particular (exemplo, ilustração, modelo)
Identidade e Definição	Relação de coexistência	Arrazoador ⁸⁷ por analogia (analogia e metáfora)
Reciprocidade	_____	_____
Transitividade	_____	_____
Inclusão, divisão	_____	_____
Comparação	_____	_____

2.3.2. Estudos de Toulmin

Toulmin publica, na Inglaterra, *The Uses of Argument*, no mesmo ano em que Perelman & Olbrechts lançam, na Bélgica, o *Traité de l'Argumentation: la nouvelle rhétorique*, em 1958. A tradução francesa do livro de Toulmin intitula-se *Les Usages de l'Argumentation* e data de 1993. A tradução em português, publicada no Brasil em 2001, é denominada *Os Usos do Argumento*. Essa obra tem como objetivo principal, como menciona o autor logo na introdução, descrever o processo da argumentação e não propriamente sistematizá-la. Tentaremos apontar as maiores contribuições de Toulmin para os estudos acerca da argumentação.

Inicialmente, para Toulmin, a argumentação não deveria ser totalmente separada da lógica, já que uma poderia complementar a outra. Dessa forma, a teoria da argumentação de Toulmin pode ser considerada uma teoria alargada da lógica e a ela filiada. Para este teórico, a lógica deveria apresentar um cunho prático, papel que poderia ser desempenhado pela própria argumentação, na busca de razões e opiniões diversas.

⁸⁷ Esta foi a tradução do termo “raisonnement” utilizada por Eduardo Guimarães para o português do Brasil em Ducrot (1987).

Há que deixar claro que, para o autor, o argumento tem essencialmente um valor justificativo. Corresponde a todos os tipos de proposição (*claims*⁸⁸) que são formulados em asserções e que devem estar sustentados por alguns fundamentos (*grounds*⁸⁹) específicos. Convém mencionar que, para Toulmin, a argumentação apresenta um aspecto multiforme. Os exemplos de argumentos por ele sugeridos são variados (não restritos a determinadas áreas como visto por outros teóricos até então): previsão meteorológica, diagnóstico médico, comentário da obra de um pintor. Sendo que estes argumentos fundamentam uma determinada proposição.

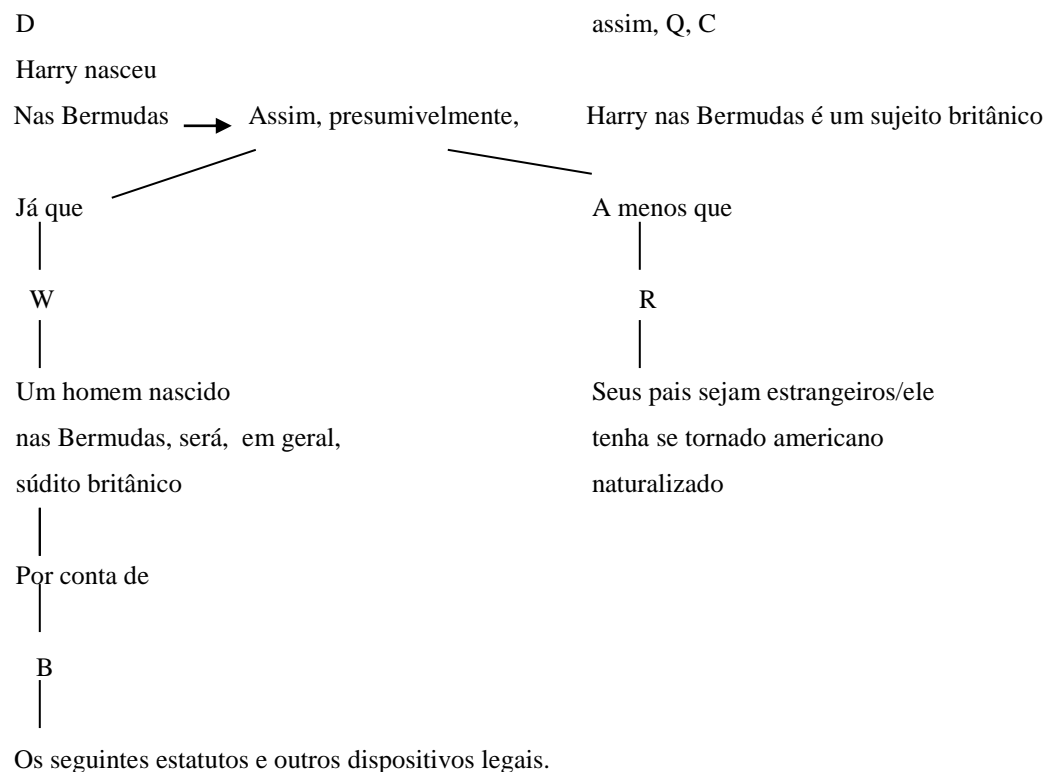
Além disso, para ele, existe um modelo de estrutura argumentativa progressivo e não-estático⁹⁰. Para nós essa *dinamicidade* é fundamental quando pensamos na descrição da argumentação nos gêneros em estudo. O argumento seria uma espécie de encaixe organizado de dados (D) necessários para sustentar uma conclusão/ uma alegação (C), sendo que esta poderia eventualmente passar por uma qualificação modal (Q). A passagem dos dados à conclusão seria autorizada por garantias (W) – a noção de *topoi* de Anscombe & Ducrot (1988²) poderia também ser considerada uma garantia baseada no senso comum – em relação às quais poderia haver restrições (R). Estas garantias apresentariam um fundamento (B).

Pela tradução brasileira teríamos o seguinte exemplo de Toulmin:

⁸⁸ A palavra “claim” é traduzida na versão francesa de 1993 por “revendication”, entretanto concordamos com a observação de Breton & Gauthier (2000: 56) que consideram que tal tradução não é adequada, visto que o termo “revendication” teria um teor mais genérico. Por isso, os autores traduzem-no por “proposition”. Em português do Brasil, é empregado o termo “proposição”.

⁸⁹ A palavra “ground” é traduzida na versão francesa de 1993 por “motif”, contudo concordamos com a observação de Breton & Gauthier (2000: 56) que consideram que tal tradução não é adequada, visto que o termo “motif” seria mais restritivo. Por isso, os autores traduzem-no por “raison”. Na tradução em português do Brasil, é utilizado o termo “fundamento”. Cf. Toulmin (2001).

⁹⁰ No modelo original inglês, são utilizados os seguintes vocábulos: *data* (D), *modal qualifier* (Q), *claim* ou *conclusion* (C), *warrants* (W), *conditions of exception or rebuttal* (R) e *backing* (B).



Adaptado de (TOULMIN, 2001: 150 e 151)

Na verdade, a relação justificativa estabelecida entre os dados e a conclusão é assegurada por uma espécie de convenção que garante esta passagem (existe uma regra que afirma que aquele que nasce nas Bermudas é um súdito britânico). Toulmin, no intuito de estabelecer uma diferença entre dados e garantia, faz uma analogia com a distinção jurídica entre questões do fato e do direito. Além disso, a conclusão pode ser relativizada pela presença de um quantificador modal (o aspecto provável da conclusão – Harry é britânico).

O autor evoca que, existe uma *questão lógica fundamental* que norteia a construção argumentativa. Assim, as causas para a sustentação de uma proposição referente a um diagnóstico médico, por exemplo, são totalmente distintas das que fundamentam uma apreciação artística. Para resolver esta questão da adequação argumentativa ao contexto, Toulmin introduz a noção de *campo*⁹¹ (*field*). Por exemplo, dois diagnósticos médicos, de

⁹¹ Esta noção inclusive foi reatualizada pelas teorias lingüísticas das décadas de 90 que mostram a importância das condições sócio-culturais de produção para o estudo dos textos. Maingueneau (2005) também faz uso desta expressão.

patologias bem diferentes, dividem, contudo, o mesmo *campo de argumentação*. Já uma apreciação artística pertenceria a outro *campo de argumentação*.

Quanto aos tipos de argumento, existem para o autor cinco grupos⁹²: argumentos analíticos e substanciais; formalmente válidos e formalmente não-válidos; argumentos com garantia (*warrant-using*) e aqueles que propõem uma garantia (*warrant-establishing*); argumentos com termos lógicos e sem termos lógicos; argumentos necessários e prováveis.

2.3.3. Estudos de Genette, Barthes e Plett

Como vimos, o ressurgimento do interesse pelo estudo da retórica argumentativa é retomado a partir da segunda metade do século XX por Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1958] 1988⁵) e por Toulmin ([1958] 1993) e ([1958] 2001). Contudo, outros teóricos revisitaram a herança aristotélica, procurando reatualizá-la. Dentre estes estudiosos, mencionaremos os estudos de Genette⁹³ (1970, 1977), Barthes (1970), Plett (1981), que se ativeram em aspectos distintos ao reestudar a retórica. Genette estudou-a de uma forma mais restrita, como veremos. Barthes e Plett concentraram-se no estudo da historicidade e nas cinco operações da *techné rhetoriké*.

Em artigo intitulado *la rhétorique restreinte*, Genette (1970) procura realizar um percurso histórico para mostrar a causa do surgimento desta restrição generalizada da retórica, baseada apenas no estudo dos ornamentos do estilo (*colores rhetotici*). Segundo esse teórico, a própria morte das instituições republicanas junto com o desaparecimento dos grandes feitos da vida cívica seriam causas tanto para o declínio do gênero deliberativo

⁹² Conforme procedemos para os tipos de argumento propostos por Perelman & Olbrechts-Tyteca em *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique*, estes grupos não serão por nós detalhados. Apenas, quando na análise dos *corpora*, se necessário, faremos menção a determinado grupo, definindo-o.

⁹³ Genette denuncia em seu artigo “La rhétorique restreinte” que desde Córax até os dias atuais, o estudo da retórica corresponde a uma espécie de *restriction généralisée*, isto devido ao fato de se restringir, ao longo dos anos, ao estudo apenas da teoria das figuras. Cf. Genette (1970: 158).

quanto do epidíctico. Além disso, ao longo dos anos o *trivium*⁹⁴ passou a dar importância principalmente à gramática e à dialética, ficando a retórica de lado. Dentro desse contexto, a *elocutio* passou a ser mais importante que a *inventio* e a *dispositio*⁹⁵. No século XVIII, principalmente na França, o estudo de *corpus* literário, sobretudo o poético, suplanta a oratória clássica. Dessa forma, a retórica consistirá apenas no estudo da *lexis* poética.

No entanto, acreditamos que o grande mérito de Genette foi ter anunciado, em seus estudos acerca da retórica, a existência de um período denominado neoretórica moderna⁹⁶. Neste, a retórica passa a ser estudada de um ponto de vista lingüístico, mais precisamente semântico⁹⁷. Com isso, o pensamento retórico passou a se centrar na oposição entre sentido próprio e figurado. Além de resgatar esta memória, Genette (1970: 170) mostra a importância das relações analógicas⁹⁸. Contudo, elas devem pertencer a um universo bem mais amplo. Como afirma o teórico:

Il va de soi, j'espère, que l'on ne propose ici ni à la poésie ni à la poétique de renoncer à l'usage ou à la théorie de la métaphore. Ce qui est vrai en revanche, c'est qu'une métaphorique, une tropologie, une théorie des figures, ne nous laissent pas quittes avec la rhétorique générale, et moins encore avec cette "nouvelle rhétorique" (si l'on veut) qui nous manque (entre autres) pour "agir sur le moteur du monde", et qui serait une sémiotique des discours. De *tous* les discours.

(GENETTE, 1970: 170)

Barthes (1970) faz um retrospecto dos estudos retóricos clássicos, lembrando alguns de seus preceitos básicos e também atualizando outros. Primeiramente, em relação às cinco

⁹⁴ Convém mencionar que, na Idade Média, a organização dos estudos era dada pelo *Septennium* o qual era dividido em dois grupos: o *Trivium*, que incluía gramática, dialética (ou lógica) e a retórica, e o *Quadrivium*, que compreendia a música, a aritmética, a geometria e a astronomia (também, mais tarde a medicina). Vários teóricos ressaltam o decréscimo de importância concedida à retórica, no *Trivium*, conforme mencionam Barthes (1970: 185-6) e Genette (1970: 159).

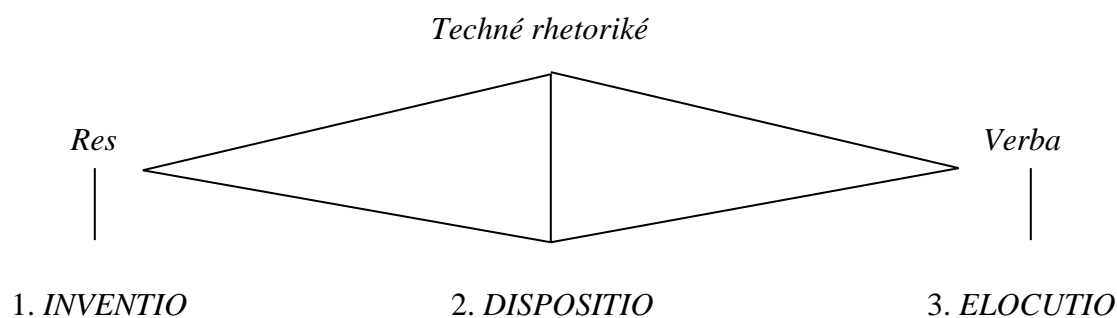
⁹⁵ É importante ressaltar que em artigo posterior, na introdução de *Les figures de discours* de Fontanier, Genette (1977: 7) afirma a importância do tratamento concedido na retórica antiga ao *inventio* e ao *dispositio*.

⁹⁶ Esta, segundo o autor, se inicia com a publicação, em 1730, do tratado *Des Tropes* de Dumarsais. Nessa publicação, o centro dos estudos retóricos será o das figuras de sentido, através das quais uma palavra pode ter um significado 'textual' diferente do dicionarizado.

⁹⁷ Neste caso, a semântica é, segundo Genette, entendida como o estudo dos diferentes sentidos que se pode ter para uma mesma palavra numa única língua.

⁹⁸ Nos séculos XVII e XVIII, na França, devido ao objetivismo repressivo, subestimou-se a metáfora, considerada como um excesso. No século XIX, com o simbolismo, André Breton declara que frente a outras figuras, a *metáfora* e a *comparação* são as mais importantes.

partes da *techné rhetoriké*⁹⁹, ele afirma que estas partes não são elementos de uma estrutura, mas atos que apresentam uma estrutura *ativa, progressiva*. O autor evoca a importância das três primeiras (ressaltando a importância concedida a *Elocutio* desde a Antigüidade), afirmando que as duas últimas, embora de grande importância, perderam um pouco o interesse, por se centrarem apenas no discurso oral. O autor propõe um diagrama em árvore para correlacionar as três principais partes da máquina retórica: 1. *INVENTIO*, 2. *DISPOSITIO*, 3. *ELOCUTIO*. A *inventio* está relacionada à escolha dos argumentos e idéias. Sendo que o importante não é a classificação de cada termo, mas a *relação, a complementariedade existente entre eles*. A *elocutio* corresponde à escolha do teor estilístico, de cariz estético, estando diretamente relacionada à *Verba*.. Já a *dispositio* diz respeito tanto aos materiais (*Res*) quanto às formas discursivas (*Verba*). Dessa forma, na árvore, encontra-se no meio das duas, interligadas a elas. O esquema a seguir reproduz esse modelo:



Adaptado de (BARTHES, 1970: 198)

No artigo “Retórica e estilística”, inserido no livro *Teoria da Literatura*, organizado por Kibedi Varga, Plett ratifica o modelo de cinco fases, que descreve os diferentes estados da produção do texto, contudo altera (por questões de exatidão, segundo o autor) a ordem observada em estudos anteriores¹⁰⁰, por considerar que a *memória* antecede a *ação*¹⁰¹ – cf.

⁹⁹ Estas já foram mencionadas anteriormente, cf. 2.2.1.

¹⁰⁰ Cf. Barthes (1970: 197).

¹⁰¹ Plett (1981: 146) relembra a tentativa recente, de alguns teóricos, de considerar a *memória* retórica como uma memorização de dados e a *ação*, como uma espécie de teoria dos *media*. A vantagem dessa transposição, segundo o autor, é de possibilitar a adaptação destas etapas ao discurso escrito, contudo pode representar uma excessiva modernização, em particular no que diz respeito à ação.

Plett (1981: 145). No entanto, assim como Barthes, o autor ratifica a questão processual e não estática das diversas etapas na construção do texto.

Um aspecto bem interessante nos estudos de Plett é a interpretação do modelo retórico textual em função de competências¹⁰² parciais, sendo que o receptor, para uma melhor compreensão, deve ter à sua disposição o maior número de códigos retóricos ou competências parciais possível.

No entanto, qual seria a importância da contribuição destes teóricos, para aquilo que denominaremos a *argumentação nos gêneros*? Podemos dizer que, com relação a Genette, há uma tentativa moderna de correlacionar a retórica à lingüística, sobretudo à semântica, ao revisitar estudos do século XVIII, como mencionamos. Quanto aos outros teóricos, podemos dizer que tanto Barthes como Plett repensaram as etapas da *techné rhetoriké* de um ponto de vista dinâmico, em que a *elocutio*, a *dispositio* e a *inventio* não poderiam ser analisadas individualmente, mas como fazendo parte de um processo dinâmico na elaboração de textos. Para nós, como veremos, esta idéia será de extrema relevância e nos ajudará a definir a noção de *engrenagens argumentativas* que comporá o que denominaremos *dinâmica argumentativa*, característica de cada gênero em análise.

2.4. Argumentação nas teorias lingüísticas

Nas teorias lingüísticas, como veremos, o estudo da argumentação começou a ter certo grau de autonomia com os trabalhos fundadores de Ducrot e Anscombre, já citados, dentre outros teóricos¹⁰³, do lado francês, e de Van Eemeren & Grootendorst do lado holandês. Em paralelo, esse tema começou a ser o centro das atenções em colóquios e também em

¹⁰² Esta correlação foi estabelecida a partir da *Rhétorique à Herennius*, em que as competências surgem em função do orador. “L’orateur doit posséder les qualités d’invention, de disposition, de style, de mémoire et d’action oratoire.” *Rhétorique à Herennius* (I, 3) *apud* Gardes-Tamine (1996: 37). E, além disso, estas competências eram ensinadas desde a Antigüidade, sob a forma de teoria, de imitação ou de exercício.

¹⁰³ Já mencionamos em nota em 2.1..

centros de estudo¹⁰⁴. Como as teorias acerca da problemática da argumentação são várias, deter-nos-emos apenas naquelas que serão importantes para a análise dos *textos*. Inicialmente, faremos um percurso das teorias fundadoras sobre a questão da argumentação na língua, numa abordagem pragmático-semântica, preconizadas por Ducrot & Anscombre, desde a década de 70 até os dias atuais, ressaltando os principais aspectos teóricos elencados e as principais alterações ao longo dos anos. Concentrar-nos-emos na versão atual da *Argumentação na língua* (doravante ANL), denominada *teoria dos blocos semânticos* (doravante TBS). Depois passaremos a observar como a argumentação foi trabalhada por um dos teóricos da Linguística Textual (LT), no caso Adam (1999). Contudo, faremos menção a contributos do Interacionismo Sócio-Discursivo (doravante ISD¹⁰⁵), em particular de Bronckart (1999). Com este percurso teórico, criaremos subsídios para estabilizar a noção da *argumentação* que será adotada na análise dos gêneros em estudo.

2.4.1. Argumentação na língua – estudos fundadores

Dentro dos estudos da ANL desenvolvidos por Oswald Ducrot & Jean-Claude Anscombre há cerca de 30 anos podemos observar quatro etapas distintas, mas complementares, que passaremos a detalhar. Numa primeira fase, seguindo a tradição retórica dominante, em que

¹⁰⁴ Pode-se citar o Colóquio do Cerisy (Centre International de Cerisy-la-Salle) em 1987, sobre a Argumentação e também o aparecimento da revista *Argumentation – An International Journal on Reasoning*, publicada pela Kluwer Academic Publishers. Atualmente, estudos referentes ao tema mobilizam vários teóricos e centros de estudo. No âmbito europeu, Michel Meyer é o diretor do “Centre Européen pour l’étude de l’Argumentation” – CEEA – filiado à Universidade Livre de Bruxelas; Christian Plantin dirige pesquisas na Universidade de Lyon II sobre essa problemática; Marianne Doury coordena os ateliers sobre o tema *argumentação* mensalmente em Paris; Van Eemeren continua a ser o editor chefe da revista *Argumentation*.

¹⁰⁵ Suas proposições teóricas derivam da psicologia da linguagem orientada pelo interacionismo social – posição epistemológica que rejeita o postulado que concebe a linguagem como ‘recodificadora’ de representações cognitivas prévias que são acessadas pelos humanos, através da capacidade de representação e cognição que eles apresentam. Assim, dentro desse quadro interacionista-social, baseado em trabalhos de Vygotsky ([1934] 1985), nos estudos sociológicos de Habermas (1984) e de Ricoeur (1986), as condutas humanas são analisadas como ações significantes ou ainda como “ações situadas”, cujas propriedades estruturais e funcionais são um produto da socialização. Além disso, as condutas verbais são consideradas formas de ação (de onde advém o termo ação da linguagem), considerando a especificidade das mesmas (visto que são semióticas) e também a inter-relação com as ações não-verbais consideradas *non langagières*. Todavia, é importante salientar que esta perspectiva epistemológica do interacionismo social (interacionismo sócio-discursivo proposto por Bronckart) se contrapõe a correntes mentalistas e biologizantes que dominavam, na época, algumas áreas da psicologia e da linguística.

a argumentação estaria relacionada diretamente a uma demonstração, não era estabelecida uma correlação entre a argumentação e a forma como ela aparecia linguisticamente¹⁰⁶. Numa segunda etapa, a argumentação começaria a estar integrada ao domínio lingüístico, ao se relacionar a algumas propriedades fundamentais dos enunciados, a saber, os *postos* e *pressupostos*¹⁰⁷. Numa terceira época, com a publicação da obra *L'Argumentation dans la langue*, há uma compilação de todos os estudos efetuados até então pelos teóricos sobre a argumentação, que passa a ser descrita como um constituinte da significação. Numa quarta fase, já anunciada no capítulo VII da obra acima referida, a *teoria dos topoï* constitui um marco importante na definição de uma espécie de *argumentativismo radical*¹⁰⁸ presente nos enunciados. Estas quatro fases constituirão os *estudos iniciais* da ANL. Já nos estudos atuais, poderíamos observar duas fases: numa primeira fase existe um distanciamento teórico¹⁰⁹ entre Ducrot & Anscombe devido a posicionamentos diferentes. Oswald Ducrot se junta a Marion Carel no desenvolvimento da *teoria dos blocos semânticos* (TBS) e Jean-Claude Anscombe se volta para a questão dos estereótipos¹¹⁰, considerando-a de extrema relevância para o estudo da argumentação.

Convém mencionar que, dentro desta nossa pesquisa, optamos por seguir a linha de Ducrot & Carel, afastando-nos também da teoria dos estereótipos proposta por Anscombe. Numa segunda fase, se assim podemos considerar, Ducrot (2004), aprofundando questões levantadas ainda em sua publicação de 1992, ressalta que o *efeito persuasivo* advém não apenas da *argumentação lingüística*, mas, sobretudo, da *argumentação retórica*, como detalharemos.

A partir da apresentação destas duas etapas, divididas em quatro e duas fases, respectivamente, procuraremos descrever cada uma separadamente, de forma a encontrar subsídios, como já dissemos, para a descrição da argumentação nos gêneros em estudo.

¹⁰⁶ Esta fase, denominada por Anscombe & Ducrot (1986) como *descriptivismo radical*, na década de 70.

¹⁰⁷ Embora os autores acima mencionados considerem que, nesta fase, a argumentação ainda é exterior ao domínio lingüístico.

¹⁰⁸ No artigo de 1986, os autores referidos dão esta denominação a esta fase.

¹⁰⁹ Acreditamos que este distanciamento é marcado pela publicação em 1994, por Ducrot, do artigo intitulado “Les *topoï* dans la théorie de l’Argumentation dans la langue”, na publicação dirigida por Plantin, *Lieux communs, topoï, stéréotypes*.

¹¹⁰ Para mais detalhes sobre a questão dos estereótipos segundo o autor, ver: Anscombe (2002: 115-131).

2.4.1.1. Fases iniciais

■ 1ª etapa

Neste primeiro estágio, como mencionamos anteriormente, não existe correlação entre a estrutura lingüística de um enunciado e a sua utilização argumentativa. Dessa forma, os encadeamentos argumentativos perceptíveis entre os enunciados estão relacionados a fatos que lhes são exteriores. Assim, se em determinada seqüência (de enunciados)¹¹¹, um enunciado¹¹² (E) – que descreve lingüisticamente determinado fato – serve a determinada conclusão (C), seria porque (E) assinala um fato (F), o qual é reconhecido pelos interlocutores. E é este (F) que permite que se acredite em (C).

A partir dessa idéia, Anscombre & Ducrot procuraram estudar a descrever semanticamente a diferença de significado entre expressões como “peu” / “un peu”¹¹³ e também de expressões como “aussi (grand) que” / “la même (taille) que”¹¹⁴. Por exemplo, podemos observar a diferença de significado entre *peu* e *un peu*, a partir dos fatos que os enunciados que as apresentam suscitam. Vejamos os enunciados¹¹⁵ (1) e (2) a seguir:

(1) “Pierre a peu travaillé”.

(2) “Pierre a un peu travaillé”.

Considerando que os fatos a que se relacionam (1) e (2) são diferentes, as conclusões esperadas para (1) e (2) serão diferentes. Isto implica dizer que o encadeamento “Pierre a peu travaillé, il risque donc de réussir à son examen” pareça-nos estranho, o mesmo não acontecendo se tivermos “Pierre a un peu travaillé, il risque donc de réussir à son examen”.

¹¹¹ Anscombre & Ducrot consideram uma seqüência de enunciados como *discurso* e será nessa acepção que o termo será usado quando o mencionarmos na ANL.

¹¹² Mantemos a abreviatura “E” para o termo “enunciado”, conforme utilizada pelo autores.

¹¹³ Cf. Oswald Ducrot. (1970: 21-52).

¹¹⁴ Cf. Anscombre (1975: 1-28) ou Anscombre (1976: 1-26).

¹¹⁵ Optamos por reproduzir os enunciados em francês, não os traduzindo; porque pensamos que podem ser facilmente transpostos para o português do Brasil. Optamos também por repetir os mesmos exemplos nas várias etapas. Nas duas primeiras fases da 1ª etapa, seguimos a orientação dos autores; já nas demais, para efeito contrastivo, optamos por manter os mesmos enunciados.

Em outras palavras, a diferença de descrição semântica (as duas expressões correspondem a níveis quantitativos diferentes) pode ser explicada a partir do fato de remeterem a fatos diferentes e, conseqüentemente, a conclusões distintas.

No entanto, é importante mencionar que esse tipo de abordagem não conseguia explicar a relação existente entre enunciados. Na verdade, conectores como *mais* e *même* poderiam ser tão argumentativos como determinadas expressões analisadas até então, pois poderiam transmitir uma *orientação argumentativa* aos enunciados¹¹⁶.

De forma sumária, poderíamos dizer que nessa primeira etapa:

- os encadeamentos argumentativos estão diretamente relacionados aos fatos que os próprios enunciados veiculam;
- as estruturas lingüísticas que são realizadas nos diversos enunciados têm como função semântica principal a descrição dos fatos;
- as informações trazidas pelos enunciados estão relacionadas tanto ao próprio valor semântico das frases quanto ao valor de leis do encadeamento de enunciados (ou leis do discurso, de acordo com os autores). É por estas leis, por exemplo, que podemos dizer que, numa infinidade de contextos, a ocorrência de “peu” designa uma quantidade menor que a de “un peu”.

■ 2ª etapa

Nesta segunda etapa, a questão dos encadeamentos argumentativos também é de origem factual, como na primeira; observamos, todavia, que eles não se baseiam mais em todos os fatos veiculados pelos enunciados, que selecionarão os que se adequam melhor à relação argumentativa. Na realidade, a própria língua começa a transmitir coerções no nível da argumentação, sendo que estas limitações se dão a partir de propriedades muito genéricas,

¹¹⁶ Lembremos que a teoria da *orientação argumentativa* perpassa todas as fases por nós mencionadas, a partir de *Les échelles argumentatives* de 1980 até a própria obra *L'Argumentation dans la langue* de 1983. Esta teoria foi desenvolvida em três direções: nas expressões argumentativas, nos conectores argumentativos

como, por exemplo, pela distinção entre *posto* e *pressuposto*¹¹⁷ e a função destes no encadeamento dos enunciados. Tomando-se, por exemplo, a distinção entre *peu* e *un peu*, o mesmo exemplo utilizado no estágio 1, teremos:

(3) “Pierre a peu travaillé”.

(4) “Pierre a un peu travaillé”.

O exemplo (3) teria como *pressuposto*: “Pierre a travaillé” e como *posto*: “La quantité de travail que Pierre a fournie est faible”.

No exemplo (4), teríamos como *pressuposto* : “S’il y a du travail fourni, la quantité en est faible” e como *posto*: “Pierre a fourni une certaine quantité de travail”.

Considerando-se que, neste segundo estágio, a argumentação é observada a partir dos enunciados *postos*, poderíamos dizer que em (3) a conclusão está diretamente relacionada à pouca quantidade do trabalho fornecido; em (4) a conclusão diz respeito à existência deste trabalho.

Em suma, salientamos que tanto no primeiro quanto no segundo estágio a argumentação é extraída a partir de fatos veiculados pelos enunciados. Todavia, nesta segunda etapa, apenas alguns fatos – postos na frase através de uma estrutura lingüística – são selecionados e a própria seleção de uma forma lingüística, em detrimento de outra, implica a escolha de um tipo de conclusão específica. Dessa forma, podemos explicar o fato de os enunciados (3) e (4), que descrevem os mesmos fatos, apresentarem características argumentativas diferentes.

e nos *topoi*. Na realidade, a significação lingüística de uma palavra é encontrada não no seu valor descritivo, mas na *orientação* que o seu uso impõe ao enunciado subsequente.

¹¹⁷ Ducrot (1972) desenvolve a diferença entre os *pressupostos* e os *postos*. Os *pressupostos* correspondem a tipos particulares de conteúdos inscritos nos enunciados e dizem respeito a realidades já conhecidas pelo destinatário (correspondem a saberes partilhados), a partir das quais estão relacionados os *postos* os quais apresentam informações novas. Ducrot (1984a) associa o *pressuposto* à noção de polifonia enunciativa, relacionando-o a uma voz coletiva. Na realidade, a noção de *pressuposto* em muito influencia a definição do *topos* para Ducrot, como veremos na 4ª etapa.

Acreditamos ser este estágio fundamental para os estudos posteriores, pois a questão lingüística passa a ter, dentro da ANL, um poder determinante na argumentação. Inclusive, a noção de *orientação argumentativa* veiculada pelas formas lingüísticas, introduzida nesta segunda fase, passou a ser de grande importância nos estudos que se sucederam.

■ 3ª etapa

Nesta terceira etapa, os autores evocam que determinado enunciado E₁ não deve apenas apresentar razões factuais para justificar um outro enunciado E₂, mas a própria estrutura lingüística de E₁ deve apresentar determinadas condições para que este enunciado seja considerado um argumento para E₂. Podemos exemplificar esta noção a partir do mesmo exemplo desenvolvido nas outras duas fases. Observamos, assim, nitidamente que a diferença entre os morfemas “peu” e “un peu” se situa nitidamente ao nível argumentativo e não apenas ao nível factual. Vejamos os exemplos a seguir:

(5) “Pierre a peu travaillé”.

(6) “Pierre a un peu travaillé”.

Observamos que “peu” e “un peu”, do ponto de vista factual, são particularmente sinônimos, trazendo praticamente a mesma informação. No entanto, a diferença entre os enunciados (5) e (6) advém dos tipos diferentes de conclusão para que as formas lingüísticas (“peu” et “un peu”) direcionam. Em (5), teríamos como conclusão: “Pierre n’a pas travaillé”; em (6), “Pierre a travaillé”. Na verdade, são realmente as estruturas lingüísticas que têm valores argumentativos, transmitindo aos enunciados determinada direção (*orientação argumentativa*). Esse direcionamento argumentativo não se dá apenas com as expressões que foram apresentadas, mas também com outras categorias lingüísticas ou estilísticas, como os *conectores argumentativos*¹¹⁸, a *negação* e a *ironia*.

¹¹⁸ Os *conectores argumentativos* são aqueles que, para Ducrot, orientam argumentativamente os enunciados, podendo introduzir *argumento*, *contra-argumento* ou *conclusão*. Convém mencionar que respeitamos, neste capítulo, a denominação de “conectores argumentativos” proposta por Ducrot *et al.* (1980).

Por exemplo, no caso específico dos conectores “puisque” e “parce que”, eles seriam introdutores de causa ou de argumento em determinados contextos; enquanto o “donc” e o “par conséquent” seriam introdutores de consequência ou conclusão. Além desses mais conhecidos, podemos citar outros que foram estudados dentro da perspectiva da ANL, como “d’ailleurs”, “justement” ou “mais”.

Este último merece, inclusive, uma descrição mais detalhada. A descrição do funcionamento deste conector¹¹⁹ nos permitirá aceder a uma enorme gama de outras *partículas de transição*¹²⁰, elementos de grande importância na argumentação nos gêneros que analisamos. Todavia, é importante salientar que a descrição dos *conectores adversativos* em muito está relacionada à questão do *enunciado*¹²¹ e da *polifonia*¹²², transposta à teoria lingüística por Ducrot *et al.*:

Si l’on appelle “s’exprimer” être responsable d’un acte de parole, alors ma thèse permet, lorsqu’on interprète un énoncé, d’y entendre s’exprimer *une pluralité de voix, différentes de celles du locuteur*, ou encore, comme disent certains grammairiens à propos des mots que le locuteur ne prend pas à son compte, mais met, explicitement ou non, entre guillemets, une “polyphonie”.

(DUCROT *et al.*, 1980: 44)

De forma sumária, podemos afirmar que é nesse estágio que Ducrot & Anscombre sedimentam a idéia de que os encadeamentos argumentativos *não* estão relacionados *apenas* às informações veiculadas pelos enunciados – como no estágio 2 – *mas também* à estrutura lingüística dos mesmos, o que lhes confere certa orientação argumentativa. Na verdade, o nível lingüístico impõe *coerções* que permitirão certo direcionamento a um encadeamento de enunciados.

¹¹⁹ Respeitamos aqui a denominação de “conector” dada por Ducrot, na época. Contudo considerá-lo-emos um articulador como estabelece a TBS que pode funcionar como organizador textual, como veremos em **2.4.1.2.**

¹²⁰ Essas partículas de transição poderão ser consideradas *organizadores textuais*, como veremos na análise dos nossos estudos de caso.

¹²¹ É interessante mencionar a diferença, para Ducrot, entre frase e enunciado. A primeira corresponde a um encadeamento sintagmático verbal e o segundo a um segmento produzido por um sujeito empírico, cuja importância é relativa, considerando que o mais importante seriam as imagens da enunciação que por ele são veiculadas.

¹²² Ducrot (1984a: cap. VII) utiliza o mesmo termo utilizado por Bakhtin, como veremos no capítulo referente ao gênero, transpondo-o ao nível lingüístico. A nosso ver, a *polifonia* para Ducrot está mais diretamente relacionada ao *dialogismo* bakhtiniano do que propriamente à noção de *polifonia* bakhtiniana.

Acreditamos ser este aspecto de extrema valia para a análise dos nossos *documentos* uma vez que, trabalhando com a argumentação em diferentes gêneros, *as coerções lingüísticas decorrentes das próprias escolhas do locutor são elementos importantes para o estudo da argumentação nos diversos gêneros.*

■ 4ª etapa

Esta quarta fase foi anunciada, ainda no livro *L'Argumentation dans la langue*, no capítulo 7, com a introdução da noção de *topos*¹²³, baseada na retórica aristotélica. Contudo, este conceito realmente foi aprofundado, na publicação *Théorie des Topoi*, sob direção de Jean-Claude Anscombre¹²⁴. Passamos agora a descrever o conceito de *topos* para a ANL e qual a correlação que pode ser estabelecida entre esta fase e as anteriores.

Para Anscombre & Ducrot, o encadeamento de um enunciado (argumento) - **A** - a um outro enunciado (conclusão) - **B** - se dá a partir de princípios gerais, os quais denominaram *topoi*. Dessa forma, a passagem de **A** para **B** não se dá porque **A** apresenta um fato **F** e **B** um fato **G**, sendo que a existência de **F** implicaria necessariamente **G**. Na verdade, **A**, ao representar **F**, torna possível a aplicação de um *topos* (ou de um encadeamento de *topoi*), o que leva a um enunciado **B**, que corresponde a uma materialização lingüística de **G**. Com isso, a argumentação está relacionada também à seleção dos *topoi*, desencadeada pelos enunciados, como mencionam Anscombre & Ducrot: “Choisir dans une situation donnée d’énoncer une phrase plutôt qu’une autre, c’est choisir d’exploiter dans cette situation certains *topoi* plutôt que d’autres” – Anscombre & Ducrot (1986: 88).

¹²³ Dentro de outras abordagens não propriamente lingüísticas, como a de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵) ou ainda de Toulmin (1993, 2001), a noção assume denominações diferentes. Para os primeiros, existe uma espécie de “cadre de l’argumentation” que serve como regularizador da argumentação; para o segundo, no esforço de aproximar o funcionamento do pensamento não-formal das construções lógicas, postula a existência de uma ‘garantia’ – sem se interessar pela procedência do mesmo – que possibilita a passagem de um enunciado **A** a um outro **B**. Cf. Anscombre, dir. (1995).

¹²⁴ Constatamos que a publicação da *Théorie des Topoi* data de 1995, mas em texto anterior, “Lieux communs, *topoi* et stéréotypes”, publicado em 1994, Ducrot se afasta desta teoria e propõe uma outra - a *teoria dos blocos semânticos*, desenvolvida a partir da tese de doutoramento de Marion Carel, que veremos na fase atual da TBS.

Podemos afirmar que o *topos*, na ANL, seria uma espécie de 3º termo e seria representado por um esquema binário gradual do tipo $\langle \pm P, \pm Q \rangle$ e corresponde a uma garantia – uma espécie de 3º termo – que possibilita um encadeamento argumentativo (passagem de um argumento A a uma conclusão – C). Os *topoi* podem ser *intrínsecos* ou *extrínsecos*. Considerando os termos m e n – respectivamente inicial e final de um *topos* – o *topos* será *intrínseco* se o encadeamento “m, *mas* ~n” é aceitável, mas a relação “m, *mas* n” não o é. É dito *topos extrínseco* se os dois encadeamentos forem possíveis.

Vamos aplicar essa noção aos exemplos já mencionados nas outras fases, que repetimos a seguir, para descrição das expressões “un peu” e “peu”:

(7) “Pierre a un peu travaillé”.

(8) “Pierre a peu travaillé”.

No caso dos enunciados (7) e (8), teríamos um conjunto de *topoi* relacionados ao predicado “travailler”. Este feixe de *topoi* teria como formato geral *Plus il y a du travail, plus Y* (sendo que o “Y” poderia ser materializado por diversos tipos de enunciados, *il a du mérite, il gagne, il est fatigué*). Na verdade, será a partir da seleção de um dos *topoi* (escolha esta também relacionada à noção de *orientação argumentativa* desenvolvida pela ANL) que é estipulado o tipo de conclusão do enunciado mencionado e, conseqüentemente, o tipo de encadeamento argumentativo. Além dessa orientação argumentativa, oriunda da escolha dos *topoi*, há uma força argumentativa relacionada ao enunciado e também aos *topoi*. No exemplo (7), por exemplo, o enunciado suscita um ‘feixe de *topoi*’, com certa gradação diferenciada. É a existência de uma espécie de força argumentativa ‘gradual’ que permite que o enunciado (7) se relacione a uma conclusão *il faut lui donner un petit quelque chose* e não a uma outra que seria *il a droit à une grosse récompense*.

No caso específico do exemplo (8), a descrição do “peu” é mais complexa por necessitar de duas noções complementares, a de *polifonia* e a do *topos converso*¹²⁵. Em relação à primeira, podemos afirmar que o enunciado (1) faz intervir dois enunciadores: um primeiro

¹²⁵ Considerando-se um *topos* direto (+ x, + y), o *topos converso* seria o corresponde a (-x, -y).

enunciador¹²⁶ e_1 que explora um *topos* do tipo *Plus il y a du travail, plus y*, em que o trabalho de Pierre está numa zona inferior de um possível feixe de *topoi*. Além disso, o Locutor (L) faz intervir um outro enunciador (e_2) que convoca um *topos converso* – *Moins il y a de travail, moins y* –, sendo que (L) toma o ponto de vista de (e_2), apesar de considerar a legitimidade do ponto de vista de (e_1).

De forma sumária, como procedemos em outras fases, podemos dizer que o grande contributo desta última fase foi o de ter introduzido a noção de *topos* e de um feixe de *topoi* gradativo à questão da *orientação argumentativa* de um enunciado. Na verdade, para que um enunciado (A), considerado um argumento, suscite um outro enunciado (B), que representa uma conclusão, é necessária a seleção de um feixe de *topoi* desencadeado a partir de determinada expressão lingüística presente em A. Consideramos, assim, que esta quarta fase é apenas uma complementação das duas anteriores.

2.4.1.2. Fase atual da ANL

Foi, talvez, em artigo publicado em 1994, “Les *topoi* dans la ‘Théorie de l’argumentation dans la langue’”, no livro, organizado por Christian Plantin, *Lieux communs, topoi, stéréotypes*, que realmente Oswald Ducrot fez um balanço de todas as conclusões a que chegou, juntamente com Jean-Claude Anscombre, em relação à fase inicial da ANL e tentou, de forma crítica, sustentar outro modelo para a análise dos encadeamentos argumentativos.

De forma a melhor entender as alterações propostas por Ducrot em colaboração com Carel¹²⁷, procuraremos, de maneira sumária, apresentar quais eram as idéias iniciais de Anscombre e Ducrot e por que motivos deveriam sofrer alterações a partir da *teoria dos*

¹²⁶ O enunciador na teoria polifônica clássica vai ser representado por “e”. Na teoria polifônica argumentativa, por “E”.

¹²⁷ Como trabalho precursor, podemos citar a tese de Carel, intitulada “Vers une formalisation de la théorie de ‘l’argumentation dans la langue’”, defendida em 1992, em que contesta a existência de um terceiro termo (*topos*) para permitir a passagem de um argumento a uma conclusão e, de certa maneira, já redireciona o estudo da argumentação para a TBS. Esta teoria foi adotada por Ducrot, seu orientador, e passou a ser desenvolvida pelo grupo da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales – EHESS.

blocos semânticos (TBS) proposta por Carel e desenvolvida atualmente pelo grupo chefiado por Ducrot e também por Carel¹²⁸. Dessa forma, ressaltaremos os motivos levantados por Ducrot para não mais considerar o *ato de argumentação* como um ato justificativo e apresentaremos a redefinição da *argumentação*, proposta a partir destes estudos, o que inspira, na atualidade, os diversos trabalhos desenvolvidos pela equipe de Ducrot e Carel. É de se considerar, contudo, que esses teóricos apresentam algumas divergências teóricas¹²⁹ mesmo dentro da TBS que procuraremos, ao longo da apresentação da teoria, explicitar.

■ 1ª etapa – A Teoria dos blocos semânticos (TBS)

Claramente, situando-se numa perspectiva estruturalista, Anscombre e Ducrot consideravam que a argumentação poderia ser descrita na própria língua e que, para que uma seqüência de dois enunciados **A** e **C** apresentasse uma estrutura argumentativa, seria necessário que determinado locutor apresentasse um enunciado **A** (denominado “argumento”) como uma razão para **C** (denominado “conclusão”). Neste caso a palavra **argumentação** designa um *ato* e **A** tinha como função *fazer admitir C*, considerando o caráter admissível, verossímil, legítimo de **C** ou da enunciação de **C**, sendo que **C** podia estar ligado a **A** por conectores como *donc, par suite, par conséquent* ou **A** ligado a **C** por *si, puisque, car*. Os autores acreditavam que, a partir dos encadeamentos argumentativos (quer com conectores implícitos ou explícitos), poderiam também descrever a relação opositiva com o *mais*, ou ainda, outras estruturas sintáticas, palavras lexicais e conectores. Dentro dessa abordagem, os teóricos pensavam que estariam respeitando os preceitos estruturalistas, visto que o encadeamento argumentativo estaria diretamente relacionado ao discurso – enquanto encadeamento de enunciados – e não ao conhecimento extralingüístico trazido pelo discurso – considerando-o que, para a ANL, ele não é deduzível das

¹²⁸ Talvez seja importante ressaltar que embora os teóricos trabalhem com a mesma teoria, aplicam-na de forma diferenciada. Ducrot utiliza a teoria sobretudo para a análise do léxico; por outro lado, Carel aplica-a para a ligação argumentativa das palavras nos enunciados, para a descrição dos enunciados e para a relação entre eles. Contudo, ela começa, evidentemente, pela descrição do léxico.

¹²⁹ Ducrot trabalha, preferencialmente, em termos de *aspecto* que se assemelha à noção de *topos/topoi* por ele anteriormente utilizada. Carel prefere empregar a noção de discurso. Por outro lado, para Ducrot, PT ou CT são conectores, enquanto que, para Carel, esses elementos são apenas partes de um aspecto. Também, ao descrever a teoria polifônica, Ducrot faz uso da versão clássica e Carel, da argumentativa.

informações que um discurso pode trazer. Foi a partir desta definição genérica sobre o *ato de argumentação* que poderiam ser colocadas algumas hipóteses discutidas em artigo de Ducrot de 1994 e por ele abandonadas com o desenvolvimento da TBS.

Passaremos agora a pontuar mais detalhadamente as duas grandes alterações propostas pela TBS, em relação à versão tradicional da ANL, no que diz respeito a aspectos relativos ao *ato de argumentar* e à *lei de passagem*.

Ato de argumentar

O ato de argumentar era considerado *justificativo* e, por conseguinte, poderia ser subdividido em duas partes independentes e complementares: um segmento com o papel de argumento (**A**) e um outro atuando como conclusão (**C**). Contudo, dentro dos estudos atuais do grupo (referimo-nos aos desenvolvidos por Ducrot e Carel), tais segmentos não são independentes um do outro. Claramente, o sentido mesmo de (**A**) é determinado pelo de (**C**) e vice-versa. Num exemplo corrente¹³⁰: “Faz calor” (**A**), o próprio termo “calor” pode denotar uma sensação confortável ou desagradável, sendo que duas conclusões, dentre várias, poderiam ser possíveis: “Fiquemos em casa” ou “Façamos um passeio”. E é a partir da conclusão que podemos perceber qual foi o sentido da palavra “calor” – que tem um caráter polissêmico – empregado em (**A**). Ou, como afirma Ducrot (1994: 242): “**C** ne sert pas à choisir, mais à construire le sens de **A**” e vice-versa. Com isso, podemos afirmar que a conclusão é *parte constitutiva do argumento* e que, apesar de materialmente estarem justapostos, formam uma *entidade semântica única*, formando o mesmo tipo de *bloco semântico*. Salientemos a importância dos trabalhos precursores de Marion Carel, como já citamos, que realmente convenceram o teórico a considerar a existência de uma indissociabilidade semântica entre o argumento e a conclusão.

¹³⁰ Aqui, os exemplos colocados estão no português do Brasil. Como esta teoria está em desenvolvimento, muitos deles foram trabalhados em várias reuniões que tivemos com Carel, no EHESS, durante o ano de 2005.

Dessa forma, a noção de encadeamento argumentativo, apesar de não se fundamentar necessariamente na teoria dos *topoi*, se mantém, considerando-se que a construção lingüística obedece a algumas *coerções* impostas pelas próprias palavras. Todavia, é importante ressaltar que este *encadeamento* não exprime mais um ato de argumentação, porque não existe, na verdade, uma *justificativa* de determinado fato, neste ato, mas ele forma um *bloco semântico único*. Salientemos que, nos estudos anteriores da ANL, a argumentação, à semelhança da matemática, era fundamentalmente demonstrativa e justificativa¹³¹, como afirmamos anteriormente.

No entanto, apesar de defender a existência desse bloco semântico único na descrição da argumentação, Ducrot (2004) continua a utilizar os termos *argumento* e *conclusão*, não se desvinculando totalmente de uma tradição¹³². Carel, ao contrário, mantém apenas o termo *argumento*, visto que a *conclusão* já estaria inserida implicitamente no *argumento*.

Em síntese, podemos dizer que, dentro da TBS, a própria semântica interna de determinada unidade lexical estabelece as suas *coerções* e, assim, realmente o objetivo estruturalista da ANL é atingido: descrever as palavras a partir de suas potencialidades discursivas – enquanto representações de uma realidade –, não a partir de um conhecimento prévio dessa mesma realidade. Pela TBS, o próprio léxico seleciona os encadeamentos argumentativos em potencial aos quais está intimamente ligado, ou seja, é pelas *coerções* por ele impostas que se chega a uma continuação que a ele se vincula. Na verdade, a própria palavra já contém continuações potenciais que serão selecionadas quando da sua colocação em determinado enunciado. Por isso, a não-necessidade de separar o argumento e a conclusão, visto que constituem um bloco semântico único. Pela ANL (antiga versão), existiam palavras que também propiciavam ao enunciado determinada orientação argumentativa, possibilitando uma escolha da conclusão. Todavia, havia a necessidade de uma garantia (um *topos*) para que a passagem do argumento à conclusão fosse realizada. Contudo,

¹³¹ Inclusive em artigo de 1994, “L’argumentation dans le discours: argumenter n’est pas justifier”, Carel defende esta tese.

¹³² Esta é uma das divergências entre Ducrot e Carel, dentre outras apontadas anteriormente, em relação à atual versão da ANL.

apenas algumas palavras ou expressões favoreciam algum tipo de orientação e foram estudadas mais profundamente.

Há de deixar claro que, além da unidade lexical, qualquer sintagma, frase ou parágrafo pode ser parafraseado por encadeamentos argumentativos. Estes fazem uso de conectores do tipo *donc* e/ou *pourtant*¹³³, que podem ser traduzidos, respectivamente, por *portanto* e/ou *contudo*¹³⁴, permitindo a formação de *blocos semânticos*. Esses conectores possibilitam, assim, diversos tipos de descrição: quer sejam do léxico, dos enunciados e mesmo de parágrafos. Dentro desse contexto, o que seria argumentar? Para Carel: “[...] argumenter consiste à convoquer des *blocs sémantiques* et c’est en ce sens que les enchaînements en *donc* sont des énoncés argumentatifs [...] les enchaînements en *pourtant* sont eux aussi argumentatifs”. Carel (1994: 75) – destaque nosso.

Convém mencionar ainda que, para a autora, em cada *bloco semântico* existem dois tipos de discurso: os *discursos normativos* e os *discursos transgressivos*. Os primeiros correspondem a encadeamentos argumentativos que podem ser expressos por partículas como “donc”, “parce que”, “si”. Esses discursos podem ser agrupados através de um *aspecto normativo*, que é abreviado por DC – o qual traduziremos para o português como “portanto” e representaremos por PT. Os demais, os *transgressivos*, apresentam partículas como “pourtant”, “même si”; “bien que”. Esses discursos, por sua vez, constituem um *aspecto* denominado *transgressivo* – o qual será traduzido como ‘contudo’ e representado por CT. Os dois tipos de discurso estão num mesmo plano e são, igualmente, importantes na descrição da TBS. Como afirmam Carel & Ducrot: “tout bloc a ainsi deux **aspects**

¹³³ Segundo a autora, o termo “donc” ou DC foi escolhido seguindo tanto uma tradição da teoria da demonstração matemática quanto uma tradição já preconizada por Ducrot. O termo “pourtant” ou PT foi selecionado dentre outros termos que marcam oposição por ser de uso corrente e por ser considerado pela teórica como um dos poucos que só marcam oposição numa lista extensa de possibilidades. O “mais”, por exemplo, não foi escolhido porque pode ser utilizado em enunciados que não marcam oposição. O “cependant” não foi selecionado, por sua vez, por articular preferencialmente, segundo a autora, grandes blocos de enunciados, funcionando pouco como conector entre enunciados.

¹³⁴ A escolha dessa tradução adveio de uma tradição: trabalhos anteriores de Ducrot, traduzidos em português do Brasil, apresentavam a partícula “portanto” para traduzir o “donc”. Em relação à escolha do “contudo”, podemos salientar que o “mas” não poderia ser usado, pois estava tradicionalmente vinculado a uma descrição polifônica. Dentre as várias outras partículas possíveis, o “contudo” seria a mais adequada devido à nossa sensibilidade como usuários da língua. Das partículas que marcam oposição (entre enunciados), esta é uma das mais características e uma das mais empregadas.

argumentatifs (un aspect étant lui-même un ensemble d'enchaînements) : un **aspect normatif**, P DC Q, regroupant des discours en DC, et un **aspect transgressif**, P PT NON Q, regroupant des discours en PT". Carel & Ducrot (1999a: 9).

A TBS procura estudar os discursos¹³⁵ particulares argumentativos existentes por trás de quaisquer entidades lingüísticas – não se restringindo ao estudo do léxico, que podem ser parafraseados por discursos em PT e CT¹³⁶. Assim, uma entidade lingüística como “prudente” pode ser descrita a partir de dois tipos de discursos elementares – um único bloco semântico – compostos por um conjunto de encadeamentos.

De um lado, encadeamentos como “Pedro é prudente, portanto não teve acidente” ou “Se Pedro for prudente, ele não terá acidente”. Nesse caso, teremos o *aspecto prudente PT NEG¹³⁷ acidente*. E todos os discursos que são fazem parte desse *aspecto* são denominados *normativos*.

Por outro lado, existe uma outra família de discursos dentre os quais “Pedro é prudente, contudo teve um acidente”, ou ainda, “Pedro terá um acidente, mesmo sendo prudente”, que pode ser representada pelo *aspecto prudente CT acidente*. Os *discursos* relacionados a esse último aspecto serão denominados *transgressivos* e são marcados por conjunções/locuções que denotam relações ‘opostas’¹³⁸.

A significação do adjetivo “prudente” deve ser marcada tanto pelo *aspecto normativo prudente PT NEG acidente*, quanto pelo *aspecto transgressivo prudente CT acidente*. Desta forma, os dois aspectos estão presentes no significado do adjetivo “prudente”¹³⁹.

¹³⁵ Carel trabalha muito freqüentemente com o termo discurso, considerando que este se refere a enunciados (encadeamentos argumentativos) ‘embutidos’ no léxico.

¹³⁶ Passamos já a utilizar as abreviações das conjunções em português, PT para ‘portanto’ e CT para ‘contudo’, conforme mencionamos. Com isso, evitamos a utilização dos conectores correspondentes em língua francesa, ‘donc’ e ‘pourtant’.

¹³⁷ Será utilizada a abreviatura NEG para traduzir a forma negativa do segmento.

¹³⁸ Essas relações opostas podem vir a ser marcadas por *contudo*, *todavia*, *apesar disso*, dentre outros elementos.

¹³⁹ Com esta afirmação Carel procura responder a objeções feitas aos estudos iniciais da ANL que utilizavam as noções de *topos* e de forma tópica – introduzidas por Anscombe & Ducrot em 1983 – para a compreensão dos encadeamentos argumentativos. No caso da frase “Este prudente condutor teve um acidente”, a palavra ‘prudente’ não pode ser marcada pelo fato da pessoa nunca ter um acidente.

Tendo classificado os diversos aspectos que estariam intrinsecamente presentes numa entidade lingüística, é importante relevar os tipos de argumentação a ela associados. Por exemplo, ao se estudar argumentativamente uma determinada unidade lexical como “prudente”, podem ser construídos dois tipos de argumentação. Poderemos pensar em possíveis continuações para o termo, como: [Pedro é prudente, portanto não terá acidente]. E, no caso, teríamos uma *argumentação externa* ao termo “prudente”. Ou ainda, poderíamos considerar a existência de possíveis *argumentações* que o próprio termo contém: [Se houver perigo, Pedro tomará precauções]. Nesse exemplo, teríamos uma *argumentação interna* ao termo “prudente”. Com isso, a TBS estuda, além da *argumentação externa* das entidades lingüísticas, como o faziam os estudos iniciais da ANL, a *argumentação interna* dessas mesmas entidades.

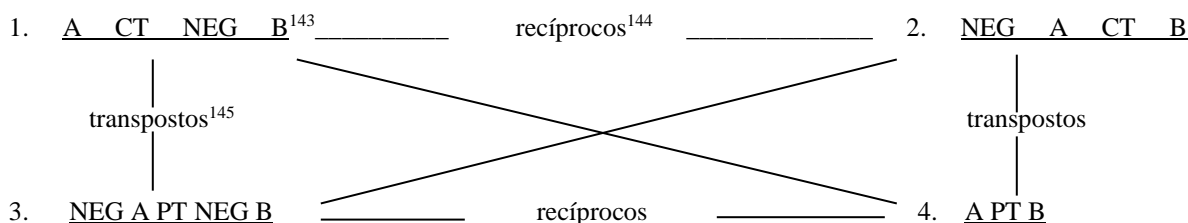
Convém mencionar que o próprio léxico tem ‘por trás dele’ discursos (encadeamentos de enunciados) aos quais estão intimamente ligados e lhe são inerentes. No entanto, Carel não deixa de ressaltar que este léxico está ancorado num mundo extralingüístico, sendo que este deve ser observado *a posteriori*. Segundo Carel, “c’est au sein même du linguistique que s’organisent nos discours et c’est seulement ensuite que cette organisation globale parle du monde” – Carel (1998: 103).

Além de unidades lexicais, *predicados* podem vir a ser descritos pela TBS. Dar um sentido a um predicado, por exemplo, é associá-lo a aspectos (ou seja, a um conjunto de encadeamentos). Ao descrevermos, por exemplo, dois predicados¹⁴⁰, “ser uma ação perigosa” – representado por **A** – e “renunciar a agir” – representado por **B**, considerando o fato da ação “ser perigosa” como uma espécie de justificativa para sustentar o motivo por que¹⁴¹ não há uma atuação efetiva, teríamos um bloco (quadrado argumentativo¹⁴²), com quatro aspectos:

¹⁴⁰ Essa descrição foi feita, originalmente, em língua francesa, por Ducrot & Carel (2006). Nós procuramos adaptá-la para o português.

¹⁴¹ Esses dois predicados podem ser parafraseados por encadeamentos que corresponderiam a oito aspectos. Haveria, assim, na descrição desses predicados, um outro bloco argumentativo, não explorado aqui, em que o fato da ação “ser perigosa” obrigaria o indivíduo a agir. Em Carel & Ducrot (1999a), esses encadeamentos, que fariam parte do bloco 2, seriam classificados como paradoxais.

■ Bloco (quadrado argumentativo)



Nesse bloco, teríamos os seguintes encadeamentos:

1. “Mesmo sendo uma ação perigosa, ele não deixa de agir”.
2. “Mesmo não sendo uma ação perigosa, ele deixa de agir.”
3. “Se a ação não for perigosa, ele não deixa de agir.”
4. “Se a ação for perigosa, ele deixa de agir”.

É importante salientar que esses encadeamentos, que parafraseiam os quatro aspectos apontados, servem para descrever quatro adjetivos em francês, que poderiam ser transpostos para o português. O aspecto (1) descreveria o adjetivo “imprudente”; o (4), “prudente”; o (2), “temeroso”; o (3), “não-temeroso”.

Sublinhamos que Carel faz a distinção entre *articuladores* e *conectores*¹⁴⁶. Os primeiros, para a teórica, comparam aspectos expressos por blocos semânticos distintos. Em contrapartida, os outros interligam as palavras no intuito de formar um único bloco semântico. Para a teórica, o ‘mas’ seria um articulador típico, enquanto os conectores seriam uma espécie de lista aberta, contendo termos que possam vir a ser parafraseados por

¹⁴² O *quadrado argumentativo*, para Ducrot, baseia-se no *quadrado lógico* aristotélico.

¹⁴³ O símbolo X corresponde à conversão, sendo que duas expressões consideradas contraditórias são expressas, pela TBS, por aspectos *conversos* – tradução para o português do termo “converses”.

¹⁴⁴ Se duas expressões são representadas por aspectos *recíprocos*, em CT, elas são *contrárias*, pela TBS.

¹⁴⁵ Se uma expressão apresenta um aspecto em CT, o seu *contrário* e o seu *contraditório* exprimem aspectos que têm entre eles uma relação vertical de transposição.

¹⁴⁶ Como já expusemos, uma das divergências na atual versão da ANL, entre Ducrot e Carel, é o fato de Ducrot considerar que PT e CT são conectores. Carel, por outro lado, considera-os, apenas, como partículas que fazem parte de um aspecto.

“donc”¹⁴⁷ (DC), para nós “portanto” (PT) – como “parce que”, “car”, “alors si” – e por “pourtant” (PT), para nós “contudo” (CT) – como “même si”, “malgré”, “bien que”.

Em suma, para a autora, todas as palavras, sintagmas, enunciados, poderiam ser parafraseados por aspectos em DC (*discursos normativos*) e PT (*discursos transgressivos*). O *aspecto* poderia ser definido como o conjunto de encadeamentos associado a uma determinada entidade lingüística. Dessa forma, estabelecer o sentido de uma determinada entidade, por exemplo, uma palavra, é associá-la a um *aspecto* em DC ou em PT.

A Lei de Passagem

Inicialmente, dentro dos estudos da ANL, como vimos nas diversas fases, os *encadeamentos argumentativos* são a realização discursiva de uma argumentação em que um locutor ao afirmar certo número de fatos e ao realizá-lo pretende fazer com que o destinatário admita a legitimidade de uma certa conclusão. Ou seja, há sempre uma intenção por trás dos encadeamentos argumentativos. E, ainda, a passagem do argumento à conclusão é fundada num *topos* (que funciona como uma ‘lei de passagem’ ou numa garantia que possibilita a passagem do argumento a uma conclusão) – escolhido dentre um feixe de *topoi* (com um antecedente e uma conclusão) – que coloca em relação duas propriedades do mundo. Assim, o *topos* passa a ser uma parte constitutiva do sentido dos encadeamentos argumentativos, sendo que alguns *topoi* são *intrínsecos* à própria significação, constitutivos do próprio potencial argumentativo de determinada frase.

De forma crítica, ao reavaliar a importância do *topos* como garantia para os encadeamentos argumentativos, Ducrot (1994: 241) menciona que o próprio *topos* que autoriza a passagem de um argumento a uma conclusão só é concebível *fora* do domínio lingüístico. Desse modo, ao ser considerada a noção de *topos* para a descrição semântica, admitir-se-ia também que as palavras e as frases inseridas numa determinada língua significam domínios

¹⁴⁷ Segundo a autora, há vários empregos de “donc” que não são traduzíveis por discursos normativos. Contudo, o “donc” foi escolhido pela própria tradição do uso deste conector na própria ANL, como mencionamos.

de uma realidade extralingüística. Este aspecto é *contrário* aos preceitos estruturalistas – aos quais Ducrot sempre procurou filiar-se – que consideram que a realidade é acessível apenas através de *representações* que a própria atividade do uso da língua nos coloca ao dispor.

A TBS atual, mais fiel aos preceitos estruturalistas, não aceita a existência de uma garantia que permita a passagem do argumento à conclusão. Segundo a TBS, o próprio argumento contém diversos encadeamentos argumentativos possíveis, sendo que um deles, de acordo com o enunciado em que estiver inserido, poderá ser selecionado. Na realidade, o próprio argumento contém uma ou várias conclusões em potencial, que será(ão) escolhida(s) preferencialmente em função do discurso. Ao confrontar os dois posicionamentos, Ducrot afirma:

C'est dans cet esprit que j'essaie actuellement de concilier les deux thèses présentées ici. L'une, selon laquelle les enchaînements argumentatifs construisent, par leur existence même, des représentations du monde dont on parle (ce qui exclut de les décrire comme des manifestations d'argumentations, au sens rhétorique de ce terme). L'autre, selon laquelle ces enchaînements sont utilisés (on décrit *loin* par un type d'enchaînement, où la distance est vue comme obstacle), *ce qui satisfait l'objectif structuraliste de l'ADL, et amène à décrire les mots, non à partir d'une connaissance préalable de la réalité (ce qu'impliquerait leur description "informative"), mais à partir de leurs potentialités discursives.*

(DUCROT, 1994: 247)

Sublinhamos que a TBS, prosseguindo a abordagem estruturalista que caracteriza o grupo do EHESS, no estudo da argumentação, é uma teoria não-referencialista, procurando observar que a argumentatividade se encontra no interior da própria língua, não sendo necessário que se faça uso de aspectos extralingüísticos ou mesmo de uma 'garantia' para que se torne inteligível. Com isso, dando continuidade à noção desenvolvida por Anscombe & Ducrot da existência de uma argumentatividade inerente à língua, fornece-nos alguns subsídios teóricos de extrema relevância para a análise dos nossos *corpora*.

O fato de a TBS ser uma teoria não-referencialista implica determinadas conseqüências ao nível de uma *responsabilidade enunciativa*. Por exemplo, de acordo com os estudos iniciais da ANL, a presença do pronome de primeira pessoa em um texto remeteria ao locutor

enquanto *ser do mundo*. Assim, para se descrever determinado enunciado, deveria ser levado em conta *algo presente no mundo*. por exemplo, no enunciado – “acabei de trabalhar” – somos obrigados a descrever o predicado “acabar de trabalhar” em relação a um *ser do mundo* designado pelo sujeito “eu”. Dessa forma, para se construir o sentido total do enunciado, é necessário levar em conta algo que está presente no mundo. Para Carel, ao contrário, toda a construção do sentido do enunciado se faz no próprio discurso e só depois é que se deve levar em consideração a sua ancoragem ao mundo, como colocamos anteriormente.

■ 2ª etapa – argumentação retórica e argumentação lingüística

Embora tal etapa, na realidade, não seja autônoma em relação à primeira, relativa à TBS, optamos por destacá-la, pois para nós será de extrema relevância para esta tese, como veremos ao apresentarmos a nossa aceção acerca de *gêneros persuasivos*, nosso objeto de estudo.

Ducrot (2004), numa obra totalmente dedicada aos estudos sobre a argumentação, organizada por Marianne Doury e Sophie Moirand, *L'Argumentation aujourd'hui – positions théorique en confrontation*, acentua a diferença existente entre a *argumentação lingüística* e a *argumentação retórica*. Para Ducrot, a primeira, que é denominada simplesmente argumentação, é, por ele, assim definida:

Les segments de discours constitués par l'enchaînement de deux propositions A et C, reliées implicitement ou explicitement par un connecteur du type de *donc*, *alors*, *par conséquent*... J'appellerai A l'argument, et C la conclusion. Cette définition peut être étendue aux enchaînements reliant, non pas deux propositions syntaxiques, mais deux suites de propositions, par exemple deux paragraphes d'un article. Les grammairiens et linguistes interprètent généralement ces enchaînements “A *donc* C” en disant que A est présenté comme justifiant C, comme rendant vrai, valide ou au moins plus acceptable qu'il n'était avant son enchaînement à A.

(DUCROT, 2004: 19)

Contudo, mais adiante no seu trabalho, Ducrot (2004) afirma que essa argumentação, centrada na apresentação de razões, de fundamentos, é pautada sobretudo no *logos*, e não

seria suficiente para a persuasão. É necessário que o agente produtor passe uma imagem favorável de si, o que na retórica clássica era chamado *ethos*¹⁴⁸ e, ainda, atinja o interlocutor - *pathos* - de forma que este seja persuadido. Em outras palavras, a argumentação lingüística não pode prescindir dessa *argumentação retórica*, a qual está diretamente relacionada ao *ethos* e ao *pathos*. Como menciona o autor:

[...] La fréquence des *donc* dans la parole à visée persuasive [...] servent à améliorer l'image de l'orateur, son *ethos*. C'est par là qu'ils peuvent rendre la parole plus efficace. [...] La conception habituelle place au sommet de la stratégie persuasive un *logos*, qui serait une forme affaiblie de la rationalité. Ce *logos*, manifesté par les enchaînements argumentatifs, aurait besoin, **vu ses insuffisances**, d'être complété par le recours à des facteurs irrationnels, l'*ethos* et le *pathos*.

(DUCROT, 2004: 32) – grifo nosso

De certa forma, a persuasão estaria ligada tanto à *argumentação retórica* quanto à própria *argumentação lingüística*. Esta última, por sua vez, estaria a serviço da primeira no intuito de se atingir uma determinada finalidade persuasiva.

Ducrot (1992, 2004) assim dissocia a *argumentação* da *persuasão*¹⁴⁹. Para o autor, um discurso pode vir a orientar-se para uma conclusão e mesmo assim um indivíduo pode tomar uma atitude *totalmente* diferente daquela que o discurso previa. Existirão outros fatores, além do discursivo, que levarão o interlocutor a adotar uma determinada posição, ou seja, ser persuadido. Nesse contexto, pelas construções das imagens do locutor ou do interlocutor discursivamente – que funcionam como espécies de personagens, dentre outras questões, podemos persuadir a algo totalmente diferente do que previa anteriormente o discurso. E, com isso, Ducrot ressalta a importância de duas provas aristotélicas: o *ethos* e o *pathos*, que vêm sendo estudados por vários os autores em diversas abordagens teóricas. Inclusive, essas personagens discursivas serão por nós desenvolvidas em **4.3.2.3.** e em **5.4.3.**, quando trabalharmos as questões enunciativas nos nossos textos.

¹⁴⁸ Foi Ducrot, em publicação de 1984, que transpôs a noção para o estudo lingüístico. Cf. Ducrot (1984b).

¹⁴⁹ Em publicação de 1992, Ducrot cita o ponto de vista de Van Eemeren & Grootendorst (1984) sobre a questão. Estes autores pensam que a persuasão passa sempre pela argumentação. Na mesma linha de Ducrot, mas com perspectivas teóricas diferentes, podemos citar Charaudeau (1992) que pontua que mesmo um discurso construído numa forma descritiva (modo de organização descritiva do discurso para o autor) pode vir

2.4.2. Perspectivas polifônicas

Passaremos, agora, a fazer uma digressão e a descrever um pouco mais detalhadamente a teoria polifônica¹⁵⁰ descrita por Ducrot, porque consideramos a questão da polifonia de extrema relevância para a análise dos nossos textos. Contudo, gostaríamos de ressaltar que, embora a introduzamos no capítulo referente à ANL, ela *apresenta um quadro teórico totalmente diverso*. Enquanto a primeira procura, de uma forma radical, estipular a existência de uma relação intrínseca entre um argumento (um enunciado) e uma conclusão (possível continuação para este enunciado) seguindo o conceito instrucional da própria significação, segundo o qual a frase já impõe suas coerções; a segunda procura descrever os conteúdos ‘expressos’ por enunciadores aos quais o locutor pode ou não vir a aderir. Com isso, detalhar mais a teoria polifônica, nessa parte, foi para nós uma escolha consciente, uma vez que os conectores argumentativos poderiam apresentar tanto uma descrição seguindo a ANL quanto a teoria polifônica. Tendo justificado por que decidimos explorar a polifonia nessa parte, detalharemos um pouco mais a noção e mostraremos que ela pode ser descrita seguindo¹⁵¹ uma versão mais *clássica* ou *argumentativa*¹⁵². Em seguida, mostraremos alguns dos trabalhos de Ducrot, principalmente, os da década de 80 sobre o conector “mas”, a negação e as questões totais, descrições estas já por nós conhecidas, mas que serão brevemente recapituladas.

a persuadir sem se apresentar numa forma argumentativa (modo de organização argumentativo do discurso para o autor).

¹⁵⁰ O termo *polifonia* advém primeiramente da teoria musical. Foi transposto para os estudos literários por Bakhtin que, em ([1963], 1997), em uma obra sobre a criação em Dostoiévski, escreveu um capítulo “O romance polifônico de Dostoiévski e seu enfoque na crítica literária”. Para Bakhtin, a *polifonia* é o embate de vozes sobre os problemas no âmbito de uma época, em constante renovação e formação. Assim, ele não aceita uma concepção monológica do mundo, visto que este é aberto e livre, e tudo ainda está por vir. Ducrot, como mencionamos, foi o teórico responsável por transpor a noção para o nível lingüístico. Cf. Ducrot *et al.* (1980); Ducrot (1984b, 1988). Embora ambos os autores utilizem o termo de forma diferenciada, os dois discutem a questão da unicidade do sujeito. Genette (1972), também, faz menção a esta cisão ao distinguir, numa narrativa, ‘aquele que vê’ e ‘aquele que fala’.

¹⁵¹ Tal classificação foi desenvolvida após várias reuniões com a Profa. Dra. Marion Carel, a quem agradecemos a preciosa colaboração na realização dessa pesquisa, como ressaltamos.

2.4.2.1. Teoria Polifônica Clássica (TPC) e Teoria Polifônica Argumentativa (TPA)

A teoria polifônica utilizada por Ducrot para a descrição do funcionamento do conector “mas”; da negação e das questões totais, principalmente em publicações de 1983 e 1984, poderá ser denominada *clássica*, porque se concentra na descrição dos conteúdos “expressos” pelos enunciadores. Por outro lado, a atual versão, em desenvolvimento, como já dissemos, será considerada *argumentativa*. Nesta, os pontos de vista dos enunciadores serão transcritos a partir de encadeamentos argumentativos, seguindo os preceitos da TBS, como veremos mais adiante. No entanto, como temos poucos subsídios para apresentar teoricamente a TPA, mostraremos os fenômenos lingüísticos que apontamos acima dentro da TPC¹⁵³.

Para atingir esse intuito, recapitularemos as definições de locutor e enunciador pontuadas por Ducrot (1984a) e as relações que podem vir a ser estabelecidas entre eles, antes de passarmos à descrição dos fenômenos lingüísticos em que eles atuam.

2.4.2.2. Locutor e enunciador

Ao estabelecer a diferença entre o sujeito falante e o locutor, Ducrot acentua que o locutor: “[...] est, à la différence du sujet parlant, un *personnage intra-discursif*: il est un des éléments de cette image de l’énonciation créée par l’énoncé, et, en ce sens, il a le même statut que possède, selon Genette, ‘le narrateur’ d’un roman” – Ducrot (1984a: 16) – grifo nosso.

Esse locutor, para Ducrot, poderia ser de dois tipos: o locutor enquanto tal, abreviado por L e o locutor enquanto ser do mundo, abreviado por λ ¹⁵⁴. Em outras palavras, a utilização do

¹⁵² Em publicação de 2006, Ducrot & Carel utilizam a teoria polifônica argumentativa para o estudo da negação.

¹⁵³ Em nossas análises, faremos um esforço de fazer a passagem da TPC para a TPA.

¹⁵⁴ Inclusive, nas nossas análises, não faremos essa distinção. Consideraremos a presença de um Locutor único, representado por L (em letra maiúscula). Este é um ser que toma corpo no universo textual, tem um papel social, institucional e está sujeito a coerções impostas pelo gênero em que está inserido. Esse L, à semelhança do L para Ducrot, coloca enunciadores em cena, com pontos de vista. Vale ressaltar ainda que,

pronome de primeira pessoa remeteria ao segundo locutor, ao passo que o uso de uma interjeição, por exemplo, em que não há presença explícita de pronomes de primeira pessoa, envolveria o primeiro locutor. Assim, por exemplo, no caso de utilização de uma interjeição, a expressão de tristeza ou de alegria que a ela estaria associada provém do próprio envolvimento enunciativo do locutor. Feita essa ressalva acerca da noção para Ducrot, qual seria a definição de enunciador para o autor?

Segundo Ducrot, num enunciado, um locutor (ser virtual) coloca em cena enunciadores que são a origem dos pontos de vista expressos. Como afirma o teórico:

Je dirai que l'énonciateur est au locuteur ce que le personnage est à l'auteur. L'auteur met en scène des personnages qui, [...] exercent une action linguistique et extralinguistique, action qui n'est pas prise en charge par l'auteur lui-même. Mais celui-ci peut, dans une "seconde parole", s'adresser au public à travers les personnages: soit qu'il s'assimile à tel ou tel dont il semble faire son représentant [...] soit qu'apparaisse significatif le fait même que les personnages parlent et se comportent de telle ou telle façon.

(DUCROT, 1984a: 205)

Entretanto, o tipo de relação entre o locutor e o(s) enunciador(es) que havia sido estudado em alguns fenômenos lingüísticos foi aprofundado e revisto em estudos mais recentes¹⁵⁵. Nestes, são pontuados dois tipos de relação do locutor com os enunciadores que são colocados em cena. O locutor seleciona seres identificáveis ou não que são *assimilados* a enunciadores, e ainda ele opta por uma *atitude* em relação a esses enunciadores, que pode ser de *prise en charge*¹⁵⁶, de *acordo* ou *oposição*, em relação ao ponto de vista do(s) enunciador(es).

quando falarmos de locutor, na acepção de Ducrot, respeitaremos a distinção entre os locutores pontuada pelo autor.

¹⁵⁵ Não nos cabe aqui fazer uma análise exaustiva das mudanças do quadro teórico efetuadas por Ducrot. Restringimo-nos apenas a textos mais recentes do teórico em colaboração com Carel sobre a questão. Nomeadamente no artigo "Description argumentative et description polyphonique: le cas de la négation", de Ducrot em co-autoria com Carel, com publicação prevista para início de 2006.

¹⁵⁶ Optamos por não traduzir esse termo, utilizado no artigo "Description argumentative et description polyphonique: le cas de la négation", de Ducrot & Carel (2006).

Em relação à questão da *assimilação*, Ducrot & Carel (2006) pontuam alguns exemplos¹⁵⁷ que talvez valha a pena serem retomados para que nossa definição fique mais clara. No caso de “selon mon médecin, je suis fatigué”, a origem do ponto de vista expresso é determinada e o locutor seleciona a figura de um médico para *assimilá-la* – “selon mon médecin”. Já no enunciado “il paraît qu’il fera beau demain”, a origem da *assimilação* é completamente indeterminada.

Quanto às *attitudes* do locutor em relação aos enunciadores, podemos dizer que é de “*prise en charge*” quando o locutor aceita o ponto de vista expresso pelo enunciador colocado em cena. No caso do exemplo, “Je me sens fatigué”, o pronome “Je” é assimilado àquele que constrói o enunciado, e ainda a enunciação é descrita de forma que o interlocutor conheça a “*fatigue*” sentida pelo sujeito “Je”. Há também uma outra *atitude*, que é a de *acordo*. Nesta, o locutor se proíbe de contestar o ponto de vista do enunciador em todo o discurso. Temos, como exemplo, o caso em que o enunciador é a fonte de um *pressuposto*. Uma terceira *atitude* seria a de *oposição*, em que a enunciação é descrita de forma a proibir o acatamento do ponto de vista do enunciador, como no caso da negação.

2.4.2.3. Algumas descrições dentro da Teoria polifônica clássica (TPC)

Dentro da TPC, ressaltaremos três fenômenos lingüísticos¹⁵⁸ descritos em Ducrot *et al.* (1980); Ducrot (1984 a) e Anscombre & Ducrot (1988²): o conector “mas”, a *negação* e a *questão total*. Tal seleção se baseou, principalmente, na utilização que fizemos mais adiante desses conceitos teóricos para a análise dos textos.

Em relação ao conector “mas”, dois tipos de descrição podem ser observadas dentro da obra de Ducrot. Ducrot *et al.* (1980) se centram numa vertente instrucional, enquanto que Ducrot (1988), numa vertente mais polifônica. Optamos por mencionar os dois tipos de

¹⁵⁷ Todos esses exemplos foram citados no artigo colocado acima. Optamos por não traduzi-los, respeitando a versão original.

¹⁵⁸ Deixaremos, por exemplo, de lado o estudo da ironia. Tal recurso não foi por nós selecionado na análise dos gêneros com os quais trabalhamos e, por isso, resolvemos não o descrever nessa parte. Mais detalhes sobre a questão da ironia, ver: Ducrot (1984b: cap. VIII).

descrição do “mas” para que fique clara a diferença de perspectiva teórica dentro da ANL e da própria TPC.

Vejamos o exemplo num enunciado que poderia ser apresentado de forma esquemática, com a seguinte estrutura:

A [mas] B

Do ponto de vista instrucional, podemos dizer que um locutor ao mencionar **A** emite uma certa instrução, a qual corresponderá a uma conclusão **C**. Já ao enunciar [mas] **B**, emite uma instrução que apresenta uma orientação contrária à anterior e corresponderá a **não – C**.

Em relação ao aspecto polifônico, poderíamos dizer que o locutor coloca em cena um enunciador, **e₀**, que apresenta um argumento **A**, o qual é orientado¹⁵⁹ para uma conclusão **C** (a qual está implícita). Por outro lado, através da enunciação de “[mas] **B**”, ele apresenta um outro enunciador, **e₁**, que enuncia **B**, que apresenta uma orientação contrária, ou seja, **não-C**, sendo que o locutor se identificará, ao final, com **e₁**.

No mesmo seguimento dos conectores argumentativos, em que exemplificamos a TPC com a descrição do “mas”, teríamos também a *negação* como um dos recursos lingüísticos de materialização da polifonia no nível do enunciado. Por exemplo, num enunciado negativo, Ducrot (1972, 1984a) supõe a presença de dois pontos de vista: o de um enunciador **e₁**, que apresenta uma atitude positiva em relação a esse enunciado, e ainda um outro enunciador, **e₂**, que corresponde à própria recusa de tal enunciado, a cujo ponto de vista o locutor adere. Além disso, o autor pontua a existência de três tipos de negação¹⁶⁰: a *metalingüística*, a *polêmica* e a *descritiva*.

¹⁵⁹ Essa orientação qualificada por Anscombre & Ducrot por argumentativa é assim definida: “Un locuteur fait une argumentation lorsqu’il présente un énoncé **E₁** (ou un ensemble d’énoncés) comme destiné à en faire admettre un autre (ou un ensemble d’autres) **E₂**”. Anscombre & Ducrot (1988²: 8).

¹⁶⁰ Ducrot (1972) pontuava a existência de dois tipos de negação: a *polêmica* e a *descritiva*. Em estudos posteriores, nomeadamente os de 1984a, o autor subdivide a *polêmica* em *metalingüística* e *polêmica*.

A primeira ocorre quando da resposta a um outro locutor e pode até ter um valor meliorativo, como é o caso de “Pierre n’est pas intelligent, il est génial” – Ducrot (1984a: 22). No segundo caso, mais comum no uso da forma negativa, o locutor se opõe à atitude positiva, interior a um discurso, e adere a negativa (temos nesse caso um exemplo típico de polifonia para Ducrot). E no terceiro, ao se descrever alguém como “Il n’est pas intelligent”, por exemplo, é porque se atribui a um indivíduo uma determinada propriedade à qual um enunciador poderá muito bem contestar.

Quanto à *questão total*, Anscombre & Ducrot (1988²: 130, 131)¹⁶¹ ressaltam que, em uma questão do tipo “Est-ce p?”, o Locutor seria responsável por colocar em cena os pontos de vista de três enunciadoreis:

Um enunciador – e_1 – que tem o ponto de vista correspondente à asserção prévia - p -.

Um enunciador – e_2 – que ‘mostra’ uma incerteza em relação a - p -.

Um enunciador – e_3 – que marca o seu ponto de vista questionando o interlocutor, solicitando-lhe que escolha entre uma resposta do tipo - p ou uma resposta do tipo $\sim p$.

2.4.3. Argumentação nos textos (ANT)

A nosso ver, não podemos falar da ANT sem fazermos menção, em paralelo, das tentativas de diversas perspectivas de propor tipologias textuais para buscar certas padronizações nos textos – pensamento de herança estruturalista e gerativista dominante nas décadas de 70 e 80 -. Datam, inclusive, desta época as diversas classificações de textos: quer sejam estruturais, funcionais ou pragmáticas¹⁶² – “felizmente” mais graduais. No entanto,

Aproveitaremos, neste item, os exemplos utilizados pelo autor nessa última publicação. É importante ressaltar os estudos atuais de Nølke e de Olsen sobre a questão. Cf. Nølke & Olsen (2000).

¹⁶¹ Estudos que serão retomados por Sauerwein (2000) para a descrição das questões parciais. Em publicações mais recentes (2002, 2005a, 2005b), a autora desenvolverá aspectos relativos às questões que poderiam ser denominadas altamente transgressivas. Estas serão por nós detalhadas quando da análise dos *outdoors* partidários.

¹⁶² Podem ser citados os estudos de Van Dijk (1973, 1981) que propõem a existência de uma *superestrutura* associada à produção concreta de um tipo de texto. A *superestrutura* seria uma espécie de esquema a que o texto se adaptaria, cumprindo, assim, determinadas funções. Para o autor haveria também a *macroestrutura* que estaria relacionada às seqüências formadas por unidades textuais específicas. Inclusive, Van Dijk

ressaltamos que, apesar de apresentarem uma preocupação normativa, tiveram um papel importante no estudo de parâmetros relacionados à textualidade e à discursividade, aspectos essenciais no estudo dos textos. Tais abordagens foram importantes, todavia não relacionaram a questão do texto à perspectiva do gênero. Por isso, decidimos não as explorar mais detalhadamente.

O estudo da argumentação, numa perspectiva textual condicionada por questões relativas ao gênero, é relativamente recente e pouco explorado. Foi provavelmente Adam, em duas publicações, as de 1992 e 1999, que começou a correlacionar diversos aspectos textuais – dentre eles algumas unidades argumentativas homogêneas – à problemática dos gêneros, embora de forma não muito clara. Por isso, resolvemos fazer um retrospecto dos seus estudos acerca dessa temática.

2.4.3.1. ANT e Adam

A argumentação foi estudada inicialmente por Adam, dentro de seus estudos sobre a organização dos textos, como uma das várias formatações de *seqüências prototípicas*¹⁶³. Estas correspondem a unidades relativamente autônomas – compostas por macro-proposições as quais, por sua vez, são constituídas por proposições – que se combinam e se articulam na organização linear do texto. Estas podem ser de cinco tipos: a *argumentativa*, a *descritiva*, a *narrativa*, a *expositiva* e a *dialogal*.

Mas em publicação de 1997, a argumentação apresenta também para o autor outra dimensão. Em obra intitulada *L'Argumentation Publicitaire – rhétorique de l'éloge et de la persuasion*, em co-autoria com Bonhomme, no intuito de trabalhar a publicidade, Adam faz uma distinção clara entre os termos *seqüência prototípica argumentativa* e *argumentação* que passamos a transcrever:

menção a existência de uma estrutura - a argumentativa - dentre outras. Cada qual com as *superestruturas* específicas.

¹⁶³ Estas seqüências de base são espécies de esquemas textuais. Por estudos de ordem cognitiva, nomeadamente os trabalhos de Bereiter e Scardamalia, referidos por Adam (2001⁴), tanto o processo de compreensão e de produção textual são facilitados por representações prototípicas presentes na nossa memória a longo termo.

Il ne faut pas confondre l'unité qui entre dans la composition des textes et que nous désignerons *par le terme de séquence argumentative avec l'argumentation en général*. Par le discours, le sujet parlant fait allusion à un "monde" (réel ou fictif, présenté comme tel ou non), il construit une représentation : c'est la fonction descriptive de la langue. Mais parler, c'est chercher à faire partager à un interlocuteur des opinions ou des représentations relatives à un thème donné, c'est vouloir provoquer ou accroître l'adhésion d'un auditeur ou d'un auditoire plus vaste aux thèses qu'on présente à son assentiment.

(ADAM & BONHOMME, 1997: 109) – destaque nosso

Assim, na acepção de Adam, o termo *argumentação* tanto pode estar relacionado ao efeito persuasivo de determinado discurso quanto a uma modalidade de *seqüências prototípicas*. Essa concepção do termo é fundamental, pois se diferencia, por exemplo, do conceito proposto por Ducrot, a que nos referimos; aproximando-se, ao contrário, de teóricos como Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵).

É sobretudo nessa publicação de 1997 que Adam salienta que, para ele, a *argumentação*, numa acepção mais genérica, pode vir a ser traduzida por seqüências de vários tipos, não apenas a argumentativa, e que o sistema verbal e icônico podem estar mesclados em alguns gêneros que apresentam uma *dimensão semiológica mista*, como é o caso da publicidade.

Em publicação de 1999, nomeadamente no livro organizado por Ruth Amossy, *Images de soi dans le discours: la construction de l'ethos*, Adam integra a questão da argumentação às noções de *ethos* e *pathos*. Ao analisar os discursos de De Gaulle e Pétain, o teórico ressalta de que forma algumas escolhas efetuadas ao nível lingüístico podiam influenciar a construção das imagens desses estadistas junto ao auditório. Dessa forma, observa as diferenças de efeito persuasivo dos discursos em função das construções textuais.

Em publicação de 2002, Adam integra o *ethos* e o *pathos* como componentes enunciativos do gênero. Dessa forma, a argumentação, no sentido mais amplo preconizado por Adam, tanto pode envolver os diversos tipos de seqüência – não apenas a argumentativa, como também poderá estar relacionada às imagens do enunciador construídas textualmente. Com isso, Adam acentua os dois aspectos importantes na argumentação: o aspecto lingüístico e o retórico, que foram retomados por Ducrot (2004) e que apresentamos em 2.4.1.2..

2.4.3.2. Estatuto argumentativo das seqüências

Como citamos, a importância do estudo das seqüências de vários tipos, nesta parte, advém da importância que possam vir a ter na descrição da argumentação nos gêneros com os quais trabalhamos.

Foi Adam (2001⁴) que, realmente, se preocupou em descrever, nos textos, alguns blocos de unidades a que ele denominou de *seqüências prototípicas*¹⁶⁴, que apresentavam estruturalmente certa regularidade composicional. Com isso, respeitando a complexidade e a heterogeneidade do texto, enquanto objeto de análise, saiu do lugar comum das tipologias textuais vigentes até então. Assim, o modelo da estrutura composicional dos diversos textos passou a ser ‘etiquetado’ não por tipos de texto, a saber, narrativo, descritivo, argumentativo, explicativo, mas por *seqüências prototípicas*. Segundo o autor, existem determinadas seqüências de base, espécies de esquemas de representações de ordem cognitiva de que o indivíduo dispõe¹⁶⁵. São elas: a seqüência *narrativa* (SPN), a *descritiva* (SPD), a *dialogal* (tipo poligerido) (SPDi), a *argumentativa* (SPA) e a *explicativa* (tipo monogeridos) (SPE). Considerando que todas as estruturas prototípicas descritas por Adam podem ser um instrumento importante¹⁶⁶ para a descrição da argumentação nos gêneros, como veremos no próximo capítulo, vamos detalhá-las mais de perto. Partimos do princípio de que todas¹⁶⁷, em graus diferenciados, de acordo com as próprias limitações impostas pelo gênero em que se inserem, poderão estar presentes na organização dos textos em

¹⁶⁴ Apesar de descreveremos as seqüências prototípicas mencionadas por Adam (2001⁴), consideraremos, nesse trabalho, à semelhança de Bronckart (1999), que as seqüências não são modelos cognitivos pré-existent. O agente produtor, ao fazer uso de protótipos de seqüências disponíveis no *arquitrato*, deverá tomar uma *certa decisão a qual se baseará no destinatário e no objetivo de sua comunicação*. Dessa forma, as seqüências são fundamentalmente *dialógicas*, baseando-se em *decisões interativas*. Ainda os protótipos para Bronckart devem ser considerados em suas dimensões práticas e históricas.

¹⁶⁵ Este grau de estabilidade confere à seqüência o estatuto de componente composicional dos diversos gêneros. Bronckart (1999) aponta que os protótipos das seqüências não são modelos cognitivos, mas procedem da experiência do próprio *intertexto* – termo atualizado em 2002 para *arquitrato* – em suas dimensões práticas e históricas. Ponto de vista com o qual concordamos.

¹⁶⁶ Na verdade, acreditamos que só podemos fazer uma descrição da seqüência prototípica argumentativa quando pensamos que existe também uma outra - a explicativa - que estrutura a primeira, mesmo estando ‘aparentemente’ ausente. O mesmo raciocínio pode ser empregado quando nos preocupamos em descrever as seqüências prototípicas narrativa e descritiva. Como Maingueneau ressalta: “todo discurso é sempre um discurso que quer evitar um outro discurso e *é este outro* que estrutura o que se quer dizer” – grifo nosso. Apontamentos de aula, novembro 2004.

¹⁶⁷ Apresentamos todas as seqüências, embora elas possam não estar todas presentes nos textos em análise.

análise. Embora percorramos todas as seqüências, discorreremos um pouco mais detalhadamente sobre as descritivas e as argumentativas, visto que provavelmente estarão mais presentes nas nossas análises.

Seqüência Prototípica Narrativa (SPN)

A SPN apresenta forçosamente uma unidade temática e ainda para que ela ocorra, como afirma Adam (2001⁴: 49), é necessária a transformação de predicados no decorrer de determinado processo. Dessa forma, existe uma sobreposição do aspecto cronológico em relação à hierarquização das relações. Segundo Adam, a SPN apresenta cinco momentos distintos¹⁶⁸:

- situação inicial;
- complicação;
- ações;
- resolução;
- situação final.

Além dessas cinco fases, poderiam ser acrescentadas ainda duas, a *avaliação* e a *moral*, dependendo do gênero em análise. Lembremos que essas sete fases da SPN podem ser realizadas por pacotes de proposições de extensão bem variável. No caso específico de alguns gêneros, pode haver uma macro-proposição avaliativa final, funcionando como uma moral.

Seqüência Prototípica Descritiva (SPD)

Quando comparada à narrativa, a SPD tem uma particularidade: é composta de fases que se encaixam em uma ordem hierárquica ou vertical, não se organizando em uma ordem linear

¹⁶⁸ Estes não serão por nós detalhados por não serem relevantes para a análise dos nossos textos.

obrigatória. Para Adam (2001⁴)¹⁶⁹, a estrutura da SPD pode ser representada por quatro tipos de operação diferentes, as quais enumeramos abaixo:

- Operação de ancoragem (“anchrage”) – Por este tipo de operação a seqüência descritiva é desencadeada através de uma palavra (a qual ele denomina tema-título) que poderá estar logo presente (*ancoragem propriamente dita*); ou ainda aparecer no final da seqüência, dando continuidade a algo já dito (*afecção*); e combinar os dois aspectos anteriores, retomando e reformulando o tema-título (*reformulação*).
- Operação de aspectualização (“aspectualisation”) – Esta operação é aquela que é considerada, por muitos, a base da descrição. Através dela, existe uma divisão de um todo em partes, sendo que estas apresentam *propriedades* específicas.
- Operação de relacionamento (“mise en relation”) – Através desta operação, um objeto descrito, num espaço e em determinado tempo, é relacionado a outros por operações de caráter comparativo, metafórico ou metonímico.
- Operação de encaixamento (“enchâssement”) – Por meio desta operação, qualquer parte selecionada pode ser escolhida como base para uma nova seqüência e desta forma ter um novo tema-título que será considerado sob diversos aspectos: propriedades eventuais e ainda sub-partes. Pode, ainda, através de uma outra tematização (considerando-se a ancoragem como a tematização de base), haver outras propriedades e partes.

Seqüência Prototípica Dialogal (SPDi)

Embora essa seqüência não seja encontrada nos textos com os quais trabalhamos, vamos sucintamente explicá-la. Acreditamos que possa ser relevante na descrição da argumentação em outros gêneros.

¹⁶⁹ Bronckart (1997, 1999) desenvolve apenas as três primeiras fases por considerá-las mais importantes.

O texto dialogal pode ser definido como uma estrutura hierarquizada de segmentos que são estruturados em *turnos de fala*. Quando presentes em *discursos interativos primários* são assumidos pelos agentes-produtores responsáveis pela interação verbal e já em discursos interativos secundários são atribuídos a personagens outros que aparecem no interior de um discurso principal.

A partir da contribuição de Roulet *et al.* (1985), Adam propõe um *protótipo* que apresenta três etapas encaixadas¹⁷⁰:

- etapa de abertura;
- etapa transacional;
- etapa de encerramento.

É importante salientar que essas etapas podem ser divididas em unidades dialogais ou trocas. Estas podem ser decompostas em intervenções, ou seja, turnos de fala os quais podem apresentar uma estrutura binária (duas intervenções) ou ternária (três intervenções).

Seqüência Prototípica Argumentativa (SPA)

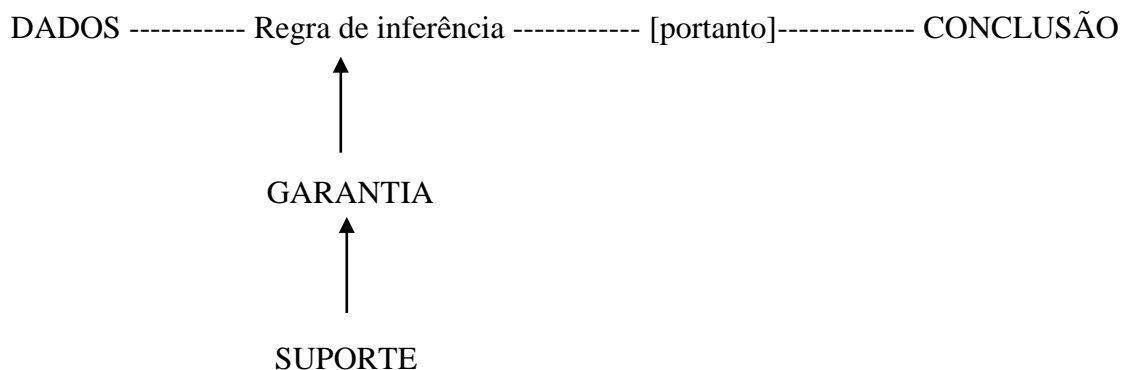
Antes de passarmos à descrição da SPA propriamente dita, talvez fosse necessário fazer certo esclarecimento. Para Adam, a argumentação assume duas dimensões distintas e complementares, como já colocamos. De acordo com o teórico, ela pode ser estudada de duas formas: ou no nível do discurso, ou seja, da interação social (ao se pensar que, quando falamos ou escrevemos, estamos a tentar compartilhar uma opinião e a tentar passar certas representações acerca de determinados assuntos a um auditório, visando a provocar ou a buscar uma certa adesão); ou no nível da própria organização da textualidade (ao se considerar a existência de esquemas cognitivos, prototípicos junto ao locutor, o que permite que ele os reproduza quando necessário). Apesar de pontuar essas duas dimensões, o autor se concentrou, mais diretamente, na busca dessas representações prototípicas no nível

¹⁷⁰ Etapas que não serão por nós detalhadas por não serem relevantes para a análise dos nossos textos.

textual, procurando descrever de que forma o *raciocínio argumentativo* poderia ser traduzido textualmente.

Seguindo as teorias de Apothéloz, Borel, Grize ¹⁷¹ e Toulmin¹⁷², Adam considera que a seqüência argumentativa é caracterizada por uma relação estabelecida entre argumento(s) – dado(s) – e conclusão, sendo que um enunciado pode assumir qualquer um destes papéis. Ademais, a ‘lei de passagem’ do argumento para a conclusão se faz por mecanismos inferenciais. Na verdade, estes encadeamentos se assemelham às noções de *topoi* propostas por Ducrot e Anscombre, embora se observe pouca menção específica a estes autores. Além disso, Adam (2001⁴: 106) menciona que a relação entre o argumento e a conclusão pode ser fundamentada por uma *garantia* (explícita ou implícita), e também pode ser contrariada, a partir de uma refutação ou exceção, possibilitando a existência de uma contra-argumentação.

De forma esquemática teríamos:



Adaptado a partir de (ADAM, 2001⁴: 106)

No caso de uma operação argumentativa contra-argumentativa, teríamos de forma esquemática:

¹⁷¹ Cf. Apotheloz *et al.* (1984); Borel (1981); Grize (1974 e 1981).

¹⁷² Segundo Toulmin (2001: 140-141), que estudou fundamentalmente o discurso jurídico, existem neste uma conclusão (C) a que se quer chegar e os fatos aos quais recorremos que são os dados (D). Na passagem de (D) para (C) existe um “warrant” ou uma garantia que sustenta essa passagem. Aspectos por nós detalhados em 2.3.2..

regulador dos diversos planos da estrutura dos textos é pontuada por Adam (1997a) como fator de extrema importância para a análise dos textos com os quais trabalhamos.

Sublinhamos que, nesse artigo de 1997, embora se centre na questão da composicionalidade, Adam já acentua a correlação entre o gênero e questões textuais. Para o autor, o tipo de gênero em questão condiciona (em diferentes graus) tanto a seqüência prototípica dominante – criando junto ao leitor, uma expectativa em relação ao tipo de composicionalidade predominante –, quanto a organização semântica e o valor ilocutório. Todavia, muitas vezes, dependendo da *transgressividade*¹⁷⁴ do gênero, este pode apresentar *transgressões composicionais* – relativas à própria ‘mise en texte’. Um editorial, por exemplo, pode apresentar predominância de SPNs (seqüência prototípica narrativa), por exemplo, no lugar de SPA (como seria esperado). Contudo, apesar desse esforço de salientar que a composicionalidade de um texto é coibida por questões relativas ao gênero, não se observa, em Adam, como acontecem essas coerções. Reafirmamos que os protótipos das seqüências para Adam *pertencem a uma competência textual do agente produtor* que, dependendo do gênero que produz, faz uso de determinado modelo.

No entanto, é importante salientar que Adam, em seus trabalhos, centrou-se fundamentalmente em buscar, dentro do *plano de texto*, as seqüências prototípicas presentes nos textos (dentre elas a argumentativa), dando realmente pouca relevância à *argumentação*, num sentido mais amplo.

2.5. Um ponto sobre a questão

Esse longo percurso entre as diversas teorias sobre a argumentação, que visitou várias abordagens teóricas, teve como objetivo selecionar subsídios que pudessem auxiliar-nos na elaboração de um quadro de análise para a argumentação nos gêneros, terreno ainda muito pouco explorado. Algumas abordagens não trouxeram contributos diretos, outras nos

¹⁷⁴ Termo por nós utilizado para definir a capacidade do gênero de sofrer mutações não esperadas pela tradição a ele associada.

forneceram algumas pistas. Tentaremos fazer um balanço desses elementos e discutir algumas questões apontadas.

Dentre as abordagens não-lingüísticas sobre a argumentação, pouco ou quase nada retivemos das classificações propostas por Perelman & Olbrechts-Tyteca. Contudo, é de se notar a ênfase que esses autores deram à importância do auditório nos estudos argumentativos: é em função da adesão deste último que toda a argumentação é construída. É interessante chamar a atenção para o modelo proposto por Toulmin (1993 e 2001) para a análise da argumentação – que inclusive inspirou a sequência prototípica argumentativa de Adam – que poderia, numa visão alargada, funcionar como uma espécie de “célula argumentativa”¹⁷⁵ a ser utilizada em textos.

A partir dos trabalhos de Barthes e Plett, convém mencionar a relevância por eles concedida à *interação dinâmica* entre as partes do discurso estipuladas pela retórica clássica, sobretudo na *inventio*, na *dispositio* e na *elocutio*. E tal *dinamicidade*, inerente ao discurso, vai inspirar-nos inclusive na elaboração do nosso modelo para o estudo da argumentação nos gêneros, como veremos.

Nas abordagens lingüísticas, é de ser ressaltado o esforço de Anscombre & Ducrot para transpor o estudo da argumentação para o nível do enunciado, todavia essa limitação nos trazia vários problemas quando tentávamos analisar os textos. Entretanto, os trabalhos atuais de Ducrot & Carel, através da TBS, sinalizaram-nos com a possibilidade de transpor o estudo da argumentação na língua para o nível textual, objetivo deste nosso trabalho. Dessa forma, a TBS mostrou-se um instrumento de análise de extrema valia.

Ainda, Ducrot, em trabalho recente, busca mostrar que o efeito persuasivo poderia ser atingido a partir tanto de uma *argumentação lingüística* quanto da *argumentação retórica*. Pela primeira, continua a insistir na importância da existência da argumentação na língua, sendo que esta na versão atual (a TBS) diz respeito aos encadeamentos argumentos em PT ou CT em que podem ser parafraseados uma unidade lexical, um enunciado ou um conjunto

¹⁷⁵ Expressão utilizada por Plantin (1990: 33).

de enunciados. Com isso, ressalta o aspecto racional e lógico que permeia o estudo da argumentação ao longo de décadas – o *logos*. Através da segunda, salienta a importância das provas aristotélicas, em especial do *ethos* e do *pathos*. Inclusive, foi Ducrot, como vimos, que transpôs a questão do *ethos* da retórica aristotélica para os estudos lingüísticos atuais. Para o autor, o efeito persuasivo realmente é atingido através da construção da imagem do locutor (*ethos*) no discurso.

Através desses contributos lingüísticos, temos pistas interessantes que poderão ser desenvolvidas para estudar a argumentação nos gêneros. Mas problemas se colocam: como a *argumentação lingüística* ou a *argumentação retórica* estariam relacionadas a questões contextuais, por exemplo? Há que deixar claro que trabalhamos com textos inseridos em determinados contextos e, por conseguinte, estes deverão influenciar tanto a construção lingüística quanto a retórica.

Dentre as abordagens textuais, citamos os trabalhos de Adam (1997, 1999a, 2001⁴) que consideram a argumentação *apenas* uma modalidade, dentre outras, de formatação de textos, que será traduzida pelo autor como um *protótipo de seqüência*, como vimos. E, como tal, pouco nos acrescentaria, já que a seqüência argumentativa por ele delineada se aproxima, como vimos, do modelo da *célula argumentativa* proposto por Toulmin.

No entanto, em publicação de 1997, em colaboração com Bonhomme, Adam mostra a existência de um sentido mais genérico para o termo argumentação: esta corresponde aos recursos utilizados para se conseguir a adesão de um auditório. Dentro desse novo contexto, a argumentação pode fazer uso de seqüências prototípicas argumentativas ou não, bem como de outros recursos não-lingüísticos, como a imagem, por exemplo. Dessa forma, embora se tenha restringido ao estudo da argumentação em textos publicitários, algumas contribuições foram importantes. O uso de recursos não-verbais associado aos verbais tem um valor importante quando se quer persuadir determinado público. Na verdade, esta constatação já havia sido feita por Barthes (1964), mas Adam & Bonhomme resgatam a questão, centrando-a numa perspectiva textual.

Todavia, apesar desse esforço, observamos que Adam & Bonhomme se atêm à questão da composicionalidade desses textos publicitários, mostrando sobretudo a relevância neles do estudo dos diversos tipos de seqüências ou em aspectos pontuais, como a análise de algumas conjunções ou aspectos lexicais. Enfim, não há, por parte desses autores, uma preocupação de integrar os diversos aspectos que dão corpo a essa argumentação a uma perspectiva de gênero.

Outra questão que se coloca, a nosso ver, é que a argumentação está inserida dentro de um discurso e como tal se integra a uma prática social, sendo influenciada por questões situacionais. No entanto, dentro dos trabalhos analisados, nada é colocado sobre o problema. Ora, analisamos textos inseridos em várias formações sócio-discursivas, poderíamos abstrair a argumentação encontrada nos textos de aspectos externos que a circundam?

Evidentemente, devemos ressaltar que a argumentação nos gêneros lida com uma complexidade de questões de ordem contextual e textual que as várias perspectivas visitadas não abrangeram. Com isso, resta-nos o desafio de, a partir também dos contributos de tais abordagens, procurar integrar a questão argumentativa à problemática dos gêneros.

Tendo recorrido sobre a argumentação nas diversas perspectivas teóricas, passaremos a estudar, no terceiro capítulo, a noção de gênero, de Bakhtin até os dias atuais, o que nos fornecerá subsídios para desenvolver uma grade para a análise dos gêneros com os quais trabalhamos.

3. Gênero

3.1. Introdução

É de conhecimento de todos, mas não podemos deixar de recapitular, que a problemática relativa a gênero teve início na Antigüidade. Origina-se, dessa época, a existência de duas linhas de estudo para o gênero: uma essencialmente literária, iniciada por Aristóteles, e que se perpetuou até nossos dias e outra, não literária, que também debutou com Aristóteles e que foi retomada no século XX, a partir dos estudos bakhtinianos.

Além disso, datam de Aristóteles (1991) as primeiras tentativas de classificação dos gêneros tanto de acordo com determinada situação oratória quanto com a funcionalidade dos mesmos. Para este teórico, são três os gêneros retóricos de que já falamos: o *demonstrativo* (relativo ao elogio em público), o *judicial* (proferido em tribunais) e o *deliberativo* (trabalhado em ágoras ou assembléias). Estes apresentavam finalidades distintas, que seriam o louvor ou o ataque; a acusação ou a defesa e a utilidade ou a inutilidade, respectivamente. E, para Aristóteles, cada gênero apresentaria procedimentos argumentativos específicos: a amplificação, no caso do demonstrativo; o entimema, para o judicial e o exemplo, para o deliberativo¹⁷⁶. Estariam, assim, delineados os princípios básicos sobre os gêneros que seriam retomados no século XX por diversos autores que buscaram aprofundar a questão nas diversas *formações sócio-discursivas*¹⁷⁷.

Não nos interessa aqui, nesta tese inserida numa perspectiva de *lingüística dos gêneros*, detalhar a evolução histórica dessa problemática. Compete-nos apenas selecionar perspectivas teóricas mais recentes que realmente nos forneceram contributos relevantes para a elaboração do quadro de análise dos gêneros com que trabalhamos.

¹⁷⁶ Para um olhar atual de alguns conceitos aristotélicos, ver: Breton & Gauthier (2000, 2001) e Plett (1981).

¹⁷⁷ Bronckart (1999) e Adam (1999) utilizam o termo *formação sócio-discursiva*, para ressaltar o caráter interativo do discurso. Convém ressaltar que se inspiram no conceito de prática discursiva de Foucault (1969).

Para esse intuito, seguimos um dos métodos de trabalho já preconizado por Bakhtin/Voloshinov em obras como *Problemas da Poética de Dostoiévski*, cuja segunda edição brasileira, com a qual trabalhamos, data de 1997. Nessa obra, é feita uma digressão histórica acerca dos gêneros para que melhor se entendam as peculiaridades das obras de Dostoiévski. Para Bakhtin, *só se pode enxergar o presente recordando o passado*, sendo que o primeiro é o último renovado e reatualizado em contextos sócio-historicamente distintos. Ou ainda, como menciona Bakhtin/Voloshinov ([1963] 1997²: 106): “O gênero vive do presente mas sempre *recorda* o seu passado”¹⁷⁸.

No nosso caso, consideraremos que, para compreender as diversas perspectivas lingüísticas sobre a problemática dos gêneros, a partir das quais extrairemos subsídios para a elaboração do nosso quadro de análise, devemos fazer uma breve digressão histórica sobre a questão. Com isso, tentaremos mostrar que a problemática dos gêneros, como é retomada por teóricos da Lingüística Textual¹⁷⁹ (doravante LT) e da Análise do Discurso¹⁸⁰ (doravante AD), tem suas origens nos preceitos bakhtinianos. Estes, por sua vez, também complexificam algumas questões já pontuadas por Aristóteles.

¹⁷⁸ Destaque do autor. A obra que consultamos é a de 1997, que corresponde à segunda edição brasileira. Da mesma forma foi consultada outra obra de Bakhtin – *Estética da Criação Verbal* – de 1997, que corresponde também à segunda edição. Assim, quando fizermos menção à publicação *Problemas da poética de Dostoiévski*, colocaremos sempre a primeira edição.

¹⁷⁹ O estudo da Lingüística Textual ou Teoria do Texto teve, ao longo da sua história, várias evoluções. Primeiramente, seria o tempo das Gramáticas Textuais, como as de Van Dijk (1973), Petöfi e Rieser (1973) que consideravam o texto como uma entidade uniforme e estável. Já num conceito mais moderno, a Lingüística Textual se propõe a investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão do texto, sendo que o seu estudo se situa dentro de um contexto pragmático. Dentro desse novo cenário, são importantes os trabalhos de Adam (1999 e 2001⁴), Adam & Bonhomme (1997), Bronckart (1999, 2004 a e b), Coutinho (2003, 2004 a e b), no contexto europeu; e Koch (1996), Koch & Travaglia (1989), no contexto brasileiro.

¹⁸⁰ O termo Análise do Discurso (AD) é originário de um artigo de Z. S. Harris (1952). A noção foi desenvolvida por M. Pêcheux (1969), calcada na expressão marxista ‘condições de produção econômica’. Contudo, a posição de Pêcheux se centrava na correlação entre o teor discursivo e as classes sociais o que foi contestado por muitos teóricos. Outros estudiosos, seguindo a linha de J.-J. Courtine (1981), correlacionam o mundo discursivo com outros aspectos relacionados aos dispositivos comunicacionais: lugar que ocupam os interlocutores, papéis institucionais e outras questões. Para Maingueneau, a AD não tem como objeto nem “a organização textual nem a situação de comunicação, mas o que as liga através de um modo de enunciação específico. Pensar os lugares independentemente das palavras que eles tornam possíveis e que as tornam possíveis, ou pensar as palavras independentemente dos lugares de que são parte integrante, seria ficar aquém das exigências que fundam a análise do discurso [...]” – Maingueneau (2005: 85).

Como Bakhtin talvez tenha sido o primeiro teórico do século XX a transpor a problemática dos gêneros do mundo literário para o discursivo, embora fizesse uso de exemplos literários, começaremos destacando os seus estudos. Começaremos por discorrer acerca de algumas categorias apresentadas por Bakhtin/Voloshinov, importantes, direta ou indiretamente, para a análise dos nossos textos: noções de *tema*, *estilo*, *unidades composicionais*, *dialogismo* e *gênero*, retomadas e atualizadas por vários estudiosos tanto da LT, como da AD, como veremos.

Em seguida, introduziremos algumas perspectivas discursivo-textuais¹⁸¹ que transpuseram o aparato teórico de Bakhtin para o mundo textual e discursivo. Dentre estas abordagens, ressaltaremos, primeiramente, os estudos de dois teóricos da AD: Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau¹⁸². Ao final, faremos um percurso dos contributos teóricos de Jean-Michel Adam, por nós escolhido para representar os estudos atuais da LT, e os de Jean-Paul Bronckart, representando o ISD. Convém mencionar que selecionamos, nesta parte, aspectos que seriam para nós relevantes para a elaboração do quadro de análise dos gêneros com os quais trabalhamos. Deixamos, evidentemente, de lado elementos não importantes para as análises.

Ao final da retrospectiva sobre a noção, nos diversos autores, procuramos fazer um balanço das contribuições que os diversos teóricos acrescentaram à descrição e à definição dos gêneros textuais. Fazendo um ponto sobre a questão, procuramos criar subsídios para a elaboração do nosso modelo de análise.

¹⁸¹ Consideramos como perspectivas discursivo-textuais as relativas à Análise do Discurso (AD) e à Lingüística Textual (LT).

¹⁸² Charaudeau não se considera um teórico da AD, mas da Análise Semiolingüística do Discurso, que define como: “une analyse sémiolinguistique du discours est Sémiotique en ce qu’elle s’intéresse à un objet qui ne se constitue que dans une intertextualité, laquelle dépend des sujets du langage, cherchant à en dégager des possibles signifiants, et qu’elle est Linguistique en ce que l’instrument qu’elle utilise pour interroger cet objet est construit au terme d’un travail de conceptualisation structurelle des faits langagiers”. Charaudeau (1983: 14). Contudo, optamos também por integrá-lo à AD.

3.2. Perspectiva fundadora de Bakhtin

Antes de apresentarmos alguns aspectos da noção de gênero bakhtiniana, faremos algumas considerações no que tange às referências relativas às obras de Bakhtin e do seu círculo:

1. Como existe uma grande polêmica em relação à autoria das obras (se Bakhtin, Voloshinov, ambos, ou ainda um terceiro), optamos por uma *postura dialógica*, ou seja, mencionando Bakhtin, queremos dizer Bakhtin e o seu círculo¹⁸³.
2. Em relação à tradução, usaremos a versão em português do Brasil das obras do círculo. Quando houver problemas na compreensão de alguns conceitos, recorreremos aos comentaristas de suas obras ou ainda a versões em francês.

Apresentadas essas condições, passamos a discorrer acerca da teoria dos gêneros bakhtiniana. Todavia, devido ao fato de aparecer de forma pulverizada em várias obras, procuraremos organizar a noção percorrendo os diversos textos do autor e do seu círculo.

A questão da “teoria dos gêneros” bakhtiniana apresenta alguns vestígios em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de 1929, cuja primeira edição brasileira data de 1979, e é construída ao longo de várias de suas obras. Em *Estética da Criação Verbal*, de 1979, com a primeira publicação em língua portuguesa de 1992, Bakhtin, em um capítulo intitulado “Os Gêneros do Discurso”, realmente organiza a sua perspectiva teórica acerca da noção de *gênero*.

Primeiramente, em **3.2.1.**, mostraremos como a questão do gênero é abordada em Bakhtin ([1979] 1997⁸) e em Bakhtin ([1992] 1997²)¹⁸⁴, sendo operacionalizada em *Problemas da Poética de Dostoiévski* e em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o*

¹⁸³ Bronckart (2004b: 98) afirma que, de acordo com os estudos de Ivanova (2000), a edição de 1929, de *Marxismo e filosofia da linguagem* constitui uma versão reduzida da tese redigida por Voloshinov em 1925. Sendo assim, este último seria o autor da obra. Optamos, nesta tese, por colocar Voloshinov como autor dessa obra na bibliografia. No decorrer do trabalho, ao fazermos menção a essa obra, ela estará veiculada a Bakhtin e indiretamente ao círculo bakhtiniano.

contexto de François Rabelais; em seguida, no item **3.2.2.**, teceremos considerações acerca dos gêneros primários e secundários, sendo que tal classificação é apresentada de forma incipiente em Bakhtin (1997⁸) e mais detalhada em Bakhtin (1997²); no item **3.2.3.** complementá-la-emos com questões referentes aos três componentes constitutivos do gênero bakhtiniano: *tema, estilo e unidades composicionais*, desenvolvidos inicialmente em Bakhtin (1997⁸) e complexificados e detalhados em Bakhtin (1997²). Acrescentaremos a esses componentes o *dialogismo* que, para nós, deve ser considerado um princípio constitutivo do gênero¹⁸⁵. Dada a relevância do *dialogismo*, nesta tese, traçaremos a evolução do conceito, a partir de Bakhtin (1997⁸).

3.2.1. Concepção de gênero

Bakhtin (1997⁸: 43) introduz a noção, afirmando que existe um repertório próprio de formas de discurso dentro de cada época e de cada grupo social, sendo que cada grupo de formas está associado a um mesmo *gênero* e a este, um grupo de temas¹⁸⁶. Para o autor, os gêneros são espécies de grupos de objetos particulares e limitados, encontrados em cada período do desenvolvimento da sociedade, que apresentam determinado valor específico em função do corpo social em que estão inseridos. Vale mencionar que a estes gêneros estão relacionadas as palavras enquanto signos ideológicos, uma vez que só desta forma elas seriam influenciadas por aspectos históricos, sociais, materiais e econômicos de um grupo.

¹⁸⁴ Doravante, as obras *Marxismo e filosofia da linguagem* e *Estética da Criação Verbal* serão representadas, respectivamente, pela data da publicação consultada – (1997⁸) e (1997²).

¹⁸⁵ O dialogismo diz respeito tanto ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, entre o eu e o outro nos processos discursivos, quanto ao diálogo entre os diferentes discursos que configuram numa comunidade. O dialogismo também se refere ao diálogo existente entre os gêneros, visto que, na evolução dos mesmos, uns gêneros *absorvem* e transmutam *outros*. Cf. Bakhtin (1997²: 281). Convém mencionar que Adam, ao estudar os contos “Perrault” e “os Grimm”, integra o princípio dialógico como um dos aspectos importantes do gênero, ressaltando a sua complexa dinâmica – cf. Adam (2004c: 66).

¹⁸⁶ A noção do tema bakhtiniano, de grande relevância para os nossos *gêneros*, será desenvolvida no item **3.2.3.1.**

Constatamos, assim, que já havia, em Bakhtin, uma preocupação tanto com a correlação entre a noção do gênero e o aspecto lingüístico quanto com o sentido interindividual a que o signo está relacionado, considerando-o essencialmente dialógico¹⁸⁷.

O autor¹⁸⁸, em *Estética da Criação Verbal*, aprofunda a noção e relaciona os *gêneros do discurso* presentes nas diversas esferas da atividade humana – que correspondem às condições e às formas de comunicação social – aos vários tipos de enunciados¹⁸⁹, afirmando, inclusive, que existem formas típicas de enunciado, moldadas em diversos gêneros, que são introduzidas em nossas vidas desde quando aprendemos a falar. Contudo, não devemos deixar de ressaltar que esses enunciados estão integrados em práticas discursivas reguladas socialmente. De fato, o gênero está relacionado a uma tradição que é transmitida por várias gerações. É importante mencionar que, quando ouvimos a palavra do outro, já podemos, a partir de alguns indícios, identificar em que possível gênero elas poderiam estar enquadradas. Dessa forma, podemos anteciper uma possível estrutura do que ouvimos, devido a modelos que já estão em nós interiorizados. O teórico afirma ainda que, se tivéssemos que criar, a todo momento que falamos, um enunciado pela primeira vez e o gênero em que ele está inserido, a comunicação verbal se tornaria impossível. Em suma, podemos afirmar que um locutor recebe, além de formas ditas prescritivas de uma língua, ou seja, as estruturas gramaticais, estabilizadas em certos enunciados, que pertencem a algum gênero do discurso, formas não menos fixas de enunciados¹⁹⁰ – constituintes de

¹⁸⁷ Atualmente, como veremos nas seções seguintes, teóricos como Maingueneau (1996) e Adam (1997, 2001, 2004c) retomam e reatualizam esses conceitos.

¹⁸⁸ Cf. Bakhtin (1997²: 301, 302).

¹⁸⁹ Na obra de Bakhtin, as noções de enunciado e enunciação vão sendo delineadas ao longo dos vários textos. Em “O discurso na vida e o discurso na arte”, o enunciado é definido como compreendendo três fatores: (a) o horizonte espacial comum dos interlocutores; (b) o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos interlocutores, e (c) a avaliação comum da situação. A enunciação, por sua vez, está situada “na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado; ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação de vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa lingüisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único” (cf. Voloshinov, s/d: 5 e 10). O teórico acentua também que a enunciação monológica seria uma abstração, já que seria uma resposta a outras enunciações anteriores. Em outras palavras, o enunciado consideraria a dimensão interativa, comunicativa e situacional em que um signo é produzido; por outro lado, a enunciação ressaltaria a individualidade deste mesmo enunciado – cf. Bakhtin (1997⁸: 98).

¹⁹⁰ Assim, o autor considera que, apesar da singularidade do enunciado, ele não pode ser considerado uma combinação absolutamente livre das diversas formas da língua como pensavam Saussure e outros lingüistas, que opunham o enunciado (a fala) à língua: o primeiro como um ato individual e a segunda como fenômeno puramente social e prescritivo para o indivíduo. Para Bakhtin, a sociedade se organiza em esferas comunicativas, sendo que nelas circulam os enunciados. Estes apresentam, apesar de alguma flexibilidade

algum gênero de discurso. Devemos, assim, salientar dois aspectos importantes ao se pensar na questão do gênero: *o respeito a uma tradição e a possibilidade de atualização*. Com isso, podemos considerar a existência de uma espécie de *continuum*¹⁹¹ quanto ao grau de normatividade dos gêneros, sendo que existem alguns mais prescritivos que outros. Por exemplo, no caso dos nossos *textos*, a petição inicial provavelmente mostrará uma estabilidade maior do que outros gêneros, como o *outdoor partidário*. Este seria mais suscetível às circunstâncias sócio-político-econômicas em que está inserido.

Para além do aspecto normativo do gênero, é mister ressaltar a sua variabilidade e dinamicidade. Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, no capítulo 7, ao discorrer acerca do *tema*¹⁹² da enunciação, é ressaltada a importância da evolução histórica e do contexto social para se depreender determinado tema, visto a sua constante adaptabilidade às condições em que se inscreve. Como afirma o teórico:

Não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do alargamento dialético do horizonte social. A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. *Nada pode permanecer estável neste processo.*

(BAKHTIN, 1997⁸: 136) – grifo nosso

Julgamos que, com esta afirmação, Bakhtin reitera que o *tema*, assim como o gênero em que está inserido, apresenta uma *dinamicidade* constante, entretanto não se deve deixar de salientar que há também a existência de certa *estabilidade de significação*.

Em suma, o gênero, para Bakhtin, apresentaria uma espécie de componente estática e outra dinâmica.

oriunda do próprio gênero a que pertencem, certo caráter normativo que também é característico do gênero em que estão inseridos. Cf. Bakhtin (1997²: 304).

¹⁹¹ A diversidade do aspecto prescritivo dos gêneros é apontada por Bakhtin (1997²: 302), contudo é desenvolvida por Maingueneau (2002b), que acrescenta a noção de *continuum*, para definir esse espectro da variação normativa.

¹⁹² Desenvolveremos, no item a seguir, a noção do tema, integrando-a aos outros dois elementos constitutivos do gênero bakhtiniano: estilo e unidades composicionais.

Em relação à sua estaticidade, podemos afirmar que ela advém de sua própria ‘herança genética’: existem formas de *enunciados/tema* (enquanto estruturas lingüísticas) típicas de determinado gênero, e que são transmitidas ao longo de sua história. Além disso, o próprio gênero *dita articulações composicionais* mais prováveis para a sua realização¹⁹³. Por outro lado, a dinamicidade relaciona-se tanto à correlação *enunciados/tema*, atualizados num contexto sócio-político-histórico em que estão inseridos quanto ao *aspecto estilístico*, característico de um gênero particular inserido em determinada esfera da atividade humana. Conseguimos, com isso, pontuar os três elementos básicos que constituem o gênero discursivo para Bakhtin: o *tema*, as *unidades composicionais* e o *estilo*, aspectos que serão desenvolvidos, separadamente, no próximo item. Acrescentaremos a estes, a noção de *dialogismo*¹⁹⁴, por considerá-la de extrema relevância para a apreensão da evolução do conceito de gênero (como afirmamos anteriormente, as produções discursivas são constituídas por enunciados que dialogam com os que os precedem e o sucedem numa relação dialógica).

Para concluir este item, que visou à realização de um panorama sobre a noção do gênero em Bakhtin, convém salientar que questões referentes a características dos gêneros mencionadas são operacionalizadas em pelo menos duas de suas obras, como colocamos anteriormente. Primeiramente, em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, com a primeira tradução para o português em 1981, em que Bakhtin relativiza, até certo ponto, a posição do autor no romance polifônico¹⁹⁵. Todavia, no intuito de mostrar a questão da polifonia em sua obra, Bakhtin explica o aspecto histórico-genético das particularidades do gênero nas obras de Dostoiévski¹⁹⁶, chamando a atenção para dois aspectos de suma importância na metodologia do estudo dos gêneros – o ligado à historicidade e o relacionado à atualidade:

¹⁹³ Cf. Bakhtin (1997²). Este aspecto será descrito por Adam (1997, 1999).

¹⁹⁴ O *princípio dialógico* foi acrescentado como um dos componentes do gênero por Adam (2004b), como salientamos. Em publicações anteriores, nas de (2001⁴), 1997 e 1999, era mencionado apenas o termo *interdiscurso*.

¹⁹⁵ A noção de polifonia bakhtiniana refere-se à existência de vozes com autonomia em relação ao autor, permitindo-lhes até, em certos momentos, rebelar-se contra o criador. Na verdade, existe na construção do universo polifônico do romance um diálogo entre o discurso do herói e o discurso sobre o herói. Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, o autor afirma que Dostoiévski é o criador do gênero romance polifônico.

¹⁹⁶ Bakhtin procura relacionar o aspecto dialógico presente entre as personagens com aquele existente entre os gêneros.

[...] Consideramos necessário estudar essa tradição precisamente até suas fontes. Não podemos nos limitar de maneira nenhuma, à análise dos fenômenos do gênero mais íntimos a Dostoiévski. Além disso, é justamente nas fontes que pretendemos concentrar a atenção principal, razão por que teremos de abstrair Dostoiévski por algum tempo para folhearmos algumas páginas antigas da história dos gêneros quase completamente ignoradas em nosso país. O gênero sempre vive do presente mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo [...].

(BAKHTIN, [1963] 1997²: 106)

O autor reitera, assim, que o entendimento de determinado gênero, em determinada época, em certo contexto sócio-histórico, só pode realmente ser atingido quando se percebem as suas origens.

E também em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, publicado na Rússia em 1965 e no Brasil, pela primeira vez, em 1987, sua tese de doutorado, Bakhtin estuda a questão da carnavalização¹⁹⁷ na obra de Rabelais, autor que para Bakhtin sempre foi pouco compreendido na Europa¹⁹⁸. No entanto, seguindo a metodologia que lhe é peculiar, Bakhtin reconstrói todo o contexto sócio-histórico do século XVI, época em que o autor se inseria, no intuito de melhor entender o seu objeto de estudo.

3.2.2. Gêneros primários e secundários

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, quando Bakhtin explana a questão da psicologia do corpo social, observamos a sua preocupação de traçar um primeiro esboço dos gêneros lingüísticos da esfera cotidiana (abaixo destacados), contudo não os classifica inicialmente:

A psicologia do corpo social é justamente o meio ambiente inicial dos *atos de fala de toda espécie*, e é neste elemento que se acham submersas todas as formas e

¹⁹⁷ A carnavalização corresponde à transposição para a arte do espírito do carnaval.

¹⁹⁸ Esta incompreensão de especialistas se deve, para Bakhtin, à não consideração de gêneros literários associados ao carnaval, ou seja, a paródia e o realismo grotesco. Para Bakhtin, o carnaval para a época representava muito mais do que uma cessação do trabalho, representava um questionamento lúdico de todas as normas.

aspectos da criação ideológica ininterrupta: *as conversas de corredor, as trocas de opinião no teatro e, no concerto, nas diferentes reuniões sociais, as trocas puramente fortuitas, o modo de reação verbal face às realidades da vida e aos acontecimentos do dia-a-dia, o discurso interior e a consciência auto-referente, a regulamentação social*, etc.

(BAKHTIN, 1997⁸: 42) – destaque nosso

Por outro lado, os gêneros apontados, serão denominados, em *Estética da Criação Verbal*, por Bakhtin, *primários* ou *simples*, por se originarem de uma comunicação verbal espontânea – cf. Bakhtin (1997²: 281). Com isso, esse teórico valoriza gêneros até então nunca estudados e de certa forma marginalizados.

Já os gêneros *complexos* ou *secundários*, como por exemplo – o romance, o teatro, o discurso científico, sócio-político, jornalístico, jurídico –, surgem a partir de uma comunicação mais elaborada, normalmente escrita, de teor mais complexo. É mister ressaltar que esses gêneros, quando de sua formação, absorvem os primários, transformando-os.

Para o teórico, esta bipartição dos gêneros, centrada no grau de complexidade do ato comunicacional, representa um enriquecimento teórico, visto que a redução da classificação, como da lingüística behaviorista, apenas ao primário, leva a uma espécie de “trivialização extrema” – Bakhtin (1997²: 282). Na realidade, o enunciado concreto¹⁹⁹ apresenta uma *dialética interna*²⁰⁰, materializando-se através de uma inter-relação entre o gênero primário e o secundário e, a partir deste último, sujeito a um processo histórico de formação.

Convém lembrar que, como foi mencionado anteriormente, Bakhtin trabalhou essencialmente com gêneros secundários – obras de Dostoiévski e de Rabelais – embora não tenha deixado de apontar os gêneros primários neles presentes.

¹⁹⁹ O enunciado concreto, para Bakhtin, seria considerar a situação extra-verbal como parte constitutiva do enunciado.

3.2.3. Componentes do gênero

A noção de gênero, a partir da descrição dos seus elementos-chave (tema, estilo, unidades composicionais), é desenvolvida detalhadamente em *Estética da Criação Verbal*, contudo, ainda em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin já menciona de forma pulverizada os elementos constitutivos dos gêneros: a forma e o estilo, mencionados no capítulo 6 – “A Interação Verbal” – e o tema no capítulo 7 – “Tema e significação na língua”. Em relação aos dois primeiros aspectos, ao discorrer acerca da importância dos participantes e da situação em que estão inseridos para ser estabelecida a forma de determinada enunciação, o autor afirma: “A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação” – cf. Bakhtin (1997⁸: 114). Com relação ao último elemento, o autor tece considerações um pouco mais aprofundadas: “Um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação *como um todo*. Vamos considerar o sentido da enunciação completa o seu *tema*²⁰¹”. Bakhtin (1997⁸: 128).

Mas é no capítulo intitulado “Os gêneros do discurso”, em *Estética da Criação Verbal*, que o autor associa os três elementos: “estes três elementos (*conteúdo temático, estilo e construção composicional*) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação”. Bakhtin (1997²: 279).

Como Bakhtin não identifica o *dialogismo* como um dos elementos importantes para a caracterização dos gêneros, assumi-lo-emos também como um dos aspectos relevantes para a sua descrição, como dissemos anteriormente. Partimos do princípio de que, como os diversos enunciados que estão inseridos em determinado gênero sempre dialogam com outros enunciados que os precederam e ainda os sucederão, existe no próprio gênero um

²⁰⁰ Para nós, esta dialética interna estaria relacionada à questão do dialogismo. Um enunciado sempre está em diálogo com o que lhe precede e aquele que o sucede, como já foi mencionado.

²⁰¹ De acordo com a tradução brasileira, esse termo pode causar dúvidas e estaria também relacionado a uma materialidade discursiva (ou realização), não devendo ser confundido com o tema de uma obra de arte, por exemplo. Segundo os tradutores, o conceito de “unidade temática” estaria mais próximo do proposto por Bakhtin.

caráter dialógico intrínseco. Não deixaremos, no entanto, de mencionar, dentro do *dialogismo*, a questão da polifonia bakhtiniana.

3.2.3.1. Tema

Ao percorrermos a obra bakhtiniana, observamos que a noção do *tema* é fluida, dispersa e até mesmo contraditória.

Conforme foi mencionado no item anterior, a noção do tema para Bakhtin começa a ser delineada ainda no cap. 6 de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, quando o autor afirma que o sentido da palavra é determinado pelo seu contexto e existem “*tantas significações quantos contextos possíveis em que a palavra está inserida*”²⁰² – Bakhtin (1997⁸: 106). Começa assim a ser traçada a definição do tema bakhtiniano, que será complementada no capítulo 7, quando o teórico faz um paralelo entre o conceito de *significação* e o de *tema*.

Nesse capítulo, o autor aponta que a *significação* diz respeito ao potencial significativo de determinado signo, sendo assim própria aos signos lingüísticos e às formas gramaticais do signo. Dessa forma, é uma noção de natureza abstrata e se caracteriza pela estabilidade e permanência. Em contrapartida, o *tema* corresponde à própria atualização dessa significação, num contexto histórico e social. Com isso, diferencia-se pela dinamicidade e inconstância. E é exatamente por ser único e não repetitível que o *tema* é indissociável da *enunciação*.

É a partir dessas constatações, que o autor menciona que o *tema* é determinado pelos *elementos lingüísticos* que entram na composição de um discurso e também por *elementos não-verbais* da situação. O tema seria, assim, composto por um sistema de signos *dinâmico e complexo* atualizado historicamente²⁰³.

²⁰² Destaque nosso.

²⁰³ Para Bakhtin (1997⁸: cap.7), os elementos não-verbais dizem respeito a questões situacionais e sócio-históricas.

Contudo, os conceitos que apontamos para *significação* e *tema* são flutuantes nos trabalhos bakhtinianos. Em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, os sentidos desses termos não são tão convergentes e estão mais próximos daqueles utilizados atualmente nos estudos sobre a linguagem. O termo *significação* é complementado por diversos adjetivos – ideológica, semântica, objetiva, concreta –, no intuito de esclarecer melhor o seu sentido. E o *tema* é tratado como um dos possíveis feixes de sentido depreendido a partir de uma obra ou de várias obras literárias²⁰⁴.

Em síntese, o *tema* seria composto por um sistema de signos *dinâmico e complexo* atualizado historicamente, assim como o próprio gênero do discurso. Essa dinamicidade advém também da necessidade de os enunciados (contituídos de signos e que integram o tema da enunciação) terem um *autor específico* e um *destinatário determinado*²⁰⁵ e, por isso, apresentarem um estatuto singular. Por outro lado, é importante ressaltar que, como o gênero, o *tema* da enunciação apóia-se numa estabilidade, em virtude da existência de uma espécie de elo entre os enunciados que o compõem e que ainda o poderão compor. Assim, os enunciados que constituem determinada enunciação fazem parte de um elo dentro da comunicação verbal e estão interligados àqueles que os originaram e ainda aos que lhes sucederão.

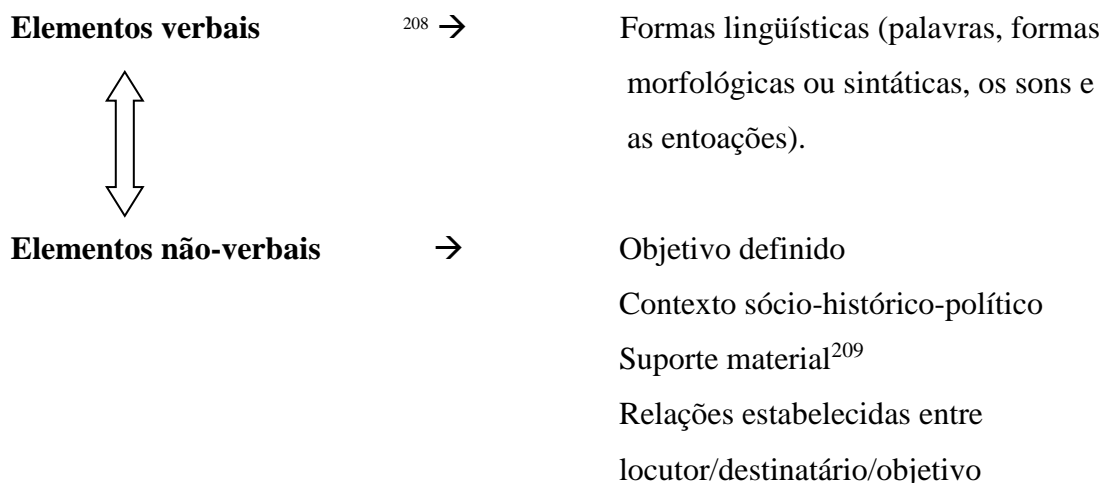
No caso específico de nossa pesquisa, a noção de *tema* é extremamente relevante, visto que trabalhamos com gêneros (editorial, petição inicial, *outdoor*) que tratam de um mesmo assunto: eleições para o primeiro ministro em Portugal. Todavia, o *tema*, de acordo com a orientação bakhtiniana – de acordo com o apontado em obra de (1997⁸), como vimos – não será o mesmo. Isto porque, embora o contexto histórico-político seja similar²⁰⁶, observam-se diferenças relevantes. Alguns gêneros fazem uso de elementos lingüísticos verbais (petição inicial e editorial), outros também de elementos não-verbais (não-lingüísticos)

²⁰⁴ Inclusive é este o sentido dicionarizado para tema. A palavra *tema* no dicionário é definida como “proposição a ser tratada ou demonstrada, assunto”. Ferreira (1999³: 1939).

²⁰⁵ Convém mencionar que quando o enunciado é elaborado, os elos futuros ainda não existem. Todavia, ao ser elaborado, o locutor já tem o objetivo de dirigir-se a alguém em especial e é a partir dessa expectativa que a mensagem é construída. Na verdade, todo enunciado é elaborado presumindo a resposta de um outro. Cf. Bakhtin (1997²: 320).

plásticos ou icônicos²⁰⁷ (*outdoor* partidário). Sublinhemos que, as situações interlocutivas são diferentes, com locutores, objetivos, destinatários, meios de transmissão da mensagem variados em cada exemplar de gênero analisado. Dessa maneira, os *temas* são bem diferentes e, conseqüentemente, os gêneros dos diversos textos também.

De forma sumária, o esquema a seguir explicita os componentes da *noção de tema* para Bakhtin:



É pertinente salientar que existe uma espécie de relação dialética entre os elementos verbais e os não-verbais, visto que os primeiros são influenciados pelos outros e vice-versa. Há, então, uma dinamicidade entre os diversos elementos.

²⁰⁶ Consideramos o contexto histórico o mesmo, porque os *corpora* analisados são da mesma época. O material foi recolhido durante os 30 dias que antecederam as eleições para o primeiro ministro português e referem-se à mesma problemática – a eleição do primeiro ministro português, com exceção da petição inicial.

²⁰⁷ A distinção teórica entre signos plásticos e icônicos data dos anos 80, quando o grupo μ , particularmente, conseguiu demonstrar que os elementos plásticos da imagem – cores, formas, composição, textura – eram signos plenos e inteiros e não apenas material de expressão dos signos icônicos. Para Barthes (1964), existia a mensagem *lingüística*, a mensagem *icônica codificada* e a mensagem *icônica não-codificada*.

²⁰⁸ A seta representa “correspondem a”.

²⁰⁹ Na verdade, Bakhtin não menciona explicitamente a questão do suporte material dentro do tema. Todavia, pensamos que, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin faz essa correlação indiretamente ao mencionar a importância das condições, formas e tipos de comunicação a partir dos quais seriam derivados tanto as formas como os temas – cf. Bakhtin (1997⁷: 42). Em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin ressalta que o tema de um enunciado recebe um acabamento em função do *material*, dos objetivos a serem atingidos – cf. Bakhtin (1997²: 300). No entanto, este *material* não é especificado.

3.2.3.2. Estilo

A questão do *estilo* foi integrada, realmente, à problemática dos gêneros em *Estética da Criação Verbal*. Nessa obra, Bakhtin ressalta a sua interação com os demais elementos que compõem o gênero discursivo. Este, transitando por todas as atividades humanas, deve ser observado a partir do *estilo*, das unidades comunicacionais e do tema. Segundo Bakhtin:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos); concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por *seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais* –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e *todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação*.

(BAKHTIN, 1997²: 279)

Dessa forma, estariam delineados alguns princípios básicos para o entendimento da noção de *estilo*: a seleção dos recursos da língua deve estar em interação com os demais componentes do gênero e ainda essa mesma seleção sofre influências da esfera de comunicação em que o enunciado é produzido.

Na mesma obra, Bakhtin correlaciona a questão do *estilo* também à forma como um locutor representa o seu destinatário no intuito de atingir uma compreensão responsiva ativa deste último. Em citação de extrema relevância, Bakhtin afirma:

Este destinatário pode ser o parceiro e o interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana, pode ser o conjunto diferenciado de especialistas em alguma área especializada da comunicação cultural, pode ser o auditório diferenciado dos contemporâneos, dos partidários, dos adversários e inimigos, dos subalternos, dos chefes, dos inferiores, dos superiores, dos próximos, dos estranhos, etc.; pode até ser, de modo absolutamente indeterminado, o outro não concretizado (é o caso de todas as espécies de enunciados monológicos de tipo emocional). *Essas formas e concepções do destinatário se determinam pela área de atividade humana e da vida cotidiana a que se reporta um dado enunciado. A quem se dirige o enunciado? Como o locutor (ou o escritor) percebe e imagina seu destinatário? Qual é a força da influência deste sobre o enunciado? É disso que depende a*

composição, e sobretudo o estilo, do enunciado. Cada um dos gêneros do discurso, em cada uma das áreas da comunicação verbal, tem sua concepção do destinatário que o determina como gênero.

(BAKHTIN, 1997²: 320, 321) – grifo nosso

Além de definir com mais clareza a questão do *estilo*, integrando-a a aspectos que perpassam uma simples seleção lexical, fraseológica ou sintática, Bakhtin, nessa obra, faz uma reflexão acerca da noção de *estilo* e o subdivide em dois tipos: o *individual* e o *lingüístico ou funcional*.

Segundo o autor, conforme já mencionamos, o enunciado oral ou escrito, pertencente a um gênero primário ou secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal é individual e, por conseguinte, reflete a individualidade de quem fala ou escreve. Desse modo, tem um estilo individual. No entanto, é importante ressaltar que nem todos os gêneros são propícios para demonstrar esse *estilo individual*. Para o teórico, os gêneros mais adequados para expressar o *estilo individual* são os literários porque, nestes, ele é uma das características enunciativas mais importantes. Há que reconhecer que, no gênero literário, o *estilo individual* entra na intenção do enunciado, enquanto que nos demais gêneros é apenas um “produto complementar”.²¹⁰

Em relação ao *estilo funcional*, Bakhtin o define como “o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana” – Bakhtin (1997²: 283). Cada esfera tem seus gêneros específicos, aos quais estão relacionados *estilos peculiares*. Para justificar a introdução dessa nova noção, Bakhtin ressalta as falhas de diversos autores nas classificações de *estilo* efetuadas até então, por denominarem a linguagem livresca, popular, falada, familiar, etc., como *variedades estilísticas* e palavras dialetais, antiquadas, locuções profissionais como *variantes estilísticas*. Para o teórico todas as classificações são pobres e não apresentam o menor critério diferencial. Para o autor, isto demonstra “[...] uma incompreensão da natureza dos gêneros dos estilos da língua e uma *ausência de classificação dos gêneros do discurso por esferas de atividade humana, assim como de*

²¹⁰ Cf. Bakhtin (1997²: 283).

uma ausência de diferenciação entre os gêneros primários e secundários”. Bakhtin (1997²: 284, 285) – grifo nosso.

Acrescentemos que, para Bakhtin, a estilística tradicional tende a definir o *estilo* baseando-se unicamente no conteúdo do discurso e na relação que o locutor mantém com o mesmo, subestimando, assim, a relação que o locutor tem com o seu interlocutor²¹¹ e com seus enunciados (existentes e presumíveis). Com isso, Bakhtin reitera a importância do estudo do *estilo* lingüístico, interligando-o à noção de gênero, afirmando que um estudo desvinculado dos dois acarreta uma série de problemas. Segundo o teórico, as mudanças históricas que ocorrem nos *estilos* da língua são indissociáveis das mudanças que se efetuam nos gêneros do discurso.

No caso específico dos nossos *textos*, observaremos, certamente, diferentes estilos. No caso do *outdoor*, por exemplo, observa-se que o texto verbo-visual apresenta aspectos verbais (unidades lexicais, proposições, questões) e paraverbais (fotografia, símbolo do partido, *site* que são recursos não-verbais que circundam os verbais). Sendo que esse *estilo* complexo é uma das características do gênero em questão. No caso da petição inicial, notam-se, evidentemente, enunciados mais elaborados, mas que seguem certos formatos já prescritos e estipulados pela tradição do próprio gênero²¹². Com isso, talvez a diferenciação dos gêneros também possa ser atestada pela variação de estilos.

De forma sumária, poderíamos afirmar que:

- Existem dois tipos de *estilo* segundo Bakhtin: o *individual* e o *funcional*, sendo que este último é o mais importante quando se pensa a questão do gênero centrada não apenas no responsável da interlocução, mas também no interlocutor (o Outro) presente no discurso.

²¹¹ A escolha de um estilo dependerá do modo como o locutor percebe e compreende o seu destinatário, do qual ele presume uma compreensão responsiva ativa, como mencionamos. Cf. Bakhtin (1997²: 324).

²¹² Tais gêneros são denominados instituídos por Maingueneau (2004a e b), como veremos quando trabalharmos com a acepção do gênero para Maingueneau.

- O *estilo* diz respeito à escolha de estratégias lingüísticas, de acordo com a ‘solicitação’ do gênero em que o texto está inserido.
- O *estilo* está diretamente relacionado ao tema e às unidades composicionais.

3.2.3.3. Unidades Composicionais

As *unidades composicionais*²¹³ correspondem à estruturação das diversas partes do discurso²¹⁴, *em função da relação* entre o locutor e os outros parceiros – ouvinte, leitor, discursos de outros – da comunicação verbal. Bakhtin inclusive afirma: “o gênero escolhido dita-nos o seu tipo com suas articulações composicionais”²¹⁵, ou seja, um indivíduo, ao produzir um texto, terá de adequá-lo a um gênero, que terá uma forma composicional mais socialmente aceita. Da mesma forma, um leitor/ouvinte, ao reconhecer determinado gênero, pode inferir qual o tipo de *estrutura composicional* que o texto tenderá a apresentar.

Acreditamos que, embora Bakhtin não desenvolva tanto a noção de *unidades composicionais*, o seu estudo é de extrema valia quando associado a aspectos referentes ao tema, estilo e dialogismo. No caso específico dos nossos *textos*, procuraremos estudar como a argumentação²¹⁶ (relacionada a essas *unidades composicionais*) é materializada nos diversos gêneros: editorial, *outdoor* partidário e petição inicial.

Devido ao fato de tal aspecto não ter sido bem detalhado, a nosso ver, por Bakhtin, decidimos não estabelecer um sumário da noção, como o fizemos para os demais componentes do gênero bakhtiniano: o tema e o estilo.

²¹³ Vocabulo mencionado em Bakhtin (1997⁸: 114 e 1997²: 284). Embora optemos por este termo, observamos uma variação terminológica em sua obra. Em *Estética da Criação Verbal* é utilizado tanto o termo “construção composicional” quanto “articulações composicionais” – cf. Bakhtin (1997²: 279 e 305), respectivamente.

²¹⁴ Aqui, o termo “discurso” corresponde ao texto em sua modalidade escrita.

²¹⁵ Cf. Bakhtin (1997²: 305). A relação entre o gênero e as unidades composicionais será detalhada, do ponto de vista lingüístico-textual, por Adam (1997 a).

²¹⁶ Pensamos que os gêneros com os quais trabalhamos são persuasivos e apresentam uma *dinâmica argumentativa* própria. Noção que será desenvolvida ao final do próximo capítulo.

3.2.3.4. Dialogismo e Polifonia

O *dialogismo* não é apontado diretamente por Bakhtin como um dos componentes essenciais do gênero²¹⁷. No entanto, parece-nos importante inseri-lo como constituinte do gênero, já que os enunciados que compõem este último, como afirmamos anteriormente, refletem e refratam enunciados anteriores, dialogando evidentemente com estes e também com outros que lhes são posteriores.

Um dos princípios básicos do pensamento bakhtiniano é a noção de que o discurso, *ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da lingüística* traz sempre, inerentemente, além da voz do *EU* (aquele que fala), a voz dos *OUTROS* (aqueles com os quais o *EU* dialoga):

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, *já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências.*

(BAKHTIN, 1997²: 319) – grifo nosso

Ao partir dessa premissa, Bakhtin apresenta suas teorias acerca do *dialogismo* e do monologismo, ratificando sempre que a palavra, em enunciados concretos²¹⁸, não é inédita, uma vez que sempre recupera, modifica e acrescenta algum tipo de informação.

Em relação à questão do *dialogismo* e do monologismo, Bakhtin afirma que a enunciação monológica é uma abstração, uma vez que toda enunciação ‘*responde a algo*’ já preexistente, podendo ser sempre considerada dialógica:

Toda enunciação monológica, inclusive uma inscrição num monumento, constitui um elemento inalienável da comunicação verbal. Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, *é resposta a alguma coisa e é construída como tal.* Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala.

(BAKHTIN, 1997⁷: 98) – grifo nosso

²¹⁷ Pensamento compartilhado com Adam, conforme mencionamos. Cf. Adam (2004b).

Em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin ratifica essa idéia, ao afirmar que “o enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum de comunicação verbal” – Bakhtin (1997²: 316), acrescentando ainda que essa inter-relação com enunciados anteriores pode ser evidenciada “nas tonalidades de sentido, da expressividade, do estilo, nos mais ínfimos matizes da composição” e conclui que “as *tonalidades dialógicas*” devem ser consideradas ao tentar compreender, realmente, um enunciado – cf. Bakhtin (1997²: 317). Em *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*, Bakhtin exemplifica o aspecto dialógico nos discursos cotidianos:

Qualquer conversa é repleta de transmissões e interpretações das palavras dos outros. A todo instante se encontra nas conversas “uma citação” ou “uma referência” àquilo que disse uma determinada pessoa, ao que “se diz” ou àquilo que “todos dizem”, às palavras de um interlocutor, às nossas próprias palavras anteriormente ditas, a um jornal, a um decreto, a um documento, a um livro, etc.

(BAKHTIN, [1975] 1998⁴: 140) – destaque nosso

Ao refletir sobre o dialogismo, Brait²¹⁹ comenta que existem *dialogismos* de diferentes tipos e afirma:

O dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre harmonioso, existente entre diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É neste sentido que podemos interpretar o *dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem*.

Por outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos. E aí, dialógico e dialético aproximam-se, ainda que não possam ser confundidos, uma vez que Bakhtin vai falar do eu que se realiza em nós, insistindo não na síntese, mas no caráter polifônico dessa relação exibida pela linguagem.

(BRAIT, 1996: 78, 79) – grifo nosso

²¹⁸ No enunciado concreto, a significação da palavra se refere “à realidade efetiva nas condições reais da comunicação verbal” – Bakhtin (1997²: 310).

²¹⁹ Gostaria de ressaltar alguns teóricos que têm aprofundado o estudo de Bakhtin e seu círculo no Brasil. Primeiramente, a Profa. Dra. Elisabeth Brait, atual professora da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo (e um grupo de pesquisadores da PUC e da USP sob sua coordenação) e também o Prof. Dr. Carlos Faraco da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Uma das formas privilegiadas do dialogismo é a presença do discurso citado ou relatado, que corresponde à presença do(s) OUTRO(s) no discurso. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin dedica os capítulos 9, 10 e 11 à descrição dos diversos tipos de discurso citado²²⁰: o discurso direto, indireto e indireto livre.

Em relação à *polifonia*, corresponde a *efeitos de sentido de procedimentos discursivos de discursos dialógicos*. A polifonia bakhtiniana está relacionada a *uma espécie de desdobramento* de uma *única voz*. Sendo que essas vozes, perceptíveis e em embate constante, não apresentam uma aparência harmoniosa. Já a *monofonia* ou *homofonia* corresponde à presença de apenas uma voz no texto.

Em suma, devemos reiterar que, para Bakhtin, o *dialogismo* é o princípio constitutivo da linguagem e a condição de sentido do discurso. Além disso, o discurso não é individual. Primeiramente, porque é construído a partir de dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais; e também por ser contruído a partir de uma espécie de diálogo entre discursos, ou seja, mantém relações com outros discursos, sendo elaborado a partir do ‘diálogo’ com discursos de outros gêneros. Conciliam-se, assim, nas abordagens de texto bakhtinianas aspectos internos (aqueles que vêm da própria língua) e externos (os oriundos do produto de uma enunciação ou do contexto social, histórico, cultural)²²¹. De forma esquemática e com um ‘olhar atualizado’²²², apresentamos as características básicas dos gêneros bakhtinianos:

²²⁰ O discurso citado é objeto de estudo recente de vários teóricos: Authier-Revuz (1982, 1984, 1997), Rosier (1999).

²²¹ A questão do dialogismo bakhtiniano foi resolvida de forma diferente por diversos teóricos. No campo literário surgiu a noção de *intertextualidade* para marcar a presença de um texto dentro de outro texto – cf. Genette (1982). No campo da análise do discurso, aparece a noção de *interdiscursividade* para caracterizar a relação entre um discurso e outros já produzidos – cf. Pêcheux (1975); Adam (2004b); Maingueneau (1984, 1998). Bronckart (2004b) distingue atualmente *intertexto* de *arquitexto*. O primeiro corresponde ao conjunto de diversos processos de interação entre textos, explícitos ou implícitos (por exemplo, citações, pastiches). Já o termo ‘arquitexto’ corresponde ao conjunto de gêneros de textos que formam uma espécie de *nebulosa*. Esta constitui, em determinado estado sincrônico, uma espécie de reservatório de modelos textuais, ao qual o agente de determinada *ação de linguagem* deverá recorrer ao produzir um texto. Em publicação anterior à de 1999, Bronckart considerava o termo *intertexto* no lugar de *arquitexto*. Nós adotaremos, ao longo deste trabalho, as denominações sugeridas por Bronckart, para tentar uma estabilização de conceitos. Mas não deixamos de ressaltar que tanto o *intertexto* ou o *arquitexto* são formas complementares de *dialogismo*.

²²² Em caracteres normais, reproduzimos o pensamento bakhtiniano. Em itálico, inserimos aspectos importantes para a caracterização dos gêneros.

Gêneros do discurso	Primários	Secundários
Atividade comunicacional	Comunicação cultural mais simples	Comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída.
Esfera da comunicação	Preferencialmente intimidade familiar, intimidade amigável	Preferencialmente meios acadêmicos, científicos, literários.
Tipos de enunciados concretos ²²³	<i>Preferencialmente</i> Orais	<i>Preferencialmente</i> Escritos
Manifestações preferenciais dos gêneros	Diálogos, conversas no cotidiano	Discurso científico, discurso ideológico, literário.
Formas do gênero	<i>Preferencialmente</i> mais criativos e mais livres	<i>Preferencialmente</i> mais padronizados
<i>Princípio Constitutivo</i> ²²⁴	<i>Dialogismo</i>	<i>Dialogismo</i>
Componentes	Tema + Unidades Composicionais + Estilo	Tema + Unidades Composicionais + Estilo

3.3. Perspectivas discursivo-textuais

Existem diferentes perspectivas discursivo-textuais em relação ao estudo dos gêneros, devido à própria complexidade do assunto. Alguns estudos concentram-se, sobretudo, numa *ancoragem social* e nas condições situacionais de produção dos gêneros, vertente desenvolvida principalmente por teóricos da AD, como Maingueneau (1996, 1998) e Charaudeau (1997, 2001). De outro lado, teorias que se atêm principalmente ao desenvolvimento de trabalhos sobre textos⁹², observando regularidades composicionais ou

²²³ Bakhtin afirma que “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam” – Bakhtin (1997²: 282).

²²⁴ O *princípio constitutivo* diz respeito ao diálogo do *gênero do discurso* com os ‘textos’, os ‘discursos’, os ‘gêneros’ que lhe são anteriores e posteriores. Estudos de outros teóricos, como já mencionamos em nota, tentaram classificá-los e estudá-los individualmente.

⁹² No corpo deste trabalho, que procura uma abordagem conciliadora dialógica entre a LT e a AD, consideramos que o próprio plano discursivo é constitutivo do texto. E é esta a acepção de *texto (texto empírico)* com a qual trabalhamos, como já citamos na introdução.

aspectos enunciativos, como o faz Adam (2001⁴, 1999). Ou ainda, estudos que visam, sobretudo, a descrever as características formais²²⁶ dos textos produzidos, em diferentes gêneros, como, por exemplo, os realizados por Bronckart (1997). Todavia, apesar da focalização teórica ser ligeiramente diferente, todas as perspectivas convergem para o mesmo ponto de vista: *o discurso representa uma espécie de elo entre um texto e um contexto social, sendo que o texto empírico, assim, reflete aspectos situacionais, o mesmo acontecendo com o próprio discurso em que ele está inserido*²²⁷.

É importante mencionar que, *ao assumirmos que as questões situacionais permeiam todas as abordagens teóricas mencionadas*, mas em graus de prioridade diferentes, optamos primeiramente pelos contributos da AD para a problemática dos gêneros, em seguida passaremos aos contributos da LT. Nesta tese, perspectivada dentro da *lingüística dos gêneros* procuramos conciliar os contributos da AD e da LT, considerando-os *não como excludentes, mas como complementares*. Pensamos que tanto os dispositivos da própria comunicação verbal quanto os aspectos lingüísticos são importantes para o estudo do texto empírico.

Segundo a mesma metodologia efetuada até então, faremos um levantamento conceptual-teórico acerca da noção, primeiramente junto a dois representantes da AD por nós selecionados – Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau – e, em seguida, junto a um teórico da LT, Jean-Michel Adam, e outro do ISD, Jean-Paul Bronckart. Estes foram escolhidos por serem de extrema relevância para o estudo dos nossos textos. Procuraremos, ao final do estudo dos contributos teóricos desses autores, fazer, no item 3.4., *um ponto sobre a questão*, um balanço crítico desses contributos.

²²⁵ É mister ressaltar também que estes teóricos, devido a enfoques vários, denominam os gêneros de forma diferente. Maingueneau, Adam falam de *gêneros do discurso*; Charaudeau, de *gêneros situacionais*; Bronckart e Rastier, de *gêneros textuais*.

²²⁶ Estes aspectos formais correspondem ao que Bronckart (1999) denomina *folhado textual*. É a *infra-estrutura textual*, os *mecanismos de textualização* e os *mecanismos enunciativos*.

²²⁷ Rastier (1989), ao definir o gênero, considera-o como uma espécie de elo entre o texto e o discurso.

3.3.1. Perspectiva de Maingueneau

Em relação à noção de gênero²²⁸, Maingueneau apresenta obras teóricas e outras práticas sobre a questão. Primeiramente, em sua publicação de 1984, foi um dos primeiros teóricos a tentar operacionalizar a idéia de que o *interdiscurso* permeia *todos os tipos de discurso*, qualquer que seja o campo discursivo²²⁹ em que ele está inserido e também a afirmar a impossibilidade de se dissociar a interação dos discursos com o próprio funcionamento intradiscursivo. Dessa forma, reitera que os gêneros, enquanto práticas sócio-discursivas – que dialogam com um passado e com um futuro –, poderiam ser um importante objeto de análise e que sofreriam coerções interdiscursivas em função também dos seus discursos fundadores.

Em seu trabalho de 1996, Maingueneau repensa e atualiza aspectos anteriormente levantados por Bakhtin e decifra os elementos constituintes essenciais na definição dos gêneros (transpondo-os para qualquer tipo de atividade humana). Em trabalhos posteriores, os de 2002 e de 2004, o autor procura repensar a classificação dos gêneros. Quanto à análise específica de alguns gêneros, Maingueneau, em trabalhos de 2002a e 2002b, centra-se no estudo do gênero *relatório de defesa de tese*.

É importante ressaltar que este teórico talvez tenha sido o primeiro, dentro das teorias lingüísticas, a trazer para o estudo dos gêneros uma preocupação descritiva – cf. Maingueneau (1996: 44). Além disso, procurou, em seus estudos teóricos acerca dos gêneros, exemplos de vários discursos atuais em circulação: discurso midiático, jurídico – cf. Maingueneau (1995) – e publicitário – cf. Maingueneau (1998). Com isso, procuramos justificar o grande contributo desse estudioso para o estudo da problemática dos gêneros e também para o desenvolvimento do quadro de análise dos *gêneros* com os quais trabalhamos.

²²⁸ Maingueneau, em várias publicações, faz uso da expressão “genre de discours”, enquanto que Bakhtin utilizava “genre du discours”. Adam, por outro lado, adota a terminologia bakhtiniana, freqüentemente no plural – “genres des discours”.

²²⁹ Termo utilizado por Maingueneau (1986: 27) que se assemelha à *prática discursiva* de Foucault (1969).

Feito esse levantamento prévio, retomaremos os aspectos teóricos que consideramos os mais importantes desenvolvidos por esse autor e que serão utilizados na análise dos nossos *textos*. Inicialmente, mostraremos as coerções definitórias do gênero e, em seguida, passaremos à classificação dos diversos gêneros – cf. Maingueneau (1996, 2002a, 2002b, 2004a, 2005).

3.3.1.1. Concepção de gênero

Segundo Maingueneau (1998, 2004 a), os gêneros correspondem a práticas de comunicação sócio-historicamente definidas, dependendo, assim, de critérios situacionais, evoluindo incessantemente com a sociedade. Dessa forma, denominações como “editorial”²³⁰, “*outdoor* partidário”, “petição inicial” são gêneros discursivos cuja realização é regida por um contrato²³¹ com normas bem específicas no que tange ao papel dos participantes, à finalidade da comunicação e às circunstâncias em que a comunicação ocorre. De acordo com o teórico – afirmativa com a qual concordamos –, os gêneros não são formas pré-estabelecidas utilizadas por um locutor para adequar os seus enunciados, mas *atividades sociais* decorrentes do uso da língua. Assim estão submetidos a diversas condições para a sua realização.

Maingueneau (1996) talvez tenha sido o primeiro teórico a ressaltar a importância da *cena de enunciação*²³² na descrição dos gêneros, ao considerar que os sujeitos representam, no mundo textual-discursivo, determinados papéis, em função de aspectos pragmáticos, sociais

²³⁰ Em seminário, a que assistimos em Paris XII, intitulado “Genres Institués”, Maingueneau insistiu no fato de que o “editorial” deveria ser considerado um *hipergênero*, por sofrer poucas coerções e não ser um dispositivo de comunicação historicamente definido. Discordamos do teórico na altura e mostramos que dentro do contexto português, os editoriais com os quais trabalhávamos sofriam imposições metatextuais, dentre outras, e também eram situados historicamente.

²³¹ Charaudeau (1983: 50 e 93) introduziu o termo na *AD*, definindo o contrato de fala, mais tarde denominado contrato de comunicação como uma espécie de conjunto de condições necessárias para a realização de um ato comunicativo (seja na forma oral ou escrita, monolocutivo ou interlocutivo).

²³² As metáforas teatrais são usadas com muita frequência pelos analistas do discurso, quando se referem a textos inseridos em gêneros específicos. Maingueneau faz uso das noções de *papel*, *contrato* e *jogo*, diretamente relacionados à questão da enunciação discursiva – cf. Maingueneau (1998: 54 -56). Charaudeau utiliza a expressão “mise en scène” para caracterizar o circuito interno da comunicação, espaço em que o locutor assume o seu papel de enunciadador e no qual define um outro para o seu destinatário – cf. Charaudeau (1983: 46).

e institucionais. Para Maingueneau (1998), são três os aspectos para definir esta *cena de enunciação*: a *cena englobante*, a *cena genérica*, e a *cenografia*.

A primeira corresponde ao próprio tipo de discurso a que se refere um texto. A segunda diz respeito à própria finalidade da mensagem e ao suporte em que se insere, ao papel dos interlocutores, ao lugar e momento da cena de enunciação. A terceira corresponde à legitimação textual da própria cena de enunciação num processo de *enlçamento paradoxal*²³³. A mensagem pode assumir, de acordo com o público-alvo a que se destina e também ao contexto em que se insere (papel dos atores, lugar e momento da cena), determinado formato textual, reconstruído a partir da própria enunciação.

No caso dos *gêneros instituídos*, as cenas enunciativas podem ser mais estáveis e a cenografia pode coincidir com a própria cena genérica. Ou seja, nos textos mais institucionalizados *a maneira de dizê-lo*, dentro de um mesmo gênero, é praticamente a mesma, não existindo uma alteração significativa da cenografia. Cf. Maingueneau (2004a).

Transpondo para o *outdoor* partidário do PSD para as Legislativas, que constitui o nosso estudo de caso, teríamos a seguinte *cena de enunciação*:

- Cena englobante – discurso político.
- Cena genérica – um partido, no caso o PSD, cria todo um universo textual de forma a convencer o eleitor a votar no partido. Evidentemente, será construída uma *cenografia*, de acordo com o perfil do eleitor a ser atingido, com a própria finalidade da mensagem, e com todo o contexto situacional em que a mensagem está inserida. A *cena genérica* se confunde com o próprio gênero, como menciona Maingueneau (1998: 70). É esta *cena genérica* ou o *gênero* que dita as suas próprias regras.
- Cenografia – no caso dos *outdoors* do PSD, observam-se cenografias que rompem com os padrões pré-estabelecidos pelo gênero. Normalmente, o *outdoor* de uma

²³³ No original, é utilizado o termo “boucle paradoxale” – Maingueneau (1998).

campanha eleitoral apresenta a foto do candidato com frases de efeito perlocutório²³⁴. No caso em questão, notamos a presença de crianças com *questões específicas*²³⁵, mostrando que elas não são capazes de entender os problemas existentes no País. Estas estratégias transmitem impacto e podem ser, talvez, uma das responsáveis pelo convencimento do povo português a votar no PSD. Em outros cartazes do mesmo partido, observaram-se tabelas comparando a economia de Portugal com a de outros países da Europa durante o período em que o PS esteve no poder. Enfim, foram criadas *várias cenografias* para uma mesma cena genérica. Tal variação foi menos observada no caso dos *outdoors* da campanha do PS, onde quase sempre foi colocada a imagem de Ferro Rodrigues. Talvez essa estratégia de *marketing político* tenha sido um diferencial importante para a vitória do candidato do PSD nas Legislativas de 2002.

3.3.1.2. Componentes do gênero

Ao considerar o gênero como uma espécie de dispositivo ritualizado, regido por determinadas regras mais ou menos fixas, que para serem decodificadas precisam seguir alguns parâmetros reconhecíveis pelos responsáveis do ato comunicativo, Maingueneau elenca algumas *coerções básicas* para a sua definição – cf. Maingueneau (1996: 44 e 1998: 51-54). São elas: o lugar e o momento de realização da atividade discursiva; a legitimidade do estatuto dos parceiros; a finalidade (explícita e implícita); o suporte e os modos de difusão; e o modo de organização da mesma. Já em publicação posterior, quando da análise dos *relatórios de defesa de tese* na França, Maingueneau complexifica o papel dos interlocutores nesse gênero específico – cf. Maingueneau (2002b).

²³⁴ A teoria dos atos de linguagem, de fala ou de discurso foi proposta primeiramente por Austin (1970), complementada por Searle (1972). Basicamente existem três tipos:

- ato locutório – realizado ao se produzir uma sequência de sons tendo uma organização sintática e se referindo a alguma coisa.
- ato ilocutório – realizado ao se fazer uso da palavra para modificar as relações entre os co-enunciadores: prometer, afirmar e outros.
- ato perlocutório – se refere ao objetivo da palavra ou expressão.

²³⁵ Explicitaremos essas *questões* denominadas *altamente transgressivas* no capítulo referente à engrenagem organizacional do cartaz político em 6.2.3.1..

Acreditando que as *coerções* para a descrição do gênero sejam vitais na elaboração do nosso quadro de análise para os gêneros, procuraremos, a seguir, explanar detalhadamente cada um dos aspectos apontados e, sempre que possível, recorreremos a exemplos extraídos dos nossos textos.

• lugar e momento de realização

Todo gênero do discurso implica um lugar e um momento definido para a sua realização. Maingueneau considera a existência de dois espaços (o *empírico* e o de *circulação*). No primeiro, o texto é realmente produzido; no segundo ele realmente circula e é decodificado pelos diversos leitores. No caso de um editorial, por exemplo, deverá ser redigido na redação do jornal. Vale ressaltar que, se fosse escrito num outro espaço, numa repartição pública, por exemplo, poderia tornar-se um manifesto. Ou seja, a transgressão a normas pré-estabelecidas pelo gênero pode acarretar significativas alterações de sentido. Além disso, em se tratando de um editorial de jornal, deve circular em diversas bancas especializadas.

Em relação à temporalidade, o autor considera vários eixos – cf. Maingueneau (1998: 53).

•• uma periodicidade – Esta representa a frequência de realização de determinado discurso. Um editorial, por exemplo, é periódico, sendo publicado diariamente pelo jornal, ao passo que o *outdoor* de uma campanha eleitoral, por exemplo, não obedece a esta periodicidade.

•• uma duração de encadeamento – Esta implica a duração de realização (quer na produção ou na interpretação) de um gênero de discurso. Num jornal diário, por exemplo, podem ser citadas duas durações: por exemplo, na leitura de uma notícia, primeiro lemos a manchete e depois passamos à leitura completa da notícia. No caso específico de um dos gêneros com o qual trabalhamos, o editorial, existe também uma duplicidade de duração. O editorial apresenta um título em negrito e um chapéu. Com isso, o leitor passará os olhos primeiramente por estes dois elementos antes de ler o texto na íntegra. Este só será lido se o assunto for interessante ao leitor.

- uma continuidade – Esta diz respeito à sequencialidade do texto. Cada dia, os jornais apresentam editoriais únicos. No caso dos *outdoors* das campanhas políticas, por exemplo, pode haver uma seqüência em relação a determinado objetivo. Nota-se que, na campanha do PSD, na 2ª fase, foram apresentados vários *outdoors* em que apareciam crianças (mostrando sequencialmente os problemas por que passava o país); na terceira fase, foram colocados *outdoors* que versavam sobre as propostas do partido para o futuro governo.

- uma duração de validade – Este corresponde ao tempo de validade de determinado texto. O editorial, por exemplo, terá a validade de um dia, já que é escrito diariamente acerca de assuntos atualizados. No caso da PI, por exemplo, o seu tempo é indeterminado, já que fará parte de um processo que, depois de julgado, será arquivado e ficará à disposição do tribunal, para consultas futuras, se necessário.

- **legitimidade do estatuto dos parceiros**

O enunciador e o co-enunciador²³⁶ devem ter legitimidade dentro de determinado gênero discursivo, para manter um estatuto definido. Por exemplo, um advogado em seu escritório, ao redigir uma PI (enquanto gênero de discurso), deve ser conhecedor do assunto que peticiona e, com seu estatuto próprio, ter condições de se dirigir a um juiz que, certamente, partilha o mesmo conhecimento jurídico. Esse juiz, que detém um estatuto institucional reconhecido, poderá decodificar, dentro de parâmetros legais, o pedido do profissional. Em outras ocasiões, esse estatuto pode ser definido não pela linguagem verbal, mas pela linguagem não-verbal, como pelo uso dos símbolos dos partidos nas campanhas do PS e PSD, por exemplo.

Em estudos posteriores, sobretudo o de 2002, Maingueneau mostra-se sensível à complexidade da instância autoral e à da recepção – cf. Maingueneau (2002b). Em relação

²³⁶ Em publicação de 1998, Maingueneau se atém ao papel do enunciador e do co-enunciador, observáveis textualmente, baseando-se em Culioli (1990). Sendo que o primeiro teórico, ao contrário do último, releva o papel *social/institucional* que esses indivíduos assumem no universo textual.

à primeira, acentua que, no relatório de defesa de tese, por exemplo, haveria três níveis de intervenção: a de cada membro do grupo de jurados que intervém separadamente no relatório; a do grupo que é responsável pelo conjunto do relatório e a do narrador/organizador do texto que seleciona e organiza as intervenções, além de apresentar materialmente o texto. Quanto à instância de recepção, menciona a existência de um *público efetivo* (conjunto de indivíduos que lerá realmente o texto); *público genérico* (aquele a quem é destinado naturalmente o texto); *leitor modelo* (tipo de leitor inferido a partir da maneira como é feito o texto) e *leitor evocado* (aquele ao qual o texto vai se dirigir).

• finalidade

Todo gênero do discurso implica, necessariamente, certo objetivo (uma *finalidade* facilmente identificável, que é *explícita*). Por exemplo, um editorial visa a mostrar a posição do jornal acerca de determinado assunto. Há ainda gêneros, os *outdoors* de campanhas eleitorais, em que a finalidade do discurso – fazer com que o eleitor vote num partido – pode estar camuflada por aspectos não-lingüísticos (como a fotografia, as cores), no intuito de seduzir o destinatário. Podemos até pensar na existência de *finalidades implícitas*, dependendo do gênero de texto em análise. Essas finalidades devem ser recuperadas pelo destinatário quando na tentativa de interpretação do texto.

Por exemplo, no caso da campanha do PSD, várias estratégias, como já mencionamos, foram usadas para seduzir o eleitor: frases com crianças; dados numéricos em que havia uma comparação de Portugal com outros países da Europa, mostrando o seu baixo desempenho (durante os últimos anos sob o comando socialista) quando comparado a outros países da comunidade. A definição de uma finalidade, por parte do emissor, permitirá a escolha de estratégias adequadas àquele gênero discursivo. Com isso, o público já tendo, dentro do seu ‘reservatório mental’, conhecimento adquirido ou empírico acerca dos gêneros e, ainda, cognitivamente, um conhecimento prévio sobre as características dos vários gêneros, poderá inferir a intenção dos mesmos.

- **suporte material**

Este refere-se ao meio pelo qual o texto é produzido e difundido, o que modificará substancialmente as características do gênero. Um *slogan* publicitário num *outdoor* apresentará características bem distintas do publicado numa revista ou num jornal, ou seja, o próprio meio de circulação dos diversos gêneros dita as suas regras pictóricas, icônicas, tipográficas, de forma a permitir que sejam reconhecidos e identificados pelo público por se encaixarem em determinado formato, conhecido de todos (ou de grande parte do público a quem a mensagem se dirige). Maingueneau, em seu trabalho de 1996, chama atenção para a importância desse aspecto que tinha sido pouco trabalhado até então²³⁷ e talvez com o desenvolvimento das diversas manifestações midiáticas (aparecimento da televisão, do vídeo, do microfone, da Internet, do celular etc.) tenha vindo à tona.

- **plano de texto**²³⁸

Este diz respeito ao encadeamento de frases e de partes maiores de um texto. Os gêneros delimitam uma determinada organização textual, a qual pode apresentar maior ou menor variabilidade. Os editoriais são, em sua maioria, predominantemente argumentativos, contudo podem apresentar trechos narrativos ou descritivos, dependendo da orientação do jornal em que é redigido. Já no caso de gêneros *mais ritualizados*, como a PI, existem construções já fixas que são recorrentes na sua produção.

²³⁷ Poderia ser muito interessante comparar os gêneros de texto em função do suporte material em que se apresentam. Trabalhar a campanha para as Legislativas em vários suportes: nos debates televisivos, nos panfletos, nas cartas, nos meios audio-visuais. Este trabalho, inclusive, está sendo desenvolvido pela Professora Petronela Lucas, assistente do Prof. Dr. Marc Bonhomme, na Universidade de Berna, que trabalha a campanha presidencial de Lionel Jospin em diversos suportes. O título da sua tese em curso é “*Ethos discursif et visuel. Application aux élections présidentielles françaises de 2002*”.

²³⁸ Em publicações anteriores, as de 1996 e de 1998, Maingueneau utiliza os termos *modo de organização* e *organização textual*. Já em trabalhos mais recentes, como o de 2002, observamos a utilização de *plano de texto*, adotando-o a partir de Adam, que há muito o emprega.

3.3.1.3. Tipologia dos gêneros

Nos estudos de Maingueneau, esta tipologia sofreu algumas alterações. Primeiramente, mencionaremos a primeira classificação, datada de 1999, que serviu como base para as alterações observadas em 2004.

Para Maingueneau (1999a), existiam três categorias de gêneros para atender à grande diversidade existente. Seriam elas: os gêneros “autorais”, os gêneros “rotineiros” e os gêneros “conversacionais”²³⁹. Sendo estas categorias prototípicas²⁴⁰, algumas práticas verbais se encontravam na fronteira entre esses três tipos.

•**Gêneros autorais** – Estes seriam impostos por um autor, algumas vezes um editor, sendo muitas vezes assinados. Além disso, estariam inseridos dentro de certas rubricas: ensaio, editorial, cartas ao leitor e outros, e podem estar presentes em vários tipos de discurso: literário, filosófico, mas também religioso, político ou jornalístico. Poderíamos considerar o editorial, dentre os diversos textos que compõem os nossos exemplares de gêneros, como um *gênero autoral*.

•**Gêneros de rotina** – Estes seriam os preferidos pelos analistas do discurso. Neles, o papel dos participantes é estabelecido previamente e se mantém estável durante o processo de comunicação. Estes gêneros cobrem um longo espectro. De um lado, gêneros bem ritualizados²⁴¹ em que os falantes têm acesso a pouca variação. Por outro lado, gêneros com muita possibilidade de variação, por exemplo, os observados em textos publicitários.

No nosso caso, os *outdoors* das campanhas políticas não admitem tanta variação quanto, por exemplo, os das campanhas publicitárias. Talvez, devido ao fato de o discurso político impor coerções maiores do que as impostas pelo discurso publicitário.

²³⁹ Tradução dos termos “auctoriaux”, “routiniers” e “conversationnels” utilizados por Maingueneau (1999).

²⁴⁰ Palavra utilizada por Maingueneau (2004a: 109).

²⁴¹ Em textos de 2002, o autor analisa o relatório de defesa de tese – RDT – que é considerado um gênero bem ritualizado, cf. Maingueneau (2002a e 2000b).

•**Gêneros conversacionais** – Estes não estão relacionados a instituições e, com isso, os responsáveis pela elocução não apresentam papéis estáveis. O quadro está em constante variação ao longo da interação. Enquanto nos gêneros de rotina, as coerções são predominantemente globais e verticais, ou seja, determinadas pelo local da interação; nos conversacionais, as limitações são horizontais – os participantes estão constantemente negociando os papéis. Estes gêneros não são por nós trabalhados nesta tese.

Para evitar uma distinção forte entre os gêneros autorais e os de rotina, considerando-se que há gêneros que transitam na fronteira entre os dois (crônica diária assinada por um mesmo jornalista dentro de um jornal, por exemplo), é preferível, segundo Maingueneau (2004a), distinguir apenas dois regimes: o dos *gêneros conversacionais* e o dos *gêneros instituídos*²⁴² (englobando os autorais e os de rotina). Essa simplificação didática visa, segundo Maingueneau, a minimizar a comparação com o termo interação conversacional já anteriormente empregado por Coulmas (1981). É evidente que, em interações verbais mais ritualizadas, possa haver propriedades dos dois tipos de gênero.

Convém salientar que os *gêneros instituídos* não são homogêneos, podendo ser distribuídos em um largo espectro, dependendo da habilidade dos falantes em estabelecer o quadro comunicativo e especialmente em elaborar cenografias diversas. Além disso, podem ser orais ou escritos; apresentam uma cena genérica, um suporte material e uma organização textual, como mencionamos anteriormente, quando mostramos a composição do gênero. Ressaltemos que esses *gêneros instituídos* estão relacionados aos diversos *discursos fundadores inseridos no arquiteito*. Maingueneau cita, por exemplo, que o discurso literário apresenta a obra-prima como *discurso fundador*; o discurso científico apresenta textos com teorias de física ou química como fundadores. Cf. Maingueneau (1999: 188). Inclusive, é notório observar que até bem pouco tempo, apenas os gêneros que se encontravam mais *próximos* do *discurso fundador* eram estudados e valorizados. Os gêneros mais rotineiros eram considerados marginalizados e praticamente não eram estudados.

²⁴² Tradução do termo “genres institués” utilizado por Maingueneau (2002b).

Como trabalhamos com gêneros que apresentam um *grau de institucionalidade* variável, deter-nos-emos apenas em detalhar os diversos níveis de gêneros instituídos especificados por Maingueneau. Temos em mente que essa classificação poderá nos ajudar na descrição dos gêneros persuasivos.

Níveis de gêneros instituídos

Existem quatro níveis de *gêneros instituídos*²⁴³, de acordo com a relação que possa ser estabelecida entre a cena genérica e a cenografia (aspectos por nós já delhados):

- Primeiro nível – Os gêneros desse tipo estão sujeitos a pouca ou nenhuma variação. Os interlocutores seguem esquemas e fórmulas pré-estabelecidas. Exemplos: listas telefônicas, atestado de batismo, duplicatas. Existem fórmulas e esquemas composicionais rígidos. É impossível, no caso, falar-se de autor. A petição inicial, um dos gêneros por nós analisado, poderia estar mais próxima desse primeiro nível.
- Segundo nível – Este tolera variações e os interlocutores têm a possibilidade de usar uma cenografia original dentro de algumas coerções comunicacionais. Exemplos: jornal televisivo, relatórios de viagem. Um guia turístico, por exemplo, pode ser apresentado de diversas maneiras. A carta de François Mitterand aos franceses é um outro exemplo. Na eleição presidencial de 1988, F. Mitterand, ao apresentar suas propostas de governo, enviou uma carta com essas propostas a certo número de eleitores. Observa-se que a cena genérica não está em causa (de qualquer forma existiam regras pré-estabelecidas pelo gênero – temática, duração, papel dos participantes), mas, para Maingueneau, a cenografia era original – cf. Maingueneau (1998: 74, 75).

Julgamos que os *outdoors* da campanha política do PSD podem vir a ser considerados mais próximos do segundo nível, pois utilizam uma cenografia variada, como já mencionamos,

²⁴³ Adotaremos a perspectiva de Maingueneau (2002b: 14).

contudo não deixam de sofrer algumas coerções, justamente por estarem inseridos num discurso político, que apresenta certo grau de ritualização.

A nosso ver, os editoriais transitam entre os dois níveis acima descritos. Poderiam apresentar algumas características do primeiro nível, devido ao fato de seguirem algumas regras impostas pelo gênero. Também, podem vir a apresentar algumas características do segundo nível, com alguma variação na cenografia, dependendo da instituição em que estão inseridos. Os *outdoors* do PSD poderiam aproximar-se mais do segundo nível que os do PS.

- Terceiro nível – Os gêneros deste tipo necessitam de invenção de cenários de fala: propaganda, programas de entretenimento para televisão. A inovação é constante. Não acreditamos que, dentro dos textos que analisamos, tenhamos gêneros de terceiro nível.

- Quarto nível – Os gêneros do quarto nível apresentam um problema: eles não têm formato pré-estabelecido, mas uma espécie de zonas genéricas subdeterminadas, em que uma única pessoa, um autor com a sua experiência, categoriza a sua produção verbal. Este gênero era o anteriormente definido como o de autoria. Neste, o autor constrói sua identidade pela enunciação por ele construída.

O terceiro e o quarto níveis são similares porque apresentam, ambos, cenografias interessantes para convencer a audiência de forma a dar sentido à atividade discursiva desejada e propõem um quadro que deve estar em harmonia com o conteúdo do que é proferido. Mas enquanto os gêneros de terceiro nível, a publicidade, por exemplo, são impostos por obrigações sociais e aparecem devido a limitações sociais, os de quarto nível dependem do modo como o autor traz a sua identidade para o discurso. Os primeiros têm um objetivo específico e procuram a melhor maneira de atingir aquela finalidade. Em contrapartida, os outros não apresentam definições claras da melhor forma de atingir o objetivo.

Convém ressaltar que Maingueneau (2005) repensa a correlação que possa ser estabelecida entre “formação discursiva”, “posicionamento” e “gênero de discurso”, propondo distinguir dois tipos de unidades: as *tópicas* e as *não-tópicas*. As *tópicas* podem ser *dominiais* ou *transversas*. As primeiras correspondem a espaços já “pré-recortados” pelas práticas verbais, sendo que estas podem se relacionar a *tipos de discurso* que, por sua vez, englobarão gêneros de discurso que pertencem a um mesmo *aparelho institucional* ou a um mesmo *posicionamento*. As outras correspondem a unidades que podem vir a transpassar textos de vários gêneros de discurso. Dessa forma, podem vir a ser *registros lingüísticos, comunicacionais e funcionais*. Se transpusermos esses conceitos para os nossos estudos de caso, poderemos pensar numa *transversalidade funcional* que os percorre, uma vez que todos os gêneros com os quais trabalhamos, em graus diferenciados, são persuasivos.

Por outro lado, as unidades não-tópicas podem ser construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras pré-estabelecidas, além de reunir enunciados que estão inscritos numa história. Para essas unidades, Maingueneau pontua a *formação discursiva* e o *percurso*. Por exemplo, poderíamos estudar o discurso político em suportes diversos: no *outdoor*, no panfleto, no debate televisivo. No caso, a unidade seria dada pela formação discursiva. Estabeleceríamos, ainda, correlações entre unidades diferenciadas, quer sejam lingüísticas ou não. Neste caso, teríamos o que o autor denomina *percurso*. Cf. Maingueneau (2005: 193).

De forma sumária, as unidades tópicas e as não tópicas poderiam ser assim esquematizadas:

Unidades Tópicas		Unidades Não-Tópicas	
Dominiais	Transversas	Formações Discursivas	Percursos
- Tipos e gêneros de discurso a) gêneros pertencentes a um mesmo <i>aparelho institucional</i> . b) gêneros pertencentes a um mesmo <i>posicionamento ideológico</i> .	-registros lingüísticos - registros funcionais -registros comunicacionais		

Esquema adaptado de (MAINGUENEAU, 2005: 95)

3.3.2. Perspectiva de Charaudeau

A reflexão de Patrick Charaudeau sobre a problemática dos gêneros começa a ser traçada, sobretudo²⁴⁴, a partir do seu artigo na revista *Réseaux*, datado de 1997, intitulado “Les conditions d’une typologie des genres télévisuels d’information”. Neste, procura fazer uma revisão crítica do assunto, centrando-se sobretudo nos gêneros midiáticos, que já vinha estudando há algum tempo. Contudo, não apontara nenhum caminho teórico próprio sobre a questão. Em trabalhos posteriores, nomeadamente o de 2001, Charaudeau tenta traçar um percurso teórico para a descrição dos gêneros. Dessa forma, observaremos, primeiramente, algumas definições de gênero e subgênero por ele propostas, tratando em seguida de sua proposta sobre os constituintes do gênero.

É importante salientar que, além de termos selecionado, para o quadro de análise para o estudo dos gêneros, algumas categorias apontadas por Charaudeau, esse autor nos forneceu indiretamente subsídios importantes para a formatação desse quadro. Por isso, selecionamo-

²⁴⁴Em *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)* de 1983, Charaudeau fala em gêneros, mas não os distingue claramente do que ele denomina modos de organização do discurso.

lo, juntamente com Maingueneau, Adam e Bronckart, como um teórico de grande importância neste terceiro capítulo. Tal relevância decorre do fato de ter ressaltado mais do que os outros autores a importância do aspecto funcional (*finalidade*) na elaboração dos gêneros. Por outro lado, foi um dos poucos autores que considerou aspectos não-lingüísticos ou não-verbais na análise de alguns gêneros²⁴⁵.

3.3.2.1. Concepção de gênero

Em trabalho de 2001, este teórico afirma que os gêneros são situacionais devido ao fato de serem definidos a partir de *contingências* ou *coerções* estabelecidas pela própria situação de comunicação. Dessa forma, este autor considera que os gêneros correspondem a um ponto de articulação entre as coerções situacionais estabelecidas por um contrato global de comunicação e a própria organização textual materializada por marcas formais. Segundo ele, existem diversos gêneros com contratos e estratégias de fala definidos e existem, ainda, os subgêneros²⁴⁶ a eles subordinados. Assim, no gênero publicitário, no qual “les effets de fiction créent une parole publicitaire qui occulte la scène du réel sur laquelle s’organise la publicité comme phénomène socio-économique” – Charaudeau (1983: 100), vários subgêneros são encontrados. Dentre eles, poderíamos citar o dos *outdoors* publicitários, por exemplo, que teria algumas semelhanças com o *outdoor* partidário, que analisamos nesta pesquisa.

Por outro lado, no gênero de informação ou midiático – cf. Charaudeau (1983 e 1997) – dois contratos podem ser definidos: o de autenticidade e o de seriedade. Dentro desse gênero, poderia ser incluído o editorial. Por outro lado, como gênero *instruções oficiais* – cf. Charaudeau (1983) – teríamos a *petição inicial* como um subgênero para Charaudeau.

²⁴⁵ Para mais detalhes, ver: Charaudeau (2005b). Nesta publicação, o autor analisa o *ethos* no meio político.

3.3.2.2. Componentes do gênero

Charaudeau, situado numa perspectiva por ele denominada semiolinguística, considera que, para a análise dos gêneros, dois planos devem ser destacados: o primeiro diz respeito à própria *situação de comunicação*; o segundo, aos *procedimentos semio-discursivos ou, ainda, à ‘mise en discours’*.

Em relação à situação comunicativa – subordinada a certo tipo de contrato que impõe aos interlocutores determinado número de condições –, o teórico afirma que corresponde ao lugar em que são estabelecidas as *coerções* da interlocução. Estas limitações são oriundas da própria *identidade dos parceiros* da interação; do *lugar social* que eles ocupam, da *finalidade* do ‘ato comunicativo’²⁴⁷, da *proposta*, das *circunstâncias materiais* em que ocorre a comunicação. Na verdade, segundo Charaudeau, a análise do discurso deve sempre começar por essas coerções. No entanto, o autor assinala que cada situação de comunicação *seleciona um ou mais objetivos*, dentre os quais um será sempre dominante e ressalta a importância do objetivo que propicia a *orientação discursiva da comunicação*.

Quanto à ‘mise en discours’, é condicionada por coerções situacionais (externas), mas que se refletem tanto ao nível da organização global do texto – que permite uma espécie de identificação junto ao receptor – quanto em aspectos da organização formal do texto. Contudo, em relação ao primeiro nível, Charaudeau salienta em citação de grande relevância:

Le lien entre les données externes et la construction discursive est de causalité, mais il ne s’établit pas dans une correspondance terme à terme. Elles déterminent ce que doit être le cadre du traitement langagier dans lequel elles vont s’ordonner.

²⁴⁶ A noção de subgênero foi introduzida por Charaudeau, para classificar gêneros ‘menores’ originários de outros ‘maiores’.

²⁴⁷ Os objetivos ou finalidades apontados por Charaudeau (2001: 55) seriam: o de prescrição, o de ‘solicitação’, o de ‘incitação’, o de ‘informação’, o de ‘instrução’, o de ‘demonstração’. Para Charaudeau, essas finalidades são definidas de acordo com um critério duplo: a *intenção pragmática* do ‘eu’ em relação à posição que ele ocupa como enunciador numa espécie de relação de força que tem com o ‘tu’ e também a própria posição que o ‘tu’ deve ocupar. Ademais, esses objetivos são considerados do ponto de vista da produção, mas devem ser reconhecidos pela instância de recepção.

Ainsi on observera que les données de finalité, par le biais des visées, déterminent un choix des *modes énonciatifs* (descriptif, narratif, argumentatif) que doit employer le sujet parlant; les données de l'identité des partenaires déterminent certains des *modes énonciatifs* (allocutif, élocutif, délocutif) dans lesquels il doit s'engager; les données du propos déterminent certains *modes de thématisation*, c'est à dire l'organisation des thèmes et sous-thèmes à traiter; les données des circonstances matérielles déterminent certains *modes de sémiologisation* [...]. Les contraintes discursives ne correspondent pas à une obligation d'emploi de telle ou telle forme textuelle, mais à un ensemble de comportements discursifs parmi lesquels le sujet communicant choisit ce qui sont susceptibles de satisfaire aux conditions des données externes.

(CHARAUDEAU, 2001: 58, 59)

Dessa forma, existe, por parte do sujeito comunicante²⁴⁸, certa autonomia para definir as estratégias textuais a serem utilizadas em função de parâmetros referentes à situação comunicativa em que se insere, à finalidade do ato comunicativo. Enfim, é em função dessas condições externas que ele poderá proceder à sua escolha.

De acordo com questões situacionais (finalidades, interlocutores envolvidos), serão escolhidos os *modos de organização do discurso* (enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo)²⁴⁹. Dependendo das identidades dos participantes da interação são escolhidos os modos enunciativos (alocutivo, elocutivo e delocutivo)²⁵⁰. Em relação à proposta, escolhem-se os *modos de tematização*, ou seja, a organização dos temas e sub-temas a serem tratados. Ainda, em função das circunstâncias materiais, selecionam-se os *modos de semiotização* (utilização de recursos verbais ou visuais).

Outro nível dessa 'mise en discours' está diretamente relacionado ao *paratexto* (que corresponde à composição das páginas do jornal, por exemplo, sua organização em seções, rubricas ou sub-rubricas); a composição textual interna (referente à organização do texto em partes e a articulação entre elas); a fraseologia (correspondente à repetição de certas

²⁴⁸ Charaudeau faz uma distinção entre *sujeito comunicante* e *sujeito enunciador*. O primeiro participaria do *círculo externo* do ato comunicativo, enquanto o segundo apareceria no próprio texto, integrado ao *círculo interno*. Cf. Charaudeau (1983: 46).

²⁴⁹ Para detalhes sobre estes modos de organização do discurso, ver: Charaudeau (1992: 633-835).

²⁵⁰ Esta classificação depende do engajamento do sujeito em determinado ato produzido. No *alocutivo*, o locutor implica o interlocutor no seu ato de enunciação e lhe impõe o conteúdo de sua proposta. No *elocutivo*, há uma total posição do sujeito em relação àquilo que é dito. Já no *delocutivo*, existe uma ausência explícita do sujeito e do interlocutor do ato de enunciação. Para detalhes, ver: Charaudeau (1992: cap. 14).

expressões mais ou menos fixas); a própria construção gramatical (recorrência de alguns tipos de construção; marcas lógicas; modalidades; anáforas).

No caso específico dos *outdoors* partidários que analisamos, observamos que, no nível situacional, o discurso político midiático permite que o *outdoor* partidário tenha um duplo objetivo: fazer com que o público conheça o candidato (pela colocação da fotografia ou do nome) de determinado partido e leve o eleitor a votar naquele partido. Em relação às coerções discursivas, aparecem normalmente alguns elementos de identificação deste tipo de subgênero: o símbolo do partido, a fotografia do candidato (em muitos casos), as cores do partido (*modos de semiotização*). Quanto às *coerções formais*, aparecem proposições curtas, verbos no imperativo, questões.

Apresentamos agora, de forma sumária, as principais características do *gênero situacional* segundo Charaudeau:

GÊNERO SITUACIONAL	
Coerções situacionais	<ul style="list-style-type: none"> - identidade dos interlocutores - lugar ocupado pelos interlocutores - finalidade - proposta - circunstâncias materiais
Coerções discursivas	<ul style="list-style-type: none"> - modos de organização do discurso - modos enunciativos - modos de tematização - modos de semiologização
Coerções formais	<ul style="list-style-type: none"> - paratexto - composição textual interna (organização em partes e articulação entre elas) - fraseologia (emprego de expressões fixas) - construção gramatical

A partir do levantamento da contribuição de Charaudeau, poderíamos estabelecer uma espécie de quadro comparativo²⁵¹ entre a sua abordagem teórica e as perspectivas de Bakhtin e Maingueneau.

²⁵¹ Convém mencionar que este quadro é aproximado, não existe uma equivalência perfeita entre os quadros teóricos dos vários autores.

Componentes do gênero para Bakhtin	Componentes do gênero para Maingueneau	Componentes do gênero para Charaudeau
Tema	- finalidade - estatuto dos parceiros - lugar e modo de realização - suporte material	- coerções situacionais
Estilo	_____	- coerções formais
Unidades composicionais	organização textual	- coerções discursivas

3.3.3. Perspectiva de Adam

Da mesma forma que procedemos à questão do gênero para Bakhtin, para Maingueneau ou Charaudeau, quando percorremos diversas obras comparando e confrontando conceitos, fá-lo-emos no diz respeito à noção para Adam.

Começamos por levantar aspectos importantes acerca do assunto, presentes em dois livros: de Adam. *Les textes: types et prototypes* de 1992, obra em que a questão do gênero foi mencionada, mas não detalhada e *Linguistique textuelle – des genres de discours aux textes*, de 1999, em que o autor apresenta realmente uma maior reflexão teórica sobre a questão. Em seguida, percorreremos ainda três artigos por ele redigidos em que aprofunda realmente a noção do gênero. O primeiro, publicado na *Revue belge de philologie et d’histoire*, intitulado “Genres, textes et discours: pour une reconception linguistique du concept de genre” de 1997. O segundo, de 2002, presente numa publicação sob direção de Michel Ballabriga, *Analyse des discours types et genres: communications et interprétation*, denominado “En finir avec les types de textes”, em que o autor apresenta um quadro teórico para a descrição dos constituintes do gênero. O terceiro, de 2004, publicado na revista *Langages*, nº 153, numa edição inteiramente dedicada ao estudo dos gêneros, com o título “Des genres à la généricité. L’exemple des contes (Perrault et les Grimm)”. Com esse levantamento, observaremos as recorrências e modificações teóricas relativas à concepção de gênero para o autor.

3.3.3.1. Concepção de gênero

Adam começa a traçar a definição dos gêneros do discurso, em sua publicação de 1992, quando afirma:

On peut parler de formations discursives religieuse, journalistique, politique ou littéraire, dans lesquelles sont produits des *genres du discours* religieux comme la prière, le sermon, l'hagiographie, la parable; des genres du discours journalistique comme le fait divers, le reportage, l'éditorial, la brève.

(ADAM, 2001⁴: 15)

Dessa forma, acredita na existência de espécies de *práticas sociais codificadas* (gêneros do discurso) as quais estão inseridas dentro de determinadas formações discursivas. Contudo, salienta que o seu estudo, nesta publicação – a de 1992 – concentrar-se-á no levantamento de seqüências prototípicas²⁵², observando a codificação lingüística da composição textual, embora, evidentemente, considere que esta não possa ser totalmente separada das condições sócio-históricas de produção dos enunciados – existem coerções discursivas que repercutem ao nível textual e local²⁵³. Com isso, corrobora a *idéia inovadora* para a época (dentro dos estudos lingüísticos) de que a LT não pode ser considerada autônoma em relação ao estudo das condições de produção, apenas ela tem como objeto de estudo o texto, o qual não pode ser pensado sem as condições externas que o influenciam. Na verdade, é a própria complexidade do objeto de análise – texto – que leva os analistas a fazer determinadas escolhas, centrando-se ou na *dimensão discursiva* dos fatos lingüísticos ou na sua *dimensão textual*, que visa a pensar a natureza composicional heterogênea do próprio texto. Adam,

²⁵² O objeto do seu estudo corresponde ao “passage d’une théorie des superstructures à une hypothèse sur la structure séquentielle des textes et sur les prototypes de schémas séquentiels de base”. Adam (2004⁴: 14).

²⁵³ A partir de Bakhtin, Adam (2004⁴: 20) parte do princípio que os enunciados não se encaixam aleatoriamente em um texto, ou seja, estão submetidos a diversas *coerções* que contribuem para que o texto esteja composto daquela forma. São elas:

- Coerções discursivas – dependentes das práticas discursivas determinadas historicamente e socialmente e das questões relativas ao próprio gênero. Limitações que seriam aquelas estudadas prioritariamente por Bakhtin.
- Coerções textuais – relacionadas aos planos de organização textual que produzem um fenômeno essencialmente heterogêneo.
- Coerções locais – condicionadas por questões morfosintáticas, lexicais e fonológicas da língua particular em que o texto se realiza.

Lembramos que a questão das coerções sofridas condicionadas pelo gênero é recorrente em Maingueneau (1986) e, mais recentemente, em Charaudeau (2001).

por sua vez, reconhece a existência destes dois universos complementares, mas prioriza **sempre** a dimensão textual.

Em publicações posteriores, a de 1997 e posteriormente a de 1999, Adam realmente aprofunda o estudo dos gêneros do discurso e afirma que eles apresentam determinadas regularidades que podem ser observadas dentro da prática sócio-discursiva em que se inserem.

Convém mencionar que, em relação à diversidade/normatividade dos gêneros, defende a tese de que estes são de uma diversidade infinita, transformando-se e tornando-se mais complexos à medida que as formações discursivas evoluem. Contudo, apresentam também, além deste aspecto variável, outro normativo, que lhes dá certa estabilidade. Acerca dessa questão, Adam acrescenta que existem dois princípios reguladores dos gêneros, sendo estes complementares: o *centrípeto*, voltado para o passado, para a repetição e estruturado por regras (núcleo normativo) e o *centrífugo*, voltado para o futuro e para a inovação, centrado na variação – cf. Adam (1999: 90). Assim, segundo Adam: “l’existence, l’évolution et la contestation des normes font donc partie de la définition même des genres et de leur reconnaissance”. Adam (1999: 91).

3.3.3.2. Componentes do gênero

Em estudo de 2001²⁵⁴, Adam pontua, de forma mais organizada e definitiva, os constituintes do gênero, sendo que até então²⁵⁵ os mostrava principalmente de forma esquemática e com algumas variações. Listamos e descrevemos, no esquema a seguir, os oito componentes, muitos dos quais serão por nós recuperados no quadro de análise dos gêneros:

²⁵⁴ Existe, ainda, um estudo mais atualizado sobre a questão, em que o autor, percorrendo as diversas reescrituras dos contos *Perrault* e *os Grimm* ao longo dos séculos, desloca a problemática dos gêneros para os conceitos de *universo genérico* e de *efeitos do universo genérico*. Para mais detalhes, ver: Adam (2004c).

²⁵⁵ Ver publicações anteriores. Nomeadamente a de 1992 (sendo que a nossa edição é a de 2001) e a de 1999.

GÊNEROS DO DISCURSO	
Componentes ²⁵⁶	Descrição dos Componentes
Componente semântico	vericondicionalidade/ficcionalidade base temática
Componente enunciativo	grau de tomada de posição em relação aos enunciados, identidade e implicação dos co-enunciadores (<i>ethos</i> e <i>pathos</i>)
Componente pragmático ²⁵⁷	finalidades, sub-finalidades e intenções comunicativas.
Componente estilístico e fraseológico	textura micro-lingüística
Componente composicional	planos de texto, seqüências, relações entre texto e imagem em determinadas formas textuais plurissemióticas
Componente material	suporte, comprimento, colocação na página e tipo de tipografia
Componente peritextual	fronteiras do texto
Componente metatextual	discurso sobre o gênero característica da formação sócio-discursiva de um lado e por outro lado teorias desenvolvidas sobre o gênero em questão

Adaptado de (ADAM, 2001b: 40, 41)

3.3.4. Perspectiva de Bronckart

No intuito de desenvolver questões relativas ao gênero pontuadas por Bronckart, dentro da ISD, detivemo-nos, sobretudo, em suas publicações de 1997/1999²⁵⁸, 2004 e 2005. Seu trabalho anterior, o de 1985, em colaboração com Bain & Schneuwly e Davaud & Pasquier, será mencionado em 3.4.4.2., quando detalharmos os tipos de discurso pontuados por ele definidos.

²⁵⁶ O termo “composante”, traduzido em português como “componente”, aparece em Maingueneau (2002b) no masculino; já em Adam (2001), no feminino. Em português, traduzi-lo-emos sempre no masculino.

²⁵⁷ Como afirmamos anteriormente, acreditamos na hipótese de que o princípio dialógico permeia todos os gêneros. Princípio defendido recentemente por Adam (2004c). Inclusive, quando Adam compara os seus estudos aos efetuados por Bakhtin, o primeiro teórico afirma que para que o princípio dialógico seja realmente respeitado devem ser acrescentados aos aspectos: tema, estilo, unidades composicionais, o nível enunciativo e pragmático.

²⁵⁸ Faremos uso nessa tese tanto da versão original datada de 1997, quanto da tradução brasileira de 1999, *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*, efetuada pelos Profs. Drs. Anna Rachel Machado e Pérciles Cunha.

3.3.4.1. Concepção de *gênero*

Para Bronckart, os gêneros correspondem a espécies de formas comunicativas presentes numa *espécie de nebulosa*²⁵⁹. Nesta, se encontram gêneros estabilizados ou ainda textos sem classificação específica. Estes gêneros ou modelos de textos, elaborados por gerações anteriores, estão sincronicamente disponíveis para serem (re)utilizados sob forma de instrumentos e modelos, dentro do um *arquitrato*²⁶⁰.

Sublinhemos que, para Bronckart, todo gênero só pode ser materializado a partir do texto que o realiza. Assim, um agente produtor, ao produzir determinado texto, recorre tanto a modelos já disponíveis no *arquitrato* (*processo de adoção*), quanto os adapta em função das suas representações acerca do contexto de produção e do conhecimento que tem em relação aos diferentes gêneros (*processo de adaptação*). Há de ressaltar que o gênero apresentará, além de aspectos previsíveis para o próprio gênero, propriedades singulares e um estilo individualizado.

Convém salientar que Bronckart opta pela utilização da expressão *gênero de texto*²⁶¹ a *gênero do discurso/gêneros de discursos* – utilizadas por Bakhtin ou Adam, respectivamente. Tal opção teórico-terminológica tem consequências metodológicas claras. Como afirma o autor:

[...] certains auteurs, dont Adam en particulier (1999, pp. 81 et *sqq.*) transforment délibérément la notion bakhitinienne de “genres du discours” en “genres de discours”, pour désigner ce faisant les diverses sortes de textes attestables. Ce déplacement nous paraît contestable pour deux raisons:
- il revient à annuler la distinction de niveau ou d’ordre que le programme méthodologique de Voloshinov posait entre l’agir langagier (ou discours) et le texte;
- il conduit en conséquence à poser de facto une relation de correspondance biunivoque entre sortes de discours-activités et sortes de textes, ce qui est contredit par les faits.

²⁵⁹ O que Bronckart denomina *nebulosa* poderia ser considerado para Maingueneau como *interdiscursos*.

²⁶⁰ O termo *arquitrato*, considerado como uma espécie de memória textual, foi introduzido por Bronckart em 2004. Anteriormente, essa *memória textual* era denominada *intertexto*, como vimos.

²⁶¹ É esta também a opção de Rastier, que define o *gênero* como “le lien entre le texte et le discours, mais aussi entre le texte et la situation, tels qu’ils sont unis dans une pratique”. Rastier (2001a: 263).

[...] Nous réservons la notion de “genre” aux seuls textes (“genres de textes”) et que nous proposons d’utiliser, pour les autres niveaux, les formules “sortes d’activités générales” et “sortes de discours” (ou “sortes d’activités langagières”).
(BRONCKART, 2004b: 102)

É pertinente lembrar que, para Bronckart, como afirmamos na introdução, *os textos são unidades comunicacionais* interativas cujas propriedades (em que se insere a materialização lingüística) dependem da situação de interação em que são produzidos e também das condições histórico-sociais em que são elaborados. E esses textos são distribuídos em diversos gêneros socialmente indexados e, dependendo do contexto em que circulam, reconhecíveis pelos interlocutores.

Todavia, como os gêneros não apresentam uma classificação estável, o autor propõe a existência de segmentos por ele denominados *discursos*, que apresentam uma forte regularidade lingüística, podendo, portanto, ser tipificados.

3.3.4.2. Componentes do gênero

Para Bronckart, a *arquitetura de um texto*, através do qual um gênero é materializável, é vista como um folhado. Este apresenta, num *nível mais profundo* que denomina *infra-estrutura*. Desta, fazem parte: o plano de texto; os tipos de discurso; as modalidades de articulação entre tipos de discurso; as seqüências e outras formas de organização do conteúdo temático²⁶² (a *esquematização*, representando a forma mínima da ordem do EXPOR e o *script*, a forma mínima da ordem do NARRAR). Num *nível intermediário*, teríamos os mecanismos de textualização (conexão, coesão nominal e verbal) e, num *nível mais externo*, os mecanismos enunciativos (distribuição de vozes e marcação de modalizações).

Nas nossas análises, faremos menção prioritariamente à noção de seqüências e de *tipos de discurso*. Como as primeiras já foram detalhadas quando trabalhamos com Adam, não

²⁶² O conteúdo temático ou referente de um texto diz respeito ao conjunto de informações textualmente apresentadas através “das unidades declarativas da língua natural utilizada”. Um texto pode abordar temas relativos ao mundo físico, social ou apresentar um caráter subjetivo. Cf. Bronckart (1999: 97).

pretendemos repetir as definições. No entanto, vale ressaltar duas diferenças marcantes na abordagem teórica dos dois autores. Como já citamos, para Bronckart a seqüência é uma unidade interativa com dimensões práticas e históricas e, por conseguinte, não é um modelo pré-construído como pontua Adam. Ademais, para Bronckart existem seis tipos de seqüência (narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa, dialogal e injuntiva²⁶³). Quanto aos *tipos de discurso*, são configurados a partir de unidades lingüísticas intimamente relacionadas tanto aos mundos ou planos de enunciação²⁶⁴, quanto às operações psicológicas em que se baseiam. Assim, começaremos por detalhar os mundos discursivos e em seguida os *tipos de discurso* a eles relacionados, apresentando concomitantemente as unidades lingüísticas a eles relacionadas.

Mundos discursivos

A atividade de linguagem, de natureza semiótica, baseia-se na criação de mundos virtuais que, por convenção, são denominados *mundos discursivos* por Bronckart. Estes são definidos como:

[...] sistemas de coordenadas formais que, de um lado, são radicalmente “outros” em relação aos sistemas de coordenadas dos mundos representados em que se desenvolvem as ações de agentes humanos, mas que, de outro, devem mostrar o tipo de relação que mantêm com esses mundos da atividade humana.

(BRONCKART, 1999: 151)

Ainda, os mundos discursivos se constroem baseados em dois subconjuntos de operações: *de disjunção* e *de conjunção*. Além disso, as operações de explicitação da relação com os

²⁶³ A seqüência injuntiva tinha sido estudada individualmente por Adam (1992). Mas, em obra de 1999, foi integrada à seqüência descritiva.

²⁶⁴ Na verdade, Bronckart apresenta diversas influências. Primeiramente, de estudos efetuados por Benveniste (1966) acerca dos tempos verbais em língua francesa. Para o último autor, estes se distribuíam em dois sistemas distintos e complementares que correspondiam a dois planos de enunciações diferentes: o *plano da história* e o do *discurso*. Em segundo lugar, do estudo de Weinrich (1973) sobre tempos verbais. Este último autor estabeleceu uma distinção entre *tempos do comentário* e da *narração*. Finalmente, Bronckart mostra ter sido influenciado pelo estudo de Simonin-Grumbach (1975), que tentou identificar o conjunto de unidades discriminativas dos *mundos ou planos enunciativos*, denominados *tipos de discurso*, baseando-se no sistema notional de Culioli.

parâmetros da ação da linguagem em curso também podem ser descritas em termos de uma oposição binária: *relação de implicação* e *de autonomia*. A seguir, apresentamos de forma esquemática, as quatro operações:

Relação entre as coordenadas que organizam o conteúdo temático de um texto e as coordenadas do mundo normal	
Relação de <i>disjunção</i>	Relação de <i>conjunção</i>
A organização das representações mobilizadas, ou conteúdos depende de uma origem espacio-temporal que especifica o tipo de disjunção operada; trata-se, neste caso de <i>contar</i> os fatos.	Na ausência de uma origem explícita, as representações mobilizadas organizam-se em função das coordenadas de mundo em que decorre a ação (ou mundo normal); trata-se neste caso de mostrar ou <i>expor</i> os fatos.
Relação entre as instâncias de agentividade (personagens, grupos, instituições, etc.) com a respectiva inscrição espacio-temporal e os parâmetros físicos da ação (agente produtor, interlocutor, espaço e tempo de produção):	
Relação de <i>implicação</i>	Relação de <i>autonomia</i>
Se, através de ocorrências dêiticas, o texto mobiliza ou implica os parâmetros físicos (necessitando assim a interpretação a partir do acesso às condições de produção)	Se, na ausência de qualquer explicitação, as instâncias de agentividade permanecem independentes dos parâmetros físicos da ação (não sendo necessário, para a interpretação, o conhecimento das condições de produção).

Adaptado de (COUTINHO, 2003: 113) a partir de Bronckart (1997)

Esses quatro mundos discursivos podem ser conjugados sob dois pontos de vista diversos: um relativo a operações psicológicas que lhes são subjacentes, independentes das características particulares de cada língua, são os *arquétipos psicológicos*, entendidos como entidades abstratas; outro relacionado a *tipos lingüísticos* (correspondendo a *tipos de discurso*) que apresentam uma estabilidade verificada a partir da recorrência de algumas unidades lingüísticas.

Apresentamos primeiramente, de forma sumária, os quatro mundos discursivos e os seus arquétipos correspondentes. Em seguida, procuraremos apresentar, segundo o autor, a descrição dos tipos de discurso que poderão ser trabalhados nas nossas análises, a saber: o *discurso interativo*, o *discurso teórico*, o *relato interativo* e *narração*. Todavia, é importante ressaltar que a descrição se baseará em aspectos relacionados à língua francesa, necessitando, assim, de alguma adaptação quando transpostos para o português.

		Coordenadas gerais dos mundos	
		Conjunção	Disjunção
		EXPOR	CONTAR
Relação com o ato de produção	Implicação	<i>Discurso interativo</i>	<i>Relato interativo</i>
	Autonomia	<i>Discurso teórico</i>	<i>Narração</i>

Reproduzido de (COUTINHO, 2003: 114) a partir de Bronckart (1997)

Tipos de Discurso

DISCURSO TEÓRICO²⁶⁵
Caráter monologado e escrito
Traduz-se em particular pela ausência de frases não declarativas
Marcas que atestam as relações de conjunção e autonomia
<ul style="list-style-type: none"> ■ Dominância das formas do presente e ausência quase total de formas do futuro. ■ Presente e <i>passé composé</i> com valor genérico (ao contrário do discurso interativo, em que apresentam normalmente valor dêitico). ■ Ausência de unidades – como os deícticos espaciais e temporais – que reenviem para os parâmetros do contexto de produção (agentes, espaço, tempo). ■ Ausência de nomes próprios e de pronomes de 1ª e 2ª pessoas do singular (com valor claramente exofórico). A ocorrência de formas de 2ª pessoa do plural e de “on” não reenvia para os protagonistas concretos, mas para pólos inerentes a qualquer interação verbal.
Presença de múltiplos organizadores com função lógico-argumentativa
Exemplos: “comme d’autre part”; “en effet”, “et tout d’abord”, “mais”.
Processos metatextuais, intratextuais e intertextuais
<ul style="list-style-type: none"> ■ Os processos metatextuais, apresentados como estratégias de evidenciação de certos segmentos do texto, são exemplificados com expressões assinaladas com aspas e reformulações parentetizadas. ■ Os processos intratextuais e intertextuais correspondem a reenvios para outras partes do texto (por exemplo, através de asteriscos que reenviam para outras definições, no mesmo dicionário) ou para o intertexto científico (exemplificados com anotações explícitas de obras/capítulos de referência).
Outras características
<ul style="list-style-type: none"> ■ Elevada frequência de anáforas (pronominais e nominais) bem como de processos de construção de referência intratextual. ■ Presença de numerosas frases passivas (frequentemente passivas truncadas) ■ Densidade verbal muito fraca (0,09 verbo por palavra) e, correlativamente, uma densidade sintagmática extremamente elevada (de acordo com as análises de <i>FdD</i>²⁶⁶, 1, 325 determinantes locais por núcleo).

Reproduzido de (COUTINHO, 2003: 115) a partir de Bronckart (1997: 172-175)

²⁶⁵ Este tipo de discurso é verificado quando fazemos a varredura dos *outdoors* políticos.

²⁶⁶ Abreviatura da obra de Bronckart *et al.* de 1985: *Le fonctionnement des discours. Un modèle psychologique et une méthode d’analyse*.

RELATO INTERATIVO
Caráter monologado (podendo até ser dialogado) / escrito
Traduz-se em particular pela ausência de frases não declarativas
Marcas que atestam as relações de disjunção e implicação
■ Dominância de um subsistema de tempos dos verbos (os tempos da história de Benveniste) ou ainda dos tempos narrativos analisados por Weinrich. Esse sistema é composto basicamente por dois tempos dominantes: pretérito perfeito ²⁶⁷ e o imperfeito. A estes estão associados formas do mais-que-perfeito, do futuro simples ou ainda do futuro do pretérito ²⁶⁸ .
■ Presença de organizadores temporais (advérbios, sintagmas preposicionais, coordenativos, subordinativos, etc) que caracterizam o NARRAR, desenvolvido a partir de marcadores de origem espaço-temporal, explícitos ou não.
■ Presença de pronomes e adjetivos de primeira e segunda pessoa do singular e do plural, que remetem diretamente aos protagonistas da interação verbal em cujo quadro o relato se desenvolveu.
Outras características
■ Presença dominante de anáforas pronominais, às vezes associadas às nominais.
■ Densidade verbal semelhante a do discurso interativo e, correlativamente, uma densidade sintagmática mais baixa (aproximadamente 0,162 verbo por palavra) e, correlativamente, uma densidade sintagmática mais baixa.

Adaptado de (BRONCKART, 1999: 175, 176)

DISCURSO INTERATIVO
Caráter dialogado/monologado e escrito/oral
Traduz-se em particular pela presença de numerosas falas não declarativas
Marcas que atestam as relações de conjunção e implicação
■ Dominância das formas do presente e pretérito perfeito e ainda uma forma do futuro perifrástico com <i>ir mais infinitivo</i> . Este subsistema de tempos dos verbos está relacionado com os tempos do <i>plano do discurso</i> de Benveniste.
■ Presença de unidades que remetem ou a objetos acessíveis aos interactantes ou ao espaço ou ao tempo de interação (ostensivos, dêiticos espaciais e temporais).
■ Presença de nomes próprios, assim como de verbos, pronomes e adjetivos de primeira e segunda pessoa do singular e do plural, que remetem diretamente aos protagonistas da interação verbal e que têm, por isso, um valor exofórico.
■ Presença do pronome "on" ²⁶⁹ , funcionando como pronome de primeira pessoa do singular ou do plural.
Outras características
■ Presença de anáforas pronominais, por oposição às anáforas nominais
■ Presença de auxiliares de modo, assim como auxiliares com valor pragmático como "querer", "dever", "ser preciso".
■ Presença de uma densidade verbal elevada (de acordo com as análises de <i>FdD</i> , 0,51 verbo por palavra, para o francês e, correlativamente, uma densidade sintagmática muito baixa (de acordo com as análises de <i>FdD</i> , 0,219 determinante lexicais por nome núcleo, para o francês).

Adaptado de (BRONCKART, 1999: 167-170)

²⁶⁷ O "passé composé" em francês.

²⁶⁸ O "conditionnel" em francês.

²⁶⁹ Este pronome pode ter dois sentidos em língua portuguesa: "a gente", ou ainda como "se" enquanto índice de indeterminação do sujeito.

NARRAÇÃO
Caráter monologado e geralmente escrito
Traduz-se em particular pela presença de frases declarativas
Marcas que atestam as relações de disjunção e de autonomia
<ul style="list-style-type: none"> ■ Dominância dos tempos da história ou dos tempos narrativos: o pretérito perfeito e o imperfeito. A estes tempos são acrescidas as formas que marcam um desnível temporal: o mais-que-perfeito composto e o mais-que-perfeito simples. Ainda, podem existir verbos no futuro do pretérito e formas complexas (auxiliar no imperfeito + infinitivo). ■ Como no relato interativo, existe a presença de organizadores temporais (advérbios, sintagmas preposicionais, cordenativos, subordinativos, etc.) que decompõem o NARRAR que se desenvolve, a partir da origem espaço-temporal, sendo ela explícita ou não. ■ Ausência de pronomes e adjetivos de primeira e de segunda pessoa do singular e do plural, que remetem diretamente ou ao agente produtor do texto ou a seus destinatários.
Outras características
<ul style="list-style-type: none"> ■ Presença conjunta de anáforas pronominais e nominais, sendo que as últimas se apresentam, normalmente, como uma retomada do sintagma antecedente, por substituição lexical. ■ Densidade verbal a meio caminho entre o discurso interativo e o teórico (aproximadamente 0,132 verbo por palavra) e densidade sintagmática média (de acordo com as análises de <i>FdD</i>, 0,559 determinante lexical por nome-núcleo).

Adaptado de (BRONCKART, 1999: 177-179)

3.4. Um ponto sobre a questão

Ressaltemos que esse percurso teórico sobre o gênero, em diversas abordagens teóricas, foi importante porque, como veremos no próximo capítulo, forneceu subsídios importantes para a construção do *quadro de análise dos gêneros* com os quais trabalhávamos. No entanto, há que reconhecer que algumas questões merecem ser consideradas.

Primeiramente, os vários autores pesquisados se concentraram numa perspectiva de gênero ainda compartimentada: ou baseada em aspectos discursivos (situacionais), como Maingueneau e Charaudeau; ou em questões lingüístico-textuais (Adam). Não procuraram, assim, lidar com a complexidade do objeto *gênero de texto* que deve conciliar aspectos situacionais e lingüístico-textuais. Inclusive, essa visão compartimentada das Ciências Sociais é criticada por Bronckart (2004a: 114), como colocamos na introdução.

Dessa forma, todos os autores, embora apregoem uma lealdade às teorias bakhtinianas, não foram totalmente fiéis àquilo que Bakhtin ressaltara em *Marxismo e filosofia da linguagem*: “o signo reflete e refrata a realidade em transformação” – Bakhtin (1997⁷). Assim, esse movimento *de mão-dupla* em relação ao signo (podendo ser transposto ao universo textual), ressaltado pelo autor, não foi realmente observado nas diversas abordagens teóricas. Ao mesmo tempo que existem coerções externas que impõem limitações ao nível da materialização lingüística, esta última também refrata aspectos externos relativos ao gênero. Ou seja, as primeiras coíbem a segunda; e a segunda, por sua vez, é coibida pelas primeiras, numa relação biunívoca. Todavia, essa *dinamicidade dialógica* ²⁷⁰ entre os dois planos que caracteriza o texto, nas diversas práticas sociais, não é, de fato, aplicada em nenhuma das abordagens teóricas visitadas. Para nós, ao lidar com textos empíricos, temos de considerar que os elementos situacionais são inerentes à própria materialização lingüística. Dessa forma, um dos objetivos dessa pesquisa é conciliar o plano da materialização textual com o plano situacional, quando da constituição do nosso instrumento de análise para o estudo dos gêneros.

Há que apontar ainda que não observamos, nas abordagens teóricas, um outro tipo de *dialogismo*: o existente entre os diversos elementos que compõem o plano da materialização textual. Nós, embora nos centremos em componentes que estão diretamente relacionados à problemática da argumentação, objeto principal desta nossa pesquisa, teremos que resgatar também essa inter-relação dinâmica ao nível textual.

No próximo capítulo, em que apresentaremos as definições dos conceitos que serão verdadeiramente utilizadas na nossa tese, perceberemos de que forma os diversos planos constitutivos de um texto empírico inserido em um gênero interagem. Será prioritariamente

²⁷⁰ Rodrigues faz uma distinção entre *dialogal* e *dialógico* que nos parece interessante. O primeiro diz respeito à “interlocução com alternância da palavra entre diferentes interlocutores”. O segundo, à “interlocução enquanto processo que leva um locutor a tomar a seu cargo a palavra de outrem, quer para se identificar com ela, quer para se demarcar dela”- Rodrigues (2001: 185). Para nós, o *dialógico* é muito mais complexo e lida, também, com as inter-relações que possam ser estabelecidas entre os elementos contextuais e textuais; entre os diversos elementos textuais entre si. Todos esses aspectos interagem *dialogicamente* e numa *relação dinâmica*. Com isso, o *dialógico* se aproxima do que Brait denomina *dialogicidade*, cf. Brait (2005: 98).

esse *dialogismo* dinâmico, em especial relativo à argumentação, que buscaremos descrever neste trabalho.

Contudo, seguindo a mesma linha metodológica que vem permeando esta pesquisa, procuraremos fazer um pequeno histórico para resgatar aspectos que podem vir a ser importantes na definição de alguns componentes por nós selecionados para a análise dos gêneros, de forma a criar subsídios para a criação do nosso modelo de análise.

4. Modelo de análise em construção

4.1. Introdução

Neste capítulo, como mencionamos no final do anterior, tentaremos criar subsídios para construir o nosso *modelo de análise dos gêneros*. Depois de fazer todo um percurso teórico, nos **capítulos 2 e 3**, optaremos, no item **4.2.**, por uma formulação conceptual das categorias “gênero” e “texto” e, nos itens **4.2.1.** e **4.2.2.**, vamos desenvolvê-las separadamente. Inclusive, ressaltaremos alguns aspectos relativos à acepção de “texto” que foram introduzidos no **capítulo 1**.

No item **4.3.**, selecionaremos alguns *componentes*. De um lado, temos alguns que são considerados externos por estarem relacionados a aspectos contextuais. São eles: os *arquitextuais*, os *intertextuais*, os *metadiscursivos*, os *discursivos*, os *peritextuais*, os *situacionais*. Do outro, temos os relativos à materialização textual. Estes são os internos e podem ser classificados em três níveis: o *organizacional*, o *estilístico* e o *enunciativo*.

No intuito de procedermos a uma definição desses elementos, pertencentes tanto à *vertente externa* quanto à *interna*, procuramos, primeiramente, observar como eles foram definidos pelos vários autores e, depois, pontuamos como essas categorias serão por nós trabalhadas.

No caso específico dos *componentes internos* – que serão analisados mais detalhadamente neste trabalho, centrado numa perspectiva textual – tivemos mais dificuldades de defini-los. Com isso, neste capítulo, mostramos todo o trabalho de pesquisa que fizemos, de forma a definir conceitos que atendessem ao nosso objetivo: o *estudo da argumentação em gêneros persuasivos*. E deixaremos para apresentar as nossas definições dos *componentes internos*, propriamente ditas, no próximo capítulo.

4.2. As categorias *gênero* e *texto*.

A partir dos conceitos teóricos desenvolvidos na introdução e no **capítulo 3**, buscaremos a aceção que as categorias *gênero* e *texto* terão neste nosso trabalho, retomando alguns aspectos já colocados, mas enriquecendo-os com outros elementos que foram suscitados pelo levantamento dos *corpora*.

4.2.1. A categoria *gênero*

Após termos visitado algumas perspectivas teóricas que abordaram a problemática do gênero, reiteramos que os *gêneros são práticas sócio-discursivamente definidas* com um caráter institucional relativo e certo grau de ritualização. Importa ressaltar que não são modelos rígidos, mas *entidades dinâmicas* que sofrem interferências sociais, históricas, culturais. Há que deixar claro que esses formatos são objetos abstratos e poderão ser estudados, somente, a partir dos textos que circulam e que correspondem a uma espécie de *imagem especular* desses gêneros. Lembremos que, na sociedade em que vivemos, todas as manifestações sociais que fazem uso da língua circulam através de textos que não são, na concepção bakhtiniana, enunciados isolados, mas elementos lingüísticos e não-lingüísticos (lidamos com o texto em uma aceção ampla, como veremos) situados institucionalmente, historicamente. Com isso, *o plano textual reflete e refrata aspectos de ordem social*. E esse *plano textual – objeto realmente observável – contém intrinsecamente elementos contextuais vários*.

Acrescentemos que o gênero apresenta também o seu lado cognitivo. Como afirmava Bakhtin (1997²: 302), e mencionamos anteriormente, seria impossível que um indivíduo, ao criar um texto, tivesse que fazer algo totalmente novo. O indivíduo, ao produzir um texto, acessa o seu repertório de modelos de textos – o *arquitexto* para Bronckart (2004b, 2005)²⁷¹. Este arquitexto pode ser acessado e atualizado a todo momento.

²⁷¹ Cf. 3.3.4..

Lembremos que o agente produtor²⁷² tem, em sua memória discursiva, um acervo de formatos de texto, sendo que um deles é selecionado em função de uma determinada prática discursiva e de uma finalidade específica. Como o gênero de texto é regido por dois princípios, um de *adoção* e outro de *adaptação*. O agente produtor, no processo de produção, *adota* um dos modelos pré-existentes em sua memória e o *adapta*, em função das várias circunstâncias situacionais, históricas, sociais – cf. Bronckart (1999). Sublinhemos que alguns gêneros, menos instituídos, de acordo com Maingueneau (2004a, 2005), seriam mais permeáveis à adaptação do que outros.

Dado o caráter dinâmico, social, interativo da categoria *gênero*, o seu estudo deve lidar com toda essa complexidade, evitando reducionismos de vários tipos, como menciona Maingueneau:

On s'accorde aujourd'hui à penser que la *notion de genre* joue un rôle central dans une analyse du discours qui vise à ne pas *considérer les lieux indépendamment des paroles qu'ils autorisent (réduction sociologique)*, ni les *paroles indépendamment des lieux dont elles sont partie prenante (réduction linguistique)*.

(MAINGUENEAU, 2004a: 107) – grifo nosso

Frente a essa questão, ao trabalharmos com a categoria *gênero*, não podemos centrar-nos principalmente em aspectos sociais, históricos em detrimento da materialidade textual, o que acarretaria uma redução sociológica da análise. Ou ainda, determo-nos preferencialmente em estudos que se voltem, exclusivamente, para a materialidade textual, não a integrando no contexto social, o que representaria uma redução de ordem lingüístico-textual. Teremos que lidar com a complexidade da categoria, inter-relacionando a dimensão social à verbal e à paraverbal²⁷³ ou vice-versa.

²⁷² Ressaltamos, aqui, o processo de produção, contudo o mesmo se passa no processo de decodificação (ponto de vista que, na verdade, adotamos enquanto analistas de texto). Embora os processos não sejam completamente idênticos – no processo de decodificação não se consegue reproduzir, sem nenhuma distorção, a intenção do produtor do texto –, consideramo-los muito próximos.

²⁷³ Estes elementos paraverbais são a fotografia, as cores, os símbolos, a tipografia que devem ser analisados conjuntamente com os elementos verbais com os quais interagem, como foi colocado anteriormente.

Dessa forma, a categoria *gênero* consegue, devido ao seu lado social, dinâmico, interativo, *integrar aspectos de diversas ordens a questões textuais*. Justificamos, assim, a sua relevância nas diversas perspectivas teóricas visitadas que, seguindo preceitos bakhtinianos, procuram estudar as manifestações verbais em várias atividades socialmente organizadas.

Ressaltada a importância do gênero enquanto objeto de análise, como realmente podemos estudá-lo, uma vez que se trata de uma categoria abstrata, como mencionamos anteriormente? Já dissemos que será pelo texto, que corresponde à sua *imagem especular*, objeto a que, de fato, temos acesso, que poderemos tentar descrever o próprio gênero. Mas qual será, claramente, o sentido que o termo *texto* assumiria no corpo deste trabalho? Trabalharíamos com uma noção preconizada por algumas abordagens teóricas²⁷⁴, em que o *texto* é considerado um objeto abstrato e corresponderia a uma “séquence bien formée de phrases liées qui progressent vers une fin” – Slakta (1985: 138) –, lidando com questões estritamente lingüísticas, ou ampliaríamos essa noção para lidar também com questões situacionais, sociais?

4.2.2. A categoria *texto*

A espécie humana é a única que apresenta um *agir* verbal²⁷⁵ que mobiliza signos organizados em textos. Para Bronckart (1999), esse *agir* corresponde ao *agir de linguagem* e está diretamente relacionado tanto ao coletivo – *atividades de linguagem*²⁷⁶ cujas propriedades variam de acordo com as diversas formações sociais em que estão inseridas –, quanto ao individual e irrepetível – *ação de linguagem*²⁷⁷ –, que diz respeito às escolhas feitas por determinado agente ou autor dentro de um universo de modelos de organização

²⁷⁴ Nomeadamente a *LT* é baseada nas perspectivas das gramáticas de texto. Para estudos mais aprofundados, ver: Slakta (1985), Werlich (1975) e Adam (2001⁴).

²⁷⁵ O autor faz menção também à existência de um *agir não-verbal*, denominado *agir geral*.

²⁷⁶ Esse termo assume, de acordo com o teórico, várias denominações: tipos de discurso - Maingueneau (1998); formação sócio-discursiva - Adam (1999), como já dissemos na introdução.

²⁷⁷ Convém mencionar que, no interacionismo sócio-discursivo, abordagem teórica em que Bronckart se situa, a *ação de linguagem* pode corresponder a textos empíricos variados. Ela tem uma vertente sociológica e psicológica, aspectos que não serão por nós detalhados por fugirem ao nosso objeto de estudo. O que realmente interessa à produção é a situação da *ação de linguagem* (que corresponde a um conjunto de representações sociais que podem influenciar na produção).

textual disponíveis dentro de determinada língua. E é a esta produção textual que Bronckart denomina texto empírico, sendo que este objeto está inserido em um gênero:

Todo texto empírico é o produto de uma *ação de linguagem*, é sua contraparte, seu correspondente verbal ou semiótico; todo texto empírico é realizado por meio de *empréstimo de um gênero* e, portanto, sempre pertence a um gênero; entretanto, todo texto empírico também procede de uma adaptação do gênero-modelo aos valores atribuídos pelo agente à sua situação de ação e, daí, além de apresentar as características comuns ao gênero, também apresenta propriedades singulares, que definem seu *estilo* particular.

(BRONCKART, 1999: 108)

À semelhança de Bronckart, consideramos os *textos* objetos *empíricos* que seguem, com maior ou menor variabilidade, formatos de gêneros existentes numa espécie de ‘reservatório mental’ ou memória discursiva de que dispomos, enquanto seres que fazem uso da linguagem nos diversos setores sociais. Dessa forma, os *textos empíricos* estão situados historicamente e são *unidades comunicacionais*, como pontua Bronckart (2004a) e que mencionamos na introdução, oriundas de processos interativos que circulam de diversas formas nas esferas sociais/nos discursos/nas atividades de linguagem, nas modalidades oral e/ou escrita. E esses *textos*, considerados como *empíricos*, representam, *concretamente* o gênero, enquanto objeto abstrato.

Da mesma maneira que o gênero está envolto por uma complexidade de aspectos – lingüísticos, históricos, sócio-interacionais, materiais –, os *textos empíricos* que dizem respeito à materialização do mesmo, devem, por sua vez, concretizar toda essa complexidade.

No caso específico dos nossos *corpora*, é importante enfatizar que trabalhamos com gêneros plurissemióticos em que o *texto* assume outra dimensão: ele engloba não apenas a materialidade lingüística, mas também recursos não-verbais que estão a ela associados, sendo que todos esses elementos estão em interação com aspectos de ordem social.

Estando atentos à complexidade que o termo *texto* assume nesta tese, ao trabalhar com os *corpora*, devemos lidar tanto com aspectos de ordem social/situacional, quanto com

questões de ordem material. Ademais, como lidamos com gêneros plurissemióticos, como o *outdoor* partidário, temos de analisar elementos gráficos, cromáticos, icônicos²⁷⁸, que interagem com a materialidade lingüística e integram a cena de enunciação do texto empírico.

Dessa forma, podemos pensar que qualquer *texto* – que será sempre um *texto empírico* – apresenta duas vertentes que lhe são constitutivas, uma de que fazem parte os *componentes externos* (contextuais) ou *vertente externa* e outra, os *internos* (a própria materialidade textual) ou *vertente interna*, sendo que ambos estão em constante interação.

Os primeiros dizem respeito às várias coerções externas que interagem na materialização textual. Estes são de ordem *arquitectural*, *intertextual*, *metatextual*, *discursiva*, *peritextual* e *situacional* e serão por nós definidos, ainda neste capítulo, no item **4.3.1.**

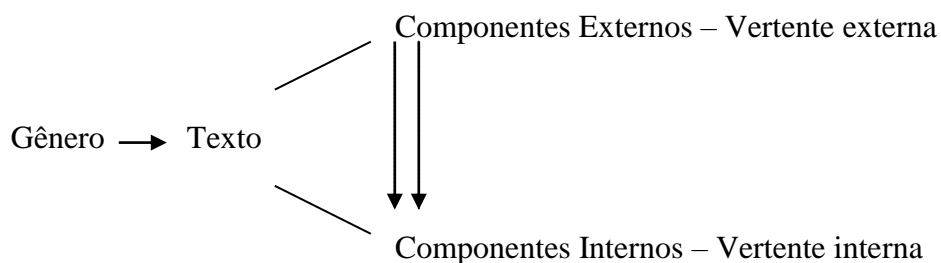
Os segundos correspondem ao formato textual, ou seja, ao trabalho de organização micro e macro-lingüística que, dependendo do gênero, assume características diferentes. Como analisamos gêneros plurissemióticos, existirão, além dos elementos verbais, elementos paraverbais que participarão dessa organização. Os componentes internos são os *organizacionais* (que englobam os composicionais e semânticos de Adam (2001b)); os *estilísticos* e os *enunciativos* – que denominamos *ampliados*²⁷⁹.

O esquema a seguir tenta reproduzir o que foi exposto²⁸⁰:

²⁷⁸ Para Peirce (1974), o signo pode ser classificado de acordo com as relações com o referente. É um *ícone* quando tem alguma relação de semelhança ou analogia com o referente. É um *índice* quando mantém uma relação direta com o referente. É um *símbolo* quando a relação com o referente é arbitrária. Contudo, para efeito de análise, consideraremos apenas a denominação de *signos icônicos* (englobando todas as tipologias para o signo apontadas) e *signos plásticos* para designar aspectos como a tipografia, cores, por exemplo. Respeitamos assim a diferenciação proposta pelo grupo μ , cf. **3.2.3.1.**

²⁷⁹ Essas denominações serão por nós justificadas quando desenvolvermos, individualmente, os componentes internos, em **4.3.2.**

²⁸⁰ Em Menéndez & Coutinho (2004: 334), o texto empírico é clivado em duas componentes: uma discursiva e uma textual. Coutinho, em publicações recentes, procura não fazer mais essa distinção para ressaltar o caráter constitutivo desses componentes no universo textual. No nosso caso, preferimos denominar componentes externos e internos respectivamente, deixando de lado possíveis discussões que poderiam surgir



No entanto, é importante salientar que esse desdobramento tem apenas um caráter didático-metodológico. É uma tentativa de análise que será por nós desenvolvida para, seguindo um percurso descendente, chegar à organização interna dos textos a partir de questões externas ao universo textual. Inclusive, Coutinho (2005) salienta a questão paradoxal que se coloca na análise textual numa perspectiva de gênero, uma vez que devemos descrever a dimensão textual, não desprezando os fatores contextuais. Como, com propriedade, comenta a autora:

Uma linguística dos gêneros do texto constitui-se assim, também como uma área paradoxal: centrada sobre objectos irreduzíveis à dimensão linguística, caber-lhe-á a tarefa de descrever essa mesma dimensão linguística. O que fica em causa não é, porém, uma mera face linguística dos textos, obtida por apagamento ou abstracção de fatores contextuais.

(COUTINHO, 2005b: 86)

Tendo definido as noções de gênero e de texto utilizadas no corpo deste trabalho, admitimos considerar uma espécie de *relação especular* entre a categoria gênero (objeto abstrato) e a de texto (objeto realmente observável). E, assim, sustentamos que a nossa tese se deterá na análise de *gêneros de texto*. Como menciona Bronckart: “Dans la mesure où tout texte s’inscrit nécessairement dans un ensemble ou dans un genre, nous avons adopté l’expression de **genre de texte**, de préférence à celle de *genre de discours*” – Bronckart (1997: 78).

Mas por que é que nós focalizamos o nosso estudo nos *gêneros de texto* e não nos *gêneros do/de discurso*, como o fizeram Bakhtin (1997²); Maingueneau (1996, 2002a); Adam (1997, 1999a)? É bem verdade que temos acesso a discursos de vários tipos: jornalístico,

acerca da utilização dos termos texto e discurso. Procuramos ressaltar o caráter constitutivo desses aspectos no universo textual e a constante interação que eles apresentam.

político, publicitário, mas é com os *textos* – que circulam nessas diversas práticas sociais institucionais – que temos realmente contato. Portanto, o nosso enfoque não será os *discursos*, enquanto práticas sociais institucionalizadas, mas os *textos* que os materializam. Desse modo, os *textos* são o nosso objeto de análise, e, como tal, refletirão aspectos da ordem situacional, que estão intrinsicamente relacionados com a própria materialização textual. Para o desenvolvimento dessa questão, passaremos, no próximo item, a selecionar e organizar os vários componentes do gênero.

4.3. Seleção e reorganização dos componentes do gênero de texto

Foi a partir do que vimos em teóricos como Bakhtin, Maingueneau, Charaudeau, Adam e Bronckart, que trabalharam a noção de gêneros de discurso/do discurso/de texto, que tentamos desvendar quais seriam os componentes externos e internos a partir dos quais poderia ser analisado o texto empírico, dentro de determinado gênero. Houve, evidentemente, um processo de seleção de alguns elementos em detrimento de outros. Procuraremos, no próximo item, pontuar e justificar as escolhas efetuadas.

4.3.1. Componentes externos

Nesta tese, os *componentes externos* dizem respeito a todos os aspectos contextuais (sociais, históricos, situacionais) relativos ao universo textual que intervêm diretamente na sua materialização. Esses aspectos são constitutivos do texto e com ele estabelecem uma *relação dinâmica e dialógica*.

São, fundamentalmente, três autores em quem nos baseamos para a elaboração dos *componentes externos* com os quais trabalharíamos nas análises dos textos, Maingueneau (1996, 1998, 2002b); Adam (2001b) e Bronckart (2004b, 2005). Contudo, complementaremos os aspectos por eles pontuados com componentes que nos pareçam importantes para caracterizar os gêneros.

Em relação aos contributos de Maingueneau, deter-nos-emos em questões relativas à *finalidade* (explícita e implícita), ao *lugar* (empírico e de circulação), à *legitimidade do estatuto dos parceiros* e ao *momento de realização* (periodicidade, duração de encadeamento, continuidade, duração de validade) e ao *suporte material*²⁸¹. Foi esse autor que introduziu tais aspectos no estudo dos gêneros a partir de 1986 e buscou aperfeiçoá-los em trabalhos mais atuais de 1998 e 2002b. Essas categorias já foram por nós pontuadas e esclarecidas quando vimos os componentes do gênero para Maingueneau em **3.3.1.2.**. Essas coerções, denominaremos *componentes situacionais*.

De Adam (2001b), reteremos as acepções de *peritexto* e *metatexto*. Inclusive, foi esse autor que introduziu esses elementos na descrição dos gêneros de texto, dando uma outra amplitude aos estudos de Genette. Entretanto, faremos uma breve digressão sobre esses conceitos em publicações de Genette (1979 e 1982), para percebermos algumas diferenças terminológicas.

A partir de Bronckart (2004b, 2005), utilizaremos os conceitos de *arquitexto* e *intertexto*, e também faremos uma rápida digressão por esses conceitos, antes de realmente mostrar a acepção que seria por nós utilizada.

Acrescentamos quatro categorias como *componentes externos*. Primeiramente, relevaremos a importância da prática sócio-discursiva em que o texto é produzido, denominando-a de *componente discursivo*. E, adicionaremos três outras categorias ao *componente situacional*: as *instâncias interlocutivas* e o *tempo empírico* e o *de circulação*, definidos em **4.3.1.6.**, que são importantes, dada a complexidade dos gêneros que analisamos.

Há que deixar claro que tivemos de percorrer os estudos de vários teóricos para elaborar uma grade de análise dos *componentes externos*, porque, individualmente, eles não atendiam às nossas exigências.

²⁸¹ Este foi denominado por Adam (2001b) componente material.

4.3.1.1. Componente arquitekstual

Para Genette, a *arquitekstualidade*, assim como outras relações transtextuais²⁸², está integrada à *transtextualidade*. Para o autor, a *arquitekstualidade* corresponde à relação de um texto com outras classes que lhe são constitutivas. Por exemplo, um poema de um autor pode estar em relação de *arquitekstualidade* com a classe de sonetos, com a de obras simbolistas, com a de poemas, etc.

Por outro lado, Bronckart (2004b, 2005) readapta a noção de Genette, para os diversos gêneros e considera o *arquitecto* como uma *organização de textos pré-existent*s ou ainda uma *espécie de reservatório de gêneros de textos*, cf. 3.3.4.. A esse *arquitecto*, presente na memória a longo termo, um agente produtor recorre quando da produção de determinado texto. No nosso caso, em especial, consideraremos neste trabalho, a definição proposta pelo último teórico.

4.3.1.2. Componente intertextual

Como a noção é um pouco nebulosa, flutuando entre os termos *interdiscurso* e *intertexto*, ela merece uma atenção especial e um detalhamento maior, embora já tenhamos esboçado alguns conceitos em 3.2.3.4., ao discorrer sobre o dialogismo bakhtiniano.

Partindo dos estudos precursores de Kristeva (1969) em textos literários, Barthes (1973) e Genette (1979) resgatam a noção de *intertextualidade*. Na abordagem de Barthes (1973), todo texto é um *intertexto*, uma vez que há vários textos presentes em determinado texto em níveis variados, de forma mais ou menos identificável. Para Genette (1979), a *intertextualidade* é uma das várias formas de *transtextualidade* e a define como a inserção de um texto em outro. Tomando como exemplo o texto literário, o autor menciona a *citação* ou a *alusão*, como exemplos de *intertextos*.

²⁸² As outras relações transtextuais pontuadas pelo autor são: a intertextualidade, a paratextualidade, a metatextualidade e a hipertextualidade. Para mais detalhes, ver: Genette (1982: 8).

Nas perspectivas discursivo-textuais, foram, sobretudo, os trabalhos de Maingueneau (1984), Adam (1999, 2004c) e Bronckart (1999, 2004b, 2005), que procuraram adaptar a noção para o universo textual.

Maingueneau foi um dos primeiros autores a ressaltar a importância do *interdiscurso* – como afirmamos na introdução – nos textos que circulam nas diversas práticas sociais. Para o autor, o *interdiscurso* representa os ecos textuais presentes em qualquer produção textual. Cf. Maingueneau (1984: 11).

Adam, em publicações de 1999 e de 2004, utiliza tanto o termo *intertexto* quanto *interdiscurso*. O primeiro é definido como “La présence d’un texte dans un autre sous forme, plus ou moins implicite et littérale, de citation, de plagiat (emprunt non déclaré) ou d’allusion” – Adam (2004a: 69) – sendo independente de qualquer gênero. Já o segundo está diretamente relacionado aos modelos de gênero indexados à determinada formação sócio-discursiva que interagem numa certa circunstância – cf. Adam (1999a: 85).

Bronckart (2004b, 2005) considera o *intertexto* como os diversos processos de interação implícita ou explícita entre textos (citações, pastiches), reservando o termo *arquitexto*, advindo de Genette (1979), a uma organização de textos pré-existent²⁸³. Com isso, o sentido do termo empregado por Bronckart para *intertexto* é o mesmo visto em Adam. Em contrapartida, Bronckart utiliza a expressão de *arquitexto*, no lugar do *interdiscurso* de Adam.

Neste nosso trabalho, adotaremos a definição pontuada por Bronckart (2004b, 2005) para caracterizar o *intertexto* e daremos preferência ao uso desse termo em relação a *interdiscurso*, uma vez que analisamos, nesta tese, os textos tais quais circulam socialmente e não diretamente as práticas sócio-discursivas ou atividades de linguagem em que eles se inserem.

²⁸³Até 1997, Bronckart não fazia esta distinção entre *intertexto* e *arquitexto*. O autor considerava *intertexto* o que atualmente denomina *arquitexto*.

Vale, assim, salientar que o termo *intertexto*, para nós, diz respeito a *qualquer tipo de diálogo entre textos, discursos (ou atividades de linguagem) ou gêneros*. Desse modo, utilizaremos o termo *intertexto* em três planos. Num primeiro plano, consideramos como *componente intertextual* todos os textos que ecoam direta ou indiretamente no texto analisado. Sendo que os primeiros podem pertencer ou não à mesma prática social do segundo. Num segundo plano, o *componente intertextual* corresponde a todos os textos pertencentes ao mesmo gênero de texto em análise que dialogam com este último. E, num terceiro plano²⁸⁴, este componente se refere a gêneros diversos que circundam o gênero de texto em análise, no mesmo suporte material, e que com ele se inter-relaciona de forma implícita ou explícita.

4.3.1.3. Componente metatextual

Antes de discorrermos acerca dessa categoria, é importante salientar a sua origem. Ela também advém dos estudos de Genette (1982) sobre os textos literários, como ressaltamos em nota. A *metatextualidade* corresponde, para o autor, ao comentário de uma obra dentro de outra e por outra.

Numa visão discursivo-textual, Adam resgata a noção para o universo dos vários textos que circulam socialmente. Para o teórico, o *metatexto* corresponde tanto aos discursos próprios à formação sócio-discursiva, quanto às teorias desenvolvidas sobre o gênero – cf. Adam (2001b: 41) –, conforme detalhamos em **3.3.3.2.**

Neste nosso trabalho, recorreremos a uma visão de *metatexto* menos restritiva do que a apontada por Genette. Adotaremos a definição de Adam para o *metatexto*, que a adaptou às condições de circulação dos vários gêneros. Ressaltaremos, também, nesta categoria, os textos teóricos de natureza didática que discorrem acerca do gênero. Como veremos em **6.3.2.3.**, essa questão é de extrema relevância em gêneros com maior grau de institucionalidade como é o caso da petição inicial.

²⁸⁴ Esse plano não será por nós levantado, pois nos obrigaria a lidar com uma enorme variedade de gêneros.

4.3.1.4. Componente discursivo

Antes de apresentarmos a noção que será por nós empregada, vale realizar uma pequena digressão.

Foi em *L'Archéologie du savoir* (1969) que Foucault introduziu o conceito de *formação discursiva*, para caracterizar um conjunto de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras as quais estão historicamente determinadas. Para o autor: “on appellera discours un ensemble d'énoncés en tant qu'ils relèvent de la *même formation discursive*” – Foucault (1969: 153) – destaque nosso.

Por outro lado, Haroche, Henry e Pêcheux (1971: 102) inter-relacionam a noção de *formação discursiva* à questão ideológica e consideram que é nas formações discursivas que se operam o assujeitamento e a interpelação do sujeito como sujeito ideológico. Em publicação posterior, nomeadamente na década de 80, Pêcheux relaciona a noção à de interdiscurso. Como afirma o autor:

Une *formation discursive* n'est pas un espace structural clos, puisqu'elle est constitutivement “envahie” par des éléments provenant d'ailleurs [...] qui se répètent en elle, en lui fournissant ses évidences discursives fondamentales (par exemple sous forme de “préconstruits” et de “discours transverses”).

(PÊCHEUX, 1983: 297) – destaque nosso

A noção de *formação discursiva* é retomada de forma diferenciada pelos diversos teóricos que vieram a estudar o gênero. Bakhtin (1997²) fala de *esfera de utilização da língua*. Adam (1997a: 670) utiliza o termo “formation socio-langagière”²⁸⁵ e faz uso, separadamente, do termo *interação sócio-discursiva*, de forma a relevar o aspecto sócio-interativo do gênero. Já em publicação de 1999²⁸⁶, Adam considera, no lugar de “formation socio-langagière”, *formação sócio-discursiva* e também utiliza o termo *interação sócio-discursiva*, separadamente.

²⁸⁵ Por opção, não traduzimos o termo.

²⁸⁶ Cf. Adam (1999: 41).

Bronckart utiliza o termo *atividade de linguagem* para definir as diversas formações sócio-discursivas dos grupos em que os textos circulam – cf. Bronckart (1999: 149). Inclusive, o autor ressalta em 2004b, que prefere a utilização de *atividade de linguagem*, no lugar de *atividade discursiva* ou simplesmente *discurso*, para enfatizar o sentido da linguagem enquanto *atividade prática*.

No nosso caso específico, embora consideremos, à semelhança de Bronckart, que as *atividades de linguagem* são atividades práticas, empiricamente e lingüisticamente expressas por textos, assim como circulam nas diversas práticas sociais, preferiremos a utilização do termo *discurso* para definir essa atividade. Tal escolha se deve a toda uma tradição, como vimos nas diversas abordagens teóricas. O *componente discursivo* será por nós definido como o conjunto de práticas sociais e históricas que intervirão diretamente na materialização textual e estarão, nesta última, embricados. Dessa forma, não se pode analisar um texto sem pensar nesse componente.

4.3.1.5. Componente peritextual

A noção de *peritexto* foi introduzida por Genette (1987), na literatura, como um dos elementos – além do *epitexto* – que compõem o *paratexto*. Para Genette, o *peritexto* corresponderia, ao conjunto de gêneros discursivos que circundam o texto, no espaço de um mesmo volume. No caso do *peritexto* editorial seria o nome do autor, os títulos, as capas, os prefácios, as dedicatórias, os intertítulos, as notas. Já o *epitexto* se referiria às produções que circundam o livro e que não estão materialmente ligados a ele. Podendo ser da ordem do privado, como correspondências e diários ou da ordem do público, como entrevistas, reuniões. Em contrapartida, o *paratexto* englobaria os dois elementos mencionados. Como afirma Genette:

[...] Un élément de paratexte, si du moins il consiste en un message matérialisé, a nécessairement un emplacement, que l'on peut situer par rapport à celui du texte lui-même : autour du texte, dans l'espace du même volume, comme le titre ou la préface, et parfois inséré dans les interstices du textes, comme les titres de chapitres ou certaines notes ; j'appellerai *péritexte* cette première catégorie spatiale. certainement la plus typique [...]. Autour du texte encore. mais à distance plus respectueuse (ou plus prudente), tous les messages qui se situent, au moins à

l'origine à l'extérieur du livre: généralement sur un support médiatique (interviews, entretiens), ou sous le couvert d'une communication privée (correspondances, journaux intimes, et autres). C'est cette deuxième catégorie que je baptise, faute de mieux, *épitexte*, [...], pour les amateurs de formules, *paratexte* = *péritexte* + *épitexte*.

(GENETTE, 1987: 10, 11)

Por outro lado, Adam reemprega a noção de *peritexto* para os textos jornalísticos e afirma que o que separa um texto do seu *peritexto*, por exemplo, é o fato de *não* terem a mesma instância produtora. Com isso, afirma que o *título* seria o *peritexto* no caso do editorial jornalístico. Cf. Adam (1997b: 5).

Em publicação de 2001²⁸⁷, o autor define, dentre os oito componentes do gênero, o *componente peritextual* que corresponde, sem dar muitos detalhes, às *fronteiras do texto*.

Para Rastier, o *peritexto* pode corresponder aos títulos, mas ele fará parte do texto. Para esse autor, o próprio *peritexto* concretiza e direciona índices globais (gênero, tema geral, ponto de vista ou posição dialógica). Cf. Rastier (2004: 124).

A noção de *peritexto* varia, conforme apresentamos, de acordo com a abordagem teórica. Nesta tese, o *peritexto*, à semelhança do que propôs Adam, na publicação de 2001 referida, corresponde às *fronteiras do texto*. Estas serão delimitadas por *todos os textos* que circundam o texto analisado, no mesmo espaço material, e com os quais *não* são observadas inter-relações explícitas ou implícitas.

Há que reconhecer, no entanto, que compartilhamos o ponto de vista de Rastier, que considera que o título é parte constituinte do texto ao qual está interligado – cf. Rastier (2004: 124). Por isso, para criar uma coerência no nosso trabalho, trataremos o título, no caso do editorial, não como um *peritexto*, mas como uma *unidade textual periférica*, como mostraremos nas nossas análises, em **6.4.3.1.**

²⁸⁷ Cf. Adam (2001b: 41).

4.3.1.6. Componente situacional

Apresentamos, sob forma de esquema, na página que se segue, os elementos que constituem, para nós, o que denominamos *componente situacional*. Como eles já foram minuciosamente detalhados quando apontamos os componentes do gênero para Maingueneau, cf. 3.3.1.2., não repetiremos as definições. Esclareceremos apenas três elementos que foram por nós acrescentados, em função dos gêneros que analisamos: as *instâncias interlocutivas*, o *tempo empírico* e o *tempo de circulação*. Demarcaremos, no esquema, a nossa contribuição com uma tipografia diferenciada – em negrito. E ainda tecemos algumas considerações sobre a *finalidade*, de grande importância para a análise dos gêneros com os quais trabalhamos, propondo algumas alterações à classificação apresentada por Maingueneau (2002b).

Denominamos *instâncias interlocutivas* as entidades que participam, direta ou indiretamente, na produção do texto empírico, em função evidentemente de uma representação²⁸⁸ das crenças, dos valores do público-alvo (termo utilizado nos meios midiáticos para designar o receptor ou interlocutor). Desse modo, essas *instâncias interlocutivas* englobarão também a *legitimidade dos parceiros da comunicação*, conforme pontuava Maingueneau (1998) e, dependendo do gênero, se apresentarão de forma bastante complexa. Com isso, ressaltamos todas as etapas de produção (não podemos nos esquecer de que estas apresentam, de acordo com o gênero, várias fases e que pessoas de diversas áreas atuam), em interação com o interlocutor (também percebendo as suas diversas instâncias).

Fazemos menção, neste item, ao que Maingueneau denomina *leitor modelo e leitor realmente evocado*, definidos em 3.3.1.2., previsíveis a partir da própria apresentação do texto – cf. Maingueneau (2002b: cap.3). Essa distinção parece-nos relevante em textos com *instâncias de produção* mais complexas, como no caso do *outdoor*. Por outro lado, em

²⁸⁸ Cf. Grize (1990: 33). Para o autor, nunca se faz a *representação* de uma pessoa, mas de alguns aspectos a ela relativos: seus valores, seus conhecimentos, sendo que o discurso produzido corresponderá a *imagens* dessa *representação*.

textos mais instituídos, como a petição inicial, tal distinção, como veremos, não é de grande importância.

A complexidade das *instâncias de produção* (que fazem parte das *instâncias interlocutivas*), no caso do *outdoor*, juntamente com aspectos relativos a questões temporais na divulgação dos cartazes (a *continuidade*) são elementos importantes como estratégia de produção desse gênero. Por exemplo, como nós comentamos anteriormente, os *outdoors* partidários apresentam diversas fases que são identificáveis por características comuns que apresentam os cartazes. Tal estratégia de produção diversificada é uma característica do gênero, que deve responder prontamente não apenas a flutuações de intenções de voto no país, mas também às propostas de outros candidatos. Numa campanha publicitária, por exemplo, essas fases não são tão variáveis. Da mesma forma, veremos que a produção dos *outdoors* partidários coloca em funcionamento uma verdadeira máquina partidária. Já na petição inicial, como dissemos, um gênero mais instituído, não se observa tal movimento.

Em relação à *questão temporal*, optamos por acrescentar dois eixos importantes para a análise dos gêneros que lidamos: o *tempo empírico* e o de *circulação*. O primeiro corresponde à época em que efetivamente determinado gênero é produzido; já o segundo diz respeito a quando o gênero circula socialmente. Dessa forma, ao contrário do modelo proposto por Maingueneau (2002b), destacamos esses dois eixos da *duração de encadeamento*, privilegiando-os assim de forma distinta no processo de produção. Embora saibamos que, num processo de comunicação interativo, os dois (produção e interpretação) estarão sempre interligados.

Ademais, os gêneros com os quais trabalhamos têm uma *funcionalidade persuasiva* relevante, por isso procuramos detalhar mais, dentro do componente situacional, a questão da *finalidade*²⁸⁹. Com isso, não seguiremos a definição proposta por Maingueneau (2002b), por nós apresentada em **3.3.1.2.**

²⁸⁹ A importância da *finalidade* na problemática dos gêneros é bastante conhecida. Bakhtin (1997²) já ressaltara a importância da natureza funcional – relacionada ao tema bakhtiniano – e interativa da língua.

No interior deste trabalho, a *finalidade* pode ser considerada *externa* ou *interna*. A *externa* se refere ao objetivo depreendido a partir de um grupo de textos e pode ser analisável sob dois pólos: a *finalidade* a que se propõe determinado gênero, de forma genérica; ou ainda, o objetivo de certo gênero em determinado veículo.

A finalidade *interna* será depreendida a partir da leitura integral de determinado texto, e variará de acordo com o mesmo.

De uma forma genérica, a *finalidade*, tanto externa quanto interna, pode vir a denotar, dependendo do gênero e do texto em análise, *mais um caráter demonstrativo* (em que o objetivo é apenas apresentar fatos) *do que realmente persuasivo* (em que o objetivo é tomar uma posição em relação a um fato). Evidentemente, esse caráter não é absoluto, e assim teríamos uma espécie de *continuum* em que o *aspecto demonstrativo* ou *persuasivo* estariam presentes nos dois pólos, e a *finalidade mais ou menos demonstrativa/persuasiva* poderia ser identificada nesse *continuum* em graus variáveis, dependendo do gênero analisado.

<p>Componente situacional</p>	<p>Época – tempo empírico e de circulação; periodicidade; duração de encadeamento; continuidade; duração de validade.</p> <p>Lugar – empírico e de circulação.</p> <p>Instâncias interlocutivas.</p> <p>Suporte Material</p> <p>Finalidade da comunicação – externa e interna.²⁹⁰</p>
--------------------------------------	--

Posição também defendida por Maingueneau (1986), Bronckart (1999), Charaudeau (2002), Marcushi (2005). No caso dos *corpora*, consideramos que eles têm em comum uma *finalidade persuasiva*.

²⁹⁰ Mesmo tendo consciência de que a finalidade implícita é depreendida no universo textual, resolvemos colocá-la perto da explícita, para marcar a oposição entre as duas.

4.3.2. Componentes internos

Os *componentes internos* dizem respeito a todos os aspectos relativos à organização lingüístico-textual do texto. Na verdade, essa organização leva em conta tanto os elementos verbais quanto os não-verbais, em textos plurissemióticos.

No intuito de analisarmos os textos, deter-nos-emos em quatro componentes, pontuados por Adam, que foram por nós considerados componentes internos: componente semântico, composicional, estilístico/ fraseológico e enunciativo – cf. Adam (2001b: 41) e 3.3.3.2.. Contudo, nesta nossa pesquisa, os dois primeiros estarão fusionados e assumirão a denominação de *componente organizacional*. Manteremos as outras denominações dos componentes propostas por Adam, mas com algumas variações terminológicas também. Para o estudo da textura micro-lingüística, teremos o *componente estilístico*, e para a descrição das imagens textuais do Locutor (L²⁹¹) e do interlocutor, o *componente enunciativo* (para nós *ampliado*).

O *componente organizacional* inter-relaciona questões semânticas com composicionais. É importante ressaltar que, ao lidar com as *relações argumentativas* dos gêneros de texto que trabalhávamos, o *componente semântico* deveria estar diretamente relacionado ao *composicional*. Tal fusão de componentes foi percebida a partir do contato que tivemos com os textos que integram os nossos *corpora*. Vimos que as *relações argumentativas* podiam ser observadas, em diversas direções, e não seguiam uma mera organização linear e sequencial. Desse modo, poderíamos validar a *dinamicidade* dos textos que analisávamos.

Quanto ao *componente estilístico*, optamos, nesta tese, por estudar as escolhas verbais ou não-verbais perpetradas pelo agente produtor na produção de um gênero de texto. Com isso, não faria sentido denominar esse componente de estilístico e fraseológico, como apontara Adam (2001b: 40).

²⁹¹ Em 2.4.2.2., mostramos a acepção que o termo *locutor* terá neste trabalho.

Em relação ao *componente enunciativo*, resolvemos considerá-lo como *ampliado*, pois acreditamos que, para analisar as imagens textuais do Locutor e do interlocutor, textualmente, temos que fazer uso de elementos relativos aos dois componentes anteriormente expostos.

Dessa maneira, apesar de optarmos, em parte, pela terminologia adotada por Adam para os *componentes internos* do gênero, os seus contributos ainda nos trouxeram problemas. Primeiramente, o autor pouco trabalha com gêneros em que a argumentação é evidenciada, à exceção de uma publicação com Bonhomme em 1997, em que analisa os textos publicitários ou ainda em publicação de 1999b, em que trabalha o discurso político de Pétain e De Gaulle. Ele se concentra, sobretudo, nas seqüências prototípicas, no primeiro caso, ou em aspectos específicos enunciativos, no segundo caso, pouco lidando com a interação dos diversos *componentes internos* entre si.

Há que reconhecer que, para se perceber a interferência de fatores contextuais na materialização textual, os *componentes internos* devem ser analisáveis a partir de um percurso descendente de análise, como já colocamos. Nos estudos desse autor, não se verificou a relevância de questões situacionais, nesse processo. Como tínhamos que trabalhar com a argumentação nos gêneros, teríamos que encontrar instrumentos de análise compatíveis para atender também esse objetivo.

Face aos problemas colocados, decidimos fazer uma digressão sobre as categorias relacionadas aos componentes internos do gênero, de forma a criar subsídios para que pudéssemos elaborar um instrumento de análise para os gêneros com os quais trabalhávamos.

4.3.2.1. Componente composicional

Faremos, neste item, um breve percurso histórico de como a questão da *organização textual* foi transportada dos estudos clássicos para a década de setenta e oitenta, época de revisão de teóricos clássicos.

Foi, principalmente, a partir dos trabalhos de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵), de Barthes (1970) e de Plett (1981) que a preocupação com a *technè retoriké* – que poderia corresponder à arte de argumentar – foi ressaltada. Dentro desse contexto, as diversas partes que compõem o discurso, delimitadas pelos estudos clássicos, foram revistas e comentadas. Procuraremos, assim, inicialmente, fazer uma breve recapitulação desses estudos. Em seguida, ao nos centrarmos na questão da *composicionalidade* ou *dispositio*, veremos como ela foi retomada por teóricos da Linguística Textual, como Adam (1997, (2001⁴), 2002a); ou da Análise do Discurso, como Maingueneau (1996, 1998); ou, ainda, do Interacionismo Sócio-Discursivo, como Bronckart (1999). E, evidentemente, dentro desse novo cenário, poderíamos pensar que cada gênero apresentaria uma *dispositio* própria.

Estudos iniciais

Já é de nosso conhecimento - mas convém ratificar - que os tratados de retórica clássica dividiam tradicionalmente o discurso em cinco fases: a invenção – *inventio* – que correspondia ao processo cognitivo de busca e escolha de argumentos necessários para convencer/persuadir determinado auditório; a disposição – *dispositio* – referente ao agenciamento de provas ao longo do texto; a elocução – *elocutio* – relacionada à escolha de palavras ou expressões – uso das figuras de retórica, apropriadas à finalidade do discurso; a memória – *memoria* – ou técnicas de memorização do discurso, preparatória à sua realização oral em público; e a ação – *actio* – correspondente às técnicas para a realização física do discurso (uso da voz e da expressão corporal).

Com a revalorização dos estudos retóricos, a partir da segunda metade do século XX, vários teóricos começaram a se debruçar sobre os estudos clássicos e a reatualizá-los, como Barthes (1970) ou Plett (1981). Os dois autores, como colocamos em 2.3.3., ao fazer um retrospecto dos estudos retóricos clássicos, afirmam que, em relação à *technè rhetoriké*, as diversas partes do discurso (que apontamos acima) são atos que apresentam uma estrutura ativa, dinâmica.

Considerando que uma das preocupações neste trabalho é o ‘desvendar’ da ‘organização textual’ de gêneros persuasivos – através da descrição de possíveis unidades textuais que lhe são peculiares – deter-nos-emos, apenas, na observação da *dispositio*. Primeiramente, mostraremos, de forma sintética, como ela era definida nos estudos clássicos e, posteriormente, apontaremos de que forma os estudos lingüísticos mais recentes a redefiniram.

A dispositio

A *dispositio*²⁹² podia ser definida como a organização do texto em partes e subpartes, cada qual com uma função específica. Uma das versões que nos chegou destas grandes partes foi a proposta por Cícero. Este, na obra *Partições Oratórias* – *apud* Declercq (1992: 157), menciona quatro partes *exórdio*, *narração*, *prova* e *peroração*. Aristóteles adotará, também, quatro partes²⁹³ – *apud* Barthes (1970: 213, 214), as quais apresentam uma certa dicotomia – de um lado as partes que visam a emocionar (o *exórdio* e o *epílogo*) e por outro lado, as que visam a informar e convencer (a *narratio* e a *confirmatio*).

O *exórdio*, assim como o *epílogo*, trabalha com a questão da emoção da platéia. O primeiro consiste numa espécie de vocativo inicial para captar a benevolência do público (simpatia, interesse e atenção), visando a mobilizar, ao mesmo tempo, provas éticas e patéticas. Além disso, é no *exórdio* que o orador apresenta o assunto que irá tratar e, também, a sua tese sobre ele. O *epílogo* amplifica e resume a causa ou tema, visando a despertar as paixões do público, inclusive pelo uso de figuras de retórica conhecidas como: metáforas, acumulação, gradação e outras.

²⁹² A melhor tradução para a *dispositio* talvez seja *composição* (não se pode esquecer de que *compositio* em latim tem um sentido restrito – corresponde à organização das palavras em uma determinada frase) macro-textual sustentada pelo fato de que um texto é composto por um encadeamento organizado e hierarquizado de enunciados que constituem um plano de texto.

²⁹³ Estas partes serão mais ou menos fixas – dependendo do gênero em que se inserem – mas não podemos nos esquecer de uma parte móvel: a *egressio* ou *digressio*, parte que tem como objetivo fazer o orador brilhar. Pode ser um elogio aos lugares, ou aos homens, por exemplo.

Na parte central da *dispositio*, ter-se-iam a *narratio* e a *confirmatio*. A primeira corresponde à narração dos fatos referentes à questão. Ela deve ser clara, verossímil e breve, sendo composta por dois elementos: os *fatos* e as *descrições* (estas podem ser de lugares, de épocas, de pessoas). A segunda diz respeito à exposição dos argumentos e pode comportar três subpartes: 1) a *propositio* – é uma definição do que será debatido; 2) a *argumentatio* – os argumentos propriamente ditos (terminando com as provas mais fortes); 3) a *altercatio* – é um diálogo bem vivo com o advogado adversário ou com uma testemunha.

Em suma, foi importante fazer esse retrospecto em relação à planificação na retórica clássica, no intuito de ver a origem da estruturação de muitos textos contemporâneos. Estes guardam muito dessa influência clássica, sendo que são conhecidos, nos meios escolares e até acadêmicos, planos redacionais baseados em três partes: introdução, desenvolvimento, conclusão (retomando sucintamente o ponto de vista clássico). Convém mencionar que esses planos, inicialmente restritos às práticas orais, se atualizaram de acordo com as diferentes práticas sócio-discursivas²⁹⁴ em que iam sendo produzidos e sofreram mutações.

Inclusive, ao levarmos em conta a influência da problemática dos gêneros em relação à *dispositio*, poderíamos pensar que essa herança clássica não se encaixa na organização de *todos* os textos empíricos observados. Por exemplo, no caso de textos com uma palavra, uma frase, acompanhados ou não por uma imagem, haveria também uma *dispositio*, apenas esta não seguiria os preceitos tradicionais. Todavia, pensamos que seria de consenso afirmar que *gêneros mais instituídos ou institucionalizados* – menos passíveis a transformações, conforme menciona Maingueneau (2002b) – retomam (com algumas variações) esse plano retórico clássico, o que não acontece com gêneros menos instituídos em que se observa um maior número de planos de texto ocasionais²⁹⁵. Cf. Adam (2002a: 434).

²⁹⁴ Voltaremos à questão da relação do *plano de texto* – cf. Adam (1997a) – com as práticas sócio-discursivas no próximo item, em que trabalharemos com a organização textual condicionada por aspectos relativos ao gênero.

Perspectivas discursivo-textuais

Daremos uma espécie de ‘salto’ no tempo, e tentaremos mostrar como a LT, a AD e o ISD tentaram definir a questão da *dispositio*, da *organização textual* ou do *plano de texto*, em função de aspectos relativos à problemática dos gêneros²⁹⁵. Primeiro, apontaremos trabalhos de Adam (1997, 2002a); em seguida, estudos de Maingueneau (1996, 1998), e, por fim, trabalhos de Bronckart (1999, 2004b).

É importante salientar que os trabalhos de Adam, no que tange à *organização textual*, foram bem complexos e se preocuparam em trabalhar os diversos níveis de segmentação textual, como mostramos anteriormente. No entanto, neste item, em que nos centramos na busca do detalhamento de possíveis formas de descrever a *organização textual* dos gêneros com os quais trabalhamos, limitar-nos-emos apenas a ressaltar, de forma breve, aspectos relativos ao *plano de texto*, num nível mais global. Todavia, não abordaremos, nesta parte as diversas segmentações das seqüências prototípicas propostas por Adam, por já termos apresentado essas noções em **2.4.3.2..**

Perspectiva de Adam

Adam traz à tona a importância do *plano de texto* como elemento condicionado pelo gênero, em publicações de 2001⁴ e de 1997. É bem notório que existe, desde 1992, uma preocupação de Adam em estudar como se faz a passagem de conjunto de proposições ou períodos para o formato do texto. A classificação das seqüências prototípicas – como já definimos em **2.4.3.** – veio a ratificar a tentativa do teórico de desvendar alguns *formatos textuais estáveis* para a análise desta passagem, já que os outros níveis de estrutura não apresentariam esta possível estabilidade. Entretanto, é a partir, sobretudo, de 1997, que Adam realmente valoriza um nível hierarquicamente superior ao das seqüências, que

²⁹⁵ Para a lingüística textual, o próprio modelo retórico clássico não consegue dar conta da grande variabilidade dos planos de texto possíveis, definidos em nota no item **2.4.3.2..**

²⁹⁶ Não podemos nos esquecer de que esse ‘condicionamento’ foi, inicialmente, apontado por Bakhtin (1997²: 305), como afirmamos no capítulo sobre os gêneros. Contudo, Maingueneau e Adam retomaram a

corresponderia ao *plano de texto*. Este seria responsável pela organização global e seria geralmente coibido pela própria história do gênero em que o texto está inserido. Como afirma o autor:

Les genres règlent globalement, et de façon plus ou moins contraignante, les différents plans de la structure des textes. Ainsi, le genre de la fable détermine clairement le monde dominant de composition (narratif) [...]. En revanche, l'éditorial de la presse écrite a beau être compositionnellement généralement argumentatif, il pourra être explicatif ou même narratif. [...] Dans un autre genre journalistique, le fait divers, par exemple, n'est que rarement conforme au récit canonique, c'est au mieux une description d'actions, peu différenciée parfois du reportage, incluant de plus en plus de paroles rapportées et parfois même de portraits.

(ADAM, 1997a: 671) – grifo nosso

Tal preocupação toma vulto em publicações a partir de 1999, quando o autor começa a detalhar mais a noção e a integrá-la a estudos de segmentação do texto anteriormente efetuados. Nessa altura, o teórico enfatiza que o gênero em questão pode condicionar (em diferentes graus) a seqüência prototípica dominante, a organização semântica e o valor ilocutório. E, é nesta linha, pensando claramente na integração do *plano de texto* à problemática dos gêneros, que Adam, ao elencar os diversos componentes do gênero, menciona que, como *componente composicional*, devem ser consideradas as *relações entre o texto e a imagem*, além do *plano de texto* e da *seqüência*. Todavia, não fica muito clara a definição do que venha a ser o *plano de texto* para Adam. Cf. Adam (2001b: 40).

Em publicação de 2002²⁹⁷, o autor desenvolve um pouco mais essa problemática. Nesse texto, ele pontua que o *plano de texto* pode ser mais *convencional* ou *ocasional* – cf. colocado em 2.4.3.2. – e que pode vir a ser perceptível a partir de algumas *marcas de segmentação*, como intertítulos, marcadores de parágrafos, de capítulos, numeração de desenvolvimento ou de capítulos. Enfim, Adam já leva em conta, na descrição dos *planos de texto*, aspectos por ele ainda não privilegiados. No entanto, pouco desenvolve a questão

problemática e, no caso específico de Adam, houve um detalhamento mais aprofundado das diversas unidades composicionais que compõem o plano de texto.

²⁹⁷ Cf. Adam (2002a: 434).

que é bastante complexa dada a possível correlação que possa existir, por exemplo, entre os marcadores de segmentação e a enorme variedade de gêneros²⁹⁸.

Perspectiva de Maingueneau

Maingueneau, sob influência bakhtiniana, reafirma em *Les termes clés de l'analyse de discours*, que entre as cinco limitações definitórias dos gêneros²⁹⁹, o *modo de organização* aí se incluía, cf. Maingueneau (1986: 44).

Em *Analyser les textes de communication*, Maingueneau³⁰⁰, ao considerar que todo gênero do discurso é associado a uma certa *organização textual*, afirma que alguns gêneros (como a dissertação) que apresentam modos de organização mais rígidos podem ser aprendidos; outros como a conversação familiar tem um plano organizacional menos rigoroso. Em publicação mais recente, Maingueneau revela a sua preferência pela utilização do termo *plano de texto*, mostrando claramente a sua filiação ao contributo de Adam (1997a, 1999) e afirma: “[...] *maîtriser un genre de discours, c’est avoir une conscience plus ou moins nette des modes d’enchaînement de ces constituants* sur différents niveaux: de phrase à phrase, mais aussi *dans ses grandes parties*” – Maingueneau (2002b: 59) – grifo nosso.

Segundo o autor, já existe, por parte do agente produtor um conhecimento prévio, interiorizado de alguns formatos de gêneros. Gêneros mais rotineiros, mais instituídos e ritualizados, como um relatório de defesa de tese (RDT), podem ter *planos de texto* pré-definidos, o que não aconteceria com gêneros menos institucionalizados, que têm planos de texto com menor grau de padronização.

²⁹⁸ Coutinho (2004c), inclusive, trabalha a questão dos marcadores de segmentação no gênero “publicidade no local de venda”.

²⁹⁹ Esses aspectos foram apontados no capítulo sobre o gênero, são eles: o estatuto dos enunciadores e dos co-enunciadores, as circunstâncias temporais e locais da enunciação; o suporte e os modos de difusão; os temas que podem ser introduzidos; o comprimento e o modo de organização.

³⁰⁰ Maingueneau (1998: 54).

Observamos que, apesar de ratificar a interligação da *organização textual* ao gênero, Maingueneau fornece poucas pistas para descobrir como os diversos níveis que compõem essa organização podem ser descobertos, restringindo-se apenas à análise de *planos de textos* mais ritualizados, como o do RDT.

Perspectiva de Bronckart

Na perspectiva do Interacionismo Sócio-Discursivo, um agente produtor, ao produzir determinado texto, deve ter em mente várias representações, no intuito de operacionalizar determinada *ação de linguagem*³⁰¹. Três conjuntos podem ser citados: 1) as representações referentes ao quadro material ou físico da ação (ou seja, a identificação do emissor, dos co-emissores e do espaço e tempo da produção); 2) as relativas ao quadro sócio-subjetivo da ação verbal (tipo da interação social, o papel social dos receptores, o estatuto dos destinatários, os objetivos dentro do quadro interativo) e 3) aquelas que dizem respeito à situação, assim como os conhecimentos do agente em relação à temática (macro-estruturas semânticas elaboradas a partir de certo domínio de referência ou ainda disponíveis na memória). Além disso, este mesmo agente possui, já interiorizado, um conhecimento acerca do *arquitexto* disponível em sua comunidade e dos *modelos de textos/gêneros* que aí se encontram. Com isso, o agente deverá, ao produzir um texto, realizar um processo duplo: De um lado, deve selecionar e *adotar* o modelo de gênero que melhor se adequa às suas representações da situação de ação. De outro, deverá *adaptar* o modelo escolhido, em função das propriedades específicas da mesma situação. Todo texto, assim, participa de determinado gênero e é submetido às diversas coerções que lhe são impostas de acordo com a atividade em que está inserido.

³⁰¹ O autor distingue a *ação* (termo geral) de *ação de linguagem* (mais específico) – respeitamos a tradução do termo “action langagière”, sugerida por Machado & Cunha na tradução de Bronckart (1999). A primeira corresponde ao resultado das avaliações sócio-discursivas que remetem à atividade coletiva. Os indivíduos nela envolvidos – que participam do processo de avaliação – interiorizam e tratam (aceitam, rejeitam, organizam, ponderam) as avaliações que lhes são atribuídas e fazem uma auto-representação do seu estatuto de agente, assim como das propriedades de sua ação. Já a *ação de linguagem* tem a responsabilidade imputada a um único indivíduo que se torna também agente ou autor.

É a partir dessa reflexão, que Bronckart (1999) propõe um *nível organizacional textual* a que denomina *infra-estrutura geral* do texto em que estaria inserido o *plano de texto* (dentre outros elementos³⁰²). Para o autor, o *plano de texto* ou *plano geral* corresponde à organização do conteúdo temático e pode ser codificado sob forma de resumo. E este está inserido numa arquitetura textual, que é composto por três níveis. São eles: a infra-estrutura geral do texto, os mecanismos de textualização e os mecanismos de enunciação – que foram apresentados em **3.3.4.**

Através desse levantamento, salientemos a preocupação de Bronckart em ressaltar que os diversos níveis são selecionados em função das *representações* que o agente produtor tem do seu destinatário e de acordo com a finalidade da situação comunicativa, com isso enfatiza o caráter dialógico e funcional de toda produção verbal. Por outro lado, Adam, como tínhamos visto anteriormente, acredita na existência de seqüências prototípicas fixas e não atualizadas sócio-historicamente.

De forma sumária, apresentamos os componentes do *plano de texto* para os três autores:

	A composicionalidade e questões relativas ao gênero		
	Adam	Maingueneau	Bronckart
Organização Textual	Plano de texto	Modo de organização/ Plano de Texto	Infra-estrutura geral do texto
Componentes	Proposição enunciada/ Períodos e/seqüências (argumentativa, explicativa, descritiva, narrativa, dialo- gal) / Relações entre texto e imagem		Plano de texto / Tipos de discurso (DI, DT, RI, N) e modalidades de articulação entre os tipos de discurso (encaixe, fusão, outras possibilidades)/ Seqüências (narrativa, descritiva, injunti- va, explicativa, argumenta- tiva e dialogal) / outras formas de planificação (<i>script</i> e esquematização)

³⁰² Estes outros elementos seriam os tipos de discurso, as seqüências, as articulações entre seqüências e as formas mínimas da ordem do EXPOR (*esquematização*) e a do NARRAR (*script*), conforme citamos em **3.3.4.2.**

4.3.2.2. Componente Estilístico

Realizaremos um breve retrospecto das abordagens teóricas que trouxeram a questão do estilo do universo literário³⁰³ para outras manifestações da linguagem verbal. Inicialmente, mostraremos estudos precursores de Bally a partir, também, de trabalhos de um dos comentaristas mais recentes de suas obras³⁰⁴ – Rodrigues (2006). Em seguida, passaremos a estudar os autores que integraram a noção numa perspectiva de gênero. Percorreremos, rapidamente, os contributos de Bakhtin sobre a questão, valorizando os valiosos comentários de Brait (2005). Por fim, discorreremos acerca de aspectos levantados por Adam (1997c, 1999), que trouxe, recentemente, o estudo do *estilo* para o âmbito da análise lingüística dos textos.

Estudos precursores

São os estudos precursores de Bally que, de fato, deslocaram o estudo da *estilística* da língua literária ou da genialidade individual de um escritor para a língua oral, corrente, de uma dada comunidade. Durante muitos anos, o autor tentou adotar o termo *estilística lingüística* para o estudo da variedade de formas que poderiam ser adotadas em função de determinada ação e de determinado indivíduo. No entanto, sem nenhum sucesso, adotou em suas obras, mais freqüentemente, o termo *enunciação*. A esse propósito observa Durrer:

Le nom de Charles Bally est unanimement associé à celui de stylistique linguistique. Celui-ci a essayé durant de nombreuses années d'imposer cette terminologie en dépit de son ambiguïté et des réserves qu'elle suscitait dans la communauté scientifique. Bally n'a cédé aux arguments de ses collègues que dans son dernier ouvrage de linguistique, *Linguistique générale et langue française*. Il remplace alors stylistique par énonciation, après avoir été tenté par d'autres variantes. En tête de celle-ci, on peut mentionner affectivité, expressivité, sensibilité, notions entre lesquelles il n'a cessé de balancer.

(DURRER, 1998: 103) – *apud* Rodrigues (2006: 5)

³⁰³ Com isso, deixaremos de lado toda uma tradição que trabalha a noção de estilo no campo literário. Livros como o de Etienne Karabétian tentam resgatar essa história. Cf. Karabétian (2000).

³⁰⁴ Fizemos essa seleção mais atualizada, contudo devemos ressaltar também um trabalho de Coutinho, intitulado “Perspectivas Lingüísticas sobre a noção de estilo”, em que a autora reitera a aplicação da noção de estilo em qualquer produção lingüística. Ver: Coutinho (2002).

Essa *estilística lingüística*, mascarada de *enunciação*, estaria também associada, numa versão atual dos estudos lingüísticos, àquilo que seriam considerados os aspectos interacionais da linguagem verbal:

Si vous désirez que quelqu'un vienne vers vous, vous ne le dites pas toujours de la même façon; votre expression se modifiera, selon les rapports existant entre vous et la personne interpellée, et surtout selon le degré de résistance ou d'acquiescement que vous prévoyez de sa part.

(BALLY, 1965⁴: 21)

Ou ainda, essa mesma *estilística lingüística* estaria relacionada ao que atualmente seria considerada a dimensão accional da linguagem: “La stylistique étudie donc les faits d’expression du langage organisé au point de vue de leur contenu affectif, c’est-à-dire l’expression des faits de la sensibilité par le langage et l’action des faits de langage sur la sensibilité.” – Bally (1951³: 16).

Dessa forma, Bally teve um papel precursor nos estudos lingüísticos, ao definir uma estilística lingüística e ao mesmo tempo associá-la a aspectos pragmáticos e interacionais. Como afirma Rodrigues:

Charles Bally foi, certamente, um dos primeiros lingüistas (senão o primeiro) a chamar a atenção para o valor social ou pragmático, na dupla dimensão accional e interaccional, da linguagem verbal, fruto e reflexo que é do viver em sociedade. Contudo, não teve êxito, e decidiu manter o termo *enunciação* nas suas obras.

(RODRIGUES, 2006: 5)

Perspectiva de Bakhtin

Foi, sem dúvida, Bakhtin quem integrou a noção de estilo à problemática dos gêneros. Relembrando o que foi por nós explicitado em 3.2.3.2., o *estilo* diz respeito à seleção efetuada pelo locutor, ao nível lexical, sintático e fraseológico. Sendo que essa escolha deverá estar integrada às demais componentes do gênero (tema e unidades composicionais); deverá ser adaptada à esfera de comunicação em que o discurso é produzido e ainda terá de levar em conta o destinatário a quem o enunciado é produzido. Dentro desse contexto, a

noção de *estilo* passa a ter um outro grau de complexidade, uma vez que deve interagir com os diversos elementos externos e internos que são parte constitutiva da noção de gênero.

Convém lembrar que, para o autor, havia um *estilo individual* e um *estilo funcional*. Sendo que o discurso literário tendia mais para o primeiro tipo, enquanto existiam outros em que o *estilo individual* teria uma relevância reduzida, visto que o *estilo funcional* seria o mais importante. Também, Bakhtin faz uma crítica à estilística tradicional porque esta só se preocupa em estudar o conteúdo do discurso e a relação que o locutor mantém com o mesmo, não levando em conta o *dialogismo* que é parte constitutiva da noção de *estilo*.

Como afirma Brait :

Como se pode ver, a *concepção de estilo, no sentido bakhtiniano*, pode dar margens a muito mais do que a simples busca de traços que indiciem a expressividade de um indivíduo. Essa concepção *implica sujeitos que instauram discursos a partir de seus enunciados concretos, de suas formas de enunciação, que fazem história e a ela são submetidos*. Assim, a singularidade *está necessariamente em diálogo com o coletivo, em que textos, verbais, visuais ou verbo-visuais, deixam ver, em seu conjunto, os demais participantes da interação em que se inserem* e que, por força da *dialogicidade*, incide sobre o passado e sobre o futuro.

(BRAIT, 2005: 98) – destaque nosso

Perspectiva de Adam

Por outro lado, é Adam, em sua obra de 1997, inteiramente consagrada ao estilo – *Le style dans la langue: une reconception de la stylistique* – que resgata a questão para os estudos lingüístico-textuais. No intuito de mostrar que o estudo da *estilística* deve ser ampliado a qualquer texto, independentemente de pertencer ou não ao âmbito literário, Adam salienta a sua filiação a teóricos como Genette (1991), que afirmava que *o estilo estaria sempre presente em um texto*.

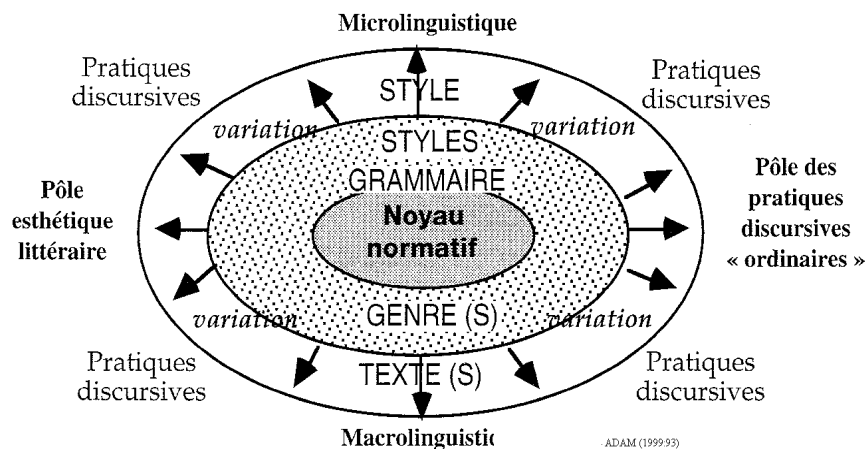
Ou, ainda, a Schaeffer que menciona que:

Tout énoncé implique des choix qu'on opère parmi les disponibilités de la langue et *tout* choix linguistique est “significant”, donc stylistiquement pertinent. Il en découle a fortiori que *tout* texte et plus généralement tout discours possède une dimension stylistique.

(SCHAEFFER, 1997: 20) *apud* Adam (1997c: 25)

O objetivo de Adam, nessa obra dedicada à dimensão estilística dos textos, não será de opor textos com ou sem estilo, mas de considerar que essa dimensão representa uma escolha e uma variação de recursos lingüísticos e estará sempre presente nos enunciados – conforme Adam (1997c:11). Dessa maneira, no lugar de opor o estudo da *gramática* ao do *estilo*, centrando-se na distinção de Saussure entre *língua* e *fala*, entre o que é *finito* e o que é *dinâmico*, Adam defende uma visão conciliatória entre as duas tendências de forma a poder dar conta da complexidade do universo textual.

Em obra posterior, o autor procura reforçar o estudo do *estilo* numa perspectiva de gênero – cf. Adam (1999a). Seguindo preceitos bakhtinianos, o gênero, para o teórico, apresenta um núcleo normativo, relativamente estável e impõe coerções para o enunciador, no processo de produção; contudo, apresenta-se mais flexível do que as formas da língua. Ao fazer um paralelo entre a questão do *estilo* e o gênero, Adam coloca-os em níveis diferentes. O estilo e a gramática estão no nível microlingüístico; já o gênero juntamente com o texto estão no nível macrolingüístico. E para o autor, o *estilo* estaria para a gramática, assim como a texto para o gênero, sendo que o estilo e o texto estariam na zona de variação; enquanto os dois outros (a gramática e o gênero) integrariam o núcleo mais normativo. Nesse último núcleo também haveria o(s) estilo(s) no plural, que talvez se referisse à forma como a língua é mobilizada em cada gênero. O esquema, a seguir, tenta reproduzir essa idéia:



Reproduzido de ADAM (1999a: 93)

Pelo que apresentamos, a acepção de *estilo* para Adam pouco se aproxima à desenvolvida por Bakhtin. Primeiramente, Adam valoriza muito o aspecto microlingüístico do estilo, não levando em conta que ele está em interação com as práticas discursivas em que esse microlingüístico se insere. Em segundo lugar, o autor não considera que o tema bakhtiniano (que para ele diz respeito ao nível semântico), as unidades composicionais (que constituem a estrutura composicional) e o estilo estão em constante interação dentro da perspectiva de gênero. Ademais, o teórico não salienta que as escolhas estilísticas também devem ser feitas de acordo com o grau de conhecimento que um destinatário tem de uma situação, seus pontos de vista, suas crenças. Tudo isso condicionará uma compreensão responsiva desse enunciado por parte desse destinatário.

Em publicação posterior, Adam ratifica que o estilo é um dos oito componentes do gênero por ele apontados, como já vimos. E, ainda, insiste no fato de que esse componente estaria relacionado ao fraseológico, sendo que ambos comporiam o que o autor denomina textura microlingüística – cf. Adam (2001b: 40). Apesar do esforço do autor de estudar o estilo integrando-o à problemática dos gêneros, não vemos, nessa publicação, uma definição clara do que venha a ser o *estilo* nessa abordagem.

4.3.2.3. Componente enunciativo ampliado

Sem nos estendermos demasiadamente, é importante salientar que, de forma a valorizar alguns elementos que tivessem relevância direta no efeito persuasivo dos gêneros com os quais trabalhamos, optamos, nesse item, apenas por estudar algumas questões enunciativas. Outros mecanismos comumente a elas associados serão estudados quando trabalharmos os componentes estilísticos³⁰⁵.

O componente enunciativo³⁰⁶ englobará imagens que determinado Locutor quer trazer para o seu enunciado (*ethos*), visando a algum objetivo, de forma a predispor um Outro (*pathos*) a receber a sua mensagem. Entretanto, essas imagens só serão percebidas *a partir da escolha perpetrada pelo Locutor dos recursos verbais e paraverbais utilizados e dos fatores organizacionais presentes no universo textual*. Devido a essa relevância do *ethos* e do *pathos*, nesta tese, este componente será por nós denominado *enunciativo ampliado*.

Por trabalharmos com gêneros que buscam a adesão do Outro e dada a escassez de instrumentos teóricos de que dispúnhamos para analisar esse componente nos *corpora*, resolvemos fazer um breve retrospecto dos estudos sobre o *ethos* e o *pathos*. Primeiramente, remontaremos às suas origens, a partir dos estudos aristotélicos. Em seguida, mostraremos como essas noções foram recuperadas, numa vertente filosófica, com Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵) e, principalmente, numa vertente lingüística. De forma direta, por teóricos como Ducrot (1984b), Adam (1999b), Maingueneau (1999a), Plantin (2004) – sendo que alguns dentre eles trouxeram essas noções para a produção textual. Ou ainda, de forma indireta, com os estudos de Benveniste (1966) e de Kerbrat-Orecchioni (1980).

É importante mencionar que, embora essas noções estejam intimamente relacionadas e na prática não possam ser consideradas de forma separada, procuramos, didaticamente, separar

³⁰⁵ Outros aspectos, tradicionalmente considerados como enunciativos, como as modalizações, estarão fazendo parte, neste trabalho, dos componentes estilísticos.

os estudos teóricos que se centraram numa ou noutra problemática. Assim, primeiramente, estudaremos o *ethos*, e, em seguida, o *pathos*. No final, mostraremos como essas noções foram desenvolvidas neste trabalho.

Nesta tese, o estudo do *ethos* e do *pathos* é de grande relevância. Partimos da hipótese de que o *componente enunciativo ampliado* exerce uma espécie de controle sobre o *componente organizacional* e o *estilístico* e, ao mesmo tempo, é condicionado por esses dois últimos. É a partir das imagens que o Locutor/interlocutor querem construir de si que toda uma organização textual é criada, ou ainda, os recursos verbais ou paraverbais são escolhidos. E, também, é a partir desses dois últimos, que nós conseguimos resgatar, textualmente, as imagens do Locutor/interlocutor.

A questão do ethos – um percurso histórico

Dentro da retórica clássica, a questão do *ethos* esteve sempre relacionada a duas vertentes: uma relativa aos *hábitos oratórios* – de tradição grega – e outra aos *hábitos reais*³⁰⁷ – de tradição romana – cf. Amossy (1999: 19, 20). No primeiro caso, a imagem do locutor é construída pelo discurso; no segundo, a imagem do orador é um dado pré-existente e está relacionada a aspectos pessoais e institucionais.

Na obra aristotélica, cf. **2.2.1.**, são apontadas três provas que definem o discurso: o *logos* – correspondente à estrutura dos argumentos colocados pelo orador – o *pathos* – emoções suscitadas pelo discurso junto ao auditório – e o *ethos* – imagem que o orador transpõe de si para o discurso. Sendo que para Aristóteles (1991) a importância do *ethos* é ressaltada em relação às outras provas:

C'est le caractère moral (de l'orateur) qui amène la persuasion, quand le discours est tourné de telle façon que l'orateur inspire la confiance. [...] Il faut d'ailleurs

³⁰⁶ Muito do conteúdo que aqui mencionamos foi desenvolvido no artigo “O *ethos* e a argumentação nos editoriais portugueses – um desvendar crítico”, publicado em *Práticas de Investigação em Análise do Discurso*, Actas do II Encontro Internacional de Análise Lingüística do Discurso, 2004, p. 113-135.

³⁰⁷ Tradução dos termos “moeurs oratoires” e “moeurs réelles”, respectivamente. Cf. Amossy (1999: 19, 20).

que ce résultat soit obtenu par la force du discours, et non pas seulement par une prévention favorable à l'orateur.

Rhét. I, 2, 1358a

Ou seja, o *ethos* é construído no interior do discurso e ele se evidencia pelas *escolhas dos recursos, verbais ou não, feitas pelo orador*. Este persuadirá se conseguir, como afirma Eggs: “[...] *se montrer et apparaître et être perçu comme compétent, raisonnable, équitable, sincère et solidaire*” – Eggs (1999: 43).

Já para os romanos, quer seja através de Isócrates, Quintiliano ou Cícero, o *ethos* representava um dado pré-existente do orador, baseado em sua autoridade individual e institucional (reputação, estatuto social, forma de viver etc.). Cícero, por exemplo, definia o bom orador como *um homem que unia o seu caráter moral à capacidade de colocar a palavra*.

Essa distinção na perspectiva dos estudos clássicos, gregos e romanos é ressaltada por Le Guern (1977) que, ao retomar alguns estudos retóricos clássicos como os de Gibert, afirma:

Nous distinguons les mœurs oratoires d'avec les mœurs réelles. Cela est aisé. Car qu'on soit effectivement honnête homme, que l'on ait de la piété, de la religion, de la modestie, de la justice, de la facilité à vivre avec le monde, ou que, au contraire, on soit vicieux, [...], c'est là ce qu'on appelle *mœurs réelles*. Mais qu'un homme paraisse tel ou tel par le discours, cela s'appelle *mœurs oratoires*, soit qu'effectivement il soit tel qu'il le paraît, soit qu'il ne le soit pas. Car on peut se montrer tel, sans l'être; et l'on peut ne point paraître tel, quoiqu'on le soit; parce que cela dépend de la manière dont on parle.

(GIBERT, p. 208) – citado por (LE GUERN, 1977: 284) –
apud Amossy (1999: 20)

A retomada do estudo sobre o ethos numa vertente filosófica

A retomada dos estudos sobre o *ethos* na 2ª metade do século XX esteve, evidentemente, ligada a uma redescoberta de alguns trabalhos clássicos sobre a argumentação, nomeadamente de obras de Aristóteles. Foi Perelman que retomou a noção de *ethos*,

relevando a importância tanto do *ethos* oratório quanto do *ethos* relacionado aos hábitos reais:

Qu'il s'agisse non de faits, mais d'opinions, et surtout d'appréciations, *non seulement la personne de l'orateur, mais aussi la fonction qu'il exerce, le rôle qu'il assume, influencent indéniablement la manière dont l'auditoire accueillera ses paroles [...]*

Mais inversement, les propos de l'orateur donnent de lui une image dont l'importance ne doit pas être sous-estimée: Aristote la considérait, sous le nom d'*ethos oratoire*, comme une des trois composantes de l'efficacité dans la persuasion, les deux autres étant le *logos* et le *pathos*, l'appel à la raison au moyen d'arguments et les procédés rhétoriques visant à susciter les passions de l'auditoire.

(PERELMAN, [1977] 1997³: 111) – destaque nosso

Também Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵) ratificaram que, na persuasão, a construção discursiva feita pelo orador, é de extrema importância. Inclusive, nessa obra, esses autores, ressaltam a importância da adaptação do orador ao seu auditório. Como mencionam Perelman & Olbrechts-Tyteca: “*Toute argumentation vise à l'adhésion des esprits et, par le fait même, suppose l'existence d'un contact intellectuel*” – Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵: 18) – destaque nosso.

Esses teóricos salientam os malefícios que poderiam ser causados, para a argumentação, por uma idéia prévia inadequada do auditório: “*L'argumentation effective se doit de concevoir l'auditoire présumé aussi proche de la réalité que possible. Une image inadéquate de l'auditoire, qu'elle résulte de l'ignorance ou d'un concours imprévu de circonstances, peut avoir les conséquences les plus fâcheuses.*” Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵: 26) – destaque nosso.

Tais teóricos reforçam, principalmente, os hábitos oratórios que perpassam a história da argumentação desde a Antigüidade greco-romana, mas enfatizam a necessidade do orador de se adequar às crenças e valores do seu auditório. Para isso, esse mesmo orador deveria ter uma certa representação do que seria esse auditório, e também das idéias deste último em relação ao primeiro.

Amossy, desenvolvendo o pensamento desses autores, menciona a existência de uma espécie de jogo especular entre o locutor e o auditório ao qual ele se dirige:

En développant la pensée de Perelman, on peut dire que la construction discursive de l'*ethos* se fait au gré d'un véritable jeu spéculaire. L'orateur bâtit son image propre en fonction de l'image qu'il se fait de son auditoire, c'est-à-dire des représentations de l'orateur fiable et compétent qu'il croit être celles du public.

(AMOSSY, 1999: 133)

Julgamos que a grande importância desses autores, além dos aspectos acima mencionados, foi o fato de terem ultrapassado os limites da retórica clássica, que se restringia ao estudo do discurso oral. Na realidade, Perelman & Olbrechts-Tyteca, tendo ampliado o estudo da argumentação em qualquer atividade discursiva, oral ou escrita, com finalidade persuasiva, também trouxeram à tona a problemática do *ethos*.

A noção do ethos numa vertente lingüística

Nessa vertente, dividiremos o nosso estudo em três partes. Primeiramente, mostraremos os estudos fundadores de Ducrot (1984b). Em seguida, passaremos a mostrar estudos atualizados sobre a questão, numa perspectiva lingüístico-discursiva, ressaltando trabalhos de teóricos como Maingueneau (1996, 1999a), Amossy (1999) e Charaudeau (2005b). Por fim, detalharemos a perspectiva de Adam (1999b), que embora se coloque numa abordagem textual, não deixa de fazer menção a aspectos de ordem cognitiva, já pontuados por Grize (1990, 1996, 2004). Quando se mostrar pertinente, citaremos trabalhos de outros teóricos que, embora não tenham se atido à questão do *ethos*, estudaram a questão da subjetividade na língua.

Perspectiva de Ducrot

Dentro da Lingüística Enunciativa, também na 2ª metade do século XX, é importante salientar que nem Benveniste nem Kerbrat-Orecchioni se referem em suas obras ao *ethos*.

Apesar disso, convém salientar que a construção de uma *imagem de si* – Amossy (1999) – aspecto fundamental da retórica aristotélica, foi explorada pelos dois autores, visto que colocaram, como centro de suas análises, a descrição de procedimentos lingüísticos que refletiam a presença de um locutor.

Foi Ducrot, em sua publicação de 1984, *Le Dire et le dit*, que realmente trouxe a problemática do *ethos* para o âmbito da lingüística. Ao desvincular, de certa maneira, a enunciação da fonte produtora ou sujeito empírico, centrando-se na importância do enunciado, Ducrot diminuiu a importância dada a esse sujeito (exterior ao enunciado), ressaltando a *instância discursiva* do locutor.

Além desse locutor, o teórico considerou, como já mencionamos, a presença no discurso de um ou vários enunciador(es) que corresponde(m) aos diversos pontos de vista³⁰⁸ a partir dos quais os acontecimentos são apresentados. Sendo que o locutor pode ter vários tipos de atitude em relação a estes enunciadores: o de “*prise en charge*”; o de *acordo* ou o de *oposição* – cf. 2.4.2..

Porém, como a questão do locutor se integrou à problemática do *ethos*? Conforme Ducrot menciona, o primeiro estará diretamente relacionado ao segundo:

[...] Dans ma terminologie, je dirai que l'*ethos est attaché à L*, le locuteur en tant que tel : c'est en tant qu'il est source de l'énonciation qu'il se voit affublé de certains caractères qui, par contrecoup, rendent cette énonciation acceptable ou rebutante.

(DUCROT, 1984b: 201) – destaque nosso

Poderia até pensar-se que o *ethos* para Ducrot se aproxima da noção do *ethos* aristotélico. Todavia, a nosso ver, o estudo da argumentação segundo a ANL pouca relação tem com o dos retóricos clássicos. Estes se preocupavam, sobretudo, em trabalhar alguns usos e técnicas argumentativas utilizadas para a persuasão no discurso oral. Por outro lado, Ducrot e Anscombe – Anscombe & Ducrot (1988²) –, ao colocarem em evidência a noção de

orientação argumentativa³⁰⁹, definem a argumentação como parte integrante da língua, estando relacionada com o encadeamento lógico dos enunciados.

Convém, ainda, destacar um dos trabalhos mais recentes de Ducrot, intitulado “Argumentation rhétorique et argumentation linguistique”, inserido no livro organizado por Marianne Doury e Sophie Moirand, *L’Argumentation aujourd’hui: positions théoriques en confrontation*. Nesse artigo, Ducrot ressalta a importância do *ethos* para que se atinja uma eficácia persuasiva. Esta, na realidade só é conseguida quando os encadeamentos argumentativos, que traduzem o *logos*, são utilizados a serviço do *ethos*, como afirma: “[...] Bien loin que l’*ethos* vienne combler les insuffisances du *logos*, c’est le *logos* (si l’on entend par là les enchaînements en donc) qui est mis à profit par l’*ethos* : c’est en cela seulement qu’il peut servir l’argumentation, au sens rhétorique de ce dernier terme” – Ducrot (2004 : 32).

Perspectiva de Maingueneau

A noção de *ethos* foi retomada por Maingueneau, em publicações de 1996, 1998 e 1999, dentro de uma perspectiva mais centrada na Análise do Discurso. Como menciona o autor:

Tout discours oral ou écrit suppose un *éthos*: il implique une certaine représentation du corps de son garant, de l’énonciateur qui en assume la responsabilité. Sa parole participe d’un comportement global (une manière de se mouvoir, de s’habiller, d’entrer en relation avec autrui...). On lui attribue ainsi un caractère (joyeux, sévère, sympathique), et une corporalité (un ensemble de traits physiques et vestimentaires).

(MAINGUENEAU, 1996b: 40)

Para esse autor, é a partir das escolhas linguístico-textuais que o *ethos* ou os *ethè* são construídos. De acordo com a *maneira de dizer* ou, ainda, de *se mostrar* de determinado

³⁰⁸ Na *Teoria dos Blocos Semânticos* (TBS), versão atual da ANL, esses pontos de vista correspondem a encadeamentos argumentativos. Cf. Ducrot & Carel (2006).

³⁰⁹ Cf. Anscombre & Ducrot (1988²: 8) – “Un locuteur fait une argumentation lorsqu’il présente un énoncé E1 (ou un ensemble d’énoncés) comme destiné à en *faire admettre* un autre (ou un ensemble d’autres) E2. Notre thèse est qu’il y a dans la langue des contraintes régissant cette présentation”.

enunciador ou de vários enunciadores que um co-enunciador³¹⁰ pode reconstruir a *forma de ser* desse indivíduo textual. Para Maingueneau, esse *ethos* está presente num quadro interativo (dentro de uma cena englobante e genérica definidas e com uma cenografia legitimada discursivamente, cf. 3.3.1.) e inserido em determinado gênero, o que implica papéis específicos, lugares, momentos de enunciação autênticos, suporte material e modo de circulação para determinado enunciado. Em textos escritos, diferentemente dos orais, caberá ao leitor reconstruir essa cenografia, na qual estão presentes: o enunciador, a garantia, o co-enunciador, todos inseridos em determinado contexto situacional. A estreita ligação entre a construção do *ethos* e a cenografia é ressaltada por Maingueneau: “La scénographie, comme l’ethos qui participe d’elle, implique un processus en boucle paradoxale: dès son émergence la parole suppose une certaine scène d’énonciation, laquelle, en fait, se valide progressivement à travers cette énonciation même” – Maingueneau (1999b: 85). Também a complexidade do universo textual, em função do gênero, pode requerer o surgimento de uma variação de imagens textuais dos *ethè*, a que Maingueneau (2002c) denomina *ethos compósito*³¹¹.

Maingueneau, em publicação de 1999, resalta a existência de dois tipos de *ethos*: um *pré-discursivo*³¹² e o outro *discursivo*. O primeiro diz respeito às representações que circulam acerca daquele enunciador, de acordo com estereótipos³¹³ que circulam no meio social, o que o *ethos discursivo* (que emerge textualmente) pode ou não confirmar. Esse *ethos discursivo*³¹⁴, por sua vez, pode também se subdividir em *ethos dito* e *mostrado*. No primeiro caso, o *ethos* é construído a partir de aspectos verbais e, no segundo, a partir de

³¹⁰ Lembremos que o sentido de termo “enunciador” para Maingueneau é diferente do que o considera Ducrot. O termo *enunciador* para Maingueneau corresponde ao *locutor* de Ducrot. E, ainda, o termo *co-enunciador*, ao de *alocutário*.

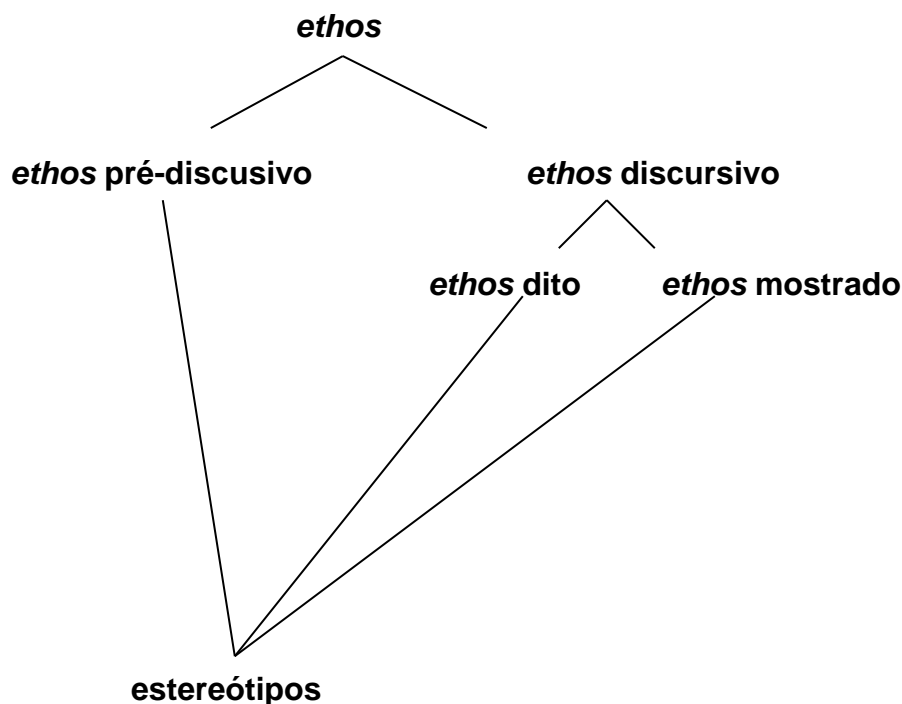
³¹¹ Tradução do termo ‘composite’, utilizado pelo autor – cf. Maingueneau (2002c: 63). Nesta tese, consideramos que possa haver tanto a construção de uma pluralidade tanto de *ethos* quanto de *pathos*, no universo textual. Com isso, fazemos uso, em vários momentos, do termo *flutuação imagística*, de forma a relevar a variação imagística de qualquer uma das duas instâncias textuais.

³¹² Ao que Amossy (1999: 134) denomina *ethos prévio*.

³¹³ Amossy ratifica a importância do *processo de estereotipagem* na construção do auditório. Para um discurso ser reconhecido por determinado auditório, é importante que ele se indexe em representações partilhadas. Para a autora “le stéréotypage [...] est l’opération qui consiste à penser le réel à travers une représentation culturelle préexistente, un schème collectif figé” – Amossy (1999: 135).

³¹⁴ Nesta tese, o *ethos* discursivo será denominado *ethos* textual, uma vez que estamos trabalhando com a noção de gênero de texto.

recursos não-verbais. O esquema a seguir reproduz a subdivisão do *ethos* proposta por Maingueneau.



Reproduzido de MAINGUENEAU (1999b: 91)

No entanto, o que distinguiria o *ethos*, na perspectiva de Maingueneau, do *ethos* aristotélico?

Primeiramente, o *ethos* aristotélico estava presente exclusivamente no discurso oral, principalmente de cunho jurídico. Maingueneau, como analista do discurso, busca estudá-lo em qualquer tipo de produção autêntica que apresenta um *tom* que dá legitimidade àquilo que é dito. Caberá ao interlocutor, no processo interpretativo, reconstruir o *corpo* desse enunciador que se coloca textualmente como o fiador do que é transmitido. Como menciona Maingueneau:

Un texte écrit possède en effet un *ton* qui donne de l'autorité à ce qui est dit. Ce ton permet au lecteur de construire une représentation du *corps* de l'énonciateur (et non, bien entendu, du corps de l'auteur effectif). La lecture fait ainsi émerger une instance subjective qui joue le rôle de **garant** de ce qui est dit.

(MAINGUENEAU, 1998: 80)

Esse *ethos* está inserido num quadro enunciativo que tem como objetivo fazer o co-enunciador³¹⁵ aderir a certo universo de sentido. Essa *imagem discursiva* exerce o papel de garantia daquilo que é dito, permitindo ao leitor, a partir de índices textuais diversificados, reconstruí-lo.

Ademais, esse *ethos* não é um ser discursivo estável, como pensavam os clássicos. Para Maingueneau, esse *ethos* está presente num quadro interativo dentro de uma cena englobante e genérica definidas e com uma cenografia legitimada discursivamente.

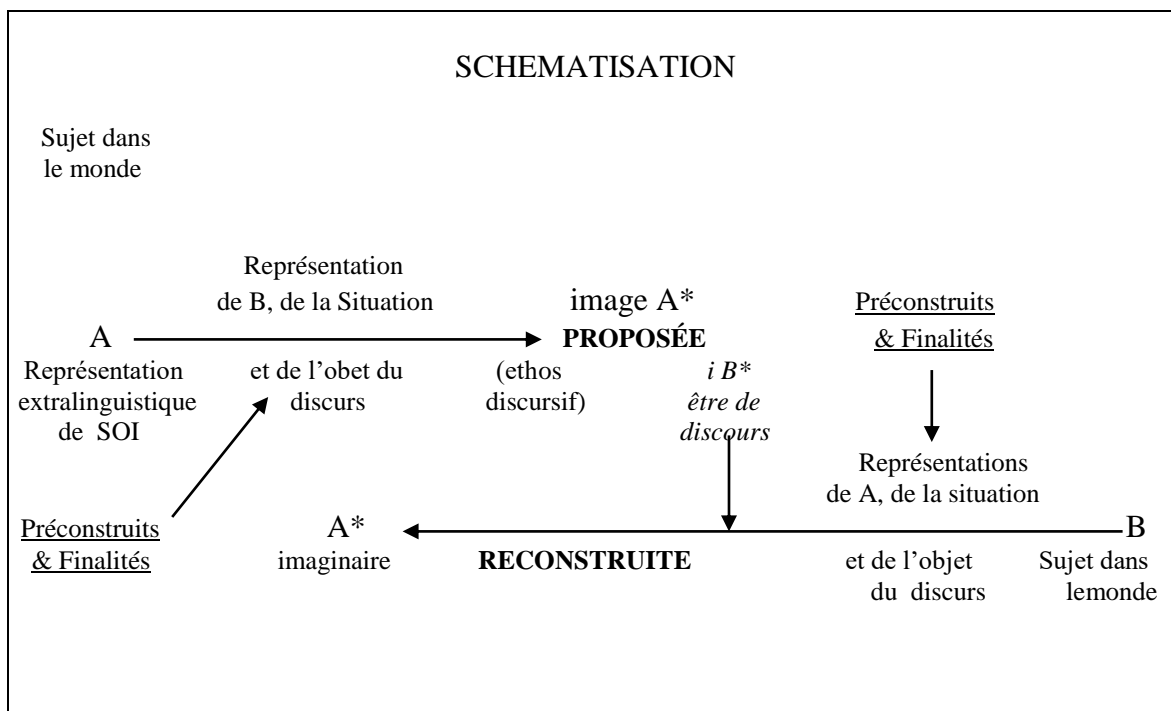
Além da consistência de todo um trabalho teórico de Maingueneau sobre a questão do *ethos*, houve, por parte do teórico, um esforço no intuito de analisar a noção em textos publicitários – Maingueneau (1998) e, sobretudo, em textos literários – Maingueneau (2004b)³¹⁶.

Perspectiva de Adam

Adam (1999b) procura enriquecer a noção de *ethos*, correlacionando-a com os estudos fundadores de Grize (1990, 1996, 2004) sobre a *esquematização* discursiva. Tomando como exemplo os discursos de Pétain e De Gaulle, Adam faz uso do seguinte quadro:

³¹⁵ Maingueneau utiliza o termo proposto por Culioli, por achá-lo mais condizente com o aspecto interativo da comunicação verbal.

³¹⁶ Além de Maingueneau, como representante da AD, é mister ressaltar trabalhos recentes de Charaudeau (2005b) para desvendar os *ethè* do discurso político. Na parte III, cap. I, de seu livro, ele explora os diversos tipos de *ethè* (*ethos* de “seriedade”; de “virtude”; de “competência” e alguns dos procedimentos lingüísticos importantes nessa classificação). Esse teórico, ainda, não deixa de ressaltar a importância do *ethos dito*, como já o fizera Maingueneau, mas enfatiza a importância, nesse tipo de discurso, do *ethos mostrado*, decodificado através dos gestos, do tom de voz e das diversas formas de falar. No contexto do português europeu, ressaltam-se os trabalhos de Pinto (2004 a, b, c, d) e de Braga (2004 e 2005) sobre a problemática do *ethos*.



Reproduzido de ADAM (1999b: 116)

De forma breve, poderíamos dizer que o A, enquanto sujeito integrado ao mundo, tem seus próprios objetivos, seus pré-construídos culturais, suas representações da situação de enunciação, do objeto do discurso, de si mesmo e também do seu auditório (B). É exatamente em função de toda a *representação* psicossocial de (A), do *ethos* esquematizado por (A) que aparecerá uma figura, denominada pelo autor de A*, de origem imaginária. Por outro lado, o processo se repete em relação a (B), a partir do qual surgirá também um B*, também um ser imaginário.

Já em trabalho posterior, mais especificamente o de 2001, Adam acentua a importância das noções de *ethos* e *pathos*. Dentre os vários componentes (oito, como já mencionamos), Adam pontua, como componente enunciativo, não só o grau de responsabilização dos enunciados, mas também a identidade e implicação dos co-enunciadores, a saber, o *ethos* e o *pathos*.

Da mesma forma que percorremos a noção do *ethos*, desde Aristóteles até algumas perspectivas discursivo-textuais atuais, procuraremos desenvolver o conceito de *pathos*,

seguindo a mesma orientação. Consideramos, à semelhança do que vimos com o *ethos* que, embora muitas abordagens teóricas não tenham utilizado o termo *pathos* em seus estudos, ele estará sempre presente, uma vez que, desde os estudos aristotélicos a noção de *pathos* está sempre relacionada às emoções suscitadas junto a um auditório. É necessário predispor certo interlocutor de forma que ele adira a uma tese.

*A questão do pathos – um percurso histórico*³¹⁷

Para Aristóteles, existem três maneiras (provas) de validar certa opinião face a um público. O *pathos*, em especial, é dividido por Aristóteles em algumas emoções particulares, doze no total, dispostas em pares, são elas: a cólera e a calma; a amizade e o ódio; o temor e a confiança; a vergonha e a gentileza; a piedade e a indignação; a inveja e a emulação.

Aristóteles dedicou-se especialmente ao estudo das paixões e assim as define: “Or la passion, c’est ce qui, en nous modifiant, produit des différences dans nos jugements et qui est suivi de peine et de plaisir. Telles sont, par exemple, la colère, la pitié, la crainte et toutes les autres impressions analogues, ainsi que leurs contraires”. *Rhét.* II, 1, 1378a.

Do mesmo modo, a importância dos afetos³¹⁸ na argumentação foi ratificada por Cícero (1961) e por Quintiliano (1977)³¹⁹. Todavia, como é que a questão do *pathos* foi recuperada pelos estudos contemporâneos?

³¹⁷ Muito dessa etapa da tese foi desenvolvida a partir do trabalho apresentado no Colóquio de Albi, França, intitulado “Le pathos dans les affiches politiques portugaises – stratégie rhétorico-politique-discursive?”, em julho/2004, publicado pela Universidade de Toulouse-Le Mirail.

³¹⁸ Este termo foi tomado de empréstimo a Plantin (2004), que o utiliza para designar as “paixões”.

³¹⁹ Cícero, em *De l’orateur* considera dez paixões : a cólera, o afeto a raiva, o temor, a esperança, a piedade, a inveja, o descontentamento, a alegria e a esperança – cf. Cícero (1961). Quintiliano, em *Institution oratoire*, especifica cinco tipos : a cólera, a raiva, o temor, a piedade e a inveja – cf. Quintiliano (1978).

A retomada dos estudos numa vertente filosófica

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵), a argumentação corresponde ao conjunto de recursos verbais utilizados por um orador de forma a incitar o auditório a aderir a uma tese. Dessa forma, é em função dos interlocutores que participam da interação que são feitas as escolhas do tipo de argumento a ser utilizado. Observa-se assim, a importância do auditório, na argumentação, primeira característica do *pathos* aristotélico. Por outro lado, a questão das emoções não é trabalhada por esses autores.

Em contrapartida, em obra individual, Perelman considera o apelo às emoções – *pathos* – como um dos aspectos importantes para que a persuasão seja eficaz, junto com o *logos* e o *ethos*. Entretanto, não faz um estudo aprofundado sobre a questão. Cf. Perelman (1997)³.

A noção do pathos na Lógica Natural

A partir da Lógica Natural, Grize (1990, 2004) preconiza que toda atividade discursiva remete a uma esquematização ou a uma representação parcial e/ou seletiva de certa realidade. E, ainda, um esquematizador, ao contruir uma esquematização de determinado fato, fá-lo em função do co-esquematizador a quem ele se dirige. Grize considera, como Aristóteles, que a construção de um discurso persuasivo deve ser feita em função daquele para quem aquilo que é esquematizado se dirige. No entanto, a questão das emoções não é, por ele, estudada.

A noção do pathos numa vertente lingüística

Nessa parte ressaltaremos um trabalho mais atual de Plantin (2004) sobre a importância do *pathos*, na argumentação, contrapondo-se a algumas abordagens críticas sobre a argumentação, como a de Hamblin (1970). Em seguida, pontuaremos dois trabalhos de Adam sobre a questão – Adam (1999b) e (2001b).

Perspectiva de Plantin

Para Plantin (2004), a argumentação é uma atividade dialogal e interacional e pressupõe um embate entre discursos divergentes, conseqüentemente as emoções devem sempre estar presentes. Segundo o autor, nunca se pode construir um ponto de vista sem que o afeto esteja presente. Como afirma o autor:

Si l'on définit l'objet de l'argumentation comme une rencontre de discours divergents, alors la situation argumentative est *fondamentalement marquée par des émotions* comme l'incertitude, l'embarras, l'inquiétude, la colère, le regret, etc. [...] La position qui est défendue ici est celle de l'indiscernabilité, selon laquelle il est impossible de construire un point de vue argumentatif sans y associer un affect.

(PLANTIN, 2004: 172) – destaque nosso

Já de acordo com uma abordagem crítica da argumentação, como a de Hamblin (1970), o racional se opõe o afetivo, e as emoções poluem a argumentação.

Perspectiva de Adam

Adam faz uma síntese entre as noções de *ethos* e *pathos* aristotélicas e algumas questões colocadas por Grize e propõe um esquema que, inclusive, já mostramos quando apresentamos a noção de *ethos*. Cf. Adam (1999b: 116).

Em publicação posterior, a de 2001, o autor insere, dentre os componentes integrantes do gênero, o componente enunciativo, no qual se integram o *ethos* e o *pathos*, como vimos em 3.3.3.2.. No entanto, não observamos, nos seus estudos, como caracterizar esse *pathos* e de que forma ele estaria relacionado às “paixões” (aristotélicas) ou aos “afetos” (considerados por Plantin).

4.4. Um ponto sobre a questão

Nesse longo percurso, procuramos encontrar subsídios para construir um modelo de análise de gêneros persuasivos, que será finalmente concretizado no próximo capítulo.

Em relação aos *componentes externos*, como vimos, Maingueneau e Adam salientaram, ao longo de seus trabalhos, a relevância de aspectos contextuais no universo textual. No entanto, procuraram centrar-se mais em alguns aspectos específicos. Maingueneau, em elementos discursivos (*externos* ao universo textual) e Adam em questões textuais, que se restringiram, sobretudo, ao estudo da segmentação dos textos. Por outro lado, Bronckart nos forneceu algumas pistas interessantes ao sugerir um percurso descendente de análise de textos, passando do nível mais situacional ao nível da organização interna. No entanto, se limitou a operacionalizar seus estudos em *gêneros de texto* convencionalmente mais estudados.

Em relação aos *componentes internos*, propriamente ditos, ainda pouco foi observado numa perspectiva de *teoria de texto* centrada no estudo da *lingüística dos gêneros*. Vale ressaltar o esforço de Bronckart, outra vez, através da descrição da arquitetura interna dos textos, de procurar relacionar a influência de aspectos situacionais e funcionais na materialização lingüística. Inclusive, o autor exemplificou, através da definição dos quatro mundos discursivos, as diversas formas lingüísticas que os semiotizam. Todavia, observamos que esse teórico – como os demais – não contemplou aspectos que para nós são importantes para a análise dos nossos documentos. Dentre estes, podemos citar a questão das formas plurissemióticas³²⁰ que poderiam atuar em determinados gêneros como componentes estilísticos.

³²⁰ Bronckart reconhece a importância das *unidades semióticas não-verbais*, que ele denomina *paratextuais*, mas opta por não considerá-las em suas análises – cf. Bronckart (1999: 80). Como lidamos com gêneros em que a imagem é de extrema importância, tentaremos correlacionar as unidades verbais com as não verbais. A correlação entre a lingüística e a semiótica, desprezada por uma herança positivista compartimentada como afirma Bronckart (2004a: 114), ajudará a descrever um dos gêneros com o qual trabalhamos: o *outdoor* partidário.

Ainda, é interessante salientar os trabalhos de Maingueneau de atualizar a noção de *ethos* da retórica clássica e os de Adam e os de Plantin, sobre o *pathos*, no entanto não vimos, no percurso que fizemos, como integrar essas categorias aos demais componentes.

Em síntese, os três autores nos apontam caminhos, mas ainda deixam algumas lacunas que precisam ser problematizadas. Em relação aos *componentes externos*, conseguimos, especialmente através de Maingueneau, estabelecer o quadro de análise dos gêneros persuasivos em sua *vertente externa*, porém como podemos operacionalizar a relação entre esse *componente* e o *interno*?

Quanto aos *componentes internos*, Adam e Bronckart, principalmente, nos forneceram subsídios relevantes, porém eles ainda não se mostraram suficientes para a elaboração de um quadro de análise dos gêneros persuasivos. Vários problemas se puseram, quando do nosso contato com os textos dos nossos *corpora* que passamos a apontar. Como lidar com *planos de texto ocasionais*, em que podem aparecer, como no caso de *outdoors* partidários apenas uma palavra e uma imagem? Não podemos deixar de mencionar que lidamos com textos que podem vir a não apresentar seqüências; ou estas podem estar incompletas, ou ainda não aparecerem dispostas de forma linear, como salientam os preceitos estruturalistas³²¹. Nesse caso, será que podemos falar de proposições e de seqüências elípticas? Caso a resposta a essa pergunta seja afirmativa, como depreender a *engrenagem organizacional* desses textos? Como trabalhar com recursos não-verbais em gêneros plurissemióticos, que constituem escolhas *estilísticas* de muitos gêneros (como o *outdoor* partidário)? Se o *ethos* e o *pathos* são importantes no universo textual dos gêneros persuasivos, como podemos classificá-los? Que interligação pode existir entre os diversos *componentes internos* de um texto? E, principalmente, qual a relação que pode ser estabelecida entre esses *componentes*, a *argumentação* e os *aspectos contextuais* relativos aos gêneros? No intuito de responder a essas perguntas, passaremos ao quinto capítulo desta tese.

³²¹ Saussure já pontuava que “os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo; seus elementos se apresentam um após outro; formam uma cadeia. Esse caráter aparece imediatamente quando os representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos”. Saussure (1970: 84).

5. Modelo de análise dos gêneros persuasivos

5.1. Introdução

Depois de um longo caminho em que percorremos várias abordagens teóricas, procuraremos, neste capítulo, definir algumas *categorias* das quais nos serviremos, direta ou indiretamente, para a análise dos textos e, finalmente, apresentaremos um quadro de análise para os gêneros persuasivos.

Essa demora para chegarmos à elaboração deste quadro se deveu a dois motivos. Primeiramente, como já salientamos, a *teoria do texto*, perspectivada como uma *lingüística dos gêneros*, é um terreno ainda pouco explorado. Por outro lado, os estudos que levantamos sobre a *argumentação* não consideravam a interação de aspectos lingüísticos, textuais e contextuais. Ora, foi o somatório de todos esses fatores que nos obrigou à coleta de instrumentos teóricos de autores diversos, até conseguirmos o nosso intento.

Neste capítulo, definiremos nos itens **5.2.** a acepção que o termo *gêneros persuasivos* terá nesta nossa tese. No item **5.3.**, conseguiremos apresentar o que é considerado *argumentação nos gêneros* (ANG). Em **5.4.**, desenvolveremos, o que serão por nós denominadas as *engrenagens textuais* e procuraremos, em separado, apresentar as noções de *engrenagem organizacional*, *estilística* e *enunciativa ampliada*. E finalmente, em **5.5.**, mostraremos um *esquema para a análise dos gêneros persuasivos*.

5.2. Gêneros persuasivos

Os *gêneros persuasivos* são práticas sócio-discursivas que estão inseridas nas diversas atividades de linguagem/formações sócio-discursivas/esferas da comunicação. Ressaltaremos dois aspectos importantes que os destacam dos demais *gêneros de texto*: a *importância do aspecto persuasivo associado à questão funcional* que lhes caracteriza e a

especificidade da argumentação nestes gêneros, uma vez que englobará tanto *aspectos lingüísticos verbais e/ou não-verbais*, quanto *retóricos*, em constante interação.

Em relação ao primeiro aspecto, é pertinente lembrar que a importância da questão funcional na descrição dos gêneros nos é bastante conhecida e foi ressaltada por diversos autores³²² como: Bakhtin(1997²), Maingueneau (1986), Adam (1999a), Bronckart (1999), Charaudeau (2002). Este último autor, ao salientar a relevância da finalidade dentro das questões situacionais, opta por utilizar o termo *gêneros situacionais* para denominar os *gêneros de texto*, como já ressaltamos em 3.3.2.2.. Segundo o teórico: “[...] comme on l’a dit, la *finalité*, et donc la visée qu’elle sélectionne n’est pas le tout de la situation de communication. Mais elle en est un des éléments essentiels qui se combine avec les caractéristiques des autres composantes” – Charaudeau (2001: 57).

No entanto, no nosso caso, em especial, trabalhamos com *gêneros persuasivos* que têm o *aspecto persuasivo associado a essa finalidade*. O objetivo desses gêneros é persuadir de diversas formas, fazendo com que o interlocutor adote uma posição em relação a determinado assunto. Buscam influenciar opiniões de forma a fazer votar num partido (*outdoor partidário*), a acatar um pedido sustentado judicialmente (petição inicial), ou a estimular um consenso ou a mudar uma opinião (editorial).

Como ressaltamos em 4.3.1.6., a finalidade de um *gênero persuasivo* pode vir a ter mais um teor *demonstrativo* do que *persuasivo* ou vice-versa. Dessa forma, pensamos na adoção de um *continuum* em que estariam presentes, num pólo, a finalidade demonstrativa e, no outro, a persuasiva. Os *gêneros persuasivos*, em análise, poderiam vir a estar mais ou menos próximos dessas duas extremidades, em função do levantamento que deve ser feito das *engrenagens organizacional, estilística, e enunciativa ampliada*.

Quanto à *especificidade da argumentação*, podemos dizer que os *gêneros persuasivos* apresentam uma argumentação própria e complexa, podendo ser descrita tanto por questões *lingüísticas* e *não-lingüísticas* quanto *retóricas*. Em 2.4.1.2., já tínhamos ressaltado a

³²² Já tínhamos apresentado alguns desses autores em 4.3.1.6..

importância que Ducrot (2004) dava à questão retórica, que se sobressaía à questão lingüística, no discurso com efeito persuasivo. Entretanto, essas noções devem ser, por nós, ampliadas para podermos trabalhar com os gêneros persuasivos de que dispomos.

Para nós, a *argumentação lingüística* dirá respeito a todas as escolhas estilísticas (verbais) perpetradas pelo agente produtor quando da produção de determinado gênero. Também se refere aos diversos encadeamentos argumentativos em PT e CT³²³ que poderão ser inferidos textualmente, relacionados diretamente à organização do texto. Além desses encadeamentos, as noções de seqüências e tipos de discurso serão de grande relevância para depreender essa organização, como veremos. Assim, a *argumentação lingüística*, neste trabalho, terá um sentido bem mais amplo do que o pontuado por Ducrot (2004), conforme mencionamos em **2.4.1.2.**

Em relação às questões de ordem retórica apontadas por Ducrot (2004), consideraremos, à semelhança deste último, que a *argumentação retórica* está relacionada à construção do *ethos* e do *pathos*. Contudo, tentaremos mostrar a complexidade dessa construção – aspecto não privilegiado por Ducrot. Procuraremos trabalhar essas noções de um ponto de vista dinâmico, estudando os papéis dos interlocutores decodificados textualmente (*ethos* e *pathos*), a partir de fatores verbais e não-verbais que possam vir a intervir na construção dessas personagens textuais. Dessa forma, a escolha dos recursos verbais adequados a determinado gênero (organizadores textuais, modalizações, anáforas, nome próprio) bem como dos recursos paraverbais (ângulo de tomada da fotografia, a própria fotografia, cores, tipografia) constituirão estratégias determinantes para que sejam delineadas as imagens desse *ethos* e desse *pathos*. Consideraremos ainda, dentro dessas questões, aspectos situacionais de vários tipos: suporte, local de circulação, estatuto dos interlocutores, instâncias interlocutivas, condicionarão a escolha dos recursos verbais e paraverbais, influenciando indiretamente na construção do *ethos* e do *pathos*, que estão em constante interação entre si.

³²³ De acordo com a TBS, como vimos, as unidades lexicais, os enunciados e até os parágrafos podem ser traduzidos por encadeamentos argumentativos em PT e CT, depreendidos a partir da argumentação externa ou interna das várias unidades apontadas – cf. **2.4.1.2.**

Pelo que expusemos, ratificamos que não faz sentido clivarmos a *argumentação* nos gêneros persuasivos em *argumentação lingüística* e *argumentação retórica* – embora o façamos, às vezes, para algum esclarecimento. Nesta tese, a *argumentação* envolve aspectos de várias ordens. Ela diz respeito a todos os recursos estilísticos e organizacionais que interagem, num processo de mão dupla, interferindo diretamente na construção do *ethos* e do *pathos* e, ao mesmo tempo, sendo selecionados, em função desses últimos. Dessa forma, a interação e a dinamicidade são características marcantes na *argumentação* desses gêneros.

Ainda, a *argumentação* não se limita a uma intenção³²⁴. Ela corresponde a um *processo* e a um *produto*. Como *processo* pode ser depreendida, no universo textual, através de mecanismos argumentativos explícitos ou implícitos que estão em constante interação entre si e com outros elementos situacionais. Como *produto*, se confunde com o termo *persuasão* porque leva em conta o *efeito persuasivo* ou a *finalidade persuasiva* dos gêneros com os quais trabalhamos³²⁵.

Ressaltemos que os *gêneros persuasivos*, como os demais gêneros de texto, apresentam um *componente externo* ou *vertente externa*, em que fatores situacionais são importantes, dentre os quais destacamos a importância da *finalidade de teor persuasivo*. E, também, um *componente interno* ou *vertente interna*, em que elementos organizacionais, estilísticos e enunciativos são importantes.

Como acreditamos que a *vertente externa*, nos gêneros persuasivos, tem os mesmos componentes de um *gênero de texto* qualquer, não nos interessa aqui repetir as definições relativas aos componentes externos, conforme apresentamos em 4.3.1.. A título de recapitulação, os componentes externos por nós considerados são: o *arquitextual*, o

³²⁴ Ponto de vista de Eemeren & Grootendorst (1984), como vimos em 2.1.. Esses autores pensam que toda persuasão passa necessariamente por uma argumentação – opinião que compartilhamos. Contudo, discordamos das definições que esses teóricos conferem à argumentação e à persuasão. Para eles, como colocamos, a *argumentação* pode ser definida como a intenção de determinado locutor de fazer acreditar algo a alguém, já a *persuasão* consistiria na própria aceitação por parte de um auditório de algo.

³²⁵ A definição que propomos para o termo argumentação se aproxima da proposta por Adam & Bonhomme (1997).

intertextual, o *metatextual*, o *discursivo*, o *peritextual* e o *situacional*, como mostraremos no esquema apresentado em 5.5..

Por outro lado, a *vertente interna* dos *gêneros persuasivos* apresenta características bastante próprias que serão por nós desenvolvidas quando da análise dos estudos de caso. Partimos da hipótese de que as questões estilísticas selecionadas pelo agente produtor interajam de forma dinâmica com questões organizacionais e enunciativas, como pontuamos anteriormente. Com isso, passaremos a denominar os componentes internos dos gêneros persuasivos de *engrenagens*³²⁶ e procuraremos desenvolver antes a noção de *argumentação nos gêneros* (ANG). Esta será de extrema valia para o estudo dos *gêneros persuasivos* com os quais trabalhamos.

5.3. Argumentação nos gêneros (ANG)

A *argumentação nos gêneros* ou ANG corresponde a todos os mecanismos argumentativos explícitos e implícitos utilizados em gêneros com finalidade persuasiva³²⁷. Esses mecanismos podem ser estudados através de recursos verbais e não-verbais que interagem dinamicamente entre si e com aspectos situacionais. Na realidade, defendemos a tese da existência, no interior de cada texto inserido num *gênero de texto persuasivo*, de uma *argumentação própria e diferenciada*.

Como a ANG é uma categoria abstrata, assim como o próprio gênero, ela só pode ser analisada no interior dos textos, através dos recursos verbais e não-verbais que traduzem uma finalidade persuasiva perceptível ao nível textual. Porém, para que essa face argumentativa dos textos seja inteligível, não poderemos fazer abstração de aspectos contextuais. Procederemos, assim, a um percurso descendente de análise, que passa dos componentes externos – vertente externa da ANG – aos componentes internos. Estes têm

³²⁶ Engrenagem corresponde ao “jogo de rodas denteadas para transmissão de movimentos e força nos maquinismos” – Ferreira (1999³:760).

³²⁷ Aqui, restringimos o nosso estudo a esses gêneros. No entanto, temos a intenção de analisar, em trabalhos futuros, o funcionamento da ANG em outros gêneros.

um papel dinâmico, como ressaltamos, interagindo entre si. Foi por esse motivo que substituímos os termos *componentes organizacional, estilístico e enunciativo*, por nós definidos quando delimitamos os componentes internos do gênero de texto, por *engrenagens organizacional, estilística e enunciativa*, respectivamente.

É importante ratificar que a ANG *não pode ser considerada um dispositivo autônomo*, pois ela está em constante interação, numa relação dinâmica, com elementos relativos ao quadro situacional em que a comunicação se insere, à própria *doxa* (discursos que circulam), ao arquitexto e a todos os elementos que condicionam o próprio gênero – responsáveis também pelo condicionamento da ANG. É a partir de todos esses elementos que a argumentação se materializa ao nível interno.

Sublinhemos que, ao estudar a argumentação nos gêneros (ANG), também faremos uso de aspectos ressaltados pela ANL ou pela ANT por lhe serem complementares. Trabalharemos ainda com elementos semióticos não privilegiados por nenhuma das abordagens apresentadas, mas que serão importantes para demarcar a ANG em alguns gêneros plurissemióticos, como o *outdoor* partidário.

5.4. Engrenagens textuais e Dinâmica argumentativa

As *engrenagens textuais* dizem respeito, materialmente, aos *componentes internos dos textos*. Na verdade, buscamos definir uma categoria que pudesse dar conta da *dinâmica argumentativa* dos gêneros em geral, por isso optamos pelo termo *engrenagem* que assumiria três papéis distintos, mas complementares e dialógicos: poderia vir a ter um papel *organizacional, estilístico* ou *enunciativo*, como apontamos.

Para dar conta da *organização textual*, teremos a *engrenagem organizacional*. Esta diz respeito ao estudo da forma pela qual um texto pode ser segmentado. Dentre os vários aspectos organizacionais que serão por nós apontados, privilegiaremos o estudo dos encadeamentos argumentativos em PT e CT, que podem ser depreendidos no universo

textual³²⁸, a partir das unidades textuais verbais e não-verbais presentes no texto. Como essa organização é desencadeada a partir de grupos nominais/verbais em interação com diversos enunciados presentes no texto, ela terá um caráter semântico que se refletirá ao nível organizacional. No entanto, essa organização, também, será identificada a partir das articulações entre outras unidades textuais presentes no texto, conforme veremos em **5.4.1.1..**

Em relação à *engrenagem estilística*, pode-se afirmar, de forma sintética, que ela corresponde à escolha de recursos verbais ou não-verbais, perpetrada pelo agente produtor, em função do gênero de texto.

Quanto ao papel *enunciativo*, daremos relevância a questões relativas às imagens do Locutor e às do interlocutor construídas textualmente. Como essas imagens só podem ser perceptíveis a partir da análise das demais *engrenagens*, denominá-las-emos *engrenagem enunciativa ampliada*, como já colocamos.

Todas essas engrenagens, reiteramos, constituirão o que denominamos *dinâmica argumentativa*, dado o seu caráter dinâmico e interativo.

Poder-nos-iam perguntar se essas *engrenagens* só seriam válidas para traduzir a ANG dos *gêneros persuasivos*. A nosso ver, elas poderiam ser utilizadas em qualquer gênero de texto, e resgatariam, realmente, o tom dialógico preconizado por Bakhtin³²⁹ e que caracteriza o nosso objeto de análise, que é o texto. Esse *dialogismo*, que é intrínseco ao próprio texto, reflete-se na inter-relação de fatores contextuais com os componentes internos do texto; entre os componentes internos entre si, dentre outros fatores. Todavia, restringimo-nos, nesta tese, a trabalhar as *engrenagens* presentes em alguns *gêneros persuasivos*.

³²⁸ Veremos, nas análises, que poderemos ter *tipos de discurso* e *seqüências* também fazendo parte dessa engrenagem organizacional.

³²⁹ Brait (2005) fala de “dialogicidade”.

Insistimos no fato de que, no caso dos *gêneros persuasivos*, em que um indivíduo busca a adesão do interlocutor a uma determinada idéia, ele não poderá fazer uso apenas de uma *argumentação lingüística*, mas terá que utilizar outros recursos. Dentro desse novo cenário, a *persuasão* assume uma complexidade bem maior, lidando com questões tanto verbais quanto paraverbais, dependendo do gênero em que se insere, e cabe às *engrenagens textuais* traduzir toda essa complexidade argumentativa.

5.4.1. Engrenagem organizacional (EO)

A partir do inventário que fizemos das diversas abordagens teóricas, onde procuramos estudar a questão da organização textual (desde as teorias clássicas até as mais atuais), observamos que todas buscaram estudar como o texto poderia ser dividido ou subdividido – em blocos de tamanhos variáveis –, a partir de uma unidade de sentido. Dentro desse contexto, essas perspectivas contribuíram, ainda insatisfatoriamente, para podermos desvendar a organização dos textos, numa perspectiva de gênero, uma vez que não se preocuparam em mostrar o caráter intrínseco de questões sociais e situacionais nessa organização textual.

Por outro lado, teorias discursivo-textuais recentes procuraram estabelecer alguma relação entre a questão da organização textual, denominada com propriedade *plano de texto*, por Adam (1997a) e recuperada por Bronckart (1999) e por Maingueneau (2002b) a aspectos relativos ao gênero. Porém, apesar desse esforço, pouco foi desenvolvido para trabalhar essa inter-relação. O problema se acentua quando pensamos no estudo de *gêneros persuasivos*, cujas relações argumentativas assumem um papel de relevância na organização textual e também são coibidas por fatores relacionados ao gênero em que se inscrevem. Os autores por nós consultados, não tendo explorado gêneros desse tipo, forneceram-nos subsídios ainda insuficientes para que elaborássemos um modelo de análise que desse conta da organização desses gêneros.

Dessa forma, admitimos a hipótese da existência de uma categoria, imposta pelo contato com os textos de que dispúnhamos, que pudesse ter algum rendimento no estudo dessa

organização textual e a ela denominamos *engrenagem organizacional* (EO). Esta é constituída por uma espécie de *plano de texto*³³⁰. Neste, estão presentes uma/ou várias unidades macro-textuais³³¹ (UMTs) – que funciona(m) como um centro desencadeador de relações argumentativas – e uma/ou diversas unidades textuais (UTs) explícitas ou implícitas – argumentativa e funcionalmente ligadas à UMT –. Acrescentemos que podem ser identificados variados tipos de discursos e de seqüências, conforme propostos por Bronckart e Adam, respectivamente, que, dependendo do gênero, podem vir a conferir uma unidade de sentido no interior da UT. Em síntese, para os autores mencionados o *plano de texto* referia-se à segmentação do texto, em modalidades variáveis e era influenciado por questões relativas ao gênero. Nós assumimos que o plano de texto englobará, além das modalidades apontadas pelos autores, unidades textuais verbais e não-verbais explícitas hierarquicamente dispostas ou unidades textuais implícitas que se inter-relacionarão argumentativamente entre si. *Sendo que todos os elementos que compõem o plano de texto estão intrinsecamente relacionados a aspectos situacionais e contextuais*. Desse modo, o *plano de texto*, conforme definimos, é realmente integrado à problemática dos gêneros.

No intuito de explicitarmos essa EO, muito nos ajudaram, como veremos, os estudos da Argumentação na Língua, sobretudo a teoria dos blocos semânticos (TBS), que como vimos em **2.4.1.2.**, constitui a fase atual da ANL.

A partir dessa breve explanação, desenvolveremos detalhadamente, neste capítulo, o conceito de engrenagem organizacional (EO) que permeará este trabalho. Em seguida, passaremos a decompô-la. Primeiramente, definiremos os diversos níveis que a integram: as unidades macro-textuais (UMTs); as unidades textuais (UTs); as unidades textuais implícitas (UTIs) e as unidades textuais periféricas (UTps). Adiante, tentaremos pontuar os critérios por nós desenvolvidos para que sejam identificadas as UMTs, as UTs, as UTIs e as UTps. Ainda, apresentaremos as funções que as UMTs podem vir a ter em gêneros

³³⁰ Na verdade, privilegiamos nesta tese um sentido diverso para o termo, como vimos em **4.3.2.1.**, quando fizemos um retrospecto dos estudos de Adam, Maingueneau e Bronckart sobre a questão.

³³¹ Essas unidades macro-textuais são também, evidentemente, unidades textuais, mas apresentam um estatuto hierárquico diferenciado.

persuasivos: a de plataforma³³² geradora (PG) e de plataforma condensada (PC). Ademais, mostraremos os diversos tipos de articulação que possam vir a existir entre UTs e UMTs e ainda entre UTIs. Por fim, destacaremos como os diversos tipos de discurso ou sequência podem vir a formatar uma UT e qual o tipo de *dispositio* ou disposição que pode vir a ser encontrado no gênero de texto em análise: uma *dispositio* mais voltada aos moldes clássicos ou não.

5.4.1.1. Precisões conceituais e terminológicas

Engrenagem Organizacional (EO)

Devemos ressaltar que essa engrenagem – como todas as outras – depende de aspectos relativos ao gênero em que se insere, em especial de aspectos situacionais/pragmáticos. É em função desses elementos, de representações que o Locutor tem do seu interlocutor; do objetivo de sua interação que são selecionadas unidades de diversos níveis que, como veremos, comporão materialmente o que denominamos EO.

Na verdade, essa *engrenagem* (que interage também com a *enunciativa ampliada* e a *estilística*) diz respeito ao conjunto de níveis diferentes em que um texto pode ser desmontado, como definiremos a seguir. Entretanto, essa organização só é perceptível através das escolhas perpetradas pelo agente produtor quando da construção do seu texto. Escolhas estas que serão recuperadas – em graus variáveis – pelo interlocutor quando da sua tentativa de interpretar um texto.

Essa EO pode ser analisável em qualquer texto, porém no caso específico dos gêneros persuasivos, com os quais trabalhamos, ela estará relacionada em especial ao *conjunto de relações argumentativas* que possam vir a ser depreendidas no texto, em diversos níveis e

³³² São vários os sentidos que o termo apresenta no dicionário. Dentre eles, podemos citar a definição de plataforma como uma “área de cimento ou estrado de madeira, elevada mais ou menos à altura do piso dos vagões, para facilitar o embarque ou desembarque de passageiros ou de carga nas estradas de ferro”, ou ainda,

diversas localizações textuais. Não nos ateremos apenas a uma mera organização linear e sequencial como ditam os padrões estabelecidos, por exemplo, por Adam (2001⁴), que estudou as seqüências prototípicas; ou, ainda, por Bronckart (1999), que trabalhou as noções de tipos de discurso e de seqüências, conforme vimos em 3.3.4.2. e 2.4.3.2., respectivamente.

Unidades Macro-Textuais (UMTs)

A UMT corresponde, em determinado texto³³³, a uma palavra, a um sintagma, a uma proposição, a um parágrafo, ou a um conjunto de parágrafos que condensa encadeamentos argumentativos em [CT] e em [PT]. Além de *condensar* essas relações, essa UMT atua como uma *espécie de centro de distribuição* das mesmas, como veremos. Dessa forma, a UMT tem um papel funcional de extrema relevância nos gêneros persuasivos, gerindo todos os níveis da EO. Além disso, vale mencionar que a UMT é uma unidade textual (UT), pois apresenta uma unidade de sentido no universo textual, contudo ela tem um estatuto hierárquico diferenciado, uma vez que todas as relações argumentativas textuais são controladas por essa UMT.

A UMT pode ter diversos níveis. Há UMTs que interferirão argumentativamente em todo o texto, já há outras que atuam em partes específicas do mesmo. Todavia, não deixarão de ser UMTs, uma vez que atuam como *centros desencadeadores* de relações argumentativas, porém em escala diferente.

Convém ratificar que a UMT é coibida por aspectos relativos ao gênero em que está inserida. Dessa forma, a UMT atende às exigências ditadas pelo próprio gênero, quer sejam relativas a aspectos situacionais (objetivo, estatuto dos interlocutores, lugar, momento da interação, por exemplo), como outros aspectos de ordem material, metatextual, peritextual. E a UMT pode vir a traduzir uma certa identidade temática do texto, também dependendo

“rampa de onde se lançam foguetes e outros projéteis”. Ferreira (1999: 1565). Para nós, a *plataforma* corresponde a uma espécie de *espaço textual* a partir da qual as relações argumentativas são originárias.

do gênero de texto em que atua. Desse modo, no processo de interpretação, é possível perceber a relevância daquela UMT, dada à experiência que nós, leitores, temos com textos de diversos gêneros e conseguimos inter-relacioná-la, argumentativamente, às demais UTs que compõem o texto. É relevante salientar que essa inter-relação será estabelecida, dependendo do gênero, a partir das unidades textuais implícitas (UTIs) depreendidas através da UMT e das UTs verbais e não-verbais presentes no universo textual.

Salientemos que essa UMT, além de um caráter funcional, pois atua como uma rede de distribuição de relações argumentativas, apresenta um conteúdo semântico que nos *fornece instruções* para a interpretação do restante do texto. E, também, essa UMT se comportará de forma diferenciada em cada um dos gêneros em análise.

Vale mencionar que a UMT pode vir a apresentar formatos diferenciados em função do gênero em que está inserida, como veremos quando desenvolvermos o item referente aos critérios de identificação da mesma.

Analisando os nossos *corpora*, podemos citar alguns exemplos que nos parecem significativos.

Em relação aos *outdoors* partidários do PS, por exemplo, observamos, na segunda fase, o uso constante de unidades lexicais como: “coragem”, “determinação” e “seriedade”. Essas unidades lexicais correspondem a UMTs que nos fornecerão instruções para interpretar as demais unidades textuais que compõem o cartaz, estando argumentativamente interligadas a elas, através de *argumentações externas*. Convém salientar que, para que possamos interpretar a UMT, bem como as UTs a ela interligadas, temos que fazer uma leitura global do cartaz.

³³³ Lembremos que, dependendo do gênero em análise, o texto é plurissemiótico, englobando recursos verbais e recursos não-verbais como a fotografia, as cores, a tipografia.

No caso da petição inicial (doravante PI), as UMTs são perceptíveis nos últimos parágrafos do texto, e será através da *argumentação interna*³³⁴ desses trechos que teremos instruções para a interpretação das demais UTs presentes no texto. No entanto, em relação à PI, os encadeamentos oriundos do *arrazoado abdutivo*, como desenvolveremos no item **6.3.3.1.**, observado na UMT, pouco interagem com as demais UTs observadas no documento. Esse certo *grau de desprendimento semântico* talvez seja uma característica do gênero em análise.

Ou ainda, essa UMT pode vir a ser descrita através de várias *argumentações internas* as quais podem vir a ecoar no texto. Todavia, apenas algumas são selecionadas em função da própria materialidade textual. No caso dos editoriais, por exemplo, quando trabalhamos com as *argumentações internas* da UMT (materializada pelo título, como ressaltamos adiante), observamos que algumas ecoam em diversos momentos do texto. Nesse caso, as UTs perceptíveis traduzirão semanticamente as argumentações internas desencadeadas pela UMT, conforme apresentaremos em **6.4.3.1.**

Sobre a relevância do título no estudo do discurso de opinião, em que o editorial se enquadraria como gênero prototípico, Fonseca salienta que o título “anuncia” e “condensa” um programa discursivo. Em nota, o teórico preconiza:

O título pode efectivamente, ser considerado na dupla perspectiva que a formulação que utilizei assinala: numa primeira, ele tem uma *orientação projectiva*; numa segunda, que enraíza em, e se alimenta de, um movimento de *orientação retroprojectiva*, ele compendia, condensando-o, o rumo global do discurso, concretizado no seu desenvolvimento.

(FONSECA, 2001b: 97 – nota 4)

E, vale salientar que, como veremos mais adiante, o *título*, nesse gênero, em especial, também funcionará nessa dupla orientação: numa orientação projetiva, atuando como

³³⁴ Lembremos que, para a TBS, a argumentação interna diz respeito ao discurso normativo ou transgressivo depreendido a partir de uma unidade lexical/ de um ou vários enunciados. Já a argumentação externa corresponde a discursos normativos ou transgressivos que podem ser continuações da unidade lexical/de um ou vários enunciados.

plataforma geradora (PG) de relações argumentativas e, numa orientação retrojetiva, funcionando como *plataforma condensada* (PC) de encadeamentos argumentativos.

Unidades Textuais (UTs)/ Unidades Textuais Implícitas (UTIs)/ Unidades Textuais Periféricas (UTps)

O termo *unidade textual* (UT) diz respeito a qualquer unidade (lexical, proposicional ou relativa a um parágrafo ou a vários parágrafos) implícita ou explícita (verbal ou não-verbal) que, no interior do universo textual, apresenta uma unidade de sentido.

Em textos de *gêneros persuasivos*, utilizamos a denominação UT em sentido amplo. Pode designar. 1) Unidades verbais explícitas presentes em um texto (que podem ser representadas por unidades lexicais, enunciados, conjunto de enunciados, em função do gênero em que se inserem), que podem atuar de duas formas. Ora como uma UT diferenciada, que corresponde a uma UMT, funcionando como um centro gerador de relações argumentativas³³⁵, ora como uma UT subordinada argumentativamente à UMT mencionada. É importante ressaltar que essa diferença hierárquica entre unidades textuais é estipulada pelo papel argumentativo que apresentam no universo textual. 2) Unidades verbais explícitas que são impostas pelo gênero e se situam periféricamente em relação ao *corpo de texto*³³⁶. Estas são as unidades textuais periféricas (UTps). 3) Unidades não-verbais explícitas (que podem ser mensagens icônicas ou plásticas³³⁷). Estas deverão ser parafraseadas por discursos normativos ou transgressivos que correspondem na EO a unidades textuais implícitas. Dessa forma, essa UT não-verbal articula-se às demais UTs

³³⁵ Em alguns gêneros, como no caso do editorial, a UT que funciona como UMT é também uma unidade periférica (UTp).

³³⁶ “Este corresponde à parte mais desenvolvida do texto de uma notícia” – Rabaça & Barbosa (2001: 193). Transpondo para os universos textuais de que dispomos, poderíamos dizer, no caso do outdoor político, a UMT: “mãe, porque é que a avó precisa de cunhas para ser operada?” é o *corpo de texto* uma vez que é a única unidade verbal variável (desenvolvida e não repetida) na 2ª fase da campanha do PSD, visto que as demais são repetidas. Já no caso dos outros gêneros, o editorial e a petição inicial, a identificação do *corpo de texto* se faz realmente pela parte do texto mais extensa presente nesses gêneros.

³³⁷ Para nós, o *signo icônico*, como afirmamos anteriormente, é aquele que possui alguma semelhança ou analogia com o referente. Nesse caso, a fotografia estaria aí inserida. Enquanto os *signos plásticos* são aqueles que, na imagem, apresentam um significado. Assim, as cores, as formas, a composição, a textura são signos

presentes no cartaz. 4) Unidades verbais implícitas que podem ser materializadas por discursos normativos ou transgressivos. De forma a evitar confusões terminológicas, reservaremos a abreviatura UT para as unidades *explicitamente* observáveis e a nomenclatura UTI, para as *implícitas*. No caso dos gêneros com os quais trabalhamos as UTIs implícitas, como veremos, assumem um papel mais importante do que as UTs verbais e não-verbais explícitas. No entanto, é a partir das últimas, que conseguimos depreender os discursos transgressivos e normativos que descrevem as primeiras. Ressaltamos que é através das UTIs que conseguimos perceber implicitamente³³⁸ as relações argumentativas no universo textual.

O sentido de quaisquer unidades textuais (sejam elas verbais ou não-verbais, explícitas ou implícitas) só é depreendido quando se olhar *o texto num todo*, observando *as inter-relações entre todas as* UTs e destas com as UMTs. Dependendo do texto em análise, podemos pensar na existência de UTs, num nível inferior, encaixadas em UTs hierarquicamente mais importantes que funcionam como UMT em outro nível de análise. No nosso caso específico, embora salientemos, em função do gênero, esse tipo de distinção, preocupamo-nos sobretudo nas relações argumentativas depreendidas a partir do nível mais global de análise, ressaltando as inter-relações das UTs com a UMT, e das UTs entre si, não levando em consideração as diversas subdivisões que as UTs poderiam sofrer.

Por outro lado, vale frisar que a(s) UMT(s) e as UTs, em todos os níveis, são influenciadas por questões situacionais, sociais, históricas, institucionais. Queremos, com isso, ressaltar que procuramos definir essas UTs em função da acepção de texto com a qual trabalhamos.

As UTs – e as UTIs delas depreendidas – estão, hierarquicamente, num grau inferior à UMT – e às UTIs dela oriundas –, com a qual estabelecem relações argumentativas de diversas ordens. Estarão, assim, interligadas semântico-funcionalmente por argumentações internas ou externas, conforme mostramos no item **2.4.1.2.**

plenos e inteiros, não apenas uma simples expressão dos signos icônicos. Seguimos a distinção teórica entre signos *plásticos e icônicos* feita pelo Grupo μ , em 1970.

Crêterios de Identificação das UTps

Em todos os gêneros existem unidades textuais que são periféricas ao corpo de texto, são as UTps. Estas apresentam certo grau de estabilidade, sendo, obrigatoriamente, impostas pelo gênero e podem assumir comportamento diferenciado também em função dele.

Nos *outdoors* partidários, por exemplo, essas UTps correspondem aos *slogans*³³⁹,   sigla do partido, ao nome do candidato. Essas UTps são impostas pelo gênero, se mantendo fixas durante determinado período. Toda a 2  fase da campanha do PSD, por exemplo, apresenta os *slogans*: “Somos todos Portugal”, “Temos de mudar”, a sigla do partido “PSD” e o nome do candidato “Durão Barroso”. Contudo, essas UTps atuarão nesse texto como UTs que estão subordinadas   UMT: “Mãe porque é que a av  precisa de cunhas para ser operada”, conforme veremos em **6.2.3.1.**

Em alguns gêneros, como nos editoriais tanto o título como a entrada³⁴⁰, como veremos, são considerados UTps, pois, além de circundarem o corpo de texto, são UTs impostas pelo gênero editorial: todos os editoriais, nos jornais pesquisados, necessariamente, têm um título e uma entrada³⁴¹. Ao mesmo tempo, essa UTp será uma UMT, funcionando no gênero ou como um centro distribuidor de relações argumentativas (PG) ou como uma espécie de tese do texto, tanto no caso do título ou da entrada. Os dois têm uma função distinta, mas também complementares. O título tem a função de captar a atenção do leitor e a entrada, situando-se num nível intermediário entre o título e o corpo do texto, auxilia na

³³⁸ A questão inferencial assume nesta tese um papel de grande relevância. Recorreremos a trabalhos de Peirce (1974), Berrendonner (1989), Sperber & Wilson (1989), Rodrigues (2001), Carel (2005b) para o estudo dos mecanismos inferenciais presentes nos textos analisados.

³³⁹ O *slogan*   uma palavra de origem inglesa, hoje dicionarizada em língua portuguesa, e “deriva da g lica *sluaghghairm*, que significa chamamento às armas, convocação para o exército, [...], num sentido alto, grito de chamada para um partido ou uma atuação política. [...] Em publicidade, costuma-se usar um mesmo *slogan* em todas as peças de uma campanha ou durante longos períodos, repetidamente e sem alteração.” Rabaça & Barbosa (2002²: 686).

³⁴⁰ “A entrada, quer na manchete e nos textos de abertura de secções, quer nos textos dos suplementos ou da revista dominical, quer ainda nas notícias de segundo plano, constituem uma zona intermediária entre o *título*, por um lado, e o *lead* do outro” – *Livro de Estilo do Público* ([1997] 2005²: 61). Pela sua relevância no editorial, funciona como uma espécie de *tese*. Na análise do *estudo de caso*, optamos por não considerar a entrada. Limitamos o nosso estudo   análise das relações do *título* com o *corpo do texto*. Quando estendemos a análise a diversos exemplares do gênero, passamos a considerá-la.

compreensão deste último. Em **6.4.3.1.**, no caso específico do texto escolhido, mostraremos como se dá esse funcionamento.

No caso da PI, essas UTps, também se posicionam periféricamente ao corpo de texto, e podem ser coibidas por questões metatextuais, como no caso da PI, como veremos em **6.3.3.1.** Consta no Código de Processo Civil, artigo 467º, item f., a necessidade de ser colocado o valor da causa. No entanto, nesse gênero a UTp não está claramente interligada argumentativamente às demais UTs do gênero em questão. E essas UTps são identificadas por critérios sequenciais: fazem parte de uma sequência descritiva.

Crítérios de Identificação da UMT

A UMT apresentará, de acordo com o gênero, critérios de identificação variável. No caso do editorial ou do *outdoor* partidário, o aspecto tipográfico e cromático (tamanho e formato de letra/ cor) será importante (condição imposta pelo próprio gênero), para identificação da UMT. Já para a petição inicial, as questões metatextual e estilística serão relevantes para a depreensão da UMT.

No primeiro caso, a UMT e ao mesmo tempo UTp, o título, será apresentado em caracteres diferenciados em relação ao restante do texto. Nos veículos com os quais trabalhamos, *DN* e *Público*, os caracteres são retos ou em itálico, respectivamente.

Para os *outdoors* partidários tanto do PS quanto do PSD, o tamanho dos caracteres ou a tipografia utilizada são diferenciais relevantes para a identificação da UMT. As letras presentes na UMT sempre são em caracteres maiores do que as apresentadas no restante do texto.

No caso da petição inicial, o conteúdo do artigo 467º do Código de Processo Civil (CPC) reza no item d. que a formulação do pedido é fundamental na petição inicial (PI), com risco

³⁴¹ Nos veículos, essa entrada está localizada em espaços diferentes. No *Público* depois do título; no *Diário de*

de haver uma inépcia da PI³⁴². Assim, o componente metatextual (conteúdo do CPC) ditará regras para a identificação da UMT que corresponderá, na PI, ao pedido do texto em questão ou a tese³⁴³. Mas esse componente não é o único, no caso da PI, existem questões estilísticas (organizadores verbais e não-verbais) relevantes. No caso, o pedido vem nos últimos artigos numerados (a numeração é considerada um organizador textual) no documento em questão. Ainda, há uma incidência maior de organizadores textuais (inclusive um deles com caráter tipográfico diferenciado) entre as UMTs. E essa organização textual, também, como veremos em **6.3.3.1.**, será importante nesse gênero para a apreensão da UMT.

Crítérios de Identificação das UTs e das UTIs

São vários os critérios para a identificação³⁴⁴ das UTs e das UTIs, em *função do gênero* em que estejam inseridas. Os critérios podem ser *situacionais*, *metatextuais* (relativos a componentes externos ao gênero), *aspectuais*, *semânticos*, *sequenciais*, *discursivos*.

No caso da PI, podemos ter UTs perceptíveis a partir de critérios *situacionais* ou *metatextuais*. Com isso, os diversos segmentos que compõem a UT (ou UTs de menor tamanho) estão interligados pelo fato de pertencerem todos aos componentes situacionais do texto. Dessa forma, esses vários componentes constituem uma unidade de sentido, no universo textual e os *crítérios situacionais* serão os fatores limitadores da UT. É, através da identificação de aspectos contextuais presentes no próprio texto: o seu objetivo, o estatuto dos interlocutores e até o tema, que se identifica uma UT. Podemos ter também uma UT, cuja unidade de sentido é delimitada por *crítérios metatextuais*, ou seja, os próprios discursos que fixam regras bem definidas para a realização do texto podem vir a delimitar

Notícias, perto da fotografia do editorialista.

³⁴² Art. 193º, nº 2, item a. do CPC.

³⁴³ Ducrot (2004) ainda utiliza os termos argumento e conclusão, como colocamos, embora Carel (2004) não o faça. No caso, fazemos uso do termo seguindo uma tradição, como Ducrot. No entanto, acreditamos, como Carel, que o conteúdo semântico da conclusão já esteja inserido no próprio argumento.

³⁴⁴ Foi um trabalho apresentado pelo grupo GETOC, no 15º LAEL, na PUC de São Paulo, em maio de 2005, coordenado pela Profa. Dra. Antônia Coutinho e tendo como pesquisadores Florência Miranda, Marisa Alves, Mathilde Alves e Rosalice Pinto que nos ajudou a desvendar alguns critérios para identificação/articulação das unidades textuais.

onde uma UT começa e termina. Há ainda critérios *aspectuais*³⁴⁵ (as UTs podem ser parafraseadas pelo mesmo encadeamento argumentativo – seguindo preceitos da TBS, como vimos em 2.4.1.2.); *discursivos* (as UTs são delimitadas por integrarem um mesmo tipo de discurso); *seqüenciais* (as UTs são demarcadas por configurarem uma mesma seqüência).

No caso dos *outdoors* partidários, observam-se critérios diferenciados para a identificação das UTs. Esse gênero pode fazer uso tanto de critérios não-verbais quanto verbais para a identificação das UTs. A questão cromática, por exemplo, pode ser um fator relevante para a identificação de uma UT. Por exemplo, na 1ª fase da campanha do PS, a UMT “Chega de bota abaixo”, a UMT do cartaz aparece na parte vermelha, destacando-se das demais UTs do *outdoor*. Também a tipografia diferenciada (letras maiores da encontrada no resto do cartaz) é um diferencial importante dessa UT.

Embora tenhamos observado a existência, nos *outdoors*, de várias unidades textuais verbais e não-verbais explícitas (UTs), materializadas pelos *slogans*, pela sigla do partido, pelo nome do candidato, pela própria fotografia, procuramos depreender a partir delas, as unidades textuais implícitas (UTIs), observadas pelo levantamento dos vários encadeamentos argumentativos. Tal procedimento foi importante para percebermos a articulação que estava por trás daquelas unidades textuais explícitas verbais e não-verbais. Em suma, no gênero *outdoor* partidário, fazemos uso de *critérios não-verbais* para a identificação das UTs e também de *critérios semânticos*, perceptíveis a partir de processos inferenciais ativados durante o processo de interpretação.

Para os editoriais, haveria uma predominância de *critérios aspectuais*. Como observamos, em muitos dos exemplares por nós utilizados, as argumentações internas relativas a grupos nominais do título são também recuperadas em outros momentos do texto. Dessa forma, as UTs observadas no corpo do texto são identificáveis pelo fato de serem traduzíveis pelo mesmo aspecto depreendido no *título* do editorial. Há ainda, *componentes metatextuais*

³⁴⁵ O aspecto pode ser transgressivo ou normativo, quando traduzido pelos conectores CT ou PT, respectivamente, e corresponde ao conjunto de discursos ou de encadeamentos argumentativos, de acordo com a versão atual da ANL, a TBS, cf. 2.4.1.2..

(também componentes externos) que intervêm na identificação da UMT, como veremos na análise do nosso estudo de caso.

Observamos, com isto, que, dependendo do gênero persuasivo em análise, as UTs, as UTIs e as UMTs podem ser identificadas por questões relativas à própria EO, mas também por aspectos *situacionais e metatextuais*, relativos aos componentes externos do gênero.

Convém ressaltar que, em todos os gêneros persuasivos analisados, as UTIs depreendidas fundamentalmente por critérios semânticos assumem um papel de grande relevância, uma vez que **só** podemos estabelecer as relações argumentativas que constituem a EO dos textos quando trabalhamos com as UTIs, depreendidas através das UTs presentes no universo textual.

As funções da UMT: a Plataforma condensada (PC) e/ou Plataforma geradora (PG)

As funções da UMT no universo textual são várias: 1) ela *condensa* ou *armazena* as relações argumentativas de determinado texto, atuando, no processo de produção, como plataforma condensada (PC); 2) ela é um *centro desencadeador ou distribuidor de relações argumentativas*, funcionando, no processo interpretativo, como plataforma geradora (PG); 3) pode tomar formatos diferenciados em função do gênero em que se insere; 4) pode ou não traduzir o conteúdo temático do texto³⁴⁶.

Embora tenhamos separado a PC da PG, é importante enfatizar que toda UMT pode vir a ter uma ou outra função, dependendo do ponto de vista de análise em que nos situamos: o da produção ou o da interpretação, tendo em conta uma perspectiva interativa de toda comunicação verbal. Toda produção requer uma imagem prévia do interlocutor – dos seus conhecimentos e valores –, da situação de comunicação, do objetivo e, com isso, as relações argumentativas já são produzidas em função do interlocutor que procurará, no

³⁴⁶ No caso do editorial e da petição inicial, a UMT traduziria o conteúdo temático do texto. Esse conteúdo corresponderia à própria tese, na acepção de Ducrot (2004). No outdoor partidário, a UMT se referiria ao

processo de interpretação, reconstruir essas relações. Nós, enquanto analistas³⁴⁷, nos situamos num processo interpretativo. Procuramos analisar essa UMT enquanto PG, ou seja, uma *plataforma geradora* de relações argumentativas. Evidentemente, ao proceder a uma interpretação dessa PG, pensaremos na sua interação quer seja com o destinatário, com aspectos situacionais e outros fatores relativos ao gênero em que o texto se insere.

Plataforma geradora (PG)

Como dissemos anteriormente, o processo interativo permeia toda comunicação verbal, e a PG seria apenas uma imagem especular da PC³⁴⁸. Na interpretação do texto, caberá ao interlocutor *re-construir* as relações argumentativas previstas pelo agente produtor quando na elaboração do que nós denominamos PC. Nesse processo, essa plataforma, que armazena relações argumentativas e que denominamos PC, será desmontada. Nessa desmontagem, haverá uma re-construção das relações argumentativas. Dentro desse contexto, a PC tem um outro estatuto, o de plataforma geradora – PG – que será por sua vez também materializada por uma ou várias UMT(s), em função do gênero analisado. Esta(s), com a função agora de PG, vai/vão ser interligada(s) inferencialmente às demais UTs, explícitas ou implícitas, no texto em análise.

Essa diferença de estatuto das plataformas foi uma estratégia por nós utilizada, enquanto analistas de texto, para privilegiarmos a análise do texto do ponto de vista da interpretação e não da produção. Todavia, reiteramos que não se pode pensar numa, sem pensarmos noutra ou vice-versa. As duas plataformas estão em constante interação. O que importa é

argumento que sustenta a tese implícita [vote no partido X], sendo que esta última é que seria o conteúdo temático.

³⁴⁷ Neste trabalho, não procederemos à análise como se fôssemos o agente produtor da mensagem. Se nós nos colocássemos desse lado, não observaríamos a importância do interlocutor no processo de construção do sentido de um texto. Por outro lado, também, não podemos nos centrar na recepção, dentro dos padrões das teorias da informação tradicionais, pois metodologicamente necessitaríamos de uma pesquisa de campo junto a uma amostra da população. Só assim, teríamos condição de, realmente, analisar como os textos são recebidos pelo público e também o possível efeito nele provocado.

³⁴⁸ Para o estudo dessa imagem especular, em que o processo de interpretação atuaria juntamente com o de produção, numa espécie de efeito espelho, ver: Bernárdez (1995).

que, ao estudarmos a PG, procuraremos decifrar as possíveis relações argumentativas que nela foram armazenadas pelo agente produtor e que serão por nós desmontadas.

Gostaríamos de ressaltar que privilegiaremos, nas análises, a desmontagem da PG e procuraremos observar quais as relações argumentativas que, a partir dela, são passíveis de serem recuperadas no universo textual. Por isso, apesar de ter feito a distinção entre a PG e a PC, a segunda não será praticamente trabalhada nas análises.

Salientemos que a(s) UMT(s), com função de PG, tem/têm um caráter semântico (dependendo do gênero, ela(s) traduz(em), de forma sintética o conteúdo temático do texto); mas também funcional, ela(s) atende(m) às exigências impostas pelo gênero.

A PG no caso do *outdoor* partidário que constitui o nosso estudo de caso é: “Mãe, porque é que a avó precisa de cunhas para ser operada?”. Questão que vem acompanhada, no cartaz que escolhemos, pela fotografia de uma criança. O leitor, ao se deparar com a frase acompanhada pela imagem, é levado até a acreditar que o melhor é votar no partido que denuncia o problema e que provavelmente irá resolvê-lo. É essa UMT, com função de PG, que é escolhida pelo agente produtor, em função das necessidades impostas pelo gênero, que procura estratégias apelativas para levar o público a votar naquele partido. A partir dessa UMT que funciona como PG, nós, leitores, poderemos reconstruir as relações argumentativas que permeiam o *outdoor*. Nos demais cartazes, vemos o uso de unidades lexicais fortes, estratégia utilizada na 2ª fase da campanha do PS ou na 4ª fase da campanha do PSD. Ou ainda, observamos as propostas dos partidos, na 3ª fase da campanha.

No gênero *outdoor* partidário, a UMT que funciona como PG não contém o tema (que se confunde com a própria tese) do texto, como dissemos em nota. O objetivo de todos esses cartazes é fazer votar em determinado partido, e a sigla deste não aparece de forma destacada nos *outdoors* analisados. O que importa nesse gênero é ressaltar o diferencial do partido em relação a um outro, a partir das características dos candidatos e das ações concretas que eles podem realizar. Já nos demais gêneros persuasivos analisados, a UMT que atua como PG condensa o tema/a tese dos textos.

A PG da petição inicial corresponde aos parágrafos em que realmente o advogado faz o pedido, baseado na causa do pedir e do enquadramento legal, ao juiz. Nesse caso específico, em que o gênero é mais instituído, a identificação das UMTs, com função de PG, segue uma tradição. A partir dos *sinais demarcatórios*, que englobam os marcadores numéricos que fazem a separação dos parágrafos e são considerados organizadores textuais no gênero em questão, como veremos em **6.3.3.2.**, podemos observar que a tese do texto, que corresponde às UMTs, é apresentada ao final. É importante mencionar que a PG, neste gênero, também condensa o tema/a tese do texto que corresponde à sustentação legal do pedido.

A PG do editorial corresponde ao título. Este é criado pelo agente produtor, de forma a criar uma curiosidade junto ao público, fazer com que ele leia o texto. Assim, será construído normalmente com expressões de *caráter ambíguo*. Muitos dos títulos dos editoriais que compõem os exemplares dos *corpora* apresentam essa característica. Por exemplo, dentre os seis editoriais do *Público* que discorriam acerca do tema *Legislativas*, entre o período por nós escolhido, cinco, apresentavam, claramente, essa característica. Podemos citar, como exemplo, além do editorial por nós escolhido para o nosso estudo de caso, intitulado “Durão: esquerda e direita”, de 01/03/2002, outros como: “Acabar o que falta”; “Uma pequena sugestão, um pedido”; “OTA: demagogia e teimosia”; “Programas ocultos ou nem por isso”. Esses editoriais datam de 28/02; 02/03; 06/03; 14/03; do ano de 2002, respectivamente, e foram publicados no jornal *Público*. O leitor, ao se deparar com esses títulos, ficará logo interessado em ler o editorial, no intuito de perceber como o veículo se posiciona em relação a essa dualidade de posicionamentos. É a partir da PG do editorial que procuraremos, enquanto analistas, depreender as relações argumentativas dela geradas. Vale ressaltar que o título nesse gênero é uma UMT, com função de PG, e uma UTp e condensa o tema/tese do texto.

Plataforma Condensada (PC)

No interior deste trabalho, consideramos que os textos inseridos em gêneros persuasivos apresentam uma plataforma condensada (PC), materializada, por uma ou várias UMT(s).

Mas o que representaria esta PC? Acreditamos que o texto, pertencente a determinado gênero persuasivo, apresenta determinada forma condensada, denominada PC, que *armazena* as relações argumentativas presentes em todo o universo textual³⁴⁹. Essa PC, como a PG, pode assumir diversas roupagens, em função do gênero em que se insere. Essa forma condensada, que nós denominamos PC, como a PG, tem um caráter semântico (ela pode traduzir de forma sintética o conteúdo temático do texto) e funcional, ela atende às exigências impostas pelo gênero.

Como trabalhamos do ponto de vista da interpretação, não da produção, nesta tese, não privilegiaremos essa plataforma, nas análises efetuadas.

Articulação entre as UTs

Neste trabalho, o termo *articulação* pode ser aplicado a diferentes contextos. Pode significar as interligações da UMT (UTp ou não) com as UTs – a partir das UTIs –; ou das UTs entre si.

Além das articulações típicas pontuadas por Bronckart (1999) para os tipos de discurso³⁵⁰ de por Adam (1999, 2001⁴) para as várias seqüências³⁵¹, acreditamos que possam existir outros tipos de conexões entre UTs não tipificados pelas abordagens teóricas citadas.

A nosso ver, pode haver uma espécie de *articulação funcional*, entre UTs diversas, decorrente de mecanismos cognitivos³⁵² desencadeados no processo de leitura de um

³⁴⁹ Apesar de não trabalharmos com a noção de PC, nesta tese, definiremos em **6.4.3.2.**, o termo *condensado* que visa a condensar relações argumentativas em *partes do texto*.

³⁵⁰ Para Bronckart, os tipos de discurso podem, além de seguir um princípio binário, estarem sobrepostos ou mesmo fundidos. Dessa forma, as fronteiras entre os tipos de discurso podem não ser tão nítidas. Cf. Bronckart (1999: 187).

³⁵¹ Para Adam, as seqüências podem seguir duas formas que podem se combinar. Um formato que se caracteriza por uma heterogeneidade composicional. Nesta haveria uma ordem linear, e ter-se-iam assim seqüências coordenadas (sucessivas) e/ou seqüências alternadas (desenvolvidas em paralelo), e também uma inserção de seqüências engatadas (“enchâssement”). Um outro formato seria o de dominância: com uma seqüência engatada ou uma seqüência que resume o todo de um texto. Cf. Adam (1999a: 71).

³⁵² Não nos deteremos em questões cognitivas neste trabalho, apenas achamos que elas nos fornecem pistas para o entendimento de alguns processos inferenciais úteis nas análises. Vignaux ressalta, a partir de trabalhos

documento. Dentro desse contexto, uma UT pode exercer funções diversas em relação àquela a que está articulada. É importante ressaltar também que essas articulações não respeitarão necessariamente uma ordem linear e sequencial, podendo acontecer em diversas direções.

Por exemplo, nos *outdoors* partidários, observam-se *relações de associação*³⁵³ entre as UTIs, depreendidas a partir das UTs verbais e não-verbais. Como menciona Vignaux, todo texto trabalha o sentido das *noções* que ele evoca ou argumenta e essas *noções* são as grandes questões ou grandes temas que são trabalhados na argumentação, no sentido de serem transformadas, modificadas e definidas. Essas relações, que, para nós, demarcam uma *função associativa*, podem ser de *aproximação* ou *similitude* entre noções e correspondem a um trabalho de *complementação* e de *ilustração* de definições³⁵⁴. Nas análises, existe, muito freqüentemente, na articulação entre UMT, UTs, UTIs, uma *associação* entre noções *por exemplificação*, por *metonímia*. Há ainda *função de definição* entre UTs e UTIs em que se estabelece a relação < x é > ou < x, quer dizer >.

No caso do gênero em questão, podemos ter outros tipos de articulações. Por exemplo, o *paralelismo estrutural* – cf. Duarte (2003: 110, 111) –, que é um processo de assegurar a coesão textual a partir da repetição de algumas estruturas lingüísticas em que há uma repetição de sons de forma a facilitar o processo de memorização dos *slogans* partidários. E, o que denominamos *organização espacial*, em que as UTs, no cartaz, estão dispostas seguindo alguma formatação. As UTs estarão centralizadas, justificadas e etc..

Ademais, nos exemplares de petição inicial (PI) analisados, percebem-se articulações com várias funções. Podemos ter uma UT com *função de contextualização*, em que a UT localiza o texto em determinado contexto situacional. Ou uma UT com *função de esclarecimento ou detalhamento*, a partir da qual ela atua esclarecendo ou detalhando uma outra com a qual se relaciona. Essa mesma UT pode exercer uma *função de redundância*

anteriores, cinco tipos de relações entre noções. São as relações de *definição* ou *redefinição*; a de *composição*; a de *associação*; a de *desenvolvimento/consequência* e a de *oposição*. Cf. Vignaux (2004: 114).

³⁵³ Vignaux (2004) define a *relação de associação* por < x em relação a y >. Nós destacamos também a função que subjaz essa relação.

em relação à outra, porque, como veremos, os mesmos discursos inferíveis a partir dos artigos (na acepção da TBS) são repetidos. Uma UT que exerce uma *função informativa* em relação ao documento na íntegra³⁵⁵ ou de *síntese* em relação a trechos do documento. Com isso, ela passa informações relevantes para a interpretação da tese do texto em análise. Pode haver ainda uma UT com *função de síntese*, que procurará condensar partes do texto ou todo o texto.

Nos exemplares de editoriais, notam-se exemplos de UTs que apresentam uma relação de definição ou redefinição, em que a *função de detalhamento* em relação à UMT está presente; ou UTs que se articulam por uma relação de associação, exercendo a *função de exemplificação*, uma em relação à outra. Há UTs que apresentam comentários umas às outras e se articulam através do que denominamos, *função de comentário ou ainda de comentário crítico* (em que a presença crítica do editorialista ainda é mais notória). Existem ainda UTs que, *por uma relação de composição*³⁵⁶, são interligadas por uma espécie de *função de expansão*, como definido em nota, ou *função de fecho* (no caso em que houver uma espécie de sumário das noções).

Disposição das UTs

Neste trabalho, o termo *diposição ou dispositio* diz respeito à maneira como as UTs estão dispostas no universo textual. Em função do gênero em análise, observamos que as UTs, de acordo com aspectos relativos ao gênero (questões situacionais – em que se encontra o objetivo e as instâncias interlocutivas – e aspectos metatextuais), podem estar distribuídas, no texto, de forma diferente. Essa *diposição* ou *dispositio* será desvendada nos textos a partir de critérios semântico-funcionais, como veremos.

³⁵⁴ Cf. Vignaux (2004: 116).

³⁵⁵ O relato dos fatos é uma característica da petição inicial, por isso apresenta uma função informativa em relação ao conjunto do documento.

³⁵⁶ Por essa relação $\langle x \text{ é } a+b+c \rangle$, $\langle x=a+b+c \rangle$. Para Vignaux, são: “les propriétés, les caractéristiques, les éléments qui vont être affectés dans le texte à chaque notion et présentés comme constitutifs de chaque notion” – Vignaux (2004: 115). Nesse tipo de relação pensamos poder ter UTs tanto *com função de expansão*, seguindo exatamente a relação colocada ou *função de fecho*, no caso de inversão dos termos.

De um lado, temos gêneros mais baseados no modelo clássico da *dispositio*, como é o caso da petição inicial ou do editorial, com uma *introdução* ou *bloco introdutório*; um *desenvolvimento* ou *núcleo* e um *fecho*.

A primeira parte, de acordo com o gênero em questão, é identificável a partir de *critérios situacionais*, *seqüenciais* e *metatextuais*. Para a PI, aspectos relativos às instâncias interlocutivas, à finalidade, ao lugar de circulação e às seqüências depreendidas serão delimitadores dessa *introdução*. Por outro lado, para o editorial, o fato de constar no Livro de Estilo do jornal, a necessidade de um lide³⁵⁷, no interior de qualquer texto, mesmo um comentário, releva a importância desse trecho como *bloco introdutório*, nesse gênero.

O *desenvolvimento* ou *núcleo*, nesses gêneros, é identificável, através de critérios diversos. No caso da PI, ele pode ser traduzido pelos mesmos aspectos. Diremos, então, que serão *critérios aspectuais* que o individualizarão. Por outro lado, no editorial, os *critérios* serão de *ordem funcional*. Todas as UTs presentes, no *núcleo*, têm uma função de comentário ou comentário crítico no exemplar em análise.

Por fim, o *fecho* dos exemplares dos gêneros estudados pode ser identificável por se tratar da *conclusão*³⁵⁸ do texto em análise.

Se por um lado temos gêneros que se aproximam dessa *dispositio* mais clássica, por outro lado, há gêneros que apresentam uma organização mais espacial do que retórica, é o caso do *outdoor* partidário. Como veremos em **6.2.3.1.**, a UMT, que funciona como PG, corresponde ao *corpo de texto* e é circundada por UTps, com as quais são estabelecidas as várias relações argumentativas, predominantemente implícitas.

³⁵⁷ O termo “lide” vem do inglês *lead* e corresponde à “abertura de texto jornalístico, na qual se apresenta sucintamente o assunto ou se destaca o fato essencial, o clímax da história. Resumo inicial, constituído pelos elementos fundamentais do relato a ser desenvolvido no corpo do texto”. Rabaça & Barbosa (2002: 426). De acordo com o *Livro de Estilo do Público* (2005²: 58 e 59), mesmo a crítica e o comentário teriam um lide. É relevante mencionar que este deve responder às perguntas clássicas em relação aos fatos: “o que” aconteceu; “quem” é o agente da ação; “onde” passou-se o fato; “como” os fatos aconteceram; “porque” tal fato ocorreu.

³⁵⁸ Mantemos aqui a distinção adotada por Ducrot (2004) entre *argumento* e *conclusão*.

Podemos estabelecer uma correlação entre essa *dispositio* e o caráter mais ou menos persuasivo do gênero em questão. Observamos que a PI, pela sua própria engrenagem estilística, como veremos em **6.3.3.2.**, assemelha-se em muito a uma demonstração científica. Poderíamos supor que gêneros que têm uma *dispositio* que segue preceitos mais clássicos seriam mais demonstrativos e menos persuasivos.

Em contrapartida, gêneros menos ritualizados, como o *outdoor* partidário, têm a sua *dispositio*, seguindo uma *organização mais espacial*. Acreditamos que esse tipo de engrenagem organizacional, que segue uma *dispositio* mais desvinculada do modelo clássico, talvez seja uma característica de gêneros mais persuasivos que busquem uma adesão efetiva do interlocutor a uma determinada idéia. Com isso, justificaria, por exemplo, a necessidade deste último de preencher vazios informacionais ausentes no cartaz. Não é necessário que tudo seja explicitado diretamente, o interlocutor é levado a estabelecer as relações argumentativas em função de suas *representações*, de seus *conhecimentos de mundo* e do seu *conhecimento arquiteitual*.

O editorial, por sua vez, mesclará, como veremos, os dois tipos de organização. Terá também uma *dispositio* espacial – como o *outdoor* partidário – se levarmos em conta a importância do título enquanto PG de relações argumentativas e, como tal, sendo traduzido por uma UMT, que tem um papel fundamental na interpretação de todo o texto. Por outro lado, apresentará uma *dispositio* próxima dos padrões retóricos se considerarmos apenas as relações entre as UTs explícitas no texto, desvinculando-as da UMT – como a PI.

A EO e a argumentação

Apesar de tentarmos desmontar a EO dos diversos gêneros com os quais trabalhamos, acreditamos que essa engrenagem relacionada principalmente, como vimos, à questão lingüística não é suficiente para que se convença alguém de algo. Precisariamos, evidentemente, de outros recursos para que esse efeito seja atingido. Dessa forma, defendemos a tese de que a *argumentação* com a qual trabalhamos é de natureza não

apenas lingüística, mas *plurissemiótica*, interacional e leva em conta aspectos situacionais e pragmáticos. Com isso, essa engrenagem organizacional não pode ser estudada isoladamente, nessa perspectiva, uma vez que ela se integra a um conjunto de outras *engrenagens*³⁵⁹, nomeadamente a *estilística* e a *enunciativa ampliada*, com as quais interage de *forma dinâmica e dialógica*.

Como já apontamos, o desmembramento da EO, realizado, sobretudo, por mecanismos inferenciais, não é suficiente para que haja a construção de uma argumentação com finalidade persuasiva. Vimos que Ducrot salienta que todas as expressões, empregadas ou não com objetivo persuasivo, apresentam encadeamentos argumentativos que lhe são inerentes – Ducrot (2004: 25). No entanto, é bom ressaltar que trabalhamos com textos de gêneros persuasivos, que apresentam uma *argumentação retórica*³⁶⁰ marcante – na acepção de Ducrot (2004). Existirão elementos outros que marcarão esse caráter retórico e não apenas questões relativas à argumentação lingüística. Haverá índices, pistas no próprio texto, que poderiam ser acrescentados a esse *logos* discursivo para que a atividade textual atinja o seu objetivo: fazer votar em um candidato; fazer acatar um pedido judicial ou fazer refletir sobre um assunto de âmbito social ou político atual.

É dentro desse contexto que as estratégias verbais e não-verbais são selecionadas pelo enunciador no intuito de ‘criar’ uma imagem favorável (*ethos*), despertando-lhe uma adesão (*pathos*), aspectos estes que serão importantes de forma a atingir o objetivo persuasivo dos gêneros em questão a EO estará sempre relacionada, de forma dinâmica, com a engrenagem estilística (EE) e a engrenagem enunciativa ampliada (EEA). Na verdade, como afirmamos, é a EEA que condiciona tanto a EE quanto a EO.

³⁵⁹ Um comentário do Prof. Dr. Joaquim Fonseca, na apresentação do trabalho “O *ethos* e a argumentação nos editoriais portugueses – um desvendar crítico”, na Universidade do Minho, em outubro de 2002, alertou-nos para a importância do estudo do texto, numa visão mais global, não nos restringindo apenas a um estudo estritamente lingüístico. Dessa forma, fomos buscar outras vias para realmente explicar como se dava a persuasão nos gêneros de que dispúnhamos. A esse renomado lingüista, agradecemos a importante contribuição nesta nossa pesquisa.

³⁶⁰ Esta diz respeito às imagens do Locutor (*ethos*) e às do interlocutor (*pathos*) construídas textualmente, a partir dos elementos lingüísticos e não-lingüísticos que colaboram para o efeito persuasivo do texto.

Depois de termos definido os diversos elementos que compõem a EO, discriminá-los-emos no seguinte quadro recapitulativo:

Composição	<div> <div>UTs</div> <ul style="list-style-type: none"> - UMT (com função de PG ou de PC) - UTs verbais - UTs não-verbais - UTs periféricas - UTs implícitas </div>
Critério de Identificação (UMTs/UTs/UTIs/UTps)	<ul style="list-style-type: none"> - critérios não-verbais (tipográficos, cromáticos) - critérios aspectuais - critério semântico - critérios discursivos, seqüenciais ou de componentes externos (metatextuais, situacionais e outros)
Articulação geral entre UTs e UMT/ e Articulação entre UTIs	<ul style="list-style-type: none"> - A partir de aspectos estruturais <ul style="list-style-type: none"> . paralelismo estrutural (O³⁶¹) - A partir de aspectos não-verbais <ul style="list-style-type: none"> . organização espacial (O) . signos plásticos e icônicos (O) - A partir de aspectos cognitivo-funcionais <ul style="list-style-type: none"> . função de comentário/função de comentário crítico (E) . função informativa (PI) . funções de contextualização (PI) . função de redundância (PI) . função de esclarecimento/detalhamento (PI)/(O)/(E) . função de exemplificação (O)/ (E) . função de expansão (E) . função de fecho (E) . função de síntese (PI) . função de associação (exemplificação ou metonímica) – (O e PI) . função de definição – (O)
Constituição das UTs	Tipos de discurso/ Seqüências Prototípicas
Diposição das UTs	<ul style="list-style-type: none"> - Ordem mais espacial (O) - Ordem mais retórica (PI)

Algumas convenções utilizadas na apresentação da EO

- A unidade macro-textual é representada por UMT; as unidades textuais por (UTs) e as unidades textuais implícitas por (UTIs).

³⁶¹ O “O” corresponde ao gênero outdoor; o “E”, ao editorial e a “PI”, à petição inicial.

- Quando a UMT apresentar duas instruções semânticas distintas, ela será clivada em duas partes a UMT_x e a UMT_y .
- A UTI diretamente relacionada à UMT virá acompanhada de um índice numérico que mostra a sua hierarquização dentro do universo textual, a partir de uma leitura sequencial³⁶² do texto (leitura em Z).
- A UTI diretamente relacionada à UMT_x apresentará, além de um índice numérico, uma incógnita, no caso o x, que marca o seu grau de filiação semântica. O mesmo acontecerá com a UTI, interligada à UMT_y .
- Todas as UTIs virão entre colchetes, como mencionamos na introdução.
- As UTs explícitas também apresentarão um índice numérico.

5.4.2. Engrenagem estilística (EE)

Certamente, todos os gêneros com os quais trabalhamos visam a persuadir (de diferentes formas) um interlocutor a algo. No caso do editorial, um leitor de um jornal é levado a refletir sobre determinado fato político-social. Em uma petição inicial, o juiz, através de uma exposição exaustiva de argumentos factuais ou legais, é convencido a acatar um pedido judicial. Já no *outdoor* partidário, um eleitor é levado a votar num partido. Esses gêneros, aos quais denominamos persuasivos, apresentam diferentes *dinâmicas argumentativas* no intuito de atingir o seu objetivo específico, e essas *dinâmicas*, por sua

³⁶² De acordo com Péninou (1972), existem quatro configurações privilegiadas na imagem publicitária: a *construção focalizada* – em que o traço, as cores, a iluminação e as formas convergem para determinado ponto do anúncio que representa o núcleo e que se torna o local do produto a ser promovido, assim o olhar é ‘canalizado’ para este ponto estratégico –; a *construção axial* em que o produto se encontra no eixo do olhar, geralmente no centro do anúncio; a *construção em profundidade*, onde o produto é integrado a uma cena dentro de um cenário e está em perspectiva na frente dela, em primeiro plano; a *construção sequencial* – através da qual se percorre o anúncio até que o olhar recaia sobre o produto, numa espécie de construção em Z. Para efeitos de análise, consideramos que o processo de leitura respeita esta construção sequencial, e assim estipulamos a colocação de um índice numérico crescente junto às unidades textuais, respeitando assim este processo de leitura em Z.

vez, estão relacionadas à forma como textualmente estão materializadas as engrenagens *organizacional, enunciativa ampliada e estilística*. Mas como é que esta última estaria relacionada à problemática do gênero?

Desde Bakhtin (ECV: cap. II), tal correlação foi estabelecida quando esse teórico relaciona não apenas a importância do tema e do estilo que, para nós, fundidos teriam alguma semelhança com o que nós denominamos EE, mas também da composição, como aspectos importantes na constituição do que ele denominaria *gêneros do discurso*, conforme ressaltamos no item **3.2.3.** desta tese.

A partir dessa base teórica, Adam (1999 e 2001b) – como vimos – e Bronckart (1999, 2004a) adaptaram alguns componentes do gênero pontuados por Bakhtin para o universo textual. Adam, ao retrabalhar as unidades composicionais bakhtinianas, centrou-se, sobretudo, em descrever as diversas formas de segmentação do texto, trabalhando, essencialmente, as *seqüências prototípicas*. Bronckart, também teve essa preocupação, mas estudou, além das seqüências pontuadas por Adam³⁶³, outras formas de segmentação textual, que são os *tipos de discurso*. Vale ressaltar o esforço do último teórico que, indiretamente, vai ao encontro da noção de *estilo* bakhtiniana, ao identificar, em função dos gêneros, as categorias lingüísticas mais relevantes a eles associadas³⁶⁴. Desse modo, nos forneceu algumas pistas para que nós trabalhássemos o que denominamos EE, noção que poderá ser aplicável em qualquer gênero.

Em contrapartida, o estudo estilístico da *argumentação nos gêneros*, um dos objetivos desta nossa pesquisa, mostra-se como um terreno a ser explorado. Foi a partir do levantamento

³⁶³ Ressaltamos, anteriormente, que existem duas diferenças básicas entre a definição de seqüência para Bronckart e para Adam. Primeiro, para Bronckart (1999), existem seis tipos: a descritiva, a explicativa, a narrativa, a argumentativa, a dialogal e a injuntiva. Por outro lado, para Adam (2001⁴), há apenas cinco, que correspondem às cinco primeiras pontuadas por Bronckart. E, sobretudo para este autor, as seqüências são interativas e estão inseridas em práticas sociais, sendo assim dinâmicas. Para Adam, elas são modelos de textos pré-existentes, já presentes em nossa memória a longo termo.

³⁶⁴ Na verdade, a relação entre as categorias lingüísticas e os gêneros é pontuada pelo autor de forma indireta. Percebemos tal correlação quando o teórico, ao descrever os tipos de discurso, elenca algumas categorias lingüísticas a eles associadas e ao mesmo tempo inter-relaciona os tipos de discurso aos gêneros em que se inserem. A única categoria lingüística diretamente associada, pelo autor, à questão do gênero foi a *modalização*.

teórico que fizemos, nos **capítulos 3 e 4**; da nossa experiência com textos, nas diversas práticas sociais e do nosso próprio contato com os textos de que dispúnhamos, nos nossos *corpora*, que criamos subsídios para tentar definir a EE dos *gêneros persuasivos* em análise.

Feitas essas considerações, passaremos, primeiramente, a definir mais detalhadamente o que denominamos *engrenagem estilística* (EE). Depois, trabalharemos a noção de *mecanismo argumentativo* (MA). Ainda, recuperaremos os conceitos de *protótipo* e de *categorização*, desenvolvidos no **capítulo 1** e mostraremos de que forma essas noções poderão nos ajudar a definir o que denominamos *marcadores de argumentação prototípicos* (MAPs). Em seguida, mostraremos o que será por nós considerado *semelhança de família* nos gêneros persuasivos com os quais trabalhamos, retomando aspectos levantados, anteriormente, quando falamos de *protótipo*. Posteriormente, associaremos o conceito de *semelhança de família* ao que denominamos *mecanismo argumentativo prototípico*. Estabelecido esse percurso, procuraremos estudar mais detalhadamente duas categorias bem recorrentes nos gêneros em análise: as *modalidades* e os *organizadores textuais*, no intuito de definirmos algumas categorias lingüísticas que seriam utilizadas nas análises dos textos. Por fim, traçaremos um quadro comparativo dos MAPs dos diversos exemplares de gêneros analisados.

5.4.2.1. Precisações conceituais e terminológicas

Engrenagem estilística (EE)

Esta corresponde aos recursos *verbais ou não-verbais*³⁶⁵ que são utilizados por um agente produtor na materialização de um determinado texto, sendo que esses elementos poderão sofrer maior ou menor variação em função do grau de *institucionalidade*³⁶⁶ dos gêneros em

³⁶⁵ Lembremos que estes, obrigatoriamente, deverão estar acompanhados, nos gêneros que analisamos, dos recursos verbais.

³⁶⁶ Gêneros instituídos são aqueles que apresentam menor possibilidade de variação, segundo Maingueneau (2004a).

que estiverem inseridos. Isto é, ao se produzir um texto, que forçosamente pertence a determinado gênero, já temos em mente alguns *modelos textuais estáveis* aos quais estão associados alguns recursos (lingüísticos e outros) que os caracterizam. E esses recursos fazem parte do que denominados *engrenagem estilística* (EE).

Cumpre enfatizar que cada gênero, inserido dentro de uma formação sócio-discursiva, escolherá a *engrenagem estilística* (dentre outros elementos de ordem textual) mais adequada para a materialização dos textos empíricos. Inclusive, Bronckart (2004), menciona que a produção de texto envolve várias escolhas, dentre elas salienta a seleção das modalidades lingüísticas (deixando de lado as não-lingüísticas, que para nós também são de extrema relevância). Como afirma o autor:

Toute production de texte implique dès lors nécessairement des *choix*, relatifs à la sélection et à la combinaison des mécanismes structurants, des opérations cognitives et de leurs modalités linguistiques de réalisation. Dans cette perspective, les *genres de textes* constituent les produits de *configurations de choix* parmi ces possibles, qui sont momentanément “cristallisées” ou stabilisées par l’usage – ces choix relevant du travail qu’accomplissent les formations sociales pour que les textes soient adaptés aux activités qu’ils commentent, adaptés à un médium communicatif donné, efficaces face à tel enjeu social, etc.

(BRONCKART, 2004b: 104)

E, dentro desse contexto, vale a pena ressaltar o contributo de Coutinho (2005) dentro de uma perspectiva também textual:

O que parece importante sublinhar é o facto de que cada género, no interior do discurso em que se integra, *seleccionar e gerir os recursos disponíveis* – cabendo ao texto concreto a escolha entre reprodução e inovação do género (ou entre um grau mais ou menos forte de reprodução ou de inovação).

(COUTINHO, 2005b: 295) – grifo nosso

É importante também mencionar que os diversos recursos lingüísticos verbais e os não-verbais – EE – se conjugam com outros fatores como as EEA e EO, no intuito de caracterizar, dentro dos gêneros persuasivos com os quais trabalhamos, o que por nós é denominado *dinâmica argumentativa*. Assim, muitas vezes, nas análises, quando falamos da EE, mencionamos aspectos relativos às demais engrenagens. E, ainda, a EE é

influenciada por coerções externas relativas ao gênero: de ordem arquiteitual, discursiva, situacional, peritextual, material e metatextual.

Mecanismos argumentativos (MAs)

Os MAs dizem respeito aos recursos verbais e não-verbais, com algum cunho persuasivo, utilizados pelo agente produtor, nos diversos gêneros que circulam nas diferentes práticas sociais. A partir dos estudos efetuados por Ducrot & Anscombre, conforme vimos no **capítulo 2** – cf. **2.4.1.1.** –, temos algumas pistas acerca de algumas estratégias unicamente verbais que poderiam ser consideradas *mecanismos argumentativos*: como o uso de alguns conectores, de alguns índices de polifonia. Enfim, todos esses recursos seriam importantes para demarcar o caráter instrucional do enunciado e, por conseguinte, denotar a *argumentação* ao nível da língua.

Nesta tese, como trabalhamos com *mecanismos argumentativos* (MAs) em gêneros que têm uma *finalidade persuasiva*, que percorre *transversalmente* todos os gêneros estudados, em graus diferenciados, teremos que restringir o conceito desses MAs. Para esse intuito, definiremos uma outra categoria – os *mecanismos de argumentação prototípicos* (MAPs). Para desenvolver essa noção, faremos, um breve retrospecto das noções referentes à *categorização* e aos *protótipos* que foram trabalhadas na introdução.

Protótipo/ categorização/ gêneros persuasivos

No **capítulo 1**, no intuito de elucidar a metodologia empregada nesta nossa pesquisa, mostramos duas acepções de *protótipo* apresentadas por Kleiber (1990): de um lado uma *versão standardizada* e de outro uma *versão mais ampla*.

No nosso caso específico, como seguimos uma pesquisa *não quantitativa*, fomos levados a trabalhar com a noção de *protótipo* numa *versão mais ampla*, para poder justificar tanto a

escolha dos textos que compõem os *corpora* dos *gêneros persuasivos* estudados quanto a dos exemplares de texto (a que denominamos *estudos de caso*) selecionados.

Dentro dessa *acepção ampla de protótipo* é importante relembrar o conceito de *semelhança de família* pontuado por Kleiber (1990), transposto de Lakoff (1987). Este pode ser definido como um conjunto de similitudes existente entre diferentes ocorrências de uma mesma família (um mesmo grupo). Sendo que *não* é necessário que estas ocorrências sejam observáveis em todos os membros desse grupo.

Relembrando o que já foi dito na introdução, vale a pena ressaltar que os textos dos gêneros persuasivos escolhidos, os exemplares de texto e os mecanismos de argumentação prototípicos podem ser considerados *elementos prototípicos* de uma categoria.

Os três gêneros persuasivos estudados nessa tese integrariam individualmente uma categoria. E a cada categoria estaria associado uma *semelhança de família*, a partir da qual os textos (que seriam elementos prototípicos) seriam agrupados. No *gênero editorial*, os textos fazem refletir o leitor sobre determinado assunto; no *gênero petição inicial*, os textos buscam o acatamento de um pedido fundamentado legalmente por um juiz; no *outdoor* partidário, os textos estimulam o indivíduo a votar num partido político. Desse modo, para as categorias editorial, petição inicial e *outdoor*, os textos dos *corpora* dos três gêneros selecionados, por terem a semelhança de família do gênero do qual fazem parte, seriam *elementos prototípicos*.

Da mesma forma, poderíamos pensar que os estudos de caso por nós escolhidos dentro de cada gênero seriam *elementos prototípicos*, dentro dos textos selecionados de determinado gênero, por apresentarem a *semelhança de família* daqueles grupos de texto. Nesse caso, esses grupos representariam as categorias.

Realizada essa breve digressão sobre a importância da *prototipicidade* na escolha dos textos que compõem os *corpora* e os exemplares de texto que constituem os estudos de caso, passaremos a definir a categoria *mecanismos de argumentação prototípicos* (MAPs).

Os *mecanismos de argumentação prototípicos* (MAPs) são: 1) *mecanismos argumentativos* (MAs) porque correspondem a recursos verbais e não-verbais que apresentam, dentro de determinado gênero, um caráter persuasivo; 2) esses MAPs apresentam a *semelhança de família* do gênero persuasivo em que estão inseridos.

Partindo da hipótese de que os *gêneros persuasivos* têm certa *semelhança de família*, como dissemos, porque todos visam a convencer um interlocutor de algo, com *dinâmicas argumentativas* diferentes, pensamos na existência de alguns *recursos verbais e não-verbais* que são selecionados pelo agente produtor de forma a atender esse intuito. A esses recursos denominamos *mecanismos de argumentação prototípicos*. Todos os MAPs terão a *semelhança de família* característica da *categoria* gênero em que estão integrados.

Ou ainda, poderíamos pensar que, dentro de uma categoria em que estariam inseridos os *mecanismos de argumentação* (MAs), de uma forma ampla, haveria alguns que poderiam ser selecionados em função da *semelhança de família* característica de determinado gênero persuasivo. E a esses mecanismos denominamos MAPs.

É pelo fato de termos definido o protótipo, numa versão mais ampla, que conseguimos explicar que os MAPs³⁶⁷ não são, necessariamente, idênticos em dois exemplares do mesmo gênero e podem vir a ser representados em diferentes exemplares de um mesmo gênero por categorias verbais ou não-verbais diversas.

A título de exemplo, vemos, no caso dos *outdoors* partidários, o uso da fotografia, da modalidade intersubjetiva como um MAP. Ao percorrer outros textos do mesmo gênero nos

³⁶⁷ A meu ver, poderia ser estabelecida uma analogia entre a co-relação que pode vir a ser estabelecida entre uma premissa (uma determinada informação –P) participando de um *tipo*, numa inferência não dedutiva – cf. Berrendonner (1989: 105-125) – e um MAP atuando num gênero. O –P funciona como um *sintoma* para determinado *tipo*, da mesma forma que o MAP, para certo gênero. O –P tem um estatuto diferenciador, sendo distintivo e marcando a diferença num determinado tipo; o MAP também *pode* sê-lo em certo gênero. O –P pode ter um destaque evidenciado em determinado tipo; o MAP também pode vir a tê-lo num determinado gênero. Cf. Berrendonner (1989: 105-125).

corpora, observamos outros MAPs como a utilização de outros códigos, como o uso de gráficos.

No caso da petição inicial, notamos a utilização de expressões negativas e de organizadores textuais, no texto que constitui o nosso estudo de caso. Nos demais exemplares desse gênero, observamos organizadores textuais, mas não vemos o uso da negação.

No editorial selecionado como estudo de caso, salientamos o emprego dos recursos polifônicos vários e de organizadores textuais – sendo que esses recursos podem ser menos perceptíveis em outros exemplares do gênero.

Tendo procurado justificar por que motivo escolhemos a categoria MAP para designar as EEs encontradas nos gêneros persuasivos, passamos a listar, a seguir, quais os MAPs que são analisados nos textos por nós escolhidos. Todavia, é importante destacar que nos limitamos a estudar alguns MAPs dentro do exemplar do gênero que selecionamos para ser o nosso estudo de caso. Se trabalhássemos com todos os exemplares que compunham os nossos *corpora*, teríamos uma listagem aberta, visto que outros casos de MAPs poderiam surgir em função do texto em análise.

MAPs na EE

Antes de procedermos à listagem dos MAPs identificados nos diversos textos, decidimos esclarecer as opções teóricas relativas a algumas categorias lingüísticas que aparecem em muitos exemplares dos nossos *corpora*. Em especial, definiremos qual o sentido que tomamos para as categorias *modalidade* e *organizador textual*. Tais noções apresentam classificações diversas de acordo com as várias abordagens teóricas.

Quanto a outras categorias, quer sejam verbais ou não-verbais, teoricamente menos problemáticas, vamos detalhá-las quando apresentarmos a EE de cada exemplar de gênero.

Modalidade

A modalidade³⁶⁸ em sua vertente lógica – em que a modalidade lingüística nomeadamente se baseou – vem sendo estudada desde a Antigüidade, a partir de Aristóteles. Mas não nos cabe, aqui, fazer este retrospecto³⁶⁹, o que não seria importante para o desenvolvimento deste trabalho.

Seguindo uma definição consensual retomada por Campos, ela corresponde à: “[...] categoria gramatical que representa as diferentes atitudes do locutor em relação a um conteúdo proposicional e ao seu interlocutor.” – Campos (2004: 265).

Cabe-nos apenas ressaltar que, em relação às modalidades lingüísticas, existem duas vertentes teóricas que procuraram estudá-las, de acordo com Le Querler (1996). Uma mais estrita e outra mais ampla.

A primeira restringe a noção de *modalidade* a apenas algumas ocorrências lingüísticas. Dentro dessa perspectiva, têm-se os estudos de Benveniste (1974), que considera ser a modalidade³⁷⁰: “une assertion complémentaire portant sur l’énoncé d’une relation” a relaciona com verbos que podem vir a atuar como auxiliares como: “aller”, “vouloir”, “falloir”, “désirer”, “espérer” e verbos considerados “modalisants par excellence”³⁷¹, como: “devoir” e “pouvoir”.

Num outro extremo, temos teóricos como Bally que em *Linguistique générale et linguistique française*, apresenta que toda asserção é modal e amplia a noção de modalidade, considerando-a tanto a partir de diversos marcadores verbais modos verbais, advérbios adjetivos como de marcadores não-verbais entoação, gestos, mímica – Bally ([1932], 1965⁴). Assim, esse autor teve um grande mérito ao expandir a noção de

³⁶⁸ Para o estudo da questão, de teor bastante complexo, selecionamos apenas algumas abordagens teóricas. No entanto, gostaríamos também de citar o contributo de alguns autores que se debruçaram sobre a questão, em língua portuguesa. No âmbito do português europeu, podemos citar os trabalhos de Campos (1997, 2004) e Campos & Xavier (1991), de Carreira (2001). No do português do Brasil, os contributos de Neves (2003).

³⁶⁹ Para mais detalhes, ver as obras de Gardies, J. L. (1979 e 1983); Blanché, R. (1970).

³⁷⁰ Benveniste (1974: 187).

modalidade para marcadores ainda não pontuados por outros teóricos, no entanto ele não propôs uma classificação clara para os diversos tipos de modalidade.

Além de Bally, outros teóricos também consideraram que todos os enunciados têm um valor modal, como Culioli (1990), Campos & Xavier (1991) e Campos (2004). Contudo, esses autores fazem classificações diversas das modalidades. Para Culioli, existem quatro tipos de modalidade:

[...] la lexis est pré-assertive et le passage à l’assertion (au sens de ‘énonciation par un sujet’) implique une modalisation. Modaliser signifie ‘affecter d’une modalité’ et modalité sera entendu ici au quadruple sens de (1) affirmatif ou négatif, injonctif, etc. (2) certain, probable, nécessaire, etc. (3) appréciative [...] (4) pragmatique, en particulaire mode allocutoire, causative, bref, ce qui implique une relation entre sujets.

(CULIOLI, 1968: 112) *apud* Valentim (2005: 127)

Por outro lado, Campos & Xavier (1991) e Campos (2004) consideram que há apenas três modalidades: as epistêmicas, as intersujeitos ou deônticas e as apreciativas ou avaliativas.

De um ponto de vista menos radical, há outros autores como Pottier ([1974] 1985²)³⁷² que restringe a noção de *modalidade* a alguns verbos modais, não levando em conta outras categorias lingüísticas.

E ainda, o trabalho de Bronckart que, de forma consensual, integra a questão das *modalidades* ao estudo dos mecanismos enunciativos. Para o autor, as modalizações³⁷³ visam a comentar ou avaliar elementos do conteúdo temático e, baseando-se em estudos clássicos sobre a questão, poderiam ser classificadas em *lógicas* (que englobaria as aléticas

³⁷¹ *Ibid.*, p. 188.

³⁷² Devemos citar, no âmbito luso-francês, os contributos de Carreira que, em diversas publicações (nomeadamente as de 1997, 2001, 2004), aprofundou os conceitos teóricos de Pottier e os empregou em *corpora* de textos escritos do português europeu.

³⁷³ Bronckart (1999) não faz a distinção entre modalidade e modalização. Autores como Vion (2004: 101) fazem essa distinção e pontuam que a modalidade pode ser definida como “l’univers dans lequel le sujet réagissant inscrit la représentation qu’il construit de son discours”, sendo assim estará sempre presente no enunciado. Já a *modalização* corresponde a uma atitude enunciativa particular: o desdobramento enunciativo, a que Authier-Revuz denomina *modalização autonímica*. Nós, nessa pesquisa, não fazemos distinção entre *modalidade* e *modalização*.

e as epistêmicas), *deônticas*, *apreciativas* e *pragmáticas*³⁷⁴. Sendo que, para cada função apontada, diversas categorias lingüísticas poderiam ser listadas. O grande contributo do Bronckart foi relacionar o estudo das modalidades ao dos gêneros. Para o teórico, existe uma relação entre o gênero e as unidades de modalização. Como afirma o autor:

[...] enquanto alguns textos estão saturados de unidades de modalização, em outros, essas mesmas unidades são raras ou ausentes. Essas diferenças de frequência parecem estar relacionadas ao **gênero** a que pertence o texto: as unidades de modalização poderão, por exemplo, estar quase ausentes em algumas obras enciclopédicas, em alguns manuais científicos, ou ainda em alguns “*fait divers*”.

(BRONCKART, 1999: 334)

Realizado um breve retrospecto de algumas abordagens teóricas, passaremos, realmente, a definir a forma como a *modalidade* vai intervir na análise dos nossos textos.

Modalidade – acepção escolhida

Na análise dos nossos documentos, seguimos a definição e a categorização propostas por Le Querler, em *Typologie des Modalités*, contudo faremos algumas considerações no que tange à amplitude dada ao termo, como veremos. Para a autora, a modalidade diz respeito à “L’expression de l’attitude du locuteur par rapport au contenu propositionnel de son énoncé” – Le Querler (1996: 61).

Quanto à categorização, as modalidades, segundo a autora, seriam de três tipos: *modalidades subjetivas*, em que estariam inseridas as epistêmicas e as apreciativas, as *intersubjetivas*, em que estão presentes as deônticas, e as *objetivas*. O quadro a seguir apresenta, de forma esquemática, os diversos tipos de modalidade apontados por Le Querler, em função da relação estabelecida entre o enunciador³⁷⁵ e o conteúdo proposicional, com suas respectivas definições:

³⁷⁴ Como não fazemos uso dessa terminologia para as nossas análises, não desenvolveremos as definições. Para mais detalhes, ver: Bronckart (1999: cap. IX).

³⁷⁵ Le Querler (1996) utiliza o termo sujeito enunciador. Para nós, como já foi colocado, todas as personagens construídas textualmente são consideradas *enunciadores*. O Locutor será aquele ser textual responsável pela

TIPOS DE MODALIDADE			
	Subjetiva	Intersubjetiva	Objetiva
Difinição	A modalidade exprime apenas a relação entre o enunciador e o conteúdo proposicional	A modalidade exprime uma relação entre o enunciador e um outro sujeito acerca do conteúdo proposicional	O enunciador subordina o conteúdo proposicional a uma outra proposição: é uma modalidade que independe de seu julgamento ou apreciação.
Classificação	Epistêmicas – marcando o grau de certeza do locutor em relação ao conteúdo proposicional. Apreciativas – marcando a apreciação do locutor em relação ao conteúdo proposicional.	Deônticas – estas são da ordem da permissão, da obrigação.	Aléticas – estas são da ordem do possível, do impossível, do necessário.

Adaptado de (LE QUERLER, 1996: 63, 64)

A teórica aponta, também, diversas formas de marcação da modalidade: *entoativas* (de acordo com a entoação um mesmo enunciado pode apresentar diversas significações); *lexicais* (verbos ou advérbios modais); *morfológicas* (alguns tempos verbais – como o futuro do pretérito – e modos, nomeadamente o subjuntivo) e *sintáticas* (em que a subordinação marcada por uma modalidade implicativa³⁷⁶ apresenta expressões como “no meu ponto de vista”, por exemplo).

No entanto, limitar-nos-emos a estudar essas formas de marcação no estudo das *modalidades subjetivas* e as *intersubjetivas*, por serem aquelas relevantes nos textos analisados. As primeiras no editorial e na petição inicial; as demais no *outdoor* partidário. Optamos por deixar de lado as *objetivas*, pontuadas por Le Querler (1996) que, em francês – de forma análoga em português –, poderiam ser marcadas por expressões adverbiais, que podem ser sintagmas nominais preposicionados ou orações subordinadas, com valores diversos de causa, consequência, finalidade, meio. Fizemos essa escolha porque parte das questões tratadas pelas modalidades objetivas será estudada, quando trabalharmos os organizadores textuais.

colocação desses enunciadores em cena, com um papel social, institucional, sofrendo coerções do gênero em que estiver inserido.

³⁷⁶ Tradução do termo “modalité implicative”. Cf. Le Querler (1996: 62).

Porém, por que resolvemos adotar a categorização proposta por Le Querler (1996)? Primeiramente, pensamos que essa teórica efetua uma classificação de modalidades que segue uma certa tradição: as *modalidades epistêmicas* e *intersujeitos* já foram minuciosamente estudadas³⁷⁷.

Além do exposto, Le Querler (1996) apresenta como marcadores de *modalidades* alguns recursos prosódicos, como a entoação, que estaria *na fronteira* entre um recurso verbal e um não-verbal. Com isso, para se compreender a função de uma modalidade num enunciado, como um pedido, uma sugestão, um conselho, por exemplo, devem ser consideradas questões entoacionais. Esse aspecto é importante porque, de certa forma, a autora denota certo alargamento conceptual ao estudar a noção de *modalidade*.

Dessa forma, optamos por adotar a categorização de Le Querler, mas gostaríamos de enfatizar algumas questões *pouco* exploradas pela autora e que serão por nós complementadas por outras correntes teóricas.

Primeiramente, ratificamos o que Le Querler afirma acerca da asserção simples:

L'assertion simple [...] ne contient aucun marqueur de l'attitude du locuteur: le contenu propositionnel est posé, l'attitude du locuteur est constatative ou informative, sans aucun marqueur explicite de modalisation [...]. Mais [...] *une assertion simple peut aussi véhiculer une modalité implicite, qu'on peut mettre en évidence par la possibilité d'équivalence avec un énoncé contenant un marqueur explicite de modalisation.*

(LE QUERLER, 1996: 61,62) – grifo nosso

E, à semelhança de Campos & Xavier (1991) e de Campos (2004), pensamos que mesmo uma asserção não instanciada por um marcador lingüístico terá um *valor modal epistêmico*. No caso das *modalidades epistêmicas*, o Locutor pode vir a assumir ou validar, em *graus diversos*, um determinado conteúdo proposicional ou relação *predicativa*. *Essa validação pode ser apresentada numa escala* contínua de valores assertivos. Estes podem ser delimitados por dois pólos: um de assunção máxima – pólo positivo – em que estão

³⁷⁷ Notavelmente, vários trabalhos de Culioli (1990). No âmbito dos estudos em português europeu, destacam-se publicações de Campos (1997, 2004) e Campos & Xavier (1991).

presentes a asserção positiva e/ou negativa; outro de assunção mínima ou nula – pólo negativo – no qual o Locutor não dispõe de elementos lingüísticos para validar a relação predicativa. Dessa forma, mostraremos que mesmo um gênero mais instituído, como a petição inicial, apresenta certo grau de modalização.

Posto isso, gostaríamos de enfatizar que, para nós, a modalidade estará sempre presente, de forma explícita ou implícita, em um enunciado, sendo coibida por coerções impostas pelo gênero em que se insere.

Um segundo aspecto importante, e que não foi privilegiado por Le Querler (1996), é que, dependendo do gênero em análise, poderão existir *outros marcadores de ponto de vista*, não-verbais, que denotam a atitude do Locutor em relação ao conteúdo proposicional. Tais marcadores serão de extrema relevância no nosso caso, pois trabalhamos com gêneros plurissemióticos. Como afirma Charaudeau (1992), em *Grammaire du Sens et de l'expression*, numa observação de grande pertinência:

Il peut se faire enfin, que la Modalisation ne soit exprimée par *aucune marque linguistique*, et que ce soit l'organisation d'ensemble de l'énoncé qui, en relation avec d'autres indices verbaux ou paraverbaux (intonation, gestes, regards, ponctuation), et les particularités de la situation de communication, témoigne d'une Modalité énonciative particulière.

(CHARAUDEAU, 1992: 573) – grifo nosso

Nesta tese, para não interferir com a noção de modalidade lingüística que vem sendo estudada por várias abordagens teóricas, como apontamos, designaremos esses índices paraverbais *marcadores de ponto de vista*, uma vez que marcam a atitude do Locutor em relação àquilo que enuncia.

A partir das considerações feitas, admitimos, como hipótese de trabalho, a existência de um *continuum* referente aos graus de modalização nos diferentes gêneros e de uma previsibilidade das modalidades em função do gênero em que se inserem. Gêneros mais instituídos, como a petição inicial, teriam uma predominância de modalidades epistêmicas;

já outros, como o *outdoor* partidário ou o editorial, por serem gêneros menos instituídos, apresentariam diferentes graus de modalização e tipos de modalidade variáveis.

Marcadores de modalidade

Adaptando a teoria apresentada às análises dos *corpora* efetuadas, mostraremos a seguir os diversos marcadores de modalidade. Nessa adaptação, vale ressaltar alguns aspectos.

Primeiramente, mantivemos os exemplos dos *tipos de modalidade* fornecidos por Le Querler (1996) em língua francesa. Todavia, complementamos a sua lista, com *marcadores morfológicos* e *marcações de ponto de vista* – que dizem respeito aos recursos não-verbais utilizados em alguns gêneros e que denotam certo grau engajamento do Locutor –, como mencionamos anteriormente, observáveis a partir da análise dos *outdoors* partidários. De forma a estabelecer a diferença entre a contribuição da autora e a nossa, demarcaremos o nosso contributo por uma *tipografia diferenciada*. Esta será em negrito.

Partimos do princípio de que a *modalidade epistêmica* – como preconizavam Campos & Xavier (1991) e Campos (2004) – está presente em todas as asserções e que o Locutor pode assumir ou validar, em graus diversos, um conteúdo proposicional. Com isso, assumimos que toda asserção, mesmo não instanciada, tem um valor modal, aspecto não referido no quadro que se segue, que relaciona os tipos de modalidade aos tipos de marcadores que os caracterizam, tendo em conta os contributos teóricos a que já nos referimos:

MODALIDADES LINGÜÍSTICAS		
Marcadores	<p>MODALIDADES SUBJETIVAS</p> <p>Epistêmicas</p> <ul style="list-style-type: none"> - lexicais • verbos – (“savoir”, “douter”, “ignorer”, que regem uma oração). • advérbios modais epistêmicos – (“peut-être”, “sans doute”, “probablement”, “certainement”...). • oração “en incise” – (“je n’en sais rien”, “j’en doute”...) • verbos “pouvoir” e “devoir” em alguns contextos. • advérbios de aproximação – (“environ” – acompanhando o verbo “pouvoir” ou as locuções “devoir avoir” ou “pouvoir avoir” –; “quelque” e “approximativement” – acompanhando o verbo “avoir” ou a locução “pouvoir avoir” –). - morfológicos • em francês, os verbos em <i>–rais</i>³⁷⁸ ou no futuro (simples e composto) em que o locutor marca certa incerteza em relação à asserção <p>APRECIATIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - lexicais • verbos que introduzem uma subordinada ou um infinitivo: “j’apprécie que/de”, “je regrette que/de”, “je suis heureux que/de” verbos ou expressões que exprimam sentimento”. • advérbios ou interjeições (“heureusement”, “malheureusement”, “hélas”) ou marcadores que intensificam determinado constituinte da frase (“ce que”; “qu’est-ce que”³⁷⁹) 	<p>MODALIDADES INTERSUBJETIVAS</p> <p>Deônticas</p> <ul style="list-style-type: none"> - lexicais • expressões como “il faut que” acompanhadas de alguma marcação lingüística que implique o interlocutor. • atos de linguagem indiretos³⁸⁰ – (“Pouvez-vous...?”; “pourriez-vous...?”). • expressões denotando ordem ou sugestão – (“Tu prends”; “tu prendras”; “peux-tu prendre...?”, “tu devrais prendre”; “tu prendrais”; “si tu prenais”; “pourrais-tu prendre”. • verbos no imperativo • verbos no futuro simples que podem marcar uma ordem ou sugestão de acordo com a entoação, o contexto, as relações entre os interlocutores. • verbos no futuro do pretérito³⁸¹, denotando um convite e implicando o interlocutor. • verbo “pouvoir”, em vários tempos verbais. - morfológicos • desinência modo temporal de futuro do pretérito • desinência de 1ª pessoa do plural de verbos no presente do indicativo com função dêitica - presente do indicativo do verbo “ter”. - entoacionais • um mesmo enunciado pode ser percebido de forma mais ou menos imperativa em função do contexto e da relação entre os interlocutores. O enunciado “Tu viens” pode ser uma ordem, um pedido, uma informação, uma autorização, etc. - atos de linguagem indiretos • verbo “poder”, em vários tempos verbais • desinência modo-temporal de futuro do pretérito
	RECURSOS NÃO-VERBAIS	
	<p>Marcadores de ponto de vista</p> <ul style="list-style-type: none"> - aspectos cromáticos - aspectos icônicos - aspectos tipográficos 	

³⁷⁸ Em português corresponderia à desinência modo-temporal de futuro do pretérito do indicativo.

³⁷⁹ Em português teríamos a expressão “como” com valor de intensificador.

³⁸⁰ Para Searle (1982: 81-89) *apud* Le Querler (1996: 103), o ato de linguagem indireto é, inicialmente, reconhecido quando se pode acrescentar a expressão “s’il vous plaît”.

³⁸¹ Em francês, esse futuro do pretérito corresponderia ao “conditionnel”.

Tendo definido a noção de modalidade com a qual trabalharemos na análise dos nossos textos, passaremos a estudar as categorias – *organizadores textuais/ conectores* –, revendo as abordagens teóricas que consideramos as mais significativas para atingir o nosso objetivo.

Organizadores textuais (OTs) ou conectores?

Antes de falarmos realmente sobre a escolha que faremos entre *OTs* ou *conectores*³⁸², realizaremos um breve retrospecto de algumas abordagens teóricas que refletiram sobre os elementos lingüísticos responsáveis pela ligação entre enunciados/proposições. E apresentaremos uma leitura crítica das perspectivas por nós selecionadas. Percorreremos os estudos precursores de Ducrot *et al.*(1980), passando por Adam (1999, 2002) e, por fim, Schneuwly, Doltz & Rosat (1989)³⁸³.

É de nosso conhecimento os trabalhos de Ducrot *et al.* (1980), recuperáveis para o estudo do português³⁸⁴, sobre conectores argumentativos³⁸⁵, estudando, inclusive, elementos ainda não estudados como o “d’ailleurs”, “justement”, “mais”, além dos tradicionalmente abordados: “puisque”, “donc”, “parce que”. Como já foi colocado em 2.4.1.1., levando em conta o aspecto instrucional do enunciado, um locutor, ao enunciar, por exemplo: “Este restaurante é bom” (A), vai emitir uma instrução ao alocutário para inferir uma conclusão do tipo “Vamos ao restaurante” (C). Ou ainda, no caso do locutor dizer “Este restaurante é bom (A), “mas” é caro (B)”, ele vai emitir uma instrução do tipo [B é uma instrução para uma conclusão não C], o que corresponderia dizer [então não vamos]³⁸⁶.

³⁸² Escolhemos as abordagens teóricas que nos pareciam mais relevantes para as nossas análises. Para outras classificações, ver, por exemplo, Charolles (1994), que estuda os organizadores textuais, baseando-se em fatores cognitivos.

³⁸³ Tal colocação dos contributos teóricos não respeita uma ordem cronológica. Optamos por deixar a de Schneuwly, Rosat & Dolz (1989) para o final porque adotamos a categorização proposta pelos autores.

³⁸⁴ No estudo do português do Brasil, ressaltamos os trabalhos precursores de Koch (1993); Guimarães (1987). No português europeu, o trabalho de Trigo (1989).

³⁸⁵ Preferimos não traduzir estes conectores argumentativos, respeitando a versão original.

³⁸⁶ Os exemplos aqui adotados foram adaptados a partir de Ducrot *et al.* (1980: cap. I).

Também o conector “mas”, em especial, – cf. **2.4.2.1** – foi estudado dentro de uma concepção polifônica, nomeadamente em Ducrot et *al.* (1980: cap. I) e Ducrot (1988). Pela enunciação de um enunciado “A”, o locutor coloca em cena um enunciador – e_0 – que argumenta de forma a chegar a uma conclusão “C”. Já pela enunciação de “mas B”, um segundo enunciador é colocado em cena – e_1 – que argumenta para uma conclusão “não C”. O locutor, finalmente, se identifica com o ponto de vista de e_1 .

Alguns problemas poderiam, a nosso ver, serem colocados. Primeiramente, Ducrot considera *radicalmente* que a relação entre argumento e conclusão está ao nível da própria significação. Todavia, não deixamos de pontuar, nesta tese, outros aspectos, além dos semânticos, que possam vir a contribuir para estabelecer esse tipo de relação (fatores situacionais dentre outros).

Além disso, o autor considera que *todos* os conectores são argumentativos, uma vez que carregam em si instruções que contribuem para a orientação argumentativa dos enunciados. Entretanto, pensamos, à semelhança de Adam (2002d), que esses mesmos conectores poderiam vir também a denotar certa *responsabilidade enunciativa* – aspecto não considerado pelo autor.

Por outro lado, Ducrot limita o estudo dos conectores ao nível do enunciado. Ora, trabalhamos com textos empíricos e os conectores devem ser considerados tanto ao nível do enunciado quanto do próprio texto. Dessa forma, eles podem participar na planificação textual em diversos níveis.

Pelo que expusemos, os conectores argumentativos descritos por Ducrot não seriam suficientes para a análise dos textos por nós escolhidos. Os textos que analisamos são compostos por pacotes de enunciados, interligados por elementos que, além de segmentarem o texto, atuando *ao nível da planificação textual*, contribuem para uma orientação argumentativa, e também denotam uma responsabilidade enunciativa. Com isso, a classificação proposta por Ducrot não é suficiente para o nosso estudo.

Em relação aos trabalhos de Adam (1999, 2002d), observamos que ele já trabalha a questão dos conectores ao nível da organização textual. Em publicação de 1999³⁸⁷, nomeadamente, o teórico pontua a existência de organizadores e conectores como responsáveis pela segmentação e ligação entre proposições (ou pacotes de proposições) de tamanhos de diversos. A única distinção que faz entre eles é o fato de os últimos também orientarem argumentativamente.

Já em publicação de 2002³⁸⁸, Adam apresenta as funções desses elementos responsáveis pela ligação entre proposições, e as diversas categorias que teriam essa função. Para segmentar e interligar blocos no texto, haveria os *organizadores*. Dentre estes³⁸⁹, teríamos:

- os *organizadores espaciais* (“à gauche”; “à droite”, “devant”...);
- os *enumerativos* (“et”, “aussi”, “ainsi que”, “en plus”...);
- os *marcadores de integração linear* (“d’une part”, “d’abord”; “premièrement”, “d’un côté”).

Para interligar proposições e apresentar certa responsabilidade enunciativa, haveria:

- os *conectores de reformulação* (“c’est-à-dire”, “autrement dit”, “en un mot”, “en d’autres termes” etc.) ;
- os *organizadores estruturadores da conversação* (“bom”, “ben”...) e *fáticos* (“tu sais”, “tu vois”).

Para orientar argumentativamente, existiriam os conectores argumentativos. Dentro dessa categoria, existiriam:

- os *argumentativos e concessivos* (“mais”, “pourtant”, “cependant”);
- os *introdutores de explicação e de justificativa* (“car”, “parce que”, “puisque”, etc.);

³⁸⁷ Adam (1999: 58).

³⁸⁸ Adam (2002d: 125-128).

³⁸⁹ Estes organizadores são apresentados em francês, tal qual a versão original. Mas os exemplos podem ser transpostos para o estudo do português.

- o “*si*” hipotético e os marcadores de argumento (“*même*”, “*d’ailleurs*”, “*de plus*”, etc.).

Observamos, assim, que Adam não distingue suficientemente a atuação dos organizadores e dos conectores. No entanto, nos fornece um grande contributo por incluir, na sua classificação, alguns conectores que têm função de interligar proposições e também de marcar responsabilidade enunciativa. Esta última função, inclusive, será de extrema valia para a análise dos nossos exemplares de gênero.

Por outro lado, Schneuwly, Dolz & Rosat (1989) introduzem o termo *organizador textual* para designar os elementos responsáveis pela planificação textual. São considerados, pelos autores, *organizadores textuais*, unidades lingüísticas que associam conexão à segmentação; não fazem parte das estruturas proposicionais; ligam-nas e organizam-nas inserindo-as num contexto e/ou em um contexto de produção e não estão sujeitas à concordância (em gênero e número), como seria o caso da anáfora, por exemplo. Vale ressaltar que muitas das classificações por eles utilizadas serão por nós retomadas na análise dos nossos textos.

Esses organizadores textuais (doravante OTs) apresentam várias subcategorizações, em função dos diferentes modos de organização cognitiva dos conteúdos, do modo de ancoragem ou ainda dos princípios de estruturação do texto. O quadro abaixo reproduz de forma esquemática as subcategorias dos OTs propostas pelos autores:

Organizadores textuais (OTs)	
Subcategorias de organizadores textuais (OTs)	
Em função de uma dimensão de subordinação e de sintagmatização	<ul style="list-style-type: none"> - organizadores inseridos em orações subordinadas ou em proposições como, por exemplo: “avant que la nuit ne tombe/ avant la tombée de la nuit”; - elementos de coordenação em especial os relacionados às operações de elisão.
Em função dos diferentes modos de organização cognitiva dos conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> - organizadores temporais; - organizadores espaciais; - organizadores argumentativos; - organizadores explicativos; - organizadores metadiscursivos (“c’est-à-dire”; “par exemple”, “bref”).
Em função do modo de ancoragem	<ul style="list-style-type: none"> - unidades dêiticas (relacionadas ao espaço-tempo do ato de produção); - unidades não dêiticas (unidades anafóricas como “le lendemain”; “par conséquent”); - unidades catafóricas como “il était une fois”, “voici une raison”; - unidades mistas como as datas.
Em função dos princípios de estruturação do texto	<ul style="list-style-type: none"> - unidades de balizagem que delimitam em níveis diferentes partes do texto; - unidades de empacotamento que criam pacotes de proposições em função dos processos de planificação; - unidades de ligação que estabelecem e garantem a estabilidade material.

Adaptado de (COUTINHO³⁹⁰ *apud* Schneuwly, Dolz & Rosat (1989: 40- 44))

Organizadores textuais – um balanço crítico

Adotaremos, à semelhança de Schneuwly, Dolz & Rosat (1989), o termo OTs para designar unidades que associam conexão à segmentação, atuando na *planificação textual*. Tal termo é por nós escolhido, em detrimento de outros, devido à sua inserção numa perspectiva textual. Ora, trabalhamos com textos empíricos e um estudo centrado nessa perspectiva nos pareceu mais adequado.

Como esses teóricos consideramos que os OTs devem ser pensados à luz de perspectiva que temos vindo a assumir, segundo a qual aspectos interacionais e situacionais agem como condicionantes de certa materialização lingüística. Com isso, os *organizadores textuais*,

³⁹⁰ Notas de aula do seminário ministrado pela Profa. Dra. Maria Antónia Coutinho, intitulado *Teoria do Texto*, realizado na Universidade Nova de Lisboa, no 2º semestre de 2003/2004.

responsáveis pela conexão e segmentação do texto, estariam também relacionados a essas coerções. Como esta tese em *Teoria do Texto* está perspectivada em uma *lingüística de gêneros*, o estudo dos OTs efetuado por esses autores seria mais compatível.

Por outro lado, as limitações colocadas pelos autores na definição e na classificação dos OTs merecem ser por nós relevadas. Em primeiro lugar, os autores não consideram recursos não-verbais³⁹¹ (no nosso caso específico, aspectos cromáticos e tipográficos, índices numéricos) como participantes da planificação textual. Esses recursos serão importantes tanto na petição inicial (*sinais demarcatórios*) quanto no *outdoor* partidário (aspectos cromáticos).

Os autores evocam uma classificação bem compartimentada das funções das OTs, o que para nós não faz sentido. *Todo* OT, pela própria definição proposta pelos autores, pode tanto ser responsável pela estruturação do texto quanto pela organização cognitiva dos conteúdos, uma função não elimina a outra.

Além disso, Schneuwly, Rosat & Dolz (1989) afirmam que uma das condições para ser um organizador textual é o fato de ele *não* pertencer à estrutura proposicional. Contudo, em função do gênero em análise, poderemos ter expressões que atuam na planificação e participam da estrutura proposicional. Por exemplo, no caso da petição inicial, observamos o uso da expressão “pelos fatos supra referidos”, que intervém na planificação textual.

Por outro lado, os OTs podem vir a ter um papel duplo: podendo participar da planificação textual e também ter um *comportamento anafórico*³⁹² em determinados gêneros. Ou seja, além de atuarem na planificação textual, sua interpretação depende de expressões

³⁹¹ Coutinho, inclusive, menciona a importância de processos gráficos (caixa, sublinhado, tamanho de letra) como organizadores textuais em alguns tipos de publicidade. Cf. Coutinho (2004c: 293).

³⁹² A relação entre os OTs e a anáfora não nos parece algo novo. Berrendonner desenvolve mais a correlação entre os conectores pragmáticos e os mecanismos anafóricos, sendo os primeiros um caso particular dos segundos e afirma que “les connecteurs sont, comme tous les anaphoriques, des morphèmes présupposants: dire *donc p*, ou *mais p*, ou *alors p*, etc., c’est caractériser d’énonciation de p comme impliquant la présence en mémoire d’une certaine information [...], variable selon le connecteur, c’est donc actualiser une configuration sémantique [...]”. Berrendonner (1983: 237).

referenciais presentes no universo textual. Tal duplicidade de funções também é observada na expressão “os fatos supra referidos”, extraída do exemplar da petição inicial.

Há ainda OTs que podem ter até papel triplo, atuando *não apenas* como organizadores, mas tendo um comportamento anafórico e denotando certa responsabilidade enunciativa. Inclusive, o processo de retoma (nos OTs com função anafórica) estará diretamente relacionado a uma responsabilidade enunciativa. Caberá ao Locutor focalizar partes do texto que lhe interessam para que o interlocutor proceda à recuperação do referente.

Conectores x OT – nossa acepção

Na análise dos nossos documentos, consideraremos o termo *conector* em dois sentidos. 1) Serão as partículas de transição traduzíveis por PT e CT, responsáveis pela formação dos encadeamentos argumentativos, quer sejam normativos ou transgressivos (aqueles que podem ser traduzidos, por encadeamentos em PT e CT, respectivamente). Como já apontamos, estes são os *conectores* considerados pela TBS por estabelecerem ligação entre os segmentos presentes ou no *discurso normativo* ou no *transgressivo*. 2) Serão unidades de coordenação – com exceção do “mas”³⁹³ – e de subordinação que funcionam como organizadores textuais, atuando na planificação textual.

Por outro lado, os OTs correspondem a todas expressões que servem como elementos de segmentação (de pacotes de proposições de diversos tamanhos), intervindo na planificação textual, podendo essa função ser combinada com a de conector; ou com a de articulador³⁹⁴.

Esse termo – OT – foi escolhido, primeiramente, porque temos como objeto de análise textos empíricos, inseridos evidentemente em diversos gêneros, e, por isso, seria mais coerente trabalhar com essa terminologia. E também por considerar que toda produção de texto empírico é, na verdade, uma representação de uma determinada interação social, da

³⁹³ No caso específico do “mas” o consideraremos um organizador textual com função de articulador, conforme dita a TBS. Isto porque tal unidade estabelece a ligação entre discursos e não entre segmentos de um mesmo encadeamento argumentativo.

relação estabelecida entre os interlocutores, da finalidade da interação, como consideram Schneuwly, Rosat & Dolz (1989: 41). E foi, a partir desses princípios, que os autores apontados propuseram uma classificação para os OTs.

No entanto, apesar de nos servirmos de parte da terminologia proposta por Schneuwly, Dolz, Rosat (1989), procuramos complementá-la, com contributos de Berrendonner (1983), Adam (1999, 2002d) e Coutinho (2004c). Assim, além da definição genérica proposta para o OT, pontuamos, abaixo, as demais características a ele associadas.

Primeiramente, dependendo do gênero, poderemos ter um OT fazendo parte do conteúdo proposicional do enunciado em que está inserido. Vemos, principalmente, na análise da PI e do editorial que podem existir OTs que participam do conteúdo proposicional, como é o caso das expressões “os fatos acima referidos” e “o balanço crítico”, respectivamente. Embora expressões desse tipo não sejam elencadas por Schneuwly, Rosat & Dolz (1989) como OTs, elas desempenham tal função nos gêneros em que se inserem.

Ainda, o OT pode ter comportamento anafórico e marcar uma responsabilidade enunciativa. No estudo da PI, observamos expressões como: “para tanto”; “pelo acima exposto” que são OTs com função dupla.

Além disso, podem existir OTs não-verbais, como é o caso dos *sinais demarcatórios* na PI que demarcam abertura e fechamento de grandes blocos; ou das cores, tipografia, signos icônicos³⁹⁵ (a flecha, por exemplo, no estudo de caso 1) no caso dos *outdoors*.

Em suma, na nossa aceção, serão considerados *organizadores textuais* ou OTs *todos* os elementos verbais ou não-verbais que exercem a função de estruturar o texto, estabelecendo ligações entre enunciados de diversos tamanhos. Essas unidades organizam cognitivamente os conteúdos existentes, podendo ou não participar da estrutura proposicional.

³⁹⁴ Para ver a diferença entre articulador e conector, cf. 2.4.1.2..

³⁹⁵ No caso, a flecha é um *índice* que marca a ascensão do PSD nas pesquisas.

Frente a isso, justificamos o fato de utilizarmos a terminologia adotada por Schneuwly, Dolz, Rosat (1989), todavia de uma forma mais ampla.

Listagem dos OTs

Listamos a seguir, sob forma de esquema, os OTs que, de acordo com os autores, podem estar inseridos nas várias funções citadas, mantendo o original em língua francesa. Contudo, acrescentamos alguns OTs que serão por nós considerados – a partir do nosso balanço crítico nos textos em análise –, e fazemos uso de algumas distinções tipográficas. O negrito será usado para identificar os OTs em língua portuguesa, identificados nos estudos de caso em análise. O itálico marcará as unidades que, para nós, funcionam como OTs, nos textos analisados, mas evidentemente não seriam, assim, consideradas por Schneuwly, Dolz & Rosat (1989).

Organizadores Textuais	
Unidades de coordenação e de subordinação; alguns advérbios; organizadores metadiscursivos	“car”; “parce que”; “lorsque”; “ e ”; “en effet”; “quand même”; “ pois ”; “ isto é ”, “com efeito ”.
Unidades não integradas ao conteúdo proposicional (posição em início de frase ou de proposição); sintagmas proposicionais; locuções conjuntivas; alguns advérbios	“à sept heures”, “à ce moment”; “en effet”, “quand même”; “ a partir de fevereiro de 2001 ”; “ a partir de maio de 2001 ”.
Unidades com função dêitica	“há mais de um ano”
Unidades com função anafórica não integradas ao conteúdo proposicional	“ pelo acima exposto ”, “ por isso ”, “ em consequência ”, “ para tanto ”
<i>Unidades verbais que estabelecem a inter-relação entre encadeamentos argumentativos, demarcando uma responsabilidade enunciativa e não são catalogadas dentro das categorias lingüísticas conhecidas (expressões atitudinais – EAs).</i>	“ quem de bom senso fizer o balanço global ”, “ o problema é que ”
<i>Unidades com função anafórica integradas ao conteúdo proposicional por nós consideradas OTs.</i>	“ os fatos acima referidos ”
<i>Unidades não-verbais</i>	Tamanho de letra; caracteres retos/ em itálico; sinais demarcatórios; cores; signos icônicos (flecha).

Tendo definido as categorias *modalidades/modalizações*; *organizadores textuais/conectores*, passaremos a correlacioná-las com os MAPs e a EE.

Tanto as *modalizações* quanto os *organizadores textuais* são MAPs relevantes nos vários exemplares de gêneros analisados, uma vez que apresentam a semelhança de família da categoria *gênero de texto* com a qual trabalhamos. E, por serem categorias bem complexas, resolvemos padronizar a aceção que eles teriam nesse trabalho.

Além do mais, esses MAPs estão diretamente relacionados à EE dos gêneros persuasivos, assim como outros recursos lingüísticos verbais e não-verbais. Passaremos, agora, a elencar, de forma esquemática, outras categorias que serão por nós consideradas MAPs, nos exemplares de gênero analisados. Todavia, ressaltamos que a lista que apresentamos pode vir a ser complementada com outros MAPs, se analisássemos um número maior de textos.

Engrenagem estilística – gêneros persuasivos			
	Petição Inicial	Editorial	Outdoor partidário
M A P S	Anáforas nominais	Recursos polifônicos	Recursos verbais
	Organizadores Textuais verbais	-OT dialético	-nome próprio ³⁹⁷
	- OTs metadiscursivos;	-discurso indireto	-frases com simetria de
	- OTs com função múltipla.	-expressões entre aspas	construção/jogo de sonoridade
	Organizadores Textuais não-verbais	- expressões impessoais	-questão altamente transgres-
	-sinais demarcatórios	-modalidade subjetiva epistêmica	siva ³⁹⁸
	Modalidades subjetivas epistêmicas e intersubjetivas.	-expressões atitudinais (EAs) + OTs	-modalidades subjetivas e intersubjetivas
	Relato interativo - Tempos do NARRAR implicado (pretérito perfeito)		-uso do presente do indicativo dêitico
	Discurso interativo - Tempos do EXPOR implicado (presente do indicativo)		Recursos não-verbais
	Expressões negativas ³⁹⁶		-diagramação
			-composição
			-cores/OT
			-textura
			-fotografia e ângulo de tomada/ marcadores de ponto de vista
			-enquadramento
			-signos icônicos/ OT

³⁹⁶ Essas foram encontradas no estudo de caso deste gênero. Já no outro exemplar, não foram observadas.

5.4.3. Engrenagem enunciativa ampliada (EEA)

Na verdade, trabalhamos com *gêneros persuasivos* que têm como objetivo – convencer alguém de algo –, todavia acreditamos que não será apenas a *argumentação lingüística* que conseguirá dar conta da questão. É necessária a criação textual de todo um *dispositivo* que dê credibilidade àquele que fala, em conformidade com aquilo que é dito e adequado a um interlocutor, no intuito de o objetivo da comunicação ser atingido. Enfim, é necessária a criação de toda uma *cenografia* que dê legitimidade a toda uma *cena de enunciação*³⁹⁹.

Desenvolveremos, nessa parte, o que entendemos por *engrenagem enunciativa ampliada* e as noções de *ethos* e *pathos* que constituem as imagens textuais do Locutor e do interlocutor a ela relacionadas. Pensamos que a criação textual dessas imagens tem um papel relevante na construção da argumentação nos gêneros persuasivos.

5.4.3.1. Precisações conceituais e terminológicas

Engrenagem enunciativa ampliada (EEA)

O Locutor não é um ser estático, mas dinâmico no universo textual, construindo diversas imagens de si, em função dos enunciadores que coloca em cena e do contexto situacional em que se insere. Assim, denominamos *engrenagem enunciativa ampliada* (EEA) as várias *flutuações imagéticas* do Locutor e do interlocutor, depreendidas no universo textual.

³⁹⁷ A presença do nome próprio é observada em todas as fases, com exceção da 1ª fase da campanha dos dois partidos às Legislativas.

³⁹⁸ A descrição dessas questões será realizada em 6.2.3.1..

³⁹⁹ Como foi referido, consideramos a definição de *cena de enunciação* proposta por Maingueneau (1998). Esta corresponde a três cenas distintas: a *cena englobante*; a *cena genérica* e a *cenografia*. Tais aspectos foram por nós pontuados em 3.3.1., quando desenvolvemos a noção de gênero para Maingueneau, contudo a questão da *cenografia* é fundamental para entendermos a problemática do *ethos*. Por isso, enfatizamos-la nesta parte.

Como já dissemos, o Locutor⁴⁰⁰ é o ser textual responsável pela criação de uma cenografia textual, que é materializada por recursos verbais e não-verbais. Esse Locutor procurará legitimar, textualmente, o seu papel social e institucional, através da colocação em cena de enunciadores (personagens textuais) com diferentes pontos de vista. E é pela construção de todo esse mundo textual, que esse Locutor construirá uma imagem de si – *ethos* – numa relação *dialógica* com o seu interlocutor, em função das representações deste último, do próprio contexto situacional, do seu objetivo. Assim, a toda imagem desse Locutor (*ethos*), estará sempre associada a uma imagem do interlocutor (*pathos*).

Salientemos que esse Locutor, enquanto personagem construída textualmente, poderá apresentar várias *imagens*, que podem transmitir ao texto *tons* diversos: mais autoritário, mais ponderado, mais didático, mais informativo. Essas modulações de *ethè* diretamente relacionadas ao *pathos* (que também sofrem essas modulações) constituem a *engrenagem enunciativa ampliada* – EEA – e, partimos da hipótese de que essa *flutuação imagística* pode conferir ao texto um maior ou menor poder persuasivo.

Essa EEA poderá ser depreendida a partir da própria *materialização lingüística* ou, ainda, dos diversos encadeamentos argumentativos/discursos⁴⁰¹ desencadeados a partir do universo textual.

Ethos e pathos

Se dissemos que o *ethos* corresponde ao Locutor, ser integrado socialmente e institucionalmente, nos gêneros que analisamos, que coloca em cena vários enunciadores cuja principal função é de construir uma imagem multifacetada desse Locutor, o que poderíamos dizer do *pathos*? Este, para nós, não corresponde ao alocutário, na acepção

⁴⁰⁰ Para nós, como enfatizamos ao longo deste trabalho, este Locutor é um ser construído textualmente que é responsável por organizar todos esses pontos de vista, podendo inclusive escolher também fazer uso da 1ª pessoa. Mas para nós, o Locutor a que nos referimos tem um estatuto conferido pela própria posição social que representa (com isso nos aproximamos da noção de enunciadador estipulada por Bronckart (1999)). Em função disso, coloca em cena enunciadores, selecionando a quem eles devem ser assimilados, e também qual a atitude que esse Locutor deve ter em relação a eles, como ressaltamos em 2.4.2..

⁴⁰¹ Nesse caso, o discurso refere-se ao conjunto de enunciados.

restrita preconizada por Ducrot (1982), mas ao *interlocutor*. Este é uma imagem especular do destinatário (ser participante do circuito externo da situação de comunicação⁴⁰²) e é criado textualmente pelo Locutor, em função de representações prévias que circulam socialmente sobre esse mesmo destinatário, desse mesmo Locutor, de forma a atingir determinado objetivo.

No nosso entender, o Locutor terá que desenvolver textualmente estratégias para tentar persuadir o interlocutor, e, dentre estas, as *paixões* elencadas por Aristóteles (1991) como citamos, podem vir a ter um papel de extrema importância. Esse *pathos*, assim como o *ethos*, será também deduzido a partir da própria materialização lingüística ou dos encadeamentos argumentativos/discursos explícitos ou implícitos perceptíveis nos textos.

Mas que hipóteses poderíamos cogitar em relação à EEA dos nossos documentos de análise?

Inicialmente, podemos supor que gêneros mais instituídos, como a PI, apresentem menos modulações de tom e mais estabilidade na criação do *ethos*. E ainda, um *pathos* pouco envolvido textualmente. Não há praticamente espaço para que uma cenografia instaurada varie.

Por outro lado, gêneros menos instituídos, como o *outdoor* partidário, teriam cenografias mais variadas, com o emprego, de recursos plurissemióticos. Essa variação de recursos utilizada propicia a criação de um *ethos* e um *pathos* mais multifacetado e dinâmico. Nesse gênero, inclusive o *ethos* mostrado pode apresentar mais evidência do que o *ethos* dito – cf. **4.3.2.3..**

⁴⁰² Na acepção de Charaudeau (1983).

Traçadas algumas hipóteses relativas à EEA dos nossos textos, procuraremos justificar as razões pelas quais decidimos trabalhar com a questão do *ethos* e *pathos*, não nos restringindo meramente a aspectos enunciativos oriundos de uma teoria enunciativa clássica, desenvolvida pelas abordagens benvenistianas, por exemplo. Ou ainda, por que motivos não restringimos a nossa análise a aspectos também enunciativos, advindos de teorias que se basearam numa tradição, mas desenvolveram essas questões numa perspectiva mais textual. Essa escolha deve-se ao fato de trabalharmos com *gêneros persuasivos*, que *adotam* determinadas regras oriundas de uma tradição, porém as *adaptam* em função da formação sócio-discursiva em que estão inseridos, de aspectos situacionais, pragmáticos e outros, como colocamos.

Dentro da problemática dos gêneros, o Locutor, responsável pela formatação dos textos, não é um ser estável, que possa ser observável de uma forma engessada – como preconizavam as teorias enunciativas clássicas –, ele participa de uma *cenografia*, a qual está integrada a um tipo de discurso e a certo gênero de texto. *Cenografia* esta que poderá ser mais estável ou não, dependendo do gênero em que estiver integrada.

A esse propósito, esse Locutor, responsável por essa *cenografia*, é multifacetado e pode construir, textualmente, diversas imagens de si e do(s) outro(s) (*pathos/pathè*) em função do *gênero* em que se insere. Como foi citado anteriormente, essas imagens que constituem o que denominamos *engrenagem enunciativa ampliada* **só** serão depreendidas em função dos tipos de organização e articulação das unidades textuais presentes – engrenagem organizacional (EO) e ainda das escolhas estilísticas feitas (EE).

No entanto, ressaltemos que toda a construção do *ethos* passa forçosamente por uma relação triangular entre um *Locutor*, o *outro* e um *terceiro ausente*, como bem pontua Charaudeau, ao trabalhar as máscaras presentes no discurso político:

Toute construction d'ethos se fait dans un rapport triangulaire entre soi, l'autre et un tiers absent porteur d'une image idéale de référence: le soi cherche à endosser cette image idéale, l'autre se laisse emporter par un mouvement d'adhésion à la

personne qui s'adresse à lui par l'intermédiaire de cette image idéale de référence.

(CHARAUDEAU, 2005b: 105)

E, assim, quando analisamos os diversos gêneros persuasivos, já temos em mente algum juízo de valor do que venha a ser um bom partido político, um bom jurista ou um bom editorialista. E é a partir dos estereótipos que temos desses indivíduos, nas diversas áreas de atuação, que conseguimos classificar as diversas imagens do Locutor e as do interlocutor.

Ademais, como trabalhamos com *gêneros instituídos*, com graus de institucionalidade variáveis, partimos do princípio que o Locutor, que está inserido no universo textual, sempre mostra uma *imagem institucional*. Dentro desse contexto, o Locutor apresenta-se sempre como um *ethos* institucional que pode ser reconstruído a partir dos diversos *ethè* colocados em cena. Porém, como esses *ethè* foram identificados nos textos correspondentes aos estudos de caso analisados? Foi a partir dos vários trabalhos realizados com os textos dos nossos *corpora*, em vários congressos⁴⁰³, que conseguimos estabelecer uma correlação entre as engrenagens estilísticas e organizacionais depreendidas no universo textual e as imagens do Locutor construídas.

Pontuaremos, no quadro abaixo, os vários tipos⁴⁰⁴ de *ethè* e de *pathè* encontrados nos exemplares de texto, a partir dos recursos verbais, não-verbais e organizacionais encontrados. Essas classificações serão devidamente justificadas quando estudarmos individualmente as engrenagens de cada estudo de caso.

⁴⁰³ Cf. Pinto (2004a, b, c, d).

⁴⁰⁴ Esta classificação é uma tarefa delicada e um tanto quanto subjetiva, pois lida com representações que nós temos da atuação dos Locutores nesses vários gêneros .

Engrenagem enunciativa ampliada – gêneros persuasivas			
OUTDOORS			
Classificação dos <i>ethè</i>		EE /EO utilizadas	Classificação dos <i>pathè</i>
Ethos institucional	- <i>ethos</i> engajado	- ângulo de tomada da fotografia e encadeamentos argumentativos transgressivos.	- de esperança
	- <i>ethos</i> comentarista crítico	- ângulo de tomada da fotografia e encadeamentos argumentativos normativos.	- de piedade, de indignação
	- <i>ethos</i> moderno/ dinâmico/ patriótico/ agressivo e autoritário	- cores/ modalidade intersubjetiva com efeito perlocutório.	- de esperança/ de segurança/ de amizade - interlocutor levado a agir
	- <i>ethos</i> coeso	- uso da flecha – interação do nome do candidato com as iniciais do partido.	
PETIÇÃO INICIAL			
Classificação dos <i>ethè</i>		EE /EO utilizadas	Classificação dos <i>pathè</i>
Ethos institucional	- <i>ethos</i> racional imparcial	- sinais demarcatórios/ OTs com valor anafórico	- <i>pathos</i> racional imparcial
	- <i>ethos</i> redundante imparcial	- repetição de encadeamentos argumentativos / expressões anafóricas co-referentes	- <i>pathos</i> racional imparcial
	- <i>ethos</i> austero e autoritário	- uso de negação descritiva/ OTs com função múltipla	- <i>pathos</i> racional imparcial
EDITORIAIS			
Classificação dos <i>ethè</i>		EE /EO utilizadas	Classificação dos <i>pathè</i>
Ethos institucional	- <i>ethos</i> analista	- emprego de uma voz genérica - referência intratextual	- <i>pathos</i> racional
	- <i>ethos</i> comentarista	- OTs dialéticos - modalidades subjetivas epistêmicas - presente do indicativo dêitico - expressões de transição entre encadeamentos - expressões impessoais	- <i>pathos</i> sensível/revoltado
	- <i>ethos</i> comentarista crítico	- expressões entre aspas - uso do discurso indireto	- <i>pathos</i> pouco sensível/ desconfiado
	- <i>ethos</i> racional ponderado	- encadeamentos argumentativos a partir da PG, que apresenta dois eixos semânticos opostos	- <i>pathos</i> racional

5.5. Um ponto sobre a questão – Modelo de análise dos gêneros persuasivos

Tendo determinado, no decorrer deste capítulo, algumas precisões terminológicas que permeiam a análise dos textos que constituem os *estudos de caso* dessa tese, mostramos, a seguir, um quadro de análise para os gêneros persuasivos.

Nesse quadro, agrupamos os componentes externos relevantes para a análise dos *corpora*, pontuados no **capítulo 4**, e sintetizamos os componentes internos relativos às várias engrenagens que serão analisadas: a EO, a EE e a EEA. Evidentemente, estes últimos não são, nesta tabela, detalhados, uma vez que já o foram ao final dos itens **5.4.1.1.**, **5.4.2.1.** e **5.4.3.1.**, respectivamente.

Grade de análise dos gêneros persuasivos				
Componentes externos (vertente externa)	Componentes internos (vertente interna)			
arquitectual	EO	EE MAPs	EEA	
intertextual	composição	recursos verbais	classificação dos ethè	classificação dos pathè
metatextual	articulação geral entre UTs e UMT/ articulação entre UTs e UTIs			
discursivo	constituição das UTs	recursos não-verbais		
peritextual	disposição das UTs			
situacional - época, tempo empírico, tempo de circulação, periodicidade, duração de encadeamento, continuidade, duração de validade, lugar de produção, lugar de circulação, instâncias interlocutivas, finalidade, suporte mate-rial.				

Apresentado o nosso quadro de análise, passamos, no próximo capítulo, o sexto, à análise dos textos propriamente dita.

6. Análise dos textos prototípicos

6.1. Introdução

Neste capítulo, desenvolveremos as análises dos *estudos de caso* escolhidos para representar cada gênero. Não podemos deixar de ratificar que eles constituem *elementos prototípicos* dos diversos textos por nós selecionados, por apresentarem a *semelhança de família*, característica de cada conjunto de textos, como já colocamos no **capítulo 1** desta tese. Inicialmente, começaremos por trabalhar o *outdoor* partidário, depois, a petição inicial e, por fim, o editorial.

Apresentaremos, para cada exemplar, uma breve introdução sobre o gênero; em seguida, detalharemos os *componentes externos* definidos no capítulo anterior; para finalizar, descreveremos as engrenagens textuais: organizacional, estilística e enunciativa ampliada para cada texto. Ao final de cada *estudo de caso*, no intuito de dar conta da *dinâmica argumentativa* do gênero persuasivo em questão, estabeleceremos as inter-relações entre as três engrenagens e os componentes externos, por um lado, e entre as primeiras, por outro.

6.2. Estudo de caso 1 – *Outdoor* partidário

6.2.1. Uma breve introdução

Considerando que os textos⁴⁰⁵ que compõem os nossos *corpora* de análise do gênero *outdoor* partidário sofrem interferências tanto do discurso político quanto do publicitário, procuraremos defini-los e situá-los, dentro das práticas sócio-discursivas em que se

⁴⁰⁵ Gostaríamos de reiterar que toda a nossa análise se pautará em três princípios básicos que levantamos na nossa introdução. Em primeiro lugar, situamo-nos do ponto de vista do *analista*, tentando, nas análises, ‘sair do material de análise’ sem, contudo, deixar de trabalhar com o universo textual; em segundo, consideramos que todo texto é extraído de um *arquitexto*; além disso, acreditamos que toda a produção textual é um

inserir. Com esse intuito, percorreremos, em **6.2.1.1.**, os diversos significados do termo “*outdoor*” nos diversos discursos em que se apresenta. Em **6.2.1.2.**, apresentaremos a situação política por que passava Portugal, na época em que o material de análise foi recolhido. Tais aspectos, individualmente, poderiam fazer parte dos componentes externos, porque remetem a questões arquitetuais e situacionais várias de um lado e intertextuais e discursivas, do outro. No entanto, resolvemos destacar esses dois itens devido à complexidade de questões relativas à vertente externa que envolviam. Esses elementos prévios se conjugam com os demais componentes externos que serão pontuados a seguir, em **6.2.2.**, intervindo ao nível da materialização plurissemiótica dos textos em análise.

6.2.1.1. O significado do *outdoor*

A palavra *outdoor*, em língua portuguesa, apresenta dois significados:

[...] (1) Designação genérica de qualquer propaganda (painel, letreiro luminoso, parede pintada, etc.) exposta ao ar livre que se caracteriza por um apelo visual e comunicacional instantâneo. (2) *Restritivamente*, grande cartaz com essas qualidades, colocado no exterior, às margens das vias públicas ou em pontos de boa visibilidade⁴⁰⁶.

FERREIRA (1999³: 1464)

De acordo com a definição acima, o próprio sentido da palavra confunde-se com o que se denomina *mídia externa* e engloba toda comunicação em via pública. No entanto, para uniformizar a noção, consideramos, à semelhança da Central de *Outdoor* do Brasil⁴⁰⁷, que denomina-se *outdoor a tabuleta de 9 metros de comprimento por 3 de altura, onde são afixadas 32 folhas de papel, que formam em seu conjunto a mensagem*. Se a mensagem não for apresentada em folhas de papel coladas ou ainda se a tabuleta em que estiver a mensagem não tiver a dimensão estipulada, não teremos um *outdoor*. Desse modo,

processo *iterativo*, sendo reatualizada constantemente, em função de aspectos contextuais, de representações prévias, da própria atividade de linguagem em que essa produção está inserida.

⁴⁰⁶ É interessante notar que o advento dos cartazes em vias públicas se deu, principalmente, no século XVIII na França com a invenção da litografia e do crescimento das cidades. Estudos mais detalhados sobre a questão podem ser vistos em Sennett (1997).

⁴⁰⁷ Cf. <http://www.outdoor.org.br>. Agradecemos o contributo de Pedro Cintra, da Central de *Outdoor* em São Paulo que, gentilmente, forneceu-nos algumas informações importantes sobre os *outdoors*.

podemos afirmar que todo outdoor é uma propaganda ao ar livre, mas nem toda propaganda ao ar livre é outdoor.

Os *outdoors* constituem, atualmente, junto com outras estratégias de marketing político⁴⁰⁸ (debates, comícios, panfletos, cartas ao eleitor – transmitidas atualmente por correio eletrônico) um dos meios mais usados para se aproximar do eleitor e desenvolver junto a ele uma identidade partidária. E será a coerência dessa imagem partidária que fará com que o eleitor adira ou não a determinado partido.

Como apresentamos, o significado dos *outdoors* está diretamente relacionado a *questões intertextuais* e a dois aspectos do *componente situacional* que definiremos: o *lugar de circulação* e as *instâncias interlocutivas*. Passaremos, a seguir, a esclarecer a situação política de Portugal na época.

6.2.1.2. A situação política de Portugal em 2002

Em dezembro de 2001, António Guterres, então 1º Ministro português, pertencente ao PS, pede demissão, na sequência da derrocada do partido nas autárquicas (eleições para as câmaras municipais). Tal fato provocou eleições legislativas antecipadas para a escolha do partido que governaria o país a partir de março de 2002. Os dois partidos de maior importância eleitoral do país, o PS e o PSD, concorreram com os candidatos mais bem posicionados: Ferro Rodrigues e Durão Barroso, respectivamente. O primeiro tinha sido Ministro das Obras Públicas no governo Guterres, mas tinha pouca visibilidade no domínio público. O segundo já era Presidente do PSD e, por ser oponente ao partido do governo, estava sempre presente nos diversos meios de comunicação. A pouca exposição pública do primeiro candidato justifica a presença de sua imagem em quase todos os *outdoors* da campanha do PS, o que não foi constatado na campanha do PSD.

⁴⁰⁸ O marketing na política é entendido como o esforço para se conseguir a atenção, o interesse e, também, a preferência de um mercado de eleitores. Em Portugal, o trabalho de Sepúlveda (2001) aborda a questão. No Brasil, podemos citar, como referência, Rêgo (1985).

Ressaltamos que descrevemos separadamente a situação política de Portugal, sabendo que ela intervém tanto no componente discursivo quanto intertextual dos *outdoors* analisados. Feitas essas observações prévias, passaremos ao levantamento dos *componentes externos* dos *outdoors* por nós selecionados. Os exemplos que são colocados podem remeter tanto aos *outdoors* dos *corpora*, quanto ao cartaz selecionado como estudo de caso (anexo 1). Esse *outdoor* corresponde a um dos utilizados pelo PSD na 2ª fase da campanha⁴⁰⁹. É importante ratificar, como salientamos na introdução, que um dos cartazes da 2ª fase foi selecionado pelo *caráter intertextual* bem marcado.

6.2.2. Componentes externos

Estes, como vimos, em 4.3.1., são todos os *componentes externos* ao universo textual e que interferem diretamente na materialização do mesmo, dentro da perspectiva teórica em que nos situamos.

Conforme colocamos, anteriormente, os componentes externos são os *arquitextuais*, *intertextuais*, *metatextuais*, *discursivos*, *peritextuais* e *situacionais*. Sendo que, no caso do gênero em questão, veremos que questões *intertextuais* e *situacionais* assumem um destaque particular.

⁴⁰⁹ Como mencionamos na introdução, a campanha eleitoral dos partidos foi dividida em cinco fases. Sendo que estas foram delimitadas a partir das entrevistas com os responsáveis pelo marketing dos partidos e da identificação de estratégias diferenciadas nos cartazes. No caso específico do PSD, temos numa primeira fase, dois cartazes com gráficos e o UMT “Chega de bota abaixo”; numa segunda fase, quatro cartazes com crianças fazendo perguntas; numa terceira fase, quatro cartazes com as diversas propostas do governo e a UMT “Fazer agora”; numa quarta fase, três cartazes com a imagem do candidato (1ª vez que aparece) e algumas de suas características mais ‘fortes’; numa quinta e última fase, a própria data da eleição em destaque (17 de março) com a indicação de votar no partido. Consideramos que as fases do PS também seriam cinco, embora nos tenha faltado um cartaz que justificasse a 4ª fase.

6.2.2.1. Componente architextual

O *outdoor* partidário sofre interferência, principalmente, da *propaganda ao ar livre*, que passou a ser mais utilizada, a partir da invenção da litografia⁴¹⁰ em 1793. Nessa época, o aperfeiçoamento da impressão dos cartazes passou a desenvolver-se mais rapidamente, tornando-se objeto de interesse dos artistas plásticos da época. Essa propaganda, colocada em pontos estratégicos das cidades, servia, na época, à divulgação de produtos e de serviços.

Os *outdoors* partidários, que cresceram muito nos últimos anos, com a profissionalização do marketing político, herdaram, dessa propaganda ao ar livre, o aspecto material; o aspecto espacial; algumas formas lingüísticas, icônicas e plásticas, dentre outros. Esses elementos (pertencentes à *vertente externa e interna* do gênero) serão retomados durante a análise.

Em relação à questão material, observamos que ambos se apresentam em papéis de grande dimensão e podem vir a ser colocados em suporte metálico (nem sempre isto acontece com a propaganda política). Quanto ao aspecto espacial, eles são afixados em lugares de grande circulação e onde transita um intenso fluxo de pessoas (aqui em Portugal, por exemplo, perto de “rotundas”⁴¹¹, entradas ou saídas de vias públicas). Além disso, fazem uso de ‘apelos’ visuais: fotos, cores, tipografia variada e de formas lingüísticas de leitura rápida: *slogans*, unidades lexicais ou proposicionais que provocam certo impacto.

⁴¹⁰ A história registra o pintor Jules Cheret como o autor do primeiro desenho litográfico a cores: *Orphée aux Enfers*, de 1858. Arte e propaganda ao ar livre se uniram por iniciativa do próprio Cheret, que reuniu alguns colegas no projeto de transformar as ruas de Paris em verdadeiras galerias a céu aberto, onde o público tivesse um maior acesso à arte. Cartazes multicoloridos de vários artistas foram então afixados nas ruas parisienses. Daí a estreita relação entre arte e propaganda. Por exemplo, o famoso pintor Toulouse-Lautrec trabalhava como ilustrador e “diretor de arte” dos cartazes de divulgação dos espetáculos do Moulin Rouge. Cf. Sennett (1997).

⁴¹¹ Este termo corresponde, em português europeu, a uma praça com forma circular. Pelo fato de não termos encontrado, na nossa norma, um vocábulo com conteúdo semântico similar, manteremos a unidade lexical “rotunda”. Esta virá sempre entre aspas, no plural ou no singular.

6.2.2.2. Componente intertextual

O *componente intertextual*, neste gênero, pode ser observado:

- Pela correlação do cartaz analisado com outros da mesma fase, do mesmo partido; com os das demais fases do partido; com aqueles de partido(s) diferente(s) da mesma época e, ainda, com *outdoors* de campanhas políticas de diversos países.
- Pelos ecos dos textos que circulam socialmente.

O cartaz que constitui o nosso *estudo de caso* para este gênero, por exemplo, bem como todos aqueles produzidos em que apareciam fotos de crianças, baseou-se em outros que saíram anteriormente na campanha de Mário Covas para o governo do Estado de São Paulo⁴¹². Nesta última, que ocorreu em 1998, foram concebidos cartazes em que apareciam questões feitas por crianças com as fotos das mesmas (as quais remetiam, por um processo metonímico, ao futuro da nação).

Tal recurso intertextual é uma estratégia muito usada na produção de cartazes políticos e foi usada em vários momentos das legislativas de 2002. Nos cartazes da primeira fase, por exemplo, o PS apresenta uma UMT – “Chega de bota abaixo” – e o PSD responde com a mesma UMT, acompanhada de uma outra UT – “Crescimento econômico comparado 2001” – e um gráfico em que é mostrado o fraco desempenho econômico de Portugal nos últimos anos. É importante ressaltar que esse embate de vozes, em que o Outro (no caso o partido adversário com maior votação) é tratado de forma depreciativa, parece ser até uma *característica do discurso político*, como afirma Marques em relação ao discurso parlamentar: “A construção da imagem do Outro/adversário é sempre depreciativa e, por isso, as estratégias usadas são todas tendentes a desprestigiá-lo” – Marques (2005: 208).

⁴¹² Lembramos que a *New Trade*, na época, foi acusada de plágio por fazer uso da mesma mesma estratégia técnica criativa e conceptual da Grottera, que foi a agência responsável pela criação dos cartazes para a campanha de Mário Covas, em 1998.

No caso dos *outdoors* partidários que compõem os *corpora*, a estratégia de desvalorização e depreciação desse Outro é vista, principalmente, na campanha do PSD. São vários os recursos não-verbais ou verbais usados para transmitir esse tom. Vemos, por exemplo, o uso de estratégias não-verbais (como o gráfico na 1ª fase da campanha do PSD), ou verbais (como segmentos narrativos, na 3ª fase da campanha, também do PSD, em que o enunciado “o que não fizeram em 6 anos” é repetido em toda essa etapa).

Não podemos deixar de considerar que a significação de um cartaz, muitas vezes, *não* está no próprio cartaz, o que até poderia parecer um paradoxo⁴¹³. Claramente, Fresnault-Desruelles salienta a relevância da intertextualidade nos cartazes:

Au vrai, toute image, à bien y regarder, est toujours *l'image d'une image*, comme, à des degrés divers, la parodie perce sous chaque image. A ce sujet, les filiations reconnues, qui fonctionnent comme autant de démarquages dans *le jeu scintillant des emprunts* et des libertés prises avec la traditions et des modèles, constituent cette forme de nébuleuse du contexte qui a pour nom l'inter-texte. [...] La clôture de l'oeuvre reste donc *toute relative* puisque d'une certaine façon la configuration proposée à l'oeil se nourrit des fantômes qui viennent la hanter.

(FRESNAULT-DESRUELLES, 1993: 14) – destaque nosso

Na realidade, dentre as outras formas de *intertextualidade* possíveis, existe o *diálogo entre textos* que circulam socialmente. Devemos insistir no fato de que essa forma de *intertextualidade* está sempre presente e permeia toda a atividade humana. Ela leva em conta que uma produção só tem sentido quando situada historicamente dentro das diversas maneiras de produzir e de significar de determinada sociedade.

No caso do *outdoor* partidário que selecionamos como *estudo de caso*, como afirmamos anteriormente, ele aparece na mesma época em que outros três que apresentam crianças, fazendo perguntas ‘ingênuas’ sobre alguns dos problemas deixados pelo governo anterior, o do PS, surgem. O cartaz denuncia a necessidade de “cunhas”⁴¹⁴ para atendimento em hospitais públicos e tenta responder às insatisfações da população. Nesta segunda fase,

⁴¹³ Cf. Luciole (1991: 51).

⁴¹⁴ O termo “cunha” utilizado no *outdoor* do estudo de caso 1, em português europeu, equivale ao vocábulo “pistolão”, em português do Brasil. Nesta tese, optamos por manter a primeira unidade lexical, respeitando a forma como aparece no *corpus*, contudo a apresentaremos sempre entre aspas, no singular ou no plural.

observa-se uma estratégia de campanha diferente da do PS: as propostas do partido começam a aparecer (o PS ainda precisava ‘fazer conhecer’ a imagem do candidato, não conhecido pelo grande público).

6.2.2.3. Componente metatextual

Em relação à propaganda eleitoral⁴¹⁵, de uma forma geral, pode-se afirmar que ela é regulamentada pela Lei Eleitoral da Assembléia da República (doravante LEAR), lei 14/79, de 16 de Maio, com algumas alterações pontuadas pela lei 10/95 e pelo Código da Publicidade (doravante CP), lei n.º. 97/88, de 17 de Agosto, artigos⁴¹⁶ 7º e 8º.

A Lei Eleitoral prevê critérios rígidos para o início da propaganda eleitoral e, conseqüentemente, de sua circulação⁴¹⁷: deve começar a circular pela cidade a partir do 14º dia antes das eleições e ainda a circulação finda às 24 horas da antevéspera do dia marcado para as eleições (art. 53º do LEAR).

Essa lei, no seu art. 66º, regula, em especial, a propaganda gráfica e sonora, estipulando critérios rígidos sobre a afixação de cartazes. As juntas de freguesia⁴¹⁸ devem estipular, três dias antes do início da campanha eleitoral, os espaços para afixação dos cartazes (§1º). Além disso, esses espaços devem estar relacionados com as listas de candidatos propostas (§2º) e não há necessidade de permissão das autoridades administrativas para a fixação dos

⁴¹⁵ Esta é definida, pela Lei Eleitoral da Assembléia da República, no art. 61, cap. II, § 2º. Ela diz respeito “ao conjunto de acções de natureza política e publicitária destinadas a influir sobre os eleitores com vista a obter a sua adesão às candidaturas e, em última análise, a conquistar o seu voto. Para além dos comícios, espectáculos, sessões de esclarecimento e outros meios de contacto pessoal com os eleitores são sobretudo importantes as mais ou menos sofisticadas técnicas publicitárias utilizando meios gráficos (cartazes, tarjas, panfletos, cartas, etc.), sonoros e audiovisuais (tempos de antena na TV e rádio)”. Mendes & Miguéis.

[1979 (2005⁴)]. Sendo que o artigo 3º, capítulo I, do *Código da Publicidade*, afirma que não se considera publicidade a propaganda política. Cf. *Código da Publicidade* (2004).

⁴¹⁶ Na terminologia jurídica, o termo apresenta várias acepções. “a) Designa divisão elementar e fundamental das leis [...] b) Numa *articulação*, *alegação* ou em *razões*, da-se o nome de *artigo* a cada uma das *alegações*, *deduções* ou circunstâncias formuladas pela parte e que vão separadas no articulado, arrazoado ou razões em *forma de artigos* [...]”. Silva [1963 (2001¹⁸)]. Nesta tese, o termo será empregado nestes dois sentidos e será abreviado por “art.” (no singular) ou “arts.” (no plural).

⁴¹⁷ A junta de freguesia, que se refere à entidade com função pública ou administrativa de um concelho que constitui a menor unidade administrativa, estabelece os locais de afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos. Cf. <http://stape.cidadevirtual.pt/legisl/guia-jf-al97.htm>.

cartazes (§3º) e para a sua colocação – não permitida, por exemplo, nos sinais de trânsito ou placas de sinalização rodoviários (§4º).

E em relação à afixação da propaganda eleitoral, o Código da Publicidade, nos artigos referidos, pontua que as câmaras municipais devem proceder a uma divisão eqüitativa dos espaços da propaganda política, em função do número de partidos que estão concorrendo – uma área disponível não inferior a 2m². Ademais, num prazo de um mês antes da campanha, as câmaras municipais devem publicar, em edital, os locais em que pode ser afixada a propaganda política.

É importante ressaltar que não é de nosso conhecimento a existência de ‘manuais’ que estipulem regras fixas para a formatação de *outdoors* partidários. Claramente, a atual realização deste tipo de propaganda política segue preceitos estabelecidos por uma tradição⁴¹⁹.

Com isso, o *outdoor* partidário, sendo regulado pelo LEAR e pelo *Código da Publicidade*, sofre coerções no que tange ao *tempo* e aos *locais de circulação*. Tais imposições, que serão detalhadas quando desenvolvermos os *componentes situacionais*, imporão, ao nível da realização textual, restrições no que diz respeito à apresentação dos cartazes: domínio da imagem⁴²⁰ em relação à linguagem verbal, utilização de *atos ilocutórios*, com *efeito*

⁴¹⁸ Embora essa expressão não seja usada em português do Brasil, mantemo-la tal como aparece na LEAR.

⁴¹⁹ Schwartzberg afirma que, nos tempos atuais, estão voltando as velhas formas de se fazer política. Enquanto, depois da Revolução Francesa, os veículos de propaganda política eram os jornais de opinião, os diversos clubes liberais que incentivavam o debate racional, atualmente, com a civilização industrial e a importância da imagem, fazemos uso de alguns tipos de propaganda política utilizadas na Antigüidade. É sabido que, nesta época, os imperadores gravavam, nas moedas, a sua efígie. - Cf. Schwartzberg (1979) -.

⁴²⁰ Etimologicamente a palavra ‘imagem’ estaria relacionada à raiz de *imitari*, correspondente a uma representação analógica (uma ‘cópia’) que durante muito tempo teve sua importância renegada. A partir dos estudos de Barthes (1964), a respeito da maneira como os sentidos chegam às imagens, começou-se a revalorizar a noção, observando que pode conter *conotar* vários sentidos. Neste trabalho, adotamos o termo *imagem* num sentido heterogêneo, reunindo diferentes categorias, também por nós denominadas estratégias não-verbais, são elas: os signos icônicos (analógicos), os signos plásticos (cores, formas, composição, textura). Além disso, utilizaremos o termo para designar a imagem do Locutor e dos diversos enunciadores construídos textualmente.

*perlocutório*⁴²¹ e palavras de impacto. Efetivamente, um partido político dispõe de pouco tempo e espaço para tentar *agir sobre o eleitor*.

Além disso, os *outdoors* partidários seguem os princípios da propaganda ao ar livre: são objetivos, apelativos e de fácil leitura. Sendo assim, seguem uma tradição publicitária do que venha a ser a publicidade inserida neste tipo de *suporte*, no intuito de persuadir o público, de uma forma rápida e sucinta.

6.2.2.4. Componente discursivo

O *outdoor* partidário está inserido no discurso político, embora possamos pensar na influência de aspectos do discurso publicitário, até pelo fato de o suporte utilizado ser comum às duas atividades de linguagem.

O *outdoor*, tanto no discurso político quanto no publicitário, visa a vender um ‘produto’⁴²². No primeiro caso, uma espécie de objeto de desejo e, no segundo, as idéias de um partido. Todavia, existem alguns fatores distintivos importantes. Inicialmente, no discurso político, existe uma espécie de pacto de aliança entre o partido e o eleitor para que o desejo coletivo seja atingido (são notórias as marcas de engajamento do Outro no texto⁴²³); por outro lado,

⁴²¹ Para Austin, como vimos em nota anterior, qualquer enunciado fusiona três tipos de atos: o locutório, o ilocutório e o perlocutório. Pelo primeiro, o locutor atualiza determinado modelo virtual através por exemplo de atos fonéticos, fáticos ou réticos. Pelo segundo, o locutor efetua um ato ao dizer algo, gerando certo valor ilocutório, que pode ser de convite, resposta, pergunta, ironia em função da situação de enunciação da realização do ato. Pelo terceiro, o locutor, pelo fato de dizer algo, realiza um ato. Cf. Austin (1970). Numa visão mais *interacional*, que permeia a produção de um ato de linguagem, Charaudeau considera que todo ato de linguagem apresenta estes três valores, contudo trata-se de *efeitos de intencionalidade* e não de *efeitos produzidos*. Na realidade, este efeito está diretamente relacionado ao quadro situacional em que o enunciado está inserido não *apenas* (expressão por mim inserida) ao conteúdo daquilo que é dito. Desta forma, o ato de linguagem passa a significar “toute production langagière se configurant en énoncé, dont on pourra mesurer les effets à l’articulation de ce qui est dit et des particularités de la situation d’emploi”. Charaudeau (2004: 165).

⁴²² Nossos agradecimentos à Profa. Dra. Anna Rachel Machado que, em apresentação do trabalho *Outdoors partidários: parâmetros de organização genérica e mecanismos de realização textual*, no 15º INPLA, na PUC de São Paulo, em maio de 2005, alertou-nos para pesquisar as características do discurso político e publicitário no *outdoor* partidário.

⁴²³ Podem ser citados, como exemplo, o uso de verbos na primeira pessoa do plural, em que o partido engaja o eleitor no processo de mudança. No PSD, em vários cartazes, são utilizados os *slogans* “Temos de mudar”; “Somos todos Portugal”. Ou ainda, o emprego de verbos no modo imperativo, nas UMTs, como “Chega de bota abaixo”, na 1ª fase do PS e do PSD.

no discurso publicitário, o próprio consumidor é o agente do seu próprio sonho de consumo. Também o *slogan*, no primeiro caso, tem uma certa força de autenticidade, de verdade; enquanto que, no segundo, ele apresenta mais uma força de sedução⁴²⁴.

6.2.2.5. Componente peritextual

De acordo com a definição que propusemos para *componente peritextual*, consideramos que esse corresponderia aos textos que circundam o texto em análise dentro do mesmo espaço material, sendo que não seriam observados quaisquer traços intertextuais entre eles. Considerando que a delimitação material do *outdoor* seria as próprias dimensões do cartaz, **não** se observa, no gênero, um componente peritextual, o que parece ser uma característica do gênero em análise.

6.2.2.6. Componente situacional

■ Época

Como vimos anteriormente, quando estudamos aspectos relativos ao gênero, para Maingueneau, a temporalidade em determinado gênero de discurso implica vários eixos, os quais detalharemos no caso específico do *outdoor* escolhido. No entanto, como mencionamos, acrescentamos alguns aspectos temporais não privilegiados por Maingueneau: o *tempo empírico* (época real da produção do texto) e o *tempo de circulação* (época em que o texto é lido, uma vez que trabalhamos apenas com textos escritos).

■ ■ Tempo empírico – A campanha ministerial começou a ser preparada seis meses antes das eleições, sendo lançada em fevereiro de 2002. Em relação aos vários cartazes produzidos, podemos dizer que foram distribuídos em várias fases, mas não podemos precisar, exatamente, quando cada fase foi produzida.

⁴²⁴ Questões relativas a uma espécie de hibridação entre os dois discursos são exploradas em Charaudeau (2005b).

■ ■ **Tempo de circulação** – O tempo de circulação dos *outdoors* é efêmero e variado, sendo que a maioria é substituída rapidamente por outros mais atualizados. No entanto, alguns mais antigos continuam circulando pela cidade.

No caso específico do cartaz referente ao *estudo de caso* e de todos da 2ª fase, eles foram rapidamente retirados de circulação. Não podemos nos esquecer de que a agência de marketing *New Trade*, que o produziu, foi acusada de plágio por outra agência brasileira, a *Grottera*.

Vale ressaltar que o tempo de circulação variável do *outdoor* tem a ver com as diversas fases da campanha eleitoral. Os cartazes devem ser constantemente atualizados em função das sondagens que são feitas junto ao público, dos anseios da época, da população, ou mesmo a partir das reações a cartazes de outros partidos. Como pontuamos, a campanha eleitoral dos dois partidos apresentou cinco fases. Podemos identificar as fases através da similitude de estratégias utilizadas. Por exemplo, na primeira fase do PSD, os cartazes apresentam tabelas e o mesmo *slogan*: “Pr’á cima Portugal”. Por outro lado, o PS tem como *slogan*: “Falar é fácil, fazer é connosco”, tendo o mesmo corpo de texto escolhido pelo PSD: “Chega de bota abaixo”.

■ ■ **Periodicidade** – Os *outdoors* de campanha política têm uma *ocorrência singular*, são criados em determinado momento e não podem ser totalmente repetidos. Compete às agências de marketing político criar, junto com elementos do próprio partido, cartazes políticos que orientem os eleitores e que sejam atualizados à medida que o partido adversário se posicione ou, ainda, que as sondagens junto ao eleitorado sejam desenvolvidas.

■ ■ **Duração de encadeamento** – Considerando que o *outdoor* é breve, sucinto, adequado a uma percepção e leitura rápidas, podemos dizer que haveria apenas um único nível de leitura (contrastando, por exemplo, com o editorial em que existiriam três níveis: o título, a entrada e o próprio texto).

■ ■ **Continuidade** – O *outdoor* escolhido faz parte de um conjunto de quatro cartazes em que crianças fazem perguntas, apresentando críticas a aspectos sociais não resolvidos pelo partido que estava no governo. Além disso, esse conjunto integra a 2ª fase da campanha do PSD em que começam, indiretamente, a surgir propostas do partido, contrapondo-se ao outro partido que, na época, ainda estava a transmitir a credibilidade do seu candidato. Podemos supor que existe uma espécie de interligação entre os vários *outdoors*.

■ ■ **Duração de validade** – Normalmente, o *outdoor* começa a circular pela cidade durante os 30 dias que antecedem as eleições, depois são substituídos por outros mais atualizados. Ficam, às vezes, muito tempo após o término das eleições. No caso específico do escolhido, como pertencia à segunda fase da campanha do PSD, foi retirado rapidamente de circulação. Tal rapidez se deu sobretudo devido ao fato de a empresa de marketing ter sido acusada de plágio.

■ Lugar

No caso dos *outdoors*, podemos afirmar que existe uma espécie de *lugar empírico* de produção (a própria agência de marketing, por exemplo), onde os cartazes realmente ‘tomam forma’, após longas discussões entre os responsáveis de marketing político do próprio partido e os profissionais da área da agência de marketing. Há, também, um *lugar (espaço) de circulação* dos cartazes políticos – espaço este que impõe suas limitações à criação do gênero. Normalmente, estes são colados em pontos estratégicos da cidade, em “rotundas”, em vias de grande circulação. Enfim, lugares em que raramente se pode parar. Esse *espaço fugaz* cria *coerções* relevantes ao nível da produção textual: os recursos verbais apresentados devem ser quase inexistentes, a importância das cores, das letras (grandes para serem lidas à longa distância), da fotografia se faz presente.

■ Instâncias Interlocutivas

A complexidade das instâncias de produção⁴²⁵ no *outdoor* partidário é bem marcante. No caso do gênero em questão, poder-se-ão observar, a partir das tarefas a serem executadas, várias instâncias⁴²⁶ responsáveis.

Sempre existe uma pesquisa para avaliar os pontos fracos e fortes do candidato/político do partido. Essa pesquisa tem um questionário produzido por um *instituto especializado*, o qual é encaminhado à *agência de marketing* para acrescentar alguma coisa ou fazer alguma observação. O responsável, na Agência, por essa avaliação é o *estrategista*.

Sobre os resultados da pesquisa há um encontro entre a *coordenação de campanha*, na pessoa do *secretário de Comunicação e candidato* (por parte do político) e *estrategista*, *diretor de criação*, *diretor de arte e redator* (por parte da Agência) para discutir os temas que serão tratados nos *outdoors* durante a campanha política.

Em seguida, a *dupla de criação* (*diretor de arte e redator*) faz uma primeira proposta e apresenta ao *diretor de criação*, que a discute com o *estrategista*. Depois dessa aprovação na agência, é que o material é encaminhado para a *coordenação da campanha*, que a discute com o *secretário de comunicação* e com o *candidato*.

Numa etapa seguinte, este material volta à *agência* com alguma observação (e novo processo se instaura) ou já aprovado (indo para a *gráfica* do partido para a produção). Na

⁴²⁵ Essa complexidade de produção se contrapõe à questão autoral tradicionalmente estudada. A maioria das abordagens teóricas se centra em produções, ‘ditas’, de *apenas um autor*, oriunda de uma tradição literária, desprezando todos os demais responsáveis pela execução de um livro, como aquele que faz a paginação do texto, que escreve o prefácio e tantos outros que atuam no decorrer de todo o processo de produção de uma obra. Maingueneau acentuou a complexidade da questão autoral e propôs, no caso específico dos relatórios de defesa de tese na França, três instâncias de produção, como vimos em 3.3.1.2. – cf. Maingueneau (2002b: 65). No nosso caso específico, como trabalhamos com produções que implicam várias pessoas e que são frequentemente reatualizadas, num vai-e-vem constante, estas classificações pouco nos ajudaram. Para tentar descrever a questão, precisamos fazer uma pesquisa de campo para, realmente, descobrir quais seriam as *instâncias de produção* neste gênero. Outro aspecto relevante, na questão autoral, é o problema do direito de autor. Existe uma legislação que imputa penas àqueles que reproduzirem, sem autorização, uma determinada produção autoral registrada.

verdade, o material pode retornar à *agência* mais de uma vez até que se chegue a um consenso.

O trabalho de criação e execução é *sempre de equipe*. Mas, quando o processo se alonga muito, o *estrategista* e o *candidato/político*, ou uma *pessoa nomeada por ele nessa comissão*, têm de tomar uma decisão.

No caso específico dessa agência, todo material produzido, em todas as etapas, tem que passar pelos ‘olhos’ do seu presidente, *Einhart Jácome da Paz*, que autoriza ou não a continuação do processo.

Teríamos, assim, um *agente produtor* (instância de produção responsável), já dotado de um papel social e institucional, englobando tanto indivíduos do partido quanto da agência de marketing político. Acreditamos que seja *impossível* pensar em instâncias de produção descontextualizadas institucionalmente.

Também, todo o processo de criação e elaboração pode variar em função de vários aspectos: pesquisas prévias feitas pela agência de marketing e pelo partido, bem como todas as sondagens executadas durante a campanha⁴²⁷; tipos de contato estabelecidos entre o partido e a própria empresa de marketing político⁴²⁸, dentre vários outros aspectos. Todos esses elementos serão discutidos pelas diversas instâncias de produção e interferirão na *produção textual*.

Vale mencionar que toda produção implica uma *representação*⁴²⁹ do público ao qual se destina e, com isso, poderíamos definir no mínimo, a nosso ver, três tipos de público

⁴²⁶ Agradecemos a colaboração de Denise Perotti, que trabalha na redação da *New Trade* do Brasil que, gentilmente, passou-nos informações de grande valia para a caracterização deste gênero.

⁴²⁷ Existem sondagens que são feitas, quase que diariamente, para conhecer as intenções de voto do eleitor. Conforme o andamento destas, a empresa de marketing, sempre em conjunto com o partido, pode alterar a sua estratégia de atuação.

⁴²⁸ Convém mencionar que a empresa de marketing em questão, a *New Trade* participara, anteriormente, das eleições municipais de Pedro Santana Lopes para a prefeitura de Lisboa. Assim, tinha um contato mais estreito com o PSD.

⁴²⁹ O termo “representação” assume diversos sentidos em função dos diversos teóricos – cf. Vignaux (1991) e Grize (1990) –. Ressaltamos o contributo de Amossy, que fala de *representação* relacionando-a à questão da

relacionados às etapas de produção. Numa primeira etapa teríamos, um *público mais genérico*, que corresponderia a todo o público em geral, independente do partido em que vote. Numa segunda etapa, teríamos *leitores modelo* inferidos a partir das primeiras discussões prévias de representantes do partido com os responsáveis pelo marketing político. Seriam aqueles, por exemplo, insatisfeitos com questões gerais não resolvidas pelo PS enquanto estava no poder, ou aqueles que possam ser sensíveis a alguns pontos fracos do candidato adversário. Finalmente, haveria o *leitor* realmente *evocado*⁴³⁰, que quase não se apresenta explicitamente (temos no *estudo de caso* deste gênero duas ocorrências do pronome pessoal ‘nós’ nos *slogans*: “Somos todos Portugal” e “Temos de mudar”), mas é sobretudo *inferido* – eleitor insatisfeito, no caso do nosso cartaz, com problemas na saúde não resolvidos pelo PS e que busca mudanças. Esse eleitor pode ter passado por algum problema relativo à questão ou não.

É importante mencionar que essa complexidade em relação ao público-alvo não é recuperada na grande maioria das abordagens teóricas, baseada num modelo bastante limitado⁴³¹.

■ Finalidade

Como os demais gêneros persuasivos, o *outdoor* partidário visa a fazer com que os seus leitores compartilhem uma determinada idéia ou adiram a esta. No caso específico dos cartazes políticos do PSD, eles objetivam fazer com que os eleitores votem no partido: ou pelo fato de estarem insatisfeitos com a conduta do partido até então no poder (o PS); ou por estarem indecisos; ou por serem ‘filiados’ ao partido que anuncia. Na verdade, esta

estereotipagem, que consiste em repensar o real a partir de uma representação cultural pré-existente, um esquema coletivo previamente fixo. – cf. Amossy (1999: 134, 135) –. No nosso caso específico, adotaremos a concepção adotada por Grize, ressaltada em nota, contudo complementá-la-emos, muitas vezes, com aspectos colocados por Amossy que são importantes na análise dos *ethè* dos nossos textos.

⁴³⁰ Este se confunde com o próprio alocutário (interlocutor a quem o locutor enquanto ser textual se dirige). Mas complexificamos a noção de alocutário proposta por Ducrot (1984). Este ‘ser construído textualmente’ acumula um papel social e institucional.

⁴³¹ Charaudeau (1983:46) fala de *sujeito destinatário*; Bronckart (1997: 93), de *receptor* e para Ducrot *et al.* (1980: 34) teríamos o *destinatário*. Maingueneau, ao analisar os relatórios de defesa de tese na França, menciona a existência de quatro públicos: o *público efetivo*, o *genérico*, o *leitor modelo* e o *leitor evocado* – cf. Maingueneau (2002b: 67). Fizemos uso, nesta tese, dessa classificação e adaptamo-la à análise do nosso documento.

seria a *finalidade externa*. Toda uma cenografia é construída de forma que o OUTRO (o eleitor) vote no partido, tome uma decisão. E para atingir tal efeito, são vários os recursos verbais e não-verbais utilizados. Vemos a presença de verbos na 1ª pessoa do plural, convocando “todos” (partido + eleitores) para atuar na mudança do país; verbos no infinitivo que demarcam uma ação concreta, acompanhados de grupos nominais que transmitem seriedade ao partido: “mudar com competência”, “mudar com seriedade”; verbos no modo imperativo: “vota Partido Social Democrata”. E ainda, o uso de cores fortes (o laranja, por exemplo), nos cartazes; o uso da flecha, demarcando o crescimento do partido.

Pela análise do conjunto dos *outdoors*, pensamos que a *finalidade externa* desse gênero se aproximaria, num *continuum*, mais a um caráter persuasivo do que demonstrativo.

Se considerarmos um grupo de *outdoors*: os da 2ª fase do PSD, de forma isolada, podemos pensar que continuam a ter uma *finalidade externa*, mas cada um, individualmente, teria uma *finalidade interna* distinta.

Em relação a todos os cartazes da 2ª fase da campanha do PSD, o objetivo seria o de conseguir votos a partir de críticas a questões sociais não resolvidas pelo partido que se encontrava no poder na época. Essa seria uma *finalidade externa*, de ordem mais ampla.

Quanto à *finalidade interna*, do anexo 1.8., uma hipótese interpretativa seria o fato de salientar o atraso econômico, político e social do país em relação aos demais países da Europa.

Já em relação à finalidade interna do *estudo de caso*, anexo 1 desse gênero, há uma denúncia sobre a necessidade de “cunhas” para intervenções cirúrgicas em hospitais públicos, problema este, imputado implicitamente ao partido que se encontrava no poder. Numa hipótese interpretativa, podemos supor que o *outdoor* venha transmitir possíveis incoerências do partido que geria o país até então, uma vez que, ao mesmo tempo que

autorizou a abertura das chamadas ‘farmácias sociais’⁴³², não socializou o atendimento nos hospitais públicos.

■ Suporte material

Os *outdoors* partidários apresentam como *suporte*⁴³³, folha de papel semi-acetinado ou vinil (mais caro que os de papel, porque têm mais brilho e resistem à chuva). São expostos em estruturas metálicas modulares, com dimensões estabelecidas. O *tipo* de *suporte* é o mesmo utilizado na publicidade ao ar livre de produtos e serviços.

6.2.3. Engrenagens textuais do estudo de caso 1 – *Outdoor* partidário

Neste item, trabalharemos em **6.2.3.1.**, as engrenagens organizacionais do *outdoor* partidário que constitui o nosso estudo de caso (anexo 1). Em seguida, em **6.2.3.2.**, mostraremos as engrenagens estilísticas que constituem os mecanismos de argumentação prototípicos do exemplar em análise. Por fim, em **6.2.3.3.**, apresentaremos as engrenagens enunciativas ampliadas do texto que analisamos.

6.2.3.1. Engrenagem organizacional (E0)

Antes de passarmos realmente à descrição da EO do cartaz político escolhido, faremos primeiro uma breve explanação sobre as *questões totais*⁴³⁴, descritas a partir de Anscombe

⁴³² Inclusive, na mesma fase deste cartaz, surgiram alguns *outdoors* do PS em que foram colocadas unidades lexicais que ajudavam a transmitir uma imagem positiva de Ferro Rodrigues. Foram utilizadas expressões como “coragem”, “determinação”, “seriedade”. Como hipótese interpretativa, poder-se-iam estabelecer sinais implícitos de *intertextualidade* entre os cartazes do PSD e o do PS, nesta fase.

⁴³³ Dados fornecidos pela Central de *Outdoor*, como colocamos.

⁴³⁴ As *questões totais*, normalmente, são descritas como as que apresentam como resposta “sim” ou “não”. Já as *questões parciais* são aquelas cujo questionamento se concentra em determinado elemento ou, ainda, em um constituinte indefinido, o qual é antecipado por uma ‘categoria interrogativa’, que pode ser um advérbio, um pronome. Tem-se também a *questão retórica*, que impõe uma certa resposta ao interlocutor. Pelo fato de obrigar este outro a realizar uma asserção sob forma de resposta e fazer com que este outro se engaje na resposta, esta última tem estrategicamente mais força que uma questão direta. As primeiras estão sendo estudadas de forma mais aprofundada *atualmente* por Sauerwein (2000,2002, 2005a, 2005b), as segundas já foram aprofundadas por Anscombe & Ducrot (1988²) e Ducrot (1984a). As outras foram estudadas por

& Ducrot (1988²), através da teoria polifônica clássica (TPC)⁴³⁵. Em seguida, percorreremos alguns trabalhos de Sauerwein (2000, 2002, 2005a, 2005b), teórica que vem desenvolvendo a descrição de *questões parciais*. Primeiramente, observaremos algumas das descrições destas últimas a partir dos estudos precursores dos primeiros teóricos sobre as *questões totais*, dentro da TPC e, em seguida, veremos como a autora, atualmente, está atualizando as descrições através da teoria polifônica argumentativa (TPA), baseada na teoria dos blocos semânticos (TBS).

Tal introdução se faz necessária porque, dentro do *outdoor* partidário, encontraremos um tipo de questão cujo funcionamento sintático será bem similar ao da questão parcial – as duas apresentam o interrogativo “porque”⁴³⁶ –, mas apresenta uma descrição semântica bem distinta, como veremos. Essa questão, à qual Sauerwein denomina atualmente *questão altamente transgressiva*, corresponde à introduzida por “porque é que”, e será por nós descrita, de forma a podermos integrá-la ao conjunto textual.

Somente após termos realizado esse percurso, conseguiremos integrar a *questão altamente transgressiva* à engrenagem organizacional do texto empírico escolhido para o gênero *outdoor* partidário, e estaremos preparados para perceber bem o seu funcionamento.

Gostaríamos de ressaltar que faremos uso, neste percurso teórico, de dois tipos de descrição da teoria polifônica, cf. 2.4.2.. Inclusive, vemos que Sauerwein tentou fazer essa passagem, quando passou da descrição das questões parciais, dentro de uma visão da teoria polifônica clássica, para o detalhamento das *questões fortemente transgressivas*, a partir de uma visão mais argumentativa. – cf. Sauerwein (2005a e 2005b).

Borillo (1981). No âmbito português, foram encontradas referências relevantes apenas em relação à questão retórica, descrição esta a partir da Teoria Formal Enunciativa. Podemos citar os trabalhos de Campos & Xavier (1991); Afonso (2002).

⁴³⁵ Anscombre e Ducrot descreveram as *questões totais* que correspondem às introduzidas por “est-ce que”, fazendo uso de preceitos da teoria polifônica – cf. Anscombre & Ducrot (1988²: 130-132). Teoria que procuramos detalhar anteriormente em 2.4.2.. A essa versão denominamos teoria polifônica clássica (TPC) para se distinguir da atual baseada na teoria dos blocos semânticos, a que nomeamos, teoria polifônica argumentativa (TPA).

⁴³⁶ Vale salientar que, no português europeu, talvez por analogia com outras línguas, o constituinte interrogativo de causa “porque” é realizado por uma única unidade. No Brasil, a norma oficial, neste caso, determina a separação das expressões “por” e “que” – cf. Peres & Mória (1995: 344).

É mister ressaltar que, como a *teoria polifônica argumentativa* (TPA) está ainda sendo construída, muitas vezes recorreremos também à *clássica* (TPC), para tentar descrever o nosso documento de análise.

Após termos descrito a QAT, observaremos que ela funciona como a PG do texto em questão e teremos condição de identificar as diversas UTs explícitas e implícitas presentes no universo textual. Ainda, mostraremos algumas *relações argumentativas* que podem ser observadas entre elas e constataremos que a *dispositio* do *outdoor* segue uma organização textual mais espacial.

A questão total

Como já afirmamos, quando descrevemos a TPC, e seria conveniente relembrar nesse momento, para Anscombre e Ducrot⁴³⁷, em uma questão do tipo “Est-ce p?”, o locutor colocaria em cena os pontos de vista de três enunciadores⁴³⁸:

Um enunciador – e₁ – com o ponto de vista correspondente a uma asserção prévia – p.

Um enunciador – e₂ – que apresentaria uma certa incerteza em relação a – p.

Um enunciador – e₃ – que salienta o seu ponto de vista ao questionar o interlocutor, de forma que ele escolha entre uma resposta do tipo – p ou uma resposta do tipo ~p.

Foi a partir da descrição de caráter polifônico das *questões totais*, introduzida por Anscombre & Ducrot (1988²), que Sauerwein se aprofundou nas *questões parciais*, em sua tese de doutorado⁴³⁹. Admitindo a validade dos estudos de Sauerwein para o estudo em português das formas interrogativas, passaremos agora a descrevê-las, detendo-nos nas introduzidas por “porque?”.

⁴³⁷ Cf. Anscombre & Ducrot (1988²: 130, 131). Reproduzimos a descrição da *questão total* efetuada pelos autores para a língua francesa, porque ela pode vir a ser adaptada para o estudo do português.

⁴³⁸ Estes foram descritos partir da teoria polifônica descrita por Anscombre & Ducrot (1988²: 130-132) e que detalhamos de forma genérica quando explicitamos a ANL (Argumentação na Língua). Embora sejam duas teorias distintas e tenham sido desenvolvidas separadamente, há uma interferência de uma na outra, de certa forma.

⁴³⁹ Cf. Sauerwein (2000).

A questão parcial em ‘porque’

Sauerwein faz uma descrição de algumas expressões polêmicas em francês e em alemão, centrando-se em alguns tipos de questões parciais, dentre elas as introduzidas por “porque” – cf. Sauerwein (2000). Retomaremos a descrição do interrogativo “porque”, efetuada pela autora, uma vez que admitimos, neste trabalho, que ela poderá ser transposta para o estudo do interrogativo correspondente em português.

Segundo essa teórica, um locutor, ao fazer uso de uma questão do tipo parcial, introduzida por “porque”, por exemplo⁴⁴⁰, faz intervir, no mínimo, três enunciadores. Imaginando que tivéssemos, no *outdoor* partidário em análise, a interrogativa, “porque a avó precisa de ‘cunhas’ para ser operada?”, teríamos os seguintes enunciadores:

O primeiro, e_1 , é assimilado a uma espécie de *voz coletiva*, no interior da qual também se insere o locutor⁴⁴¹, e diz respeito ao ponto de vista pressuposto⁴⁴² por este último. No caso da questão parcial do nosso estudo de caso teríamos: [existe um motivo pelo qual a avó precisa de “cunhas” para ser operada]. Esse pressuposto seria integrado a uma *voz coletiva*, que corresponderia ao e_1 , cujo ponto de vista é aceito pelo Locutor .

O segundo, e_2 , corresponde ao ponto de vista que marca uma espécie de ignorância em relação à pressuposição. O ponto de vista desse enunciador é assimilado ao do próprio locutor. Podemos dizer que, por parte desse enunciador, existe um desconhecimento acerca do motivo que levaria a avó a necessitar de “cunhas”. Esse ponto de vista inferido poderia ser traduzido por: [existe um desconhecimento acerca do motivo pelo qual a avó da menina precisa de “cunhas” para ser operada].

⁴⁴⁰ Concentramo-nos nas descrições das questões parciais em “porque”, mas a autora, em sua tese de doutorado, descreve questões parciais introduzidas por vários interrogativos.

⁴⁴¹ Cf. Ducrot (1984b: 231).

⁴⁴² Segundo Anscombe e Ducrot, o *pressuposto* é “un type particulier d’assertion préalable” – Anscombe & Ducrot (1988²: 132) –, ou ainda, como afirma Anscombe, corresponde ao “point de vue d’une communauté discursive à laquelle le locuteur dit appartenir” – Anscombe (1990: 132). E se distingue do *subentendido*. Segundo Ducrot, o primeiro é parte integrante do sentido dos enunciados. Já o segundo diz respeito à maneira como este enunciado deve ser decifrado pelo destinatário – cf. Ducrot (1984b: cap. I).

O terceiro, e₃, é o responsável pelo próprio pedido de resposta e tem como objetivo fazer com que o alocutário *opte* por uma possível resposta. Na verdade, este detém a liberdade de não declarar a sua opinião em relação ao conteúdo da pergunta. Esse ponto de vista poderia ser materializado pela pergunta presente no nosso cartaz, sem a expressão “é que”: “Mãe, porque (é que) a avó precisa de ‘cunhas’ para ser operada?”.

Essa descrição da questão parcial, efetuada originalmente por Sauerwein (2000) para o francês e que assumimos para o português, é válida para todas as interrogativas parciais introduzidas pelo interrogativo ‘porque’⁴⁴³. Todavia, no nosso caso específico, teríamos um tipo de questão que poderia até assemelhar-se sintaticamente à questão parcial, mas teria uma descrição lingüística bem diferente dela: são as *questões altamente transgressivas*⁴⁴⁴ (doravante QAT), aquelas que se assemelham, no alemão, às introduzidas por *wieso*. Elas foram estudadas por Milner (1973) e vêm sendo trabalhadas atualmente por Sauerwein (2005a e b). Admitimos que essas QATs, em português, seriam introduzidas por: “Porque é que”⁴⁴⁵ e mereceriam uma descrição similar a proposta pelos estudos atuais de Sauerwein, baseados na TBS. Passaremos a mostrar o funcionamento da QAT, no *outdoor* que constitui o anexo 1.

A questão altamente transgressiva (QAT): “Porque é que?”

⁴⁴³ Gostaríamos de ressaltar o trabalho de Korzen, em francês, que complexificou a descrição do ‘porque’, nomeadamente o de Korzen (1990) que identificou a existência de dois tipos de pressupostos possíveis com o ‘porque’: pressuposto forte ou pressuposto fraco, de acordo com Sauerwein (2005b).

⁴⁴⁴ Estas interrogações em alemão foram anteriormente estudadas por Milner (1973). Sauerwein as estudou à luz da ANL e da TBS, mais recentemente – cf. Sauerwein (2005a e 2005b). Segundo a teórica, interrogações iniciadas por ‘porque é que’ são altamente interrogativas, em função da “constellation présuppositionnelle particulière” que ela instaura – várias possibilidades de resposta podem ser obtidas – cf. Sauerwein (2005a: 6). Por outro lado, essas interrogações apresentam baixa retoricidade, devido à pouca previsibilidade de resposta. As interrogações retóricas, por sua vez, apresentam baixa interrogatividade e alta retoricidade.

⁴⁴⁵ Este ‘porque é que’ poderia ser parafraseado por ‘como é que pode’, marcando uma certa ‘surpresa’ do locutor em relação àquilo que é dito.

A QAT⁴⁴⁶, com a qual nos deparamos, é introduzida pelo interrogativo “porque” acompanhado da expressão “é que”: “Mãe, *porque é que* a avó precisa de ‘cunhas’ para ser operada?”, questão esta acompanhada pela foto da criança, e pelos *slogans*: “Temos de mudar”; “Somos todos Portugal” e pela sigla do partido “PSD”.

A partir dos estudos de Sauerwein (2005a e b) para as QATs em alemão, assumiremos que a questão presente no anexo 1, iniciada pelo interrogativo “porque é que” apresenta a mesma descrição efetuada por Sauerwein. Dessa forma, mostraremos o seu funcionamento, no *outdoor*, através da teoria polifônica clássica (TPC) e em seguida da teoria polifônica argumentativa (TPA). Ao final, perceberemos como esta QAT está integrada às demais unidades textuais presentes, formando um *todo coerente*.

A QAT a partir da TPC

Neste tipo de questão, o locutor apresenta o pressuposto – que seria o ponto de vista do e_1 – como *desconhecido por ele*. Só o *alocutário*⁴⁴⁷ conhece a causa cuja existência é pressuposta ao passo que o próprio locutor se encontra, de certa forma, céptico em relação à existência de uma razão. Miler aponta essa atitude como “l’expression d’une incompréhension” – Miler (1973: 42) *apud* Sauerwein (2005a: 3) –, ou ainda, “indication subjective d’un étonnement” (*ibid*: 43). Dessa forma, observamos uma espécie de *enfraquecimento do pressuposto* em relação à expressão de ignorância ou ao pedido de resposta. Podemos pensar que, nas QATs, haveria uma espécie de desengajamento do locutor em relação à coletividade à qual o e_1 é assimilado. Ademais, como afirma Sauerwein:

⁴⁴⁶ Esta *transgressividade* poderia ser justificada pelo fato de que, nas questões parciais, o ponto de vista pressuposto é assumido por uma voz coletiva, à qual o enunciador (e_1) é assimilado. No caso da QAT, existe uma espécie de enfraquecimento desse pressuposto, como será mostrado.

⁴⁴⁷ Ducrot (1984b) utiliza o termo *alocutário* e, aqui, nós respeitamos a terminologia da abordagem teórica, como colocamos na introdução. Quando trabalharmos com o quadro de análise para gêneros persuasivos, por nós elaborado, substituímo-lo por *interlocutor*, visto ser importante ressaltar o aspecto dialógico e dinâmico que implica toda comunicação.

Cet affaiblissement double de la base présuppositionnelle a pour effet de renforcer aussi bien l'aspect '*expression d'ignorance*' de la question *que celui de demande de réponse* sur laquelle les interrogatives en "wieso" insistent particulièrement. En ce sens, la conception de *wieso* comme "interrogatif subjectif" centré en ce qui concerne son expressivité, c'est-à-dire ses aspects montrés, sur le *rapport interpersonnel* entre questionnant et questionné apparaît comme tout à fait justifié.

(SAUERWEIN, 2005a: 5) – destaque nosso

Uma das diferenças mais marcantes, entre as questões em 'porque' e 'porque é que', seria o fato de, no primeiro caso, o locutor *acatar a voz coletiva à qual o e_1 é assimilado*. No segundo caso, existe, como mencionamos, uma espécie de desengajamento do locutor em relação a essa voz coletiva, à qual o e_1 é assimilado, uma vez que o *locutor transfere ao seu alocutário* a existência de uma explicação para a pergunta. É este último que é o detentor do saber.

Além disso, o locutor, ao fazer a pergunta, ressalta certa **estranheza** do conteúdo semântico da questão e, pelo fato de não encontrar uma justificativa cabível para responder a essa pergunta, transfere ao alocutário – aquele que realmente sabe – essa responsabilidade.

As QATs insistem, assim, tanto na ignorância do locutor em relação à resposta, quanto no pedido de resposta o qual é transferido para o alocutário, o que corresponderia, dentro da descrição das questões parciais a partir da TPC, aos pontos de vista dos enunciadores 2 e 3.

Feitas essas considerações prévias sobre a *questão altamente transgressiva*, em 'porque é que', a partir da TPC, passaremos à descrição da QAT a partir da TPA, que procura

traduzir, como demonstraremos, os pontos de vista dos enunciadores por encadeamentos argumentativos. Não nos devemos esquecer de que a TPA faz uso de preceitos teóricos da teoria dos blocos semânticos (TBS). E é, sobretudo, pela TBS, embora muitas vezes fazendo referência à ANL, que nos baseamos frequentemente para a descrição da *engrenagem organizacional* nos textos empíricos que constituem os *corpora* desta tese.

Pela TPA, que corresponde à versão da teoria polifônica a partir da utilização da TBS – teoria a qual nós nos filiamos parcialmente⁴⁴⁹ –, o pressuposto só pode existir sob *forma de encadeamento* ou enquanto *elemento de um encadeamento*. Dessa forma, ele formará um bloco semântico ou fará parte de um bloco semântico – bloco este que, como vimos na explanação da TBS, corresponde a um todo e é indivisível–. Essas alterações teóricas provocarão algumas mudanças no *modelo polifônico tradicional*, que tentaremos descrever.

Na QAT, como vimos, o pressuposto *não constituiria um ponto de vista autônomo* de um único enunciador (e_1) – inclusive ressaltamos o enfraquecimento da base pressuposicional –, ele se inter-relaciona com um outro enunciador (e_2) que expressaria a sua ignorância sobre a questão. Haveria uma espécie de fusão dos pontos de vista dos enunciadores e_1 e e_2 ⁴⁵⁰.

E, a partir da TPA, essa fusão poderia ser traduzida por um único enunciador, a que denominamos E_1 , para ser distinto do e_1 que anteriormente apontamos, sendo que o locutor acata o ponto de vista por ele ‘declarado’⁴⁵¹.

Mas como é que o ponto de vista do E_1 poderia ser descrito a partir da TPA, já que corresponderia à fusão dos pontos de vista de e_1 e e_2 ? É de lembrar que houve um enfraquecimento da base pressuposicional com um desengajamento do locutor, do ponto de vista de e_1 e, por outro lado, uma expressão de ignorância, por e_2 .

⁴⁴⁸ A TPA baseia-se na nova versão da ANL, a teoria dos blocos semânticos (TBS). Teoria, como já mencionamos, iniciada por Marion Carel no início dos anos 90.

⁴⁴⁹ Integramo-nos na problemática dos gêneros e com isso aspectos contextuais são importantes na descrição de aspectos lingüísticos e estes refletem também os componentes externos. Por isso, a limitação no que se refere ao grau de utilização da TBS (teoria, como já dissemos, não referencialista) que precisamos, muitas vezes, adaptar para utilizar na análise dos nossos *textos*.

⁴⁵⁰ Não podemos deixar de ratificar que, por convenção, o enunciador relativo à TPC é abreviado por “e” minúsculo e o da TPA, por “e” maiúsculo.

⁴⁵¹ Evidentemente, o E_1 é um ser discursivo, por isso nada poderia declarar. Empregamos o verbo num sentido alargado, mas cientes da nossa transgressão. Optamos pelo uso das aspas simples para salientar essas transgressões.

Na descrição do ponto de vista de E₁, teríamos, então, que levar em conta esse processo de fusão. Para isso, consideraremos, como o faz Sauerwein (2005a), que os pontos de vista de e₁ e e₂ fariam parte do *aspecto de um mesmo bloco*, sendo que este deveria ser descrito por um *discurso transgressivo*, em “contudo” ou CT⁴⁵², devido à estranheza do conteúdo semântico presente em *questões altamente transgressivas*, como veremos na análise do nosso *outdoor* partidário.

Considerando que as *interrogativas parciais* colocam em cena três pontos de vista (de acordo com a TPC) e que, nas *questões altamente transgressivas*, dois foram fusionados em um único – de acordo com a TPA –, como vimos, como ficaria o terceiro ponto de vista, ou seja, o correspondente ao pedido de resposta?

Pensamos que o fato de E₁ “apresentar” um discurso em CONTUDO - o qual o locutor acata - que marca, no caso, certa **estranheza**, algo sem sentido dentro do contexto em que se insere, obrigará o interlocutor a buscar um encadeamento normativo no intuito de desfazer essa ‘incoerência’.

É de salientar que o locutor adere ao ponto de vista expresso por E₁, no entanto, há o desencadeamento de um outro enunciado, que será a própria pergunta, cuja responsabilidade será de um outro enunciador - E₂ -. Caberá, agora, ao alocutário tentar desfazer a estranheza exposta no pressuposto e a expressão de ignorância invocada pelo locutor. Na verdade, o fato de fazer uma pergunta desse tipo poderia ser descrito por um *discurso transgressivo* em “contudo” – CT. E, ao mesmo tempo, caberia ao interlocutor transformar um encadeamento transgressivo em encadeamento normativo. A partir disso, teríamos um discurso normativo em “portanto” – PT.

A QAT no outdoor partidário

⁴⁵² Esta, de acordo com Sauerwein, é uma característica marcante da QAT, uma vez que as demais interrogações parciais podem ser descritas através de discursos tanto normais quanto transgressivos - cf. Sauerwein (2005b) -.

É importante, inicialmente, afirmar que a QAT constitui, no *outdoor* em análise, uma UMT, uma vez que vai ser o centro desencadeador das relações argumentativas no texto em análise.

Tendo ressaltado esse ponto, passaremos a visualizar a descrição da QAT pela TBS, na análise do *outdoor* que constitui o nosso estudo de caso nº 1.

Ao se pensar que os pontos de vista dos enunciadores 1 e 2 estariam fusionados, na QAT, teríamos, de forma esquemática, no nosso cartaz partidário, o seguinte *encadeamento argumentativo* que materializaria essa espécie de fusão:

E₁ – necessidade de “cunhas” CT NEG motivo

Esse aspecto transgressivo poderia ser parafraseado pelo seguinte discurso transgressivo em que haveria um pressuposto (relativo ao primeiro segmento⁴⁵³) e uma expressão de ignorância do locutor (referente ao segundo segmento):

E₁ -[Existe uma razão para se precisar de “cunhas” para ser operada CT é difícil encontrar o motivo]

(pressuposto)

(expressão de ignorância do locutor)

Dessa forma, o primeiro segmento do discurso transgressivo (antes do conector CT) mostrado acima, corresponderia ao ponto de vista de e₁ inicial, e o segundo segmento é o ponto de vista do e₂, demarcando a **estranheza** do locutor pelo fato de não ser capaz de encontrar o motivo que leva alguém a precisar de “cunhas” para ser operado. O ponto de vista de e₁ e e₂ estariam fusionados, pela descrição da TPA, dando origem ao ponto de vista de um único enunciador – o E₁ –. Dessa forma, ao invés de dois enunciadores como rezava

⁴⁵³ Denominamos segmento a uma das partes de um aspecto ou de um discurso. No aspecto/ ou discurso XPT Y, haveria dois segmentos: o “X” (1º segmento) e o “Y” (2º segmento).

a TPC, teríamos, a partir da TPA, *um único enunciador*, responsável pela formação do *aspecto* de um bloco semântico, sendo que é a este enunciador que o locutor, se associa⁴⁵⁴.

O ponto de vista de E₁, traduzido por um *discurso transgressivo*, corresponderia dentro do que consideramos *engrenagem organizacional* – definida em **5.4.1.1.** – o que denominamos *unidade textual*, no caso implícita (doravante representada por UTI). A esta UTI será acrescentado o índice 1⁴⁵⁵ – teríamos assim a UTI₁ –⁴⁵⁶ ao qual seria adicionada a incógnita x⁴⁵⁷.

No que tange ao ponto de vista do segundo enunciador⁴⁵⁸, ele poderia, pela TPA, ser descrito através do seguinte aspecto⁴⁵⁹:

E₂ – direito PT ação

Sendo que esse aspecto poderia ser parafraseado pelo seguinte *discurso normativo*:

E₂ – [O cidadão tem o direito PT ações devem ser tomadas para o direito ser cumprido (não precisar de “cunhas”)]

⁴⁵⁴ Para Sauerwein (2005a), existe uma adesão parcial do locutor ao E₁, depois de algumas reuniões com Carel chegamos à conclusão de que essa adesão é total.

⁴⁵⁵ Respeitamos a leitura sequencial para a colocação dos índices, cf. **5.4.1.1.**

⁴⁵⁶ Resolvemos, já nesta parte, integrar esta descrição da QAT à própria EO, objetivo real desta parte da nossa investigação. A todas as UTs implícitas será acrescido um índice numérico, como já foi citado, quando apresentamos a EO.

⁴⁵⁷ Como a partir da QAT, teremos o ponto de vista de dois enunciadores que serão recuperados no universo textual, para a identificação de uma UTI utilizaremos as incógnitas: “x” e “y”, para representar esses dois pontos de vista.

⁴⁵⁸ Tanto a TPC quanto a TPA não nos dão subsídios para traduzir o ponto de vista desse enunciador. A noção de enunciador, como uma espécie de personagem discursivo integrado a seres determinados ou indeterminados, cujo ponto de vista o locutor pode vir a aceitar; aderir ou se opor, como dita a TPC, não condiz com a acepção de enunciador aqui colocada. Nesse caso específico, este enunciador solicita a um interlocutor uma resposta de acordo com aquilo que o primeiro acharia ser justo. Temos consciência de que tivemos que considerar, no caso, parâmetros para classificação dos enunciadores não levados em conta pela teoria. Abrimos, com isso, uma porta para a reavaliação do estatuto desse enunciador dentro do universo textual.

⁴⁵⁹ Como o nosso objetivo é trabalhar as unidades textuais a partir dos discursos normativos ou transgressivos, não faremos sempre menção ao aspecto que subjaz quaisquer desses discursos. Fizemos, até então, menção dos dois, apenas como exemplificação.

Esse *discurso normativo* poderia ser descrito como a UTI_{1y}. E é a esse ponto de vista que o locutor adere.

O *discurso normativo* mostrado acima – UTI_{1y} – parece ‘eliminar’ ou ‘neutralizar’ o segmento à esquerda da UTI_{1x} – [Existe uma razão para se precisar de “cunhas” para ser operada]. Essa neutralização decorre do fato de que, dentro da sociedade em que nos encontramos, todos têm o direito de ser operados sem precisar de “cunhas” específicas.

Na verdade, como afirma Sauerwein: “Le choix d’un aspect d’un bloc sémantique correspond toujours à une certaine façon de voir ou de parler ce à quoi se superpose le positionnement du locuteur par rapport à ce point de vue”. Sauerwein (2005b: 12).

Ou seja, a própria escolha de um aspecto e de um discurso a ele associado, no nosso caso, as UTI_{1x} e UTI_{1y}, está diretamente relacionada a uma *atitude* particular do locutor em relação ao ponto de vista de um enunciador.

Realizada a descrição desta QAT do cartaz político que analisamos, veremos como esta mesma QAT se integra a outras unidades textuais que poderão ser depreendidas no nosso *outdoor* em análise.

As Unidades Textuais (UTs) e o outdoor partidário

Toda a descrição que fizemos sobre o funcionamento das QATs tinha um objetivo específico: descrever a UMT que funciona como *plataforma geradora* do *outdoor* que escolhemos como estudo de caso. Passamos agora a complementar o estudo da EO do nosso cartaz, descrevendo como a UMT se integra às demais unidades textuais explícitas ou implícitas que o integram.

Conforme vimos anteriormente, a EO apresenta dois níveis hierárquicos: um a que denominamos macro, em que se inserem as unidades macro-textuais – UMT – e um outro

nível, subordinado a este nível macro, em que estão inseridas unidades menores, a que chamamos, simplesmente, de unidades textuais – UTs. Vimos ainda que essas UTs podem ser verbais ou não-verbais, implícitas ou explícitas.

No caso específico do cartaz político, a própria frase interrogativa “Mãe, porque é que a avó precisa de “cunhas” para ser operada?” seria a UMT – funcionando como a *plataforma geradora* – PG⁴⁶⁰ – de relações argumentativas no *outdoor*. Essa UMT pode ser identificada, conforme mencionamos, a partir de critérios não-verbais: o tamanho da letra, o tipo de caracteres empregado e ainda a cor utilizada (a UMT se apresenta na parte de fundo vermelho do cartaz, enquanto as outras UTs se encontram na parte verde). Observamos que a QAT – “Mãe, porque é que a avó precisa de ‘cunhas’ para ser operada” – apresenta letras maiores do que os demais *slogans* que estão presentes no cartaz. Ademais, é a única proposição, no cartaz, que está em caracteres retos.

Considerando-se que a UMT pode ser descrita como uma QAT, originar-se-ão dois pontos de vista diferentes e teremos duas UTs – no caso implícitas – ligadas *semanticamente* a essa UMT.

A UT_{Ix} é: [Existe uma razão para se precisar de “cunhas” para ser operada CT é difícil de encontrar o motivo]

A UT_{Iy} pode ser representada por: [O cidadão tem o direito PT ações devem ser tomadas para o direito ser cumprido (não precisar de “cunhas”)]

Além dessas UTIs, depreendidas através da QAT, outras poderão ser inferidas a partir da fotografia da criança, do símbolo, do nome do candidato presente no cartaz. Primeiramente, tentaremos descrever, pela TBS, cada uma destas unidades textuais; em seguida, observaremos como todas UTs estão relacionadas, formando as *relações argumentativas* depreendidas a partir da UMT que funciona como *plataforma geradora*.

⁴⁶⁰ Como já mencionamos, essa plataforma geradora (PG) é o centro desencadeador das relações argumentativas no cartaz partidário. Do ponto de vista da produção, corresponderia a uma Plataforma Condensada (PC). Plataforma esta que não será por nós aprofundada.

As Unidades periféricas - UTps - no outdoor

No intuito de delimitarmos as *unidades textuais periféricas* – UTps – do *outdoor* partidário, é importante identificar quais as unidades textuais que se mantêm, de certa forma fixas, durante certo tempo, sendo coibidas pelo próprio gênero em que se inserem, como pontuamos em 5.4.1.1.. No caso do nosso *outdoor*, podemos dizer que as UTps seriam a fotografia, os dois *slogans* do partido – “Temos de mudar” e “Somos todos Portugal” – e os nomes do candidato e do partido – “Durão Barroso” e “PSD”.

Por outro lado, o corpo do texto no *outdoor* em análise seria a UMT: “Mamãe, porque é que a avó precisa de ‘cunhas’ para ser operada?”. Esta UMT se destaca pela tipografia (letras maiores que as demais), por estar na parte vermelha do cartaz (parte mais extensa que a verde) e por atuar como *plataforma geradora* – que será explicitada mais adiante – de todas as relações argumentativas observáveis no cartaz político.

Convém mencionar que as UTps, nesse gênero, circundam o que consideramos ser o *corpo de texto*, conforme definimos em 5.4.1., que corresponde à própria UMT.

A UTI a partir da UT não-verbal

Quando nos deparamos com o *outdoor*, vemos a fotografia de uma criança (UT não-verbal) integrada num universo textual em que se inserem outras UTs verbais explícitas. Para estabelecermos as relações argumentativas que possam ser construídas entre essa UT não-verbal e as demais UTs presentes no cartaz, parece-nos necessário trabalhar fundamentalmente com as UTIs que poderiam ser depreendidas através da imagem. Ao visualisá-la, acreditamos que a postura da menina, de cabeça caída, com olhar triste, poderia suscitar, junto ao leitor, *várias possibilidades* de interpretação e, conseqüentemente, muitos discursos possíveis quer sejam normativos ou transgressivos. Apresentamos, a seguir, quatro possibilidades de encadeamentos argumentativos.

- (1) [A menina está triste PT sua avó vai ser operada]. (discurso normativo em PT)
- (2) [A avó da menina vai ser operada PT a menina está triste] (discurso normativo em PT)
- (3) [A menina está triste CT sua avó não vai ser operada] (discurso transgressivo em CT)
- (4) [A avó da menina está doente CT precisa de “cunhas” para ser operada] (discurso transgressivo em CT)

Mas qual seria o discurso que melhor descreveria essa fotografia? No intuito de tirar a ambigüidade que a própria fotografia suscita, teríamos necessidade de recorrer ao conceito de *representações imagísticas* proposto por Denis:

La représentation imagée vient en complément des représentations sémantiques, et ce complément, qui a un caractère optionnel, ne constitue pas un prérequis pour que la compréhension ait lieu et qu'un traitement de l'information sémantique soit effectivement réalisé. Cependant, lorsque l'imagerie est mise en oeuvre, c'est pour mettre à la disposition du sujet un codage supplémentaire de l'information, sous une forme rendant possibles des opérations qui ne seraient pas aussi facilement exécutées sur les représentations sémantiques.

(DENIS, [1989 (1994): 129, 130]) – destaque nosso

Na verdade, a imagem visa a *complementar* alguma informação fornecida por um conteúdo semântico. Processo denominado por Barthes⁴⁶¹ como de *ancoragem*, embora este teórico não se centrasse em aspectos cognitivos, como os salientados por Denis.

Se nós retornarmos aos quatro discursos anteriormente apresentados, vemos que, ao considerar o *outdoor* partidário como um todo significativo, e ao levarmos em conta aspectos estilísticos, como o ângulo de tomada da fotografia⁴⁶², dentre outros, o *discurso transgressivo* (4) seria aquele que melhor descreve a unidade textual ‘desencadeada’ pela foto. Desse modo, a *ambigüidade* suscitada por esta última só pode ser, de certa forma, ‘tirada’ quando integrada a outras unidades textuais que compõem o cartaz. É, na realidade, a UTI_{1x} – [Existe uma razão para se precisar de “cunhas” para ser operado CT é difícil

⁴⁶¹ Cf. Barthes (1964: 31).

⁴⁶² Veremos, ao descrever as unidades estilísticas não-verbais, que o ângulo de tomada da fotografia é de extrema importância. Temos, no caso, uma “contre-plongée” ligeira, o que aumenta um pouco a imagem e acentua o grau de importância desta criança, que representa o futuro da nação. Ainda, através desse ângulo de tomada da fotografia, a tristeza da criança é acentuada, suscitando o sentimento de pena junto ao interlocutor.

encontrar o motivo] – desencadeada a partir da QAT, que nos permite escolher, dentre os discursos acima, o (4) como aquele que melhor poderia traduzir a fotografia⁴⁶³ dessa criança triste com a cabeça encostada no ombro. Com isso, teríamos, como unidade textual implícita a UTI₃ – [A avó da menina está doente CT precisa de “cunhas” para ser operada].

Esta UTI₃ estaria associada à UTI_{1x} – [Existe uma razão para se precisar de “cunhas” CT é difícil encontrar o motivo] – por uma espécie de *função de associação*⁴⁶⁴, sendo que UTI₃ funcionaria como uma espécie de *exemplo* de UTI_{1x}. E esta UTI_{1x} poderia funcionar também como uma *plataforma geradora* de relações como veremos em relação a outras unidades textuais do cartaz.

A descrição das demais unidades textuais do cartaz

O conteúdo semântico da UTI_{1x} poderia ser parafraseado por uma expressão do tipo – [É necessário ter “cunha” para ser operada] – e várias *argumentações externas* poderiam lhe estar associadas, como por exemplo:

- (5) [É necessário ter “cunha” para ser operada PT vamos arrumar uma cunha]
- (6) [É necessário ter “cunha” para ser operada PT a avó não poderá sê-lo] (não poderá ser operada)
- (7) [É necessário ter “cunha” para ser operada PT “temos de mudar”]
- (8) [É necessário ter “cunha” para ser operada PT temos de agir enquanto país] (este segundo segmento poderia ser inferido a partir da expressão “somos todos Portugal”)

Dentre os possíveis discursos que apontamos, apenas dois foram *realmente selecionados*⁴⁶⁵ pelo Locutor: o (7) e o (8). Dessa forma, ter-se-iam mais duas unidades textuais implícitas: a UTI₄ – [É necessário ter “cunha” para ser operada PT “temos de mudar”] – e a UTI₅ – [É necessário ter “cunha” para ser operada PT temos de agir] (materializada pelo *slogan*

⁴⁶³ Outros detalhes referentes a esta fotografia, como ângulo de tomada, enquadramento e outros aspectos, corroboram também juntamente com a UTI₁ para tirar a ambigüidade suscitada pela própria imagem.

⁴⁶⁴ Cf. Vignaux (2004: 116).

“somos todos Portugal”). Na realidade, os segmentos⁴⁶⁶ presentes nos discursos (7) e (8) procuram tirar a ambigüidade deixada pela expressão ‘é necessário ter “cunha” para ser operada’.

Por outro lado a UTI_{1y} – [Direito de ser operada PT não precisa de “cunhas”] – pode ser parafraseada por uma outra expressão – [não é necessário ter “cunha” para ser operada]. A partir desta várias *argumentações externas* também poderiam aparecer, dentre as quais citaríamos alguns exemplos:

(9) [Não é necessário ter “cunha” para ser operada PT pode providenciar a cirurgia]

(10) [Não é necessário ter “cunha” para ser operada PT não precisa se preocupar]

(11) [Não é necessário ter “cunha” para ser operada PT vote “PSD”]

(12) [Não é necessário ter “cunha” para ser operada PT vote “Durão Barroso”]

Com isso, dentre as várias argumentações externas suscitadas a partir da UTI₂, apenas duas foram selecionadas pelo agente produtor, a (11) e a (12). Essa seleção pode ser realizada ao se recorrer a duas *outras* unidades textuais explícitas presentes no *outdoor* partidário: à referente à própria sigla do partido e à relativa ao nome do candidato. Ter-se-iam, com isso, duas outras unidades textuais implícitas:

A UTI₆ – [Não é necessário ter “cunha” para ser operada PT vote “PSD”] – e a UTI₇ – [Não é necessário ter “cunha” para ser operada PT vote “Durão Barroso”]

Um ponto sobre a questão

De forma sumária, poderíamos dizer que:

⁴⁶⁵ Esta seleção assemelha-se ao que Grize (1990, 2004a) denomina *esquematização*.

- as relações argumentativas no *outdoor* partidário são perceptíveis, sobretudo, **a partir de unidades textuais implícitas**, oriundas da UMT e das UTs explícitas verbais e não-verbais presentes no universo textual;
- a UMT é materializada por uma QAT e esta é identificável a partir de critérios não-verbais;
- as UTI_{1x} e UTI_{1y} estariam ‘conectadas’ semântico-funcionalmente à UMT, que funciona como a *plataforma geradora* de todas as relações argumentativas do *outdoor*;
- as UTIs 3, 4, 5 estariam interligadas semântico-funcionalmente a UTI_{1x}, que funciona também como uma *plataforma geradora* (em um nível hierarquicamente inferior);
- as UTIs 6 e 7 estariam interligadas à UTI_{1y}, que funciona, por sua vez como uma *plataforma geradora* (em um nível hierarquicamente inferior);
- a identificação das UTs é um processo dinâmico e só é possível quando integrada em um conjunto. Como vimos, só conseguimos realmente identificar as unidades textuais, quando recorreremos à percepção do cartaz político num todo.

Pelo que expusemos, vimos como se processa a *articulação* das UTs verbais e não-verbais explícitas, com a UMT, a partir das várias UTIs depreendidas. Todavia, será que haveria uma espécie de *articulação* dessas UTs, através das UTIs inferidas?

A articulação entre UTs

⁴⁶⁶ Denominamos *segmento* as partes de um aspecto ou de um discurso, delimitadas pelo conector. No aspecto/discurso X PT Y ou X CT Y, haveria dois segmentos o X e o Y.

A articulação entre as UTs verbais e não-verbais explícitas se dá, fundamentalmente, nesse *outdoor*, como veremos, por intermédio de *mecanismos inferenciais* que interligarão as UTIs delas depreendidas.

Como já dissemos, pela UT não-verbal relativa à fotografia temos uma UTI₃ que corresponderia ao discurso transgressivo: [a avó da menina está doente CT precisa de “cunhas”]; através da UT verbal “temos de mudar” temos a UTI₄ referente ao discurso normativo: [é necessário ter “cunha” para ser operada PT temos de mudar]. O discurso que aparece na UTI₃ funcionaria como uma espécie de *exemplificação* da UTI₄, exercendo uma *função de associação*.

Por outro lado, a UT verbal “somos todos Portugal” pode ser parafraseada por uma UTI, a UTI₅ [é necessário ter “cunha” para ser operada PT temos de agir]. A UT “Temos de mudar” estaria interligada à UT “somos todos Portugal”, através das UTIs delas depreendidas. A UTI₄ estaria interligada à UTI₅, por uma *função de associação*, sendo que esta é possível a partir de uma *aproximação* entre as duas *noções* vinculadas pelas duas unidades textuais (na primeira, a mudança; na segunda, o sentido de patriotismo).

A UT verbal “PSD”, como vimos pode ser parafraseada por uma UTI₆ implícita: [não é necessário ter “cunha” para ser operada PT vote PSD]. Da UT verbal “Durão Barroso”, temos a UTI₇ implícita: [não é necessário ter “cunha” para ser operada PT vote Durão Barroso]. A articulação entre as UTs pontuadas se estabelece através das UTIs delas depreendidas. Estas exercem entre elas uma *função de associação* (desta vez com um *valor metonímico*): A UTI₇ (em que está inserido o nome do candidato) estaria integrada a um conjunto maior, representado pela UTI₆ (nome do partido).

Poderiam, também, ser observadas outras articulações entre a UTI₅ e a UTI₆; a UTI₅ e a UTI₇; a UTI₄ com as demais. Todas elas estariam interligadas por uma *função de associação*. Sendo que as UTIs 5 e 6 procuram definir estratégias para proceder à mudança ou, ainda, dar teor ao sentido patriótico do povo português.

Pelo exposto, vemos que o *outdoor* partidário apresenta, inferencialmente, várias articulações, no que se refere ao aspecto semântico-funcional. Essas articulações de natureza inferencial, oriundas das UTs verbais e não-verbais, são responsáveis pela *ordem mais espacial* desse *outdoor*. Este tem uma *dispositio*⁴⁶⁷ que não segue os padrões tradicionalmente descritos, em que o *plano de texto* é composto fundamentalmente por UTIs.

*Outros tipos de articulação*⁴⁶⁸

Existe no cartaz uma espécie de *paralelismo estrutural*⁴⁶⁹. No caso do *outdoor* em análise, temos a colocação de duas frases com verbos no presente do indicativo, na primeira pessoa do plural, com o sujeito oculto: “Temos de mudar” e “Somos todos Portugal”, reforçando o efeito persuasivo do cartaz em análise.

Em relação às articulações de caráter não-verbal, elas são de vários tipos. Quanto à tipografia, vemos que a UMT aparece em letras maiores e ‘retas’, já as demais UTs verbais estão em letras menores e em itálico. No que tange à formatação do texto, pressupomos a existência de uma espécie de *organização espacial*: a frase “somos todos Portugal” está centrada em relação aos nomes do candidato e do partido.

Ademais, a própria flecha, que atua como *índice*⁴⁷⁰, destaca a UMT das demais e ‘isola’ o nome do candidato e o do partido.

⁴⁶⁷ Tomamos o sentido de *dispositio* num sentido amplo. Todo texto, para nós, tem a sua *dispositio*, que não deve, obrigatoriamente, seguir os preceitos clássicos já descritos, conforme mencionamos em **5.4.1.**

⁴⁶⁸ O termo *articulação* é utilizado por nós com vários sentidos. Pode significar as interligações da UMT (UTp ou não) com as UTs; das UTs entre si, através das UTIs, como já afirmamos em **5.3.1.2.**

⁴⁶⁹ Como definimos em **5.4.1.1.**, a partir de Duarte (2003: 110).

⁴⁷⁰ O *índice* se refere à classe dos signos que têm uma relação causal de contigüidade física com aquilo que representam, como já afirmamos em **5.4.1.1.** Por exemplo, as pegadas deixadas por um carro na areia, podem denotar a passagem de um carro pelo local. No caso, a flecha mostra o aumento de aceitação pública do partido.

Ainda, as cores – o vermelho e o verde – separam o cartaz partidário em duas partes hierarquicamente diferenciadas. O vermelho englobaria fundamentalmente a UMT e a UT relativa à fotografia, enquanto que o verde interligaria as demais UTs explícitas do *outdoor*.

Dessa forma, a articulação entre unidades pode ser observada tanto por mecanismos inferenciais, como vimos pela descrição a partir da TBS, quanto por questões não-verbais (*índice* e aspectos cromáticos).

EO do outdoor – uma organização não-retórica?

A partir do que foi analisado, pode-se afirmar que a EO do *outdoor* político segue *mais uma configuração de ordem espacial do que retórica*. A UMT (corpo de texto que funciona como PG) e as UTs (que atuam como UTps) estão *espacialmente* colocadas, sem seguir uma ordem retórica convencional – a qual se baseia numa espécie de “introdução, desenvolvimento e conclusão”, ensinada nos ‘meios escolares’ para a produção de textos.

É importante ressaltar, ainda, que toda esta *engrenagem organizacional* está relacionada tanto à estratégica quanto à enunciativa, dentro do que denominamos *dinâmica argumentativa*, que corresponderia, como já colocado, à articulação entre todas essas estratégias.

6.2.3.2. Engrenagem estilística (EE)

No caso do *outdoor* partidário, os recursos não-verbais⁴⁷¹, que são representados pelos signos plásticos e icônicos, e os verbais, que correspondem aos próprios recursos lingüísticos utilizados, fazem parte da EE do gênero em análise. Todas essas estratégias, quer sejam verbais ou não-verbais, são consideradas *mecanismos argumentativos prototípicos* – MAPs – do gênero em análise, uma vez que possuem a *semelhança de*

⁴⁷¹ A importância dos recursos não-verbais na argumentação, em especial da fotografia, tem merecido nos últimos anos estudos específicos. Podem ser citados trabalhos recentes de Blair (2004), Yanoshevsky (2005) sobre a questão.

família relativa ao agrupamento em que se enquadram, conforme definimos anteriormente. Esses MAPs têm, no interior desse gênero, papéis específicos.

Nesse item, procederemos, primeiramente, à descrição de algumas MAPs não-verbais, que apresentam, nesse gênero, um papel tão importante quanto os MAPs verbais e, em seguida, passaremos ao detalhamento dos MAPs verbais.

MAPs não-verbais

■ Diagramação

Em relação à diagramação⁴⁷², podemos afirmar que, no caso do cartaz do PSD, há um enunciado em destaque (observável pelo caráter diferenciado da tipografia, letras grandes e retas), que se apresenta como uma *questão altamente transgressiva*, como já trabalhamos quando descrevemos a engrenagem organizacional, “Mãe, porque a avó precisa de ‘cunhas’ para ser operada?”. E há, ainda, dois outros enunciados, “Temos de mudar” e “Somos todos Portugal”, com letras menores do que as observadas normalmente nos cartazes, acompanhadas pelo nome do candidato – em maiúsculas e um pouco maiores que as demais – e a sigla do partido, em itálico.

O que se poderia supor é que a própria *variação tipográfica e cromática* teria um papel relevante em relação às várias engrenagens que compõem o cartaz.

Primeiramente, nesse gênero, a própria tipografia e a cor funcionariam como OTs não-verbais, uma vez que segmentam o texto (o cartaz) em duas partes distintas: a primeira parte corresponde àquela que apresenta a questão altamente transgressiva em caracteres retos, situada na mancha vermelha; a segunda corresponde à que contém as demais UTs que a ela estão subordinadas, presentes na mancha verde do cartaz. E, assim, a *variação tipográfica e cromática* nos forneceria pistas para desvendar o que nós denominamos

plataforma geradora. A frase de destaque, em letras maiores, que acompanha a fotografia, foi por nós considerada a *plataforma geradora* de todas as relações argumentativas do texto em questão. Esta PG diz respeito à UMT, como vimos. As demais unidades textuais em itálico – inferidas a partir da fotografia – são consideradas UTps, numa relação de dependência hierárquica com a UMT.

Em relação à EEA, essa irregularidade tipográfica parece-nos ressaltar o dinamismo e uma certa modernidade do partido, contribuindo para um *ethos* institucional mais dinâmico e moderno.

Outras questões referentes à diagramação são também importantes, como a colocação do nome próprio e do *slogan*.

No caso desse cartaz do PSD, o nome próprio do candidato do partido aparece no canto, à direita do cartaz. Como o político é muito conhecido pelo grande público, sua fotografia não se faz presente, como acontece, por exemplo, nos cartazes do PS. No entanto, o nome Durão encontra-se destacado – com letras maiores – em relação ao sobrenome Barroso⁴⁷³.

Além disso, existe a presença de um *slogan*: “Somos todos Portugal”, que reaparece em muitos *outdoors* da campanha do PSD. Esse *slogan* indica uma espécie de vontade do partido de *se juntar* ao povo para resolver todos os problemas de Portugal. É com base nisso que podemos considerar que o cartaz político do PSD, no caso, aproxima-se de uma tradição publicitária – com a presença do nome do candidato (funcionando como uma espécie de nome do produto) e com o *slogan* do partido (muito comum em mensagens publicitárias).

⁴⁷² Nesta são calculados, representados e distribuídos todos os elementos (títulos, fotos, textos, legendas) e é escolhido o tipo de caracteres empregados. Dessa forma, integramos a tipografia utilizada à diagramação.

⁴⁷³ Talvez este aspecto tipográfico queira acentuar o caráter ‘rígido’ e ‘ativo’ do candidato, uma vez que a unidade lexical “durão” corresponde ao aumentativo do adjetivo “duro”.

■ Composição

Em relação à *composição*⁴⁷⁴, constatamos que, no caso do cartaz do PSD em estudo, existe uma *construção seqüencial*, como já citamos. Na verdade, todas as possíveis linhas de força (a imagem da criança, a pergunta, a frase “temos de mudar”) remetem para o candidato do partido e o *slogan* do mesmo. O nome do candidato Durão Barroso – em letras não tão em destaque – surge ao final do movimento em Z da leitura do cartaz, sendo o nome circundado pelas cores do partido (que, além das cores vermelha e verde da bandeira, apresenta o laranja). Na realidade, a ênfase é dada ao partido que é representado, na época, por este candidato.

Pode parecer estranho o fato de, nesse gênero, termos uma *construção seqüencial* e o destaque tipográfico não estar centrado no nome do partido (que se situaria ao final da leitura em Z), mas sim na *questão altamente transgressiva* que tem um caráter tipográfico diferenciado do restante do cartaz. Talvez seja uma estratégia do próprio gênero não centrar o foco da atenção do leitor no nome do partido, mas no diferencial que este possa ter em relação aos outros partidos: no caso, a preocupação social.

■ Cores

As *cores* do cartaz político do PSD são vermelho, verde e laranja, e as letras se apresentam em branco. Nesse cartaz, a flecha laranja percorre-o – em cartazes anteriores, ela era menor –, num movimento ascendente, talvez mostrando o crescimento de aceitação do partido para as eleições para Primeiro Ministro de Portugal. As cores são vivas, marcando o dinamismo e a juventude do partido.

É importante observar que as cores e a tipografia participam da engrenagem estilística, nesse gênero, como *organizadores textuais*. A fotografia da criança está interligada à QAT através da cor vermelha que delimita grande parte do cartaz. Por outro lado, as unidades textuais periféricas que são materializadas pelos *slogans* – “Temos de mudar”; “Somos

⁴⁷⁴ Esta corresponde à orientação da leitura da imagem e tem um papel essencial na hierarquização da visão.

todos Portugal” –, pelas iniciais do partido e pelo nome do candidato encontram-se na parte verde do *outdoor*. Dessa forma, a questão cromática, nesse gênero, é de vital importância para segmentar e articular as unidades textuais.

■ Textura

A *textura*⁴⁷⁵ da fotografia é uniforme e lisa, conferindo à mesma certo ar de frieza e de distância da imagem. Contudo, é de ressaltar que, no caso específico do cartaz do PSD, esse ar de frieza que poderia ser trazido pela fotografia é amenizado pelo **conteúdo semântico inferível a partir** da própria fotografia da criança, de olhar ingênuo, triste, levando o leitor do cartaz a ter uma certa compaixão e se interessar a ler o que contém o cartaz.

■ Fotografia

No caso do cartaz, a *fotografia*⁴⁷⁶ que aparece é de uma criança (na campanha do PSD para 1º Ministro, a agência de marketing do partido fez uma série de cartazes em que as fotografias eram de crianças, quatro no total). A fotografia da criança, na parte esquerda do cartaz, cortada, sem moldura, leva o leitor a *integrá-la* a tudo que a cerca. Não podemos deixar de mencionar que a fotografia poderia ser considerada uma *representação do interlocutor* que o Locutor (partido) faz. Esse interlocutor é a geração que está por se tornar um indivíduo votante. A imagem dessa criança triste e preocupada pode vir a significar, por

⁴⁷⁵ O fato de a textura ser incluída como um ‘signo plástico’ é uma atitude relativamente nova (Grupo μ , 1970). Para o Grupo μ , a textura é uma qualidade de superfície. Um quadro, por exemplo, considerado como algo frio visualmente pode tornar-se mais ‘sensual’ pela textura da representação que solicita uma percepção tátil. Na verdade, uma mensagem visual pode ser enriquecida a partir de outras sensações (táteis, auditivas, olfativas) e, com isso, pode ativar o fenômeno de correspondências sinestésicas.

⁴⁷⁶ A partir de estudos recentes, dentre as abordagens cognitivas, em especial de Denis (1994²: 129-130), veio à tona a idéia de uma certa especificidade dos “códigos imagísticos”, reiterando aspectos ressaltados por Barthes (1964), numa linha teórica diferente. Para Barthes, a mensagem lingüística poderia estar num processo de *ancoragem* ou de revezamento em relação à fotografia. A *ancoragem*, segundo Barthes, descreve uma forma de interação imagem/texto em que o último indica o caminho mais ‘indicado’ para a ‘leitura’ da imagem - cf. Barthes (1964: 33). Já o *revezamento*, segundo este mesmo teórico, corresponde a uma espécie de complementariedade entre a imagem e as palavras, assim as palavras transmitem aspectos não mostrados pela imagem – observada no cinema e nos desenhos animados.

um *processo metonímico* ou por uma espécie de *inferência conotativa*⁴⁷⁷ – cf. Berrendonner (1989: 108) –, o futuro de uma nação que está ameaçado.

■ ■ Enquadramento

Em relação ao *enquadramento*⁴⁷⁸ do cartaz em análise, observamos uma espécie de plano médio do tipo frontal (a câmara do fotógrafo se aproxima da criança, mas de uma forma menos acentuada). A própria imagem da criança, na parte superior esquerda do cartaz, é cortada na cabeça, na orelha e o tronco não é colocado. Esse tipo de enquadramento também suscita, junto ao interlocutor, certo sentimento de piedade pela criança.

■ ■ Ângulo de tomada

O ângulo de tomada⁴⁷⁹ da fotografia é uma *contre-plongée* ligeira, provocando *certo engrandecimento* da personagem. Essa escolha é determinante, pois confere à criança algum *aspecto de realidade*. Ela poderia pertencer à família de qualquer um de nós. Contudo, a ‘docilidade infantil’ ainda é mantida, pois, na fotografia, a cabeça da criança aparece quase deitada ao ombro. Esta posição integra a fotografia à mensagem lingüística e acentua, na nossa opinião, o aspecto de desproteção e de ternura infantil. E, além disso, o próprio ângulo de tomada pode caracterizar uma atitude do Locutor em relação àquilo que ele apresenta. Este mesmo Locutor se mostra solidário com o problema que a criança traz à tona.

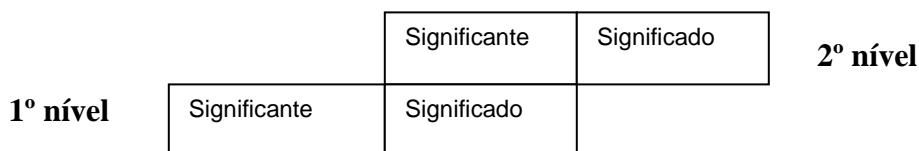
⁴⁷⁷ Embora o autor não tenha considerado esse tipo de recurso não-verbal, menciona a importância de algumas unidades de expressão (dentre elas, entonações expressivas, ritmos) como de grande importância para marcar um posicionamento argumentativo. Podemos, assim, pensar que a fotografia possa ter o mesmo papel. Para nós, ela também suscita subentendidos que serão inferíveis em função, dentre outros fatores, das representações do interlocutor.

⁴⁷⁸ Este diz respeito ao tamanho da imagem – resultado da distância entre o objeto fotografado e a objetiva –.

⁴⁷⁹ Este se refere à escolha da objetiva, reforçando ou contradizendo a impressão de realidade vinculada ao suporte fotográfico. Os *ângulos de tomada* estão marcados por uma certa convenção e significação: a *plongée* (fotografia tirada de cima para baixo) confere uma impressão de esmagamento; a *contre-plongée* (fotografia tirada de baixo para cima) concede uma impressão de engrandecimento. Contudo, muitas vezes, tais significações são convencionais. No caso do ângulo à altura do homem e de frente, tem-se uma imitação de realidade e uma espécie de ‘duplicação’ do que é real.

Julgamos que a escolha da fotografia, do enquadramento e do ângulo de tomada funcionaria como *marcações de ponto de vista* do Locutor, no gênero em análise. Segundo Charaudeau (1992), como colocamos em **5.4.2.1.**, índices paraverbais (em que enquadraríamos o ângulo de tomada) funcionam como *modalizações*. Contudo, considerá-las-emos *marcadores de ponto de vista*. No entanto, qual sentido que teria a fotografia do *outdoor* partidário escolhido?

Considerando que a fotografia, assim como Barthes (1964) já o mencionava, apresenta também um nível denotativo e conotativo⁴⁸⁰, ter-se-iam o significante e o significado⁴⁸¹ em dois níveis:



No caso desse cartaz do PSD, a fotografia que se apresenta no lado esquerdo do *outdoor* é a de uma criança, com a cabeça quase encostada no ombro, de olhos tristes. Na verdade, essa fotografia pode ser desdobrada⁴⁸² em várias partes, representando um todo coerente. Enumeramos, a seguir, os diversos elementos com as suas possíveis conotações:

⁴⁸⁰ Hjelmslev (1968) aprofunda questões apontadas por Saussure (1970), principalmente no que tange à diferença entre forma e substância. Dentro deste aprofundamento, Hjelmslev fala de ‘conotação’ quando o elemento significante é o fato de se escolher uma língua para se expressar e ‘denotação’ quando se usa uma língua natural. A semiologia moderna muito se guiou neste esforço de abstração.

⁴⁸¹ Saussure (1970) define o signo como composto por um *significante*, parte observável; *significado*, parte ausente; e *significação*, a relação que eles estabelecem entre si.

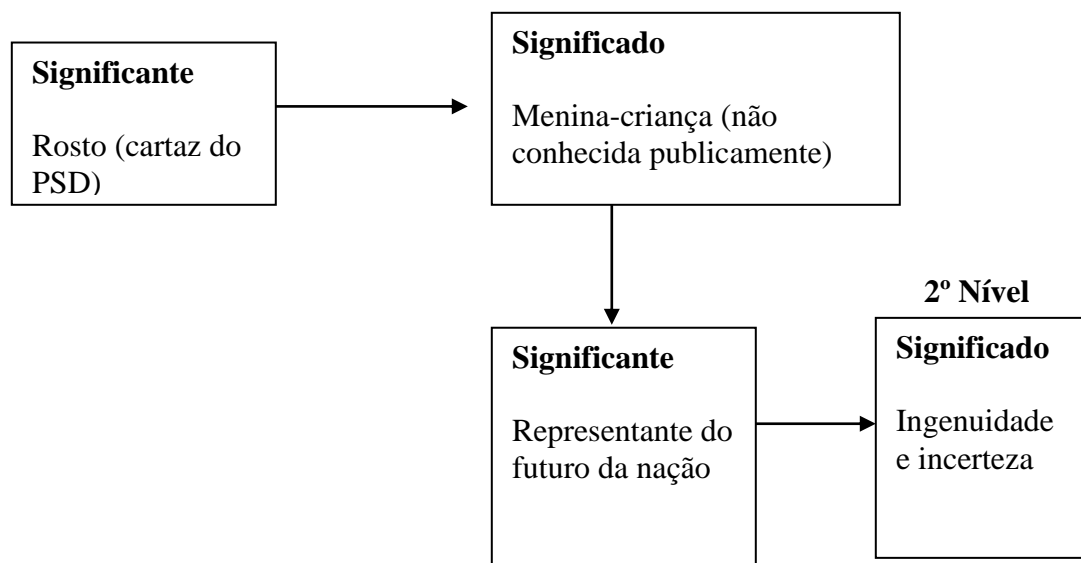
⁴⁸² Na verdade, procuramos ‘desencaixar’ o todo, dividindo as ‘diversas partes’ e vendo-as separadamente. Ao final, integramos todas estas partes num todo coerente. Na perspectiva de Perelman e Olbrechts-Tyteca, trata-se de uma espécie de *relação de inclusão*, na qual existem dois grupos: um baseado na inclusão das partes no todo, e os que se centram na divisão do todo em partes e na relação das partes no todo – cf. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵: 311- 315).

Significantes icônicos	Significado de 1º nível	Conotações de segundo nível	
rosto	Menina-criança sem identificação	Representante do futuro da nação	Inocência, incerteza
Cabeça quase encostada no ombro	Expressão	Expressão	dúvida
Lábios serrados	Expressão facial	expressão	tristeza
Olhos (que olham para cima)	criança	Dúvida, incerteza, busca de uma resposta em 'algo' que lhe é superior	Insegurança, tristeza

Adotando o esquema de Barthes que mencionamos, teríamos para a leitura da fotografia no *outdoor* partidário:

OUTDOOR DO PSD

1º Nível



Sendo que a passagem do 1º nível para o 2º se dá a partir de *inferências contextuais*⁴⁸³. Não podemos deixar de recapitular o que afirma Gadamer⁴⁸⁴: “[...] les aspects rhétorique et

⁴⁸³ Estas *inferências* dizem respeito a uma espécie de preenchimento de vazios significativos, como dissemos. O interlocutor, ao se deparar com o cartaz, procura dar um sentido a ele. Sendo que, para buscar esta coerência, fará uso de vários mecanismos de ordem cognitiva, para a resolução do problema. Além disso, utilizará seus conhecimentos pessoais, inseridos dentro de um contexto sócio-cultural. Estudos sobre a inferência serão detalhados em **6.3.3.1.**

herméneutique du caractère langagier de l'homme se compénètrent parfaitement” e compete ao auditório⁴⁸⁵ fazer deduções interpretativas a partir do seu conhecimento de mundo. Na verdade, trata-se de um processo metafórico recuperado contextualmente e não num processo metafórico baseado na similitude de traços.

Essas relações – denominadas *imagens metafóricas*⁴⁸⁶ – de 1º e 2º níveis podem ser estendidas a todos elementos elencados da tabela e nos dá uma idéia de que forma a ‘imagem fala’, transmitindo-nos uma mensagem.

Outro aspecto interessante da mensagem icônica diz respeito à *postura*⁴⁸⁷ do “modelo” da fotografia. No caso do cartaz do PSD em análise, a criança olha para cima, mostrando um ar meio de inferioridade e de timidez. Tal postura pode mostrar que por trás daquela criança encontra-se também um povo sofrido e impotente frente a forças hierarquicamente superiores.

Aliás, podemos considerar que a própria fotografia da criança, com a escolha de um ângulo de tomada específico e de uma certa postura do modelo, representaria uma *atitude* do *Locutor*⁴⁸⁸ em relação àquilo que é mostrado. Na realidade, implicitamente, mostra toda a

⁴⁸⁴ Gadamer (1982: 129).

⁴⁸⁵ Este é definido por Perelman & Olbrechts-Tyteca como “l'ensemble de ceux sur lesquels l'orateur veut influer par son argumentation” – Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988:25). Estes teóricos definem dois tipos de auditório: o universal e o particular. O primeiro induz como os autores mencionam a uma argumentação mais objetiva já no segundo a argumentação é adaptada de acordo com o auditório – o que causa um pouco de inconveniente em auditórios heterôgeneos. Acreditamos que a própria construção do *ethos* compósito, induz-nos a pensar numa construção variada de *pathos*. Ou seja, existem vários auditórios particulares inseridos num aparente auditório universal.

⁴⁸⁶ Estas imagens metafóricas (as quais podem ser entendidas numa determinada cultura) poderiam, a meu ver, serem classificadas como *metáforas* – entendidas na compreensão e explicação de uma espécie de coisas em termos de outra – *ontológicas*, no sentido proposto por Lakoff & Johnson (2003²: 5 e 25). Primeiramente, porque todos os significantes icônicos de 1º nível podem ser vistos como entidades concretas, e segundo, porque apresentam como objetivo o de se referir a algo: seriedade, no primeiro caso e inocência no segundo. Na nossa cultura, é mais ou menos consensual o fato de a criança ser sinônimo de inocência, de fragilidade. Além disso, observa-se entre os diversos significantes icônicos uma espécie de relação metonímica: parte pelo todo. Todos os significantes icônicos mencionados referem-se a um todo – a um corpo. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵: 534) recuperam a noção da metáfora aristotélica, mostrando a sua importância enquanto um tipo de argumento fundado na estrutura do real.

⁴⁸⁷ Para mais detalhes acerca das implicações da postura do modelo, ver: Fresnault-Deruelle (1993). No cinema, na televisão, o olhar ou não olhar para o espectador tem implicações particulares que são estudadas. Para detalhes ver: Véron (1983).

⁴⁸⁸ Essa atitude refere-se à marcação de ponto de vista, que já justificamos anteriormente.

sua indignação com o futuro do país. E uma espécie de grito de revolta é mostrada a partir da escolha dessa imagem.

Convém salientar que todas as conotações de segundo grau que mencionamos, formam uma espécie de *frame semantics*⁴⁸⁹, estabelecendo uma coerência entre a mensagem icônica e a mensagem lingüística. No cartaz do PSD, a mensagem lingüística principal é a questão do partido por intermédio de uma criança. Julgamos interessante observar que a própria fotografia da menina, neste gênero, *poderia funcionar* como introdutor de discurso direto, substituindo as aspas, comumente usadas como recurso gráfico. Existiria, assim, uma transgressão às normas previstas para este tipo de discurso relatado. O próprio gênero, *outdoor* político, talvez, permita essa transgressão e imponha as suas regras. Como afirma Rastier, com propriedade: “S’il y a des règles de bonne formation, **elles sont relatives aux genres, non à la textualité**”⁴⁹⁰ – Cf. Rastier (1995: 196) – grifo nosso.

A não-utilização desse recurso gráfico é uma estratégia do Locutor para descomplicar a relação de associação efetuada pelo leitor quando da leitura do cartaz. Esta estratégia confere à imagem uma certa inocência, coincidente com algumas conotações de segundo nível, como vimos. O fato de a questão estar localizada junto à imagem faz com que o leitor pense que é a criança a responsável por aquela questão. Na verdade, a responsabilidade da questão é imputada à menina, embora não existam as aspas.

Além disso, podem ser apontadas as duas flechas laranja, que correspondem ao índice, como mensagem icônica no cartaz do PSD. Uma, curva, que ocupa todo o cartaz e outra circundando, à direita do cartaz, na parte inferior, o nome do candidato. Acreditamos que esta seta curva e grande seja um *índice* que marca o crescimento da adesão do público pelo partido e pelo candidato. Essa seta, em outros cartazes, mal se via. E, o fato de ela ser

⁴⁸⁹ Estes “frames” correspondem à organização de acontecimentos e de situações, como as cenas cotidianas: ida ao restaurante, ao supermercado. Assim, o significado de uma palavra deve ser entendido ou explicado através de uma referência a um conjunto de experiências de um indivíduo, em que intervêm crenças, práticas e hábitos sociais. Cf. Fillmore (1985) *apud* Croft & Cruse (2004).

⁴⁹⁰ Como veremos em **6.4.3.2.**, as aspas funcionam como uma pontuação polifônica, segundo Bessonnet (1991).

laranja, transmite dinamismo e modernidade às cores tradicionais da bandeira portuguesa – o verde e o vermelho.

Há de ser ressaltado que essa pode ser vista como uma *metáfora orientacional* no sentido proposto por Lakoff & Johnson ([1980] 2003²: 14), considerando que estão relacionadas com orientações físicas. Segundo esses autores, essas metáforas não são arbitrárias e são baseadas em experiências físicas e culturais. É sabido, na nossa cultura, que a seta apontada para cima é indício de crescimento, de vitória.

Apesar de termos tentado individualizar cada um dos códigos semiológicos: cromático, gráfico, icônico, eles se encontram, na verdade, *articulados entre si*, interligados à materialização lingüística e sofrendo influências sociais, culturais e políticas. Como afirma Charaudeau em *Luciole*:

L'affiche, comme tout autre matériau communicatif, n'est pas simplement le reflet d'un ordre social et de valeurs culturelles pré-établis, mais un lieu où ce social et ces valeurs se réactualisent, se remettent en jeu et se (re)reconstruisent de telle sorte, que dans la communication se forgent de nouvelles réalités, de nouveaux types de rapports. L'affiche est donc l'un des lieux d'émergence du social, du culturel, du politique.

(CHARAUDEAU, 1991: 51)

Passaremos, no próximo item, a estudar os recursos verbais presentes nesse cartaz partidário.

MAPs Verbais

Esses cobrem, neste gênero, diversas categorias estilísticas. No caso do *outdoor* partidário que constitui o nosso estudo de caso – anexo 1 – teríamos:

1) Utilização do nome próprio. Por exemplo, na grande maioria dos *outdoors* que compõem os nossos *corpora* aparece o nome do candidato: Ferro Rodrigues, no caso do PS e Durão

Barroso, para o PSD. Essa característica do gênero *outdoor* partidário é recorrente também nos *outdoors* publicitários, em que o nome da marca sempre se faz presente.

2) Emprego de frases com certo *paralelismo estrutural* e, ao mesmo tempo, um *jogo de sonoridades*. No caso do *outdoor* partidário que constitui o nosso estudo de caso, vemos os *slogans*: “Temos de mudar” e “Somos todos Portugal”, que nortearam a campanha do PSD às legislativas, em várias fases.

3) Uso de *modalidades intersubjetivas*⁴⁹¹, a partir do uso de marcas explícitas de interpelação do interlocutor no texto. Por exemplo, o recurso à primeira pessoa do plural associado à locução “ter de”, com *valor deôntico*. Com isso, há uma convocação do interlocutor para o universo textual. Mas não podemos nos esquecer de que, nesse enunciado, haveria também uma *modalidade subjetiva epistêmica*, uma vez que ela é inerente a qualquer asserção.

4) Emprego de *questões altamente transgressivas* que foram descritas em 6.3.3.1.. Através destas, temos a presença dos substantivos – “mamãe”, “avó” – que remetem diretamente à própria interação verbal em curso, transmitindo certa autenticidade à mensagem e fortalecendo o elo entre o eleitor e o partido⁴⁹².

5) Uso de *modalidade subjetiva epistêmica* na asserção “Somos todos Portugal”.

6) Emprego do *presente dêitico*⁴⁹³ e do *presente genérico*. No primeiro caso, o tempo verbal é ancorado no momento da interação – [agora] –, quer seja ele explícito ou implícito. No outro caso, a forma verbal tem um valor mais durativo e menos pontual. Como

⁴⁹¹ Como já afirmamos, demos preferência à terminologia adotada por Le Querler. Contudo, gostaríamos de marcar essa modalidade interlocutiva como sendo um ato locutivo, como menciona Charaudeau (1992: 574) do tipo alocutivo. Com isso, há o engajamento do outro no universo textual. Para esse autor, existem três atos, dependendo do tipo de relação estabelecida entre locutor e interlocutor. São eles: o *alocutivo*, o *elocutivo* e o *delocutivo*.

⁴⁹² A *questão altamente transgressiva* pode ser considerada uma marca de discurso interativo.

⁴⁹³ Termo empregado por Revaz (1998: 53). A partir deste, a subjetividade (marcada ou não) do Locutor se faz presente.

exemplos, podemos citar os *slogans* – “Temos de mudar” e “Somos todos Portugal” –, respectivamente.

Feitas essas considerações, passaremos a analisar individualmente, os efeitos que esses MAPs verbais ocasionam no universo textual.

1) Para Jakobson: “La signification générale d’un nom propre ne peut se définir en dehors d’un renvoi au code. Dans le code de l’anglais, ‘Jerry’ signifie une personne nommée Jerry. La circularité est évidente: le nom désigne quiconque porte ce nom” – Jakobson (1963: 177).

Dentro dessa perspectiva, Durão Barroso estaria significando o candidato do partido PSD às legislativas. O próprio fato de o nome do candidato estar inserido num círculo (do qual faz parte uma flecha), junto com a sigla do partido, leva-nos a estabelecer uma *associação* entre os dois elementos. Durão Barroso é o candidato do partido PSD às eleições – relação *metonímica* da parte pelo todo. Claramente, a mensagem lingüística vem reforçar ou explicitar outras mensagens apresentadas no cartaz – por um processo de *ancoragem* –, ela estaria interligada também aos *slogans* e à questão altamente transgressiva.

2) Em relação aos dois *slogans* neste cartaz, poderíamos dizer que qualquer um dos enunciados colocados, creditados ao partido e ao candidato, teria funções distintas. O primeiro *slogan* – “Temos de mudar” – é repetido, na segunda fase da campanha, e aparece em todos os cartazes em que as crianças estão presentes. A partir desse *slogan*, observamos espécie de relação de equivalência – [PSD e/ou Durão Barroso é mudança] –, não uma relação do tipo subordinativo, como [PSD e/ou Durão Barroso permite que todos mudemos].

No caso do segundo *slogan*, aparece a asserção “Somos todos Portugal”, presente em todas as fases da campanha, com exceção da primeira, e a relação de equivalência é a mesma observada com o outro *slogan*: [PSD e/ou Durão Barroso é patriotismo]. Poderíamos pensar que a escolha dessas estratégias lingüísticas ratificaria o posicionamento ativo do partido e

o seu dinamismo. Na primeira, em “temos de mudar”, seria ressaltado o empenho do partido em lutar junto com os eleitores; enquanto que, no segundo, “somos todos Portugal”, é ressaltado o aspecto patriótico do partido que se aliaria ao povo, para defender o país.

Ao mesmo tempo, no caso específico deste cartaz, constatamos, nos dois *slogans*, um fenômeno que se aproxima ao *paralelismo estrutural*. As formas verbais “ter” e “ser” aparecem, no início do enunciado, no presente do indicativo, na 1ª pessoa do plural. Esta *simetria de construção*, combinada com o jogo de sonoridades, devido à repetição do sufixo flexional de primeira pessoa do plural, favorece, junto ao interlocutor, a memorização do *slogan*, enfatizando o cunho persuasivo do cartaz. E haveria uma espécie de embricação do discurso publicitário no interior do político – conforme já salientamos –, uma vez que esse *paralelismo* é uma das características do primeiro discurso.

3) Quanto ao uso da primeira pessoa do plural, na forma verbal do presente do indicativo, “temos”, observa-se claramente uma fusão do universo textual do Locutor com o do interlocutor. Nesse exemplo, o recurso à primeira pessoa do plural⁴⁹⁴ parece assumir um valor estritamente inclusivo, referindo-se ao Locutor (partido) e aos diversos interlocutores (os eleitores). Com isso, há uma co-responsabilização de todos no processo: [A mudança pode existir, mas depende de todos].

É importante ressaltar que esse enunciado poderia ser parafraseado por: [é necessário que nós todos mudemos]. Teríamos uma espécie de voz genérica agindo sobre o sujeito subentendido “nós”, procurando desencadear uma certa ação do mesmo. Só que nesse “nós” estarão inseridos o partido/agência de marketing e todos os eleitores. Assim, o uso do presente com valor de imperativo funciona como uma *modalidade intersubjetiva* com valor *deôntico*, que é uma estratégia relevante em cartazes que visam a fazer um eleitorado votar em determinado partido.

⁴⁹⁴ A descrição do pronome “nós” foi aprofundada recentemente, em língua francesa, a partir dos trabalhos de Kjersti Fløttum, nomeadamente o de 2004. Tal estudo pode vir a ajudar a descrever o seu funcionamento em língua portuguesa.

E, nesse contexto, talvez exista a tentativa do Locutor (partido) em dominar o Outro (o eleitorado), fazendo uso da linguagem, como Marques acentua, ao caracterizar o discurso político.

Sendo o lugar de locutor um papel de poder, usar a palavra é uma tentativa de dominar o Outro. A dimensão accional do discurso tem no Discurso Político talvez o seu funcionamento prototípico. As palavras, os discursos, têm efetivamente o poder de mudar o “mundo”. Controlar o poder é função das instituições democráticas. [...]

(MARQUES, 2005: 211, 212)

Salientemos também um valor *epistêmico*, no enunciado – “Temos de mudar” –, uma vez que o seu valor se fundamenta no conhecimento, por parte do Locutor, da existência de coisas a serem alteradas no país e ele se engaja nesse processo de mudança.

4) Em relação à *questão altamente transgressiva* presente no cartaz, devemos mencionar que ela está numa relação de *ancoragem* com a fotografia, tirando qualquer ambigüidade que possa vir a ser suscitada pela última. No entanto, não nos podemos esquecer de que, por trás, há a voz do partido, a do Locutor, que controla todos os pontos de vista que coloca em cena. O próprio uso dos vocábulos ‘mãe’ e ‘avó’ – mais utilizado no contexto familiar, por exemplo – é uma estratégia persuasiva relevante para talvez tentar ‘enganar o público’ e transmitir uma certa ingenuidade à mensagem. Convém ressaltar que a QAT utilizada pelo Locutor faz intervir, junto ao interlocutor, sentimentos vários: de piedade, de amizade, como veremos em **6.2.3.3.**

Ademais, a forma interrogativa utilizada pode ser vista como uma marca de *discurso interativo* e, como tal, remete a uma *interação verbal, mesmo encenada*, havendo a criação de um mundo discursivo implicado. Este *caráter implicado* do mundo discursivo – cf. **3.3.4.** – é marcado, nomeadamente, pelo uso da própria expressão “porque é que”, que remete ao próprio espaço e tempo da interação.

Convém ratificar que todas as escolhas perpetradas pelo agente produtor são *decisões interativas*. Existem, dentro do *arquitexto*, alguns modelos já disponíveis (no caso, por

exemplo, o uso de questões deste tipo tinha sido feito em campanha para o governo de São Paulo, como mencionamos ao tratar do *componente intertextual*, nesse exemplar do gênero), cabendo ao agente produtor tomar decisões. Estas variarão de acordo com as *representações* que este agente tem do seu interlocutor ou, ainda, do próprio objetivo que pretende. Contudo, é de ressaltar que estas decisões interativas se dão com todos os tipos de mensagem observados.

5) O enunciado “Somos todos Portugal” também apresenta um valor *epistêmico*. No caso desse exemplo, o uso do verbo “ser” na primeira pessoa do plural do presente do indicativo, acompanhado do pronome indefinido “todos”, com função de sujeito, e do nome próprio do país, com função de predicativo do sujeito, cria uma estratégia persuasiva interessante. Os eleitores, o partido, enfim, todos são unidos por um sentimento de defesa patriótica. Através de *mecanismos inferenciais*⁴⁹⁵ podemos perceber que essa asserção funcionaria como um argumento para sustentar uma conclusão implícita: [então vote PSD].

6) A questão da utilização do *presente dêitico* e *presente gnômico* é observada nos *slogans*: “Temos de mudar” e “Somos todos Portugal”. No primeiro, existe uma espécie de grito, de convocação acentuada pelo uso do verbo *ter* no presente dêitico⁴⁹⁶, denotando um *mundo implicado*, ou seja, a sua realização está diretamente ancorada ao momento da enunciação o [agora], sendo este implícito. Existe, implicitamente, a presença de um *dêitico* : [todos são convocados a participar da mudança agora]. Dessa forma, neste texto *monologal*, mas nitidamente *dialógico*⁴⁹⁷, a responsabilidade na ação é alargada em direção ao eleitor.

No segundo *slogan*, o presente do indicativo utilizado com valor genérico é uma marca do *discurso teórico* no enunciado, em que existe uma total autonomia do ato de produção em relação à construção do mundo do agente. Podemos interpretar o enunciado por [Como sempre aconteceu, todos os portugueses devem continuar a se unir].

⁴⁹⁵ Estudos sobre a inferência serão aprofundados em 6.3.3.1.

⁴⁹⁶ Revaz (1998: 53). Contudo, acrescentamos a este presente dêitico, um valor deontico. O verbo “ter”, no presente do indicativo, acompanhado pela preposição “de”, pode ser substituído por “dever”.

⁴⁹⁷ Para a diferença dos termos monologal/dialogal e monológico/dialógico, ver: Roulet *et al.* (1985).

6.2.3.3. Engrenagem enunciativa ampliada (EEA)

Um Locutor – que tem um papel social, histórico – deverá perceber os seus interlocutores do ponto de vista social, étnico, político ou outros, para poder, a partir das *representações* que tem dos últimos, deles mesmos, da própria situação de comunicação, adaptar-se a ela(s) e construir uma imagem/ ou imagens (*ethos/ ethè*) que emocione(m) e atinja(m) o *pathos* deste interlocutor. Esse trabalho passará, forçosamente, pela exploração por parte do agente produtor de alguns *estereótipos* que já circulam socialmente e que serão, por conseguinte, facilmente identificados pelo auditório⁴⁹⁸.

Por outro lado, há a tentativa, por parte do interlocutor, de reconstituir as imagens construídas textualmente – a partir de um *processo de associação* – passando necessariamente por um processo de *estereotipagem* – cf. Amossy (1999). Neste, o real é pensado através de uma representação cultural pré-existente ou, ainda, de um esquema coletivo fixo. As reconstruções textuais são deflagradas a partir de estereótipos sociais que circulam socialmente e que são recuperados pelo interlocutor, quando do processo de interpretação. Acreditamos que este processo é muito explorado em gêneros como o *outdoor* partidário, que buscam uma adesão do público a uma determinada idéia, e ele deve ser levado a *agir*⁴⁹⁹. O cartaz político é construído para que o público vote num partido.

Na verdade, o que se observa são *processos de associação* desencadeados por representações de objetos, as quais são sócio-culturalmente determinadas. Com efeito, a idéia prévia que se faz do candidato (*ethos* pré-textual⁵⁰⁰) ou a imagem dele construída

⁴⁹⁸ Seguindo a terminologia apontada por Toulmin (1993, 2001), poderia dizer-se que o uso da fotografia da criança, por exemplo, serviria como uma espécie de ‘alegação’ a qual é utilizada para convencer o ‘auditório’. Os fatos corresponderiam ao próprio histórico do partido. Já a garantia, ou o “warrant”, estaria relacionada ao que circula acerca do estereótipo de um candidato adequado a governar um país (no caso, um candidato que se preocupa com o futuro da nação) – existem especialistas, inclusive de marketing político, que desenvolvem estratégias para transmitir esta imagem ao auditório.

⁴⁹⁹ Nesse caso, acreditamos que o gênero *outdoor* partidário se aproxime tanto do discurso publicitário quanto do político. Ao mesmo tempo, pensamos que o *outdoor* partidário, por outro lado, se distancia do gênero publicitário por não apresentar cenografias tão variadas como este último, como já colocamos.

⁵⁰⁰ Maingueneau (1999b) e Amossy (1999), a partir da noção do *ethos* desenvolvida por Aristóteles, atualiza-a à luz da Análise do Discurso. Como vimos em 4.3.2.3., para estes autores existirão dois tipos de *ethos*: o *pré-discursivo* (para Maingueneau) ou o *prévio* (para Amossy) - correspondentes a possíveis construções prévias

discursivamente (o *ethos* mostrado e dito) não podem ser singulares. Para que esta construção discursiva atinja o auditório é necessário que ela se indexe a algumas *representações partilhadas* entre o agente produtor e o leitor da mensagem. E é dentro deste contexto que a questão da *estereotipagem* é fundamental.

A partir dessa introdução, passaremos a analisar de que forma essas *representações* podem vir a construir os *ethè* presentes no cartaz. Tendo consciência de que as imagens do Locutor podem ser perceptíveis textualmente, no cartaz político, quer através dos recursos não-verbais (uso da imagem, das cores) ou verbais (uso de proposições de impacto – “Somos todos Portugal” e “Temos de mudar”) quer pelas EOs (presença implícita de encadeamentos argumentativos ou discursos normativos/transgressivos). Dessa forma, passaremos a identificar os *ethè* e os *pathè* presentes no cartaz analisado. Todavia, não deixaremos de fazer menção a aspectos relativos à cena de enunciação, pontuados por Maingueneau (1998) e que nós ressaltamos anteriormente, no capítulo referente ao gênero, visto que a noção de *cenografia* será de grande valia para a compreensão da EEA no cartaz político.

A cena de enunciação no outdoor partidário

No cartaz em análise, há uma *cena englobante* que corresponde à de um discurso político, e, dessa forma, existe um Locutor (um partido com um papel social e político) que se dirige a cidadãos preocupados com questões dessa ordem. Ainda temos a *cena genérica* de um *outdoor* de campanha política, que visa a fazer com que um eleitor vote em determinado partido. Mas o que importa é enfatizar que essa *cena genérica* está diretamente relacionada a questões relativas ao *gênero de texto*. E cada qual, dependendo das coerções por ele estipuladas, define as limitações ao nível textual. Vale ressaltar a importância da *cenografia* dentro desse contexto. É ela que realmente é perceptível textualmente e, dependendo do gênero, como falamos anteriormente, pode ser mais ou menos original.

da imagem do orador junto a um auditório – e ainda o *discursivo* – referente à própria construção discursiva. No nosso caso, substituímos o termo *discursivo* por *textual*, pela opção teórica ao longo desta pesquisa, conforme mencionamos.

No caso do *outdoor* em análise, observamos uma *cenografia* um tanto original para os *outdoors* políticos⁵⁰¹. Como vemos, há a foto de uma criança, numa *contre-plongée* ligeira, e uma *questão altamente transgressiva* ao lado: “Mãe, porque é que a avó precisa de ‘cunhas’ para ser operada?”. Um leitor, pela posição espacial da QAT e da fotografia situadas na mancha vermelha do *outdoor*, rapidamente associaria a questão à própria criança. Ao mesmo tempo, o conteúdo semântico da própria QAT denuncia a verdadeira instância de produção: o partido político. Claramente, o Locutor desse cartaz (o *ethos* institucional propriamente dito) é o próprio partido político que coloca em cena vários enunciadores no intuito de atingir o seu objetivo: convencer o leitor a votar nesse partido nas Legislativas. Tentaremos desmontar toda essa engrenagem e mostrar como esses mecanismos funcionam.

Ethè e pathè no outdoor partidário

No *outdoor* em análise, como sabemos, aparece a foto de uma criança. Ao nos depararmos com a fotografia, dentro desse cartaz, temos em mente a idéia de que ela representa o futuro de uma nação. E o partido serve-se dessa *representação compartilhada* para traçar a *imagem* de um partido preocupado com o futuro da nação. Mas não é só a imagem que nos transmite esse sentido. O Locutor, enquanto partido político, cria em volta dessa imagem outros recursos para que nós, enquanto leitores, possamos vir a ser persuadidos por essa idéia de preocupação com o futuro. A própria pergunta, colocada ao lado da foto da criança, faz com que nós associemos uma à outra. Pode ser realmente que esta criança esteja fazendo a pergunta: “Mãe, *porque é que* a avó precisa de ‘cunhas’ para ser operada?”. Questão esta que faz uso de uma estrutura muito usada por crianças: “porque é que”, que marca, como vimos anteriormente, uma **estranheza** em relação ao motivo que leva uma pessoa a precisar de “cunhas” para ser operada e também faz uso de um vocativo muito

⁵⁰¹ Essa originalidade advém, talvez, da não-existência da foto do candidato acompanhada por propostas do partido. Todavia, essa cenografia, como dissemos, foi a mesma utilizada por uma agência de publicidade brasileira, na eleição de Mário Covas ao governo de São Paulo, como dissemos. E, por isso, houve uma polêmica bem divulgada na mídia impressa sobre o plágio dessas estratégias de marketing político, na campanha do PSD, na época.

usado em situações informais “mãe”. Por outro lado, o partido faz uso de uma unidade lexical “cunha”, que provavelmente não seria usada por crianças dessa idade. Mas quais são as imagens de *ethos* que são transportadas para o cartaz?

Em relação à foto da criança, podemos constatar que ela está relacionada a uma UTI (a UTI₃) descrita por [A avó da menina está doente CT precisa de “cunhas” para ser operada] que poderia ser traduzida pelo aspecto – doença CT operação condicionada. Teríamos, assim, uma espécie de *ethos* engajado preocupado com o futuro da Nação. O Locutor, enquanto partido político, quer passar uma imagem de alguém que não entende coisas óbvias – todos teriam direito de recorrerem a hospitais públicos quando necessário –. Ao mesmo tempo, ao optar pela foto de uma criança, o Locutor constrói um *ethos engajado*, preocupado com o que todo o processo de mudança que as crianças exigem, enquanto participantes deste futuro. Esse *ethos* também é percebido pelo *slogan* “Temos de mudar” que leva todos a participar do processo de mudança. Ao mesmo tempo, há a construção de um sentimento de esperança junto ao povo (*pathos* de esperança). Os problemas do país podem ser corrigidos para atender aos anseios atuais e futuros da população.

E, ainda, a partir da questão altamente transgressiva teríamos o E₂, que seria ‘responsabilizado’ pelo discurso normativo [O cidadão tem o direito PT ações devem ser tomadas para o direito ser cumprido], que corresponderia ao aspecto direito PT ação.

Este E₂ representaria o *ethos comentarista crítico*, aquele que aparece para validar a cena de enunciação. O partido que pretende ser eleito, no caso o PSD acredita que todos têm direito ao atendimento nos hospitais e por isso deve ser feita alguma coisa para modificar o que existe. Com isso, indiretamente o PSD critica o partido que estava até então no poder, o PS, a partir de certa depreciação do partido adversário⁵⁰².

Ademais, não podemos deixar de mencionar que esta criança se apresenta com vestido xadrez, de cabeça meio baixa, olhos tristes e a própria fotografia tem como ângulo de

⁵⁰² Essa depreciação já havia sido apontada por Marques (2005), no discurso parlamentar, como ressaltamos em 6.2.2.2..

tomada uma *contre-plongée* ligeira, com isso o Locutor pode ter a intenção de acentuar a tristeza da criança e o a sua inocência⁵⁰³, pois ela representa o futuro de um país. Essa atitude do Locutor é marcada por recursos não-verbais: postura da modelo, ângulo de tomada da fotografia. Existe uma pretensão do Locutor institucional de transmitir aos leitores a imagem de um partido preocupado com as mazelas sociais, procurando, assim, a adesão⁵⁰⁴ do seu interlocutor. Há a tentativa do partido de apelar para *estereótipos que circulam socialmente* e, com isso, procurar sensibilizar os eleitores. Seria criada a imagem de um Locutor (*ethos*) que ‘joga com a emoção do outro’. E talvez seja este *pathos* que o *ethos* visa a atingir. E seria pela *piedade* e pela *indignação*, paixões repertoriadas por Aristóteles, que o partido político tenta seduzir o público. Essa dimensão emocional/afetiva percorre o texto e envolve indiretamente o público⁵⁰⁵.

É importante ressaltar que a cenografia do *outdoor* partidário analisado é variada, corroborando para que seja construída a imagem textual de um partido progressista, moderno, inovador. Esse *ethos institucional* é depreendido através das cores (inclusive o laranja traduz uma maior agressividade e inovação) mais vivas e vibrantes; de questões altamente transgressivas que marcam certa agressividade e insatisfação com o que ocorre; e pela variação tipográfica observada (há caracteres retos e em itálico no cartaz, demarcando uma certa movimentação). Todos os recursos utilizados podem até reforçar um *ethos* que poderia ser considerado *pré-textual*. Este seria legitimado pela própria cenografia (tanto verbal como não-verbal) colocada em cena, pela qual se depreende um *ethos moderno e dinâmico* que é construído para atender pessoas que apostem em partidos que busquem mais modernidade e velocidade. E esse *ethos* aposta em criar, junto ao público, uma imagem de esperança e de segurança (*pathos*), num futuro mais progressista.

Todavia, não são somente as cores que transmitem essa imagem de modernidade ao *ethos*, a própria escolha, por parte do Locutor, do *slogan* “Temos de mudar”, que co-responsabiliza

⁵⁰³ Esta leitura da imagem é uma das muitas possibilidades de interpretação e foi orientada, também, pelos contatos prévios que tivemos com os responsáveis de marketing do partido, a quem agradecemos.

⁵⁰⁴ Termo utilizado frequentemente por Perelman & Olbrechts-Tyteca (1988⁵). Para os autores, toda a argumentação visava à adesão de um auditório a uma tese.

⁵⁰⁵ Fonseca acentua, em muitas de suas análises sobre o discurso de opinião, que essas dimensões são também características do discurso jornalístico opinativo. Cf. Fonseca (2004: 119).

todos (partido + eleitores) no processo, sugere que o partido se empenha no dinamismo e na vontade de mudar. Ao mesmo tempo, a utilização de uma forma verbal, com valor dêitico, acentua o teor *agressivo* e *autoritário* desse Locutor⁵⁰⁶. Ele procura dominar o eleitorado, mas de uma forma sutil.

Um outro *ethos* é evidenciado a partir do outro *slogan* “Somos todos Portugal”, o *ethos patriótico*. Por intermédio deste, todos os portugueses são convocados a participar desta transformação. É através desses dois *slogans* que haveria uma espécie de interação entre o partido e os eleitores.

É mister mencionar que esta interlocução entre os parceiros do ato comunicativo é marcada lingüisticamente pelo uso de modalidades interlocutivas, como citamos – no caso, o uso da primeira pessoa do plural do presente dêitico. Essa interlocução levaria, provavelmente, a um *efeito perlocutório*: persuadir os eleitores a votar naquele partido. Julgamos que seria estabelecida uma espécie de parceria entre este Locutor e o interlocutor, lembrando uma das paixões aristotélicas, a *amizade*.

Ao mesmo tempo, a colocação do nome do candidato junto à sigla do partido, circundada com uma flecha laranja, confere uma *imagem integrada* candidato/partido, os quais são imediatamente associados pelo leitor. Tem-se, assim, a criação de um *ethos coeso*, em que se observa uma sintonia entre os o candidato escolhido e as próprias diretrizes do partido.

Convém ratificar, também, o que dissemos ao expor as EO desse cartaz político em especial. Observamos, pelas análises feitas, um grande número de discursos normativos em PT. Tal aspecto favorece a imagem do Locutor (*ethos*) que se mostra como alguém que, ao apresentar suas razões, está aberto a uma discussão com o adversário, não procurando, impor suas idéias.

⁵⁰⁶ Como pontuamos anteriormente, Marques (2005) ressaltara a importância da palavra, no discurso político, como forma de dominar o Outro.

Pelo que expusemos, defendemos que esse cartaz político apresenta o que Maingueneau⁵⁰⁷ denomina um *ethos compósito*. Ou seja, várias imagens do Locutor são construídas textualmente, de forma a atingir o seu objetivo.

Ao se pensar que o sentido de um cartaz político se baseia na *articulação dinâmica entre as diversas engrenagens*, que recorrem, muitas vezes, a códigos semiológicos diferentes em interação constante com aspectos externos (situacionais, peritextuais, metatextuais e materiais), tentaremos estabelecer a correlação entre esses fatores, no intuito de provar esta *dinamicidade*.

6.2.4. Dinâmica argumentativa no estudo de caso 1 - *Outdoor* partidário

Neste item, mostraremos as inter-relações entre os componentes externos e as engrenagens textuais e entre as engrenagens entre si. Descreveremos inicialmente aspectos da vertente externa que nos pareçam mais coercitivos em relação ao gênero em análise. Destacaremos, dentre os componentes situacionais, as *instâncias interlocutivas* e o *local de circulação* e relevaremos a importância de *questões intertextuais* ao nível da materialização textual. Por fim, salientaremos como as diversas engrenagens textuais podem vir a intervir umas nas outras.

6.2.4.1. Inter-relação das engrenagens com os componentes externos

Notamos que, no cartaz partidário analisado, há a construção de um *ethos* institucional multifacetado – um *ethos compósito* – que visa a fazer com que o eleitor seja convencido a votar naquele partido. Como vimos, vários *ethè* foram observados: o *ethos* engajado, o crítico, o patriótico, o moderno, o dinâmico, o coeso. Na realidade, todas essas imagens do partido político construídas textualmente visam a atingir um público diversificado, do qual o Locutor tem várias imagens diferentes e para o qual trabalhará estratégias diferentes. O

⁵⁰⁷ Maingueneau (2002c).

Locutor jogará, com o sentimento de piedade, de amizade, de esperança, de patriotismo do Outro. O *pathos* é atingido, também, de forma bem diversificada.

Todas as imagens do partido transmitidas trabalham, assim, com representações partilhadas por segmentos populacionais e estereótipos que circulam socialmente.

No entanto, quais seriam as *instâncias interlocutivas*? De um lado, teríamos, como mencionamos, os diversos agentes produtores que trabalharam na realização do cartaz (pessoal da agência de marketing, do partido, e estrategistas da campanha); do outro, os eleitores do partido, ou ainda, os indecisos. Sendo que estes pertenceriam a camadas sociais diversas: uns de nível sócio-cultural mais elevado, preocupados com um partido moderno; combatente; outros de nível sócio-cultural menos elevado, talvez angustiados com a situação por que passa o país, na época. E é devido a essa heterogeneidade de público que diversos *ethè* são construídos textualmente, de forma a atingir diferentes *pathè*.

Há um aspecto importante a ser ressaltado: o *local de circulação* dos cartazes políticos. Como já colocamos, eles são colocados em “rotundas”, entradas de auto-estradas. Enfim, em locais onde o motorista, normalmente, diminui a velocidade do seu carro. Com isso, a utilização da fotografia e o tamanho de letra devem adequar-se a uma visão à distância e ter um forte apelo junto ao público. Este deve ser sensibilizado por aquilo que é apresentado no cartaz. E, nesse contexto, é importante o uso de estratégias de identificação: o público deve identificar-se com aquela fotografia, por exemplo, para ser convencido por ela. O tempo de leitura é reduzido e o agente produtor tem de fazer pouco uso de recursos verbais – este inclusive é restrito a unidades lexicais e proposicionais sucintas que criam impacto junto ao eleitor – e utiliza muitos recursos não-verbais (cores, tipografia diferenciada, fotografia).

Com relação a *aspectos intertextuais*, o levantamento da EEA mostra que os partidos ao mesmo tempo que buscam passar junto ao público uma imagem inovadora, copiam estratégias usadas pelo partido oponente ou fazem uso de recursos de marketing político utilizados em outras campanhas de países diversos. Por exemplo, os recursos verbais e não-verbais utilizados nos *outdoors* do PSD sugerem a imagem de modernidade, de

ingenuidade, de crítica do partido. Por outro lado, esses mesmos recursos não são observados nos cartazes do PS. Sublinhemos que os cartazes do PSD, da 2ª fase, são repetidos elementos que deram certo na campanha de Mário Covas, em São Paulo: fotos de crianças com questões com teor ingênuo. Em relação ao estudo de caso, vemos que as imagens observadas no cartaz formam, junto com as dos outros cartazes de criança (mais três), na mesma fase, um todo coerente – todos os *outdoors* fazem uso de EE, EO e EEA parecidas.

6.2.4.2. Inter-relação entre as engrenagens

De uma forma genérica, reiteramos o fato de que as escolhas perpetradas pelo Locutor, tanto ao nível *organizacional*, *estilístico* ou *enunciativo ampliado*, são realizadas tanto em função das *representações* que este mesmo Locutor detém do seu destinatário, quanto a partir de limitações impostas pelo gênero em que a produção textual está inserida. Será pela interação de todos estes fatores que este mesmo Locutor conseguirá passar uma imagem favorável de si, de forma a atingir o objetivo que pretende.

Em relação à *engrenagem organizacional*, é a partir da descrição dos encadeamentos argumentativos de alguns enunciadores que vários *ethè* são contruídos. A leitura do *outdoor* faz-nos pensar que existe, por parte do Locutor, a intenção, não apenas de sensibilizar o interlocutor (estimular nele um sentimento de piedade), mas também tentar fazer valer a força institucional do partido (algo está errado socialmente e o partido em causa passa a imagem de que tem condição de resolver o problema).

Quanto à *engrenagem estilística*, observamos que existe uma correlação de *ancoragem* entre o *texto* e a *imagem*. A mensagem lingüística (por exemplo, a questão altamente transgressiva) serve para confirmar o conteúdo da imagem (fotografia da criança triste) e ressaltar o *ethos* engajado apontado – partido preocupado com o futuro da nação. Por outro lado, os dois *slogans* apresentados – “Temos de mudar” e “Somos todos Portugal” – estimulam todos a participar do processo de mudança, fazendo mexer com o sentimento patriótico de uma população. É o *ethos* patriótico que é textualmente construído. Quanto às

mensagens não-verbais, observamos que a fotografia estabelece uma espécie de *relação de ancoragem* com as cores, com o ícone (no caso, a flecha) e, assim, um *ethos moderno, coeso* é salientado.

Enfim, todo esse conjunto remeterá, numa hipótese interpretativa, à construção de uma imagem institucional engajada, preocupada com questões sociais e que pensa no futuro da nação. E é para atender a esse motivo que diversos *ethè* são construídos textualmente.

6.3. Estudo de caso 2 – petição inicial

6.3.1. Uma breve introdução

Antes de observarmos mais detalhadamente os *componentes externos* do gênero em análise, talvez seja importante fazermos alguns breves comentários acerca da petição inicial e de sua filiação ao discurso jurídico⁵⁰⁸. Pensamos que os dados a que essas informações prévias dizem respeito⁵⁰⁹, acrescidos dos *componentes*, que denominamos *externos*, interferirão ao nível das diversas engrenagens observadas.

Com esse intuito, percorreremos, em **6.3.1.1.**, o significado que o termo *petição inicial* ou *inicial* (PI) apresenta na prática social em que se insere, em seguida, em **6.3.2.**, individualizaremos os componentes que compõem a *vertente externa* do gênero em análise.

6.3.1.1. O significado da petição inicial

Todo indivíduo, ao se sentir lesado, tem o direito de agir, ou seja, invocar a tutela jurisdicional do Estado. Esse direito é exercitado a partir da formulação de uma *petição*

⁵⁰⁸ Vale mencionar que a argumentação no discurso jurídico, do ponto de vista lingüístico, vem sendo estudada em Portugal, por Rodrigues, cuja tese sobre o tema será defendida no 1º semestre de 2006.

⁵⁰⁹ Esses dados envolvem aspectos de ordem *metatextual*, *arquitectual*, *intertextual*. Dessa forma, procuramos separá-los dos demais componentes.

inicial, que corresponde ao ato introdutório de um processo civil. Silva a define como: “[...] primeiro requerimento dirigido pela pessoa à autoridade judiciária para que segundo os preceitos jurídicos se inicie ou se comece a demanda [...]” – Silva (2001¹⁸: 610).

Essa *inicial* (ou *petição inicial*), que é redigida e assinada por um advogado, representante legal do indivíduo lesado, corresponde ao pedido a um juiz de uma providência processual adequada. Sem a PI, nenhum juiz dá início a um processo.

Tal peça processual é estruturada conforme o *Código de Processo Civil* (doravante CPC), no seu art. 467º. A não observância aos aspectos detalhados no CPC poderá implicar um indeferimento do pedido.

6.3.2. Componentes externos

No caso do gênero em questão, salientamos todos os componentes externos já definidos (cf. 4.3.1.), contudo gostaríamos de ressaltar, nesse gênero em questão, dois aspectos que coíbem de forma marcante o universo textual: o *componente metatextual* e, dentro do *componente situacional*, as instâncias interlocutivas, o lugar de circulação e a finalidade, como veremos.

6.3.2.1. Componente arquiteitual

A PI, como sabemos, está inserida no CPC que, por sua vez, faz parte do *discurso jurídico*. É sabido, dentro do meio jurídico, que este gênero segue uma tradição no seu formato textual que se mantém ao longo de séculos, não apresentando praticamente alteração, o que torna difícil termos um real conhecimento de sua origem. Tal questão nos parece remeter ao fato de esse gênero estar diretamente relacionado ao *discurso constituinte* jurídico, que explicitaremos em 6.3.2.4..

6.3.2.2. Componente intertextual

Podem ser pontuados dois níveis de *intertexto*, no caso da PI:

- Relação da PI com outros textos do processo.
- Relação da PI com o enquadramento legal que a sustenta legalmente.

A PI é a peça que dá início a um processo, podendo ou não ser seguida de uma contestação do Réu. Como trabalhamos com documentos isolados, não podemos discernir com exatidão se, na continuação do processo, haveria uma contestação com a qual a PI estaria dialogando. Por outro lado, podemos pensar na existência de outros documentos que estariam dialogando com a PI. Ao final da PI, consta a listagem desses documentos que são descritos no item “JUNTA”. No caso da PI utilizada como estudo de caso, são afixados: “documento comprovativo de pagamento da taxa de justiça inicial, 2 documentos, procuração, duplicado e cópia legal”.

Ressaltemos que a petição inicial faz menção às leis que enquadram legalmente o pedido. Dessa forma, poderíamos considerar o enquadramento legal, relativo aos Códigos, como *intertexto* da PI.

6.3.2.3. Componente metatextual

Este componente, neste gênero em particular, pode ser observado em dois aspectos: os relativos aos discursos próprios à formação sócio-discursiva e aqueles referentes aos textos de teor didático desenvolvidos sobre o gênero.

O conteúdo de uma petição inicial é regulado pelo CPC em seu art. 467º. Reproduzimos abaixo, na íntegra, os § 1º e 2º:

1. Na petição, com que propõe a acção, deve o autor:
 - a) Designar o tribunal onde a acção é proposta e identificar as partes, indicando os seus nomes, domicílios ou sedes e, sempre que possível, profissões e locais de trabalho;
 - b) Indicar o domicílio profissional do mandatário judicial;
 - c) Indicar a forma do processo.
 - d) Expor os factos e as razões de direito que servem de fundamento à acção;
 - e) Formular o pedido;
 - f) Declarar o valor da causa.
 - g) Designar o solicitador de execução que efectuará a citação ou o mandatário judicial que a promoverá.
2. No final da petição, o autor pode, desde logo, apresentar o rol de testemunhas e requerer outras provas.

(NETO, 2004¹⁸: 637, 638)

O CPC prevê, assim, critérios rígidos para a elaboração de uma PI. O desrespeito a essas normas poderá acarretar um indeferimento do pedido.

A inépcia da PI também é regulada pelo CPC. Esta inépcia pode ocorrer:

- a) Quando falte ou seja ininteligível a indicação do pedido ou causa do pedir;
- b) Quando o pedido esteja em contradição com a causa do pedir;
- c) Quando se cumulem causas de pedir ou pedidos substancialmente incompatíveis.

(CPC, art. 193, nº 2)

E, além disso, quando a petição for inepta, todo o processo será considerado nulo (art. 193º, nº 1, do CPC).

Em relação ao aspecto didático, rezam os manuais de redação jurídica que os documentos processuais devem ser redigidos de forma objetiva, clara e precisa, evitando ambigüidades. Conforme menciona Xavier:

Em linguagem forense, insista-se, há fórmulas consagradas *pelo uso e pela praxe; tudo deve ser escrito de modo objetivo, claro, em obediência à lógica e à precisão dos conceitos, eliminando-se indesejáveis filigranas verbais, rebuscamentos de estilo, floreios literários, ambages desnecessários e períodos tortuosos*. Dos usos individuais que se possam fazer da língua (idioletos), não há cabida para sequer a mais leve cogitação. Enfim, a redação jurídica precisa ser correta, enxuta, limpa de exibicionismos e visar um só alvo: a comunicação técnica, imediata e direta.

(XAVIER [1981 (1995)¹⁴: 231]) – destaque nosso

Essas regras são ensinadas aos alunos de Direito, nos cursos de Prática Forense, para a redação da PI e de qualquer outra peça processual.

6.3.2.4. Componente discursivo

A PI insere-se na prática jurídica, fazendo parte do discurso jurídico. Para nós, esse discurso, do qual a PI como outras peças processuais faz parte, é uma espécie de *discurso constituinte*⁵¹⁰ – como o filosófico, o religioso, o literário. Esses discursos são considerados por Maingueneau como:

[...] *Discours d'Origine, validés par une scène d'énonciation qui s'autorise elle-même* [...] discours limites, placés sur une limite et traitant de la limite, ils doivent gérer textuellement les paradoxes qu'implique leur statut. Avec eux se posent dans toute leur acuité les questions relatives au charisme, à l'Incarnation, à *la délégation de l'Absolu*: pour ne s'autoriser que d'eux-mêmes ils doivent se poser comme liés à une Source légitimante. Ils sont à la fois auto- et hétéro-constituant, ces deux faces se supposant réciproquement.

(MAINGUENEAU, 2004b: 47, 48) – destaque nosso

Em relação aos *discursos constituintes*, teríamos, de um lado, gêneros com enorme possibilidade de variação, como os correlacionados ao discurso literário; e do outro, gêneros com pouca probabilidade de mutação, como os relativos ao discurso jurídico. Parece-nos que a PI se encontra no segundo caso, legitimando-se por ela mesma, sem se inspirar em outro gênero.

6.3.2.5. Componente peritextual

Considerando-se que o *peritexto* diz respeito a todos os textos que circundam o objeto em análise, no mesmo suporte material, e com o qual *não* são observadas relações implícitas ou implícitas, podemos pensar que, no caso da PI, existe uma dificuldade do analista de identificar realmente esse componente. Sabemos que, no espaço material em que circula a PI (o próprio processo), haveria sempre vários documentos que estariam forçosamente

⁵¹⁰ A noção foi introduzida por Maingueneau & Cossuta (1995).

interligados à PI (implícita ou explicitamente) e constituiriam, como tal, um *intertexto* em relação a ela, como anteriormente salientamos, em relação à descrição da “JUNTA”. Todavia, por não termos acesso a todo o conjunto, não conseguimos identificar quais as outras peças que deram continuidade ao processo e que *não* estariam relacionadas à PI.

6.3.2.6. Componente situacional

■ Época

A temporalidade num gênero de discurso implica vários eixos (definidos anteriormente), que detalharemos no caso específico da petição inicial escolhida.

■ ■ **Tempo empírico e de circulação** – No caso da PI, o primeiro corresponde à época em que ela foi produzida.

As PIs recolhidas (anexos 2 e 2.1.) foram produzidas no início do ano de 2002 (*tempo empírico*). As PIs que fazem parte dos *corpora* circularam nos tribunais (*tempo de circulação*) provavelmente na mesma época. Dessa forma, não nos parece relevante, neste gênero, a distinção entre os dois eixos temporais.

■ ■ **Periodicidade** – A petição inicial, dentro de um processo jurídico, tem uma *ocorrência singular* para o autor de uma ação (não se supõe que este impetre várias ações). Mas pode ser *iterativa*⁵¹¹ para o advogado, que é o responsável legal do pedido. O jurista, ao longo de sua carreira, faz diversas petições em função dos vários clientes, e alguns escritórios de advocacia já têm modelos pré-definidos, mas competirá ao advogado responsável adaptá-los às exigências do seu cliente.

■ ■ **Duração de encadeamento** – Cada gênero apresenta certo tempo para ser lido. Neste gênero, as diversas partes que o compõem, são prescritas pelo CPC, o que possibilita uma

espécie de *leitura seletiva*⁵¹² por parte de pessoas da área jurídica, principalmente. Assim, o juiz, por exemplo, a quem o documento é endereçado, pode passar diretamente da exposição dos fatos e das razões de direito para o pedido, observando se este último condiz com os fatos expostos.

É importante ressaltar que, tratando-se de um *gênero mais ritualizado*, a PI apresenta *sinais demarcatórios* facilmente observáveis⁵¹³, facilitando por parte do leitor esta *leitura seletiva*. Eles podem ser materializados pelo uso de ordinais ou algarismos romanos para a separação dos parágrafos. Tais sinais demarcatórios são observáveis na petição selecionada como estudo de caso.

■ ■ **Continuidade** – A petição inicial inicia um processo jurídico na área cível. No caso da PI escolhida como estudo de caso, observamos que ela desencadeia uma ação de condenação em processo sumário⁵¹⁴, através da qual é solicitada a rescisão do contrato de locação, com despejo do Réu e pagamento das dívidas restantes. Este último, por sua vez, poderá impetrar contra os autores uma ação para se opor a esse pedido, que corresponderia a uma espécie de *contestação indireta*. Dessa forma, não é previsível de que forma o processo continuará e a petição inicial poderá ser indeferida pelo juiz, que pode considerá-la inepta⁵¹⁵.

■ ■ **Duração de validade** – Normalmente, não há um tempo definido para a validade de uma PI. Vale enfatizar apenas que ela vai interferir na validade jurídica de um processo, uma vez que este último só começa a ter relevância jurídica quando ela é impetrada.

⁵¹¹ Tradução do termo “itérative” – Maingueneau (2002b: 56) –. Para este autor, existe uma distinção entre ocorrência *singular* e *iterativa*. A primeira está relacionada à participação de um dos elementos da interação em um evento único; a segunda, à participação em diversas ocasiões.

⁵¹² Termo utilizado por Maingueneau, fazendo uso da distinção entre a *leitura seletiva* da *integral*. Cf. *Ibidem*.

⁵¹³ Como dissemos em 5.4.1., esses sinais demarcatórios são os números ordinais que delimitam os parágrafos na PI e funcionam como organizadores textuais nesse gênero.

⁵¹⁴ O processo declarativo pode ser, de acordo com o CPC, arts. 461º e 462º, *ordinário*, *sumário* e *sumaríssimo*. Emprega-se o termo *ordinário* se o valor da causa exceder a alçada do Tribunal da Relação, ou seja, se o valor da ação for superior a 14.963,94 Euros. Para valores inferiores ou iguais e este, ter-se-ia um processo *sumário*. O termo *sumaríssimo* é usado se o valor da ação não exceder os 3740,98 Euros e a ação tiver como objeto o cumprimento de uma obrigação pecuniária, ou uma indenização por dano calculada em quantia certa, ou ainda, a entrega de uma coisa móvel.

⁵¹⁵ A questão da inépcia da PI é regulada pelo artigo 193º, nº 2, do CPC, conforme mencionamos.

■ Lugar

No caso da petição inicial, podemos afirmar que há uma espécie de *lugar empírico* de produção (o escritório de advocacia, por exemplo), onde a petição inicial é redigida, após algumas entrevistas do advogado com o seu cliente. Há, também, um *lugar (espaço) de circulação* desta petição, que será o foro competente. A petição inicial, depois de pronta, é entregue ao tribunal competente. Este tem uma seção central que procede à distribuição dos processos. Findo isto, teremos noção do juízo que o julgará. Esse *espaço de circulação altamente institucionalizado* cria *coerções* relevantes ao nível da produção textual que se manifestarão ao nível da engrenagem organizacional, estilística e enunciativa utilizada, como veremos em 6.3.3..

■ Instâncias Interlocutivas

Essas instâncias, no gênero em questão, diferentemente do *outdoor* partidário, parece-nos bem menos complexas. Sendo um gênero mais instituído e, conseqüentemente, mais ritualizado que o *outdoor*, o papel dos participantes da interlocução é pré-definido e não sofre grandes alterações quando realmente se processa a produção textual.

A nosso ver, haveria uma única instância de produção. Esta será representada pelo advogado (normalmente escolhido dentre vários que compõem um escritório de advocacia) que é o *agente produtor* e também o responsável pela assinatura da petição inicial. Esse profissional transcreverá o pedido do seu cliente de forma a adequá-lo aos preceitos jurídicos e será o representante legal do autor da ação, durante todo o processo.

Lembremos que toda produção, como já mencionamos, implica uma *representação* do público a que se destina. No caso do gênero em questão, poderíamos imaginar a existência de dois pólos: *o público genérico e o leitor evocado*. No primeiro caso, seria importante definir o que Bakhtin (1984) define como *sobredestinatário*⁵¹⁶:

⁵¹⁶ Tradução do termo “sur-destinataire”. Maria Ermantina Galvão G. Pereira, na tradução para o português de *Esthétique de la création verbale*, utiliza o termo *superdestinatário* – cf. Bakhtin (1997²: 356). No entanto, pensamos que esta tradução não se mostra adequada, uma vez que o prefixo “super” poderia vir a transmitir,

L’auteur d’un énoncé, de façon plus ou moins consciente, présuppose un sur-destinataire supérieur (le troisième) dont la compréhension responsive absolument exacte est présupposée soit dans un lointain métaphysique, soit dans un temps historique éloigné. [...] Aux époques variées, à la faveur d’une perception du monde variée, ce sur-destinataire [...] prend une identité idéologique concrète variable (Dieu, la vérité absolue, le jugement de la conscience humaine impartiale, le peuple, le jugement de l’histoire, la science, etc.).

(BAKHTIN, 1984: 336-337)

Assim, acreditamos que um advogado, ao redigir uma petição inicial, tenha em mente que está a escrevê-la para a *justiça* – que funciona como um *sobredestinatário* ou um *público genérico*. Essa instância abstrata é representada por juristas para os quais esta peça é inteligível e compreensível. Com isso, o advogado faz uso de terminologias jurídicas específicas, leis e até citações (inclusive em latim). De onde advém, muitas vezes, a dificuldade, para a grande maioria das pessoas, de compreender uma inicial.

No caso específico desta inicial, o *leitor realmente evocado* – a quem o documento se dirige explicitamente – seria um juiz de direito, responsável legal pela leitura desta ação e que deferirá ou não o pedido. Esse juiz seria o representante legal desse *sobredestinatário*, com legitimidade de interpretar a inicial. Contudo, esse leitor não é diretamente reconhecível na petição, uma vez que não é identificável. A PI é endereçada a um dos Juízos de uma determinada Comarca. A definição do juiz se dará quando da distribuição da PI no Tribunal responsável.

■ Finalidade

A PI tem como objetivo fazer com que um juiz defira o pedido que nela se insere. Acreditamos ser essa finalidade bem *característica* em qualquer PI. E dada a própria engrenagem organizacional e estilística do texto, como poderemos constatar em **6.3.3.1.** e **6.3.3.2.**, a *finalidade exterior* do gênero PI é mais *demonstrativa* do que *persuasiva*. Tal afirmativa decorre do uso, por exemplo, de sinais demarcatórios, de vários organizadores

ao vocábulo “destinatário”, um sentido pejorativo. Por isso, optamos por traduzir o termo “sur-destinataire” por “sobredestinatário”, enfatizando a superioridade institucional deste último.

textuais que demarcam textos que seguem mais preceitos lógicos e, por conseguinte, são mais demonstrativos. Neste gênero mais instituído, todas as informações devem ser bem claras, de forma a evitar possíveis contestações da parte oponente.

Em relação à *finalidade interna*, ela variará em função do texto em análise. No anexo 2, o texto peticiona a um juiz no intuito deste obrigar legalmente o Réu a rescindir o contrato de aluguel e pagar as dívidas restantes.

■ Suporte material

A PI circula dentro de um processo (espaço material), como mencionamos. Seguindo uma tradição, é datilografada em folhas de papel em um único lado. Atualmente, em muitos lugares, é digitalizada e arquivada em suporte de papel e em formato eletrônico. A apresentação material é de boa qualidade, com pouca variação tipográfica, respeitando um teor mais clássico.

6.3.3. Engrenagens textuais do estudo de caso 2 – Petição inicial

Nesta parte, em 6.3.3.1., mostraremos as engrenagens organizacionais da petição inicial que constitui o nosso estudo de caso (anexo 2). Já, em 6.3.3.2., apresentaremos as engrenagens estilísticas que constituem os mecanismos de argumentação prototípicos do exemplar em análise. Por fim, em 6.3.3.3., levantaremos as engrenagens enunciativas ampliadas do texto que analisamos como estudo de caso.

6.3.3.1. Engrenagem organizacional (EO)

Nesse item, faremos uma breve digressão sobre a noção de *arrazoado dedutivo e heurístico*, retomada por Carel (2005), a partir do estudo de Peirce (1974), de forma a ter subsídios para analisar as UTs explícitas e implícitas, presentes na PI. Em seguida, pontuaremos e descreveremos, pela TBS, as UMTs que funcionam como a PG de relações

argumentativas, no exemplar de texto em análise. Tendo definido as UMTs que constituem o *fecho* do texto, delimitaremos as UTs explícitas que constituem a *introdução* e o *desenvolvimento* do texto em análise, bem como a UTp. Essas UTs serão identificadas através de critérios externos vários, de ordem situacional, metatextual e ainda, critérios aspectuais ou sequenciais. Tendo identificado as diversas UTs, mostraremos algumas *articulações* que podem ser observadas entre elas e salientaremos que a *dispositio* da PI segue uma organização textual baseada em preceitos clássicos.

Funções da partícula “portanto” nos diversos arrazoados

Ao analisarmos algumas PIs, observamos que uma das características estáveis do gênero seria o fato de apresentar uma série de ‘argumentos’⁵¹⁷, sustentando uma ‘conclusão’ ou um pedido (que é o verdadeiro objetivo da PI). Todavia, estes argumentos poderiam ser traduzidos pelo mesmo aspecto⁵¹⁸? Qual seria o tipo de relação estabelecida entre esses argumentos e essa conclusão? Lembremos que, quando analisamos a EO do *outdoor* partidário, vimos a presença de vários discursos normativos, cujos segmentos eram interligados pela partícula *portanto* e esta era considerada apenas um conector⁵¹⁹. Contudo, será que a partícula *portanto* nas PIs teria o mesmo estatuto? Para tentar responder a essas perguntas, passaremos, agora, a observar as diversas funções da partícula *portanto* nos vários arrazoados em que podem estar presentes.

⁵¹⁷ Colocamos o termo *argumentos* entre aspas simples para demonstrar que a utilização desses termos é, atualmente, controversa dentro da ADL, como já foi comentado. Ducrot (2004) ainda fala de *argumento* e *conclusão*. Carel (1994) pensa que não existe separação entre o argumento e a conclusão, sendo que os dois formam um único bloco semântico. Nós consideraremos, nesse gênero, a nomenclatura utilizada por Ducrot (que continua a considerar separadamente o *argumento* e a *conclusão*), todavia o *argumento* e a *conclusão* correspondem a um bloco semântico. Outras divergências teóricas entre Ducrot e Carel foram pontuadas em 2.4.1.2..

⁵¹⁸ Este, vale lembrar, corresponde a encadeamentos argumentativos que podem ser parafraseados por PT e CT. A noção de *aspecto*, dentro da TBS atual, assemelha-se ao que Anscombe & Ducrot denominavam *topos* ou *topoi*.

⁵¹⁹ Vimos em 2.4.2.1. que os conectores para Carel seriam uma espécie de lista aberta, contendo termos que pudessem ser parafraseados por “donc” (DC), para nós “portanto” (PT) – como “parce que”, “car”, “alors si”, “donc” – e por “pourtant” (PT), para nós “contudo” (CT) – como “même si”, “malgré”, “bien que”, “contudo”. Dessa forma, a partícula “donc”, traduzida por “portanto” em português, é reconhecidamente um conector para Carel. Vale salientar que a descrição feita, por Carel, foi para o conector “donc”, em francês. Nós a transpusemos para o português, para o estudo do “portanto”.

(1) Função apenas de conector

A partícula *portanto* funciona apenas como conector quando aparece em arrazoados que traduzem a noção de Peirce de *dedução*⁵²⁰ (esse arrazoado corresponderia à passagem de uma causa a um efeito), propiciando uma *leitura exclusivamente* do tipo *causal*⁵²¹. Essa leitura respeitaria a passagem de uma ou várias premissas (representada por *p*) a uma ou várias teses (representada por *q*) a partir de uma lei de passagem, que seria, por exemplo, um *topos*, na acepção de Ducrot (1983). Teríamos assim:

p (conteúdo argumentativo⁵²²)

p => (símbolo de implicação) *q*⁵²³ (lei causal)

q (conteúdo deduzido)

Entretanto, pela nova versão da ANL, a TBS, a argumentação não é justificativa e por conseguinte não existe uma *lei de passagem* entre o argumento e a conclusão, já que a última se encontra no conteúdo semântico do próprio argumento.

Realizadas essas observações, passaremos a mostrar como a TBS descreve esse tipo de arrazoado. A propósito, vejamos o exemplo⁵²⁴:

(1) a. Faz bom tempo e portanto Maria saiu.

⁵²⁰ Peirce se interessou nas diversas maneiras de se chegar a uma conclusão a partir de duas premissas. Para o autor existiam três modos de inferência: a *dedução* – aplicação de regras gerais a um caso específico –, a *indução* – aplicação de um caso específico a regras gerais – e a *hipótese* (por vezes denominada *abdução*) – que corresponde a um *arrazoado* de um efeito à sua causa –. Nesse último caso, o autor menciona que na *hipótese* encontra-se algo de *curioso* – cf. Peirce (1974) *apud* Carel (2004b). E essa característica será ressaltada por Carel que relaciona tal estranheza com a presença, na descrição da *hipótese* ou da *abdução*, de *discursos transgressivos* – cf. Carel (2004b: 93). Berrendonner, por sua vez, menciona dois tipos de modelo para o estudo das inferências: o *dedutivo* e o *ascendente* ou *redutivo* (a partir de Borel, 1983) – cf. Berrendonner (1989: 107). Este último corresponderia, para nós, ao *abdução*. Nós preferiremos a nomenclatura adotada pela TBS, por nortear o nosso estudo sobre a argumentação, mas não deixaremos de fazer menção também ao trabalho de Berrendonner.

⁵²¹ Termo utilizado por Carel para caracterizar o tipo de *leitura* interpretativa nesse caso. Cf. Carel (2004b: 100).

⁵²² Este corresponde ao estudo dos conteúdos lingüísticos dentro do arrazoado: podendo ter um estatuto de argumento, no caso do *arrazoado dedutivo* ou de efeito, no caso do *abdução*.

⁵²³ Marcaremos por um traço tanto a aplicação do arrazoado dedutivo, quanto a do arrazoado abdução.

O encadeamento acima poderia ser, numa hipótese interpretativa, ser lido da seguinte forma: [A saída da Maria foi propiciada pelo bom tempo] e seria traduzível por um aspecto do tipo: bom tempo PT saída, que marcaria uma *relação dedutiva* de causa e efeito. Esse tipo de arrazoadado foi aquele observado quando da descrição das diversas UTs nos *outdoors* partidários.

(2) Função de conector e introdutor de recusa.

Enquanto conector e/ou introdutor de recusa, a conjunção *portanto* pode aparecer em arrazoados classificados por Peirce de *abduativos*, que poderiam ser descritos por:

q (conteúdo do efeito)

$p \Rightarrow q$ (lei causal)

p (conteúdo abduzido)

Neste caso, a ligação de implicação se faz de forma inversa: o antecedente é obtido a partir do conseqüente, através de uma espécie de *lei de passagem*. Para nós, esta questão não seria considerada, uma vez que trabalhamos com o sentido da argumentação proposto pela TBS, que descartaria a existência de uma clivagem entre argumento e conclusão.

Carel, por sua vez, a partir da TBS, denomina esse tipo de arrazoadado *heurístico*. Sendo que, para Carel, poderiam existir, neste tipo de arrazoadado, dois⁵²⁵ de grande relevância para o estudo do conector *portanto*, os *heurísticos causais* e os *heurísticos relativos* – cf. Carel (2004b: 106). Vejamos exemplos dos dois casos e como a TBS os descreveria.

(2) a. Heurísticos causais

Neste caso, vejamos o seguinte

⁵²⁴ Os exemplos, em português, foram adaptados a partir dos apresentados por Carel, em seus estudos sobre a abdução. Cf. Carel (2004b).

(2) a. Faz bom tempo, portanto Maria deve⁵²⁶ ter saído.

Sendo que, a partir desses enunciados, poderiam ser extraídos dois segmentos⁵²⁷ que, combinados, traduziriam um aspecto. O primeiro segmento, representado por “X”, seria [bom tempo]. O segundo segmento, o “Y”, corresponderia à [saída da Maria].

Nesse caso, a ambigüidade da própria conjunção *portanto*, ocasionaria duas hipóteses interpretativas ou dois tipos de leitura possíveis. Uma *leitura* do tipo *causal* (como observamos em (1) a. [A saída da Maria foi propiciada pelo bom tempo], em que “Y” equivalente à [saída da Maria] corresponderia a uma consequência de “X”, relativo a [bom tempo].

E haveria uma outra *leitura*, dessa vez, *relativa*, em que Y = “saída da Maria” pudesse ser uma espécie de explicação de X = “bom tempo”. No entanto, no exemplo mencionado, a *leitura causal* predominaria. O próprio contexto (que se refere, na TBS, ao enunciado ou ao conjunto de enunciados) selecionaria qual o tipo de interpretação mais adequado que o leitor deveria fazer.

Devido a essa ambigüidade de leitura presente nesse *heurístico causal*, o enunciado acima poderá ser transcrito pela TBS através de dois aspectos: um *normativo* (ao qual o locutor adere) e outro *transgressivo* (recusado pelo locutor). Assim, teríamos como aspectos⁵²⁸:

bom tempo PT saída

locutor recusa bom tempo CT NEG saída

⁵²⁵ Essa distinção (existência de dois tipos de arrazoados heurísticos) efetuada por Carel (2004b) foi de extrema valia para a análise do nosso texto, por isso resolvemos apresentar, previamente, o estudo da autora sobre essa questão.

⁵²⁶ Acreditamos que o valor modal epistêmico do “dever” é de extrema relevância para a depreensão dessa *leitura causal*, no exemplo colocado.

⁵²⁷ Conforme colocado em 6.2.3.1., o segmento, na TBS, é uma das partes de um aspecto ou de um discurso. No aspecto/ ou discurso X PT Y, haveria dois segmentos: o “X” (1º segmento) e o “Y” (2º segmento).

⁵²⁸ Como mencionamos em 2.4.1.2., os aspectos podem ser, dentro da TBS, *conversos*, *recíprocos* e *transversos*. No caso do heurístico causal, os dois aspectos são *conversos* um do outro. Eles são traduzíveis por conectores diferentes: o primeiro por PT e o segundo por CT. Ainda, o primeiro segmento do 1º aspecto é idêntico ao segundo. O segundo segmento do 1º aspecto é diferente daquele do 2º aspecto: um está na forma afirmativa, o outro, na negativa.

No caso apontado, a conjunção *portanto* ora funcionaria como *conector* no primeiro aspecto ora como *introdutor de recusa* no segundo aspecto.

(2) b. Heurístico relativo

Vejamos um outro exemplo:

(2) b. Maria saiu, portanto deve estar bom tempo

No exemplo (2) b. apontado, o “X” corresponderia à [saída de Maria] e o “Y” a [bom tempo]. Nesse segundo caso, denominado, por Carel, *heurístico relativo*, podemos considerar uma ambigüidade da conjunção *portanto*, o que acarretaria também duas leituras possíveis: uma *leitura* do tipo *causal*, em que Y = “bom tempo” seria uma espécie de consequência de X = “saída de Maria”. Leitura pouquíssimo provável dentro do contexto em que X e Y se inserem. E ainda haveria uma *leitura relativa* em que Y= “bom tempo” se apresentaria como uma espécie de explicação para X = “saída da Maria”. Interpretação que seria a mais adequada no contexto em que X e Y estão inseridos.

Talvez por causa da ambigüidade de leitura presente nesse *heurístico relativo*, o enunciado (2) b. mencionado poderá ser transcrito pela TBS através de dois aspectos: um *normativo* (ao qual o locutor adere) e um outro *transgressivo* (recusado pelo locutor). Assim, o locutor de uma *leitura relativa* de: “Maria saiu, portanto deve estar bom tempo”, teria dois posicionamentos diferentes⁵²⁹:

Ou acataria bom tempo PT saída

Ou recusaria NEG bom tempo CT saída

⁵²⁹ No caso do heurístico relativo, os dois aspectos, o acatado e o outro recusado, estão numa relação de *transposição*. Os dois aspectos são traduzíveis por conectores diferentes. Ainda, a 2ª parte do 1º aspecto é igual à do 2º aspecto. A primeira parte do 1º aspecto é contrária à do 2º aspecto.

Dessa forma, o *heurístico causal* difere do *heurístico relativo* não em relação ao aspecto normativo pelo qual o locutor verdadeiramente opta, mas pelo tipo de aspecto transgressivo neles observado, como afirma Carel (2004b: 106).

De forma sumária, teríamos, a partir dos exemplos dados, um quadro recapitulativo em que apresentamos, as funções da partícula “portanto”, enquanto *conector* ou *introdutor de recusa*; os tipos de arrazoadado e de aspecto a eles associados.

(1) a. Faz bom tempo e portanto Maria saiu.

(2) a. Faz bom tempo, portanto Maria deve ter saído.

(3) b. Maria saiu, portanto deve estar bom tempo.

Exemplos	Função de <i>portanto</i>	Tipos de arrazoadado	Tipos de aspecto	Descrição dos aspectos
1	Só conector	arrazoadado dedutivo	aspecto normativo	<u>bom tempo PT saída</u>
2 a	conector ou introdutor de recusa	arrazoadado heurístico causal	aspecto normativo	o locutor acata <u>bom tempo PT saída</u>
			aspecto transgressivo	o locutor recusa <u>bom tempo CT NEG saída</u>
2 b		arrazoadado heurístico relativo	aspecto normativo	o locutor acata <u>bom tempo PT saída</u>
			aspecto transgressivo	o locutor recusa <u>NEG bom tempo CT saída</u>

Pode causar certa surpresa o fato de nos preocuparmos apenas agora com a análise dessas duas funções de *portanto*, todavia o problema só se colocou quando começamos a analisar as petições iniciais. Foi a partir da análise de alguns textos é que percebemos que nas PIs

não teríamos *arrazoados dedutivos*, como os observados nos *outdoors* partidários, mas *arrazoados heurísticos* e mais especificamente do tipo *relativo*, como veremos.

Os vários artigos presentes, na PI, não são suficientes, individualmente, para sustentar um pedido de ordem legal. Na verdade, os discursos⁵³⁰, como veremos nas análises, inferidos a partir dos artigos, representam um *efeito* que sustenta o *pedido*.

Com isso, verificamos que a partícula *portanto* apresenta diversas funções de acordo com o gênero em análise. Ora pode ter a função de *conector* (como vimos no caso dos *outdoors* partidários); ora de conector ou de *introdutor de uma recusa*⁵³¹ no caso das PIs. E é esta *diferença de funcionalidade* que propiciará hipóteses diferenciadas de interpretação e de descrição dos enunciados em que a partícula *portanto* estiver presente, de forma explícita ou implícita.

Fizemos uma digressão em relação ao *arrazoado heurístico* porque acreditamos que seria de extrema valia para a descrição dos mecanismos argumentativos no gênero em questão. No entanto, antes de desvendá-los, devemos identificar a *plataforma geradora* (PG) de todas as relações argumentativas do gênero em estudo. E, para atingir tal intuito, teremos de fazer uma recapitulação dos *componentes metatextuais* da PI, uma vez que são de grande relevância para se perceber a localização da PG neste gênero.

Coerções metatextuais e EO

Como já mencionamos, quando apresentamos os componentes externos do gênero “petição inicial”, o CPC, em seu art. 467º, regula os diversos requisitos de uma PI e, dentre eles, a importância do item d. é ressaltada. O documento *deve formular o pedido*. A não-inteligibilidade desse quesito pode causar a inépcia do documento, como vimos em **6.3.2.**

⁵³⁰ O termo “discurso” é empregado aqui na acepção da TBS. Corresponde a encadeamentos argumentativos em PT e em CT.

⁵³¹ Além do trabalho atual de Carel (2004b), reatualizando a questão do *arrazoado abduutivo*, é de se ressaltar o interesse atual das ciências sociais nesse tipo de arrazoado. Inclusive, o volume 153 – 1/4, da revista *Semiótica* (2005) é totalmente dedicado à questão.

Identificação da PG a partir de coerções metatextuais e estilísticas

A partir dos *aspectos metatextuais* que mencionamos, sobretudo no que tange às possibilidades de inépcia da PI, podemos perceber a importância de três artigos: do 17º, do 18º e do 19º, do texto empírico que analisamos. E de acordo com aspectos externos relativos ao gênero, nomeadamente os *critérios metatextuais*, consideraremos as UTs presentes nesses artigos, UMTs que funcionam como *plataforma geradora das relações argumentativas* depreendidas no documento em análise.

Todavia, não seriam apenas as *coerções metatextuais* as responsáveis pela identificação das plataformas geradoras do texto em questão. Podemos pensar que existem *critérios estilísticos*, no gênero em análise, que também podem contribuir para influenciar a identificação das PGs. Por exemplo, é exatamente nos arts. 17º, 18º e 19º que aparece a maioria dos organizadores textuais⁵³² presentes no texto. São eles: “pelo acima exposto” (art. 17º); “os fatos supra referidos” (art. 18º), “por isso” (art. 19º).

Existem duas outras UMTs, identificadas, principalmente, por *critérios estilísticos*: os dois artigos não numerados que seguem o art. 19º; o primeiro iniciado por “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO [...]**” e o segundo por “Para tanto [...]”.

Importância da PG no universo textual

Procuraremos, nesse item, individualizar as várias UMTs que constituem a PG do texto em análise, mostrando a sua relevância no universo textual.

A UMT₁, que corresponde ao art. 17º, é introduzida pelo organizador textual – “Pelo acima exposto”. Esse organizador apresenta um valor anafórico em relação aos artigos anteriores (do 5º ao 16º) e introduz uma espécie de síntese da causa do pedir apresentada nos artigos precedentes. O organizador, evidentemente, tem um valor de retoma, mas também demarca

⁵³² Esses organizadores textuais serão trabalhados quando pontuarmos a engrenagem estilística do texto em análise.

uma seleção, por parte do Locutor, do conteúdo dos trechos da PI relativos à exposição dos fatos – item d. do art. 467º.

A UMT₂, relativa ao art. 18º, tem sua relevância ressaltada, uma vez que relaciona a causa do pedir ao preceito legal, ou seja, menciona a razão do direito – continuação do item d. do art. 467º.

Na UMT₃, referente ao art. 19º, observamos que o pedido é explicitamente feito “o R. [deve] ser condenado a despejar imediatamente o locado e entregá-lo livre e devoluto e ainda a pagar as rendas vincendas até integral desocupação”. Esse artigo corresponderia ao item e. do art. 467º.

Em relação ao primeiro artigo não-numerado – UMT₄ – introduzido por “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DO DIREITO**”, vemos que o organizador textual, em caixa alta, com valor anafórico, característico desse gênero, retoma todo o conteúdo apresentado anteriormente pela petição.

Ademais, há outro artigo não numerado – UMT₅ – iniciado por “Para tanto”, também outro organizador textual, que parece estar ligado diretamente ao artigo anterior.

Tais artigos, mencionados acima, formarão a *conclusão* do texto em questão. É a partir dele que é originada, a nosso ver, a plataforma geradora de UTs/UTIs, sendo que dentro desta PG haverá UMTs com graus variáveis de importância, que passaremos a descrever.

Plataforma geradora e as UMTs da PI

Tentaremos mostrar como as UMTs pontuadas constituem a Plataforma Geradora das relações argumentativas do exemplar do gênero em análise:

A UMT₁ (unidade macro-textual 1) corresponderia a todo o art. 17º e poderia ser traduzível por aspectos que caracterizam um *arrazoado abduativo do tipo heurístico relativo*, para

Carel, ou de *inferência redutiva*, para Berrendonner. Nessa inferência, uma espécie de ingrediente funcionaria como um *sintoma* para determinada conclusão. Para essa inferência *a parte typica* é definida claramente por Berrendonner:

Une opération d'inférence très générale exploitant les types pour *conclure de l'un de leurs ingrédients à la totalité de leurs ingrédients*. Les prémisses en sont: d'une part, l'information qu'une représentation P est valide (= vrai de quelque chose) dans un univers donné; d'autre part, la connaissance d'un type cognitif T[i] dont P est un ingrédient (attribut, phase ou fonction). On infère alors, en quelque sorte par extension ou par extrapolation, que tous les autres ingrédients du type sont eux-aussi valides dans le même univers. En un mot, P joue le rôle de **symptôme**, c'est-à-dire de partie indiquant le tout qui la contient, et amenant à y conclure.

(BERRENDONNER, 1989 : 112-113) – destaque nosso.

A partir da TBS, esse tipo de arrazoadado poderia ser transcrito através de dois aspectos:

NEG residência PT NEG vida social

Locutor recusa residência CT NEG vida social

Esses aspectos poderiam ser parafraseados por dois discursos: um normativo (ao qual o Locutor adere) e outro transgressivo (que não é aceito pelo Locutor). Abaixo temos os dois pontos de vista dos enunciadores E₁ e E₂, que correspondem a dois encadeamentos argumentativos: a UTI₁ e a UTI₁':

UTI₁ - E₁ - [O R.⁵³³ não reside no local no local PT ele não tem vida social]

UTI₁' - E₂ - [O R. reside no local CT ele não tem vida social]. Sendo que esse ponto de vista é recusado pelo Locutor.

Esses encadeamentos corresponderão às unidades textuais implícitas 1 e 1'.

Uma outra UMT, que denominamos UMT₂, estaria localizada no art. 18º. Essa UMT poderia, a nosso ver, ser divisível em duas partes: uma UMT_{2x} e uma UMT_{2y}. Essa clivagem é perceptível pela utilização do verbo “constituir”, no gerúndio.

⁵³³ Abreviatura de *Réu*, utilizada nos documentos jurídicos.

A UMT_{2x} corresponderia ao enunciado “Os factos supra referidos [...] residência permanente”, que pode ser traduzível, a partir de um *arrazoado heurístico relativo*, da mesma forma que a UMT_1 , por dois aspectos:

NEG residência PT NEG vida social

Locutor recusa residência CT NEG vida social

Estes aspectos, que poderiam ser parafraseados por encadeamentos normativos ou transgressivos (UTI_{2x} e UTI_{2x}'), seriam assumidos pelos enunciadores E_3 e E_4 , conforme vemos a seguir:

$UTI_{2x} - E_3 - E_1 - [O \text{ Réu não reside no local no local PT ele não tem vida social}]$

$UTI_{2x}' - E_4 - E_2 - [O \text{ Réu reside no local CT ele não tem vida social}]$. Sendo que esse ponto de vista é recusado pelo Locutor.

E haveria uma UMT_{2y} que englobaria a segunda parte da UMT_2 : “constituindo fundamento da resolução do contrato (artigo i) do nº 1 do artigo do RAU”. Essa UMT_{2y} seria traduzida por um outro aspecto, no caso normativo:

NEG residência permanente PT rescisão do contrato

Esse aspecto poderia ser parafraseado por um discurso normativo, correspondente à UTI_{2y} , de responsabilidade de um enunciador E_5 .

$UTI_{2y} - E_5 - [O \text{ R. não tem residência permanente PT o contrato deve ser rescindido}]$

Teríamos uma outra UMT, que denominamos UMT_3 , que estaria localizada no art.19º. Essa UMT poderia, a nosso ver, ser divisível em duas partes: uma UMT_{3x} e uma UMT_{3y} . A clivagem entre elas é demarcada pelos OTs “e” acompanhado de “em consequência”.

A UMT_{3x} corresponderia ao enunciado “Por isso, os A.A. pretendem que seja declarado [...] em causa”, que poderia vir a ser traduzido, a partir de um arrazoadado dedutivo, por um único aspecto:

NEG residência PT pedido de rescisão do contrato

Esse aspecto poderia ser parafraseado por um único discurso normativo UTI_{3x}, que seria assumido pelo enunciador E₆. Senão vejamos:

UTI_{3x} – E₆ – [O R. não reside no local no local PT o contrato deve ser rescindido]

E poderíamos pensar numa UMT_{3y} que englobaria a segunda parte da UMT₃: “e, em consequência o R. ser condenado [...] integral desocupação”. Essa UMT_{3y} seria parafraseada por um outro aspecto, no caso normativo:

pedido de rescisão do contrato PT despejo e pagamento de dívidas

Esse aspecto corresponderia a um *discurso normativo*, de responsabilidade de um enunciador E₇.

UTI_{3y} – E₇ – [o pedido de rescisão de contrato deve ser aceito PT o R. deve ser despejado com pagamento de dívidas]

Podemos pensar na existência de uma outra UMT, que denominamos UMT₄. Esta estaria localizada no artigo sem numeração, introduzido por “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO**”. Essa UMT poderia, a nosso ver, ser divisível em duas partes: Uma UMT_{4x} e uma UMT_{4y}.

A UMT_{4x} corresponderia ao enunciado “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DO DIREITO**”, que poderia ser traduzido, a partir de um *arrazoadado* também *dedutivo*, por um único aspecto:

NEG residência PT rescisão legal do contrato

Esse aspecto poderia ser parafraseado por um único discurso normativo UTI_{4x} , que seria assumido pelo enunciador E_8 , como observamos abaixo:

$UTI_{4x} - E_8$ - [O R. não reside no local no local PT o contrato deve ser legalmente rescindido]

Teríamos uma UMT_{4y} que englobaria a segunda parte da UMT_4 : “deve a presente acção ser julgada procedente por provada e o R. condenado [...]”. Essa UMT_{4y} seria parafraseada por um outro aspecto, no caso normativo:

resolução do contrato PT despejo, pagamento de dívidas e de encargos processuais

Esse aspecto corresponderia a um *discurso normativo*, de responsabilidade de um enunciador E_9 .

$UTI_{4y} - E_9$ - [a rescisão de contrato deve ser feita PT o R. deve ser despejado com pagamento de dívidas e de encargos processuais]

Existiria uma outra UMT, que seria a quinta, iniciada por “Para tanto [...] até final”. Essa UMT poderia ser subdividida em duas partes: a UMT_{5x} corresponderia ao segundo segmento da UMT_4 – a UMT_{4y} – e poderia também ser traduzida pelo seguinte encadeamento argumentativo:

resolução do contrato PT despejo, pagamento de dívidas e de encargos processuais

Sendo que esse encadeamento pode ser transcrito pelo *discurso normativo* de responsabilidade de um enunciador que coincide com o da UMT_{4y} :

$UTI_{5x} - E_{10}$ - [a rescisão de contrato deve ser feita PT o R. deve ser despejado com pagamento de dívidas e de encargos processuais]

Já a UMT_{5y} poderia ser representada pelo *discurso normativo* de responsabilidade de um outro enunciador:

UTI_{5y} – E₁₁ – [o Réu deve ser citado PT o R. pode contestar no prazo legal]

Algumas considerações sobre as UMTs

A UMT₁, que corresponde ao art. 17º, está diretamente relacionada a artigos anteriores (do 5º ao 16º). Ressaltemos que os aspectos normativo e transgressivo observados no art. 17º são os mesmos observados do art. 5º ao 16º, como veremos mais adiante quando fizermos a descrição do *desenvolvimento* da PI. Então, qual seria a diferença que existiria entre todos esses artigos?

Evidentemente, os artigos do 5º ao 16º só podem ser traduzidos por um *arrazoado heurístico relativo*, após a leitura do art. 17º. É este último que nos *dá instruções* para que percebamos cada um desses artigos como um *sinai* possível ou um *sintoma* – cf. Berrendonner (1989: 114) – para se considerar que o R. não reside no local e, com isso, não tem vida social. *Destacamos assim que é o universo textual que nos fornece pistas para interpretarmos as diversas unidades textuais presentes no gênero em análise.*

Se nós analisássemos os artigos do 5º ao 16º, excluindo o art. 17º, teríamos diferentes encadeamentos argumentativos e, com isso, argumentações externas à direita, distintas do tipo:

[O R. não pernoita mais no local PT ele não tem mais vida social] – art. 5º

[O R. não estende mais roupa no local PT ele não tem mais vida social] – art. 6º

[O R. não deposita mais lixo no contentor PT ele não tem mais vida social] – art. 7º

[O R. não recebe mais visitas no local PT ele não tem mais vida social] – art. 8º

[O R. não tem mais nenhuma atividade comercial na zona PT ele não tem mais vida social]
– art. 9º

E poderíamos continuar até o art. 16º. Claramente, os artigos do 5º ao 16º podem ser traduzidos por um *arrazoado heurístico relativo*, só após a leitura do art. 17º.

Quanto ao art. 18º, percebemos que ele está diretamente relacionado ao art. 17º e ao 19º. Pelo que expusemos, a primeira parte do art. 18º retoma o *arrazoado heurístico* observado no 17º. A segunda parte do 18º, de certa forma, antecipa o aspecto presente na primeira parte do art. 19º. Assim, a UTI_{2x} é igual à UTI_{1x} e a UTI_{2y} praticamente igual à UTI_{3x} .

Observamos que há um *entrelaçamento semântico* bem marcado entre as UMTs do texto em questão.

Existe, com isso, uma espécie de *função de associação* entre as várias UMTs. Não podemos deixar de salientar que é a falta de vida social no local que servirá como embasamento factual para sustentar a rescisão do contrato.

Contudo, vale ressaltar que essa relação só é compreensível quando o texto é *percebido num todo e dentro de uma perspectiva de gênero*. Trata-se de uma PI e a ‘causa do pedir’ (reforçado no art. 17º) deve sempre estar sustentada por um dispositivo legal (suscitado no art. 18º). Além disso, a pena para o R. pela rescisão do contrato é apresentada no art. 19º. Já no primeiro artigo não-numerado, são apontadas outras despesas, além das anteriores mencionadas, para a rescisão do contrato. O segundo artigo não-numerado apresenta o direito do R. de contestar no prazo legal, caso se sinta injustiçado.

De forma sumária poderíamos dizer que temos:

- UMT₁ (artigo 17º) – UTI_{1x} e UTI_{1x}' / E₁ e E₂
- UMT₂ (artigo 18º) – UMT_{2x} (UTI_{2x} ; UTI_{2x}') e UMT_{2y} (UTI_{2y})/ E₃; E₄ e E₅
- UMT₃ (artigo 19º) – UMT_{3x}(UTI_{3x}) e UMT_{3y} (UTI_{3y}) / E₆ e E₇
- UMT₄ (1º artigo não-numerado) – UMT_{4x} (UTI_{4x}) e UMT_{4y} (UTI_{4y})/ E₈ e E₉
- UMT₅ (2º artigo não-numerado) – UMT_{5x} (UTI_{5x}) e UMT_{5y} (UTI_{5y})/E₁₀ e E₁₁

Tendo pontuado as diversas UMTs, é importante, também, observar certo grau de hierarquização entre elas, fato que passaremos a descrever.

Grau de hierarquização entre as UMTs

No texto em análise, notamos uma espécie de hierarquização entre as UMTs (a UMT mais importante está quase no final da PI, correspondendo ao primeiro artigo não-numerado, iniciado por “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO**”). Esse tipo de hierarquização pode vir a ser determinado, por vários fatores.

Primeiramente, por um componente externo do gênero PI: a finalidade. Toda PI visa a fazer legalmente um pedido. O que se observa no texto analisado é que a tese do documento *só é realmente mostrada no primeiro artigo sem numeração*.

Há que reconhecer o papel dos próprios organizadores textuais: no caso os *sinais demarcatórios* e um organizador específico deste gênero “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO**”. Os primeiros têm um estatuto de *organizadores textuais*, estruturando o texto e possibilitando uma leitura ‘organizada’ do mesmo. Até o artigo 16º, os fatos são relatados de forma exaustiva. Sabe-se que esta é uma característica do gênero. A petição inicial tem que ser construída de forma a não dar possibilidade ao advogado da outra parte entrar com uma contestação. Já os arts. 17º, 18º e 19º são os últimos que são numerados no documento e dão um estatuto jurídico aos fatos relatados, atribuindo-lhes um sentido verdadeiramente jurídico. É exatamente nesses parágrafos que: o advogado realmente diz que o Réu não reside mais lá (art. 17º), a partir dos fatos por ele relatados (artigos do 5º ao 16º); o advogado sustenta o pedido através de um dispositivo legal (art. 18º) e faz realmente a solicitação (art. 19º) – objetivo da PI. Já o segundo introduz o primeiro parágrafo não-numerado, que sucede, o art. 19º. Este é iniciado por um OT que é ressaltado por uma tipografia diferenciada – “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DO DIREITO**” – em negrito e em maiúscula. Esse OT introduz o que *corresponderá à tese ou à conclusão do texto*.

Salientemos que os *sinais demarcatórios*, bem como a tipografia diferenciada do OT que apontamos, facilitam o trajeto de leitura do próprio juiz a quem a PI é endereçada. O representante da justiça poderá selecionar os aspectos que mais lhe interessam na hora de decidir o deferimento ou não do pedido

Acrescentemos a isso o fato dessas UMTs serem parafraseadas por aspectos muito similares, o que lhes transmite uma certa coerência interna. Em todas existe uma interpretação que subjaz implicitamente o primeiro segmento⁵³⁴ das UMTs, correspondente a – NEG residência –, variando apenas a segunda parte. Em síntese, vejamos como essas UMTs foram parafraseadas.

- UTI₁ - [o R. não reside no local PT ele não tem vida social]
- UTI_{2x} - [o R. não reside no local PT ele não tem vida social]
- UTI_{2y} - [O R. não tem residência permanente PT o contrato deve ser rescindido]
- UTI_{3x} - [O R. não reside no local PT o contrato deve ser rescindido]
- UTI_{3y} - [O pedido de rescisão de contrato deve ser aceito PT o R. deve ser despejado com pagamento de dívidas]. Sendo que o primeiro segmento da UTI_{3y} – [o pedido de rescisão de contrato deve ser aceito] - contém implicitamente [NEG residência].
- UTI_{4x} - [o R. não reside no local PT o contrato deve ser legalmente rescindido]
- UTI_{4y} = UTI_{5x} - [a rescisão do contrato deve ser feita PT o R. deve ser despejado com pagamento de dívidas e de encargos processuais]
- UTI_{5y} - [o Réu deve ser citado PT o R. pode constestar no prazo legal]

As segundas partes dos diversos discursos apontados variam em função do objetivo dos próprios artigos. Sabemos que o art. 17º sintetiza os fatos expostos dos arts. do 5º ao 16º; o art. 18º sustenta esses fatos legalmente; o art. 19º formula o pedido; o primeiro artigo sem número sintetiza todo o conteúdo da petição anterior e estabelece aquilo que deve ser pago pelo R.; o segundo artigo sem número apresenta o direito do R. de contestar caso se sinta

⁵³⁴ Consideramos que, num discurso normativo ou transgressivo, podemos ter dois segmentos: um à direita do conector PT ou CT, outro à esquerda do mesmo conector, como já mencionamos.

injustiçado. Com isso, as primeiras partes dos discursos que subjazem esses artigos traduziriam implicitamente essas finalidades.

Sendo que esses artigos apresentam uma certa progressão ou hierarquização, como nós já ressaltamos. A formulação do pedido, objetivo da PI, só é feita no artigo 19º e o estabelecimento das obrigações do R., nos artigos sem numeração.

Todas essas UTM's estão integradas, no que denominamos *fecho*. Mas por que seria essa parte considerada o *fecho* do documento? Para nós, é exatamente nessa parte que o objetivo da PI é atingido, o pedido é sustentado a partir de preceitos legais e esclarece as obrigações a serem impostas ao R. em caso de perda do processo. Passaremos, agora, a detalhar um pouco mais as demais UTs que estão relacionadas às UMTs e que as circundam, estando estas últimas distribuídas em duas grandes partes: a *introdução* e o *desenvolvimento* ou *núcleo*. Esses grandes blocos textuais que fazem parte da *dispositio* da PI foram pontuados em 5.4.1.1..

Identificação das UTs na introdução

As UTs na *introdução* ou *bloco introdutório* serão todas explícitas e constituirão as UT₁⁵³⁵ e a UT₂.

Antes de passarmos a enumerá-las, seria necessário justificar por que motivo, às vezes, trabalhamos com UTs explícitas (na introdução, como mostraremos) e em outras ocasiões, com as UTIs, quer seja no *desenvolvimento*, no *fecho* ou ainda nas *unidades periféricas*, como veremos. Acreditamos que as UTs relativas à introdução são coerções impostas diretamente pelo gênero e pensamos que os possíveis arrazoados que poderiam ser depreendidos a partir delas não teriam grande relevância na decodificação das *relações argumentativas* no texto em análise. Por isso, decidimos trabalhar com as UTs explícitas na

⁵³⁵ A numeração das UTs diz respeito, simplesmente, à ordem em que elas aparecem quando da leitura do texto.

introdução. Por outro lado, em outros trechos da PI, as *relações argumentativas*, inferidas por um analista durante a decodificação do texto, são de extrema importância. E, nesse contexto, a descrição dos arrazoados, a partir de aspectos ou encadeamentos argumentativos, como considera a TBS, torna-se de grande valia. Com isso, decidimos trabalhar, nesses casos, com UTIs.

Realizada essa digressão, delimitaremos a *introdução* ou *bloco introdutório* da PI em análise, relevando, como critério de identificação desse bloco, alguns componentes externos situacionais. Individualizaremos, a seguir, esses vários componentes.

- Instâncias interlocutivas depreendidas através do texto. Fazendo parte destas instâncias, teríamos o Locutor (o advogado – cuja assinatura se encontra ao final do documento) que se dirige a um interlocutor (um juiz ainda não definido). Tal fato acarretará, ao nível textual, coerções bem marcadas: vocabulário específico, organização textual coibida por questões metatextuais.
- Local de circulação em que o documento é trabalhado. Este irá ser distribuído e lido em determinado espaço. No caso, num Juízo Cível da Comarca de Lisboa ainda não definido.
- Finalidade do documento que só é identificada quando se percebe que se trata de uma petição inicial, evidenciada pela utilização do verbo “intentar” acompanhada pela preposição “contra”. Trata-se de uma “ação de condenação”, em processo sumário, de uma pessoa (no caso, três autores) contra um Réu (no caso, apenas 1). Na verdade, os autores visam a receber algum tipo de pagamento por algum problema existente. Este só será *decodificado* quando dermos continuidade à leitura do material.

Dessa forma, consideramos todo esse bloco, em que constam as *instâncias interlocutivas*, o *local de circulação*, a *finalidade* do documento (em que se inserem o nome das partes – autor e Réu –, o tema do documento – “ação de condenação, em processo sumário” – e o

objetivo – “peticionar”) como uma única UT. Esta apresenta uma unidade de sentido. Essa UT é identificável pelo fato de apresentar *componentes situacionais externos* obrigatórios nesse gênero. Todos os itens que mencionamos formam um ‘todo’ significativo e constituem uma única UT, que denominamos UT₁. Essa UT₁ funcionaria como uma espécie de parte introdutória formada, como já mencionamos.

Convém mencionar que essa UT₁ influenciará, ao nível textual, todas as engrenagens: quer seja, por exemplo, ao nível da escolha lexical e dos organizadores textuais selecionados (EE), quer nas representações das imagens do locutor transmitidas textualmente (EEA) e, ainda, do próprio nível organizacional (EO) que estamos analisando.

Primeiramente, pelo fato de a PI pertencer a um gênero com coerções claras, o texto nela inserido deve ser endereçado a um juiz de Direito e também aos membros da Justiça de uma forma geral. Com isso, haverá uma seleção lexical mais específica. Termos como: “logradouro” (art. 11º); “rendas vincendas” (art. 19º), mostram um cuidado rigoroso com a escolha do léxico, de difícil leitura e decodificação pela grande maioria das pessoas.

Pelo fato de se tratar de um texto empírico inserido num gênero – PI –, existem coerções impostas, como salientamos, pelo CPC. Com isso, em sua EE, o texto apresentará uma seleção restrita de organizadores textuais e, por outro lado, apresentará *sinais demarcatórios* relevantes, ressaltando uma *estrutura essencialmente baseada em preceitos retóricos*.

Sendo uma PI (identificável logo no início do documento), estabelece-se uma exigência (característica do gênero em questão), um baixo engajamento enunciativo, com ausência de marcas de primeira ou segunda pessoas. E o *ethos institucional imparcial* predominaria, como veremos quando do estudo da EEA da PI.

A propósito, podemos supor que é essa UT₁, de certa maneira, ajudaria a selecionar os fatos apresentados, por exemplo, entre os artigos 5º e 16º. Tratando-se de uma ação de processo sumário, como vemos na UT₁, o seu valor será menor do que 14.963.94 euros, como reza o

preceito jurídico. O próprio conteúdo do art. 3º da UT₂ é selecionado a partir da UT₁. E a partir da UT₁, há uma certa previsibilidade do que vai ser descrito acerca da “acção de condenação”.

A UT₂, para nós, corresponde aos três primeiros artigos do documento, e ela é identificável⁵³⁶ por *critérios seqüenciais* (os artigos que estão inseridos nessa UT pertencem a uma mesma seqüência).

Essa UT, denominada UT₂, corresponderia a uma espécie de *seqüência descritiva*, descritas por Adam e Bronckart, como vimos em 3.3.3.. Essa *seqüência descritiva* poderia ser subdividida em fases, a saber:

- a *ancoragem* em que o tema da descrição é assinalado, no exemplo em questão, por uma espécie de tema título marcado pela expressão “prédio urbano”, que é introduzido no início da seqüência;
- a *aspectualização* em que os vários aspectos do tema-título são apresentados. É apresentada a localização do imóvel – “sito na [...]” –; e outros detalhes sobre as inscrições do imóvel em Registos prediais e fiscais: “descrito na Conservatória do Registo [...] Bairro Fiscal de Lisboa”;
- o *relacionamento* em que os aspectos relativos ao tema-título são relacionados entre si. No caso, existem, por parte do agente produtor do texto, dois detalhes do tema-título que são ‘selecionados’, devido à pertinência em relação ao gênero: a questão do contrato de arrendamento, no art. 2º e o valor do arrendamento, detalhado no art. 3º. Todavia, não devemos deixar de mencionar que estes dois aspectos estão diretamente relacionados ao tipo de acção que caracteriza a petição inicial: “acção de condenação, em processo sumário”.

⁵³⁶ Algumas vezes a *identificação* das UTs se confunde com a sua própria *composição*. Por isso, relevamos um ou outro.

Identificação das UTs no desenvolvimento ou núcleo

O *desenvolvimento* ou *núcleo* do texto em questão se estenderia do art. 4º ao 16º. Esses artigos, que apresentam descrições muito pouco diferenciadas, como veremos, expõem os fatos que sustentam o pedido da PI (art. 467º da PI, item d.).

Como dissemos em **5.4.1.**, existem níveis diferentes de UMTs, que atuam também como PG, em partes do texto, não em sua totalidade. A nosso ver, o art. 4º iniciado por “há mais de um ano .. doméstica” teria esse estatuto. Nessa UMT₀, é realmente marcado que o Réu não mora mais no local. E na realidade, esse artigo servirá como uma espécie de *plataforma geradora* de relações argumentativas que serão desenvolvidas do art. 5º ao 16º. Essa UMT₀ poderia ser traduzida por um *arrazoado dedutivo* que corresponderia ao aspecto normativo:

NEG residência PT NEG vida social

Esse aspecto poderia ser parafraseado por um encadeamento argumentativo ou discurso normativo que é, no caso, uma unidade textual implícita, por nós denominada UTI₀:

[O R. não reside no local PT ele não tem vida social]

Esse discurso, como veremos, é um dos discursos presentes nos artigos do 5º ao 17º. Convém mencionar que o aspecto inferível a partir da UMT₀ (art. 4º), além de estar implicitamente presente do artigo 5º ao 16º, também está presente na UMT₁, como já observamos.

Os artigos do 5º ao 16º poderiam ser traduzidos por *arrazoados heurísticos relativos*, e apresentariam a mesma descrição (sendo traduzidos pelos mesmos aspectos) que fizemos para a UMT₁. Com isso, poderíamos pensar que o *critério* de identificação desse conjunto de UTs – que constituiria uma única UT (UT₃) – seria *aspectual*. Existe uma interpretação implícita que subjaz esses artigos que seria parafraseada por dois aspectos: um *normativo* e outro *transgressivo*.

NEG residência PT NEG vida social

Locutor recusa residência CT NEG vida social

Transcrevendo esses encadeamentos argumentativos em discursos teríamos as UTI₆ e UTI₇, que correspondem, respectivamente, aos mesmos pontos de vista de enunciadores E₁ e E₂:

UTI₆ – E₁₂ = E₁ – [O Réu não reside no local PT ele não tem vida social]

UTI₇ – E₁₃ = E₂ – [O Réu reside no local CT ele não tem vida social]. Sendo que esse ponto de vista é recusado pelo Locutor.

Acreditamos que essa *recorrência* de aspectos/discursos pode ser uma *coerção* ditada pelo gênero em análise e uma exigência do tipo de prática discursiva ao qual esse texto pertence.

Lembremos que o agente produtor tem como leitor evocado um juiz, mas também tem um *sobredestinatário* que é a justiça de uma forma geral. Caso não haja um total esgotamento das possíveis causas do pedir, poderá dar a chance ao seu adversário, o advogado da outra parte, a entrar com uma *contestação* a esta PI. Com isso, poderá haver um atraso no andamento do processo ou a outra parte poderá ter tempo de se preparar argumentativamente, tendo chance até ganhar o processo.

Por que será que teríamos, no caso, um *arrazoado heurístico relativo* e não um *heurístico causal*? Os fatos relatados do art. 5º ao 16º são apenas ‘sinais’ que levariam provavelmente a uma ‘conclusão’⁵³⁷ assumida em 17º. Os fatos, quando apresentados individualmente, não são obrigatoriamente suficientes para que o pedido seja sustentado legalmente.

Existem, ainda, as UTs, características desse gênero de texto, que não sintetizam blocos de textos e serão por nós consideradas *unidades periféricas*.

⁵³⁷ Já mencionamos que a TBS não faz distinção entre o argumento e a conclusão. Contudo, aqui, mantivemos a separação ainda defendida por Ducrot.

Unidades textuais periféricas – UTps – na PI

Uma unidade textual periférica seria a referente às informações sobre o “VALOR” e a “JUNTA”. Esta UTp, conforme definimos em 5.4.1.1., é identificável por questões metatextuais e delimitada por *critérios sequenciais*. Ela se apresenta sob o formato de uma sequência descritiva, incompleta, onde só teríamos a *ancoragem* e a *aspectualização*: em relação ao primeiro aspecto teríamos “valor” e “junta”, em relação ao segundo “quinhentos e vinte e oito euros” e “documento comprovativo [...] cópia legal”.

Disposição das UTs

Para se observar a disposição das UTs, convém ressaltar a importância dos *sinais demarcatórios*, que estabelecem uma espécie de hierarquização do texto. Os arts. 1º, 2º e 3º, que compõem a UT₂, formariam juntamente com a UT₁ o *bloco introdutório*. O artigo 4º correspondente à UMT₀ e os artigos do 5º ao 16º que constituem a UT₃, que foi traduzida pelas UTI₅ e UTI₆ corresponderiam ao *desenvolvimento*. Já os arts. 17º, 18º e 19º e os dois seguintes, não-numerados, dizem respeito respectivamente à UMT₁, UMT₂, UMT₃, UMT₄ e UMT₅ e compõem a *conclusão* ou *fecho*. Essa espécie de formato⁵³⁸ que segue *de perto a tradição retórica* seria talvez uma característica organizacional do gênero em análise.

Articulação entre as UTs da introdução

No caso específico da UT₁, que comporta os componentes externos do texto, poderíamos ressaltar que essa UT estaria cumprindo uma espécie de *função de contextualização*, em relação às demais. Seu objetivo realmente é situar aspectos relativos ao gênero em diversos níveis, como mencionamos anteriormente.

⁵³⁸ A UTp não está muito presa a uma parte específica do *corpo do texto*, por isso não foi inserida em nenhuma das partes.

É importante observar que na UT₁ se encontra a caracterização da PI “acção de condenação” e, com isso, várias possibilidades de argumentações externas à direita, podem vir a ser desencadeadas pela expressão ‘acção de condenação’ (dentro do gênero em questão). Podemos citar alguns exemplos de encadeamentos argumentativos possíveis:

(1) [O autor impetrou uma ação de condenação PT trata-se de um problema referente a cheque sem fundos].

(2) [O autor impetrou uma ação de condenação PT trata-se de um problema referente a contrato de arrendamento].

No caso, observamos que o encadeamento argumentativo (2) é o selecionado, dentre as várias possibilidades de encadeamentos existentes. Na realidade, a seleção é perpetrada ao nível do léxico, como preconiza a TBS. Todavia, esta seleção é primeiramente efetuada pelo agente produtor em função do seu *objetivo* e das *representações que tem do seu destinatário* e do *metatexto* no qual a PI se baseia. A partir disto, que o léxico seria selecionado numa etapa posterior. Parece-nos que, em gêneros mais instituídos, como no caso da PI, esses fatores externos relativos ao gênero possam ter uma maior influência nas escolhas lingüísticas perpetradas ou não pelo agente produtor, para a materialização textual.

Pensamos que os artigos 1º , 2º e 3º , que constituem a UT₂, estão argumentativamente interligados à UT₁. Eles cumprem uma *função de esclarecimento/detalhamento* em relação a esta última. No artigo 1º, são dadas informações acerca dos autores; no 2º, é elucidado o tipo de contrato efetuado entre as partes e no 3º, o valor da ação.

Como é uma ação de processo sumário, como vimos, na UT₂, o seu valor será menor do que 14.963.94 euros. Com isso, o próprio conteúdo do art. 3º da UT₂ é selecionado já a partir da UT₁. Na UT₁, temos uma certa previsibilidade do que vai ser descrito acerca da ação de condenação: [Trata-se de uma acção de condenação em processo sumário PT o valor é menor do que 14.963.94 euros].

Dessa forma, ratificamos que a UT₂, composta pelos arts. 1º, 2º e 3º, exerceria uma espécie de *função de esclarecimento ou detalhamento* em relação à UT₁.

Realizado um estudo das articulações das unidades textuais presentes no bloco introdutório, passaremos à articulação das UTs nas demais partes.

Articulação das UTs no desenvolvimento ou núcleo

Dos artigos do 5º ao 16º, teríamos uma unidade textual a que nomeamos UT₃. Essa ‘unificação’ de artigos dentro de uma mesma unidade textual é justificada pelo fato de todos os artigos referidos poderem, como vimos, ser traduzidos pelos mesmos aspectos:

NEG residência PT NEG vida social

Locutor recusa residência CT NEG vida social

Podemos observar, na PI, que a maioria das UTs (do artigo 5º até o 16º) exerce uma *função informativa* em relação aos arts. 17º, 18º e 19º, no entanto notamos a *redundância* dos aspectos escolhidos. Tal redundância, como já afirmamos, pode ser uma característica do gênero em análise.

E, não nos esqueçamos, ainda, de que os fatos relatados do art. 5º ao 16º, são considerados sinais – analisáveis a partir de um *arrazoado heurístico relativo* – que poderiam ocasionar a conclusão, presente no 17º. Todavia, individualmente esses sinais não seriam suficientes para sustentar legalmente o pedido.

Por outro lado, o art. 4º, que seria a UMT₀, exerce uma *função de síntese* em relação à UT₃. Uma vez que, como anteriormente mencionamos, ela sintetiza, de uma forma genérica, discursos que serão desenvolvidos do artigo 5º ao 16º. E ainda, exerce uma *função de esclarecimento* em relação à UMT₁.

A unidade textual iniciada por “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO** Deve a presente acção ser julgada procedente por provada e o R. condenado no pedido, nas custas e procuradoria condigna”, por nós denominada UMT₄, está diretamente relacionada às demais UMTs, como colocamos. Acrescentemos a isso o fato de haver uma explicitação maior das dívidas a serem pagas: não serão só as referentes ao pedido, mas também às custas do processo. Característica um tanto óbvia dentro do processo jurídico: quem perde a acção é aquele que paga os custos de um processo.

Salientemos que a UMT₄ e a UMT₅ exerceriam uma espécie de *função de síntese* em relação não apenas a todas as UMTs, mas a todo o texto.

Por outro lado, a UTp pontua o valor da acção (exigência do CPC, como vimos, em seu artigo 467º) e os documentos que aparecem anexados ao processo. Dessa forma, a UTp está pouco articulada argumentativamente ao *corpo do texto*. A UTp exerceria, no documento em análise, uma *função de detalhamento*, em relação a alguns aspectos levantados no processo.

Articulação das UTs com as UMTs

Como estariam as UTs articuladas às UMTs? A nosso ver, as UTs exerceriam funções específicas em relação às UMTs. Por exemplo, a UT₁ em que consta a designação do tribunal onde a acção é proposta com identificação das partes e a identificação da forma do processo – “acção de condenação em processo sumário” –, bem como a UT₃ em que são expostos os fatos e as razões que fundamentam a acção têm uma *função informativa* em relação às UMTs. O mesmo acontecendo com a UTp, em que o valor da causa é definido. Poderia pensar-se que a UT₂ exerceria tal função em relação às UMTs, ao detalhar aspectos importantes relativos às partes envolvidas e ao valor da renda.

Constituição das UTs e das UMTs

Ao nos referirmos a essa constituição, levamos em conta a noção de *tipos de discurso* e de *mundos discursivos*, desenvolvida por Bronckart (1999) e que recapitulamos em **3.3.4.2.** Vale salientar que reforçaremos essas noções quando trabalharmos com a engrenagem estilística desse gênero, em **6.3.3.2.**

No interior das UTs, são vários os tipos de discurso encontrados. Ao analisarmos, por exemplo, cada artigo separadamente, observamos uma predominância de discursos da ordem do NARRAR, sobretudo *relatos interativos*. Estes são observáveis a partir das seguintes marcas lingüísticas:

- utilização de organizadores temporais como: “há mais de um ano” no art. 4º, o qual é reiterado implicitamente nos arts. 5º e 8º; “entre Maio e Agosto de 2002”, no 14º e “a partir de fevereiro de 2001”, no 16º;
- predominância de verbos característicos da ordem do NARRAR, como o pretérito perfeito do indicativo: “deixou” – arts. 4º, 5º, 8º, 10º.

Convém mencionar que o discurso que caracteriza o NARRAR implicado, ou seja, o relato interativo é de extrema valia na PI. Conforme foi mencionado anteriormente, em relação à *componente metatextual*, o relato dos fatos é fundamental numa PI e este deve ser condizente com o pedido para que não haja inépcia do documento. Além disso, a predominância dos relatos interativos propicia ao texto uma maior fidelidade aos acontecimentos, aspecto de fundamental importância num documento jurídico.

Nas unidades macro-textuais (UMTs), por outro lado, existem tipos de discurso da ordem do EXPOR, talvez fusionados. Há marcas de *discurso interativo* (DI), observável, por exemplo, a partir do uso do presente, marcando o conjunto-implicado do mundo discursivo, como: “conclui-se”, “reside” – art. 17º; “integram” – art. 18º; “pretendem”, “entregá-lo” – 19º. E, ainda, características de *discurso teórico* (DT), como a presença de múltiplos

organizadores entre artigos, com valor anafórico, como “pelo acima exposto”, no art. 17º; “os fatos acima referidos”, no 18º; “por isso”, no 19º. E também no interior dos artigos, como: “pois” – no art. 17º; “em consequência” – no art. 19º. Essas marcas transmitem ao texto tanto um caráter racional e imparcial quanto uma organização lógica, características importantes do gênero em questão.

EO da PI – uma organização retórica?

Pelo que expusemos, é interessante mencionar que a PI segue uma engrenagem organizacional baseada nos modelos da Retórica Clássica. A PI apresenta um *exórdio*, que corresponde à *introdução*; e aproximadamente às duas partes demonstrativas da *dispositio*, apontadas por Aristóteles⁵³⁹: a *narratio* e a *confirmatio*. A primeira corresponderia à narração dos fatos e a segunda, de forma resumida, corresponderia à apresentação dos argumentos. No caso da PI, poderíamos ter, de forma aproximada, essas duas partes: relato da causa do pedir (de uma forma geral até o art. 16º) – *narratio* – e o enquadramento legal (arts. 17º e 18º) – *confirmatio* –. Os arts. 19º, 20º e os dois artigos a seguir não numerados corresponderiam ao que Aristóteles denominava epílogo, contudo seria um epílogo ‘sem emoção’.

Ao adaptarmos esse modelo da retórica clássica, consideraremos as UTs da *narratio* (do art. do 5º ao 16º) como fazendo parte do *desenvolvimento ou núcleo* e as da *confirmatio* (arts. 17º e 18º), juntamente com o epílogo (art. 19º e artigos não-numerados), constituindo o que denominamos *fecho*.

O *corpo de texto*, conforme definimos em **5.4.1.1.** seria composto por um *bloco introdutório*; um *desenvolvimento ou núcleo* e um *fecho*. E, ainda, haveria unidades textuais periféricas que o circundariam que corresponderiam ao valor da causa e à descrição dos documentos em anexo (anexo 2).

⁵³⁹ Para Aristóteles, são apontadas quatro partes na elaboração de um discurso: *exórdio*, *narração*, *prova* e *peroração*, cf. Barthes (1970: 213, 214). Estas partes também são mencionadas por Cícero, na obra *Partições Oratórias*, cf. Declercq (1992: 157).

Um ponto sobre a questão

- As unidades textuais da PI são identificáveis a partir de vários critérios:

- a. critérios externos (situacionais e metatextuais): UT₁ e UMTs;
- b. critérios seqüenciais: UT₂;
- c. critério aspectual: UT₃;
- d. critério metatextual e seqüencial: UT_p.

- As unidades textuais, por sua vez, podem apresentar também discursos variáveis (DI, DT, RI⁵⁴⁰), apresentando, de acordo com estes, efeitos determinantes no gênero em questão. O caráter ‘organizado’ e ‘enfático’ é determinado pelos discursos da ordem do EXPOR, específico dos dois primeiros. Já a ênfase no caráter real dos fatos, detalhados ao extremo, de forma redundante, é característica do último discurso da ordem do NARRAR.

- A EO da PI é bem marcada pelo *metatexto* ao qual ela segue impreterivelmente, sob risco de ter sua validade comprometida. Sendo um gênero mais ritualizado, mais instituído, apresenta pouca possibilidade de variação.

- As diversas UTs, na PI, têm funções variáveis em relação à UMT podem ter: *função de contextualização*, *função informativa*, *função de redundância*, *função de esclarecimento/detalhamento* e *função de síntese*.

- A EO da PI segue uma organização baseada, essencialmente, na tradição retórica: exórdio (bloco introdutório); narração (desenvolvimento ou núcleo); provas e epílogo (fecho).

⁵⁴⁰ Abreviaturas de *discurso interativo*, *discurso teórico* e *relato interativo*, respectivamente.

6.3.3.2. Engrenagem Estilística (EE)

No caso específico da PI, estudaremos alguns recursos lingüísticos que são considerados *mecanismos argumentativos prototípicos* (MAPs), no exemplar do gênero em análise, como:

1) Utilização de expressões negativas.

A expressão “nunca mais” é repetida nos arts. 6º, 7º e 9º da petição inicial; o advérbio de negação “não” é usado nos arts. 11º, 16º e 17º. O emprego de tais expressões é tomado como um indício da *natureza dialógica* da petição inicial. Apesar da ausência de marcas de primeira pessoa – o que obviamente denotaria o envolvimento do Locutor naquilo que é dito –, o engajamento deste no universo textual é demarcado, no gênero em análise, pelo uso de expressões negativas, que podem ser descritas a partir dos estudos polifônicos⁵⁴¹.

2) Presença recorrente de anáforas⁵⁴²:

Existe uma larga incidência de anáforas nominais no texto em análise. O sintagma nominal “o Réu”⁵⁴³, abreviado por “o R.” e o grupo nominal *os autores*, por “os A.A.”, são utilizados como *expressão anafórica* em diversos momentos do texto. A expressão “o Réu” ou “o R.” é recorrente nos arts. 2º, 4º, 5º, 7º, 10º, 11º, 12º, 13º, 17º, 19º, 20º, 21º; enquanto que “os A.A.”, nos arts. 1º, 2º, 14º, 19º.

⁵⁴¹ Como mencionamos em 2.4.2., foi Ducrot que transpôs a noção de polifonia bakhtiniana para o universo lingüístico. Este autor deu destaque à descrição da negação e da conjunção “mas”, como fenômenos lingüísticos polifônicos, – cf. Ducrot (1984: cap. VII). Autores como Nølke (1993); Nølke, Fløttum & Norén (2004) e Fløttum (2005), que fazem parte da ScaPoLine – teoria escandinava da polifonia lingüística – vêm aprofundando o estudo da negação, dentre outros fenômenos polifônicos.

⁵⁴² Ao sistematizar os estudos sobre a anáfora, Coutinho (2001) os divide em dois grupos. Uma concepção mais estrita em que se insere o trabalho de Kleiber (1993) e outra mais ampla em que se estão incluídas as publicações de Blanche-Benveniste & Chervel (1966), Berrendonner (1983), Reicher-Béguelin (1989), Charolles (1994). Nesse trabalho, adotamos a definição de *anáfora* proposta por Blanche-Benveniste e Chervel: “[...] sera anaphore pour nous tout phénomène de deuxième apparition qui, par mémorisation, est lié à une première apparition dans le contexte. Cette définition peut sembler peu rigoureuse et très psychologique; il en serait difficilement autrement puisque l’anaphore est en grande partie un phénomène extra-linguistique”. Blanche-Benveniste e Chervel (1966: 29).

⁵⁴³ O CPC faz referência às partes relativas à PI, como *autor* e *Réu*, no art. 467º, em que são pontuados os diversos requisitos para a elaboração da PI. Cf. *Código de Processo Civil* (2004⁶: 354, 355).

3) Existência de *organizadores textuais* – OTs verbais (temporais, metadiscursivos e OTs com função anafórica) e OTs não-verbais:

- organizadores temporais⁵⁴⁴ – “a partir de Maio 2001” (art. 15º); “a partir de Fevereiro de 2001” (art. 16º);
- organizadores metadiscursivos – “isto é” (art. 4º); “com efeito” (art. 5º);
- organizadores não-verbais – estes, na PI, são os *sinais demarcatórios* que correspondem a números ordinais que estabelecem a hierarquização dos arts., ao nível textual, conforme definimos em **5.4.2.1.** Por exemplo, observamos que, na PI, os arts. que seguem o tipo de ação impetrada: “ação de condenação, em processo sumário” vêm acompanhados de um número ordinal;
- OTs com função anafórica – “pelo acima exposto” e “os fatos supra referidos” (art.17º e 18º) respectivamente; “por isso” (art. 9º); “em consequência [disso]” (art. 19º, linha 2); “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO**” (art. 20º, linha 1); “para tanto” (art. 21º, linha 1). Tais expressões são consideradas OTs, uma vez que delimitam unidades textuais de tamanho variável e demarcam, como veremos, uma responsabilidade enunciativa.

Convém mencionar que, apesar da existência de vários tipos de OTs, no exemplar do gênero em questão, deter-nos-emos na análise dos OTs não-verbais e dos OTs com função múltipla (os *metadiscursivos*, os que têm comportamento anafórico e denotam certa responsabilidade enunciativa). Essa pluralidade de funções das OTs seria, talvez, uma característica do exemplar do gênero em questão.

⁵⁴⁴ O artigo 467º do Código de Processo Civil, no seu § 1, item d., reza que na petição inicial, deve o autor: “Expor os factos e as razões de direito que servem de fundamento à acção”. Neto (2004¹⁸: 637 e 638). Dessa forma, a exposição dos fatos é fundamental na produção da PI e, com isso, o *detalhamento temporal* e, conseqüentemente, os organizadores temporais, quer explícitos quer implícitos que acompanham essa apresentação, são de grande importância para esse gênero. No entanto, apesar de listá-los, não os analisaremos.

4) Emprego de *modalidades subjetivas epistêmicas e intersubjetivas*.

No texto em análise, observamos apenas um emprego instanciado de *modalidade subjetiva epistêmica* na asserção: “Deve a presente acção ser julgada procedente por provada e o R. condenado no pedido, nas custas e procuradoria condigna”. Contudo, como vimos em **5.4.2.**, toda asserção, mesmo não instanciada, pode apresentar certo grau de validade do conteúdo proposicional e, com isso, ter um valor epistêmico. Vários exemplos podem ser citados ao longo do texto, todavia concentrar-nos-emos na transcrição de exemplos presentes no trecho em que se encontra a tese do texto (1º e 2º arts. não numerados, ao final do documento).

5) Presença de diferentes *tipos de discurso*

Como vimos em **3.3.4.**, a partir de Bronckart (1999), os *tipos de discurso* podem ser semiotizados por várias configurações lingüísticas. No caso do exemplar do gênero, em questão, veremos alguns tempos verbais, relacionados aos mundos discursivos do NARRAR e do EXPOR, que são a seguir discriminados.

- Há de ressaltar o uso do *pretérito perfeito*, que caracteriza o *mundo do narrar*. Esse tempo verbal é observado nos diversos arts., quer na voz ativa: “deram” (art. 2º), “deixou” (arts. 4º, 5º, 8º, 10º, 15º), “tomaram” (art.14º), “teve” (art.16º), quer na voz passiva: “foi visto” (arts. 6º, 7º e 9º); “foi desativado” (art.13º);

- Salientemos, também, o emprego do *presente* que evidencia o mundo do EXPOR e que aparece em vários trechos. Na introdução, temos os verbos: “são” (art.1º, linha 1); “junta” e “dá” (art.1º, linha 4); “é” (art. 3º, linha 1); no núcleo: “é” e “reside” (art. 11º, linha 1); “acresce” (art.12º). No fecho, observamos: “conclui” e “reside” (art. 17º); “integram” (art. 18º); “pretendem” (art. 19º, linha 1); “deve” (art. 20º, linha 2); “requer” (art. 21º, linha 1); “digne” (art. 21º, linha 1).

As expressões negativas, os OTs apontados, as modalidades intersujeitos e epistêmicas, os tipos de discurso em que se integram os tempos verbais apresentados, mostram-se como *formas prototípicas*⁵⁴⁵ do gênero em análise e serão denominados, ao longo da análise mais detalhada, *marcadores de argumentação prototípicos* (MAPs) desse gênero. Passaremos a descrever esses MAPs e, procuraremos, ao final das análises, relevar a importância do estudo desses MAPs para o estudo do gênero petição inicial.

As expressões negativas enquanto MAPs

Passaremos, primeiro, a analisar uma das ocorrências da expressão negativa “nunca mais”, que apresenta uma descrição lingüística similar nos artigos a que nos referimos anteriormente. Em seguida, descreveremos o advérbio de negação “não”, nos arts. 11º e 17º, uma vez que apresenta funcionamentos distintos, nos artigos citados. Por fim, trabalharemos com expressão “não [...] sequer”, presente no art. 16º. Para a descrição desses termos, utilizaremos preceitos teóricos da TPC e da TPA, explicitados em **2.4.2.1.**

■ *A expressão negativa “nunca mais”*

■ ■ Descrição lingüística a partir da TPC

A expressão “nunca mais” aparece nos arts. 6º, 7º e 9º, sendo acompanhada do verbo “ver” na voz passiva. No entanto, o sujeito do enunciado presente no art. 6º é “qualquer roupa”, diferentemente dos enunciados dos demais artigos, em que o sujeito é “o R.”. Para efeitos descritivos, apontamos um desses artigos, em que essa expressão aparece, no caso o 7º. Não procederemos à análise de todos os artigos, pois eles apresentariam descrições semelhantes ao que escolhemos como exemplo.

“[...] nunca mais o R. foi visto a depositar o lixo no mesmo contentor do prédio em questão” – art. 7º.

⁵⁴⁵ Termo utilizado por Coutinho para descrever a ausência de pontuação em alguns textos realizados na modalidade escrita. Cf. Coutinho (2004c: 295).

A presença da expressão “nunca mais” acompanhada do verbo “ver” na voz passiva, desencadearia o aparecimento de três enunciadores⁵⁴⁶. Estes seriam os responsáveis⁵⁴⁷ pelos diversos movimentos que demarcariam três pontos de vista diferentes.

- Um e_1 que estaria vinculado a um *pressuposto* e que seria uma espécie de voz genérica. A este enunciador, estaria relacionado um enunciado do tipo: [Antes o R. era visto depositando o lixo no local]. O Locutor, responsável textual pela colocação dos diversos pontos de vista (enunciadores) no texto, aceita o conteúdo desse enunciado.

- Um e_2 cujo ponto de vista poderia ser transcrito por um enunciado do tipo [O Réu é visto lá atualmente depositando lixo no contentor]. Este ponto de vista é recusado pelo Locutor.

- Um e_3 , que negaria o enunciado de e_2 : [o Réu não é visto lá atualmente depositando lixo no contentor].

E, na verdade, pensamos que o Locutor adere a um ponto de vista que corresponderia a uma espécie de “fusão” daqueles atribuídos a e_1 e a e_3 . Ou seja: [Antes o Réu era visto no local, depositando o lixo no contentor] e também [ele não é visto lá atualmente depositando lixo].

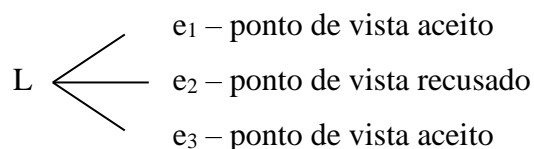
Com isso, ratificamos que o desmembramento do enunciado só foi possível porque tínhamos a presença da expressão negativa “nunca mais”, aparecendo, no caso desse enunciado, com um verbo na voz passiva⁵⁴⁸.

⁵⁴⁶ Quando descreve a negação, Ducrot (1984a) pontua a existência de, no mínimo, dois enunciadores. Sendo que o Locutor adere ao ponto de vista do enunciador e_2 e recusa o ponto de vista do e_1 . No nosso caso, estendemos essa teoria para a análise do “nunca mais”, depois de algumas discussões com Carel ao longo do ano de 2005, optando pela presença de três enunciadores em vez de dois.

⁵⁴⁷ Na verdade, a responsabilidade é do Locutor. É ele que escolhe o ponto de vista a ser colocado textualmente pela personagem textual que, no caso, é o enunciador.

⁵⁴⁸ Embora não entremos, aqui, em detalhes em relação à utilização da voz passiva, ela é de suma importância nesse contexto. A omissão do agente da passiva produz um efeito textual importante. Aquele que realmente viu [que o R. não estende mais a roupa] e que confessou ter visto, no caso, não participa diretamente do processo e não se compromete legalmente. Além disso, essa voz passiva ratifica que “o R.” não está estendendo a roupa o que é um indício de [não residência].

Em síntese, a partir da utilização da expressão negativa “nunca mais”, no texto, o Locutor coloca em cena três enunciadores, que poderiam ser representados pelo esquema:

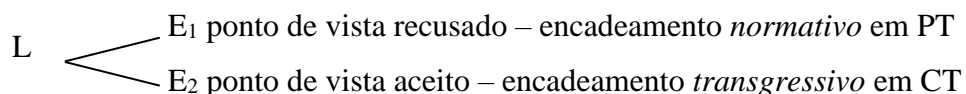


■ ■ Descrição lingüística a partir da TPA

Em relação à TPA, a partir da TBS⁵⁴⁹, podemos dizer que, em relação ao enunciado “Igualmente, nunca mais o R. foi visto a depositar o lixo no respectivo contentor do prédio em questão”, poderiam ser inferidos dois discursos: um *normativo* em PT e outro *transgressivo* em CT, que podem ser traduzidos⁵⁵⁰, como a seguir propomos.

O ponto de vista de E_1 ⁵⁵¹ é traduzido pelo *discurso normativo* [o Réu era visto depositando o lixo no contentor PT é visto lá atualmente]. Já o ponto de vista de E_2 seria transcrito pelo *discurso transgressivo* [o Réu era visto depositando o lixo no contentor CT não é visto lá atualmente]. O conteúdo do primeiro discurso, de E_1 , será recusado pelo Locutor. E este aderirá ao conteúdo do *discurso transgressivo*, de responsabilidade do E_2 .

Dessa forma, teríamos, de forma esquemática:



⁵⁴⁹ Está por sair uma publicação em que é discutida a polifonia a partir de várias abordagens teóricas. Dentro deste exemplar, ainda no prelo, Ducrot & Carel atualizam alguns aspectos polifônicos a partir da TBS, fazendo um reestudo da negação, – cf. Ducrot & Carel (2006). Porém, vale ressaltar que a partícula negativa ‘nunca mais’ *não* foi descrita pelos autores nesse trabalho. Foram as discussões com Carel, em várias reuniões no ano de 2005, que propiciaram a descrição dessa expressão, pela TPC e pela TBS.

⁵⁵⁰ Tais aspectos são conversos. A descrição deles se assemelha à descrição da argumentação interna de unidades lexicais contrárias como: “prudent” e “imprudent”.

⁵⁵¹ Por se tratarem de versões diferentes, na ANL, para a descrição da polifonia, identificaremos os enunciadores a partir da TPC com a letra minúscula ‘e’, já através da TPA, pela letra maiúscula ‘E’, como colocamos.

■ *O advérbio de negação “não”*

Temos duas ocorrências do advérbio que serão analisadas, a presente no art. 11º: “[...] o R. *já não* reside lá [...]” e a no art. 17º: “[...] o R. *não* reside com permanência e habitualidade no andar locado [...]”. No primeiro caso, devido ao fato de o advérbio “não” vir acompanhado de um advérbio de tempo “já”, a sua descrição se assemelha a expressão “nunca mais”, como veremos. Teríamos, assim, duas possíveis descrições para o enunciado, tanto dentro da ANL tradicional (TPC) quanto da TBS (TPA). No segundo exemplo, a partícula negativa não está presente numa *negação polêmica* e por conseguinte não é polifônica, como confirmaremos.

■ *Funcionamento do “não” enquanto MAP – 1º exemplo*

■ ■ Descrição lingüística a partir da TPC

No caso do enunciado “[...] O R. *já não* reside lá [...]” (art. 11º), três enunciadores poderiam ser depreendidos.

- Um e₁ ao qual estaria vinculado um pressuposto e que seria uma espécie de voz genérica. A este enunciador, corresponderia um enunciado do tipo: [Antes o Réu residia no local]. É notório que o Locutor aceita o conteúdo vinculado a este enunciado.
- Um e₂, ao qual estaria relacionado ao ponto de vista [o Réu reside lá atualmente]. Sendo que este enunciado é recusado pelo Locutor.
- Um e₃, que negaria o enunciado de e₂ e teria como ponto de vista [o Réu não reside atualmente lá]. E é, exatamente, ao ponto de vista desse enunciador que o Locutor vai aderir.

E repetindo o que foi apresentado anteriormente, para a descrição lingüística da expressão negativa “nunca mais”, o Locutor aderirá aos pontos de vista de e_1 e e_3 : [Antes o Réu residia no local] e também [o Réu não reside atualmente lá].

■ ■ Descrição lingüística a partir da TPA

Através da TPA, poderiam ser desencadeados dois discursos a partir da expressão negativa presente no enunciado “O R. já não reside lá”: um *normativo* em PT e outro *transgressivo* em CT. Sendo que ao primeiro estaria relacionado um enunciador E_1 ao qual está associado o discurso: [O Réu residia lá PT ele está lá atualmente] e um outro enunciador E_2 , com o discurso: [O Réu residia lá CT ele não está lá atualmente]. Nesse caso, observa-se que o conteúdo do primeiro discurso é recusado pelo Locutor e este vai aderir ao conteúdo do discurso *transgressivo*, de responsabilidade de E_2 .

■ Funcionamento do “não” enquanto MAP - 2º exemplo

No art. 17º: “[...] o R. *não* reside com permanência e habitualidade no local locado [...]”, o advérbio de negação “não” apresenta uma descrição lingüística diferente da apontada anteriormente. Nesse exemplo, em especial, observamos o caso típico de uma *negação descritiva*, como mostramos em 2.4.2.3.. Ao escolher o enunciado acima, o Locutor atribui uma pseudo-propriedade que legitimaria o fato de poder se opor a um outro enunciador que afirmasse que “[...] o R. reside com permanência e habitualidade no local locado [...]”. Desse modo, a expressão negativa, no caso, *não* é um índice de polifonia, como nos outros exemplos citados. É de ser ressaltado que essa expressão, ao aparecer em uma das UMTs – cf. 6.3.3.1. – da petição em análise, acentua a imagem mais *autoritária* do Locutor. Este limita os pontos de vista presentes, nesta parte do texto que faz parte da própria tese, de forma a legitimar a força da instituição judicial.

■ *A expressão negativa “não [...] sequer” enquanto MAP*

No art.16º: “A partir de Fevereiro de 2001 a EDP não teve sequer acesso ao locado [...]”. Nesse caso, é veiculado ao enunciado um subentendido, não um pressuposto⁵⁵².

■ ■ Descrição lingüística a partir da TPC

A partir da TPC, teríamos três enunciadores:

- Um e₁, cujo discurso seria representado por [Antes de Fevereiro de 2001, a EDP tinha acesso ao local para efetuar as leituras de eletricidade], ponto de vista aceito pelo Locutor.
- Um e₂, que seria responsável pelo discurso [a EDP ainda tem acesso ao locado para efetuar as leituras de eletricidade], ponto de vista recusado pelo Locutor.
- Um e₃, que negaria o enunciado de e₂: [a EDP não tem mais acesso ao locado para efetuar as leituras de eletricidade], ponto de vista a que o Locutor adere.

Assim, o Locutor adere a uma espécie de “fusão” dos pontos de vista de e₁ e de e₃: [Antes de Fevereiro de 2001 a EDP tinha acesso ao locado para efetuar as leituras de eletricidade] e também [a EDP não tem mais acesso ao locado].

■ ■ Descrição lingüística a partir da TPA

Através da TBS, o enunciado pode ser parafraseado por dois encadeamentos argumentativos (referentes aos pontos de vista de dois enunciadores). Um é representado

⁵⁵² A diferença entre *pressuposto* e *subentendido* é estabelecida por Ducrot (1972). Esses conteúdos são implícitos e se opõem ao conteúdo explícito, ou *posto*. O pressuposto, embora não apareça materialmente no enunciado, nele está inscrito. Já o subentendido é atualizado em função de uma circunstância enunciativa particular.

por um *discurso normativo* em PT e outro, por um *discurso transgressivo* em CT, sendo que o Locutor acata os pontos de vista dos dois enunciadores.

Ao E₁, estaria relacionado o *discurso normativo*: [A EDP acedia ao local antes de Fevereiro de 2001 PT fazia as leituras de eletricidade]. Enquanto que ao E₂, corresponderia o *discurso transgressivo*: [A EDP acede ao local a partir de Fevereiro de 2001 CT não efetua a leitura de eletricidade].

As expressões negativas e a problemática dos gêneros

Dentre as expressões negativas estudadas, salientaremos, principalmente, a relevância da expressão negativa “nunca mais”, no gênero em que ela está inserida, no caso a PI. Essa expressão é de fundamental importância, porque o Locutor, ao utilizá-la, aceita que houve uma *total mudança* de comportamento do R. e *acentua* essa mudança. A expressão negativa “nunca mais” é preferencialmente empregada porque inter-relaciona, na realidade, momentos diferentes: um passado [Antes “O R. era visto”, praticando diversas atividades diárias] e um outro momento que se estende do passado até o presente [ele não é visto agora na execução destas mesmas atividades]. Com isso, o advogado dos autores da PI ratifica que o Réu realmente não mora mais no local e sustenta a possibilidade de rescisão do contrato: [como houve realmente uma mudança de comportamento do Réu, em relação à não permanência efetiva do lugar, o contrato deve ser rescindido]. Também o advogado, ao acentuar a mudança de comportamento do Réu, impossibilita a existência de uma possível contestação da outra parte.

Ainda, se fosse colocada na PI apenas a forma negativa simples “não foi visto a depositar o lixo”, no art. 7º, o advogado da outra parte poderia contestar, afirmando que tal acontecimento ocorreu pontualmente e não era algo recorrente. Dessa forma, demarcaria que “o Réu” não estaria no apartamento apenas naquele momento, fato que não caracterizaria o abandono do logradouro.

Estudaremos a seguir o funcionamento dos termos anafóricos nominais (em detrimento dos pronominais que são pouco significativos) como MAPs no gênero PI.

As anáforas nominais enquanto MAPs

Ao lermos a PI, observamos que, logo de início, são apresentadas as partes que estão envolvidas no processo. Inicialmente, é apresentada a identidade civil dos autores (A.A.) e em seguida a do Réu (R.), sendo que os nomes próprios⁵⁵³, foram omitidos⁵⁵⁴. Teríamos, de forma esquemática, na introdução da PI: [NP₁, NP₂, NP₃] “vêm intentar contra” [NP₄].

Por outro lado, na leitura do documento, são várias as ocorrências dos sintagmas nominais “os A.A.” e “o R.”, que dizem respeito à identidade processual desses indivíduos. Esses SNs apresentam como termo antecedente a própria identidade civil mencionada. É importante salientar que a própria localização desses SNs – primeiro são identificados os autores e depois o Réu –, em posições fixas, segue uma tradição do gênero. Este, como mencionamos em **6.3.2.3.**, segue formatos rígidos, que são transmitidos, aos estudantes no curso de Direito.

No quadro a seguir, procuramos identificar as *anáforas nominais*, localizá-las textualmente e pontuarmos o termo antecedente. Ao final, tentamos correlacioná-las com o exemplar do gênero em análise.

⁵⁵³ Doravante representado por NP.

⁵⁵⁴ Como dissemos na introdução, a omissão das partes envolvidas no processo foi uma das condições estabelecidas, pelo escritório de advocacia, para nos ceder os documentos do processo.

Anáforas Nominais		
Termo antecedente	Termo anafórico	Localização do termo anafórico
Correspondente ao substantivo próprio localizado depois de “vêm intentar contra”	“O R.” (O Réu)	Art. 4º (linha 1); Art. 5º (linha 1); Art. 7º (linha 1); Art. 10º (linha 1); Art. 11º (linha 1) – 2 incidências Art. 12º (linha 1) Art. 17º (linha 1) Art. 19º (linha 2) Art. 1º (não-numerado) (linhas 3 e 5)
	“O Réu”	Art. 13º (linha 1)
Corresponde aos substantivos próprios que seguem os números 1, 2 e 3.	“Os A.A.” (autores)	Art. 1º (linha 1) Art. 2º (linha 1) Art. 14º (linha 1) Art. 19º (linha 1)

As anáforas nominais e a problemática dos gêneros

Pelo que inventariamos, observamos a recorrência de *expressões anafóricas*: o SN “O R.” é repetido doze vezes; o SN “Os A.A.”, quatro. Talvez, essa incidência acentuada de *anáforas* nominais seja uma das características do gênero em análise, em que a redundância é uma das principais estratégias textuais. Aliás, essas expressões estão inseridas num gênero com uma rigidez estilística considerável, coibida, como vimos, a partir do levantamento dos componentes metatextuais no gênero em análise (cf. **6.3.2.3.**). Estes **não** permitem, indiretamente, que os nomes próprios sejam anaforizados por outros SNs, na PI, uma vez que o art. 467º do CPC menciona que as partes que fazem parte da PI são: o autor e o réu. Na prática, observamos que o uso desses SNs na PI é seguido, respeitando a própria praxe do discurso jurídico.

Julgamos importante fazer uma avaliação da localização em que se situam essas *expressões anafóricas*. O termo anafórico “O R.” aparece nos arts. 4º, 5º, 10º e 11º em posição de sujeito, sendo que nos dois últimos artigos é precedido por expressões em posição de adjunto, “há mais de um ano” ou “com efeito”.

A reiteração das formas anafóricas, com repetição lexical conjugada à localização das expressões nominais, nesses diversos artigos, contribuiria para que seja estabelecida uma espécie de *paralelismo estrutural* entre essas partes que compõem o documento.

Salientemos também que essa repetição⁵⁵⁵, tão condenável em outros gêneros, é uma estratégia de enorme importância na PI. Ela reforça modelos tradicionalmente utilizados em textos jurídicos orais, legitima a presença dos *arrazoados heurísticos* relativos na engrenagem organizacional do gênero e acarreta efeitos importantes junto ao interlocutor.

No caso de textos orais de teor jurídico, é sabido que, há séculos, os advogados, em tribunais (quer sejam defensores ou promotores), fazem uso da repetição de algumas estruturas lingüísticas, visando a uma ornamentação do discurso e a emocionar o auditório. Fontanier já ressaltara a relevância dessa figura do discurso: “La Répétition consiste à employer plusieurs fois les mêmes termes ou le même tour, soit pour le simple *ornement du discours*, soit pour une *expression plus forte et plus énergique de la passion*” – Fontanier (1977: 329) – destaque nosso.

Tal recurso estilístico, tradicionalmente utilizado no meio jurídico, em tribunais é, com muita frequência transposto para os documentos produzidos nesta prática discursiva. No caso específico desse gênero, a repetição de termos anafóricos, em especial dos SNs [o R.] e [os A.A.], evidentemente, produz os efeitos apontados por Fontanier. No entanto, ratificamos que, nesse gênero, essa recorrência de termos objetiva, principalmente, visa a manter a tradição de uma instituição milenar.

Em termos de engrenagem organizacional, como vimos em **6.3.3.1.**, observamos, na PI, vários *arrazoados heurísticos relativos* que mencionam apenas indícios de que [o R. não mora mais lá] de forma a sustentar o pedido de rescisão de contrato com pagamento das dívidas. Ora, esses *arrazoados heurísticos relativos*, conforme descrevemos, são descritos pelos mesmos aspectos:

⁵⁵⁵ Outras expressões são repetidas no texto em análise, por exemplo “a partir de”, “nunca mais”. Todavia, centramo-nos no estudo na repetição das formas anafóricas mais relevantes neste gênero.

NEG residência PT NEG vida social

Locutor recusa residência CT NEG vida social

O Locutor que apresenta esses artigos de 5º a 16º, que são individualmente arrazoados heurísticos relativos, acata NEG residência PT NEG vida social e recusa residência CT NEG vida social.

Ora, a presença desses arrazoados heurísticos, neste gênero, permite-nos considerar que os arts. do 5º ao 16 funcionarão como discursos independentes e cada artigo representaria um indício isolado, que demarcaria que [o R. não mora mais lá]. É com base nessa independência semântica ao nível organizacional, entre os discursos, que os SNs devem ser repetidos, de forma a não comprometer a clareza do documento. Sintetizando, a engrenagem organizacional, que faz uso desse tipo de arrazoadado, neste gênero, coíbe a engrenagem estilística, ‘obrigando-a’ a apresentar uma recorrência acentuada de anáforas nominais.

Também, é sabido que o advogado, ao peticionar, não quer dar nenhuma chance ao profissional da parte adversária para contestar o seu pedido. E, pensamos que o uso repetido das mesmas expressões, que corrobora para a clareza da explanação dos fatos, no documento, pode ser uma das estratégias utilizadas para evitar qualquer possibilidade de *contestação*, pelo advogado do Réu.

Podemos, ainda, tecer algumas considerações relevantes no que tange aos efeitos alcançados pela repetição de termos anafóricos junto ao interlocutor. A propósito, podemos pensar que a recorrência de termos é uma estratégia usada em função do interlocutor a que esse gênero, em especial, se dirige. Os juízes, que analisam essas peças processuais, não têm muito tempo disponível para a leitura de todos os processos que lhes chegam todos os dias. A recorrência de termos seria um facilitador da leitura do documento, podendo auxiliar na fixação de partes relevantes do texto pelo interlocutor. Dessa forma, os magistrados farão menos esforço na leitura do processo e selecionarão os artigos realmente relevantes para sustentar o pedido legal da PI. Acerca do papel da anáfora, como facilitador

da leitura, Coutinho, retomando algumas considerações sobre a *anáfora* desenvolvidas por Reichler-Béguelin (1988, 1989), afirma:

O mecanismo anafórico que dispensa a memória discursiva (e que corresponde a um modelo linear) implica *mais custos do ponto de vista da produção* (que se supõe fornecer o máximo de informação pertinente, tanto quanto possível sob forma lingüística); e *menos custos para a interpretação* (que tende, sobretudo no caso do texto escrito, sem articulação com as condições de produção, a esperar um máximo de informação explicitada, que permita resolver as anáforas por “encadeamento”).

(COUTINHO, 2001: 146) – destaque nosso

Todavia, essa repetição de expressões nominais pode ocasionar, no processo interpretativo, outro efeito interessante. O primeiro SN, no dicionário, apresenta, como uma das definições: “indivíduo acusado de ação criminosa ou de ato contra o interesse geral”⁵⁵⁶. Com isso, a recorrência do termo no documento poderia criar, junto ao juiz, uma pré-disposição para que o indivíduo seja condenado pelo ato cometido e ainda ratificar uma imagem negativa do Réu. Em contrapartida, o outro SN – [os A.A.] – é pouquíssimo salientado no texto: tal repetição não é de interesse no documento em questão, que é redigido pelo advogado *dos autores*.

Passaremos agora ao estudo minucioso de alguns *organizadores textuais* em suas várias funções, observando o seu grau de importância dentro da *dinâmica argumentativa* do gênero em análise.

Os OTs enquanto MAPs

Primeiramente, estudaremos os *OTs* que estruturam o texto fazendo ou não parte do conteúdo proposicional e que têm *função múltipla*: são organizadores textuais, porque demarcam unidades textuais; apresentam comportamento anafórico e marcam uma certa responsabilidade enunciativa. Em separado, trabalharemos os *OTs* metadiscursivos que não exercem função anafórica.

⁵⁵⁶ Cf. Ferreira (1999³: 1762).

Em seguida, passaremos aos *OTs não-verbais*, por nós denominados *sinais demarcatórios*, que também delimitam unidades textuais no exemplar do gênero em questão e, com isso, são considerados OTs.

Os OTs com função múltipla

Dentre os OTs por nós listados, podemos citar dois grupos:

- Os OTs que participam da estruturação do texto, abrindo e fechando UTs e fazem parte da estrutura proposicional: no caso do exemplar do gênero em análise, a expressão “os fatos supra referidos” (art. 18º).

- Os OTs que participam da estruturação do texto e não fazem parte da estrutura proposicional. São eles: “pelo acima exposto” (art. 17º); “por isso” (art. 19º, linha 1) e “em consequência [disso]” (art. 19º, linha 2); “nestes termos e nos melhores de direito” (art. 20º, linha 1); “para tanto” (art. 21º, linha 1).

Esses dois grupos têm em comum o fato de terem também um *comportamento anafórico*, como mostra a tabela a seguir:

OTs ou MAPs ⁵⁵⁷ com comportamento anafórico		
Termo referente	OTs atuando como termo anafórico	Localização desse termo anafórico
Corresponde ao conteúdo semântico de todas os artigos anteriores (1º a 16º)	“o acima exposto” em “pelo acima exposto”	Art. 17º
Corresponde ao conteúdo semântico de todos os artigos anteriores (de 1 a 17).	“Os factos supra referidos”	Art. 18º
Corresponde ao conteúdo semântico de todos os artigos anteriores (1º a 18º).	“isso” presente na expressão “por isso”	Art. 19º (linha 1)
“[...]Os A.A. pretendem que seja extinto o contrato de locação em causa [...]”.	“[disso]” presente implicitamente na expressão “em consequência”	Art. 19º (linha 2)
Conteúdo semântico presente nos arts. do 1º a 17º .	“estes termos” presente na expressão “nestes termos”	Art. 1º não numerado (linha 1)
Conteúdo semântico presente nos arts. 18º e 19º.	“os melhores de direito” inserido na expressão “nos melhores de direito” (Colocamos as duas expressões juntas por representarem um mesmo MAP)	Art. 1º não numerado (linha 1)
Todo o art. 20º: “NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO Deve a ação ser julgada procedente por provada e o R. condenado no pedido, nas custas e procuradoria condigna”.	“tanto” presente na expressão “para tanto”	Art. 2º não numerado (linha 1)

Pelo levantamento realizado, algumas considerações podem ser feitas no que tange ao *comportamento anafórico* desses OTs. Ressaltemos, inclusive, que esse comportamento está diretamente relacionado à transmissão de certa *responsabilidade enunciativa* aos OTs, como elucidaremos a seguir.

Em primeiro lugar, parece-nos ser uma característica do *gênero petição inicial* o fato de apresentar um número considerável de OTs, em *início do artigo*, com uma função anafórica, em que o antecedente corresponde a todo o conteúdo semântico de grandes blocos textuais, como vimos no emprego de “pelo acima exposto” (art. 17º, linha 1); “os fatos acima referidos” (art. 18º, linha 1); “por isso” (art. 19º, linha 1); “nestes termos” (art. 1º, não numerado, linha 1), ou ainda, em que o termo referente diz respeito aos artigos

⁵⁵⁷ Nesta tabela colocamos o termo OT ou MAP. Contudo, o segundo termo para nós é mais completo porque ressalta a prototipicidade do OT no gênero em que se insere.

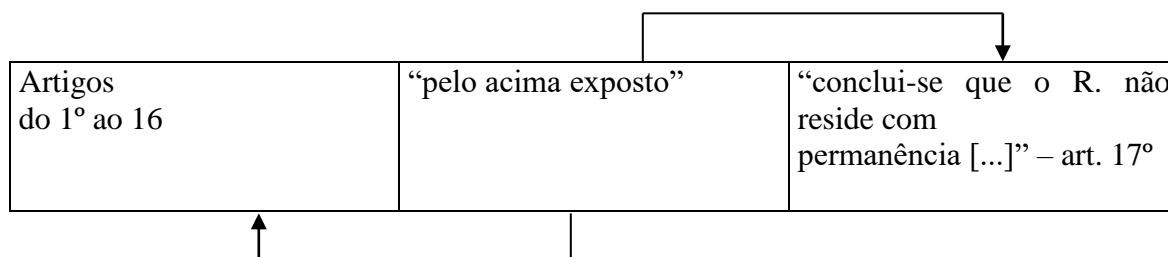
imediatamente anteriores, como no caso de “nos melhores de direito” (art. 1º, não-numerado, linha 1) “para tanto” (art. 2º, não-numerado, linha 1). Além disso, há casos em que o OT se encontra no interior do artigo e o termo referente, com função anafórica, é a proposição diretamente anterior, como se observa no emprego de “em consequência [disso]”.

A grande incidência de OTs com termos antecedentes que englobam grandes blocos textuais acentua o *caráter redundante* desse gênero, como mencionamos anteriormente quando destacamos as expressões negativas e as anáforas nominais. E, sobretudo, acentua uma *focalização* proposital de partes do texto. Notamos que grandes blocos são *focalizados* e *retomados* de uma *forma condensada*. Esses OTs funcionam como termos *attracteurs*, como menciona Berrendonner:

Des configurations [*satellites* → *attracteur*] se superposent ainsi au réseau des relations cotopiques, y découpant des sous-domaines d’objets. Ces constellations résultent de la projection, sur le substrat des relations de contiguïté aptes à supporter une inférence, d’un “point de vue de pertinence” restrictif, d’ordre axiologico-pratique. Parmi les traces linguistiques de ce phénomène, la plus nette est l’emploi des résomptifs *tout*, *tout ça* pour référer globalement, de façon floue, à une constellation.

(BERRENDONNER, 1990: 156)

Vejamos um exemplo:



Nesse caso, por exemplo, o OT “pelo acima exposto” funciona como *traço lingüístico*, que atua como termo *attracteur*, remetendo a todos os fatos apresentados, nos artigos do 1º ao 16º, que representam uma espécie de *constelação*. O termo *attracteur*, a partir desta *constelação*, desencadeia uma *transformação*: “pelo acima exposto”, tem-se uma conclusão

“conclui-se que o R. não reside com permanência [...]”. Dessa forma, há uma *focalização* do termo antecedente e um novo direcionamento: a seleção dos artigos mencionados (do 1º ao 16º) serve para que uma conclusão única seja tirada. Esta sustentará a fundamentação legal. Em virtude disso, é notório o *engajamento do Locutor* naquilo que é focalizado e selecionado.

Bronckart⁵⁵⁸ menciona que a exploração desse tipo de recurso, no caso a *focalização* de alguns segmentos do texto, seria uma das características esperadas do *discurso teórico*. Este é demarcado, conforme já citado, pela inserção de um mundo conjunto ao mundo ordinário do agente e, ao mesmo tempo, sendo objeto de um EXPOR, caracteriza-se por uma autonomia em relação aos parâmetros físicos da ação de linguagem a partir da qual o texto se origina.

Esse mecanismo de focalização que vimos é observável em todos os OTs com dupla função que foram listados.

Em segundo lugar, muitos desses OTs apresentam o pronome demonstrativo “isso”. Esse pronome pode vir a retomar *grandes* ou *pequenos blocos textuais*. No primeiro caso, tem-se o OT “por isso”, no art. 19º, que tem como termo antecedente o conteúdo semântico de todos os artigos anteriores (art. 1º a 16º). Já no segundo caso, apresenta-se no OT “em consequência [disso]”. Nesse exemplo, o pronome demonstrativo [isso] elíptico retoma o conteúdo semântico do enunciado imediatamente anterior: “os A.A. pretendem que seja declarado extinto, por resolução, o contrato de arrendamento em causa”. O uso desse determinante indefinido, quer seja explícito ou implícito, permite uma *delimitação do termo antecedente* e uma *seleção do mesmo*. Nomeadamente, a existência de uma *responsabilidade enunciativa* se mostra presente, uma vez que é o Locutor que seleciona qual será a extensão da delimitação do termo referente.

Ademais, os demais OTs, “os fatos supra-referidos” (art. 18º) e “para tanto” (art. 2º não-numerado) apresentam uma *marcação de responsabilidade enunciativa*, percebida

⁵⁵⁸ Bronckart (1999: 172).

lingüísticamente pela utilização dos termos “supra” e “tanto”, respectivamente. Existe também, nesses exemplos, a presença de uma *delimitação* e de uma *selecção* do termo referente, de total responsabilidade do Locutor.

Vale salientar a importância de um MAP bem característico desse gênero: “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO**”. Este MAP apresenta duas expressões que têm expressões referenciais distintas. A primeira seria o conteúdo semântico dos arts. do 1º ao 17º e a segunda, os arts. 18º e 19º, como vimos. Esse MAP merece uma atenção especial.

Em relação à expressão “nestes termos”, consideramo-lo um organizador, uma vez que delimita uma UT – UMT₄ – referente ao primeiro parágrafo não-numerado. No entanto, o determinante “estes” concorda em gênero e número com o substantivo que acompanha “termos”. Ainda, esse OT não está presente no conteúdo proposicional desse mesmo artigo. Pelo descumprimento dos dois últimos critérios, ele não seria um OT, segundo Schneuwly, Dolz & Rosat (1989).

Todavia, acreditamos que, nesse gênero, esse termo deveria ser considerado um OT com *comportamento anafórico*. Seria um OT pelo fato de abrir um bloco textual. Também ele apresenta um *comportamento anafórico* visto que o seu entendimento é recuperável a partir da releitura dos artigos 1º ao 16º que funcionam assim como *termo antecedente*.

Vale salientar que, no caso de gêneros mais instituídos, como a PI, há uma tendência à reprodução de modelos já existentes. E a expressão “nestes termos” é frequentemente utilizada neste gênero, acompanhada de “e nos melhores do direito”. Com base nisso, podemos salientar que, nos gêneros inseridos na prática jurídica, algumas construções sintáticas fixas são sempre reproduzidas, sem nenhuma modificação. Cada gênero, na realidade, *seleciona os seus próprios mecanismos de realização textual*. Estes, dependendo do gênero, podem ser mais ou menos padronizados, ou inovadores. Como afirma Coutinho:

O que parece importante sublinhar é o facto de cada, no interior do discurso em que se integra, **seleccionar e gerir os recursos disponíveis** – cabendo ao texto

concreto a escolha entre **reprodução** e inovação do gênero (ou entre um grau mais ou menos forte de reprodução ou de inovação).

(COUTINHO, 2004c: 295)

Quanto ao segundo termo, “nos melhores do direito”, observamos ser uma expressão bem característica do gênero em análise, como apontamos, vindo acompanhar sempre “nestes termos”. Essa expressão, nesse gênero, funciona como um *termo anafórico*, apresentando como *antecedentes*, os arts. 18º e 19º, que correspondem ao embasamento legal que sustenta o pedido da PI.

Feitas essas considerações sobre os MAPs, passaremos ao estudo dos OTs metadiscursivos que têm uma função dupla: são OTs e marcam o engajamento do Locutor no texto.

■ *Os OTs metadiscursivos*

Em relação aos organizadores metadiscursivos, podemos afirmar que, apesar de estarem em pequeno número no documento, têm um papel importante. Claramente, eles salientam o engajamento do Locutor no texto.

Por exemplo, no art. 4º, o termo “habitação regular” é reformulado por “centro da sua vida familiar, social e doméstica”, através do uso do *organizador metadiscursivo*, “isto é”. Esse OT introduz um segundo termo que acrescenta, ao significado do primeiro, valores diferenciados. O termo “habitação”, inicialmente, impessoal, é enriquecido pela presença dos adjetivos “familiar, social e doméstica” acrescentados ao substantivo “vida”. Essa reformulação contribui para uma conotação positiva do termo “habitação” e aumenta, a nosso ver, o *poder persuasivo* do artigo em questão. Podemos afirmar que aquela habitação não era um lugar qualquer, mas um “centro de sua vida familiar, social e doméstica”.

Há que assinalar ainda que a utilização desse organizador permite articular dois pontos de vista que são apresentados como equivalentes⁵⁵⁹. O primeiro ponto de vista seria o do enunciador 1: “há mais de um ano, o R. deixou de utilizar o andar como sua habitação”. O outro ponto de vista seria o do enunciador 2: “como centro de sua vida familiar, social e doméstica”. Sendo que é a esse ponto de vista que o Locutor adere.

Verificamos também que o OT “com efeito”, no art. 5º, incide sobre o conteúdo do enunciado “o R. deixou de aí pernoitar” e acrescenta uma espécie de comentário do Locutor.

Consideramos que esses dois organizadores metadiscursivos pontuados no texto são *indícios do engajamento do Locutor no universo textual*. Apesar da inexistência de marcas explícitas de 1ª pessoa do singular ou do plural, características que marcariam obviamente a presença do Locutor, ele se faz presente através da seleção dos OTs metadiscursivos apresentados. Essa *heterogeneidade enunciativa* também é marcada, como vimos anteriormente, pela recorrência de expressões negativas, pela escolha de OTs vários com função múltipla.

Passaremos a trabalhar os sinais demarcatórios que são OTs não-verbais bem característicos do gênero em análise.

■ *Os OTs não-verbais – os sinais demarcatórios*

Como mencionamos anteriormente, definimos os *sinais demarcatórios* como os marcadores numéricos que fazem a separação dos artigos na petição inicial.

Esses *sinais demarcatórios* são característicos do gênero em análise e serão, por nós, considerados OTs. À semelhança do que pontuam Schneuwly, Rosat & Dolz (1989), para caracterizar os OTs, como mencionamos em **5.4.2.1.**, esses *sinais demarcatórios* não fazem

⁵⁵⁹ Rossari descreveu exemplos de utilização do marcador de reformulação perifrástica (MRP) “c’est-à-dire”, em língua francesa – Rossari (1994). O funcionamento deste MRP também pode ser transposto para a expressão “ou seja” em português.

parte da estrutura proposicional; ligam e organizam unidades textuais; não estão sujeitos à concordância de gênero ou número com termos que lhe antecedem ou sucedem.

Esses *sinais demarcatórios* são OTs importantes nesse gênero, porque marcam uma hierarquização no texto em análise: do numeral ordinal 1º ao ordinal 17º, temos a causa do pedir; os ordinais 18º e 19º delimitam o enquadramento legal com o pedido propriamente dito (o próprio objetivo da PI). A própria estrutura da PI, codificada pelo CPC, segue essa ordem.

Isso reitera o fato desses *sinais demarcatórios*, com uma finalidade hierárquica, suprirem, nesse gênero, uma espécie de ‘lacuna’ deixada por organizadores textuais verbais. Como vimos, esses *sinais demarcatórios* acentuam, no exemplar do gênero em análise, a redundância, com repetição de diversos conteúdos e *não uma evolução* da organização de um conteúdo temático⁵⁶⁰, como seria observado em vários outros gêneros.

Os organizadores textuais e a problemática dos gêneros

Como vimos pelo levantamento feito, a PI apresenta um grande número de OTs, que além de participarem da abertura e /ou fechamento de blocos de unidades textuais, denotam um comportamento anafórico e têm uma marcação de responsabilidade enunciativa. Esses OTs, com funções diversas, parecem-nos uma característica estilística do gênero em análise. Dentre esses OTs, destacamos: vários OTs que apresentam um comportamento anafórico e ainda marcam uma responsabilidade enunciativa; OTs metadiscursivos que denotam certa responsabilidade enunciativa. E também OTs não-verbais bem característicos desse gênero, os *sinais demarcatórios*, que só atuam como OTs.

Os OTs, que funcionam como MAPs nesse gênero e que estão situados principalmente em início do artigo, apresentam, em sua maioria, como termo antecedente, vários blocos textuais. Desse modo, o leitor é obrigado a sempre recuperar o conteúdo semântico dos

⁵⁶⁰ Para Bronckart, “o conteúdo temático (ou referente) de um texto pode ser definido como o conjunto das informações que nele são explicitamente apresentadas, isto é, que são traduzidas no texto pelas unidades declarativas da língua natural utilizada”. Bronckart (1999: 97).

artigos anteriores, propiciando ao interlocutor, talvez, uma maior fixação dos fatos selecionados pelo Locutor. E, ainda, tal estratégia pode vir a corroborar uma das características da PI: a sua redundância – os fatos são repetidos de forma diferente ao longo do texto, como vimos na explanação da EO.

Esses MAPs, por agruparem blocos que os antecedem, apresentam as ‘impressões digitais’ do agente produtor. Este é responsável por selecionar os fatos relevantes e pela correta localização dos MAPs os quais irão retomar e sintetizar os fatos (unidades textuais anteriores). Claramente, esses MAPs denotam uma *responsabilidade enunciativa*, pelo grau de engajamento textual do Locutor.

Os *organizadores metadiscursivos*, embora poucos, marcam a presença direta do Locutor no texto, imprimindo a este certo tom. Embora o documento jurídico em análise possa parecer objetivo, ele apresenta indícios de *heterogeneidade enunciativa*, como constatamos.

Os *sinais demarcatórios*, conforme salientamos, são característicos desse gênero. Devido a esses *sinais demarcatórios*, podemos distinguir, por exemplo, onde se encontra o pedido, o dispositivo legal que o sustenta, já que estes elementos vêm sempre nos últimos artigos do documento.

As modalidades enquanto MAPs

Observam-se, no caso da PI em análise, *modalidades epistêmicas e intersujeitos*⁵⁶¹. Vejamos os exemplos a seguir:

No art. 17º, temos:

⁵⁶¹ Algumas reflexões sobre as modalidades na petição inicial foram expostas no trabalho: “As modalidades lingüísticas nos gêneros de texto – que previsibilidade?”, apresentado na Universidade do Minho, em Braga, no III Encontro Internacional de Análise do Discurso, em outubro de 2005.

“Pelo acima exposto, conclui-se que o R. não reside com permanência e habitualidade no andar locado, pois os factos decorrentes de uma vida social e doméstica centrada no arrendamento não se verificam”.

No exemplo escolhido, o Locutor assume inteiramente a não-validação da relação predicativa. Dessa forma, o enunciado tem o valor de uma *asserção estrita negativa*. No caso, o Locutor mostra todo o seu conhecimento no que tange à relação predicativa e, com isso, ressalta o seu grau de certeza e de autoridade sobre o que é afirmado, uma vez que esse Locutor institucional é o detentor do saber. Numa escala de valores assertivos, teríamos uma *asserção estrita negativa*, no pólo positivo.

Já no art. 18º, teríamos:

“NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO Deve a presente acção ser julgada procedente por provada e o R. condenado no pedido, nas custas e procuradoria condigna”.

Nesse caso, podemos pensar na existência de uma convergência entre uma *modalidade subjetiva epistêmica* e uma *modalidade intersubjetiva*.

Em enunciados, em que o verbo “dever”, com valor epistêmico, faz-se presente, por exemplo, o Locutor não tem condição de validar ou invalidar uma relação predicativa. Desse modo, ele faz uso de outros conhecimentos, que funcionam como indícios para poder construir um *valor modal quase-certo*, que se aproxima da asserção estrita. E, com isso, a utilização do verbo “dever” atribui uma certa gradação a essa asserção.

Concomitantemente, no exemplo colocado, temos um caso de *modalidade intersubjetiva com valor deôntico*, inserido num enunciado na voz passiva. Existe, assim, uma espécie de atenuação da forma como o advogado interpela o Juiz. De certa forma, a modalidade, nesse gênero, legitima a hierarquização presente nessa prática social, em que o Juiz *é o magistrado*.

As modalidades e a problemática do gênero

Pelos dois exemplos que expusemos, observamos certa incidência de *modalidades epistêmicas* e *intersujeitos* na PI, o que pode vir a ser uma característica estilística do gênero em questão. Pensamos que a escolha dessas modalidades está diretamente relacionada ao *componente situacional* do gênero.

Essa peça jurídica tem um sobredestinatário – a Justiça – a quem este texto se endereça e, por isso, o grau de certeza das afirmações deve ser controlado para não ser tão incisivo. É a Justiça, a partir de um de seus representantes, o juiz, que detém o poder de decidir se aquele documento, no caso a PI, deve ou não ser aceito. A *modalidade subjetiva epistêmica* parece, assim, ser adequada a esse tipo de documento.

Por outro lado, a finalidade da petição inicial é fazer com que o juiz acate um pedido legalmente sustentado, ou seja, o juiz deve ser levado a agir. Com isso, a *modalidade intersubjetiva* também parece ser de grande relevância.

Os tipos de discurso enquanto MAPs

Sabemos que as configurações lingüísticas são de extrema importância para a identificação dos tipos de discurso⁵⁶². Dentre esses recursos, salientaremos o papel de alguns tempos verbais no exemplar do gênero em análise. Observaremos, primeiramente, o uso do pretérito perfeito⁵⁶³ (doravante P.P.), que caracteriza, o mundo da ordem do NARRAR e, em seguida, o do presente (doravante P.), que diz respeito ao mundo do EXPOR.

⁵⁶² Cf. 3.3.4..

⁵⁶³ Priorizamos a abordagem do interacionismo sócio-discursivo na análise dos tempos verbais, a partir de Bronckart (1999).

■ *O pretérito perfeito (P.P.)*

Em relação ao P.P., notamos que é grande a incidência desse tempo verbal no *desenvolvimento ou núcleo* do texto em questão (arts. do 5º ao 16º). A nosso ver, esse grande número pode ser explicado pelas coerções metatextuais às quais o gênero é submetido.

Conforme mencionamos, em **6.3.2.3.**, uma das partes importantes da PI seria a transcrição da *causa do pedir*. Percebemos, na prática, que esse bloco, correspondente ao relato dos fatos, é realizado principalmente no pretérito perfeito.

No entanto, qual seria a correlação que poderia ser estabelecida entre o uso do P.P. e a construção do mundo do NARRAR?

Sabemos, a partir de Bronckart (1999), que as coordenadas organizadoras do conteúdo temático de determinado texto podem estar *disjuntas* às da ação de linguagem e, nesse caso, teríamos a presença de dois mundos discursivos: mundo do NARRAR implicado e o mundo do NARRAR autônomo. No primeiro caso, haveria a implicação de alguns parâmetros da ação de linguagem em curso; no segundo caso, há uma espécie de desvinculação relativa às condições de produção.

No caso do P.P. utilizado no documento em análise, percebemos que todas as incidências desse tempo verbal representam o mundo do NARRAR implicado. Vejamos os exemplos que se seguem.

Verbo	Localização	Mundo discursivo	Justificativa
"deixou"	Art. 4º (linha 1)	NARRAR implicado	Presença de um dêitico temporal "há mais de um ano" que demarca uma origem temporal relacionada ao momento da interação.
"deixou"	Arts. 5º e 8º	NARRAR implicado	Origem temporal implícita: [há mais de um ano] presente no art. anterior.
"foi visto"	Arts. 6º, 7º e 9º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: "nunca mais".
"deixou"	Art. 10º	NARRAR implicado	Origem temporal implícita: "há mais de um ano".
"foi desativado"	Art. 13º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: "há mais de um ano".
"tomaram"	Art. 14º	NARRAR implicado	Demarcação espaço-temporal: "entre Maio de 1999 e Agosto de 2000".
"deixou"	Art. 15º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: "a partir de Maio de 2001".
"teve"	Art. 16º	NARRAR implicado	Origem temporal demarcada: a partir de Fevereiro de 2001.

Pelo que expusemos, o gênero PI apresenta um grande número de verbos no pretérito perfeito que descreve, no texto em questão, o NARRAR implicado. Todavia, qual seria o efeito provocado por esse *mundo discursivo* dentro desse gênero?

Como já foi referido, o gênero em questão tem como uma das partes obrigatórias, o relato dos fatos (como vimos quando levantamos as coerções metatextuais estipuladas pelo *Código de Processo Civil*). Com isso, a utilização de um tempo verbal, no caso o P.P., com demarcações temporais claras é de grande valia. Não se pode deixar de mencionar que a *clareza da causa do pedir* é fundamental e, para tal, há a necessidade do uso de algumas expressões temporais que marquem a origem dos acontecimentos. Isso explica a grande incidência do P.P. que representa o NARRAR implicado. O P.P., nesse caso, é uma das configurações lingüísticas que semiotizam o *relato interativo*, como tipo de discurso.

Passaremos agora ao estudo do presente, no exemplar do gênero em análise.

■ *O presente do Indicativo (P.)*

Quanto ao P., notamos que é a forte presença desse tempo verbal em todo o exemplar do gênero em questão. Contudo como poderíamos correlacionar a utilização do P. com a construção do mundo do EXPOR?

Quando expusemos a acepção de *mundos discursivos*, para Bronckart, em 3.3.4.1., mencionamos que, quando as representações mobilizadas não se ancoram em nenhuma origem específica e, também, se organizam de acordo com as coordenadas gerais do mundo da ação de linguagem que está em curso, teríamos uma exposição de fatos, ou seja, a criação do mundo da ordem do EXPOR. Dentro desse mundo, haveria o mundo do EXPOR implicado e o do EXPOR autônomo. No primeiro, haveria uma relação de *implicação* com os parâmetros da ação de linguagem, identificável pelo uso de referências dêiticas, por exemplo. No segundo, tal relação não existiria, haveria uma *autonomia* em relação aos parâmetros da ação de linguagem e a conseqüente ausência, por exemplo, das marcas lingüísticas anteriormente citadas.

Realizada essa breve recapitulação do que Bronckart (1999) denominava mundo do EXPOR e suas variações, passaremos à análise dos casos de P. empregados no texto. Observaremos que os exemplos de P. utilizados no documento em análise representam, sobretudo, o mundo do EXPOR implicado nesse gênero.

Vejamos os exemplos que se seguem:

Verbo/expressão verbal	Localização	Mundo discursivo	Justificativa
“vêm intentar”	linha 6	EXPOR implicado	Existe uma marcação da data em que a PI dá entrada no Juízo Cível. No caso do documento, consideramo-lo implícito.
“são”	Art. 1º (linha 1)	EXPOR implicado	Justificativa equivalente à da expressão verbal “vêm intentar”.
“junta” e “dá”	Art. 1º (linha 4)	EXPOR autônomo	Não implicação dos parâmetros do contexto de produção.
“é”	Art. 3º	EXPOR implicado	Implicação do momento de interação, observável a partir de “actualmente”.
“é”; “se verifica”; “reside”	Art. 11º (linha 1)	EXPOR implicado	Época da produção da PI
“conclui”, “reside”	Art. 17º (linha 1)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“verificam”	Art. 17º (linha 3)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“integram”	Art. 18º (linha 1)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“pretendem”	Art. 19º (linha 1)	EXPOR implicado	Data da produção da PI (implícita)
“deve”	Art. 20º (linha 1)	EXPOR implicado	Data de produção da PI (implícita)
“requer” “se digne”	Art. 21º (linha 1)	EXPOR implicado	Data de produção da PI (implícita)

Em relação ao presente, observamos que ele aparece em todo o texto. Qual o valor que esse tempo verbal pode vir a assumir no exemplar do gênero em análise?

Claramente, pelo que apresentamos, o P. representa o EXPOR implicado e corresponde a uma das formas lingüísticas que marcam o *discurso interativo*. Todavia, no gênero em análise, este P. apresenta duas atuações distintas.

Na introdução e no desenvolvimento (parte da PI inicial não-numerada e arts. do 1º ao 16º), o P. é usado para *descrever* aspectos relativos às partes do processo, ao valor da renda

mensal, aos fatos: “os A.A. são comproprietários do prédio urbano [...]” (art. 1º); “A renda mensal é actualmente [...]” (art. 3º).

No *fecho* do documento, em que estão inseridas as UMTs, como mencionamos em **6.3.3.1.**, a causa do pedir é sustentada legalmente. E neste trecho, o P. passa a estar mais diretamente contextualizado no âmbito jurídico. Em função disso, talvez, constatamos que o P. vem freqüentemente acompanhado por outros recursos lingüísticos como OTs verbais. Por exemplo, os arts. 17º, 18º, 19º, primeiro e segundo arts. numerados, são todos introduzidos por OTs: “pelo acima exposto”, “os factos supra referidos”, “por isso”, “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DO DIREITO**”, “para tanto”. Todos esses recursos utilizados são representativos do EXPOR autônomo que é traduzido textualmente pelo *discurso teórico*. É com base nesta constatação que podemos supor que o P. no fecho, apesar de estar implicado no momento de produção ou de apresentação da PI ao Juízo Cível competente, possa vir a estar ‘contaminado’ por essas marcas de *discurso teórico*. Com isso, esse P., apesar de ser uma marca lingüística de identificação do *discurso interativo*, neste gênero, pode assumir um caráter diferenciado, aproximando-se de um presente que traduziria uma espécie de verdade geral. Nesse caso, o uso deste P. corroboraria para legitimar a força da instituição judicial.

Estudada a importância dos dois tempos verbais: o pretérito perfeito do indicativo e o presente do indicativo, ratificaremos a importância do emprego destes, para a caracterização do gênero, no item a seguir.

Os tempos verbais e a problemática dos gêneros

Pelo inventário dos verbos dos mundos do NARRAR e do EXPOR, pudemos confirmar a grande incidência de verbos da ordem do NARRAR implicado e da ordem do EXPOR implicado. Essas escolhas proferidas pelo Locutor têm efeitos bem relevantes na PI.

Primeiramente, a utilização do pretérito perfeito, descrevendo o mundo do NARRAR implicado, vindo assim acompanhado de organizadores textuais temporais, como “a partir

de Maio 2001”; ou ainda, “a partir de Fevereiro de 2001” é uma das condições impostas pelo próprio metatexto do gênero em questão. O recurso à delimitação temporal é necessário para a transcrição detalhada dos fatos. Embora o CPC não pontue a obrigatoriedade da existência de uma marcação temporal, ela, como se vê nos exemplares do gênero, é de fundamental importância para o relato minucioso dos fatos. Dentro desse contexto, o *pretérito perfeito*, na língua portuguesa, seria considerado o tempo de base para descrever esse mundo construído pelo agente produtor, de caráter disjunto-implicado. A disjunção é marcada, como vimos, pelo distanciamento em relação à ação de linguagem em curso, já a implicação é acentuada pela ancoragem espacial.

Quanto ao uso do P. nesse gênero, é de se notar sua importância principalmente no fecho do documento, momento crucial do texto em que o pedido judicial é feito e o dispositivo legal que o sustenta é realmente apontado. A utilização desse tempo verbal que representa o mundo do EXPOR implicado acompanhado de outros recursos lingüísticos que denotam o EXPOR autônomo, como os OTs, se por um lado ajuda a descrever a realidade dos fatos, por outro legitima a força e a rigidez da instituição.

Terminado o levantamento dos MAPs que fazem parte da EE do gênero em análise, passaremos ao estudo da EEA da PI.

6.3.3.3. Engrenagem estilística ampliada (EEA)

No discurso jurídico, há praticamente um apagamento completo de marcas explícitas que denotariam a presença do agente produtor: o advogado que assina a petição inicial. Não existem, por exemplo, pronomes de primeira pessoa, marcas explícitas de modalização subjetiva, como vemos em outros gêneros. No entanto, o advogado, enquanto jurista e Locutor, tem uma *representação* do que venha a ser um texto jurídico e tem em mente a existência de um sobredestinatário, que seria a própria Justiça em que estariam inseridos também os seus representantes legais. E é a partir da imagem que o Locutor tem desta que o texto é construído.

Poderíamos pensar que a criação de um *ethos institucional* que se denominaria *impessoal* seria constitutivo do discurso jurídico, como o seria em outros tipos de discurso como o científico ou administrativo. No entanto, o que denominaríamos de *grau zero de ethos*, presente nesses diversos tipos de discurso, não seria o mesmo. Tentaremos, então, mostrar, a seguir, que esse *ethos imparcial* na petição inicial é marcado por estratégias diferenciadas o que lhe concederá um tom diferenciado em relação a gêneros de outros discursos que apresentam características similares.

A cena de enunciação na petição inicial

Na PI, temos como *cena englobante* um discurso jurídico que, enquanto petição inicial, tem como objetivo fazer um pedido a um juiz de direito, baseando-se em preceitos legais, o que corresponderia à *cena genérica*. Para atingir esse intuito, toda uma *cenografia* de imparcialidade e redundância é instaurada de forma a legitimar o documento, que deve atender às exigências prescritas pela instituição na qual ele se insere: a Justiça. Todavia, é, sobretudo, o texto empírico produzido dentro dessa formação sócio-discursiva específica que *constrói e reconstrói* indefinidamente, a instituição da qual ele faz parte. Ao lermos um texto desse tipo (quando o fazemos, porque não é a nós diretamente endereçado), construímos uma imagem de uma Instituição racional, imparcial. A maneira de o advogado se expressar textualmente, seguindo preceitos metatextuais como mencionamos, legitima a imagem do *ethos pré-textual* dele mesmo e daquele a quem ele se dirige. Esse texto é redigido e lido por um jurista e deve respeitar aquilo que a Justiça estipula para documentos desse tipo: eles devem ser imparciais e devem respeitar regras estabelecidas pelo CPC.

E, nós, enquanto leitores, somos contaminados pela atmosfera, criada e legitimada textualmente, desse *ethos* imparcial. Temos instaurada, dentro de nós, a *representação* do que venha a ser um discurso jurídico: todos os textos nele inseridos têm um tom imparcial, remetendo-nos à idéia de que a lei é feita para todos e todos têm acesso a ela. Existiria, assim, um Locutor que estaria hierarquicamente acima do advogado enquanto jurista – a própria Lei.

Ethè e pathè na petição inicial

A petição inicial, como outros gêneros mais instituídos, segue modelos pré-estabelecidos e, conseqüentemente, não apresenta quase variação na sua cenografia.

Em relação ao *ethos institucional*, ele se mostrará sempre *imparcial*, no entanto, no documento em análise, se manifestará de formas diferentes: mais *racional*; mais *redundante*, mais *autoritário*. Todas essas tentativas de classificação se basearão, como veremos, em algumas engrenagens organizacionais e estilísticas elencadas.

Quanto ao primeiro tipo de *ethos*, ele é de extrema importância no documento em análise. Vimos, por exemplo, que a UMT₃, que poderia ser traduzida por dois encadeamentos argumentativos (um em PT aceito pelo Locutor e outro em CT recusado pelo mesmo), mostraria o ponto de vista desse enunciador institucional racional a quem o Locutor adere: [Inexistência legal de residência permanente PT despejo do Réu com pagamento de dívidas]. Aqui, a questão da Lei (enquanto Instituição) é de extrema importância. É só a partir dela que o despejo do Réu pode ser justificado, com conseqüente pagamento de todas as dívidas.

Ainda, esse *ethos institucional racional* pode ser percebido, não apenas a partir da *engrenagem organizacional* do texto que, como foi colocado, apresenta uma *dispositio* que muito se assemelha a da retórica clássica, mas também pelo uso de organizadores textuais verbais e não-verbais. Estes procuram organizar o texto, segmentando-o e, ao mesmo tempo, hierarquizando-o. Ressaltemos a relevância, nesse gênero, dos sinais demarcatórios e dos vários organizadores textuais com valor anafórico utilizados no documento em questão como: “pelo acima exposto”; “os fatos acima referidos”, “para tanto”, dentre outros. Esses MAPs, como vimos, têm uma função múltipla: organizam racionalmente o texto, facilitando a leitura e retomando aspectos anteriormente citados e marcam o engajamento do Locutor no texto.

Haveria, ainda, o *ethos redundante*, imposto pela própria Instituição que, por sua vez, é observado tanto ao nível da EO quanto da EE. Em relação à EO, esse tipo de *ethos* pode ser constatado, pela repetição, em grande parte do documento, dos mesmos encadeamentos argumentativos nas diversas UTs. Por exemplo, já foi citado que os artigos do 5º ao 16º poderiam ser traduzidos pelos mesmos aspectos, que correspondem aos pontos de vista de dois enunciadores:

Inexistência de vida social/doméstica PT não residência do Réu

Locutor recusa existência de uma vida social/doméstica CT não residência

Sendo que é ao ponto de vista do primeiro enunciador que o Locutor adere. Inclusive, essa redundância estrutural poderia ser uma característica desse gênero, que não quer deixar margem para uma possível contestação da outra parte.

A propósito vimos que, a partir do inventário feito de expressões anafóricas, o termo “O R.” foi repetido doze vezes; o sintagma “Os AA”, quatro. E levantamos a hipótese de que essa alta incidência de anáforas nominais fosse uma das características do gênero em questão. Essa repetição acentuada corroboraria para a construção desse *ethos redundante*.

O fato de termos observado, pelo levantamento das engrenagens estilísticas, a presença de uma *negação descritiva*, como vimos a partir da descrição do advérbio de negação “não”, no art. 17º, ou ainda de trechos de discurso teórico, observável pelo uso de OTs com função múltipla, corroboram para enfatizar um *ethos institucional austero* e, por vezes, até *autoritário*. O agente produtor faz suas escolhas estilísticas no intuito de perpetuar a própria tradição da instituição.

Face a esses *ethè*, subordinados ao que nós denominamos *ethos institucional* haveria um *pathos* envolvido?

A nosso ver, como defendemos anteriormente, não existe *ethos* sem *pathos*. Um é construído em função do outro e vice-versa, de acordo com coerções impostas pelo gênero

em que eles estão inseridos. Claramente, o Locutor atingirá o seu interlocutor transportando, para o texto empírico, a imagem de um interlocutor que corresponde à Justiça. E, como tal, faz suas escolhas organizacionais e estilísticas de forma a transpor para o texto estratégias compatíveis com a Instituição à qual este sobredestinatário se faz presente. Com isso, a própria inexistência de paixões no sentido aristotélico da palavra, legitima a existência do que para nós pode ser considerado um *pathos* imparcial. Este é construído a partir da cenografia criada pelo *ethos institucional* em suas várias configurações.

6.3.4. Dinâmica argumentativa no estudo de caso 2 - Petição inicial

Como fizemos com o editorial, estabeleceremos as inter-relações mais relevantes entre as engrenagens textuais e os componentes externos. Adiante, apontaremos qual a interferência que determinada engrenagem tem na outra e vice-versa.

6.3.4.1. Inter-relação das engrenagens com os componentes externos

Como já procedemos em relação aos componentes externos do *outdoor* partidário, enfatizaremos aqueles que são de maior importância para a imposição de coerções sobre as engrenagens textuais no gênero em análise. São eles: o *componente situacional* – instâncias interlocutivas, finalidade externa e lugar de circulação – e o *componente metatextual*.

Como já é de nosso conhecimento, o autor da PI é um indivíduo que atua como advogado e se dirige a um membro representativo da Justiça, no caso o *leitor evocado* é um juiz de direito. Essa situação comunicativa imporá limitações no que tange à escolha das imagens do Locutor a serem selecionadas textualmente. A imparcialidade e a redundância são características exigidas a esses profissionais e devem estar de alguma forma materializadas ao nível textual. Desse modo, a EE e a EO escolhidas refletem e refratam as imagens desse Locutor.

Por outro lado, a PI tem um objetivo: peticionar ou fazer um pedido legalmente sustentável a um juiz de direito. Para isso, deve seguir regras estipuladas pelo *Código de Processo Civil*, conforme mencionamos. E, pelo próprio fato do bedecer a *coerções metatextuais* pré-estabelecidas, é criado um espaço para a instauração de uma cenografia que segue padrões bem rígidos, sendo pouco suscetível a variações. Na realidade, ela está inserida em um gênero mais instituído, pouco passível a alterações. Essas questões refletiram na incidência freqüente de OTs com dupla ou tripla função e de expressões anafóricas recorrentes, como vimos ao analisar as EEs do estudo de caso.

Lembremos, ainda, que a PI circula na esfera jurídica. Essa prática social impõe algumas coerções de caráter estilístico, organizacional, decorrentes tanto do metatexto que regula a elaboração dos documentos jurídicos, quanto do respeito à tradição que demarca de forma bem peculiar a Justiça enquanto instituição.

6.3.4.2. Inter-relação entre as engrenagens

Primeiramente, observamos que a PI apresenta uma *dispositio* centrada nos moldes clássicos, com isso faz uso de um grande número de organizadores textuais, quer sejam verbais ou não-verbais, que estruturam o texto, hierarquizando-o. Esses aspectos organizacionais e estilísticos transmitem o ar de imparcialidade e de austeridade ao documento e contribuem para a construção de um *ethos institucional imparcial racional*. Ademais, alguns MAPs, que fazem parte da EE, como os OTs com valor anafórico – “pelo acima exposto”, “os factos supra referidos”, “**NESTES TERMOS E NOS MELHORES DO DIREITO**” – e os tempos do NARRAR, colaboram para a construção de um *ethos* institucional redundante.

6.4. Estudo de caso 3 – Editorial

6.4.1. Uma breve introdução

Inicialmente, teceremos alguns comentários acerca do editorial jornalístico. Em **6.4.1.1.**, mostraremos o seu significado, a partir da importância dos aspectos *topográficos* e *tipográficos* a ele relacionados e exemplificaremos com os textos que compõem os *corpora*. Tais aspectos, individualmente, remeteriam a questões *intertextuais*, *peritextuais* e *situacionais*, de um lado, e a *situacionais*, do outro. No entanto, resolvemos destacar esses dois itens devido à complexidade de questões relativas à vertente externa que envolviam. Esses elementos prévios se conjugam com os demais componentes externos que serão pontuados em **6.4.2.**

6.4.1.1. O significado do editorial

O *editorial*⁵⁶⁴ diz respeito a um discurso de opinião assinado por um dos membros da equipe diretiva do jornal e mostra o ponto de vista institucional (de determinado veículo) acerca de fatos sociais e políticos da atualidade. Tendo um teor persuasivo acentuado, apresenta uma forte intervenção na opinião pública, como atesta Fonseca:

Trata-se de um discurso de teor fortemente argumentativo, [...] orientado para a persuasão, para o *exercício da influência*. No seu todo, ele dá conta da força da palavra e do alcance que lhe é cometido enquanto *meio privilegiado de intervenção na formação dos cidadãos ou na formação da opinião pública – ou seja, enquanto meio privilegiado de intervenção na praxis social*.

(FONSECA, 2001a: 93) – grifo nosso

Vale salientar que a forma de apresentação do editorial, bem como a de outros gêneros midiáticos é de grande importância. Todavia, não se pode deixar de mencionar que essa

⁵⁶⁴ Gostaria de ressaltar alguns estudos sobre o editorial e outros discursos de opinião, realizados por teóricos de Portugal e do Brasil. No contexto do português europeu, devem ser consultados os trabalhos recentes de Fonseca (2001a, 2001b e 2004), de Carreira (2004) e de Ramos (1998). Já no do português do Brasil, podemos consultar os estudos de Oliveira (1995 e 2001).

‘roupagem’ variará em função da linha editorial do próprio veículo e das representações do público-alvo a que se destina.

No caso específico do editorial, poderíamos dizer que a maioria dos elementos que dele fazem parte (títulos, subtítulos, entradas) está relacionada às imposições estabelecidas pelo *contrato midiático* que, segundo Charaudeau⁵⁶⁵, define dois objetivos: o informativo e o da captação do leitor. O editorial, embora sendo um texto que marca a posição da instituição (do próprio jornal) acerca de problemas sociais, econômicos, políticos da época, não foge a esta regra.

Salientemos que, dentro da imprensa escrita, dois aspectos devem ser considerados quando pensamos no texto jornalístico e, no nosso caso em especial, no editorial: o posicionamento do texto na página ou *topografia* e a apresentação gráfica do texto ou *tipografia*.

Do ponto de vista *topográfico*, é importante mencionar que, de acordo com as definições clássicas do gênero, o editorial era sempre apresentado na primeira página do jornal, acompanhado de um fato relevante do dia. Assim, era estabelecida uma correlação entre a informação e o comentário.

No entanto, por influência da escola anglo-saxã, o editorial passou a ser colocado, por muitos veículos, no interior do jornal, numa página definida. No caso dos jornais *DN* e *Público*, por exemplo, de onde extraímos os editoriais que analisamos, há uma clara interferência dessa corrente.

Vale ressaltar que *topograficamente*, o editorial (identificado também pela própria etiqueta) apresenta-se no interior do jornal. No caso do editorial do jornal *Público*, ele era publicado, na época, na página 4, na editoria *Espaço Público*, sendo acompanhado de um *cartum*⁵⁶⁶ de

⁵⁶⁵ Charaudeau (1997a: 73-78).

⁵⁶⁶ O termo *cartum*, do inglês “cartoon”, é uma “narrativa humorística, expressa através da caricatura. [...] a narrativa do *cartum* pode comportar uma cena apenas ou uma sequência de cenas”. Pode confundir-se com a *charge* que é um *cartum* “cujo objetivo é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política”. O que distingue o *cartum* da *charge* é o fato de o primeiro fazer

Luís Afonso, das seções *Cartas ao Director*, de *O PÚBLICO* errou. Nessa mesma página, há também um espaço em que são disponibilizados alguns endereços de distribuição do jornal, a tiragem do dia e alguns aspectos legais e fiscais relativos ao veículo (número de contribuinte, número de depósito legal e número de registro do ICS). Na verdade, todos esses *elementos peritextuais* e mesmo *intertextuais* relativos ao editorial assinalam o seu grau de importância.

Em relação ao *DN*, o editorial se apresenta, na época, na página três, demarcado pela rubrica *editorial* e é acompanhado, na mesma página, por outras rubricas: *inquérito* (com opinião de pessoas sobre alguma questão social relevante da época), *mundo* (com informações de outros jornais) e *lido* (com trechos publicados de outros veículos).

Considerando-se que, normalmente, fazemos a leitura de um documento da esquerda para a direita (cf. 6.2.3.1.), o próprio posicionamento do editorial em relação aos diversos textos em volta marca a sua relevância dentro dessa página.

Em relação ao *caráter tipográfico*, o tipo utilizado no título do editorial é diferenciado em relação ao apresentado no corpo do texto. No caso do *Público*, os caracteres são sempre em itálico e em negrito para chamar a atenção do leitor e diferenciar o editorial dos demais gêneros. Ademais, o título (em caracteres maiores do que o corpo do texto) vem sempre embaixo da data de publicação do jornal, do lado esquerdo, o que concede atualização ao texto lido pelo leitor. Além disso, existe sempre uma *entrada*, extraída do próprio texto, dele destacada pela presença de duas linhas horizontais que a enquadram. Essa entrada apresenta-se em caracteres retos e com letras um pouco maiores do que as presentes no corpo do texto.

Já no *DN*, o título vem em caracteres retos, e eles estão em tamanho diferenciado, um pouco maior em relação ao do corpo do texto. A entrada é colocada à direita do editorial, em itálico, acima do nome e da fotografia do responsável pela redação do editorial.

uso de bonecos e não uma pessoa específica, enquanto que a segunda utilizar elementos da caricatura. Cf. Rabaça & Barbosa (2001: 112 e 126).

No caso do editorial que constitui o nosso *estudo de caso*, temos as seguintes características específicas:

Título: *Durão, esquerda e direita*

Data de publicação: 01/03/2002

Jornalista que assina: Manuel Carvalho

Veículo: *Público*

Tiragem média do jornal/mês de janeiro: 70.185

Nº de editoriais do *Público* que discorrem acerca das Legislativas (30 dias antes): 6

Tendo feito essas considerações preliminares, passaremos ao detalhamento dos componentes externos do gênero editorial, baseando-nos nos editoriais dos *corpora* de que dispomos.

No intuito de procedermos à exemplificação desses componentes, faremos uso de qualquer um dos exemplares e utilizaremos algumas convenções, que foram pontuadas no **capítulo 1** desta tese.

6.4.2. Componentes externos

Dentre os vários *componentes externos* que são por nós elencados, salientaríamos a importância dos *componentes metatextual, intertextual e situacional* (lugar de circulação e finalidade exterior) no gênero em análise. Todos esses aspectos, dentre outros apresentados, coíbem acentuadamente as escolhas organizacionais, estilísticas e enunciativas ampliadas, observáveis no universo textual.

6.4.2.1. Componente arquitekstual

Como afirma Bond⁵⁶⁷, o editorial corresponde a “um ensaio⁵⁶⁸ curto, embebido do senso de oportunidade”, diferindo do mesmo pela sua brevidade e por tratar “de um assunto pertinente só ao momento”. Dessa forma, pode ser ressaltada a influência literária do ensaio na própria origem do editorial jornalístico.

6.4.2.2. Componente intertextual

Em relação ao *componente intertextual*, podem ser identificados dois planos⁵⁶⁹:

- A inter-relação do editorial analisado com os fatos que circulam sobre questões relativas às Legislativas em Portugal.
- O *diálogo* explícito e implícito entre o editorial e as demais colunas (em gêneros diversos) que o circundam na mesma página.

Por exemplo, no anexo 3.7., extraído do *DN*, observamos que ele procura mostrar a tendência do candidato do PSD para prometer grandes obras (como o aeroporto da OTA), caso sejam adiados alguns projetos sociais. Na verdade, este texto dialoga, na época, com outros que vinham sendo publicados pela imprensa e que apresentavam as propostas dos vários partidos políticos sobre alguns investimentos estratégicos para o país.

Em relação ao segundo plano, podemos dizer que este editorial – o 3.7. – está dialogando com o comentário de Vital Moreira, publicado na rubrica *Lido*, em que o jornalista discorre sobre a necessidade de se defender uma política de déficit zero no país, qualquer que seja a região.

⁵⁶⁷ Cf. Bond (1962) *apud* Rabaça & Barbosa (2002: 255).

⁵⁶⁸ O ensaio é definido por Ferreira como “obra literária em prosa, analítica ou interpretativa, sobre determinado assunto, porém menos aprofundada e/ou menor que um tratado formal e acabado”. Cf. Ferreira (1999: 765).

⁵⁶⁹ Com isso, optamos por não apontar os ecos intertextuais que este editorial pudesse vir a ter com outros textos publicados no mesmo suporte material, nesse dia.

É importante salientar que o primeiro plano de intertextualidade relativo ao eco de outros textos no editorial está sempre presente, independentemente do texto selecionado. Em contrapartida, o segundo plano nem sempre é encontrado.

6.4.2.3. Componente metatextual

Quanto ao editorial⁵⁷⁰ do jornal *Público*, ele é regulamentado, assim como os outros textos publicados pelo jornal, pelo *Livro de Estilo* do *Público* (doravante LEP). Baseamo-nos na edição de 2005⁵⁷¹, que pontua coerções importantes do gênero em questão neste veículo. Passaremos, agora, a descrever algumas das limitações impostas pelo LEP a esse gênero relativas a aspectos tipográficos e estilísticos utilizados.

Primeiramente, esse gênero, assim como outros de opinião⁵⁷², deve apresentar textos breves, de interpretação clara e incisiva em que a opinião do autor sobre o tema esteja sempre presente. No entanto, qualquer opinião apresentada deve estar fundamentada, enquadrando-se nos preceitos de isenção ética e rigorosa que norteia a linha editorial do jornal. Ainda, “não é admissível a utilização de uma linguagem panfletária ou insultuosa” (LEP: 57). Lembremos que a assinatura do editorial, assim como a de todos os textos publicados no jornal, é obrigatória e, no caso específico desse gênero, é de responsabilidade de um elemento da Direção editorial.

Acrescentemos a isso o fato de haver uma série de regras básicas a ser usada na produção dos textos escritos. Dentre estas podemos citar: o uso da ordem direta das frases (sujeito, verbo e predicado); o cuidado no uso de adjetivos; o não-início de períodos com conjunções adversativas, com exceção do “mas”; a não-repetição de palavras ou estruturas (recurso este bastante utilizado em outros gêneros como o *outdoor* e a PI).

⁵⁷⁰ Já ressaltamos que, para Maingueneau, o editorial seria considerado um hipergênero por não sofrer coerções. Como vemos, no caso do editorial português, elas realmente existem.

⁵⁷¹ A primeira edição é de 1997.

⁵⁷² Dentre estes, podem ser citados o comentário (assinado por um diretor, um editor ou um jornalista) e a opinião (assinada por um convidado).

Vale mencionar que, no caso do *DN*, não foi encontrado, na época da elaboração dessa tese, um Livro de Estilo do veículo.

6.4.2.4. Componente discursivo

Os vários editoriais em análise estão inseridos no discurso jornalístico e, portanto, fazem parte de uma prática social que se caracteriza por apresentar textos que discorrem sobre assuntos bem atuais, de interesse da população.

6.4.2.5. Componente peritextual

Nos editoriais, assumimos que o título e a entrada fazem parte do universo textual, porque, como mostraremos em **6.4.3.1.** e em **7.4.1.**, eles têm um papel de grande relevância nessa construção. Todavia, consideramo-los como *unidades textuais periféricas* e não propriamente como *componente peritextual*. De certa forma, contestamos uma tradição que pontua o título, a par de outros elementos, como fazendo parte do *peritexto* (cf. **4.3.1.5.**), e juntamo-nos a Rastier, quando afirma: “sauf à réduire le texte à une simple et unique chaîne de caractères, le péri-texte appartient pleinement au texte.” – Rastier (2004: 124).

Assim, para nós, a partir do que colocamos em **4.3.1.5.**, o *componente peritextual* no editorial diz respeito aos textos que o circundam, na mesma página, e com os quais, ele *não* dialoga de forma explícita nem implícita. Dessa forma, dependendo do editorial analisado, esse componente sofre variação.

No caso do dia em que o texto do anexo 3 foi publicado, os textos das rubricas: *Cartas ao Director*, *O PÚBLICO errou* e informações relativas ao jornal que já citamos, constituem o *componente peritextual* do editorial, porque *não dialogam* com este último. Por outro lado, o editorial, em relação ao cartum de Luís Afonso (que o circunda), nesse dia específico, tem *mais um caráter intertextual do que peritextual*. O cartum traz uma crítica explícita à política internacional de George Bush. E, ao depararmo-nos com o primeiro parágrafo do

anexo 3, vemos que a atitude política de Durão Barroso é comparada à de Bush. Assim, o *diálogo* entre os textos das duas rubricas é claro.

6.4.2.6. Componente situacional

■ Época

Esta, como já salientamos nos outros estudos de caso, diz respeito a vários eixos:

■ ■ **Tempo empírico** – Normalmente, o editorial é produzido depois de várias discussões entre as editorias, na véspera de sua publicação. No caso do anexo 3, o editorial foi elaborado no dia 28 de Fevereiro de 2002, véspera da data em que o jornal circulou.

■ ■ **Tempo de circulação** – O tempo de circulação do editorial em análise – *Durão, Esquerda e Direita* – corresponde ao dia 1 de Março de 2002, data em que o editorial foi publicado e lido pelos leitores desse veículo.

■ ■ **Periodicidade** – Os editoriais têm uma *ocorrência singular*, são veiculados em determinado momento e discutem problemas sociais, políticos e econômicos do país, seguindo a linha editorial do jornal em que estão inseridos.

■ ■ **Duração de encadeamento** – O editorial apresenta, de forma geral, três níveis de leitura: o título (diz respeito a uma espécie de condensado⁵⁷³ do texto), a entrada (esta corresponde a um trecho do editorial que é destacado, como anteriormente mencionado) e o próprio corpo do texto do editorial. Caberá ao título e à entrada (mais condensada que o lide⁵⁷⁴ e mais desenvolvida que o título) o papel de chamar a atenção do leitor.

■ ■ **Continuidade** – Devemos mencionar que este editorial do jornal *Público* foi escolhido aleatoriamente, dentre seis, do mesmo jornal, que discorrem acerca das Legislativas, num

⁵⁷³ Cf. Fonseca (2001b: 97).

⁵⁷⁴ As características do lide foram apontadas em 5.4.1.1..

período de trinta dias antes da realização das mesmas. O assunto dos diversos editoriais pode até ser o mesmo, contudo não se observa continuidade entre eles.

■ ■ **Duração de validade** – Observamos, no caso de textos da imprensa, que estes perdem a validade muito rapidamente. Na verdade, como discutem questões atuais e dialogam com problemas que estão em evidência na sociedade, apresentam temas que se desatualizam com muita facilidade.

■ **Lugar**

Em relação aos editoriais, existe uma espécie de *lugar empírico* de produção (as instalações do próprio jornal) onde os editoriais são supostamente produzidos⁵⁷⁵. Há também um *lugar (espaço) de circulação* dos editoriais – espaço este que realmente impõe suas limitações à criação do gênero. No caso específico desse gênero, dois eixos devem ser observados.

O primeiro diz respeito ao espaço de circulação dentro do veículo em que o editorial está presente. No caso do jornal *Público*, ele está localizado na quarta página, na editoria, denominada *Espaço Público*.

Em relação ao segundo, seriam as próprias bancas de jornal, local em que o jornal é comercializado.

No caso específico desse gênero, será o *eixo referente ao espaço topográfico* – um dos eixos do *lugar* de circulação – que ditará coerções ao nível textual. Será pelo fato de ser etiquetado como *editorial*, de pertencer à editoria *Espaço Público*, juntamente com as outras rubricas como o *Cartoon*, as *Cartas ao Director*, que obrigará a uma formatação de texto que fará uso de estratégias persuasivas. Todos os gêneros desse espaço têm um objetivo persuasivo: diversas vozes, quer seja a do cartunista Luiz Afonso, quer seja do

⁵⁷⁵ Na realidade, o responsável pela redação desse editorial, o jornalista Manuel Carvalho, poderia produzi-lo em qualquer lugar, não sendo obrigatória a sua presença na própria redação do jornal.

leitor, ecoam opinando sobre determinados aspectos, com estilos bem diferenciados. Evidentemente, cada gênero imporá seus próprios formatos persuasivos.

■ Instâncias Interlocutivas

Normalmente, as *instâncias interlocutivas* do editorial são mais complexas do que a petição inicial, mas não atingem a complexidade do *outdoor* partidário. Descreveremos mais detalhadamente as relativas ao jornal *Público* e pontuaremos apenas alguns diferenciais do *DN*.

No caso do editorial português⁵⁷⁶, observa-se sempre a existência da assinatura de um responsável, membro da equipe diretiva do jornal. No *Público*, são três os jornalistas que assinam, na época, o editorial: Luís Miguel Viana, Manuel Carvalho e José Manuel Fernandes. Entretanto, até chegar-se realmente a um editorial pronto, várias etapas são perpassadas.

Inicialmente, existe uma ou algumas reuniões do diretor do jornal, na época, José Manuel Fernandes, com os diversos jornalistas que compõem a equipe responsável pelos editoriais. É a partir dessas reuniões que é decidido o tema do editorial (escolhido a partir dos assuntos locais, nacionais ou internacionais mais relevantes do dia) e quem irá assiná-lo. Obviamente, o texto produzido deverá ser adaptado ao espaço disponível na página (espaço sempre constante para a colocação do editorial) e poderá vir a sofrer alterações (modificações estas que, teoricamente, também devem ser autorizadas pelo jornalista que assina), em função do espaço disponível no veículo.

Vale salientar que, no editorial, o diretor do jornal na época, José Manuel Fernandes, poderá vir a ter a palavra final no que tange à escolha do tema a ser abordado e autorizar alterações no texto, se houver necessidade.

⁵⁷⁶ No caso do editorial, no Brasil, por exemplo, não existe a assinatura de apenas um responsável pelo editorial. Toda a equipe de direção assume esta responsabilidade.

No caso da produção do editorial, são três as instâncias de produção: um jornalista, membro da equipe diretiva do jornal, que assina o editorial, exercendo o papel institucional de editorialista. Existe também uma equipe de editores que é responsável pela escolha do tema, incluindo o diretor do jornal, José Manuel Fernandes. E há o responsável pela organização do texto dentro do espaço disponível. Tais instâncias interagem constantemente. Pelo exposto, as instâncias de produção do editorial são várias, embora caiba a apenas um jornalista assiná-lo.

Considerando que toda produção implica uma *representação* do público ao qual se destina, poderíamos definir, no mínimo, dois tipos de público relacionados às etapas de produção.

Primeiramente, haveria um *público mais genérico* que corresponderia aos leitores típicos do jornal (pessoas pertencentes às classes sócio-culturais A e B). A classe política do país faria parte desse público.

Em relação ao *leitor evocado*, teríamos aquele que o texto quer atingir: leitor habituado a ler o jornal, interessado nos problemas políticos e sociais do país. E também poderia ser incluída a classe política interessada em saber a direção do veículo sobre as Legislativas no país. E será a partir das representações que o jornalista que assina o editorial tem deste *leitor evocado* que fará as suas escolhas organizacionais e estilísticas.

Quanto ao *DN* são, também, três os jornalistas que assinam os editoriais analisados: António Ribeiro Ferreira, Mário Bettencourt Resendes (diretor do jornal na época) e Francisco Azevedo e Silva. As demais instâncias são semelhantes às que foram descritas para o *Público*.

É interessante ressaltar que o *caráter dessubjetivado* e imparcial do editorial talvez se deva ao fato de ter, dentre os leitores evocados, membros da classe política do país. É muito mais conveniente para o veículo, enquanto instituição, não se posicionar diretamente em relação a questões controversas no âmbito político, para o jornal não sofrer possíveis retaliações partidárias.

■ Finalidade

O editorial visa a transmitir o posicionamento do veículo em relação a algum tema da atualidade, devendo apresentar *mais um caráter demonstrativo do que realmente persuasivo*. Evidentemente, esse caráter não é definitivo. Considerando a existência de um *continuum* em que os *aspectos demonstrativo* ou *persuasivo* estariam presentes nos dois pólos em caráter absoluto, a *finalidade exterior* dos editoriais poderia ser identificada, nesse *continuum*, mais próxima do caráter demonstrativo. Admitimos a existência de editoriais que se preocupam *mais* em fazer com que o leitor reflita sobre determinado problema (mostrando fatos) do que propriamente tomando uma posição sobre determinado assunto (buscando persuadir o leitor). Todavia, como veremos pelas análises, esse caráter mais ou menos demonstrativo dependerá substancialmente do veículo em que o editorial está inserido.

No item **6.4.3.**, quando estudamos o *estudo de caso* para este gênero, e em **7.4.**, quando varremos outros textos dos *corpora*, observamos que o *Público* e o *DN* buscam finalidades externas diferenciadas, fazendo uso de *engrenagens organizacionais* distintas⁵⁷⁷: o primeiro veículo faz mais uso de *estratégias demonstrativas* e o segundo, de *estratégias persuasivas*. Por exemplo, a maioria dos exemplares do *Público* já tem, no título⁵⁷⁸, grupos nominais que se opõem semanticamente dando origem a um diálogo entre posicionamentos diferentes no corpo do texto. Esse é um dos aspectos que transmite ao texto um *caráter* mais *demonstrativo*. Por outro lado, o *DN* faz uso de títulos que traçam logo uma orientação de leitura para o corpo do texto. Com isso, desde cedo, notamos um posicionamento institucional claro, conferindo ao texto um caráter mais *persuasivo*.

Quanto à *finalidade interior*, ela variará conforme o texto em análise. O texto do anexo 3 visa a convencer, sobretudo, a classe dirigente de que é necessário demarcar um espaço

⁵⁷⁷ Mencionamos, aqui, a título exemplificativo, apenas a distinção observada a partir da *engrenagem organizacional*, mas poderíamos, também, salientar aspectos da *engrenagem estilística* ou *enunciativa ampliada*. No entanto, como veremos no **capítulo 7**, a análise contrastiva deste trabalho se restringe ao estudo da *engrenagem organizacional* nos dois veículos.

⁵⁷⁸ No *LEP* é colocado que o “os títulos do PÚBLICO são sempre descritivos” e ainda “o título é o elemento central da peça jornalística e deve funcionar bem, por si só, sem ‘muletas’”. *LEP* (2005: 60).

político claro. Um candidato, ao se candidatar pela esquerda ou pela direita, deve tomar atitudes condizentes com o lado político em que se situa.

É importante enfatizar que o *caráter persuasivo* dos editoriais difere do observado nos *outdoors* partidários. Nestes existe, certamente, por parte do veículo, uma preocupação em fazer com que o leitor adira a uma determinada idéia, fazendo-o tomar determinada decisão. Nos primeiros, a intenção é, sobretudo, fazer refletir sobre um assunto.

■ Suporte material

Os editoriais têm, como suporte material, folhas de papel jornal de tamanho definido, e a localização da página varia em função do veículo, como mencionamos quando analisamos o *lugar de circulação*.

6.4.3. Engrenagens textuais do estudo de caso 3 – Editorial

Neste item, apresentamos, em 6.4.3.1., as engrenagens organizacionais do nosso estudo de caso (anexo 3). Em 6.4.3.2., estudamos as engrenagens estilísticas do exemplar do gênero de texto em análise, concentrando-nos na descrição dos *mecanismos de argumentação prototípicos* (MAPs). Em 6.4.3.3., mostramos as engrenagens enunciativas ampliadas do texto que analisamos.

6.4.3.1. Engrenagem organizacional (EO)

No caso do gênero editorial, começaremos, tal como na análise dos outros gêneros, por desvendar a localização da plataforma geradora. Porém, para tal, recorreremos às *coerções metatextuais*, impostas ao gênero pelo *Livro de Estilo do Público* (LEP).

De acordo com o LEP, “o título é o elemento central da peça jornalística e tem de funcionar por si só sem ‘muletas’” – LEP (2005: 60) –, como já mencionamos em nota, no item **6.4.2.** E, além disso, acrescentaríamos que o título é de grande importância, uma vez que é a partir de sua leitura que o leitor se interessa em ler um editorial ou desiste de lê-lo.

Em relação a alguns critérios na elaboração dos textos, o *Livro de Estilo do Público* menciona que cabe ao jornalista: “preferir a frase afirmativa e o estilo direto, recusar a imprecisão e a ambiguidade, devem ser preocupações sempre presentes na redação de um texto jornalístico” – LEP (2005: 66).

Feitas essas considerações, passaremos a observar de que forma essas coerções repercutem no que tange à descoberta da PG e das relações argumentativas a ela relacionadas, no exemplar do gênero em estudo.

A relevância do título

Como mencionamos em **4.3.1.5.**, existe uma longa tradição teórica que considera que o título⁵⁷⁹ é um *peritexto*, visto que a sua autoria difere da do próprio texto em que está inserido. No nosso caso específico, juntamo-nos a Rastier (2004) e pensamos que o título também faz parte do texto, como veremos pelas análises, embora apresente uma outra autoria. Nós o definimos como uma *unidade textual periférica*⁵⁸⁰ (UTp), conforme mostramos em **5.4.1.1.** Com essa nomenclatura diferenciada em relação a toda uma

⁵⁷⁹ Para nós, o título não traduz apenas o conteúdo temático do texto em que se insere – como se considera normalmente –, ele faz parte de um gênero, e, como tal, sofre coerções por ele impostas, tendo assim uma função específica. Por isso, o título, nesse gênero, terá um estatuto diferenciado. Representará uma *plataforma condensada* do ponto de vista do agente produtor e uma *plataforma geradora* de relações argumentativas, no texto em questão, no processo de interpretação, como foi pontuado anteriormente. Esse título terá um papel relevante como uma espécie de *resumo-síntese* do texto – cf. Grize (1992: 9). Contudo, este *resumo-síntese* traduz uma *atividade comunicacional* no gênero em que se insere, uma vez que é elaborado em função de um interlocutor, do qual o locutor tem uma certa representação.

tradição, procuramos destacar o estatuto do título no gênero. O título, que é marcado com caracteres tipográficos distintos no editorial (no caso do editorial do *Público*, aparece em itálico para se destacar dos demais artigos), faz com que o leitor se sinta atraído a ler determinado texto. O próprio título, no caso do editorial que constitui o estudo de caso desse gênero (anexo 3), instaura uma espécie de ‘embate de vozes’ e caberá ao texto que o acompanha desvendar a questão. Esse *dialogismo* é marcado, no nosso título “Durão, esquerda e direita”, pelo uso do *organizador textual aditivo*⁵⁸¹ “e”. Um leitor mais atento ficará surpreso ao se deparar com uma afirmação desse tipo: como pode um candidato, conhecido de todos, ser ao mesmo tempo de esquerda e de direita? Com isso, esse leitor terá curiosidade de ler o texto na íntegra para observar o que o editorialista quer dizer com essa colocação.

Convém ressaltar que o fato de o título dos editoriais apresentar um *caráter ambíguo*, ao contrário do que prevê o próprio LEP, seria uma espécie de estratégia utilizada pela direção para introduzir um debate no interior do próprio texto. Dessa forma, pensamos que o título no editorial é de extrema importância e pode ser considerado, no nosso caso, uma UMT com função de *plataforma geradora* das relações argumentativas estabelecidas no texto.

Em suma, a partir do que foi exposto (relativo à diferenciação tipográfica e à ambigüidade instaurada), o título poderia funcionar como a PG do texto em questão, enquanto uma espécie de *resumo-síntese*⁵⁸² do texto. Passaremos agora a detalhar essa PG e a desvendar as relações argumentativas que aparecem no texto e que estão a ela relacionadas.

⁵⁸⁰ Outra UTp nesse gênero seria a entrada que, por opção, não é considerada nas nossas análises do estudo de caso conforme justificamos em **5.4.1.1.** Todavia, o funcionamento da entrada, enquanto UTp, neste gênero, será observado em **7.4.1.**

⁵⁸¹ Privilegiando uma análise textual, consideramos a conjunção “e”, nesta tese, como um organizador textual (OT).

Correlação dos componentes metatextuais com o editorial

Conforme mencionamos, o título, no gênero em análise – “Durão, esquerda e direita” –, funciona como a PG e é materializado por uma UTp ou uma UMT (uma vez que o próprio texto reflete a discussão suscitada pelo uso de palavras com sentido antagônico no título). Esta UMT poderia ser decomposta em duas unidades textuais: A UMT_{1x} que corresponderia apenas à unidade lexical “direita” e a UMT_{1y} que diria respeito à unidade lexical “esquerda”. As duas exerceriam uma espécie de *função de detalhamento* em relação à UMT.

A partir da UMT_{1x}, poderíamos pensar na existência de uma série de *argumentações internas* relacionadas a [ser de] “direita”. Vejamos alguns exemplos de encadeamentos argumentativos possíveis:

- (1) [Há a diminuição de algumas taxas PT ele⁵⁸³ pensa que vai haver maior crescimento]
- (2) [Existem modificações na Justiça PT ele crê que haverá maior desenvolvimento]
- (3) [Há privatizações PT ele pensa que há maior crescimento econômico]
- (4) [Existe um diálogo com os empresários PT ele pensa que há maior desenvolvimento]
- (5) [Há um corte de taxas específicas PT ele pensa num favorecimento da classe empresarial]
- (6) [Há reformas da legislação laboral PT ele pensa num maior desenvolvimento]
- (7) [Existe um maior diálogo com bancos PT ele pensa num maior desenvolvimento]

Sendo que algumas das *argumentações internas* relativas à UMT_{1x} são selecionadas pelo Locutor e ecoam em diversos momentos do texto. Por exemplo, logo no primeiro parágrafo, ao ser mencionado que Durão pensa em fazer no país um “choque fiscal” parecido com o

⁵⁸² Grize pontua quatro tipos de resumo: o *resumo-amostra*; o *resumo-substituto*; o *resumo-síntese* e o *resumo-descrição*. Cf. Grize (1992: 7-10).

⁵⁸³ Este ‘ele’ representa aquele que pensa ser de direita.

que George Bush fizera no governo americano, teríamos uma outra unidade textual – a qual denominaríamos UT_{1x} – subordinada à UMT_{1x} . Essa UT_{1x} pode vir a ser traduzida pelo discurso normativo apresentado em (1).

Também no primeiro parágrafo, quando é mencionado que Durão fará mudanças na Justiça como as feitas por Berlusconi, teríamos uma outra unidade textual também subordinada à UMT_{1x} , que seria a UT_{2x} , parafraseável pelo discurso normativo apresentado em (2).

Mas outros ‘ecos’ da UMT_{1x} se estendem também por todo o texto. Por exemplo, no terceiro parágrafo, quando é mencionado o programa de Durão, teríamos várias unidades textuais também subordinadas à UMT_{1x} :

“O seu programa – que insiste, por exemplo, no reforço das privatizações (UT_{3x}), em mensagens de graça para os empresários (UT_{4x}), nos cortes das taxas de IRS que só as classes mais altas pagam (UT_{5x}), ou até a sua ambiguidade em dizer sim ou não à liberalização da legislação laboral (UT_{6x}) – é claramente próximo do conservadorismo liberal, do centro-direita ou da direita, conforme a terminologia preferida” (UT_{7x}).

Sendo que todas as unidades textuais UT_{3x} , UT_{4x} , UT_{5x} e UT_{6x} poderiam apresentar as *argumentações internas* mencionadas em (3), (4), (5) e (6), respectivamente. Por outro lado a UT_{7x} sintetizaria todos os encadeamentos argumentativos presentes nesse trecho.

Com isso, justificamos que as UT_{xs} seriam identificadas através de *critérios aspectuais*: apresentam um dos aspectos apontados a partir da argumentação interna de UMT_{1x} .

Ademais, a partir da UMT_{1y} , que corresponderia a [ser de] “esquerda”, poderíamos pensar em uma pequena série de *argumentações internas*, tradicionalmente associadas à expressão:

(8) [Se existe um problema de ordem social PT ele vai tentar resolver o problema]

- (9) [Se existem problemas de ordem social PT ele vai atuar fazendo valer os preceitos ideológicos socialistas]
- (10) [Se existem problemas relativos ao trabalho PT ele vai atuar fazendo valer uma proteção às leis laborais]
- (11) [Se existem problemas de ordem social PT ele vai agir para fazer com que as forças sindicais atuem]

Dentre as argumentações internas mencionadas, dentre várias possíveis, observamos que apenas a (8) e a (9) podem ser inferidas a partir de algumas UTs subordinadas à UMT_{1y} que aparecem no texto. Na verdade, existe, por parte do Locutor, uma seleção dentre várias possibilidades. Vejamos alguns exemplos.

No primeiro parágrafo teríamos “um apelo às funções sociais do Estado que pretende rivalizar com o programa de Ferro Rodrigues” como uma UT_{1y} e, no segundo parágrafo, “Ao contrário de Ferro Rodrigues, que assume um discurso de esquerda e reivindica os valores ideológicos do socialismo democrático europeu”, que seria uma UT_{2y}. Sendo que as duas UTs subordinadas à UMT_{1y} poderiam ser parafraseáveis por (8) e (9), conforme mencionamos.

Assim, todas as UT_{xs} ou UT_{ys}, derivadas, respectivamente, da UMT_{1x} ou da UMT_{1y}, teriam uma *função de detalhamento* ou *função de exemplificação* em relação às unidades textuais às quais elas estão subordinadas. Na realidade, existe uma espécie de “*movimento de polarização* que atravessa todo o discurso” – Fonseca (2001b: 100). De um lado, UTs interligadas semântico-cognitivamente à *argumentação interna* da expressão [ser de] “direita”, e de outro, UTs também co-relacionadas à argumentação interna do [ser de] “esquerda”.

Poderíamos, a partir desse breve inventário, fazer uma hipótese que nos parece interessante. O Locutor, pelas escolhas feitas (observamos que são quatro argumentações internas possíveis, no texto, a partir de [ser de] “direita” e duas referentes a [ser de] “esquerda”), associa a imagem de Durão Barroso a um político de direita. E caberá a esse Locutor

provar, ao longo do texto, que realmente esse candidato é de direita, embora este último diga muitas vezes que não o é.

Repertoriadas as UTs, que estão diretamente subordinadas às UMT_{1x} e UMT_{1y}, que por sua vez estão diretamente relacionadas à UMT, passaremos a descrever outras UTs explícitas que aparecem no texto. Estas estão articuladas à UT_{1x} e à UT_{1y}, exercendo várias funções, nomeadamente, de *comentário*, de *comentário crítico* por parte do Locutor; de *expansão*, de *fecho*, por exemplo. Passaremos, agora, a descrever estas outras UTs e mostrar qual o tipo de articulação que exercem em relação à UT_{1x} e UT_{1y}.

Identificação das outras UTs e suas funções

Logo no primeiro parágrafo, podemos identificar, além das UT_{1x} e UT_{1y} mencionadas, duas UTs que apresentam funções diversas.

A primeira, a UT₃, é introduzida por “Quem de bom senso [...] mais à direita que à esquerda”, exerce uma *função de comentário* do Locutor em relação às UT_{xs} e UT_{ys}, anteriormente apresentadas. E nessa nova UT, que denominaremos UT₃, o Locutor faz uma espécie de análise das propostas expostas de Durão Barroso e reflete acerca delas, reformulando que o candidato é mais de direita do que de esquerda. Ressaltemos, nesta UT₃, alguns recursos lingüísticos⁵⁸⁴ utilizados para obter esse efeito:

- A presença do termo anafórico “o balanço global⁵⁸⁵ das (suas) propostas”, que remete a todas as propostas de Durão Barroso, mencionadas na UMT_{1x} e UMT_{1y} anteriores. Como mencionamos, a expressão ‘o balanço global’ funcionaria como *termo anafórico* dos elementos anteriormente apontados pelo editorialista. Esta seria

⁵⁸⁴ Alguns destes recursos lingüísticos mais recorrentes no gênero em questão serão mais detalhadamente trabalhados quando pontuarmos as estratégias estilísticas do gênero.

⁵⁸⁵ Como afirmam Campos & Xavier, a existência de uma expressão definida nos leva a buscar a sua referência dentro do contexto lingüístico em que está inserida – cf. Campos & Xavier (1991: 375). E, a expressão destacada nos remete às diversas propostas de Durão anteriormente mencionadas pelo editorialista, obrigando-nos a perceber que, nesse balanço, há mais medidas de direita que de esquerda.

uma estratégia interessante do mesmo para evitar afirmações categóricas e obrigar o leitor a chegar às suas próprias conclusões.

- O uso de um pronome indefinido “quem” – pronome este ambíguo⁵⁸⁶ porque, embora indefinido, remete, neste contexto, tanto às pessoas de bom senso quanto ao Locutor que se integra a estes últimos –; de uma modalidade⁵⁸⁷ – “pode” – acompanhada por uma ocorrência do verbo “constatar”, com *valor constativo*. Através desse grupo verbal, o Locutor imprime suas ‘impressões digitais’ em relação àquilo que é enunciado. Existe, por parte do Locutor, *depois de uma reflexão* acerca das propostas, uma *constatação*, sendo esta da ordem do racional, transmitindo ao texto um caráter fortemente lógico.

- O uso de verbos no *presente do indicativo com valor dêitico*⁵⁸⁸ como “pode”, “é”, “está” que remetem diretamente ao momento⁵⁸⁹ da enunciação, marcado pela presença do *dêitico temporal* “hoje”, presente na UT₃.

- A utilização de organizadores textuais – no caso da UT₃ observam-se três: “e” e o “por isso” e “ou seja”⁵⁹⁰ –. O grande número de organizadores (três) numa mesma UT corrobora a tese de que, nos trechos com *função de comentário*, o Locutor faz uma análise do que disse previamente e raciocina logicamente. O seu *logos* é acionado a serviço de um *ethos* mais reflexivo.

⁵⁸⁶ Para o estudo da ambigüidade dos pronomes indefinidos, em especial do “on” em francês, ver atualmente trabalhos de Fløttum (2004 e 2005).

⁵⁸⁷ Em relação à classificação do verbo “poder”, como modalidade, seguimos a orientação de Le Querler (1996). Seguindo a autora, o emprego desse verbo nesse contexto, poderia assemelhar-se ao funcionamento da modalidade subjetiva epistêmica. No entanto, o verbo “poder”, na UT, juntamente com o verbo “constatar” talvez contribua para traduzir uma espécie *atitude delocutiva do Locutor* – cf. Charaudeau (1992: 619).

⁵⁸⁸ Este presente do indicativo dêitico é definido por Revaz como o presente utilizado pelo ‘enunciador’ para intervir num discurso para tomar partido, comentar, modalizar – cf. Revaz (1998: 53).

⁵⁸⁹ Este momento não deve ser percebido dentro de uma perspectiva fisicalista, mas como afirma Bronckart (1999: 285) como “durée psychologiquement construite”.

⁵⁹⁰ O “ou seja” é um organizador textual ou um marcador de reformulação. A primeira denominação é a proposta por Schnewly, Rosat & Dolz (1989: 43) e a segunda, por Rossari (1994: 15). Gostaríamos de ressaltar os trabalhos pioneiros de Gulich, E. & Kofschi, T (1983) sobre os *marcadores de reformulação parafrástica*, os MRP. Estudos estes aprofundados por Roulet (1987) e aperfeiçoados por Rossari (1994).

A segunda, a UT₄, é introduzida por um organizador textual com função de articulador “mas”. A função do OT/articulador “mas”, que une a UT₃ e a UT₄, pode ser de tirar a ambigüidade que possa surgir⁵⁹¹, e é, normalmente, a partir desse OT/articulador que uma das interpretações é privilegiada.

Além disso, toda essa UT₄ será construída, justificando por que motivo *Durão não acha ser sempre* “de direita”. Na verdade, ao ser colocada uma espécie de *arrazoado por autoridade* – cf. Ducrot (1984b: cap. II) – do tipo “Durão Barroso diz que P”, em que a fala do Durão Barroso é tomada como índice de verdade de “P”, é ressaltada a superficialidade do conteúdo do que é expresso pelo candidato. Em outras palavras, a análise aponta para o fato de o candidato não dizer a verdade, uma vez que ele é apresentado pelo Locutor como sendo claramente de direita.

Ademais, o tom crítico é reforçado pelo próprio uso do *discurso indireto*: “[...] Durão Barroso diz com pragmatismo que ora é de esquerda, ora de direita, [...] diz Durão Barroso que a tradicional oposição esquerda/direita não passa de um ‘preconceito ideológico do passado’”. E esse teor crítico é acentuado pelo próprio uso das aspas na expressão mencionada. Essas marcas de discurso relatado marcam o distanciamento do Locutor daquilo é afirmado⁵⁹². Ele se distancia de forma a acentuar o tom crítico no universo textual. Esta UT₄ também teria uma *função de comentário crítico*. O adjetivo *crítico* foi acrescentado para marcar uma diferença em relação à *função de comentário* observada em UT₃.

Vale ressaltar que, neste trabalho, dizemos que uma UT exerce uma *função de comentário*, quando ela apresenta a opinião do Locutor em relação a uma outra UT que a antecede ou sucede. Já quando a UT exerce a *função de comentário crítico*, o Locutor se posiciona, de forma mais incisiva, em relação a determinado fato, mesmo não estando, explicitamente, presente no universo textual.

⁵⁹¹ Lembremos que a função do “mas” pela TBS é a de *articulador* que serve para tirar, normalmente, a ambigüidade deixada pelo discurso, assim a partir de A, apenas uma interpretação de B é selecionada. O que está em jogo não é o sentido de B, mas o sentido de A e o de B que é desencadeado por A.

Tendo apresentado as funções das UTs implícitas e explícitas relativas ao primeiro parágrafo, vale fazer uma referência à constituição dessas UTs.

As UTs que compõem o primeiro parágrafo são constituídas de *discursos interativos e teóricos*. Se, por um lado, observamos um grande número explícito de verbos no *presente do indicativo com valor dêitico*, como já mencionamos, ratificando a presença do primeiro *tipo de discurso*, notamos o uso de OTs, que demarca em alguns trechos a presença do segundo tipo.

As UTs nos demais parágrafos

No segundo parágrafo, existem duas unidades textuais: a UT₅ (relacionada à UT_{2y}) corresponde a “Ao contrário de Ferro Rodrigues [...] até a indefinição”. Nesta unidade textual, observamos uma *função de comentário crítico*, como a UT₄. O Locutor comenta o fato de o candidato Ferro Rodrigues assumir uma posição realmente condizente com a de esquerda, contrapondo-a a de Durão que “prefere aparecer” como candidato do centro. Ainda, é de notar a utilização do organizador textual “ao contrário de” que dá instrução para que dois *aspectos recíprocos*⁵⁹³ sejam formados:

- [Ferro Rodrigues assume uma posição PT é condizente com os seus valores ideológicos]
- [Durão Barroso não assume uma posição PT não é condizente com os seus valores ideológicos].

Uma outra unidade textual, a UT₆, é introduzida por “O problema é que”, estendendo-se até o final do parágrafo. Temos, novamente, a *função de comentário* predominando, como em UT₃. É o próprio Locutor que comenta o que ele disse anteriormente. Salientemos que são observadas, aproximadamente, as mesmas estratégias estilísticas: uso de *termos anafóricos*,

⁵⁹² Rosier (1999: 133) defende a tese de que, de acordo com o recurso linguístico utilizado, pode haver graus de distanciamento diferentes do locutor.

⁵⁹³ Lembremos que os aspectos recíprocos, pela TBS, correspondem aos discursos traduzíveis pelos aspectos “NEG A PT NEG B” e “A PT B” ou “A CT NEG B” e “NEG A CT B”, cf. **2.4.1.2.**

como o artigo definido em “o problema é que [...]”, cujo referente é recuperável no próprio parágrafo; uso de uma *modalidade* com valor epistêmico – “não se pode” –; uso do *presente do indicativo dêitico* – “é”, “se pode”, “acaba-se”.

No terceiro parágrafo, já foi mencionada a presença de Ut_{xs} , subordinada à UT “ser de direita”: “O seu programa [...] conforme a terminologia preferida”. E observamos ainda mais duas unidades textuais.

A UT_7 “Se não há dúvidas [...] pelo que omite” também exerce uma *função de comentário*, contudo o comentário é acerca das Ut_{xs} , que a sucedem. Vale ressaltar que o pronome demonstrativo “o”, que assume na expressão “pelo que afirma” um papel catafórico, tem como referentes a UT_{3x} , a UT_{4x} , a UT_{5x} e a UT_{6x} .

E a UT_8 , iniciada por “Claro que [...] em si mesmo”, que tem uma *função de expansão* em relação à UMT_{1x} , expandindo e detalhando questões que não foram até então colocadas, ao mesmo tempo tem uma *função de comentário* em relação às UTs anteriormente apresentadas.

No quarto parágrafo, podem ser observadas duas unidades textuais.

A UT_9 , que corresponde a “Independentemente das razões táticas [...] o trair”, com *função de comentário*, em que o Locutor analisa aspectos levantados na UT_5 .

A UT_{10} de “Ficaria por isso [...] eleitores”, com *função de fecho*, em que o Locutor de uma forma distanciada – marcada pelo uso do futuro do pretérito e do organizador “por isso” – conclui o seu pensamento ao dizer que “não há mal nenhum em ser-se de direita ou de esquerda e a separação de águas só ajuda os eleitores”.

Um ponto sobre a questão

De forma sumária, podemos dizer que esse editorial apresenta:

- Uma UMT, que seria uma UTp, e corresponderia ao próprio título.
- O título poderia ser clivado em duas partes: uma UMT_{1x} e uma UMT_{1y}, que exercem uma *função de detalhamento* em relação à UMT.
- As UTs, nos parágrafos diversos, têm uma *função de exemplificação* em relação às UMT_{1x} e UMT_{1y}.
- As UTs 3, 6, 7 e 9 exercem a *função de comentário*.
- As UTs 4 e 5 têm a *função de comentário crítico*.
- A UT₈ tem a *função de expansão* (em relação à UMT_{1x}) e de comentário em relação às demais UTs.
- A UT₁₀ tem a *função de fecho*.

Repertoriadas as UTs e as diversas articulações entre as elas, passaremos ao estudo da disposição dessas UTs, seguindo o mesmo critério semântico-funcional que viemos utilizando, até então, para o estudo da *plataforma geradora* e das UTs a ela interligadas.

Disposição das UTs

Pelo que foi por nós analisado, quando da apresentação das diversas articulações das UTs, podemos supor que o *corpo de texto* em questão poderia ser subdividido em três partes: *bloco introdutório*, *desenvolvimento* e *fecho*. Todavia, essa ordem não nos parece linear no universo textual, uma vez que, como vimos, o *bloco introdutório*, que corresponderia ao *lide*, se encontra pulverizado ao longo do texto. De acordo com o caráter semântico-funcional que preconizamos, quando da identificação das UTs, apresentamos, em síntese, a seguir, a *dispositio* do editorial:

- Uma UTp que funciona como uma UMT.

- Um *corpo de texto* em que estão presentes:

- Um *bloco introdutório* composto pelas diversas unidades diretamente interligadas à UMT: UT_x e UT_y várias.
- Um *desenvolvimento* em que aparecem todas as unidades textuais com *função de comentário* e de *comentário crítico*: UT₃, UT₄, UT₅, UT₆, UT₇, UT₈, UT₉
- Um *fecho* em que é salientada a unidade textual com *função de síntese*, no caso, a UT₁₀.

Com isso, teríamos *aproximadamente* a *dispositio* tradicionalmente preconizada pela Retórica Clássica. No entanto, devemos reiterar a importância do critério semântico-funcional quando da identificação do *plano de texto* desse gênero.

6.4.3.2. Engrenagem estilística (EE)

Em relação ao editorial, salientaremos a importância dos *recursos polifônicos* que funcionam como MAPs, neste gênero. A partir desses recursos, o Locutor consegue mostrar o seu posicionamento acerca de determinada questão, com *graus diferenciados* de *engajamento*⁵⁹⁴, de acordo com o recurso lingüístico utilizado, como veremos. Essa variação no afastamento do Locutor, em relação ao universo textual, acarreta uma *variação de engajamento enunciativo*. Esta pode vir a ser semiotizada através de: *OTs dialéticos*, *enunciados no discurso indireto*, *expressões entre aspas*, *modalidade subjetiva epistêmica*, *expressões impessoais*, ou por expressões lingüísticas que não estão inseridas dentro das categorias lingüísticas conhecidas, as *expressões atitudinais* (EAs)⁵⁹⁵. Tal como pontuamos

⁵⁹⁴ Como Berrendonner (1993), pensamos que a própria escolha dos recursos lingüísticos (assim como os não-lingüísticos) demarcaria a existência de um ser no mundo, uma espécie de ser fantasma. Nenhuma escolha é totalmente desengajada. Por isso, propomos um *continuum* que demarca *graus diferentes de engajamento* do Locutor em relação àquilo que enuncia. A um maior grau de engajamento corresponde um teor mais crítico por parte do editorialista; já a um menor grau de engajamento, um teor menos crítico, nesse gênero.

⁵⁹⁵ Como definimos em 5.4.2.1., as *expressões atitudinais* – EAs – são unidades verbais que estabelecem a inter-relação entre encadeamentos argumentativos, demarcando uma responsabilidade enunciativa e não são catalogadas dentro das categorias lingüísticas conhecidas.

em 5.4.2.1., estas estabelecem a ligação entre encadeamentos argumentativos e demarcam uma responsabilidade enunciativa, acentuando o teor opinativo por parte do Locutor.

Todos esses recursos elencados têm em comum o fato de marcar certo grau de *posicionamento crítico*, por parte do Locutor, corroborando para a *função de comentário* por ele exercida. No entanto, observaremos, através das análises, que o funcionamento desses elementos na demarcação da mudança de plano enunciativo será diferente.

Pontuamos, no texto em análise, os diversos exemplos dos recursos polifônicos que funcionam como MAPs e suas várias categorizações:

- organizadores textuais⁵⁹⁶ “mas” (duas incidências, uma na linha 13 e outra na 45) e “apesar de” (uma incidência na linha 13) por nós pontuados como MAPs, com *função* nomeadamente de *opor* posições. Esses OTs também têm um caráter polifônico.

- expressões, não classificadas dentro das categorias lingüísticas conhecidas, que demarcam uma ruptura enunciativa no texto, ou seja, uma mudança de responsabilidade enunciativa. Através delas, observam-se variações de pontos de vista no texto e os enunciadores são *assimilados*, pelo Locutor, a diversas entidades. A partir disso, notam-se *atitudes* diferentes do Locutor em relação àquilo que é enunciado. Essas expressões são as *expressões atitudinais* (EAs)⁵⁹⁷. Por exemplo: “quem de bom senso fizer o balanço” (linhas 8/9); “o problema é que” (linha 26).

⁵⁹⁶ É importante ressaltar que esses OTs têm um papel duplo ou triplo: além de atuarem na segmentação textual, como veremos, funcionam como índices de polifonia e podem ser expressões de transição entre encadeamentos (ETEs).

⁵⁹⁷ Essas EAs são, neste gênero, também OTs, uma vez que participam da planificação textual. Ainda, funcionam como ETEs, como veremos.

■ enunciados presentes, no universo textual, no discurso indireto⁵⁹⁸: “Durão Barroso diz [...] respostas que lhe propõem” (linhas 14/15); ‘diz Durão Barroso [...] não passa de um “preconceito ideológico do passado”’(linhas 17/18);

■ expressões demarcadas por uma pontuação polifônica⁵⁹⁹ (uso das aspas), pela qual o Locutor comenta a enunciação de um outro enunciador (a cujo ponto de vista ele adere ou não). Vários são os exemplos no texto em análise. “choque fiscal” (§ 1, linha 1); “preconceito ideológico do passado” (§ 1, linha 19); “centrão” (duas incidências – § 2 e 4, linhas 25 e 50, respectivamente).

■ modalidades subjetivas epistêmicas⁶⁰⁰ interproposicionais ou intraproposicionais⁶⁰¹, que são perceptíveis a partir da ocorrência do verbo modal “poder” nas expressões “pode constatar” (linhas 9/10) e “pode ser” (linha 28); do verbo no futuro do pretérito “ficaria” (linha 52); da expressão “claro que” (linhas 43/44) e do advérbio “claramente” (linha 33);

■ expressões impessoais que demarcam um distanciamento enunciativo do Locutor como: “acaba-se” (linha 29).

⁵⁹⁸ Rosier (1999), baseando-se em Authier Revuz (1982, 1984, 1997, 1998) ou Maingueneau (1998), propõe a existência de um *continuum* para caracterizar a atribuição do que é dito. Esse *continuum* apresenta, em um extremo, o discurso indireto (correspondente ao discurso citado por alguém) e, no outro, o direto (que diz respeito ao próprio discurso citado). No interior desse *continuum*, várias marcas linguísticas podem surgir aproximando-se mais ou menos dos dois pólos. Aproximando-se do discurso indireto, por exemplo, teríamos a existência de uma voz genérica, a qual Rosier (1999: 172) denomina formas aparentadas do “on-dit”. Aproximando-se do discurso direto, por exemplo, teríamos expressões colocadas entre aspas. No nosso caso, preferimos individualizar as diversas formas possíveis de discurso relatado observados no exemplar do gênero em questão.

⁵⁹⁹ Bessonat (1991: 12) faz a distinção entre *pontuação sintagmática* e *polifônica*. A primeira visa a agrupar ou a separar, quando da produção do texto, blocos de texto, conforme a representação cognitiva do agente produtor. A outra agruparia, fundamentalmente, os sinais binários de desligamento enunciativo. Na primeira, estariam incluídos: o ponto, o ponto parágrafo, a vírgula, o ponto de vírgula, os dois pontos. Na segunda, as aspas, os travessões e os parênteses.

⁶⁰⁰ Nesta tese, consideramos que a modalidade subjetiva epistêmica, ou simplesmente, modalidade epistêmica está sempre presente no enunciado, como mencionamos. Contudo, queremos ressaltar nesse gênero a importância das modalidades epistêmicas instanciadas.

⁶⁰¹ Estas atuam na planificação textual e funcionam como expressões de transição entre encadeamentos (ETEs), como veremos.

De forma esquemática, pontuamos, a seguir, os *recursos polifônicos* do exemplar do gênero editorial em análise:

Recursos Polifônicos	OTs dialéticos (especialmente o “mas” – também articulador)
	Discurso indireto
	Expressão ente aspas
	Modalidade subjetiva epistêmica
	Expressões impessoais
	Expressões atitudinais

Tendo apresentado e discriminado os vários recursos polifônicos que atuam como MAPs, no gênero em análise, passaremos a descrever o funcionamento desses recursos no universo textual. Com esse intuito, relembremos brevemente a descrição da teoria polifônica clássica, a respeito do papel do Locutor e dos enunciadores que, por ele, são colocados em cena. A seguir, dividiremos os MAPs em dois grupos. No primeiro grupo, constarão os MAPs que estabelecem fronteiras entre encadeamentos argumentativos, são as *expressões de transição entre encadeamentos* (ETEs). Essas expressões estabelecem a inter-relação entre encadeamentos, marcam um distanciamento enunciativo e *podem ou não* pertencer a uma categoria lingüística definida. Dentre estas farão parte as *expressões atitudinais* (EAs), os *organizadores textuais dialéticos* e as *modalidades subjetivas interproposicionais*. No segundo grupo, estarão presentes os índices de polifonia que funcionam como MAPs, mas são intraproposicionais. Nesse grupo, encontram-se as *modalidades subjetivas intraproposicionais*, a *expressão impessoal*, o *discurso indireto*, as *expressões entre aspas*. Para cada um desses grupos, desenvolveremos uma metodologia de análise diferenciada. Para estudar o primeiro grupo, recorreremos à noção de *mundo discursivo*⁶⁰² (doravante MD) e à de *condensado*. Este último refere-se, nesta tese, a encadeamentos argumentativos em PT e CT em que trechos de um texto podem vir a ser parafraseados. Em relação ao segundo grupo, não será necessário o desenvolvimento de uma metodologia específica de análise, como mostraremos. À medida que as análises foram feitas, apresentaremos algumas sínteses intermediárias.

⁶⁰² Conforme pontuamos em 3.3.4.2., Bronckart define quatro mundos discursivos: o mundo do EXPOR implicado, o do EXPOR autônomo, o do NARRAR implicado e do NARRAR autônomo. Sendo que estes diversos mundos são identificáveis através de algumas unidades lingüísticas utilizadas. Cf. Bronckart (1997/1999).

No editorial, várias vozes se fazem presentes, sejam elas identificáveis textualmente ou não. No universo textual, impera a do Locutor (L.)⁶⁰³, que coloca em cena entidades que são os enunciadores⁶⁰⁴. Estes podem exercer, textualmente, papéis diversos. *Salientemos que a função textual que esses enunciadores exercem é mais relevante do que a própria identidade deles*. Em relação a esses enunciadores, como já mencionamos, o L. tem dois tipos de movimento. Ele escolhe se esses enunciadores devem ou não ser *assimilados* por seres determinados, e também o Locutor tem uma *atitude* em relação a eles – de “*prise en charge*”, de *acordo* ou de *oposição* –, como já ressaltamos em 2.4.2..

Há que reconhecer que defendemos a tese de que esse mesmo Locutor é multifacetado, apresentando, no texto, diversas *modulações de tom*⁶⁰⁵. Estas podem ser analisáveis a partir de dois parâmetros que são: a *assimilação* e as *atitudes* do Locutor em relação aos enunciadores por ele criados. Mas qual seria a relação que poderia ser estabelecida entre essa variação de tons ou máscaras do Locutor e a questão polifônica? Pensamos que é exatamente através do inventário desses dois parâmetros (*assimilação* e *atitudes*) no texto que vemos o funcionamento dos *índices de polifonia* presentes textualmente. Todavia, não nos centraremos na individualização de todos os enunciadores presentes no universo textual, mas em algumas funções que eles possam vir a exercer, textualmente, para a construção das imagens do Locutor.

⁶⁰³ Como citamos em 2.4.2.2., para nós, esse Locutor assume um papel social e institucional, textual, à semelhança do conceito de enunciador para Bronckart (1999: 94) ou de sujeito enunciador de Charaudeau (1983: 38). Além disso, esse Locutor corresponde a uma instância textual, que apresenta diversas máscaras, em função dos vários enunciadores explícitos ou não, colocados em cena.

⁶⁰⁴ Para Ducrot, o enunciador é uma entidade que se ‘expressa’ através da enunciação, sem que a ela seja atribuída uma palavra/ou expressão no sentido material. Corresponde a um ponto de vista não materializado. Para nós, o enunciador pode ser ou não uma instância identificável no texto a partir do uso de alguns recursos lingüísticos. Recursos estes escolhidos pelo Locutor de acordo com as diversas coerções situacionais. Cf. Ducrot (1984b: 204).

⁶⁰⁵ O termo é utilizado por Maingueneau (1998: 79) para caracterizar as diversas maneiras com que o enunciador (para nós seria o Locutor) envolve implicitamente a enunciação, sem que estas estejam explicitadas no enunciado. Com isso, este Locutor transmite uma imagem textual de si ao enunciado, o que Ducrot (1984: 201) denomina *ethos*, como apresentamos.

Metodologia de análise dos MAPs

Para nós, dentre os recursos polifônicos, que funcionam como MAPs, existem dois grupos, como salientamos. O primeiro grupo corresponde a expressões que estabelecem fronteiras entre encadeamentos argumentativos distintos, são as expressões de transição entre encadeamentos (ETEs) e o segundo grupo corresponde a MAPs que são intraproposicionais: *trechos no discurso indireto; expressões entre aspas; modalidades subjetivas epistêmicas; expressões impessoais*.

Conforme colocamos, a metodologia utilizada no estudo dos dois grupos será diferente e passaremos a detalhá-la. Para o primeiro, através dos quais são estabelecidas fronteiras entre encadeamentos, procederemos às seguintes etapas:

- 1) Identificaremos os MDs do texto, os tipos de discurso principais e os movimentos do texto, no intuito de encontrar as fronteiras dos conteúdos proposicionais relativos aos pontos de vista dos enunciadores.
- 2) Inventariaremos os enunciadores em potencial que podem vir a estar presentes nesses MDs.
- 3) Faremos um levantamento dos recursos lingüísticos polifônicos (que estabelecem fronteiras entre enunciados) e avaliaremos a quem os enunciadores são assimilados e qual é a atitude do Locutor em relação àquilo que é enunciado. Assim, poderemos categorizar esses enunciadores e tentar identificar qual a função textual que eles exercem.
- 4) Reconstituiremos o condensado⁶⁰⁶ dos trechos em que essas imagens do Locutor estão presentes, por encadeamentos em PT e CT, considerando que o texto desse gênero pode vir a ser reduzido a encadeamentos desse tipo⁶⁰⁷, num processo de interpretação.

⁶⁰⁶ No nosso caso, trabalharemos com a noção de *condensado* que corresponde, como mencionamos, ao conjunto de encadeamentos argumentativos em PT e CT que trechos de um texto podem vir a ser parafraseados. Optamos pelo termo *condensado* no lugar de *resumo*, devido ao fato de este último já ter sido ressaltado por vários teóricos, dentre eles Bronckart, que mostrou a importância do plano geral, ou *resumo*, na

5) Observaremos a correlação dos diversos MAPs polifônicos que estabelecem fronteiras entre enunciados e os encadeamentos observados através dos *condensados*. Com isso, poderemos descrever de que forma esses MAPs atuam na interface entre enunciados.

Já para o segundo grupo, tal procedimento não se faz necessário e passaremos a analisar o próprio enunciado em que estão inseridos, não precisando de trabalhar com os encadeamentos argumentativos.

É importante ressaltar que foram utilizados procedimentos diferenciados para a análise dos MAPs, nesse exemplar do gênero, devido à complexidade do texto com o qual lidamos. Pensamos que, ao utilizar métodos de análise diferentes para os dois grupos, temos condição de encontrar as similitudes e diferenças de funcionamento dos diversos recursos lingüísticos por nós apontados, que são MAPs, no exemplar do gênero.

1º grupo de MAPs

Não podemos deixar de ratificar que o primeiro grupo de MAPs diz respeito às *expressões de transição entre encadeamentos* (ETEs). No intuito de descrevê-las, devemos, além de trabalhar com a noção de mundo discursivo e dos tipos de discurso a ele relacionados, repertoriar os *condensados*, conforme salientamos. Para nós, esses aspectos podem fornecer-nos pistas em relação à *variação* dos enunciadores presentes no texto. Desse modo, temos condição de identificar as fronteiras entre as unidades textuais e conseqüentemente estudar os vários recursos polifônicos que atuam como *expressões de transição entre encadeamentos* (ETEs).

Evidentemente, o uso da noção de mundo discursivo foi, para nós, uma estratégia usada para fazermos um levantamento prévio de alguns *enunciadores* presentes no texto.

identificação da infra-estrutura do texto, cf. Bronckart (1999: 120). Resta-nos sublinhar que o *resumo* para o autor teria uma acepção totalmente diferente daquela que propomos para *condensado*

⁶⁰⁷ Os encadeamentos argumentativos – que correspondem a discursos normativos em PT ou transgressivos em CT – podem vir a ser argumentações externas dos diversos trechos do texto, ou ainda, a argumentações internas de alguma unidade lexical de relevância no texto.

Acreditamos que, ao delimitar os MDs e, conseqüentemente, os movimentos do texto, teríamos mais embasamento para delinear as personagens textuais colocadas em cena pelo Locutor e, com isso, poderíamos ter melhores condições para estudar esse primeiro grupo de MAPs.

Pode causar uma certa estranheza o fato de trabalharmos com a variação de enunciadores dentro da EE, uma vez que esta também é mencionada ao fazermos o levantamento da EEA. Todavia, convém ratificar que, muitas vezes, a distinção entre essas engrenagens é meramente operacional e, em termos práticos, temos de recorrer a conceitos desenvolvidos em uma das engrenagens para poder analisar outra.

Identificação dos MDs no texto

No texto em análise, logo a partir do primeiro parágrafo, podemos identificar vários MDs, que se situam a um nível mais abstrato e que são realizados de forma concreta, ao nível textual, através dos tipos de discurso⁶⁰⁸. Estes, por sua vez, são identificáveis pelos recursos lingüísticos utilizados. Esses MDs criam *três movimentos diferentes* no texto e conseqüentemente *três imagens do Locutor são construídas, a partir dos enunciadores que ele coloca em cena*.

1º movimento do texto – 1º MD

O primeiro movimento do texto, que corresponderia ao 1º MD, se estende de “Durão Barroso oferece [...] programa de Ferro Rodrigues”. Este MD, que aparece no texto, é da ordem do EXPOR, com exemplos predominantes de trechos no *discurso teórico*, mas podemos citar também enxertos de *discurso interativo*. Não podemos deixar de mencionar

⁶⁰⁸ Bronckart (1999)

que, de acordo com Bronckart, na ordem do EXPOR, a autonomia do *discurso teórico* nunca é totalmente atingida⁶⁰⁹. Cf. Bronckart (1999: 203).

Como recursos lingüísticos utilizados para caracterizar o *discurso teórico*, nesse primeiro movimento, teríamos:

- Uso de verbos no presente do indicativo genérico ou gnômico: “oferece” (linha 1); “faz” (linha 4); “pretende” (linha 7). Esses verbos não estão ancorados diretamente no momento da enunciação, transmitindo às atitudes de Durão Barroso um caráter mais duradouro e definitivo.
- Uso de aspas marcando um desnível enunciativo⁶¹⁰: “choque fiscal” (linha 1). As aspas, no caso, servem para que haja uma espécie de desdobramento do plano enunciativo. Inclusive, Maingueneau⁶¹¹ afirma que tal recurso, para nós de teor polifônico, pode ter interpretações diversas em *função* do gênero do discurso. No exemplar desse editorial, a expressão “choque fiscal” é colocada entre aspas, talvez, para tentar chamar a atenção do interlocutor para uma atitude realmente de direita de Durão Barroso, ao contrário de tudo aquilo que pode ser dito contra essa afirmativa. Esse recurso polifônico é escolhido pelo Locutor, em função de sua representação do interlocutor. Da mesma forma, que este último tem previamente uma imagem do universo ideológico do Locutor.
- Existência de uma espécie de voz genérica, um sujeito indeterminado que vê à distância o que acontece. No início do parágrafo, haveria uma expressão

⁶⁰⁹ Vale ressaltar, aqui, um comentário de Berrendonner num célebre texto intitulado “Le Fantôme de la vérité ou Assertion, Vérification et métadiscours” sobre a existência constante de uma espécie de “fantasma” no interior das estruturas lingüísticas. Como afirma o autor: “On doit supposer qu’il y a bien, [...], en actant vérificateur, quoiqu’il s’agisse d’une entité innommable, à laquelle la langue ne permet pas de se manifester autrement que par le néant. Ce fantôme n’est pas un fantasme: la nécessité logique de son existence semble inscrite dans la régularité même des structures linguistiques”. Berrendonner (1993: 59).

⁶¹⁰ Authier-Revuz (1995), em obra de dois volumes, define a modalidade autonímica como uma espécie de desdobramento que o enunciador faz do seu discurso. Através desse recurso, que não se restringe ao uso das aspas, o enunciador comenta o seu próprio discurso num processo em espiral. Vion (2004) classificaria essa modalidade autonímica de modalização, como mencionamos em **5.4.2.1.**

⁶¹¹ Cf. Maingueneau (1996: 140).

subentendida: “Pode dizer-se que [...]”. Tal fato leva-nos a pensar na possibilidade de existência do que Berrendonner⁶¹² denomina “opinião pública”, responsável por transmitir certa *doxa* anônima, neste trecho. Nessa “opinião pública”, estariam inseridos o *público genérico* e o *leitor realmente evocado* (a classe política). A estratégia do editorialista de colocar em cena essa espécie de *doxa* tem um efeito textual de grande importância em textos de teor político, como afirma Ramos:

[...] a opinião pública assume o papel de narratário – é a ela que o LOC se dirige numa primeira instância, mesmo que o verdadeiro destinatário seja a classe política. De facto, o LOC não se dirige directamente a quem toma as decisões políticas, não visa a classe política senão indirectamente. Sendo o objectivo último do seu discurso induzir a classe dirigente a determinada acção, ele tem presente, como narratário do seu discurso, o público, sabendo que atinge indirectamente os políticos, enquanto dependentes do julgamento público do seu desempenho.

(RAMOS, 2000: 241)

- Procedimento de referência intratextual⁶¹³. Com a leitura integral do texto, notamos que essas primeiras linhas antecipam informações que vão aparecer em outros momentos do texto. Este vai se basear, principalmente, nas duas vertentes de Durão, que é de direita (por ter atitudes semelhantes às de Bush, Berlusconi e Portas), mas também de esquerda (por apresentar propostas semelhantes às de Ferro Rodrigues). Tais características do candidato do PSD são retomadas em vários momentos do texto. Essas linhas, no editorial, funcionam como um *lide* informativo que vai ecoar ao longo do texto.

Tendo pontuado a extensão do trecho do parágrafo corresponde ao 1º movimento, a partir dos diversos recursos lingüísticos escolhidos pelo Locutor para a construção do mundo discursivo a ele relacionado, passaremos a detalhar a imagem do Locutor que é construída nesse primeiro movimento.

⁶¹² Cf. Berrendonner (1993: 59).

1º MD (Imagem do Locutor)

O Locutor, nesse trecho de discurso teórico, construiria um enunciador que seria assimilado tanto a um *fantôme*, na acepção de Berrendonner (1993) quanto a uma voz genérica. E, o Locutor parcialmente⁶¹⁴ acata o ponto de vista desse mesmo enunciador. Ou seja, esse enunciador tem como função imprimir ao texto uma *relativa imparcialidade* do Locutor em relação àquilo que ele enuncia. Poderia ser inferido a partir desse trecho que: [Durão Barroso tem características de um candidato de direita, mas também características de um candidato de esquerda]. É a partir desse papel conferido ao enunciador que o Locutor nos transmite uma imagem de *analista*.

No entanto, não devemos deixar de comentar que há, no início do parágrafo, um trecho também de *discurso interativo*. Este é observável a partir da utilização do sintagma nominal “o país”. Embora tal expressão não seja uma *forma dêitica* característica⁶¹⁵, observamos que nesse gênero, ela poderia exercer esse papel, uma vez que a sua decodificação depende de aspectos relativos à situação espaço-temporal do Locutor e do interlocutor. Existe, assim, uma *ancoragem dêitica exofórica* neste sintagma nominal. Ao lermos o texto, conseguimos decodificar que essa expressão nominal refere-se a Portugal porque sabemos que o jornal *Público* é português. Mesmo um estrangeiro, ao ter acesso a um exemplar desse jornal, leria, na primeira página e na quarta página, a data da edição – 01 de Março de 2002 – e o local da edição na primeira página: *Lisboa*. Com isso, o leitor associaria a cidade ao país.

Apesar desse pequeno trecho de *discurso interativo*, ressaltamos que a imagem do Locutor que nos é passada é a de um *analista*. Sendo que mesmo esse *analista* não está totalmente

⁶¹³ Bronckart (1999: 173).

⁶¹⁴ Veremos que, em outros momentos do texto, essa adesão do Locutor é mais forte.

⁶¹⁵ Normalmente, os pronomes pessoais, os demonstrativos, as expressões temporais e espaciais são considerados dêiticos. Estes precisam ser produzidos e/ou interpretados em função de elementos da situação de comunicação. A respeito dos dêiticos, Kerbrat-Orrechioni salienta : “*ce sont les unités linguistiques dont le fonctionnement sémantico-référentiel (sélection à l’encodage, interprétation au décodage) implique une prise en considération de certains des éléments constitutifs de la situation de communication, à savoir*

- le rôle que tiennent dans le procès d’énonciation les actants de l’énoncé.

-la situation spatio-temporelle du locuteur, et éventuellement de l’allocutaire”. Cf. Kerbrat-Orrechioni (1980: 36).

desvinculado daquilo que é enunciado, ou seja, ele mantém certo *grau de engajamento*, apesar de pouco significativo.

2º Movimento do texto (2º MD)

O segundo movimento do texto se estende de “Quem de bom senso fizer o balanço global [...] mais à direita que à esquerda”. Neste trecho em análise, há uma espécie de fusão entre dois mundos: o do EXPOR implicado, através do qual os fatos são mostrados, mas existe uma implicação dos parâmetros da interação verbal, e também o do EXPOR autônomo, em que não existe uma implicação desses mesmos parâmetros. No caso, esses MDs, situados num nível abstrato, são realizados textualmente através do discurso interativo ou do discurso teórico. Esses discursos são semiotizados através de algumas unidades lingüísticas.

Como índices de *discurso interativo*, teríamos:

- o dêitico temporal: “hoje” (linha 10), que remete ao dia de publicação do jornal (1º de Março de 2002);

- o verbo no futuro do subjuntivo: “fizer” (linha 8). Esse tempo verbal tem, a nosso ver, o mesmo valor do presente do indicativo dêitico, traduzindo a implicação do Locutor naquilo que diz. Como afirma Revaz, acerca do uso desse emprego do presente: “Il s’agit du cas où l’énonciateur intervient dans son discours pour *prendre parti, commenter, s’appuyer sur un témoignage, exprimer ses doutes ou ses certitudes, en somme, modaliser*” – Revaz (1998: 53) – destaque nosso.

Como índices de *discurso teórico* teríamos :

- uma modalidade que tem um valor apreciativo/epistêmico⁶¹⁶: “pode” (linha 9) acompanhada pelo verbo “constatar”, que marca uma atitude racional do Locutor. Este mostra que está refletindo sobre o que disse o Locutor *analista*. Observamos que, no caso em questão, o grau epistêmico é ressaltado pelo uso do verbo “constatar” que acompanha o verbo modal. O verbo “constatar” atribui ao verbo “poder” um caráter de comprovação científica e lógica e válida, com alto grau de certeza, o conteúdo proposicional em que se insere esse grupo verbal.

- um organizador textual metadiscursivo: “ou seja” (linha 11). Esse OT também demarca uma atitude racional do L., que está refletindo sobre o assunto, e procura esclarecê-lo ao leitor: “O partido de Durão Barroso é hoje mais PPD que PSD, *ou seja*, mais popular que social-democrata” (linhas onze e doze). Poder-se-ia pensar na existência de um caráter didático no exemplar do gênero em análise, marcado por esse OT.

- organizadores explicativos e dialéticos: “por isso” (linha 12) e “mas” (linha 13). Esses OTs denotariam, no caso, partes de uma sequência argumentativa⁶¹⁷.

Todos esses recursos lingüísticos, quer sejam os característicos do discurso interativo, quer do teórico, demarcam uma espécie de discurso misto interativo-teórico⁶¹⁸.

2º MD (*Imagem do Locutor*)

O 2º. MD, no texto, apresenta enunciadores diferenciados dos observados no 1º MD. Talvez, pela existência de um trecho significativo de discurso interativo, no segundo

⁶¹⁶ O verbo “poder” tem um caráter polissêmico e, por isso, é de difícil classificação. Inicialmente, se assemelha a uma modalidade de teor apreciativo. No entanto, com a presença de um verbo que marca uma prova concreta, o verbo “constatar”, o verbo “poder” passa a ter um valor epistêmico mais evidenciado. Para estudos específicos sobre esse verbo, podem ser consultados alguns textos de Sueur (1975 e 1977). Nas análises, como trabalhamos com a locução verbal “pode constatar”, considerá-la-emos uma *modalidade subjetiva epistêmica* ou *modalidade epistêmica*.

⁶¹⁷ Adam (2001⁴: 107) ou Bronckart (1999: 226, 227).

⁶¹⁸ Bronckart (1999: 192).

movimento em questão, pressuporíamos um *maior engajamento* do Locutor⁶¹⁹ no texto. Embora não sejam observadas marcas de primeira pessoa, nesse trecho, temos a nítida impressão de que o editorialista realmente se posiciona em relação ao assunto que está em causa: [Durão Barroso tem atitudes preferencialmente de direita].

Ainda, pela alta incidência de organizadores textuais, nesta parte, podemos prever da mesma forma que o 1º MD, um *L. também analista*. Contudo, nesse 2º MD, teríamos uma maior predominância de um *L. mais comentarista*, como apontamos. As diferenças entre os MDs são importantes, sobretudo, para estabelecermos fronteiras entre unidades textuais. No entanto, podem também nos fornecer pistas para desvendar as *flutuações imagísticas* presentes no texto.

Na verdade, serão, sobretudo, as próprias escolhas lingüísticas de caráter polifônico, perpetradas pelo L., que demarcarão essa *flutuação de enunciadores*. Por exemplo, no 2º movimento, temos o uso da expressão “quem de bom senso fizer o balanço global” nas linhas 8 e 9, que é por nós considerada uma *expressão atitudinal*, com função de ETE. Essa expressão, além de fazer a transição entre tipos de discurso diferentes, sugere, já por ela mesma, a presença de um outro enunciador: alguém – materializado por “quem de bom senso”. O enunciador é *assimilado*, pelo Locutor, a um ser sensato. E o Locutor, por sua vez *acata* a sua atitude. E esse Locutor, que opina e se posiciona, será por nós denominado *comentarista*.

Outras expressões lingüísticas escolhidas ratificam essa imagem de Locutor *comentarista*. O próprio uso do sintagma nominal “balanço global”, com função nitidamente anafórica, só é compreensível se nós, leitores, voltarmos atrás para depreendermos o referente correspondente a essa expressão. Assim, tal sintagma estabelece uma relação com o primeiro movimento do texto, iniciado por “Durão Barroso oferece [...] o programa de Ferro Rodrigues”.

⁶¹⁹ Temos consciência de que, para Ducrot, não existe uma diferença significativa de engajamento do Locutor ao nível textual. Por isso, a diferença feita por Bronckart em relação aos mundos discursivos nos ajuda a perceber uma maior ou menor implicação enunciativa. E, a partir da ISD, conseguimos perceber essa variação.

No 1º movimento do texto, são apresentados três pontos que nos fazem pensar que o Durão Barroso é um candidato de direita (pelas atitudes similares a Bush, Berlusconi e Portas) e, ao mesmo tempo, uma atitude o aproxima da esquerda (o seu programa tem características similares ao de Ferro Rodrigues). Nós, enquanto leitores, poderemos fazer o “balanço global” se tivermos bom senso, como o editorialista, e virmos que existem três pontos contra um, o que nos levará a pensar que o candidato é preferencialmente de direita.

Essa faceta de Locutor *comentarista* e *analista* que opina é validada, racionalmente, através da construção de toda uma *cenografia*. Vale lembrar que os enunciadores são assimilados a *peessoas de bom senso* e o Locutor quer nos passar uma imagem de alguém que se posiciona, mas de forma racional. Para tal, de forma sintética, faz uso de vários recursos lingüísticos que legitimam essa *cenografia*:

- expressão atitudinal: “quem de bom senso”;
- dêitico temporal: “hoje”;
- verbo no futuro do subjuntivo: “fizer”;
- OTs variados (metadiscursivos, explicativos): “ou seja”; “por isso” ;
- modalidade epistêmica: “pode constatar”.

Salientemos que a expressão “bom senso” (linha 8), além de estar relacionada ao primeiro movimento do texto, está ligada à continuação do parágrafo, em que a voz de Durão Barroso é ouvida. Ao lermos a continuação desse primeiro parágrafo, vemos que esse candidato não consegue enxergar essa “clareza ideológica”, conseqüentemente, não tem bom senso, de acordo com o Locutor. Sendo que, em função disso, às vezes diz ser *de direita* outras *de esquerda*.

A partir do que expusemos, pudemos observar enunciadores diferentes nos dois movimentos do texto, transmitindo-nos, assim, imagens diferenciadas do Locutor. A esquerda do MAP – “quem de bom senso fizer o balanço” –, teríamos um Locutor mais *analista*; já à direita, um mais *comentarista*. Ressaltamos que essa *flutuação imagística*

(variação das imagens textuais do Locutor) foi corroborada pelas escolhas lingüísticas efetuadas.

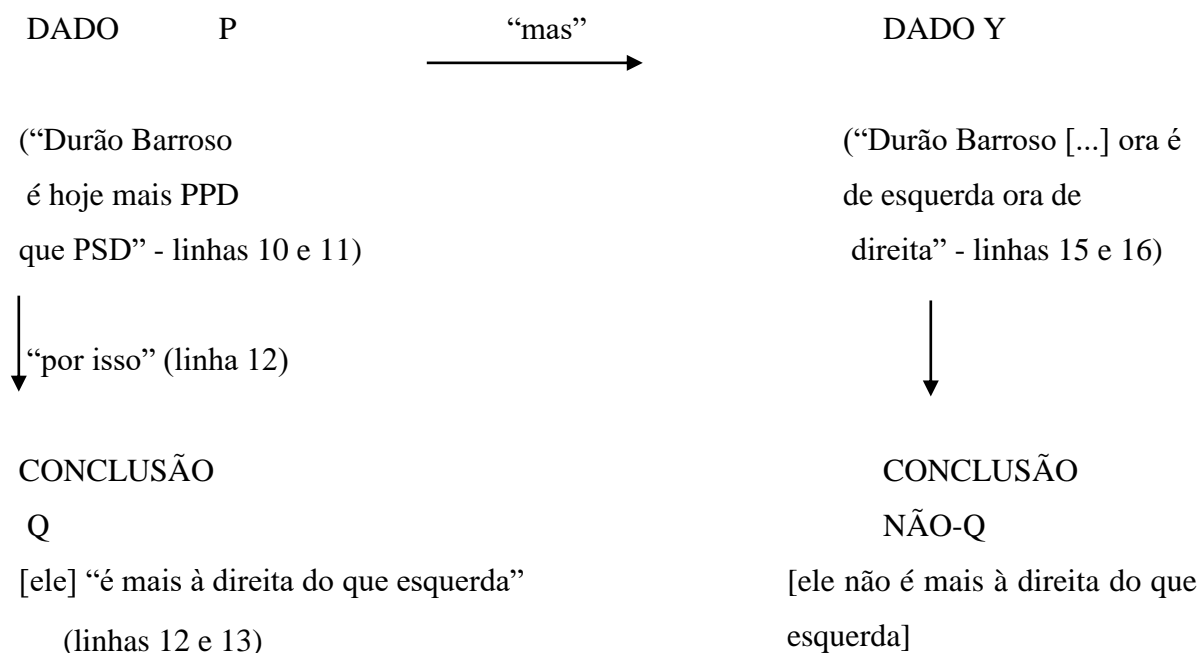
3º Movimento do texto – 3º MD e 4º MD

O terceiro movimento do texto é iniciado pela expressão “mas, apesar dessa razoável... do passado” (linhas 13 e 19). Neste, observamos uma inserção do discurso teórico, introduzido pelo organizador argumentativo “mas”, no relato interativo “Durão Barroso diz que [...]”, marcada pela presença do discurso indireto. Existiriam dois MDs (um do EXPOR não implicado e outro do NARRAR implicado). Talvez a existência desses dois MDs nos deixe antever a existência de, no mínimo, dois enunciadores diferentes. Entretanto, estes só poderão realmente ser perceptíveis a partir de um estudo mais aprofundado do OT dialético com função de articulador “mas”, utilizado no trecho.

3º Movimento do texto (Imagem do Locutor)

Esse terceiro movimento se estende de “mas, apesar desta razoável clareza ideológica, Durão Barroso diz com pragmatismo [...] não passa de um ‘preconceito ideológico do passado’”. Esse movimento é iniciado pelo OT dialético “mas” que, apesar de introduzir a continuação do discurso teórico, observado no segundo movimento, introduz uma conclusão que é enunciada sob forma de discurso indireto: “Durão Barroso diz com pragmatismo [...]”. Este ponto de vista é colocado textualmente por um outro enunciador, *assimilado* talvez a um ser ainda mais crítico. De forma a melhor entender a *flutuação enunciativa* nesse 3º MD analisaremos, primeiramente, a atuação do “mas” e em seguida do verbo “dizer”.

Em relação ao OT dialético “mas”, podemos dizer que ele estabelece um esquema argumentativo que poderia ser representado da seguinte forma:



Sendo que os dados “P” e “Q” estariam presentes, explicitamente, no 2º movimento do texto e de certa forma lembrados, no 3º movimento, através da expressão “apesar desta clareza ideológica”. Já os dados “Y” e “não-Q” estariam explícita e implicitamente presentes no 3º movimento do texto. A conclusão “não-Q” seria inferível a partir daquilo que é dito pelo próprio candidato Durão Barroso.

Dessa forma, o “mas” demarca uma variação de movimento no trecho e, também, uma *flutuação enunciativa*. O 3º movimento introduz, assim, outro(s) enunciador(es). Mas como poderíamos descrevê-lo(s)?

Para esse intuito, a nosso ver, assume uma enorme relevância nesse 3º MD, a escolha, pelo editorialista, do verbo “dizer”, no final desse primeiro parágrafo. Esse verbo, segundo Ducrot⁶²⁰, permite dois tipos de interpretação, como vimos em **6.4.3.1.** Num primeiro caso, haveria um enunciador que seria assimilado a Durão. E nesse caso, o importante seria descrever as declarações de Durão enquanto candidato às legislativas. Num segundo caso, existiria um enunciador que estaria textualmente presente para descrever Durão como um

⁶²⁰ Ducrot (1984b: cap. VII).

indivíduo que declara coisas que não são verdadeiras. Ao optar por criticar a posição de Durão que não apresenta uma “clareza ideológica”, o Locutor acata o ponto de vista do segundo enunciador.

Pelo que expusemos, observamos a existência, nesse 3º movimento, de dois enunciadores. Um que é *assimilado* a alguém de bom senso (relacionado ao 2º movimento) e outro que é *assimilado* a alguém que critica mais enfaticamente o candidato, *considerando que este último não diz a verdade*.. O que importa é ressaltar que esses enunciadores são colocados em cena de forma a transmitir uma imagem ainda mais crítica do Locutor. Este será por nós denominado *comentarista crítico*.

Imagens do Locutor no texto

Considerando que o parágrafo do editorial é uma espécie de *lide* do texto em questão, podemos antever que as imagens do Locutor, repertoriadas no 1º parágrafo, serão aquelas que dominarão no texto em análise.

Em suma, a partir das análises feitas, três imagens diferentes do Locutor⁶²¹ puderam ser apontadas, a partir dos enunciadores que foram colocados em cena. Essas imagens foram observadas pelas configurações lingüísticas escolhidas. No entanto, a identificação dos MDs e dos tipos de discurso foram de enorme relevância para se depreender os movimentos do texto e fazer uma estimativa da *flutuação imagística* que poderia ser encontrada.

Primeiramente, observamos um Locutor que denominamos *analista*, que coloca os fatos e lança-os para serem discutidos textualmente. Um outro seria o *comentarista*, que se engaja e toma uma posição em relação àquilo que é textualmente apresentado. Essa imagem do Locutor é materializada textualmente pelo uso de *expressões atitudinais* com caráter polifônico, como “quem de bom senso fizer o balanço global”. Há, ainda, um *comentarista*

⁶²¹ Embora tais imagens do Locutor sejam retomadas quando trabalharmos com a engrenagem enunciativa ampliada (EEA), pensamos que a individualização destas, nesta parte, seja de extrema importância para percebermos o funcionamento dos índices polifônicos no texto.

mais crítico, que coloca a voz de *Durão Barroso* em cena, de forma a criticá-lo mais intensamente, acentuando a não-verdade daquilo que é dito pelo candidato.

Tais classificações baseiam-se no menor ou maior engajamento do Locutor naquilo é transmitido por um enunciador, por ele selecionado. O Locutor, que é o responsável tanto pela seleção desses enunciadores que são colocados em cena quanto dos diversos recursos lingüísticos ou de pontuação polifônicos⁶²² por eles utilizados, se distanciará ou se aproximará dos diversos pontos de vista. Esse mesmo Locutor criará várias imagens textuais de si que possibilitarão ao interlocutor perceber o grau de engajamento do Locutor naquilo que enuncia. Poderíamos pensar, como colocamos, na existência de uma espécie de *continuum* marcando esse grau de engajamento.

Num extremo, em que o Locutor estaria mais engajado no que é dito, teríamos *o mais crítico*, correspondente à própria voz do *Durão Barroso* que é colocada em cena. Em contrapartida, haveria o Locutor *analista*, que seria uma espécie de voz fantasma, aproveitando a terminologia de Berrendonner (1993), a que já nos referimos. Em contrapartida, o Locutor, ao ser mais crítico, *se afasta mais* daquilo que enuncia, por isso o uso do *discurso indireto* como estratégia estilística. A voz de um outro, no caso a do *Durão Barroso*, é colocada em cena, e, com isso, temos a *falsa* impressão de que o editorialista não se compromete diretamente com aquilo que é dito. Ao contrário, é exatamente nesse momento que o teor crítico do texto é mais acentuado.

Realizada essa explicação acerca das imagens do Locutor textualmente observadas, a partir do primeiro parágrafo do texto em análise, veremos como eles estão distribuídos ao longo do texto. Para esse intuito, identificaremos quais os encadeamentos argumentativos em PT e CT que poderão *condensar* os trechos em que essas imagens do Locutor se manifestam. Contudo, antes de realmente mostrarmos a correlação entre as imagens do Locutor no texto e o *condensado* dos diversos parágrafos, detalharemos um pouco mais o que definimos por *condensado* e por que motivo não optamos pela utilização do *resumo*.

⁶²² Privilegiamos, especialmente, no caso, o uso das *expressões entre aspas* e dos *travessões*.

A *atividade do resumo* esteve sempre associada a operações várias, relativas a: tratamento de texto, seleção de informações, condensado das mesmas, planificação e organização do texto. Apesar de toda essa complexidade, os vários trabalhos percorridos, centraram-se ou em aspectos didáticos sobre a questão ou ainda restringiram-se a ressaltar um ou outro aspecto. Foi em um texto de Grize que vimos salientada a dimensão comunicacional da *atividade de resumir*. Para o autor, “elle résulte d’une intention précise et qu’elle est destinée à quelque interlocuteur que l’on se représente plus ou moins exactement” – Grize (1992: 4).

E, dentro dessa acepção proposta pelo teórico, o resumo não poderia ser pensado apenas como uma espécie de *condensado temático*⁶²³ de um texto. Mas como um elemento coibido por aspectos situacionais e, como tal, deveria vir a apresentar formatos diferenciados de acordo com gênero em que estivesse inserido.

O teórico acrescenta: “Il est ainsi possible de porter deux regards sur un texte. *L’un est au niveau du texte, l’autre se place au dessus de lui, l’un résume le schématisé, l’autre traite la schématisation*” – Grize (1992: 4) – grifo nosso. Nesse âmbito, existiriam dois movimentos distintos, mas complementares do próprio agente produtor. Compete a ele extrair, ou melhor, selecionar os elementos que lhe pareçam essenciais no texto em função do seu objetivo e das representações do interlocutor. E esse mesmo agente produtor deve deixar pistas para que o interlocutor possa fazer o caminho inverso: tentar entender o texto a partir do próprio conteúdo do resumo, ou seja, procurar reconstruir a esquematização que a ele foi proposta. Inclusive, definimos, em **5.4.1.1.**, duas categorias para explicar esse duplo movimento: a *plataforma condensada* e a *plataforma geradora*.

No nosso caso específico, devido à complexidade do termo *resumo* como mencionamos, e por nos situarmos ao nível do analista de textos de *gêneros persuasivos* que busca uma

⁶²³ O sentido de infra-estrutura de um texto ou plano de texto, na acepção de Bronckart (1999), por exemplo, se limitaria a considerar apenas o conteúdo temático, não relevando a importância de aspectos contextuais, por exemplo.

reconstrução dos discursos argumentativos propostos pelo próprio universo textual, daremos preferência ao uso do termo *condensado*. Este termo seria bem mais específico para os gêneros com os quais trabalhamos.

Evidentemente, para nós, esse *condensado* representará também uma atividade comunicacional – interativa –, estando assim integrada em determinado gênero e sendo coibido por ele. Esse *condensado* pode vir a condensar trechos do texto com dimensões diversas. O que distingue a PC, por nós definida em 5.4.1.1., do *condensado*? Nesta tese, os dois dizem respeito a encadeamentos argumentativos em PT e CT que sintetizam o texto, no entanto incidem em dimensões textuais diferentes. A PC **condensa todo o texto**, enquanto que o *condensado* **condensa partes do texto**. Ratificamos a acepção de Grize para a atividade de resumir: esta corresponde a um produto (*condensado ou plataforma condensada*), mas também a um processo (*plataforma geradora*).

O condensado no editorial

No caso do gênero com o qual trabalhamos, fizemos a escolha do termo *condensado*. Como mencionamos, ele corresponde a encadeamentos em PT e CT, em que um enunciado, vários enunciados, um parágrafo ou vários parágrafos, num texto, pode(m) ser parafraseado(s).

Esses encadeamentos não estão apenas presentes no léxico, como afirma Ducrot, mas também no(s) enunciado(s) que compõe(m) o discurso: “Pour nous, *il y a des enchaînements argumentatifs dans la signification même des mots et des énoncés dont le discours est fait*. Dans ces conditions, toute parole, qu’elle ait ou non une visée persuasive, fait allusion à des argumentations” – Ducrot (2004: 28) – destaque nosso.

Por exemplo, na UT que se estende de “Durão Barroso oferece ao país um ‘choque fiscal’ semelhante ao que George Bush [...] um apelo às funções do Estado que pretende rivalizar com o programa de Ferro Rodrigues”, poderíamos depreender, através da argumentação externa da própria UT, vários encadeamentos argumentativos, parafraseados por *discursos*

*normativos ou transgressivos*⁶²⁴. Esses *encadeamentos* ou *discursos* serão *condensados* a partir das UT_{1x}, UT_{2x}, UT_{1y} salientadas e apresentarão dois segmentos (um à esquerda do conector, outro à direita).

1º encadeamento/1º condensado:

[Durão Barroso apresenta atitudes de direita PT é de direita]

Sendo que o primeiro segmento do encadeamento é inferido pelo leitor quando o Locutor compara as atitudes de Durão Barroso às de Bush; Berlusconi ou Portas. E o segundo segmento seria deduzido a partir de uma dedução lógica.

2º encadeamento/2º condensado

[Durão Barroso apresenta atitudes de direita CT é de esquerda]

No caso acima, o primeiro segmento é justificável pelo mesmo motivo apresentado para o 1º encadeamento, enquanto o segundo segmento seria inferido a partir do momento em que a atitude de Durão é comparável à de Ferro Rodrigues.

3º encadeamento/3º condensado

[Durão Barroso apresenta atitudes de esquerda PT é de esquerda]

Esse encadeamento pode ser inferido a partir do momento em que as ações sociais de Durão são comparáveis às de Ferro Rodrigues.

4º encadeamento/4º condensado

[Durão Barroso apresenta atitudes de esquerda CT é de direita]

⁶²⁴ Estes se referem aos discursos parafraseados por um *aspecto normativo* em PT, ou *transgressivo*, em CT, respectivamente. É importante salientar que não transcreveremos os *aspectos*, uma vez que trabalharemos, fundamentalmente, com os discursos deles obtidos.

Nesse caso, o primeiro segmento é inferido a partir da comparação das propostas de Durão Barroso com as Ferro Rodrigues. Já o segundo, através das relações estabelecidas entre Durão Barroso e Bush, Berlusconi e Portas.

Tendo pontuado os *condensados* do primeiro movimento do texto, passaremos ao condensado do segundo movimento, iniciado por “Quem de bom senso fizer o balanço global [...] mais à direita que à esquerda”. Verificam-se dois encadeamentos que condensariam essa parte:

[O partido de Durão Barroso apresenta mais atitudes de direita PT é de direita]

[O partido de Durão Barroso apresenta mais atitudes de direita CT é de esquerda]

Na verdade, esses encadeamentos são inferidos através *da leitura do próprio texto*. O Locutor, ao mencionar que o partido de Durão Barros é ‘*mais PPD que PSD*’, ressalta que ele tem, prioritariamente, comportamento de um candidato de direita, todavia apresenta alguns traços que o relacionam a um candidato de esquerda.

Esse segundo movimento tem duas funções distintas: procura reorganizar os encadeamentos apresentados no primeiro movimento do texto e faz um balanço da situação, comentando-a. O candidato apresenta mais atitudes de direita, contudo não deixa de ter atitudes de esquerda. Esse comentário é ressaltado, como já foi mencionado, pelo uso de *organizadores explicativos* e *metadiscursivos*, pela *modalidade epistêmica* e por uma *expressão atitudinal (EA)* “quem de bom senso”, que propicia o aparecimento no texto de um enunciador que raciocina e que tem *bom senso*.

Em relação ao terceiro movimento do texto, iniciado por “mas, apesar desta razoável [...] não passa de um ‘preconceito ideológico do passado’”, podemos dizer que existem dois encadeamentos, inferíveis a partir da própria UT, com função de condensado:

[Durão Barroso apresenta atitudes de direita PT ele diz ser de direita]

[Durão Barroso apresenta atitudes de direita CT ele diz não ser de direita]

Essas observações que fizemos acerca do *condensado* das três primeiras UTs podem ser estendidas a todo o texto. Por isso, não achamos necessário repetir como se obteve o *condensado* das várias UTs, limitar-nos-emos apenas a colocá-lo de forma esquemática. E, como dissemos anteriormente, vamos associá-lo às diversas imagens do Locutor (L) presentes no texto.

Um ponto sobre a questão

Como expusemos, vimos que os recursos polifônicos no exemplar do gênero em questão se distribuem em dois grupos de MAPs. De um lado, temos as ETEs, que estabelecem as inter-relações entre encadeamentos; do outro, unidades lexicais, grupos nominais, enunciados que não estabelecem transição entre encadeamentos. Nessa primeira parte, limitamo-nos ao estudo desse primeiro grupo.

Vimos que, para analisar as ETEs, teríamos de identificar as imagens do Locutor construídas textualmente e delimitar trechos do texto (pelo levantamento dos MDs) em que se observavam *flutuações imagísticas*. Restringimo-nos ao detalhamento do primeiro parágrafo, condensando as partes em que se observavam essas variações das imagens do Locutor. Passaremos, agora, a condensar, outras partes do texto de modo a estudar o funcionamento textual das ETEs e representaremos os vários movimentos do texto sob forma de esquemas.

Distribuição das imagens dos Locutores no texto e condensado dos parágrafos

1º parágrafo:

L analista	MAP (expressão de transição entre encadeamentos)	L comentarista	MAP (ETE)	L comentarista crítico
<p>[Durão Barroso apresenta atitudes de direita PT é de direita]</p> <p>[Durão Barroso apresenta atitudes de direita CT é de esquerda]</p> <p>[Durão Barroso apresenta atitudes de esquerda PT é de esquerda]</p> <p>[Durão Barroso apresenta atitudes de esquerda CT é de direita]</p>	<p>“Quem de bom senso fizer o balanço global...” (linhas 8/9)</p>	<p>[O partido de Durão Barroso apresenta mais atitudes de direita PT é de direita] (inserido no encadeamento 1 do L analista)</p> <p>[O partido de Durão Barroso apresenta mais atitudes de direita CT é de esquerda] (inserido no encadeamento 2 do L analista)</p>	<p>“mas” (linha 13)</p>	<p>[Durão Barroso apresenta atitudes de direita PT ele diz ser de direita.]</p> <p>[Durão Barroso apresenta atitudes de direita CT ele diz não ser de direita]</p>

2º parágrafo:

L analista	MAP (ETE)	L comentarista
<p>[Ferro Rodrigues apresenta atitudes de esquerda PT é de esquerda]</p> <p>(“ao contrário de” - linha 20)</p> <p>[Durão Barroso apresenta atitudes de direita PT é de direita]</p> <p>[Durão Barroso apresenta atitude de direita CT é de esquerda]</p>	<p>“O problema é que” (linha 26)</p>	<p>[Durão Barroso apresenta atitudes de direita PT é de direita]</p> <p>(encadeamento selecionado a partir da ETE dentre os vários apresentados pelo L analista)</p>

3º parágrafo:

L analista	MAP (ETE)	L analista	MAP (ETE)	L comentarista	MAP (ETE)	L comentarista crítico
<p>[PS apresenta atitudes de esquerda PT é de esquerda]</p> <p>[PS apresenta atitudes de esquerda CT é de direita]</p> <p>[PSD apresenta atitudes de direita PT é de direita]</p> <p>[PSD apresenta atitudes de direita CT é de esquerda]</p>	<p>“O seu programa [...] é claramente próximo [...]” (linhas 36/41/42)</p>	<p>[Durão Barroso apresenta atitudes de direita PT é de direita]</p>	<p>“claro que” (linhas 43/44)</p>	<p>[Durão Barroso apresenta atitudes de direita PT é de direita]</p> <p>[Durão Barroso apresenta atitudes de direita CT é de esquerda]</p>	<p>“mas” (linha 45)</p>	<p>[Durão Barroso apresenta atitudes de direita PT é de direita]</p> <p>(linha 45)</p>

4º parágrafo:

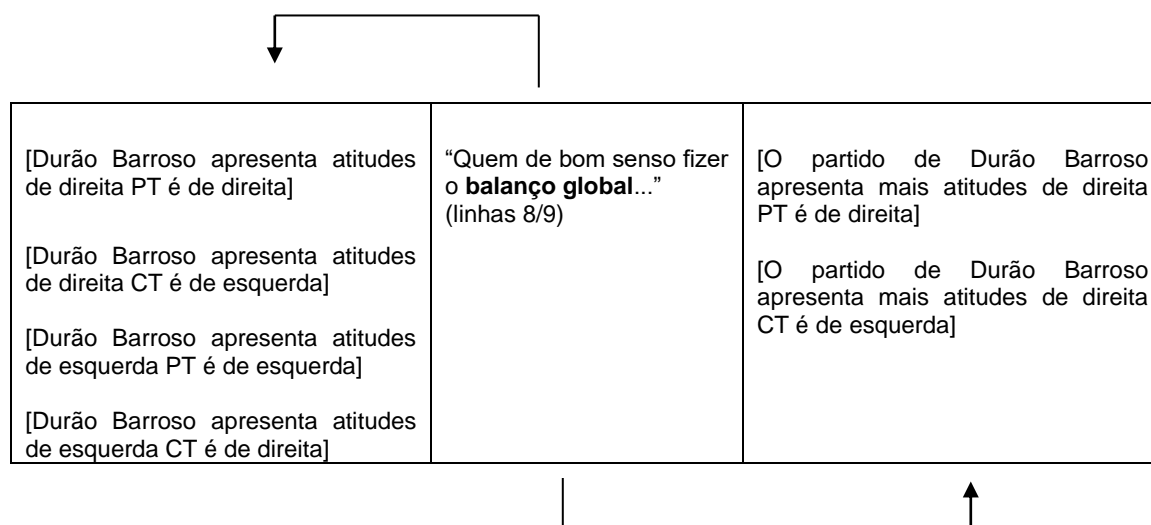
L analista ⁶²⁵	MAP (ETE)	L comentarista
<p>[Durão Barroso apresenta atitude de direita PT é de direita]</p> <p>[Durão Barroso apresenta atitude de direita CT é de esquerda]</p>	<p>“Ficaria, por isso.” (linhas 52/53)</p>	<p>[Durão Barroso apresenta atitude de direita PT é de direita]</p> <p>[Durão Barroso apresenta atitude de esquerda PT é de esquerda]</p>

Realizado o inventário das imagens do Locutor presentes no texto e dos diversos *condensados*, analisaremos o funcionamento das *expressões de transição entre encadeamentos* (ETEs), que atuam como MAPs, neste gênero. Dentre as ETEs, no gênero em análise, estudaremos o funcionamento das expressões atitudinais (EAs), do OT dialético com função de articulador (“mas”) e das modalidades epistêmicas intraproposicionais (“claro que” e “ficaria”).

Funcionamento das ETEs como MAPs

- As expressões atitudinais (EAs) enquanto ETEs

Dentre as EAs, veremos o funcionamento do MAP⁶²⁶ – “[...] o balanço global” no primeiro parágrafo:



Ao observarmos o esquema proposto, notamos que o MAP segmenta o trecho do parágrafo em dois movimentos argumentativos distintos⁶²⁷, um atribuído ao Locutor analista (à esquerda do MAP) e um outro, ao Locutor comentarista (à direita do MAP).

O primeiro movimento, identificado a partir do conteúdo proposto pelo *Locutor analista*, como o denominamos, pode gerar, implicitamente, quatro encadeamentos argumentativos: dois em PT e dois em CT. Esses quatro discursos correspondem a condensados desse primeiro trecho.

⁶²⁵ No caso, os encadeamentos argumentativos que propomos funcionariam como argumentações internas à palavra “centrão”.

⁶²⁶ Este MAP no 1º parágrafo tem o mesmo funcionamento de “o problema é que”, no 2º parágrafo, que não será, por nós, detalhado.

⁶²⁷ Essa distinção é feita a partir do levantamento dos encadeamentos argumentativos observáveis a partir do condensado. Observamos que o condensado do lado esquerdo do MAP é diferente do presente no lado direito.

O segundo movimento, de responsabilidade do *Locutor comentarista*, apresenta dois condensados.

Qual seria o papel desse MAP? Julgamos que ele tenha como objetivo eliminar uma certa ambigüidade deixada pelo *Locutor analista*. O MAP “quem de bom senso fizer o balanço”, é de responsabilidade do Locutor, que quer passar uma imagem opinativa dos fatos, enfim, de comentarista. Esse MAP faz a transição entre dois trechos do texto e seleciona quais encadeamentos argumentativos que serão privilegiados implicitamente pelo enunciador comentarista. No caso será o discurso normativo: [O partido de Durão Barroso apresenta mais atitudes de direita PT é de direita] e o transgressivo: [O partido de Durão Barroso apresenta mais atitudes de direita CT é de esquerda]. É de ser ressaltada nessa transição de vozes enunciativas, a utilização pelo Locutor da unidade lexical “balanço”, que corrobora para que haja uma seleção de encadeamentos argumentativos.

Em suma, poderíamos pensar na existência de alguns ETEs, no caso, “[...] o balanço”, no 1º parágrafo e, ainda, a expressão “o problema é que”, no 2º parágrafo, que têm dupla função:

- Interligar enunciados que marcam pontos de vista de enunciadores diferentes e transmitem imagens diferenciadas do Locutor.
- Eliminar a ambigüidade apresentada por encadeamentos argumentativos relativos a condensados do texto.

- O OT dialético “mas” enquanto ETE

Sabemos que o emprego de “mas” foi um dos poucos aspectos da língua descritos a partir da teoria polifônica transposta para o universo lingüístico por Ducrot⁶²⁸, como já ressaltamos em 2.4.2.1.. Inclusive, demos conta desse funcionamento, ao analisar o 3º movimento do estudo de caso desse gênero. No caso, o esquema que apresentamos estava associado a uma seqüência argumentativa.

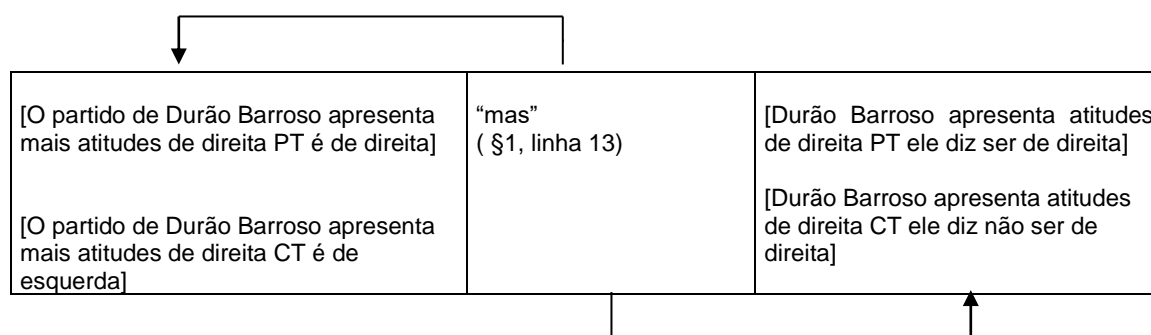
⁶²⁸ Nomeadamente, em Ducrot *et al.* (1980) e Ancombre e Ducrot (1988²). As outras categorias detalhadas por Ducrot foram a questão total e a negação (1984a).

Conhecemos bem tal descrição há décadas, todavia, como poderíamos perceber o funcionamento da partícula “mas”, como um MAP que estabelece fronteiras entre enunciados, dentro do gênero em questão? Julgamos que, para isso, tenhamos que recorrer à noção de encadeamento argumentativo desenvolvido mais atualmente pela TBS que, como sabemos, corresponde à versão atualizada da ANL. Neste âmbito, consideraremos que, no texto em análise, o “mas” pode apresentar dois funcionamentos distintos.

1º Funcionamento

“Mas” interligando Lcomentarista e Lcomentarista crítico (1º parágrafo):

Vejamos o esquema abaixo:



Notamos que o organizador dialético/articulador “mas”, referido anteriormente, interliga os encadeamentos de responsabilidade de dois Locutores: de um lado, o *comentarista* (à esquerda) e do outro o *comentarista crítico* (à direita). Observamos que esse “mas”, que faz a transição entre os dois enunciadores, tem como função não apenas reproduzir, aproximadamente, no lado direito, os mesmos encadeamentos em PT e CT apontados à esquerda. Ele faz a transição entre encadeamentos que expressam as ações realmente do partido (à esquerda) e encadeamentos que pontuam aquilo que Durão diz fazer. Dessa forma, acentua a transição entre um *Locutor mais comentarista* e outro *mais crítico* e, com isso⁶²⁹, marca o caráter *não-confiável* do candidato.

⁶²⁹ Já salientamos, também, a importância do *arrazoado por autoridade* que corrobora para produzir esse efeito textual.

Para ratificar essa nossa análise, é de ser ressaltado o comentário de Fonseca que salienta a importância, no discurso de opinião em geral, no qual o editorial prototipicamente se insere, do caráter agônico:

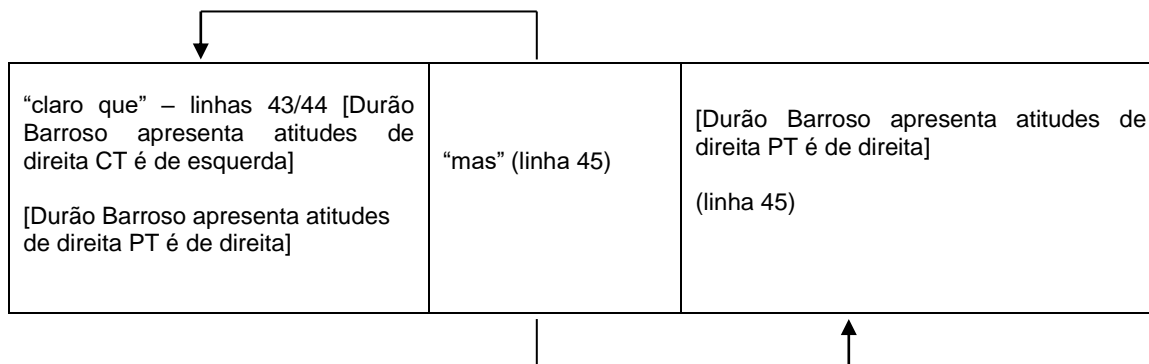
[...] uma dimensão típica dos discursos de opinião [...] é o seu caráter *agônico*. Esta dimensão de discurso de combate é muito nítida e desdobra-se em algumas outras que lhe são conexas, com relevo para a *desqualificação* de Outros, intervenientes em, ou responsáveis por, situações negativas na ordem política e social.

(FONSECA, 2004: 112)

2º Funcionamento

“Mas” interligando *L comentarista* e *L comentarista crítico* (3º parágrafo)

Neste caso, temos o esquema a seguir:



No caso apontado, o “mas” tem uma função distinta da verificada no outro exemplo. Ao interligar os encadeamentos dos Locutores *comentarista* e *comentarista crítico*, existe uma tendência do organizador de tirar a ambigüidade deixada do seu lado esquerdo, pelos condensados. E é ao ponto de vista expresso pelo discurso normativo – [Durão Barroso apresenta atitude à direita PT é de direita] –, inferível a partir do trecho à esquerda do organizador/articulador, que o Locutor acata.

Em suma, poderíamos observar, no texto em análise, funcionamentos similares e também distintos do organizador “mas”:

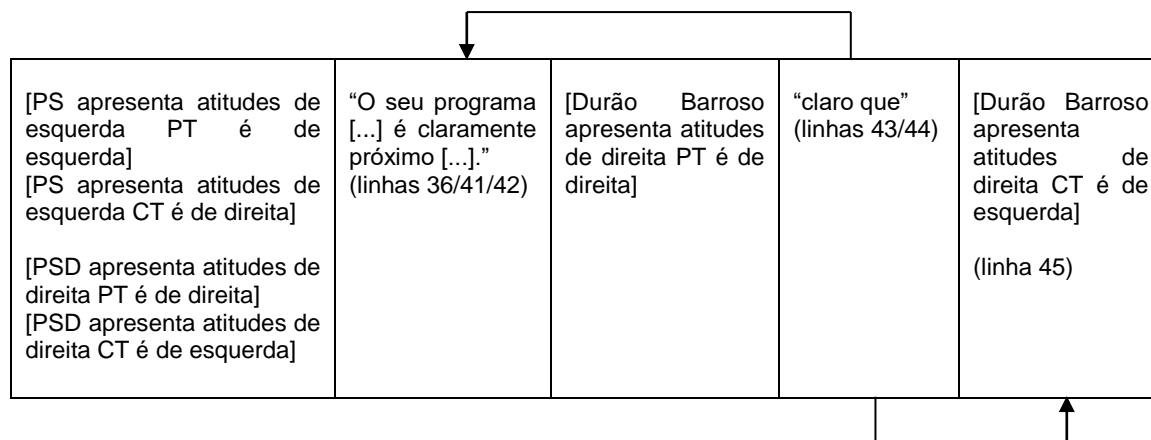
- Nas duas utilizações do OT “mas” no exemplar do gênero em questão, notamos que ele interliga encadeamentos argumentativos de enunciadores diversos, traduzindo imagens diferentes do Locutor.

Contudo, podem ser citados aspectos distintos:

- No primeiro caso, os encadeamentos argumentativos interligados pelo “mas” são em mesmo número, variando apenas o teor desses encadeamentos. No segundo caso, o “mas” elimina a ambigüidade deixada pelos encadeamentos argumentativos inferíveis à esquerda do OT dialético.

- *As modalidades epistêmicas enquanto ETEs*

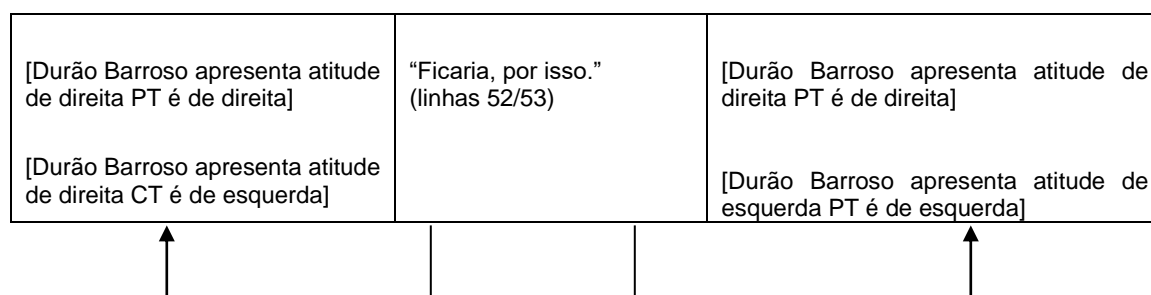
No texto em análise, observamos duas marcas de modalidade epistêmica com função de ETE: a expressão “claro que” (linha 43) e o verbo “ficaria”, no futuro do pretérito, acompanhado pelo OT “por isso”. Vejamos o funcionamento da primeira forma de modalidade epistêmica:



Observamos, pelo esquema acima, que a expressão “claro que” tem um papel duplo: está relacionada tanto aos encadeamentos argumentativos da UT₇ relativos ao início do parágrafo quanto ao encadeamento argumentativo que condensa as UTs: UT₆, UT_{3x}, UT_{4x}, UT_{5x} e UT_{6x}, imediatamente anteriores. Sabemos que a UT₇ que inicia o parágrafo é

ambígua, podendo, como vimos, gerar várias argumentações externas. As unidades textuais introduzidas por “O problema é que...” desfazem essa ambigüidade. Caberá à terceira UT₈, iniciada por “Claro que ...”, introduzir uma espécie de ‘correção’ por parte do Locutor. Ele acatará a possibilidade da existência de um outro encadeamento argumentativo, inferível a partir da UT₇, mas não presente no condensado da UTs₆, 3x, 4x 5x e 6x. Dessa forma, a expressão “claro que”, enquanto ETE, não desfaz a ambigüidade, como vimos para outras ETEs, apenas remete a uma espécie de reflexão ou de auto-correção por parte do Locutor.

Passemos à análise da segunda modalidade subjetiva epistêmica – o verbo “ficaria”, (linhas 52 /53). Apresentamos, a seguir, os condensados dos trechos que essa ETE interliga.



No caso exposto, observamos que a *modalidade epistêmica* “ficaria” não evita, como outras ETEs, a ambigüidade inferível a partir da UT que lhe antecede. Vemos que, ao contrário, reproduz essa mesma ambigüidade. Com isso, traz para o texto o *ar de imparcialidade* que é desejável em gêneros desse tipo: o jornal, enquanto instituição, não deve passar um estilo panfletário⁶³⁰ (como ditam as regras do Livro de Estilo do *Público*).

Um ponto sobre a questão

Dentre as várias ETEs que funcionam como MAPs, no gênero em análise, observamos que todas estabelecem interligações entre condensados, parafraseados por encadeamentos argumentativos. Todavia, o funcionamento das ETEs é distinto. As EAs desfazem a ambigüidade presente nos condensados. Por outro lado, alguns OTs dialéticos, como o

“mas”, no texto em análise, podem ou não desfazer a ambigüidade existente nos discursos. As modalidades subjetivas epistêmicas analisadas nunca desfazem a ambigüidade deixada pelos condensados. Terminada a análise das ETEs, passaremos à análise dos outros recursos polifônicos que não estabelecem fronteiras entre enunciados: as *expressões entre aspas*, o *discurso indireto*, as demais *modalidades subjetivas epistêmicas* e a *expressão impessoal*.

Funcionamento de outros recursos polifônicos como MAPs

- As expressões entre aspas

Notamos, no texto em questão, três expressões que são colocadas entre aspas: “choque fiscal” (linha 1); “preconceito ideológico do passado” (linha 19) e “centrão” (duas incidências – linhas 25 e 50, respectivamente).

Dentre essas expressões demarcadas pelas aspas, podemos observar dois funcionamentos distintos desse sinal de pontuação de caráter polifônico.

No caso, por exemplo, do uso da expressão “preconceito ideológico do passado”, o Locutor adota o ponto de vista do discurso citado e simula uma certa fidelidade ao enunciado original.

Já no emprego das expressões “choque fiscal” e “centrão” existe uma espécie de tentativa do Locutor de isolar o que seria o ponto de vista de outra(s) pessoa(s), com isso, livra-se, provavelmente, da responsabilidade do que é dito pela maioria. Ressaltemos que tais expressões têm um forte apelo negativo. A expressão “choque fiscal”, tida como atitude da direita, é antipatizada pela grande maioria, uma vez que privilegia poucos. Da mesma forma, o uso da palavra “centrão”, denota, pejorativamente, a instabilidade do candidato

⁶³⁰ LEP (2005²: 57).

que, ao se mostrar ora de direita ora de esquerda, se coloca como se estivesse num “centrão”.

Pensamos que o funcionamento distinto das *expressões entre aspas* pode ser similar ao que Maingueneau (1987) denomina um “résumé avec citations” ou un “emploi des mots guillemetés” (representados por MEG)⁶³¹, que não apresentam um comportamento verdadeiramente idêntico, como afirma o autor.

Alors que dans le résumé avec citations, le rapporteur adoptait le point de vue du discours cité et multipliait les citations pour donner la preuve d’une fidélité suffisante à l’énoncé originel, la MEG d’unités lexicales a pour but d’isoler un fragment d’autrui pour l’exclure de son propre point de vue; par ce procédé l’énonciateur se met en évidence en se séparant de ce qu’il n’est pas, au lieu de s’effacer fictivement derrière son rôle de rapporteur.

(MAINGUENEAU, 1987: 108)

Julgamos que, mais importante do que essa classificação das expressões entre aspas, seria o fato de salientar a importância do uso das aspas, como recurso polifônico, na redação do editorial jornalístico. Primeiramente, porque serve como demarcação para a percepção da fala de uma pessoa diferente do Locutor do texto e devido ao fato de chamar a atenção do interlocutor para determinada expressão. Com isso, além do interlocutor ter de desvendar o sentido daquela expressão, o Locutor marcará um distanciamento em relação àquilo que apresenta, acentuando o teor crítico do que é transmitido textualmente e, ao mesmo tempo, se desresponsabilizando do conteúdo que é apresentado.

- As modalidades subjetivas epistêmicas

No texto em análise, comentamos algumas modalidades subjetivas epistêmicas que serviam como ETEs, agora passaremos a ver aquelas presentes no interior das proposições e o efeito

⁶³¹ Lembramos que todos os trabalhos de Maingueneau (1987) sobre o assunto se basearam nos estudos de Authier-Revuz (1995). Essa autora repertoriou as palavras aspeadas, classificou-as e comentou-as de acordo com os princípios da modalização autonímica. Rosier (1999: 235), de certa forma, contesta a classificação proposta pelos autores, considerando-as apenas como variações ocorridas no discurso direto e indireto.

que elas produzem no enunciado em que se inserem. Como mencionamos, existem três ocorrências dessa modalidade, no interior de enunciados: o verbo modal “poder” no grupo verbal “pode constatar” (linha 9/10) e no “pode ser” (linha 28) e o advérbio “claramente” (linha 33).

Vejamos o funcionamento da modalidade epistêmica presente na UT₃ do primeiro parágrafo: “Quem de bom senso fizer o balanço global das suas propostas facilmente *pode constatar* que o partido de Durão Barroso é hoje mais PPD que PSD, ou seja, mais popular que social-democrata, e está, por isso, mais à direita que à esquerda”.

Nessa UT, a partir da modalidade epistêmica, percebemos a presença do ponto de vista de dois enunciadores, no mínimo⁶³²:

Ponto de vista de E₁ – [Durão Barroso apresenta atitudes de direita PT é de direita]

Ponto de vista de E₂ – [Durão Barroso apresenta muitas atitudes de direita PT está mais inclinado a ser de direita]

Na verdade, o Locutor, ao fazer uso do verbo “poder” acompanhado do verbo “constatar”, racionaliza a sua afirmação, sem enfatizar aquilo que pretende transmitir. Esse Locutor não deixa de aceitar o ponto de vista de E₁, mas, por ter *bom senso*, acata principalmente o ponto de vista de E₂, modalizando a sua afirmativa. Poderia não fazer uso da *modalidade subjetiva epistêmica* e afirmar categoricamente “Quem de bom senso fizer o balanço das suas propostas facilmente *constata* que o partido [...]”. Com certeza, esse mesmo Locutor se indisporia com alguns leitores, em especial com os pertencentes ao meio político.

Poderíamos estender essa análise a outras *modalidades subjetivas epistêmicas* encontradas no texto. Sempre teríamos um desnivelamento enunciativo e, com isso, a presença de

Contudo, nós preferimos adotar a classificação proposta por Maingueneau, por nos ter parecido bem clara para os exemplos desse texto.

⁶³² Poderia também destacar o advérbio “facilmente” como introdutor do ponto de vista de um outro enunciador. Todavia, preferimos simplificar a análise, centrando-nos na importância da modalidade epistêmica. Gostaríamos de salientar que, para efetuar essas análises, baseamo-nos em trabalhos de Nølke, Fløttum e Norém (2004), pertencentes ao grupo ScaPoLine, da teoria escandinava da polifonia lingüística.

pontos de vista distintos. Sendo que, sempre, o Locutor adere ao ponto de vista em que a modalidade epistêmica está presente. Por isso, resolvemos mostrar apenas um exemplo.

- *A expressão impessoal*⁶³³

A expressão impessoal que observamos no texto é o uso do verbo “acabar”, acompanhado da partícula “se”, no parágrafo 2, no enunciado: “acaba-se sempre por ser mais de esquerda que de direita”.

Julgamos que o emprego dessa expressão impessoal não tem o valor de impessoalização tão forte, como observado em algumas expressões pontuadas por Rosier⁶³⁴ que remetem ao que ela denomina um “on-dit” não identificável. Na realidade, o termo “acaba-se” poderia corresponder a um *simulacro de impessoalização*. O leitor facilmente se dá conta que, por trás do índice de indeterminação “se”, existe a voz do próprio Locutor. Não passa por este último a intenção de que exista uma voz genérica que pense dessa maneira, é ele mesmo que considera que [ao final se é] “mais de esquerda ou de direita”.

- *Discurso Indireto (DI)*

Ao final do primeiro parágrafo, notam-se dois empregos do DI, sendo que, nos dois, as palavras de Durão Barroso são ‘reeditadas’ pelo agente produtor: “Durão Barroso diz com pragmatismo [...] que lhe propõe” – (linhas 14 a 17) – e “diz Durão Barroso que a tradicional oposição [...] ‘um preconceito ideológico do passado’” – (linhas 17 a 19).

A que corresponderia esse DI? Segundo Rosier: “Le DI est un enchâssement réduisant les deux énonciations à une seule. En effet, le DI ‘traduit’ l’énonciation qu’il rapporte c’est-à-dire qu’il opère une transposition des temps, des personnes et des déictiques” – Rosier (1999: 201).

⁶³³ Embora essa expressão inicie uma proposição, não acreditamos que funcione como uma expressão de transição entre encadeamentos, por isso a inserimos no 2º grupo.

No entanto, qual seria o efeito produzido pelo DI, ao nível textual? Julgamos que ele acentue a crítica do Locutor em relação àquilo que é enunciado. A partir do seu *afastamento enunciativo*, pelo próprio uso de um *arrazoado de autoridade*, como mencionamos, o teor crítico do texto é salientado. Lembramos que, através desse arrazoado, o Locutor acata o ponto de vista do enunciador que insiste no fato do candidato do PSD não estar dizendo a verdade.

Um ponto sobre a questão

Os recursos polifônicos são MAPs de grande relevância no exemplar do gênero em análise. Como vimos, esses MAPs podem ter *localização* e *função* distintas. Em relação ao primeiro aspecto, podem estabelecer fronteiras entre enunciados ou estarem presentes no interior de enunciados. Quanto ao segundo, podemos dizer que todos os recursos polifônicos, independentemente de sua localização, são importantes para que se possam identificar os enunciadores e, em função dos pontos de vista por eles construídos, as diversas imagens do Locutor. Alguns desses MAPs, que estabelecem fronteiras entre enunciados, podem ter outras *funções* como a de *organizar enunciados* e a de *desfazer ambigüidades entre encadeamentos argumentativos*.

Tendo pontuado esses MAPs, no gênero em análise, passaremos à análise de um outro aspecto analisado nos diversos gêneros: a engrenagem enunciativa ampliada (EEA).

6.4.3.3. Engrenagem estilística ampliada (EEA)

Os textos de opinião constituem, dentro da imprensa escrita, um reduto muito interessante para o estudo da *heterogeneidade enunciativa* e, conseqüentemente, da *flutuação imagística* (*ethos* textual *compósito*) que o Locutor constrói no universo textual.

⁶³⁴ Rosier (1999: 159).

No nosso caso específico, centramo-nos no estudo dessa *heterogeneidade enunciativa* no *gênero editorial* que, como sabemos, caracteriza-se basicamente por três aspectos. Primeiramente, retrata a opinião institucional sobre questões sócio-políticas relevantes, no momento, para o país. Ainda, é escrito por um dos membros da equipe diretiva do veículo, sendo que, no caso dos jornais estudados, o autor é identificado. Por fim, apresenta um espaço topográfico de destaque nos veículos analisados: localiza-se na parte superior da página nos dois jornais (páginas quatro e três, no *Público* e no *DN*, respectivamente), acompanhado de outros textos opinativos.

O que importa na EEA é ressaltar que o agente produtor (o jornalista) já tem um *ethos* pré-textual que transmite socialmente seriedade e credibilidade. E esse jornalista, membro da direção do jornal, vai assumir na produção do editorial, o papel de um representante institucionalmente credenciado. Dessa forma, quando da produção do texto, faz uso de cenografias várias (perceptíveis a partir da escolha dos recursos verbais e não-verbais/ ou de aspectos organizacionais), com o intuito de fazer com que o leitor reconstrua, a partir de certos estereótipos que circulam socialmente, diversas imagens desse *Locutor multifacetado*.

Antes de desvendarmos esse *ethos compósito*, que é constitutivo do editorial jornalístico, descreveremos a cena de enunciação.

A cena de enunciação no editorial

No editorial, temos como *cena englobante* um discurso jornalístico. Neste, podem existir diversos gêneros, no nosso caso, em especial, analisamos o editorial que tem como objetivo fazer com que eleitores do jornal reflitam sobre questões de ordem política e social, de forma a tomar algum posicionamento – *cena genérica* –. No intuito de ser atingido esse objetivo, é construída uma *cenografia* de cunho crítico, analítico, de forma que esse gênero seja legitimado, institucionalmente e publicamente, como um editorial.

Ethè e pathè no editorial

O editorial, que se aproximaria de um *hipergênero* para Maingueneau⁶³⁵ devido, principalmente, às poucas coerções por ele sofridas (opinião que contestamos dentro do quadro da imprensa portuguesa), apresenta uma *flutuação imagística* considerável, como veremos.

Considerando-se que o editorial é um gênero de *caráter institucional*, produzido para fortalecer uma imagem da instituição, pensamos que o Locutor já representa, por si só, um *ethos* institucional. Este, por sua vez, se apresentará de várias formas, em função das escolhas estilísticas e organizacionais, perpetradas pelo Locutor.

No documento em análise, observamos a presença de quatro *ethè* bem demarcados: um *ethos* analítico, um *ethos* comentarista, um *ethos* comentarista crítico, um *ethos* racional ponderado. Esses *ethè* são acompanhados por uma heterogeneidade enunciativa do ponto de vista da interpretação e vários *pathè* podem ser depreendidos.

O primeiro *ethos* (*ethos* analista) é observado em momentos do texto em que o Locutor faz uso de uma espécie de voz genérica responsável por colocar ‘os fatos na mesa’. Já mencionamos em **6.4.3.2.**, que esta voz seria similar àquela que Berrendonner (1993) denomina “opinião pública”; responsável por transmitir certa *doxa* anônima. Como exemplo, podemos citar o início do 1º parágrafo, em que as atitudes de Durão Barroso são comparadas às de George Bush; às de Sílvio Berlusconi; às de Paulo Portas e às de Ferro Rodrigues.

A esse *ethos* estaria relacionado um interlocutor mais racional. Aquele que precisa analisar fatos para refletir sobre algum assunto, seria o *pathos racional*.

O *ethos* comentarista, por sua vez, é depreendido, textualmente, a partir do uso de vários recursos polifônicos que traduzem um desnivelamento enunciativo bem perceptível. Esses

⁶³⁵ Cf. 3.3.1.1..

recursos foram, inclusive detalhadamente explanados no item **6.4.3.2.** e, por isso, vamos apenas mencioná-los. São eles:

- o uso de organizadores dialéticos (“mas”, “apesar de”);
- o emprego de expressões impessoais (“acaba-se”;
- a utilização de modalidades subjetivas epistêmicas (“claramente”; “é claro que”, “pode-se constatar”). Vale a pena ressaltar que essas modalidades apresentam um *alto grau de certeza* em relação ao conteúdo proposicional a que se relacionam, transmitindo ao texto um *tom agressivo*, ratificando, de certa forma, o seu caráter agônico, apontado anteriormente.
- o emprego de expressões de transição entre encadeamentos (ETEs), demarcando claramente o desnivelamento enunciativo e uma mudança de atitude do Locutor.

A este *ethos* estaria associado um interlocutor capaz de *se revoltar*, com a incoerência apresentada por alguns candidatos, e de *se emocionar* com um tom mais contundente do editorialista. E as próprias escolhas perpetradas pelo Locutor são estratégias utilizadas para atingir esse interlocutor que é capaz de sensibilizar com um tom mais crítico do discurso. Esse *pathos*, a que o *ethos* quer atingir, é o do ser *sensível* e capaz de *se revoltar* com as incoerências apresentadas.

Quanto ao *ethos* comentarista crítico, ele aparece, principalmente, quando observamos, por parte do Locutor, um afastamento enunciativo acentuado. Com isso, esse Locutor consegue realmente fazer uma crítica, por vezes até mordaz, a um fato, a um político. No caso desse editorial, constatamos que o uso do *discurso indireto*, como apontado já em **6.4.3.2.**, num *arrazoado por autoridade*, ou de *expressões entre aspas* têm essa função. E nesse caso, a imagem criada do interlocutor é de alguém que não se deixa sensibilizar por um discurso mais inflamado, ao contrário precisa de uma prova concreta para se indignar. É um interlocutor também *desconfiado* que precisa atestar um fato para realmente crer nele. E, para tal efeito, o Locutor faz uso de estratégias estilísticas bem precisas.

Ademais, podemos pensar na existência de um *ethos racional ponderado* que permeia esse editorial e atua como pólo organizador de todo o texto. Como vimos, a partir de **6.4.3.1.**, toda a EO do texto é construída a partir de um movimento de polarização que mobiliza dois eixos semanticamente opostos: de um lado [ser de] “direita” e do outro [ser de] “esquerda”. E é a partir dessa oposição semântica, observável logo no título, que são distribuídos os diversos encadeamentos argumentativos que percorrem todo o universo discursivo-textual. O próprio uso de alguns organizadores dialéticos, por exemplo, corroboram para que esse efeito seja alcançado.

A esse *ethos* se associa, como no caso do *ethos* analista, um interlocutor que precisa do racional para poder refletir (*pathos* racional). E, nesse intuito, como vimos anteriormente, através da EO do texto analisado, o Locutor passa uma imagem de ‘alguém’ que pondera posições, sem se posicionar claramente.

E, como afirma Fonseca, a “multifacetada heterogeneidade enunciativa” das diversas flutuações imagísticas, combina-se com uma evidente “heterogeneidade compositiva”, transmitindo ao universo textual um amplo “dinamismo interactivo” – Fonseca (2004: 109).

6.4.4. Dinâmica Argumentativa no estudo de caso 3 - Editorial

Conforme procedemos com os demais gêneros, passaremos a descrever as principais inter-relações estabelecidas entre as engrenagens textuais e os componentes externos. Em seguida, mostraremos qual a relação existente entre as várias engrenagens textuais.

6.4.4.1. Inter-relação das engrenagens com os componentes externos

Como já salientamos, quando apresentamos os componentes externos do gênero editorial, existem alguns elementos que coíbem de forma notória as engrenagens organizacional, estilística e enunciativa ampliada no gênero em análise. São eles: o *componente metatextual*, o *intertextual*, o *situacional* (*lugar de circulação e finalidade exterior*).

Em relação ao *componente metatextual*, vimos que um dos veículos (o *Público*) possui um Livro de Estilo – LEP – que traz regras bem nítidas para a redação do editorial, bem como para as demais rubricas que compõem o veículo. E este LEP traz regras básicas para o estilo dos artigos de opinião, dentre eles o editorial, como vimos em **6.4.2.3.** Todavia, gostaríamos de ressaltar a importância concedida ao título que deve funcionar, como mencionamos, sem “muletas”. E como diz o LEP, o título não deve apresentar um teor crítico acentuado, pois pode fazer com que o leitor não leia o texto. Para atender a esse intuito, ele deve conter o essencial do texto, de forma que, ao lê-lo o leitor perceba o texto em sua globalidade. Esse título é complementado, evidentemente, pela entrada.

A importância do *título* – coibido pelos diversos aspectos mencionados acima – no editorial foi, por nós, ressaltada quando trabalhamos a *engrenagem organizacional* no editorial e salientamos que ele funciona como uma *plataforma geradora* de relações argumentativas, nos dois veículos. No *Público*, ele apresenta, com muita frequência, um posicionamento dialógico, permitindo, como vimos nas análises, um duplo movimento argumentativo no texto. Em contrapartida, no *DN*, esse posicionamento é mais claro e o editorial se orienta mais diretamente em relação a determinado assunto.

Em relação a aspectos *intertextuais*, vimos que os vários editoriais analisados dialogam com questões de ordem política, econômica e social que circulavam na época. Observamos, também, que muitos dos editoriais se inter-relacionavam com outros gêneros que os circundavam no mesmo espaço material. Podemos afirmar que os *componentes intertextuais* trazem coerções relevantes ao nível da materialização textual e da própria escolha das engrenagens estilísticas do veículo.

Do *ponto de vista situacional*, ressaltamos a importância do *lugar de circulação* nos dois veículos. O editorial, no *Público*, se encontra na página quatro, na editoria *Espaço Público*, e o do *DN*, na três, na editoria *Impressões*. Essa localização do editorial no veículo traz *coerções textuais* bem marcadas. Todos os textos nessas páginas devem opinar sobre determinado fato político/social/econômico de relevância, conservando o estilo próprio do gênero em que estão inseridos. De forma a atingir esse intuito, a engrenagem estilística, a

organizacional e a enunciativa ampliada devem atender às exigências impostas pela delimitação desse espaço.

Quanto à questão da *finalidade exterior*, notamos que cada veículo tem sua forma de transmitir uma opinião de determinado assunto. O *DN* tende a ser mais persuasivo do que demonstrativo, ao emitir um ponto de vista. Por outro lado, o *Público* procura ser mais demonstrativo do que persuasivo, trabalhando prioritariamente com dois pontos de vista em paralelo. O leitor é levado, por ele mesmo, a chegar a uma conclusão acerca de um problema polêmico.

6.4.4.2. Inter-relação entre as engrenagens

No editorial que constituiu o nosso estudo de caso, foi percebida uma *flutuação imagística* – variação de imagens do Locutor e do interlocutor – que muito se assemelhou à observada no *outdoor* partidário. Como mostramos em **6.4.3.3.**, quatro *ethè* bem distintos foram apontados: o *analista*, o *comentarista*, o *comentarista crítico* e o *racional ponderado*. Essa classificação se baseou sobretudo nas escolhas estilísticas e organizacionais efetuadas.

Dentre os quatro tipos de *ethè* observados, vimos um predomínio do *ethos* comentarista, pela escolha de organizadores textuais dêiticos, das modalidades epistêmicas, do presente do indicativo dêitico, das expressões de transição entre encadeamentos. Esses recursos verbais acentuam o teor opinativo do texto em análise. Com isso, nitidamente, percebemos que a *engrenagem estilística* é coibida pelas imagens do Locutor e do interlocutor que o agente produtor do texto quer passar. E, ao mesmo tempo, a *engrenagem estilística* transmite uma certa imagem desse Locutor e desse interlocutor, num processo de mão-dupla.

Ainda vimos, no exemplar analisado como estudo de caso, a importância do título que funciona, nesse gênero, como PG de relações argumentativas. A partir do título todas as relações argumentativas são construídas. No caso específico do *Público*, o título, que corresponde à UMT, traz intrinsecamente dois pontos de vista que serão desenvolvidos ao

longo do texto. Essa *dialogicidade* presente na UMT repercute textualmente. Em consequência disso, é construída, pelo leitor, a imagem de um Locutor racional ponderado (*ethos* racional ponderado) preocupado em se dirigir a um interlocutor que é convencido mais pela razão do que pela emoção (*pathos* racional).

7. Os corpora – Uma análise contrastiva

7.1. Introdução

A partir das análises dos *estudos de caso*, podemos antecipar algumas hipóteses relativas à *engrenagem estilística* (EE), à *engrenagem enunciativa ampliada* (EEA) e à *engrenagem organizacional* (EO).

Na EE, dentre as categorias lingüísticas trabalhadas, algumas questões referentes ao estudo das modalidades e dos organizadores textuais, por exemplo, merecem ser salientadas.

No primeiro caso, podemos prever a existência de um *continuum* relativo aos graus de modalização nos diferentes gêneros e de uma previsibilidade dessas mesmas modalizações em função do gênero. De um lado, temos gêneros mais instituídos, por sofrerem maior interferência de fatores metatextuais, como a petição inicial. Estes apresentam uma predominância de *modalidades subjetivas epistêmicas* que se aproximam da assunção total – pólo positivo – em que estão presentes asserções positivas e/ou negativas. Do outro, temos gêneros, como o *outdoor* partidário ou o editorial que, por serem gêneros menos instituídos, apresentam diferentes graus de modalização e tipos de modalidade variáveis.

Em relação ao segundo aspecto, vemos que, em função dos gêneros, são usados recursos não-verbais como a cor e a tipografia, como no *outdoor* partidário; ou os *sinais demarcatórios*, na petição inicial. Quanto aos organizadores textuais, eles podem acumular funções, denotando uma responsabilidade enunciativa e atuando como termo anafórico, no caso das petições iniciais. Ademais, existem grupos nominais que, apesar de não serem ‘catalogados’ pelas abordagens teóricas percorridas, como *organizadores textuais*, funcionam como OTs em determinados gêneros. Por exemplo, as expressões atitudinais (EAs), no caso do editorial, exercem esse papel.

Quanto à engrenagem enunciativa ampliada – EEA – relativa às modulações de *ethè* diretamente correlacionadas ao *pathos* –, constatamos que essa *flutuação imagística*

confere ao texto um maior ou menor poder persuasivo. Gêneros mais instituídos, como a PI, apresentam menos modulações de tom e mais estabilidade na criação do *ethos* e um *pathos* pouco envolvido textualmente. Na realidade, todo um universo textual é construído para confirmar conhecimentos que já temos sobre o que venha a ser um documento jurídico: texto com ausência de marcadores de 1ª ou 2ª pessoas e presença acentuada de modalização epistêmica, o que concede, a esse gênero, um tom altamente imparcial. Praticamente, não há espaço para que uma *cenografia* variada se instaure.

Por outro lado, gêneros menos instituídos, como o *outdoor* partidário, apresentam cenografias um pouco mais variadas, com a utilização, de recursos verbais e não-verbais como: fotos, tipografia diferenciada, cores. Essa complexidade textual instaurada propicia um *ethos* e um *pathos* mais multifacetado e dinâmico. Nesse gênero, inclusive, o *ethos* *mostrado* pode ser até mais relevante do que o *ethos* *dito* – cf. **4.3.2.3.**.

Como já colocamos em **4.3.2.3.**, o *ethos* e o *pathos*, pertencentes à tríade aristotélica (em que o *logos* se inclui), são fundamentais para que o *efeito persuasivo* (*argumentação*) atinja o seu objetivo. Pensamos, como Ducrot (2004) – cf. **2.4.1.2.** –, que a simples materialização dos encadeamentos argumentativos (*logos*) não sustentam, isoladamente, esse *efeito persuasivo*. Este só é realmente conseguido quando o *ethos* e o *pathos* se conjugam ao *logos*, num processo de interação dinâmica.

No que tange à engrenagem organizacional (EO), percebemos que, em todos os gêneros, a unidade macro-textual (UMT) fornece instruções para a interpretação de certas UTs presentes no universo textual. O que distingue, na realidade, a EO desses gêneros, além dos critérios diferenciados para a identificação das UMTs, ou para as UTs, é o tipo de instrução dada pela UMT para que se depreenda e se materialize a (s) UT(s) ou a(s) UTI(s).

No caso do *outdoor* partidário, a UMT é identificada por questões não-verbais. A UMT é o corpo do texto e a PG. Essa UMT pode ser clivada em dois discursos: um transgressivo e outro normativo. Esses discursos correspondem a UTIs que estão interligadas à UMT por questões fundamentalmente semânticas e inferenciais. Por outro lado, as diversas UTs que

compõem o universo textual, tanto implícitas quanto explícitas, estão interligadas às UTIs originais e à UMT, por questões, também, de ordem semântica e inferencial. Salientemos que as UTs e UTIs podem estar inter-relacionadas por questões da mesma ordem e, ainda, por aspectos cromáticos e tipográficos. A EO do cartaz partidário segue uma *dispositio* mais espacial e menos regulada por preceitos retóricos.

No caso da PI, as UMTs, identificadas por critérios metatextuais e estilísticos, permitem-nos interpretar diversas UTs explícitas presentes no documento. Além disso, a partir das UMTs, que funcionam como plataforma geradora de relações argumentativas, alguns segmentos de discursos delas oriundos se repetem em outras partes do documento, ressaltando o caráter redundante desta peça processual. Há de mencionar também a relevância do *arrazoado heurístico* neste documento que parece ser uma característica do gênero em análise. A EO da PI segue uma tradição mais retórica que os demais gêneros persuasivos.

Em relação ao editorial, vimos que o título, uma UTp que funciona como a UMT no gênero, pode ser parafraseado por encadeamentos que condensam a *argumentação interna* de várias UTs presentes no texto. Por conseguinte, no processo de desmontagem do texto, muitas das *argumentações internas* condensadas no título ecoam em diversos momentos do texto.

Ressaltemos, ainda, a importância das UTIs na EO de todos os gêneros persuasivos analisados. São principalmente essas UTIs, depreendidas a partir dos vários recursos verbais e não-verbais, que estabelecem, junto com a(s) UMT(s) as diversas relações argumentativas no universo textual. Evidentemente, em gêneros que seguem uma *dispositio* mais retórica, como os editoriais e as petições iniciais, teremos UTs que trabalham com outras formas de organização textual, como os tipos de sequência e de discurso. Estes últimos constituem UTs que, juntamente com as UTIs, traduzem a EO dos gêneros em que se inserem.

Realizado esse breve balanço acerca do estudo das engrenagens nos estudos de caso, restamos recuperar essas hipóteses em outros textos que compõem os nossos *corpora*. E, para tal, delineamos alguns critérios e tomamos algumas decisões.

Primeiramente, por questões de limitação temporal e espacial, não poderíamos ater-nos ao estudo de todas as engrenagens em todos os textos por nós recolhidos, o que demandaria uma ou mais teses. Dessa forma, limitamo-nos ao estudo da *engrenagem organizacional* e observar como ela se comportava nos *corpora*. Como consequência disso, deixamos de lado as demais *engrenagens*. Tal escolha não foi aleatória. Pensamos que essa engrenagem trabalha substancialmente com uma teoria lingüística – a TBS –, ao contrário das demais que trabalham com teorias, muitas vezes, não propriamente lingüísticas para poder dar conta da descrição dos textos. Vimos, por exemplo, nos *outdoors* partidários que exploramos, alguns conceitos da Semiótica para descrevermos a engrenagem estilística desse gênero.

Partindo desse princípio, selecionamos a engrenagem organizacional para ser estudada nos *corpora*. Recuperamos os dados obtidos a partir das EOs dos *estudos de caso* e procuramos ver como funcionam em *vários textos do mesmo gênero*, visando a certa generalização. Efetivamente, trabalhamos com textos, tais quais circulam socialmente, e esses textos estão inseridos em *gêneros instituídos* com algum grau de uniformidade, mas com certa abertura à variação. Dessa forma, justificamos a limitação dos resultados conseguidos, que não visam de forma alguma uma generalização.

Passaremos, agora, efetivamente, à análise contrastiva da EO dos gêneros persuasivos que compõem os *corpora*, contudo antes faremos algumas considerações preliminares.

7.2. Análise da EO dos corpora

Em relação à metodologia de análise dos textos, tivemos que tomar algumas decisões. Em todos os textos, limitamo-nos a ver como se estabelece a relação da UMT e das UTs explícitas ou implícitas. Contudo, utilizamos metodologias diferentes em função do gênero.

No caso do *outdoor* partidário, decidimos, primeiramente, recuperar os *outdoors* das diversas fases de cada partido. Em seguida, selecionamos um dos exemplares de cada fase para cada partido, descrevendo, sob forma de esquema, as UMTs/ as UTs/ e UTIs. É importante salientar que as próprias agências de marketing, que nos forneceram os textos, já tinham antecipado que os *outdoors* eram divididos em fases, e, de fato, pudemos constatar que essas apresentavam características organizacionais e estilísticas bem similares. Com isso, optamos por escolher, nessa etapa, um *outdoor* de cada fase. Em relação à apresentação da EO dos textos, fizemos uma tabela em que, na primeira coluna, colocamos a fase em que o cartaz se insere, em número cardinal junto com o número do cartaz, também em cardinal; na segunda e terceira colunas, apresentamos realmente a EO dos cartazes analisados.

Em relação à PI, mostramos as várias UMTs, UTs e UTIs encontradas no único texto por nós obtido (além do *estudo de caso*), e pontuamos os seus reflexos no universo textual, também sob forma de esquema. Na tabela, pontuamos o número do documento analisado na primeira coluna, referente a 2.1. e, na segunda coluna, mostramos a EO da peça processual.

Quanto ao editorial, nas análises apresentadas sob forma de esquema, em vez de recuperarmos as *argumentações externas* ou *internas*, desencadeadas pelo título, no interior do corpo do texto – como o fizemos na análise do estudo de caso –, o faremos a partir da *entrada* do editorial⁶³⁶. Conforme mencionamos em **5.4.1.1.**, esta, assim como o título, é

⁶³⁶ É importante salientar que, em função do veículo, a entrada pode estar situada em locais diversos. No *Público*, apresenta-se num nível intermediário entre o título e o corpo do texto. No jornal *Diário de Notícias*, encontra-se à direita do editorial, perto da fotografia do editorialista responsável pela elaboração do texto.

uma UTp e orienta a leitura do editorial, permitindo uma melhor compreensão do título, que apresenta, em muitos textos (sobretudo no *Público*), um caráter ambíguo acentuado.

Como a *entrada* é extraída do próprio corpo do texto, embora possa vir a apresentar leves alterações⁶³⁷, e esclarece aspectos apontados no título, correlacionamo-la com este último. Dessa forma, estabelecemos ligações entre possíveis *argumentações internas* ou *externas* desencadeadas pelo título, com grupos nominais ou verbais presentes na *entrada*. Com isso, destacamos, em negrito, partes da *entrada* que estão semanticamente mais interligadas à UMT (o título neste gênero), que nos ajudam a depreender através desta última (da UMT) as UTs presentes no universo textual.

Na tabela, mencionamos, na primeira coluna, a numeração relativa ao editorial. Na segunda, transcrevemos a entrada e relevamos, em negrito, o trecho que será importante para fazermos o levantamento dos discursos normativos ou transgressivos presentes nos textos em análise. Na última coluna, mostramos a EO do exemplar do gênero analisado.

Na apresentação da EO em cada um dos veículos, mostramos, no esquema, primeiramente os editoriais que apresentam uma EO similar e, em seguida, aqueles que divergem totalmente dessa generalização (demarcados, na tabela, a partir de uma linha dupla).

Dentre os seis editoriais do *Público*: quatro têm uma EO similar (“Acabar o que falta”; “Durão: esquerda e direita”; “OTA, demagogia e teimosia”; “Programas ocultos ou nem por isso”); e outros dois com EOs diferenciadas: “Uma pequena sugestão, um pedido” e “Os Boys”.

Em relação aos textos do *DN*, dez mostram uma EO bem parecida, são eles: “Circos”; “Tentações de Campanha”; “Orçamentos”; “Caminhos de Portugal”; “Tudo na mesma”;

⁶³⁷ Esse aspecto depende do veículo. Por exemplo, em um dos editoriais do *Público* (3.4), intitulado “Os Boys” foi acrescentada a questão: “E agora?”, não pertencente ao corpo do texto. Também no editorial desse mesmo veículo cujo título é “OTA, demagogia e teimosia” (3.3) a entrada não aparece no corpo do texto e retoma praticamente a tese do texto em questão. Já no *Diário de Notícias*, sempre a entrada repete um trecho importante do texto, apresentando a omissão de uma ou outra palavra.

“Parem a campanha”; “O agente encarnado”; “Fitas à moda do Porto”; “Euros”; “A noite de Portas”. E o editorial “Diagnósticos e Prioridades” apresenta uma EO bem distinta.

Tendo pontuado os aspectos teórico-metodológicos importantes para a análise da EO dos *corpora*, passaremos, a seguir, a apresentar a EO dos vários gêneros, de forma esquemática. Primeiramente a dos *outdoors* partidários, em seguida das petições iniciais e, por fim, dos editoriais. Ao final dos esquemas, relativos a cada gênero, apresentaremos algumas generalizações que foram tiradas a partir das análises efetuadas.

7.2.1. *Outdoors* partidários

	<i>Outdoors</i> partidários - UMTs	
	PS	PSD
Fase 1	“CHEGA DE BOTA ABAIXO” anexo 1.1.	“CHEGA DE BOTA ABAIXO” – anexo 1.2. “CHEGA DE BOTA ABAIXO” – anexo 1.3.
Fase 2	“CORAGEM” – anexo 1.4. “DETERMINAÇÃO” – anexo 1.5. “SERIEDADE” – anexo 1.6.	“Pai, o Guterres e o Ferro não são do mesmo governo” – anexo 1.7. “Mãe, porque é que a avó precisa de cunhas para ser operada?” – anexo 1. “Pai, porque é que dizem que Portugal está a perder o comboio da Europa?” – anexo 1.8. “Avô, porque é que trabalhaste tanto para ter uma reforma tão baixa” – anexo 1.9.
Fase 3	“FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA TODOS OS JOVENS” – anexo 1.10.	“Fazer AGORA” – anexos 1.11.; 1.12.; 1.13; 1.14.
Fase 4 ⁶³⁸	_____	“Mudar com COMPETÊNCIA” – anexo 1.15. “Mudar com CONFIANÇA” – anexo 1.16. “Mudar com RESPONSABILIDADE” – anexo 1.17.
Fase 5	“VOTE NUM PORTUGAL SOLIDÁRIO” - anexo 1.18.	“Em 17 de março, Somos Todos Portugal” – anexo 1.19.

⁶³⁸ No caso específico do PS, como dissemos na introdução, não nos foi fornecido material que justificasse essa quarta fase.

Outdoors partidários – UMTs e UTs		
Fases / Anexos	PS	PSD
1ª/anexos 1.1. e 1.2.	<p>“BOTA ABAIXO” – UMT_{1y} (que hierarquicamente controla a UTI_{1y}). [Os outros destroem porque falam e isso é fácil] – UTI_{1y}.</p> <p>“CHEGA DE BOTA ABAIXO” – UMT e UMT_{1x}. [O polegar está para cima PT a situação vai melhorar] – UTI_{1x}. [É necessário construir PT vamos fazer] - UTI_{2x}. [É necessário construir PT vote PS] – imagem do punho fechado – UTI_{3x}. [É necessário construir PT vote PS] – imagem do outro símbolo do partido – UTI_{4x}.</p>	<p>“BOTA ABAIXO” – UMT_{1y}</p> <p>“Crescimento económico comparado 2001” – UT₁ – sequência descritiva. [O crescimento económico está caindo PT eles estão destruindo o país] – UTI_{1y} inferida a partir da flecha que ancora a tabela –. [O crescimento económico está caindo PT eles estão destruindo o país] – UTI_{2y} - inferida pela tabela.</p> <p>“CHEGA DE BOTA ABAIXO” – UMT_{1x}</p> <p>[É necessário construir PT vote no partido que vai erguer Portugal] – UTI_{1x}. [É necessário construir PT vote no partido que vai erguer Portugal] – imagem da flecha em ascensão – UTI_{2x}. [É necessário construir PT vote PSD] – UTI_{3x}.</p>
2ª/Anexos 1.6. e 1.9.	<p>“SERIEDADE” – UMT₁</p> <p>[É necessário ter alguém sério no governo PT vote Ferro Rodrigues] – UTI₁.</p> <p>[É necessário ter alguém sério PT vote na imagem que traduz seriedade] – inferível a partir da fotografia - UTI₂.</p> <p>[É necessário ter alguém sério no governo PT vote no PS] - inferível a partir de um dos símbolos – UTI₃.</p> <p>[É necessário ter alguém sério no governo PT vote no PS] - inferível a partir do outro símbolo – UTI₄.</p> <p>[É necessário ter alguém sério no governo PT vote no PS] - inferível a partir do site do partido – UTI₅.</p>	<p>“Avô, porque é que trabalhaste tanto para ter uma reforma tão baixa” – UMT</p> <p>[Existe uma razão para se trabalhar tanto e ter uma reforma muito baixa CT é difícil de encontrar o motivo] – UTI_{1x}.</p> <p>[O cidadão tem o direito PT ações devem ser tomadas para o direito ser cumprido (ter uma reforma proporcional ao trabalho)] – UTI_{1y}.</p> <p>[O avô do menino trabalhou muito CT tem uma reforma baixa] – inferível a partir da fotografia (no universo textual) – UTI_{2x}.</p> <p>[Trabalha-se muito e a reforma é baixa PT temos de mudar] – UTI_{2y}.</p> <p>[Trabalha-se muito e a reforma é baixa PT temos de agir] – UTI_{3y}.</p> <p>[A reforma deve ser proporcional ao trabalho PT vote PSD] – UTI_{4y}.</p> <p>[A reforma deve ser proporcional ao trabalho PT vote DURÃO BARROSO] – UTI_{5y}.</p>

<p>3ª/Anexos 1.10. e 1.11.</p>	<p>“Formação profissional para todos os jovens” – UMT [O país precisa de uma formação profissional para todos os jovens PT vote no candidato que representa esse profissionalismo (representado pela fotografia do candidato que ancora a UMT)] – UTI₁. [O país precisa de uma formação profissional para todos os jovens PT vote PS (representado pelo site do partido)] – UTI₂. [O país precisa de uma formação profissional para todos os jovens PT vote PS (representado por um dos símbolos do partido)] – UTI₃. [O país precisa de uma formação profissional para todos os jovens PT vote PS (representado por um dos símbolos do partido)] – UTI₄. [O país precisa de uma formação profissional para todos os jovens PT vote Ferro Rodrigues] UTI₅.</p>	<p>“Fazer AGORA” – UMT “Qualidade na educação” – UT₁ – sequência descritiva. “O que não fizeram em 6 anos” – UT₂ – sequência narrativa. [É necessário fazer agora PT vote Durão Barroso] – UTI₁. [É necessário fazer agora PT vote PSD] – UTI₂. [É necessário fazer agora PT temos de agir (representado por “somos todos Portugal”)] – UTI₃.</p>
<p>4ª/Anexo 1.15.</p>	<p>_____</p>	<p>“Mudar com COMPETÊNCIA” – UMT [É necessário mudar com competência PT vota Partido Social Democrata] – UTI₁. [É necessário mudar com competência PT vota PPD/PSD] – UTI₃. [É necessário mudar com competência PT vota PPD/PSD (representada pela flecha e pela marcação em cruz)] – UTI₄. [É necessário mudar com competência PT vota Durão Barroso] – UTI₅. [É necessário mudar com competência PT vota PSD] – UTI₆. [É necessário mudar com competência PT temos de mudar (representado por “somos todos Portugal”)] – UTI₇.</p>
<p>5ª/Anexos 1.18. e 1.19.</p>	<p>“Vote num Portugal solidário” – UMT [É necessário votar num Portugal solidário PT vote Ferro para fazer bem] – UTI₁. [É necessário votar num Portugal solidário PT vote PS (representado pelo símbolo do partido)] – UTI₂. [É necessário votar num Portugal solidário PT vote PS (representado pelo símbolo do partido)] – UTI₃.</p>	<p>“Em 17 de março, Somos Todos Portugal” - UMT [Em 17 de março temos de mudar PT vota Partido Social Democrata] – UTI₁. [Em 17 de março temos de mudar PT vota PPD/PSD (representado também pela flecha e pela marcação em cruz)] – UTI₂. [Em 17 de março temos de mudar PT vota Durão Barroso] – UTI₃. [Em 17 de março temos de mudar PT vota PSD] – UTI₄. [Em 17 de março temos de mudar PT vamos mudar] – UTI₅. [Em 17 de março temos de mudar PT vota PSD (representado pelo site do partido)] – UTI₆.</p>

7.2.1.1. EO do *outdoor* partidário – Generalizações

Tendo evidenciado, de forma esquemática, a EO dos vários *outdoors* partidários das eleições legislativas de 2002, algumas considerações já podem ser feitas.

Primeiramente, observamos, nos *outdoors* dos dois partidos, que é pela **argumentação externa** da UMT que são delineadas as UTs explícitas e implícitas presentes nos cartazes. No entanto, dentro desse contexto, podemos observar algumas diferenças, relacionadas talvez à estratégia de marketing de cada agência.

Por exemplo, a empresa que trabalhou com a campanha do PSD faz uso de cenários de EO diferenciados. No caso da 1ª fase da campanha, os dois *outdoors* que surgiram apresentam uma UMT que pode ser clivada semanticamente em duas partes, como vimos (x e y), que criam movimentos distintos no universo textual: de um lado aquilo que o PSD pode fazer e, do outro, o que o PS fez por Portugal. Esse movimento argumentativo acentua a crítica do PSD ao partido adversário. O teor agressivo da estratégia de marketing, que busca uma **depreciação**⁶³⁹ do partido oponente, é ressaltado, também, pelo uso de unidades textuais explícitas (demarcadas por uma seqüência descritiva) e unidades não-verbais como o gráfico. Tal característica é reiterada em outras fases da campanha, como na 2ª fase (três *outdoors*, além do estudo de caso, apresentam QATs) e na 3ª (quatro cartazes salientam sob forma de seqüência narrativa o que o outro partido não fez quando estava no poder).

Por outro lado, os cartazes do PS insistem num modelo mais tradicional em que a imagem do candidato é sempre apresentada, ancorando a própria UMT. Só o cartaz da primeira fase apresenta uma UMT que pode ser clivada em duas e possibilita dois movimentos argumentativos: um favorável ao PS e outro, ao partido contrário. Os demais, cinco no total, não transmitem, através da análise textual, esse tom agressivo tão característico do discurso político, como foi explorado pelo PSD.

⁶³⁹ Outros recursos acentuam essa depreciação do Outro (partido adversário). Não visando a uma exaustão, podem ser citados o uso de linguagem informal – “bota abaixo” –, nos cartazes da primeira fase de campanha dos dois partidos, e a utilização de verbos no modo imperativo “chega”. Marques já ressaltara o caráter também depreciativo do discurso parlamentar, conforme mencionamos. Cf. Marques (2005: 208).

Dessa forma, ao desmontar a EO desse gênero, constatamos que o tom agressivo, de depreciação do Outro, observável a partir da EO (embora tenha sido também atestado por recursos estilísticos) possa ser uma das diferenças de sucesso das campanhas dos dois partidos e talvez seja uma das características do gênero *outdoor* partidário.

7.2.2. Petição inicial

	Petição inicial (UMT)	UMTs/ UTs
Texto 2.1	<p>“Tem a A. direito a exigir [...] Fevereiro.” – artigo 7º - UMT₁. [A A. tem direito legal PT a dívida deve ser paga] – UMT₁1.</p> <p>“Os juros vencidos ascendem, na presente data, a Euros” – artigo 8º - UMT₂. [A A. Tem direito legal PT a dívida deve ser paga com acréscimo de juros] – UMT₂2</p> <p>TERMOS EM QUE (UMT₃), Deve a presente acção ser considerada procedente por provada e o R. condenado a pagar à A. A quantia de Euros, acrescida dos juros de mora até integral pagamento, dos quais os vencidos somam, à data, a quantia de Euros, e ainda em custas, procuradoria e demais despesas legais. [O R. é legalmente devedor PT deve cumprir seus deveres judiciais] – UMT₃3 a partir da UMT₃.</p>	<p>“Exmo. Senhor Juiz de Direito do Tribunal de Pequena Instância Cível de Lisboa propõe contra a presente acção declarativa especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes do contrato [...]” + “o advogado” – UT₁ – (critérios situacionais utilizados na classificação).</p> <p>“A A. dedica-se ao comércio de bens [...]” – UT₂ – (sequência descritiva) – artigo 1º.</p> <p>“No exercício de sua actividade, a A. vendeu ao R. [...]” – UT₃ – artigo 2º .</p> <p>[Existe uma dívida PT o R. deve pagá-la] – UT₃3.</p> <p>“Ficou convencionado que o preço seria pago no prazo [...] integralmente reproduzido” – UT₄ – artigo 3º.</p> <p>“O R. veio a pagar, por conta da sua dívida à A., a quantia de Euros, reduzindo assim o seu débito a Euros.” – UT₅ – artigo 4º.</p> <p>“Apesar de instado a pagar a quantia em dívida, o R. não o fez” – UT₆ – art. 5º .</p> <p>“Pelo que o montante em dívida ascende, na presente data, Euros” + “A dívida é comercial” – UT₇ – art. 5º.</p> <p>Locutor acata [Existe uma dívida PT deve ser paga num prazo determinado] – UT₄ Locutor recusa [Existe uma dívida CT não deve ser paga num prazo determinado] – UT₄’.</p> <p>“TESTEMUNHAS” - UTps “Valor” “Junta” – UTps.</p>

7.2.2.1. EO da petição inicial – Generalizações

Como vimos, a partir do levantamento feito acima, a EO da PI dos *corpora* é quase a mesma da apresentada em 6.3.3.1..

No caso do exemplar acima, temos três UMTs, ao contrário das cinco identificadas no *fecho* do estudo de caso. Essa redução está relacionada, sobretudo, à própria dimensão do documento que apresenta apenas 9 artigos numerados, em vez de dezenove. Porém, observamos, da mesma forma, a existência de *arrazoados heurísticos relativos* a partir, sobretudo, das UTs 4, 5, 6 e 7 e a presença de *arrazoados não-heurísticos* nas UMTs. Mais uma vez se confirma que a UMT fornece instruções interessantes para a apreensão dos *arrazoados* no interior do texto. Como vemos, a UMT₁ apresenta um *arrazoado dedutivo* que tem o papel de introduzir um *segmento de discurso* que está no centro da abdução das UTs 4, 5, 6 e 7 – [a dívida deve ser paga]. Tal fato tinha sido observado quando da análise do nosso *estudo de caso*. Além disso, algumas unidades textuais explícitas (UT₁ e UT₂) foram identificadas, da mesma forma que no *estudo de caso*, a partir de critérios situacionais e sequenciais, respectivamente.

Tendo feito a comparação dos dados obtidos nas duas análises (estudo de caso e exemplar dos *corpora*), não observamos diferenças relevantes na EO. Diante disso, podemos ratificar que a petição inicial é um **gênero com alto grau de institucionalidade** ou um **gênero muito instituído**. Efetivamente, não houve um estudo exaustivo das outras engrenagens e de outros exemplares desse gênero para que pudéssemos confirmar essa afirmativa.

7.2.3. Editoriais

Editoriais do *Público*

DATA/ ANEXO	TÍTULO AUTOR ⁶⁴⁰	ENTRADA	UMTs/UTs
28/2/02 3.1	Acabar o que falta (LMV)	“Os candidatos a primeiro-ministro encontram-se numa situação peculiar; capitalizam mais votos garantindo que não vão fazer obras do que prometendo que as concretizam ”.	“acabar o que falta” – UMT “acabar” – UMT _{1x} “falta” – UMT _{1y} “capitalizam mais votos garantindo que não vão fazer obras” – UT _{1y} . “[...] prometendo que as realizam” – UT _{1x} .
01/03/02 3.	Durão, esquerda e direita (MC)	“Se não há dúvidas em afirmar que o programa eleitoral do PS é clara-mente inspirado nos princípios de esquerda, no caso do PSD poucas razões sub-sistem para que não seja considerado de direita ”.	“Durão, esquerda e direita” – UMT ₁ “esquerda” – UMT _{1x} [O programa eleitoral do PS é baseado nos princípios de esquerda PT o partido é de esquerda] – UT _{1x} . “direita” – UMT _{1y} [O programa eleitoral do PSD não tem princípios baseados na esquerda PT o partido não é de esquerda] – UT _{1y} .
06/03/02 3.3.	OTA, demagogia e teimosia (JMF)	“A construção, o adiamento ou mesmo a desistência do aeroporto da Ota devia ser discutida seriamente, sem a demagogia de Barrosos, sem a teimosia de Ferro”.	“OTA, demagogia e teimosia” – UMT “Demagogia” – UMT _{1x} [É necessário fazer obras PT são ações populistas]- UT _{1x} . “Teimosia” – UMT _{1y} [Há dificuldades CT as realizações são possíveis] - UT _{1y} . [É necessário fazer obras PT deve-se construir] (desencadeada pela unidade lexical “construção”)– UT _{1x/y} – relacionada tanto à UT _{1x} e à UT _{1y} . [É necessário fazer obras CT não se deve construir agora] (desencadeada pela Unidade lexical “adiamento”) – UT _{1x/y} – relacionada tanto à UT _{1x} e à UT _{1y} . [É necessário fazer obras CT não se deve construir] (desencadeada pela unidade lexical “desistência” – UT _{1x/y} – relacionada tanto à UT _{1x} e à UT _{1y} .
14/03/02 3.5.	Programa s Ocultos ou Nem por isso (JMF)	“O que é que vale: o programa, o conjunto dos candidatos, o mistério sobre as suas putativas equipas de governo, ou só os líderes? ”	“Programas Ocultos ou nem por isso” – UMT “Programas Ocultos” – UMT _{1x} [Existem tarefas a serem cumpridas CT não há divulgação] – pUT _{1x} . [Existem programas a serem cumpridos CT há mistérios sobre as putativas equipas de governo dos candidatos] – UT _{1x} – relacionada à UT _{1x} . “Nem por isso” – UMT _{1y} [Existem tarefas a serem cumpridas PT há divulgação] – UT _{1y} . [Existem tarefas a serem cumpridas PT há divulgação por parte de líderes verdadeiros] – UT _{1y} – relacionada à UT _{1y} .
02/03/02 3.2.	Uma pequena sugestão, um pedido (JMF)	“Quem não tem dinheiro não tem vícios. Desistamos , pois, e já, do Euro 2004. Daqui para diante vai ser só a piorar – e nós a pagar.”	“Uma pequena sugestão, um pedido” – UMT “uma pequena sugestão” – UMT _{1x} [Existe uma idéia PT há a possibilidade de ser aceita] – UT _{1x} . “um pedido” – UMT _{1y} [Existe uma idéia PT há uma insistência pela sua aceitação] – UT _{1y} . [Existe uma idéia CT não deve ser realizada] UT _{1y} – argumentação interna de “desistir”. [Existe uma idéia CT não deve ser realizada] – UT _{1y} – argumentação interna de “piorar” – UT _{1y} e UT _{1y} parafraseam (a partir do universo textual) de certa forma - UT _{1y} .
12/03/02 3.4.	Os “Boys” (LMV)	“ Só nos primeiros cinco meses depois do anúncio da retirada de Cavaco Silva foram nomeadas 280 pessoas para lugares de direcção na Função Pública. E agora? ”	“Os “Boys”” – UMT [Existem pessoas escolhidas para os cargos públicos PT há um favorecimento político] - UT ₁ . [Existe uma seleção de pessoas à revelia para ocupar cargos públicos PT existe um favorecimento político] - UT ₁ (UTI desencadeada pela unidade lexical “nomear” e está relacionada à anterior).

⁶⁴⁰ Os autores do *Público*, responsáveis pela assinatura dos editoriais, serão apresentados de forma abreviada: Luís Miguel Viana (LMV); Manuel Carvalho (MC); José Manuel Fernandes (JMF).

Editoriais do DN

DATA	TÍTULO/ AUTOR ⁶⁴¹	ENTRADA	UMT
18/02/02 3.6.	Circos (ARF)	"O futuro de Portugal passa cada vez menos por Lisboa . Passa por Bruxelas, Londres, Paris, Madrid ou Nova Iorque. Com muitos palhaços pobres e uns tantos a fazer figura de ricos ".	"Circos" – UMT [Existe um palco PT há divertimento] – UT ₁ . [“É um país onde tudo acontece PT o povo é enganado”] – UT ₂ . [O futuro de Portugal passa cada vez menos por Lisboa. Passa por Bruxelas, Londres, Paris, Madrid ou Nova Iorque. Com muitos palhaços pobres e uns tantos a fazer figura de ricos] – UT parafraseada por UT ₂ .
20/02/02 3.7.	Tentações de campanha (MBR)	"Espera-se que os candidatos resistam à tentação do discurso de comício, passível de inflamar uma plateia, mas incapaz de resistir a uma análise séria de políticas de desenvolvimento ".	"Tentações da campanha" – UMT [Existem promessas PT devem ser cumpridas] – UT ₁ . [Existem promessas CT não devem ser cumpridas] – UT ₂ . "Espera-se que os candidatos resistam à tentação do discurso de comício, passível de inflamar uma plateia" – UT ₁ – relacionada à UT ₁ . "Incapaz de resistir a uma análise séria de políticas de desenvolvimento" – UT ₂ – relacionada à UT ₂ .
22/02/02 3.8.	Orçamentos (FAS)	"Mais do que na receita do Estado, apesar de propostas de choque do PSD, a diferença entre os programas está na escolha das despesas. As previsões económicas aconselham eficácia nos gastos e não aumento , tal como também não prometem ganhos nas receitas fiscais".	"Orçamentos" – UMT [Existem deveres a serem cumpridos PT deve haver redução de custos] – UT ₁ . (ratificada pela expressão "eficácia nos gastos") [Existem deveres a serem cumpridos PT deve haver aumento de impostos para a recolha de fundos] – (ratificada pela expressão "aumento") – UT ₂ .
25/02/02 3.9.	Caminhos de Portugal (ARF)	"Em vez do já gasto hino nacional, que Portas quer pôr às criancinhas a cantar logo pela manhã , os ministros do eventual futuro Governo laranja deveriam ser obrigados por Durão a cantar “Caminhos de Portugal de Mário Gil” ".	"Caminhos de Portugal" – UMT [É necessário mostrar um conhecimento da terra PT deve-se cantar o hino] – UT ₁ . [É necessário mostrar um conhecimento da terra PT deve-se agir] – UT ₂ .
27/02/02 3.10.	Tudo na mesma (MBR)	"Quantos portugueses terão mudado de opinião depois do debate? E quantos potenciais abstencionistas terão ontem decidido ir às urnas no dia 17 de Março?"	"Tudo na mesma" – UMT [O debate foi proveitoso PT alguns eleitores mudaram de opinião em relação à anterior] – UT ₁ . [O debate foi proveitoso PT alguns potenciais abstencionistas vão às urnas] – UT ₂ .
04/03/02 3.11.	Parem a campanha (ARF)	"O Presidente da República devia suspender imediatamente a campanha eleitoral, adiar as eleições e tratar de arranjar com calma e ponderação os milhões que faltam para voltar o sossego e a paz ao mundo do futebol e do betão ".	"Parem a campanha" – UMT [É necessário interromper a campanha PT deve haver interrupção do processo eleitoral] UT ₁ . [É necessário interromper a campanha PT deve haver adiamento do processo eleitoral] – UT ₂ . [É necessário interromper a campanha PT deve haver reorganização das finanças] – UT ₃ .
07/03/02 3.13.	O agente encarnado (ARF)	" O apoio do presidente do Benfica ao PSD pode acabar por se voltar contra Durão Barroso e até justificar uma ou outra tese conspirativa . Nomeadamente que Vilarinho seja um agente secreto do PS infiltrado na máquina laranja ".	"O agente encarnado" – UMT [O presidente do Benfica, mesmo disfarçadamente, é partidário do PS PT pode atrapalhar a campanha de Durão Barroso] – UT ₁ . [O presidente do Benfica é partidário do PS PT é eleitor do PS] – UT ₂ .

⁶⁴¹ No DN, os jornalistas que participavam do órgão diretivo e que eram os responsáveis pela redação dos editoriais eram António Ribeiro Ferreira; Francisco Azevedo e Silva; Mário Bettencourt Resendes, como mencionamos em 6.4.2.. O nome desses profissionais será representado pelas iniciais ARF, FAS e MBR, respectivamente.

11/03/02 3.14.	Fitas à moda do Porto ⁶⁴² (ARF)	“A cinco dias do fim da campanha, há dois vencedores absolutos, <i>há Cavaco Silva a olhar por todos nós</i> e, se mesmo assim tudo falhar, <i>haverá Guterres a pedir a Deus para ajudar esse desgraçado país consagrado à Imaculada Conceição</i> ”.	“Fitas à moda do Porto” – UMT [O Porto em termos eleitorais é importante PT tudo o que lá acontece decide as eleições] – UTI ₁ . [O candidato atual do PSD pode não ser tão representativo CT Cavaco Silva o é] – UTI ₂ . [O candidato atual do PS pode não ser tão representativo CT Guterres o é] – UTI ₃ .
05/03/02 3.12.	Euros (FAS)	“Se quiser interferir no projecto do Euro 2004, talvez o Presidente ainda vá a tempo de <i>promover a aplicação de recursos dos três ou quatro estádios dispensáveis em equipamentos nas respectivas cidades</i> . Ganhavam estas, ganhava o País e o contribuinte não perdia o Euro”.	“Euros” – UMT [Com os euros sobrando CT sem investimentos na área social] – UTI ₁ . [Com os euros sobrando PT investimentos na área social] – UTI ₂ .
13/03/02 3.16.	A noite de Portas (MBR)	“Paulo Portas foi <i>o líder político que melhor terá saído de um debate</i> que não trouxe grandes novidades à campanha”.	“A noite de Portas” – UMT [A participação de Portas no debate foi boa PT ocasionou alteração nos resultados eleitorais] – UTI ₁ . [A participação de Portas no debate foi boa CT ocasionou pouca alteração nos resultados eleitorais] – UTI ₂ .
12/03/02 3.15.	Diagnósticos e prioridades (FAS)	“Para que todos nós entendamos quanto às propostas eleitorais, será útil que Ferro e Durão <i>salientem aquilo que os separa para sabermos no que poderão estar de acordo, nomeadamente quanto às reformas prioritárias</i> ”.	“Diagnósticos e prioridades” – UMT ₁ “Diagnósticos” – UMT _{1x} [Os problemas existem PT atitudes devem ser tomadas] – UTI _{1x} . [Os problemas existem CT atitudes não devem ser tomadas] – UTI _{2x} . “Prioridades” – UMT _{1y} [Os problemas existem PT atitudes prioritárias devem ser tomadas] – UTI _{1y} . [Os problemas existem CT atitudes prioritárias não devem ser tomadas] – UTI _{2y} .

7.2.3.1. EO do editorial - Generalizações

A partir do levantamento das EOs dos editoriais do *Público* e do *DN*, acerca da disputa eleitoral dos dois partidos de maior votação em Portugal, durante as legislativas de 2002, chegamos a algumas generalizações e a certas especificidades do gênero e que podem estar relacionadas com a orientação estilística de cada veículo.

No caso dos editoriais do *Público*, dos seis selecionados, quatro mostram uma EO bastante similar. A UMT apresenta já uma ambigüidade ressaltada por unidades lexicais com valores semânticos que denotam certa oposição: “*acabar o que falta*” (anexo 3.1.); por organizadores textuais interligando unidades lexicais: “*Durão esquerda e direita*” (anexo 3.), “*OTA, deia*” e “*teimosia*” (anexo 3.3.); “*programas ocultos ou nem por isso*” (anexo

⁶⁴² Notamos, neste título em especial, uma correlação estabelecida, pelo autor, entre o título do editorial e a expressão “*Tripas à moda do Porto*”, prato culinário típico do Porto.

3.5.). Essa *dualidade* semântica, marcada lingüisticamente, é ressaltada a partir da UMT e cria, no texto, dois movimentos argumentativos opostos. E é pelas *argumentações internas* das unidades lexicais ressaltadas na UMT que conseguimos recuperar várias UTs, presentes na entrada e no corpo do texto.

Por outro lado, nos dois editoriais que são exceções dentro desse contexto, “Uma pequena sugestão, um pedido” e “Os Boys”, observamos, pela desmontagem da EO, um tom *mais enfático* e *mais contundente*, se distanciando da dialogicidade dos demais textos. Nesses dois editoriais, um lado da discussão é sempre privilegiado, estratégia muito utilizada no *DN* e que não é uma característica marcante do *Público*, pelo levantamento que fizemos.

É importante destacar que, de acordo com o *LEP*, como apontamos em 6.4.3.1., o título no *Público* deve funcionar bem sem ‘muletas’ e, dentro desse contexto, observa-se, a partir dos exemplos, que o título é inteligível por si só. A UMT pode ser desmontada, a partir da leitura do título, não temos de passar, obrigatoriamente, pela entrada. A função desta última é apenas de detalhá-lo, não de esclarecê-lo.

Dentre os editoriais do *Diário de Notícias*, observamos que a *ambigüidade* do título continua instigando o leitor a ler o documento, o que parece ser uma característica importante desse gênero. No entanto, essa *ambigüidade* não é marcada estilisticamente na UMT (como o era no *Público*), e **somos obrigados a ler a entrada para podermos começar a desmontar a UMT**. Com isso, dos onze editoriais por nós selecionados, dez apresentam como título *unidades lexicais* que só começam a ser compreendidas a partir da *entrada*. Por conseguinte, as *argumentações externas* oriundas da UMT só podem ser inferidas com a leitura desta. Apenas um editorial por nós selecionado, “Diagnósticos e prioridades”, o último colocado na tabela, apresenta o mesmo funcionamento argumentativo dos editoriais do *Público* (caráter controverso do título).

Para nós, o fato de a EO dos editoriais do *DN* estar centrado basicamente na *argumentação externa* do título, ao contrário do *Público* em que a *argumentação interna* é evidenciada, mostra que esse veículo se preocupa mais em mostrar posicionamentos do que apresentar

um assunto para ser discutido. Essas diferenças no funcionamento da EO dos dois veículos talvez nos leve a tirar uma conclusão interessante. O *Público* se preocupa em lançar questões, mostrando sempre os dois lados do problema. A intenção desse jornal é bem mais fazer refletir o leitor do que tomar uma posição em relação a um problema. Os editoriais do *Público* são mais *demonstrativos* do que *persuasivos*. Em contrapartida, o *DN* é mais partidário e prefere impor opiniões a colocar as peças na mesa' para o jogo ser decidido. E nesse sentido, julgamos que os editoriais do *DN* sejam mais *persuasivos* do que *demonstrativos*.

8. Considerações Finais

Este trabalho foi desenvolvido no intuito de descrever a *argumentação* de gêneros persuasivos, buscando divergências e semelhanças entre o funcionamento das engrenagens organizacional, estilística e estilística ampliada em gêneros associados a práticas distintas. A análise que propusemos foi realizada em *outdoors* partidários, em editoriais e em petições iniciais, num período e tema determinados e com metodologias diferentes, conforme especificamos na introdução. Nesta seção, que não visa a assumir um caráter conclusivo definitivo, apontamos algumas dificuldades metodológicas e teóricas que tivemos no decorrer da pesquisa, sintetizamos os resultados obtidos e salientamos, a partir do aprendizado construído, novos caminhos a serem trilhados no futuro.

No início desse nosso trabalho, dois problemas surgiram, tanto em relação à obtenção dos *corpora*, quanto à seleção das perspectivas teóricas relevantes para a elaboração de um quadro de análise dos gêneros persuasivos, que levasse em conta a multiplicidade de aspectos que envolve a *argumentação* enquanto *praxis* social.

Em relação aos *corpora*, pelo fato de trabalharmos com gêneros de texto que circulam em práticas sociais distintas, tivemos muita dificuldade na coleta do material de análise. Para a obtenção dos *outdoors* partidários foram necessárias várias idas-e-vindas às agências de marketing e inúmeras justificativas para conseguir os cartazes de que necessitávamos. Em relação às petições iniciais, apesar de um requerimento de teor acadêmico ao Tribunal Cível, para ter acesso ao arquivo de petições iniciais, tivemos a nossa solicitação negada pelo órgão jurídico competente. Este, por questões que envolvem o segredo de justiça, não nos forneceu o material de que precisávamos. Face a esse problema, recorremos a um escritório de advocacia que, ao nos disponibilizar algumas petições iniciais, sob algumas condições, como apontamos, permitiu-nos integrar a PI aos gêneros em análise. Quanto aos editoriais – com circulação pública reconhecida –, não tivemos quaisquer problemas para a obtenção dos textos, junto aos veículos selecionados.

Por outro lado, para lidar com a argumentação em toda a sua complexidade, teríamos de integrá-la a uma *lingüística dos gêneros*, de forma a estudar os textos que circulam nas diversas práticas sociais. Dessa forma, tendo a finalidade de dar conta da descrição da *argumentação* nos gêneros escolhidos, o seu estudo não poderia ater-se apenas a recursos estritamente lingüísticos, mas estaria integrado a fatores situacionais e também à descrição de “integrantes de diversos sistemas semióticos” – cf. Fonseca (1994) –. No entanto, uma outra dificuldade se pôs: que abordagens teóricas percorrer? Quais deveriam ser selecionadas? Para responder a essas questões, fomos levados a fazer um percurso interdisciplinar, convocando teorias não interligadas entre si, visando a angariar subsídios para estudar a argumentação nessa perspectiva. Justificamos, assim, o longo caminho, por nós percorrido, através de diferentes correntes teóricas, para descrever a *argumentação* em *corpora* variados, no intuito de estabelecer um quadro de análise dos gêneros persuasivos.

De forma sintética, fizemos uma revisitação de vários estudos sobre a argumentação, centrando-nos nomeadamente nas teorias que a estudaram do ponto de vista lingüístico. Passamos pelos trabalhos precursores da *argumentação ao nível do enunciado* de Ducrot (1972, 1984a e b); Anscombre & Ducrot (1988²) e por publicações recentes de Carel (2001, 2003, 2005a e b) e de Ducrot (2001 e 2004). É importante mencionar que a *teoria dos blocos semânticos* (TBS), desenvolvida pelos dois últimos teóricos, no momento, forneceu-nos instrumentos teóricos fundamentais para a análise dos textos dos *corpora*. Numa perspectiva textual, percorreremos as descrições sobre a *argumentação* efetuadas por Adam (1999 e 2001⁴), Bronckart (1999), Adam & Bonhomme (1997). No intuito de perspectivar esta tese numa *lingüística de gêneros*, fomos buscar elementos de vários autores que vêm se debruçando sobre a problemática dos gêneros ao longo desses últimos anos. Dentro da AD, Maingueneau (1996b, 2002a e b, 2004a), Charaudeau (2001, 2005a e b); do ISD, Bronckart (2004a e b, 2005); da LT, Adam (2001b, 2004c). Ademais, de forma a realizar a descrição lingüística de algumas categorias relevantes nas análises, baseamo-nos nos trabalhos de Le Querler (1996) e de Campos & Xavier (1991); Scheneuwly, Rosat & Dolz (1989); Berrendonner (1983, 1990). Trabalhando com gêneros plurissemióticos, tivemos de selecionar quadros teóricos que trabalhassem com a descrição de códigos não-verbais. Com esse objetivo, ajudaram-nos os trabalhos de Barthes (1964), Kress & Van Leeuwen (1996),

Van Leewen (2004) e Yanoshevsky (2005). Como vimos, de forma muito sintética, o caminho para estabelecer um *quadro de análise da argumentação em gêneros persuasivos* foi extenso. Todavia, demarcado esse quadro, a *análise contrastiva da argumentação dos gêneros persuasivos*, objetivo principal desta tese, pôde vir a ser realizada. Passaremos a pontuar algumas considerações que nos parecem relevantes, obtidas a partir dos estudos realizados.

Em termos de análise textual, a descrição da *argumentação nos gêneros* mostrou a interferência variada de fatores externos na materialização das várias engrenagens estudadas, em função do gênero em análise. Claramente, todos os gêneros escolhidos sofrem influência de aspectos situacionais. No entanto, essa interferência é de teor distinto nos gêneros de texto percorridos. A *engrenagem estilística* do *outdoor* e do editorial é fortemente condicionada pelo *lugar de circulação*; já a PI, pelas *instâncias interlocutivas*, dentre outros elementos. Também *fatores metatextuais* coíbem de forma acentuada a *engrenagem estilística* e a *organizacional* da PI e, de modo menos marcante, o editorial ou o *outdoor* partidário.

Um fator situacional, em contrapartida, percorre transversalmente todos os gêneros, a *finalidade exterior persuasiva*: todos os gêneros em análise visam a convencer, em graus diferenciados, o interlocutor a algo, fazendo uso de *dinâmicas argumentativas* distintas. Pelo levantamento das *engrenagens estilística e organizacional* efetuado, vimos que as PIs analisadas (embora sejam apenas dois exemplares) não apresentam, praticamente, variação estilística e organizacional, levando à construção de um *ethos* institucional mais racional e imparcial. Num outro extremo, temos os *outdoors* que mostram uma gama variada de recursos verbais e não-verbais e diferentes engrenagens organizacionais. Por conseguinte, a *flutuação imagística* é bem marcada: o *ethos* compósito é característico nesse gênero. Entre esses dois extremos, temos o editorial que apresenta certa regularidade de *mecanismos argumentativos prototípicos*, no entanto, como constatamos, é sujeito a variações na *engrenagem organizacional*. Se pensarmos num *continuum*, haveria de um lado o *outdoor* que se aproxima dos *gêneros mais persuasivos* e do outro, a PI que tende para um *gênero mais demonstrativo*. No entanto, cada partido/veículo/escritório de advocacia pode intervir

no teor mais ou menos persuasivo de determinado gênero. Este aspecto é notório quando comparamos as *engrenagens organizacionais* dos editoriais do *Público* e do *DN*. Vimos, pelos textos analisados, que o primeiro veículo fornece textos mais demonstrativos do que o segundo.

Além do apresentado, existe uma relação entre grau de função persuasiva/demonstrativa dos gêneros e o seu grau de institucionalidade. Gêneros que sofrem uma maior interferência de questões metatextuais e uma *homogeneidade compositiva* mais acentuada, como a PI, são mais instituídos, aproximando-se do *grau um* pontuado por Maingueneau (2002a) e apresentam um teor demonstrativo mais acentuado. Por outro lado, gêneros com menor interferência de aspectos metatextuais e com uma *homogeneidade compositiva* menos marcada, como o *outdoor* partidário, são menos instituídos e têm uma função persuasiva mais evidenciada, aproximando-se do *grau dois* pontuado por Maingueneau (2002a). Já o editorial, encontra-se numa posição intermediária tanto em relação ao teor persuasivo, quanto ao grau de institucionalidade.

Se de um lado conseguimos estabelecer um *continuum* do grau de persuasão dos gêneros e de institucionalidade dos mesmos, a partir do levantamento dos componentes externos e internos dos gêneros persuasivos, de outro, deixamos algumas pistas a serem desenvolvidas em trabalhos futuros.

No que tange à *engrenagem estilística*, fizemos o levantamento de alguns MAPs representativos de cada gênero e pudemos pontuar hipóteses, relacionando a escolha das modalidades e dos organizadores, com função múltipla, à problemática dos gêneros. Gêneros mais instituídos e mais demonstrativos, como a PI, teriam predominância de modalidades epistêmicas e organizadores textuais não-verbais (sinais demarcatórios) e grande incidência de OTs verbais, com função múltipla – OTs com valor anafórico, denotando responsabilidade enunciativa. Em contrapartida, gêneros menos instituídos e mais persuasivos, como o *outdoor* partidário, fariam uso de um número relevante de recursos não-verbais que atuariam tanto como OTs, quanto como marcadores de ponto de vista. Nestes gêneros, o teor persuasivo é marcado tanto pelos recursos verbais como pelos não-

verbais. Interessaria percorrer outros textos desses gêneros, de forma a verificar a correlação existente entre a engrenagem estilística e o grau de persuasão ou de institucionalidade dos gêneros.

Quanto à engrenagem enunciativa ampliada, vimos que o *outdoor* partidário (estudo de caso) tem uma *flutuação imagística* (*ethos* composto) bem relevante que é salientada pelos recursos não-verbais utilizados. Já o editorial é marcado por uma variação de *ethos* também acentuada. Nesse gênero o que deve ser salientado é, sobretudo, as mudanças de grau de engajamento do Locutor no discurso, decorrente dos vários procedimentos lingüístico-textuais utilizados. Em consequência disso, é passada ao interlocutor a imagem de um Locutor mais analista, mais crítico, mais comentarista crítico. A petição inicial, por sua vez, é menos influenciada pela variação de tom desse Locutor, como vimos.

Seria pertinente percorrer outros textos desses gêneros para perceber como esses MAPs ou como as *flutuações de ethè* funcionariam. Com isso, poderíamos chegar a uma generalização sobre a correlação entre a engrenagem estilística / engrenagem enunciativa ampliada e o grau de persuasão ou de institucionalidade dos gêneros. Construído o modelo de análise que propusemos nesta tese, mostrar-se-ia desafiador verificar como a dinâmica argumentativa inserida na ANG se comportaria em gêneros não-persuasivos.

Enfim, os caminhos a serem percorridos se mostram múltiplos e variados. Porém, só conseguimos ter essa percepção a partir de uma longa caminhada investigativa, guiada pelas várias vozes com as quais dialogamos direta ou indiretamente durante esta tese. Deixamos trilhas abertas para outras pesquisas que estão por vir...

ANEXOS

ESTUDO DE CASO 1 – ANEXO 1



ESTUDO DE CASO 2 – ANEXO 2

**Exm.º Senhor Juiz de Direito
dos Juízos Cíveis da Comarca de Lisboa**

1.;
2.; e
3.,

vêm intentar contra

.....

acção de condenação, em processo sumário, nos termos e nos fundamentos seguintes (UT₁):

1.º

Os A.A. são comproprietários do prédio urbano, sito na, descrito na..... Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o n.º, a fls. do Livro e inscrito na matriz respectiva da freguesia de sob o artigo do Bairro Fiscal de Lisboa (**doc. n.º 1** que se junta e se dá por integralmente reproduzido).

2.º

Por contrato de arrendamento de de de....., os A.A. deram de arrendamento ao Réu, a fracção correspondente ao r/c do prédio urbano supra identificado.

3.º

A renda mensal é actualmente de EUROS (UT₂).

4.º

Há mais de um ano, o R. deixou de utilizar o andar como sua habitação regular, isto é, como centro de sua vida familiar, social e doméstica (UMT/ UTL).

5.º

Com efeito, o R. deixou de aí pernoitar.

6.º

E, nunca mais foi visto no andar qualquer roupa estendida no respectivo estendal.

7.º

Igualmente, nunca mais o R. foi visto a depositar o lixo no respectivo contentor do prédio em questão.

8.º

Deixou de receber no andar em causa quaisquer visitas.

9.º

Nunca mais foi visto a realizar, nos estabelecimentos comerciais da zona, assim como a trazer para o prédio, as compras normais e decorrentes de uma vida centrada no locado em questão, nomeadamente as relacionadas com a alimentação.

10.º

O R. deixou de ser visto a entrar e a sair do prédio.

11.º

O R. é o único inquilino do prédio e facilmente se verifica que o R. já não reside lá quer pelo amontoado de correspondência na entrada do prédio, quer pela inexistência de limpeza, pelo crescimento da vegetação no logradouro e pelas teias de aranha.

12.º.

Acresce que a carta registada com aviso de recepção, enviada ao R. em para actualização das rendas no ano de 2002 foi devolvida (**Doc. n.º 2**).

13.º

O telefone do Réu foi desactivado há mais de um ano.

14.º

Os A.A. tomaram conhecimento de que os consumos médios de energia eléctrica entre Maio de 1999 e Agosto de 2000 foram da ordem dos 3 KW

15.º

A partir de Maio de 2001 deixou de haver qualquer consumo de electricidade no locado.

16.º

A partir de Fevereiro de 2001 a EDP não teve sequer acesso ao locado para efectuar quaisquer leituras de electricidade (UT₃/ UTI₆ e UTI₇).

17.º

Pelo acima exposto, conclui-se que o R. não reside com permanência e habitualidade no andar locado, pois, os factos decorrentes de uma vida social e doméstica centrada no arrendamento não se verificam (UMT₁/ UTI₁ e UTI₁’).

II – Do enquadramento legal

18.º

Os factos supra referidos integram falta de residência permanente constituindo fundamento de resolução do contrato (alínea i) do n.º 1 do art.º 64.º do RAU) (UMT₂/ UTI_{2x}, UTI_{2x}’ e UTI_{2y}).

19.º

Por isso, os A.A. pretendem que seja declarado extinto, por resolução, o contrato de arrendamento em causa e, em consequência, o R. ser condenado a despejar imediatamente o locado e a entregá-lo livre e devoluto e ainda a pagar as rendas vincendas até integral desocupação (UMT₃/ UTI_{3x} e UTI_{3y}).

NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO

Deve a presente acção ser julgada procedente por provada e o R. condenado no pedido, nas custas e procuradoria condigna (UMT₄/ UTI_{4x},e UTI_{4y}).

Para tanto, requer a V. Exa. se digne mandar citar o R. para, no prazo legal e sob cominação da lei, contestar, querendo, seguindo o processo os seus ultteriores termos até final (UMT_s/ UTI_{sx} e UTI_{sy}).

VALOR: EUROS 528 (quinhentos e vinte e oito euros) (UT_p);

JUNTA: documento comprovativo de pagamento da taxa de justiça inicial, 2 documentos, procuração, duplicado e cópia legal (UT_p).

E.D.

A ADVOGADA

ESTUDO DE CASO 3 – ANEXO 3

DURÃO, ESQUERDA (UMT_{1y})
E DIREITA (UMT_{1x}) } UMT

Se não há dúvidas em afirmar que o programa eleitoral do PS é claramente inspirado nos princípios da esquerda, no caso do PSD poucas razões subsistem para que não seja considerado de direita

1 Durão Barroso oferece ao país um “choque fiscal”
2 semelhante ao que George Bush aplicou nos primeiros
3 meses do seu mandato (UT_{1x}), uma proposta para a Justiça que
4 faz lembrar as políticas de Silvio Berlusconi (UT_{2x}), um discurso
5 sobre a autoridade do Estado com ligeiras
6 reminiscências da pose de Paulo Portas e um apelo às
7 funções sociais do Estado que pretende rivalizar com o
8 programa de Ferro Rodrigues (UT_{1y}). Quem de bom senso fizer o
9 balanço global das suas propostas facilmente pode
10 constatar que o partido de Durão Barroso é hoje mais

11
12 **Editorial**

13 PPD que PSD, ou seja, mais popular que
14 social-democrata, e está, por isso, mais à
15 direita que à esquerda (UT₃). Mas, apesar
16 desta razoável clareza ideológica, Durão
17 Barroso diz com pragmatismo que ora é de esquerda, ora
18 de direita, tudo dependendo dos problemas em causa e
19 das respostas que lhe propõe (UT₄). Mais, diz Durão Barroso
20 que a tradicional oposição esquerda/Direita não passa de
21 “um preconceito ideológico do passado”.
22 Ao contrário de Ferro Rodrigues, que assume um
23 discurso de esquerda e reivindica os valores ideológicos
24 do socialismo democrático europeu (UT_{2y}, ou UT₃), Durão prefere
25 aparecer como um candidato do centro, procurando
26 assim um confortável lugar nesse albergue espanhol
27 que é o “centrão”, que não é carne nem peixe, onde tudo
28 cabe, até a indefinição. O problema é que, mesmo
29 considerando as divisões tradicionais esquerda e direita
30 menos nítidas do que outrora, não se pode ser uma e
31 outra coisa ao mesmo tempo. Acaba-se sempre por ser
32 mais de esquerda ou de direita e o PSD de Durão
33 Barroso não escapa à regra (UT₆).
34 Se não há dúvidas em afirmar que o programa eleitoral
do PS é claramente inspirado nos princípios da
esquerda, no caso do PSD poucas razões subsistem para

35 que não seja considerado de direita. Pelo que afirma
36 taxativamente, ou pelo que omite (UT₇). O seu programa –
37 que insiste, por exemplo, no reforço das privatizações (UT_{3x}),
38 em mensagens de graça para os empresários (UT_{4x}), nos cortes
39 das taxas de IRS que só as classes mais altas pagam (UT_{5x}) ou
40 até a sua ambiguidade em dizer sim ou não à
41 liberalização da legislação laboral (UT_{6x}) – é claramente
42 próximo do conservadorismo liberal, do centro-direita
43 ou da direita, conforme a terminologia preferida (UT_{7x}). Claro
44 que Durão, como Ferro, insiste na importância das
45 políticas sociais, mas enquadra-as como a etapa final do
46 crescimento económico e não como um
47 fim programático em si mesmo (UT₈).
48 Independentemente das razões tácticas que Durão possa
49 reunir para evitar ferir susceptibilidades, enquadrando-
50 se num “centrão” por definição insípido, incolor e
51 inodoro, que foi a imagem de marca do guterrismo, as
52 suas propostas essenciais acabam por o trair (UT₉). Ficaria por
53 isso bem a Durão Barroso e ao PSD assumirem-se sem
54 preconceitos – afinal não há mal nenhum em ser-se de
55 direita ou de esquerda e a separação das águas só ajuda
56 os eleitores (UT₁₀). **MANUEL CARVALHO**

Referências bibliográficas

Apresentação bibliográfica dos *corpora*

- *Outdoors* e petições iniciais

1. NEW TRADE. *Outdoors* do PSD. Lisboa: 2002.
2. SETOR DE MARKETING DO PS. *Outdoors* do PS. Lisboa: 2002.
3. SEABRA, Gonçalves Ferreira, Cunha e Associados. *Petições iniciais*. Lisboa: 2002.

- Editoriais do *Público*

1. CARVALHO, Manuel. “Durão, esquerda e direita”. *Público*. Lisboa: 01 de março de 2002. Caderno *Espaço Público*, p. 4.
2. FERNANDES, José Manuel. “Uma pequena sugestão, um pedido”. *Público*. Lisboa: 02 de março de 2002. Caderno *Espaço Público*, p. 4.
3. ----- . “OTA, demagogia e teimosia”. *Público*. Lisboa: 06 de março de 2002. Caderno *Espaço Público*, p. 6.
4. ----- . “Programas ocultos ou nem por isso”. *Público*. Lisboa: 14 de março de 2002. Caderno *Espaço Público*, p. 4.
5. VIANA, Luís Miguel. “Acabar o que falta”. *Público*. Lisboa: 28 de fevereiro de 2002. Caderno *Espaço Público*, p. 6.
6. ----- . “Os ‘boys’”. *Público*. Lisboa: 12 de março de 2002. Caderno *Espaço Público*, p. 4.

- Editoriais do *Diário de Notícias*

1. FERREIRA, António Ribeiro. “Circos”. *Diário de Notícias*. Lisboa: 18 de fevereiro de 2002. Caderno *Impressões*, p. 3.
2. -----, “Caminhos de Portugal”. *Diário de Notícias*. Lisboa: 25 de fevereiro de 2002. Caderno *Impressões*, p. 3.
3. -----, “Parem a campanha”. *Diário de Notícias*. Lisboa: 04 de março de 2002. Caderno *Impressões*, p. 3.
4. -----, “O agente encarnado”. *Diário de Notícias*. Lisboa: 07 de março de 2002. Caderno *Impressões*, p. 3.
5. -----, “Fitas à moda do Porto”. *Diário de Notícias*. Lisboa: 11 de março de 2002. Caderno *Impressões*, p. 3.
6. RESENDES, Mário Bettencourt. “Tentações de campanha”. *Diário de Notícias*. Lisboa: 20 de fevereiro de 2002. Caderno *Impressões*, p. 3.
7. -----, “Tudo na mesma”. *Diário de Notícias*. Lisboa: 27 de fevereiro de 2002. Caderno *Impressões*, p. 3.
8. -----, “A noite das portas”. *Diário de Notícias*. Lisboa: 13 de março de 2002. Caderno *Impressões*, p. 3.
9. SILVA, Francisco Azevedo e. “Orçamentos”. *Diário de Notícias*. Lisboa: 22 de fevereiro de 2002. Caderno *Impressões*, p. 3.
10. -----, “Euros”. *Diário de Notícias*. Lisboa: 05 de março de 2002. Caderno *Impressões*, p. 3.
11. -----, “Diagnósticos e prioridades”. *Diário de Notícias*. Lisboa: 12 de março de 2002. Caderno *Impressões*, p. 3.

Bibliografia geral

1. ACQUAVIVA, M. C. (coord.). *Vademecum Universitário de Direito*. 7^a ed. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2004.
2. ADAM, J.-M. *Éléments de Linguistique Textuelle*. Liège: Pierre Mardaga, 1990.
3. -----, "Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre". *Revue belge de philologie et d'histoire*. Bruxelles: n° 75, 1997a, p. 665-685.
4. -----, "Unités rédactionnelles et genres discursifs: Cadre général pour une approche de la presse écrite". *Pratiques*. Metz: n° 94, 1997b, p. 3-18.
5. -----, *Le style dans la langue. Une reconception de la stylistique*. Paris/Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1997c.
6. -----, *Linguistique Textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999a.
7. -----, "Images de soi et schématisation de l'orateur: Pétain et de Gaulle en juin 1940". In: AMOSSY, R. (org.). *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*. Lausanne/Paris: Delachaux et Niestlé, 1999b, p. 101-126.
8. -----, *Les textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. 4^a ed. Paris: Nathan, 2001a.
9. -----, "En finir avec les types de textes". In: BALLABRIGA, M. (dir.). *Analyse des Discours Types et genres : communications et interprétations*. Toulouse: Editions Universitaires du Sud, 2001b, p. 25-43.
10. -----, "Plan de texte". In: CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. (eds.). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002a, p. 433, 434.
11. -----, "De la période à la séquence. Contribution à une (trans) linguistique textuelle comparative". In: ANDERSEN, H. L. & NOLKE, H. (orgs.). *Macro-syntaxe et macro-sémantique: actes du colloque international d'Arhus*, 2001. Berne: Peter Lang, 2002b, p. 167-187.
12. -----, "Discours et interdisciplinarité. Benveniste lecteur de Saussure". In: *Cahiers Ferdinand de Saussure*. Genève: Droz, n° 54, 2002c, p. 241-258.

13. -----. "Connecteurs". In: CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. (eds.). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002d, p.125-128.
14. -----. "Une approche textuelle de l'argumentation: 'schéma', séquence et phrase périodique". In: DOURY, M. & MOIRAND, S. (orgs.). *L'argumentation aujourd'hui – Positions théoriques en confrontation*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004a, p. 77-102.
15. -----. "Introduction". In: ADAM, J. -M ; GRIZE, J.-B. & BOUACHA, M. A. (orgs.). *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2004b, p. 5-19.
16. -----. "Des genres à la généricité. L'exemple des contes (Perrault et les Grimm)". *Langages*. Paris: n° 153, 2004c, p. 62-72.
17. ----- & BONHOMME, M. *L'Argumentation publicitaire*. Paris: Nathan Université, 1997.
18. AFONSO, A. B. "Dos valores retóricos". In: MATEUS, M. H. M. & CORREIA, C. N. (coords.). *Saberes no Tempo: homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Colibri, 2002, p. 19-26.
19. AMOSSY, R. "L'ethos au carrefour des disciplines". In: AMOSSY, R (dir.). *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1999, p. 127-154.
20. -----. *L'argumentation dans le discours – discours politique, littérature d'idées, fiction*. Paris: Nathan Université, 2000.
21. ANSCOMBRE, J.-C. "Même le roi de France est sage". *Communications*. Lille: n° 20, 1973, p. 40-82.
22. -----. "Il était une fois une princesse aussi belle que bonne". *Semantikos*. [s.l.]: n° 1 (1), 1975, p. 1-28.
23. -----. "Il était une fois une princesse aussi belle que bonne". *Semantikos*. [s.l.]: n° 1 (2), 1976, p. 1-26.
24. -----. "Thèmes, espaces discursifs et représentation événementielle". In: ANSCOMBRE, J.-C. & ZACCARIA, G. (eds.). *Fonctionnalisme et pragmatique*. Milan: Unicopli, 1990.
25. ----- (dir.). *Théorie des Topoi*. Paris: Kimé, 1995.

26. -----, "Mais/pourtant dans la contre-argumentation directe: raisonnement, généricité, et lexique". In: LEEMAN D. (dir.). *Linx*. Paris X: n° 46, 2002, p. 115-131.
27. -----, & DUCROT, O. "Argumentativité et informativité". In: MEYER, Kichel (ed.). *De la Métaphysique à la Rhétorique*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1986, p. 79-94.
28. -----, & -----, *L'Argumentation dans la langue*. 2^a ed. Liège/Bruxelles: Mardaga, 1988.
29. APOTHELOZ, D. et al. "Discours et raisonnement". In: GRIZE, J.-B (ed.). *Sémiologie du raisonnement*. Berne: Peter Lang, 1984.
30. ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Introduction de Michel Meyer. Livre de Poche. Paris: 1991.
31. AUSTIN, J.L. *Quand dire, c'est faire*. Trad. fr. par G. Lane. Paris: Seuil, 1970.
32. AUTHIER-REVUZ, J. "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". *DRLAV*. Paris/Vincennes: n° 26, 1982, p. 91-151.
33. -----, "Hétérogénéités énonciatives". *Langages*. Paris: n° 73, 1984, p. 98-111.
34. -----, *Ces mots qui ne vont pas de soi, Boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. 2 vols. Paris: Larousse, 1995.
35. -----, "Modalisations autonymiques et discours autre: quelques remarques". *Modèles linguistiques XVIII*, fasc. 1. [s.l.]: 1997, p. 33-51.
36. -----, "Le guillemet, un signe de 'langue écrite à part entière'". In: DEFAYS, J.K.; ROSIER, L.; TILKIN, F. (eds.). *A qui appartient la ponctuation ?* Louvain-la-Neuve: De Boeck-Duculot, 1998.
37. BAKHTINE, M. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard, 1984.
38. BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. de Yara Frateschi Vieira. 4^a ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
39. -----, *Estética da criação verbal*. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

40. -----, "Peculiaridades do gênero, do enredo e da composição das obras de Dostoiévski". Trad. de Paulo Bezerra. In: *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 101-180.
41. -----, *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Trad. de Aurora Farnoni Bernardini et al. 4ª ed. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 1998.
42. BALLY, Ch. *Linguistique générale et linguistique française*. 4ª ed. Berne: A. Francke SA, 1965.
43. -----, *Traité de Stylistique Française*. 2 vols. Genève/Paris: Georg & Cie/Klincksieck, 1909. [Eds. consultadas: (3ª ed.,1951, vol. 1) e (4ª ed.,1983, vol. 2)].
44. BARTHES, R. "Rhétorique de l'image". *Communications*. Paris: Seuil, nº 4, 1964.
45. -----, "L'ancienne rhétorique. Aide-mémoire". *Communications*. Paris: Seuil, nº 16, 1970, p. 172-229.
46. -----, "(Théorie du) texte". *Encyclopaedia Universalis*. Paris: 1973.
47. BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
48. BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966.
49. -----, *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974.
50. BERNÁRDEZ, E. *Teoría y epistemología del texto*. Madrid: Cátedra lingüística, 1995.
51. BERRENDONNER, A. "'Connecteurs pragmatiques' et anaphore". *Cahiers de Linguistique Française*. Genève: nº 5, 1983, p. 215-246.
52. -----, "Sur l'inférence". In: RUBATTEL, C. (org.). *Modèles du discours: recherches actuelles en Suisse romande*. (Actes des rencontres de linguistique française, Crêt-Bérard, 1988, Berne). Paris: Lang, 1989, p. 105-124.
53. -----, "Attracteurs". *Cahiers de Linguistique Française*. Genève: nº 11, 1990, p.149-158.
54. -----, "Le fantôme de la vérité". *Éléments de Pragmatique Linguistique*. Paris: Editions de Minuit, 1993, p. 33-73.

55. BERTEA, S. "Certainly, Reasonableness and Argumentation in Law". *Argumentation*. Netherlands: vol. 18, nº 4, 2004, p. 465-478.
56. BESSONAT, D. "Enseigner la 'ponctuation' ?(!)". *Pratiques*. Metz: nº 70, 1991, p. 9-45.
57. BLAIR, A. J. "The Rhetoric of Visual Arguments". *Defining Visual Rhetoric*. In: HILL, Ch. A. & HELMERS, M. (eds.). Mahwah/New Jersey/London: Laurence Erlbaum Associates, 2004, p. 41-62.
58. BLANCHÉ, R. *La logique et son histoire d'Aristote à Russel*. Paris: Colin, 1970.
59. BLANCHE-BENVENISTE, C. & CHERVEL, A. "Recherches sur le syntagme substantif". *Cahiers de Lexicologie*. Paris: Didier, vol. 9 (2), 1966, p. 3-37.
60. BOND, F. F. *Introdução ao Jornalismo: uma análise do 4º poder em todas as suas formas*. Rio de Janeiro: Agir, 1962.
61. BOREL, M.-J. "L'explication dans l'argumentation. Approche sémiologique". *Langue française*. Paris: nº. 50, 1981, p. 20-38.
62. -----; GRIZE, J.-B. & MIÉVILLE, D. *Essai de logique naturelle*. 2ª ed. Berne: Peter Lang, 1992.
63. BORILLO, A. "Quelques aspects de la question rhétorique en français". *DRLAV*. Paris/ Vincennes: nº 25, 1981, p. 1-33.
64. BOUQUET, S. "Y a-t-il une théorie saussurienne de l'interprétation ?" *Cahiers de praxématique*. Montpellier: nº 33, 1999, p. 17-40.
65. -----, "Linguistique générale et linguistique des genres". *Langages*. Paris: nº 153, 2004, p. 3-14.
66. BRAGA D. *Estratégias de Argumentação e Construção da Imagem Pessoal no Debate Político Televisivo*. Braga: Dissertação de mestrado submetida ao Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, 2004.
67. -----, "O *ethos* argumentador : rostos e estratégias linguístico-discursivas". *Diacrítica*. Braga: Universidade do Minho, nº 19 (1), 2005, p. 39-72.
68. BRAIT, B. "A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva". In: FARACO, Carlos Alberto.; TEZZA,

- Cristóvão.; CASTRO, Gilberto de. (orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
69. -----, “Estilo”. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 79-102.
 70. BRETON, P. & GAUTHIER, G. *Histoire des Théories de l’Argumentation*. (Trad. Portuguesa: *História das Teorias da Argumentação*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001). Paris: La Découverte Syros, 2000.
 71. BRONCKART, J.-P. *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionnisme socio-discursif*. Paris: Delachaux-Niestlé, 1997.
 72. -----, *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo socio-discursivo*. Trad. de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.
 73. -----, “Commentaires conclusifs. Pour un développement collectif de l’interactionnisme socio-discursif”. *Calidoscópio*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, nº 2 (2), 2004a, p. 113-123.
 74. -----, “Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique”. *Langages*. Paris: nº 153, 2004b, p. 98-108.
 75. -----, “Os géneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interações de desenvolvimento”. In: MENÉNDEZ, F. M. (org.). *Análise do Discurso*. (Actas do Seminário Internacional de Análise do Discurso da Universidade Nova de Lisboa, Linha de Investigação 5 – Pragmática). Lisboa: CLUNL e Hugin Editores, 2005, p. 39-79.
 76. ----- et al. *Le Fonctionnement des Discours. Un modèle psychologique et une méthode d’analyse*. Neuchâtel/Paris: Delachaux & Niestlé, 1985.
 77. CAMPOS, M. H. C. *Tempo, Aspecto e Modalidade, Estudos de Linguística Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1997.
 78. -----, “A Modalidade Apreciativa: Uma Questão Teórica”. In: OLIVEIRA, F e DUARTE, I. M (orgs.). *Da Língua e do Discurso*. Porto: 2004, p. 265-281.
 79. -----, & XAVIER, M. F. *Sintaxe e semântica do português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
 80. CARDOSO & CUNHA, T. “ ‘Mostra o que queres dizer’: sobre a retórica de uma imagem”. *Comunicação e linguagens*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, nº 36, 2005.

81. CAREL, M. *Vers une formalisation de la théorie de 'l'argumentation dans la langue'*. Paris: Tese de Doutorado em Matemática e Aplicações em Ciências do Homem (opção Lógica Lingüística), submetida à Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHSS), 1992.
82. -----, "L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier". *Langage et Société*. Paris: n° 70, 1994, p. 61-81.
83. -----, "Prédication et argumentation". In: FORSGREN, M.; JONASSON, K.; KRONNING, H. (eds.). *Prédication, assertion, information*. (Actes du colloque d'Uppsala en linguistique française, 6-9 juin 1996). Uppsala: 1998, p. 93-103.
84. -----, "Argumentation externe et argumentation interne au lexique". *Langages*. Paris: n° 142, 2001, p. 10-21.
85. -----, "L'argumentation est-elle polyphonique". *Cahiers de praxématique*. Montpellier: n° 41, 2003, p. 191-214.
86. -----, "La explicación redundante". In: ARNOUX, E. N. de & NEGRONI, M. M. G. (comps.). *Hommage à Oswald Ducrot*. Buenos Aires: Eudeba, 2004a, p. 77-95.
87. -----, "Note sur l'Abduction". *Travaux de Linguistique*. De Boeck Université: Duculot, 2004b, p. 93-111.
88. -----, "Analyse argumentative d'une fable de La Fontaine". *Bulletin Hispanique*. Bordeaux: tome 107, n° 1, 2005a, p. 119-139.
89. -----, "La construction du sens des énoncés". *Revue Romane*. Copenhagen: n° 40 (1), 2005b, p. 79-97.
90. -----, & DUCROT, O. "Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative". *Langue Française*. Paris: n° 123, 1999a, p. 6-26.
91. -----, & -----, "Les propriétés linguistiques du paradoxe : paradoxe et négation". In: ---. Paris: n° 123, 1999b, p. 27-40.
92. CARREIRA, M. H. de A. *Modalisation Linguistique en Situation d'Interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Paris: Editions Peeters Louvain, 1997.
93. -----, "Modalidades lingüísticas do português e sua tradução em francês". *Colecção Lingüística*. ("Semântica e discurso – Estudos de Lingüística Portuguesa e Comparativa (Português/Francês), sob direção de M. H. de A. Carreira). Porto: n° 13, 2001, p. 190-201.

94. -----, "O discurso de opinião e as suas vozes: modulações polifônicas de responsabilidades e valores". In: OLIVEIRA, F. & DUARTE, I. M. (orgs.). *Da Língua e do Discurso*. Porto: Porto Editora, 2004, p. 31-47.
95. CHARAUDEAU, P. *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1983.
96. -----, "Les modèles de description de l'affiche". In: CHARAUDEAU P. (dir.). *La politique s'affiche. Les affiches de la politique*. Paris: Didier Érudition, 1991, p. 45-76.
97. -----, *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
98. -----, *Le Discours d'information médiatique*. Paris: Nathan-Ina, 1997a.
99. -----, "Les conditions d'une typologie des genres télévisuels d'information". *Réseaux*. Paris: CNET, n° 81, Janvier-Février, 1997b.
100. -----, "Une problématisation discursive de l'émotion. À propos des effets de pathémisation à la télévision". In: PLANTIN, C. et al.. *Les émotions dans les interactions communicatives*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.
101. -----, "Visées discursives, genres situationnels et interaction textuelle". In: BALLABRIGA, M. (dir.) *Analyse des Discours. Types et genres: Communication et interprétation*. Toulouse: Editions Universitaires du Sud. 2001, p. 45-73.
102. -----, "Comment le langage se noue à l'action dans un modèle socio-communicationnel du discours. De l'action au pouvoir". *Cahiers de linguistique française*. Genève: n° 26, 2004, p. 151-175.
103. -----, *Les Médias de l'Information. L'impossible transparence du discours*. Louvain: De Boeck-Ina, 2005a.
104. -----, *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005b.
105. CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Le Seuil, 2002.
106. CHAROLLES, M. "Les plans d'organisation du discours et leur interaction". In: MOIRAND, S. et al. (eds.). *Parcours linguistiques des discours spécialisés*. Berne: Peter Lang, 1994, p. 301-314.
107. CICÉRON. *De l'orateur*. Paris: Les Belles Lettres, vol. 3, 1961.
108. *CÓDIGO DA PUBLICIDADE*. Coimbra: Almedina, 2004, p. 20.

109. *CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL*. 6ª ed. Coordenação de Miguel Esperança Pina. Lisboa: DisLivro, 2004.
110. COLTIER, D. "Approches du texte explicatif". *Pratiques*. Metz: nº 51, 1986, p. 3-23.
111. COULMAS F. (éd). *Conversational Routine*. La Haye: Mouton, 1981.
112. COURTINE, J.-J. "Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. À propos du discours communiste adressé aux chrétiens". *Langages*. Paris: nº 62, 1981, p. 9-127.
113. COUTINHO, M. A. "Textos exemplares – ou os desastres da teoria". In: GONÇALVES, A. & CORREIA, C. N. (orgs.). (*Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*). Lisboa: APL, 2001, p. 139-147.
114. ----- . "Perspectivas lingüísticas sobre a noção de estilo". In: DUARTE, I. M.; BARBOSA, J.; MATOS, S.; HÜSGEN, T. (orgs.). *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Lingüística da Universidade do Porto*, Porto: Centro de Lingüística da Universidade do Porto, 2002, p. 41-54.
115. ----- . *Texto (s) e Competência Textual*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.
116. ----- . *Seminário em Teoria do Texto*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2003/2004 – 2º semestre. Notas do curso.
117. ----- . "Schématisation (discursive) et disposition (textuelle)". In: ADAM, J.-M; GRIZE, J.-B.; BOUACHA, M. A. (orgs.). *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2004a, p. 29-42.
118. ----- . "A ordem do expor em géneros académicos do português europeu contemporâneo". *Calidoscópio*. São Leopoldo: Unisinos, vol. 2 (2), 2004b.
119. ----- . "Organizadores textuais – entre língua, discurso e género". In: OLIVEIRA, F. & DUARTE, I. M.(orgs.). *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 2004c, p. 283-298.
120. ----- . "Le rôle des discours rapportés dans l'organisation textuelle: le cas des comptes rendus de lecture". In: LOPEZ M. J.-M ; MARNETTE, S.; L. ROSIER, L. (éds). *Dans la jungle du discours rapporté: genres de discours*

et discours rapporté. Cádiz: Publicaciones de la Universidad de Cádiz. Cádiz: no prelo, 2005a.

121. -----, "Para uma lingüística dos gêneros de texto". *Diacrítica*. Braga: nº 19 (1), 2005b, p. 73-88.
122. CROFT, W. & CRUSE A. D. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
123. CULIOLI, A. "La formalisation en linguistique". *Cahiers pour l'Analyse*: nº 9, 1968, p. 106-117.
124. -----, *Pour une linguistique de l'énonciation. Formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1990.
125. DECLERCQ, G. *L'Art d'argumenter. Structures rhétoriques et littéraires*. Paris: Editions Universitaires, 1992.
126. DENIS, M. *Image et cognition*. 2ª ed. Paris: PUF, 1994.
127. DESCARTES, R. *Discours de la méthode*. Introdução e notas de E. Gilson. Paris: Vrin, 1946.
128. DUARTE, I. "Aspectos lingüísticos da organização textual". In: MATEUS *et al.* (orgs.). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003, p. 85-123.
129. DUBOIS, D. "Lexique et représentations préalables dans la compréhension des phrases". *Bulletin de psychologie*. Tomo XXXV. Paris: nº 356, 1982, p. 601-606.
130. -----, "Analyse de 22 catégories sémantiques du français". *L'Année psychologique*. Boulogne: nº 83, 1983, p. 465-489.
131. -----, *La compréhension des phrases: représentations sémantiques et processus*. Thèse de doctorat d'Etat. Paris VIII: 1986.
132. DUCROT, O. "Peu et un peu". *Cahiers de lexicologie*. Paris: 1970, p. 21-52.
133. -----, *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1972.
134. -----, *Les Echelles argumentatives*. Paris: Minuit, 1980.
135. -----, "Notes sur l'argumentation et l'acte d'argumenter". *Cahiers de Linguistique Française*. Genève: Université de Genève, nº 4, 1982, p.143-163.

- 136.-----, "Opérateurs argumentatifs et visée argumentative". *Cahiers de Linguistique Française*. Genève: Université de Genève, n° 5, 1983, p. 7-36.
- 137.-----, "Polyphonie". *Lalies*. Paris: n° 4, 1984a, p. 3-30.
- 138.-----, *Le Dire et le dit*. Paris : Minuit, 1984b.
- 139.-----, *O dizer e o dito*. Rev. técnica da trad.: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- 140.-----, *Polifonia y Argumentación* . Cali, Colombia: Universidad del Valle, 1988.
- 141.-----, "Argumentation et persuasion". In: MULDER W. de; SCHUEREWEGEN F.; TASMOWSKI, L. (eds.). *Enonciation et parti-pris* . (Actes du Colloque d'Anvers, février 1990). Rodopi/Amsterdam/Atlanta: 1992, p. 143-158.
- 142.-----, "Les *topoi* dans la théorie de l'Argumentation dans la langue". In: PLANTIN, Ch. (org.). *Lieux communs, topoi, stéréotypes*. Paris: Kimé, 1994, p. 233-248.
- 143.-----, "Les modificateurs déréalisants". *Journal of Pragmatics*. Londres/Amsterdam: vol. 24 (1-2), 1995, p. 145-165.
- 144.-----, "Critères argumentatifs et analyse lexicale". *Langages*. Paris: n° 142, junho de 2001, p. 22-40.
- 145.-----, "Argumentation rhétorique et argumentation linguistique". In: DOURY, M & MOIRAND, S. (orgs.). *L'argumentation aujourd'hui*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 17-34.
- 146.-----, *et al. Les mots du discours*. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.
- 147.-----, & CAREL, M. "Description argumentative et description polyphonique: le cas de la négation". Metz: no prelo, 2006.
- 148.DURRER, S. *La Linguistique de Charles Bally*. Lausanne/Paris: Delachaux et Niestlé, 1998.
- 149.EGGS, E. "Ethos aristotélicien, conviction et pragmatique moderne". In: AMOSSY, R. (dir.). *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*. Lausanne/Paris: Delachaux et Niestlé, 1999, p. 31-59.
- 150.FERREIRA, A. B. *Novo Aurélio. O Dicionário da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

151. FILLMORE, L.W. "Second language learning in children: A proposed model²". In: ESCH & PROVINZANO (eds.). *Issues in English language development*. Rosslyn, VA: National Clearinghouse for Bilingual Education, 1985.
152. FLØTTUM, K. "La présence de l'auteur dans les études scientifiques: études des pronoms je, nous et on". In: AUCHLIN, A. *et al.* (eds.). *Structures et discours*. Québec: Ed. Nota Bene, 2004, p. 401-416.
153. -----, "MOI et AUTRUI dans le discours scientifique: l'exemple de la négation NE ...PAS". In: NØLKE, H. *et al.* (eds.). *Dialogisme, polyphonie: approches linguistiques*. Paris: Duculot, 2005, no prelo.
154. FONSECA, J. *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: ICALP, 1992.
155. -----, *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora, 1994.
156. -----, "'O grau zero': discurso, representações ideológicas e construção do sentido". In: FONSECA, J. (org.). *Língua e Discurso*. Porto: Porto Editora, nº 14, 2001a, p. 51-95.
157. -----, "'Viva a Guiné-Bissau': a construção do sentido e da força persuasiva do discurso". In: ---. Porto: Porto Editora, nº 14, 2001b, p. 96-142.
158. -----, "'Vou ali e já venho': o discurso de uma despedida com regresso anunciado". In: OLIVEIRA, F. & DUARTE, I. M. (orgs.). *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 99-151.
159. FONTANIER, P. *Les figures du discours*. Introd. Gérard Genette. Paris: Flammarion, 1977.
160. FOUCAULT, M. *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
161. FRESNAULT-DERUELLE, P. *L'éloquence des images*. Paris: PUF, 1993.
162. GADAMER, H.G. *L'Art de Comprendre – Ecrits I Herméneutique et tradition philosophique*. Paris: Editions Aubier Montaigne, 1982.
163. GARDES-TAMINE, J. *La rhétorique*. Paris: Armand Colin, 1996.
164. GARDIES, J. L. *Essai sur la logique des modalités*. Paris: PUF, 1979.
165. -----, "Tentative d'une définition de la modalité". In: DAVID, J. & KLEIBER, G. (eds.). *La notion sémantico-logique de modalité*. Paris: Klincksieck, 1983, p. 13-24.

- 166.GENETTE, G. "La rhétorique restreinte". *Communications*. Paris: n° 16, 1970, p.158-171.
- 167.-----, *Figures III*. Paris: Seuil, 1972.
- 168.-----, "Introduction. La rhétorique des figures". In: *Les figures du discours*. Paris: Flammarion, 1977, p. 5-17.
- 169.-----, *Introduction à l'Architexte*. Paris: Seuil, 1979.
- 170.-----, *Palimpsestes*. Paris: Seuil, 1982.
- 171.-----, *Seuils*. Paris: Seuil, 1987.
- 172.-----, "Style et signification". In: *Fiction et diction*. Paris: Seuil, 1991.
- 173.GRIZE, J.-B. "Argumentation, schématisation et logique naturelle". *Revue européenne des sciences sociales*, XII. Genève: Droz, n° 32, 1974.
- 174.-----, "L'Argumentation: explication ou séduction". *Linguistique et sémiologie: L'Argumentation*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1981.
- 175.-----, *De la logique à l'argumentation*. Genève/ Paris: Droz, 1982.
- 176.-----, *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990.
- 177.-----, "Résumer, mais pour qui ?" In: CHAROLLES, M. & PETITJEAN, A. (éds.). *Le résumé de texte: aspects linguistiques, sémiotiques, psycholinguistiques et automatiques*. Metz: Université de Metz, 1992, p. 3-10.
- 178.-----, *Logique naturelle et communications*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- 179.-----, "Le point de vue de la logique naturelle: démontrer, prouver, argumenter". In: DOURY, M. & MOIRAND, S. (org.). *L'argumentation aujourd'hui – Positions théoriques en confrontation*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004a, p. 35-44.
- 180.-----, "Argumentation et logique naturelle". In: ADAM, J.-M.; GRIZE, J.-B.; BOUACHA, M. A. (orgs). *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Editions Universitaires, 2004b, p. 23-27.
- 181.GRUPO μ. *Rhétorique générale*. Paris: Larousse, 1970.
- 182.-----, *Traité du signe visuel. Pour une rhétorique de l'image*. Paris: Seuil, 1992.

- 183.GUIMARÃES, E. *Texto e Argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.
- 184.GÜLICH E. & KOFSCI, T. “Les marqueurs de la reformulation paraphrastique”. *Cahiers de Linguistique Française*. Genève: n° 5, 1983, p. 305-351.
- 185.HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- 186.HAMBLIN, C. L. *Fallacies*. Londres: Methuen, 1970.
- 187.HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. “La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage et discours”. *Langages*. Paris: n° 24, 1971, p. 93-106.
- 188.HARRIS, Z. S. “Analyse du discours”. Trad. fr. *Langages*. Paris: n° 13, 1952, p. 8-45.
- 189.HJELMSLEV, L. *Prolégomènes à une théorie du langage*. Trad. fr. Paris: Minuit, 1968. (1ª ed. 1943, *Omkring sprogteoriens grundlaeggelse*).
- 190.IVANOVA, I. “La conception du dialogue dans les travaux de L. Jakubinskij et de V. Voloshinov”. *Jazyk i rechevaja dejatel'nost'*. São Petersburgo: n° 3, 2000, p. 285-305.
- 191.JACKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963.
- 192.KARABÉTIAN, E. *Histoire des stylistiques*. Paris: Armand Colin, 2000.
- 193.KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation – De la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.
- 194.KLEIBER, G. *La Sémantique du Prototype. Catégories et sens lexical*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- 195.-----, *Anaphores et pronoms*. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1993.
- 196.KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- 197.-----, “O texto: construção de sentidos”. *Organon*. Porto Alegre: n° 23, 1996.
- 198.-----, & TAVAGLIA, L.C. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

- 199.KORZEN, H. “ Pourquoi *pourquoi* est-il différent ?”. *Langue Française*. Paris: n° 88, 1990, p. 60-79
- 200.KRESS, G. & VAN LEEMEREN, T.. *Reading Images. The Grammar of Visual Design*. New York/London: Routledge, 1996.
- 201.KRISTEVA, J. *Séméiotikè. Recherches pour une sémanalyse*. Paris: Seuil, 1969.
- 202.LAKOFF G. *Women, Fire and Dangerous Things. What Categories reveal about the Mind*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.
- 203.----- & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. 2^a. ed. Chicago: University Press, 2003.
- 204.LANE, P. “Paratexte”. In: CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. (orgs.). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002, p. 418-420.
- 205.LANGAGES. *Les genres de la parole*. Paris: n° 153, 2004.
- 206.LE GUERN, M. “L’ethos dans la rhétorique française de l’âge classique”. *Stratégies discursives*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 1977.
- 207.LE QUERLER, N. *Typologie des Modalités*. Caen: Presses Universitaires de Caen, 1996.
- 208.LUCIOLE. *La politique s’affiche. Les affiches de la politique*. CHARAUDEAU, P. (dir.). Paris: Didier Érudition, 1991.
- 209.MAINGUENEAU, D. *Genèse du Discours*. Bruxelles: Mardaga, 1984.
- 210.-----. *Les termes clés de l’analyse du discours*. Paris: Mémo Seuil, 1986.
- 211.-----. *Nouvelles Tendances en Analyse du Discours*. Paris: Hachette, 1987.
- 212.-----. *Le Contexte de l’oeuvre littéraire. Enonciation, écrivain et société*. Paris: Dunod, 1993.
- 213.-----. “L’interprétation des textes littéraires et des textes juridiques”. In: AMSELEK, P. (ed.), Bruxelles-Aix, Bruylant: Presses Universitaires d’Aix-en- Marseille, 1995, p.61-68.
- 214.-----. “L’analyse du discours en France aujourd’hui”. *Français dans le Monde*. Paris: juillet 1996a, p. 8-15.
- 215.-----. *Les termes clés de l’analyse du discours*. Paris: Éditions du Seuil, 1996b.
- 216.-----. *Analyser les textes de communication*. Paris: Dunod, 1998.

- 217.----- . “Analysing Self-Constituting Discourses”. *Discourse Studies*. London: Sage Publications, vol.1 (2), 1999a, p. 175-199.
- 218.----- . “Ethos, scénographie, incorporation”. In: AMOSSY, R. (dir.). *Images de soi dans le discours. La construction de l’ethos*. Lausanne/Paris: Delachaux et Niestlé, 1999b, p. 75-100.
- 219.----- . “Analysis of an academic genre”. *Discourse Studies*. London: Sage Publications, vol. 4 (3), 2002a, p. 319-342.
- 220.----- . “Un genre de discours”. In: DARDY, C.; DUCARD, D.; MAINGUENEAU, D. (orgs.). *Un genre universitaire. Le rapport de soutenance de thèse*. Lille: Presses Universitaires de Septentrion, 2002b, p. 47-86.
- 221.----- . “Problèmes d’ethos”. *Pratiques*. Metz: n° 113-114, 2002c, p. 55-67.
- 222.----- . “Retour sur une catégorie: le genre”. In: ADAM, J.-M.; GRIZE, J.-B.; BOUACHA, M.A. (eds.). “Catégories descriptives et catégories interprétatives en analyse du discours”. In: *Texte et discours: catégories pour l’analyse*. Dijon: Éditions Universitaires de Dijon, 2004a, p.107-118.
- 223.----- . *Le discours littéraire. Paratopie et scène d’énonciation*. Paris: Armand Colin, 2004b.
- 224.----- . *Seminário: genres institués*. Paris: Paris XII, 2004/2005 – 1º semestre. Notas do curso.
- 225.----- . “As categorias da análise do discurso”. Trad. Maria Antónia Coutinho. In: MENÉNDEZ, F. M. *Análise do Discurso*. Lisboa: CLUNL/ Hugin Editores, 2005, p. 83-105.
- 226.----- . & COSSUTA, F. “L’analyse des discours constituants”. *Langages*. Paris: n° 117, 1995.
- 227.MARCUSCHI, L. A. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade”. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.
- 228.----- . “Gêneros textuais e ensino: configuração, dinamicidade e circulação”. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Vitória: Kayganguê, 2005, p. 17-33.
- 229.MARQUES, M. A. *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar. A Organização Enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo*. Braga: Universidade do Minho/CEHUM, 2000.

- 230.-----, “Outras vozes. Outros discursos”. In: OLIVEIRA, F. & DUARTE, I. M. (orgs.). *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 431-450.
- 231.-----, “Os apartes no discurso político parlamentar: vozes ‘off’”. *Ciências da linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Braga: Universidade do Minho/CEHUM, 2005, p. 193-215.
- 232.MENDES, M. de F. A. & MIGUÉIS, J. (orgs.). *Lei Eleitoral da Assembleia da República*. 4ª ed. Torres Novas: Almondina, 2005, p. 87.
- 233.MENÉNDEZ, F. M. & COUTINHO, M. A. “Intertextualité, Intertexte et Interdiscours en Quête du Fil d’Ariane”. In: MARILLAUD, P. & GAUTHIER, R. (orgs.). *L’Intertextualité*. Toulouse: Université de Toulouse-le-Mirail, 2004, p. 333-342.
- 234.MESQUITA, M. (org.). *Código de Processo Civil – legislação complementar*. 9ª ed. Coimbra: Almedina, 2002.
- 235.MEYER, M. *Le Philosophe et les Passions*. Paris: Le livre de poche, 1991.
- 236.-----, *Questions de rhétorique*. Paris: Le livre de poche, 1993.
- 237.-----; CARRILHO, M. M. & TIMMERMANS, B. *Histoire de la Rhétorique – Des grecs à nos jours*. Paris: Librairie générale française, 1999.
- 238.MILNER, J. “Wieso Pragmatik?”. *DRLAV*. Paris: nº 7, 1973, p. 1-68.
- 239.-----, *Ordres et raisons de langue*. Paris: Seuil, 1982.
- 240.NÁUFEL, J. *Novo Dicionário Jurídico Brasileiro*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- 241.NETO, A. *Código de Processo Civil Anotado*. 18ª ed. Lisboa: Ediforum, Edições Jurídicas, 2004.
- 242.NEVES, J dos S. B. “Meditatismo e jornalismo”. In: FREITAS, T. & MENDES, A. (orgs.). (*Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*). Lisboa: APL, 2003, p. 615-622.
- 243.NØLKE, H. *Le regard du locuteur. Pour une linguistique des traces énonciatives*. Paris: Kimé, 1993.
- 244.-----; FLØTTUM, K. & NORÉN, C. *ScaPoLine – La théorie de la polyphonie linguistique*. Paris: Kimé, 2004.

- 245.----- & OLSEN, M. "Polyphonie: théorie et terminologie". *Polyphonie linguistique et littéraire*, II. Danemark: Samfundslitteratur Roskilde, 2000, p. 45-170.
- 246.NUTTING, K. "Legal Practices and the Reason of the Law". *Argumentation*. Netherlands: vol. 16, nº 1, February 2002, p. 109-131.
- 247.OLIVEIRA, H. F. de. "Concessão e produção de textos". In: LOPES, L. P. da M.; MOLLICA, M. C. (orgs.). *Espaços e interfaces da lingüística e da lingüística aplicada*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 89-96.
- 248.-----, *Língua Portuguesa. Visão discursiva. Descrição do português à luz da lingüística do texto*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras EB/CEP – Centro de Estudos de Pessoal, 2001. Pós-graduação Ensino a distância. Mimeo.
- 249.OUELLET, P. "PAR EXEMPLE... : Statut cognitif et portée argumentative de l'exemplification dans les sciences du langage". In: REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (ed.). *Perspectives méthodologiques et épistémologiques dans les sciences du langage*. Berne: Peter Lang, 1989, p. 95-114.
- 250.PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.
- 251.-----, "Analyse de discours. Trois époques". In: MALDIDIER, D. (ed.). *L'Inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990, p. 295-302.
- 252.PEIRCE, C. S. *Collected Papers*. Cambridge (MA): Belknap Press of Harvard University Press, 1974.
- 253.PÉNINOU, G. *Intelligence de la publicité*. Paris: Laffont, 1972.
- 254.PERELMAN, C. *L'Empire Rhétorique – Rhétorique et Argumentation*. 3ª ed. Paris: J. Vrin, 1997.
- 255.----- & OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'Argumentation: la nouvelle rhétorique*. 5ª ed. Bruxelas: l'Université de Bruxelles, 1988.
- 256.PERES, J. A. & MÓIA, T. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1995.
- 257.PETÖFI J.S. & RIESER H. (eds.). *Studies in Text Grammar*. Dordrecht: Reidel, 1973.
- 258.PINTO, R. *A produção de textos argumentativos em francês língua estrangeira*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. (Dissertação de mestrado não publicada).

- 259.----- . “O *ethos* e a argumentação nos editoriais portugueses – um desvendar crítico”. In: MARQUES, M. A. *et al.* (orgs.). *Práticas de Investigação em Análise Lingüística do Discurso*. (Actas do II Encontro Internacional de Análise Lingüística do Discurso). Braga: CEHUM, 2004a, p. 113-135.
- 260.----- . “A heterogeneidade constitutiva do *ethos* no editorial português”. *Calidoscópio* 2 (2). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004b, p. 25-32.
- 261.----- . “Le *pathos* dans les affiches politiques portugaises – stratégie rhétorico-politique-discursive?”, *Actes du XXIV^{ème} Colloque d'Albi* (CALS/CPST), Toulouse : Université de Toulouse-Le Mirail, 2004c, p 319-330.
- 262.----- . “L’*ethos* dans les éditoriaux portugais et brésiliens – une vision critique”. *XXIV CILPR – Aberystwyth/País de Gales – 2 a 4 Agosto/2004*. Aberystwyth/País de Gales: no prelo, 2004d.
- 263.----- . “As modalidades e os gêneros de texto : que previsibilidade”. In: *Actas do III Encontro Internacional de Análise Lingüística do Discurso*. Braga: CEHUM, 2005, no prelo.
264. PLANTIN, Ch. *Essais sur l’argumentation. Introduction linguistique à l’étude de la parole argumentative*. Paris: Kimé, 1990.
265. ----- . *Lieux communs, topoï, stéréotypes, clichés*. Paris: Kimé, 1994.
266. ----- . “Argumentation studies and discourse analysis: the french situation and global perspectives”. *Discourse Studies*. London: Sage Publications, vol. 4 (3), 2002, p. 343-368.
- 267.----- . “*Ad passiones*. Affects et logique dans l’argumentation”. In: MARQUES, M. A. *et al.* (orgs.). *Práticas de Investigação em Análise do Discurso – Actas do II Encontro Internacional de Análise Lingüística do Discurso*. Braga: Universidade do Minho/ Centro de Estudos Humanísticos, 2004, p. 163-179.
- 268.PLETT, H. F. “Rhétorique et stylistique”. In: VARGA, A. K. (ed.). *Théorie de la Littérature*. Paris: Picard, 1981, p. 139-176.
- 269.POTTIER, B. *Sur la formulation des modalités en linguistique*. Paris: Langages, nº 43, 1976, p. 39-46.
- 270.----- . *Linguistique Générale, théorie et description*. 2^a ed. Paris: Klincksieck, 1985.
- 271.QUINTILIANO. *Institution oratoire* (trad. fr.). Paris: Les Belles Lettres, 1978.
- 272.RABAÇA, C. A. & BARBOSA, G. G. *Dicionário de Comunicação*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

- 273.RAMOS, R. “‘Os doze abutres’: estrutura e funcionamento de um texto polémico”. In: FONSECA, J. (org.). *Língua e Discurso*. Porto: Porto Editora, 1998, nº 10, p. 109-156.
- 274.----- . “O discurso de opinião como discurso polémico – aspectos da sua configuração e da interacção social”. *Comunicação e Sociedade* 2. Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais, vol. 14(1-2), 2000, p. 235-247. Cadernos do Noroeste, Série Comunicação.
- 275.RASTIER, F. *Sens et textualité*. Paris: Hachette, 1989.
- 276.----- . “Pour une sémantiques des textes”. *Cahiers de l’ILSL*. 1995, p. 183-212.
- 277.----- . “Poétique généralisée”. In: BALLABRIGA, M. (dir.). *Analyse des Discours Types et genres: communications et interprétation*. Toulouse: Editions Universitaires du Sud, 2001a, p. 261-287.
- 278.----- . *Arts et Sciences du Textes*. Paris: PUF, 2001b.
- 279.----- . “Poétique et textualité”. *Langages*. Paris: nº 153, 2004, p. 121-126.
- 280.RÊGO, F. *Marketing Político e Governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação*. São Paulo: Summus, 1985.
- 281.REICHLER-BEGUELIN, M.-J. “Anaphore, cataphore et mémoire discursive”. *Pratiques*. Metz: nº 57, 1988, p.15-43.
- 282.----- . “Anaphores, connecteurs et processus inférentiels”. In: RUBATTEL, Ch. (org.). *Modèles du discours*. Berne: Peter Lang, 1989, p. 303-334
- 283.REVAZ, F. “Variété du présent dans les discours des historiens”. *Pratiques*. Metz: nº 100, 1998, p. 43-61.
- 284.RICOEUR, P. *Du texte à l’action. Essais d’herméneutique II*. Paris: Seuil, 1986.
- 285.ROBRIEUX, J.-J. *Rhétorique et argumentation*. 2ª ed. Paris: Editions Nathan, 2000.
- 286.RODRIGUES, A. D. *A partitura invisível: para uma abordagem interativa da linguagem*. Lisboa: Colibri, 2001.
- 287.RODRIGUES, D. “Charles Bally e a cortesia lingüística”. *Actas do III Congresso de Análise Lingüística do Discurso*. Braga: Universidade do Minho, 2006, no prelo.

288. RODRIGUES, M. da C. "Vagueza e Argumentação Judicial". In: OLIVEIRA, F. & DUARTE, I. M. (orgs.). *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 563-577.
289. ROSCH, E. "Natural Categories". *Cognitive Psychology*. [s.l.]: n° 4, 1973, p. 328-350.
290. -----, "Principles of Categorization". In: ROSCH, E & LLOYD, B. (eds.). *Cognition and Categorization*. Hillsdale: Laurence Erlbaum Ass., 1978, p. 27-48.
291. ROSIER, L. *Le Discours Rapporté – Histoire, théories et pratiques*. Paris/Bruxelles: Duculot, 1999.
292. ROSSARI, C. *Les opérations de reformulation: analyse du processus et des marques dans une perspective contrastive français-italien*. Paris/Berne: Peter Lang, 1994.
293. ROULET, E. et al. *L'Articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang, 1985.
294. -----, "Complétude interactive et connecteurs reformulatifs". *Cahiers de Linguistique Française*. Genève: n° 8, 1987, p. 111-140.
295. SANTANA NETO, J. A. de. *Processos argumentativos: estudo retórico de textos medievais*. Salvador: Quarteto, 2005.
296. SEARLE J.R. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. (Trad. française *Les actes de langage*, Paris, Hermann, 1993). Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
297. -----, *Expression and meaning*. (Trad. française *Sens et expression*, Paris: Minuit, 1982). Cambridge : Cambridge University Press, 1979.
298. SAUERWEIN, S. *La représentation critique du discours de l'autre: le questionnement oppositif*. Münster: Lit-Verlag, 2000.
299. -----, "Interrogativité, rhétoricité, argumentation, persuasion: les particules modales dans l'interrogation partielle en allemand". *Cahiers de linguistique française*. Genève: n° 24, 2002, p. 231-242.
300. -----, "Le questionnement au moyen de wieso: polyphonie et argumentation dans la question partielle". In: ROSSARI, C. et al. (éd.). *Les états de la question*. Québec: Nota bene (Langue et pratiques discursives), 2005a, p. 129-145.

- 301.-----, "Pourquoi diable pose-t-elle toujours des questions ? Quelques réflexions sur les mécanismes inhérents au questionnement partiel". *Revue Romane*. Copenhagen: n° 40 (1), 2005b, p. 115-128.
- 302.SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. por CHELINI, A.; PAES, J. P.; BLIKSTEIN, I. São Paulo: Cultrix, 1970.
- 303.SCHAEFFER, J.-M. "La stylistique littéraire et son objet". *Littérature*. Paris, n° 105, Larousse, 1997, p. 14-23.
- 304.SCHNEUWLY, B.; ROSAT, M.-C & DOLZ, J. "Les organisateurs textuels dans quatre types de textes écrits (élèves de 19, 12 et 14 ans)". *Langue Française*. Paris: 81, 1989, p. 40-58.
- 305.SCHWARTZENBERG, R.-G. *O Estado espetáculo: ensaio sobre e contra o star system em política*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- 306.SEMIÓTICA. Vol. 153. [s.l.]: n° 1 (4), 2005.
- 307.SENNETT, R. *Carne e Pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.
- 308.SEPÚLVEDA, A. J. *Marketing Político na Internet*. Vila Nova de Famalicão: Edições Centro Atlântico, 2001.
- 309.SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- 310.SIMONIN-GRUMBACH, J. "Pour une typologie des discours". In: KRISTEVA, J. et al. (eds). *Langue, discours et société. Pour Emile Benveniste*. Paris: Seuil, 1975, p. 85-121.
- 311.SLAKTA, D. "Grammaire de texte: synonymie et paraphrase". In: FUCHS, C. (ed.). *Aspects de l'ambiguïté et de la paraphrase dans les langues naturelles*. Berne: Peter Lang, 1985, p. 123-140.
- 312.SPERBER, D. & WILSON, D. *La Pertinence*. Trad. fr. Paris: Minuit, 1989. (1ª ed. 1986, *Relevance, Communication and Cognition*, Oxford, Blackwell).
- 313.SUEUR, J. P. *Étude sémantique et syntaxique des verbes devoir et pouvoir*. Thèse de troisième cycle. Paris: Université Paris X, 1975.
- 314.-----, "Quantificateurs et modalités". *Langages*. Paris: Larousse, n° 48, 1977, p. 84-89.

- 315.TOULMIN, S. *The Uses of Argument*. (Trad. française *Les Usages de l'argumentation*, PUF, Paris, 1993/ Trad. Portuguesa *Os Usos do Argumento*, Martins Fontes, São Paulo, 2001). Cambridge: Cambridge University Press, 1958.
- 316.TRIGO, H. M. V. Pinto. *Mas e outros marcadores argumentativos. Contribuição para o estudo da argumentação no português actual*. Lisboa: Tese de Mestrado em lingüística descritiva portuguesa submetida à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1989.
- 317.VALENTIM, H. *Um Estudo Semântico-Enunciativo de Predicados Subjectivos do Português*. Lisboa: Tese de Doutoramento submetida à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- 318.VAN DIJK, T. "Grammaires textuelles et structures narratives". In: CHABROL, C. *Sémiotique textuelle et narrative*. Paris: Larousse, 1973, p.177-206.
- 319.-----, "Le texte: structure et fonctions. Introduction élémentaire à la science du texte". In: VARGA, A. K. (ed.). *Théorie de la Littérature*. Paris: Picard, 1981, p. 63-93.
320. VAN EEMEREN, F. H. & GROOTENDORST, R. *Speech Acts in Argumentative Discussions. A Theoretical Model for the Analysis of Discussions Directed towards Solving Conflicts of Opinion*. Berlin/Dordrecht: De Gruyter/Foris Publications, 1984.
- 321.-----, *A Systematic Theory of Argumentation. The pragma-dialectical approach*. Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 2004.
322. VAN LEEUWEN, T. "Ten Reasons Why Linguists Should Pay Attention to Visual Communication". In: LEVINE, P.; SCOLLON, R. (eds.). *Discourse and Technology: Multimodal Discourse Analysis*. Georgetown: Georgetown University Press, 2004, p. 7-19
- 323.VÉRON, E. "Le hibou". *Communications*. Lille: Seuil, n° 28, 1978, p. 69-126.
- 324.-----, "Il est là, je le vois, il me parle". *Communications*. Lille: Seuil, n° 38, 1983, p. 98-120.
- 325.VIGNAUX, G. *L'Argumentation. Essai d'une logique discursive*. Genève/Paris: Librairie Droz, 1976.
- 326.-----, *Le Discours Acteur du Monde. Enonciation, argumentation et cognition*. Paris: Ophrys, 1988.

- 327.----- . “Catégorisation et schématisation: des arguments au discours”. In: DUBOIS, D. (ed.). *Sémantique et Cognition. Catégories, prototypes, typicalité* . Paris: Editions du CNRS, 1991, p. 295-318
- 328.----- . “Une approche cognitive de l’argumentation”. In: DOURY, M. & MOIRAND, S. (orgs.). *L’argumentation aujourd’hui – Positions théoriques en confrontation*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 103-122.
- 329.VION, R. “Modalités, modalisations et discours représentés”. *Langages*. Paris: n° 156, 2004, p. 96-110.
- 330.VYGOTSKY, L.S. *Pensée et langage*. Paris: Editions Sociales, 1985.
- 331.VOLOSHINOV, V.N. “O discurso na vida e o discurso na arte”. In: *Freudism: a marxist critique*. Tradução para uso didático por C. Tezza, C. e C. A. Faraco (mimeo.). New York: Academic Press, 1976. (DVD)
- 332.----- . *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- 333.WEINRICH, H. *Le Temps*. Paris: Seuil, 1973.
- 334.WERLICH, E. *Typologie der Texte*. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1975.
- 335.WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. New York: The McMillan Co., 1953.
- 336.XAVIER, R. C.. *Português no Direito*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- 337.YANOSHEVSKY, G. “La mise en page de l’argumentation dans la première page du journal”. *Rhétorique des discours politiques: proceedings of the 2004 Albi Conference*. In: MARILLAUD, P.; GAUTHIER, R. (éds.). Toulouse: Université Toulouse-Le Mirail, CAL/CPST, 2005, p. 451-466.
- 338.----- . “The Possibility and Actuality of Image Events: Framing Image Events in the Press and on the Internet”. In: DELUCA, K. M.; WILFERTH, J. (eds.) *Image Events: From Theory to Action*, 2006, no prelo.

Webliografia

1. CARDOSO e CUNHA, Tito. “A nova retórica de Perelman”, 1998. Disponível na Internet via <http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=35>.
2. SECRETARIADO TÉCNICO DOS ASSUNTOS PARA O PROCESSO ELEITORAL (STAPE). *Funções Atribuídas às Juntas de Freguesia [...] e Legislação Complementar*. Disponível na Internet via: <http://stape.cidadevirtual.pt/legisl/guia-jf-al97.htm> / atualizado em 18 de janeiro de 2006.
3. CENTRAL DE OUTDOORS. “Afiml, o que é outdoor?” Disponível na Internet via: <http://www.outdoor.org.br>, na sequência de links: dicionário/ descrição/ afiml, o que é outdoor?

Índice das principais noções¹

¹ Selecionamos as páginas em que estas noções assumem maior relevância no corpo deste trabalho.

214, 243, 271, 283, 336, 340, 345, 410, 415, 419, 477, 478, 501		TBS/normativo	261, 299, 301, 304, 308, 329, 355, 356, 366, 380, 384, 428, 455, 465
época	176, 271, 283, 289, 340, 419	<i>Dispositio</i> / PI/ editorial/ cartaz partidário	45, 49, 51, 63, 64, 102, 179, 181, 218, 234, 292
tempo empírico/de circulação	167, 176, 271, 283, 340, 419	Doxa	214, 445, 474
periodicidade	132, 167, 176, 271, 284, 340, 419	Efeito(s)	
duração de encadeamento	132, 167, 175, 176, 271, 284, 340, 419	persuasivo(s)	67, 100, 102, 103, 192, 309, 481
continuidade	133, 167, 175, 176, 271, 285, 341, 419	perlocutório(s)	131, 331
lugar empírico/ de circulação	235, 275, 285, 336, 342, 410, 415, 420, 424, 477, 478	Engajamento enunciativo	364, 436
instâncias interlocutivas	167, 174, 176, 211, 271, 275, 286, 333, 336, 342, 343, 410, 421, 501	graus de engajamento	454
suporte material	118, 129, 137, 146, 167, 170, 176, 199, 290, 339, 344, 424	Engrenagem textual	209, 214, 216, 273, 290, 344, 424
finalidade		estilística (EE)	215, 237, 239, 241, 242, 264, 481, 484, 502
externa	176, 289, 343, 410, 415, 423, 477, 478, 501	- da PI	236, 375, 388
interna	176, 289, 423	- do cartaz partidário	311, 314, 334, 372, 501
Composição	147, 238, 271	- do editorial	436, 479, 501
Conectores argumentativos	71, 87, 91, 255, 256	enunciativa ampliada (EEA)	215, 237, 265, 268, 270
Contrato de comunicação	143	- da PI	406
Destinatário	83, 117, 118, 119, 134, 156, 185, 186, 188, 191, 229, 267, 334, 342, 445	- do cartaz partidário	326
Sobredestinatário	342, 343, 367, 400, 406, 410	- do editorial	472
Dialética	54, 63, 114, 118	organizacional (EO)	207, 214, 216, 217, 218, 236, 238, 291, 292, 297, 300, 310, 482, 484, 501
Dialogismo	107, 109, 112, 115, 122, 123, 124, 125, 157, 168, 189, 215, 426	- Composição	
Dinâmica argumentativa	65, 214, 242, 273, 310, 332, 389, 410, 476, 503	UTs	222, 428, 433, 436
Discurso (s)		UMT	219, 225, 228, 238, 353
indireto	264, 270, 432, 436, 438, 439, 441, 451, 454, 468, 471	UT não-verbal	222, 304, 308
político	130, 137, 139, 140, 145, 178, 268, 273, 278, 282, 324, 327, 490	UT periférica	173, 222, 223, 425
Tipos de discurso	143, 152, 154, 186, 217, 232	UT implícita	222, 226, 300, 305, 366, 368, 370, 371
discurso teórico	153, 154, 325,	- Critério de identificação das UTs	220
		- Articulação entre UTs	142, 144, 145, 151, 186, 218, 227, 232, 233, 238, 268, 271, 308, 309, 310, 332, 368, 389, 428
		- Constituição	51, 152, 153, 186, 210, 219, 232, 238
		- moderno/dinâmico/patriótico/agressivo/autoritário	330, 331, 408, 409
		- racional	408, 411

372, 393, 405, 409, 443, 447, 451		- racional imparcial	364, 403, 408, 501
relato interativo	153, 154, 155, 264, 325, 372, 404, 405, 435, 446, 447, 448	- racional ponderado	474, 476, 479
discurso interativo	153, 155, 264, 372, 402, 451	- redundante imparcial	408, 409
narração	153, 156	mostrado/dito	327, 482
seqüências prototípicas	94, 96, 152	pré-textual	326, 407, 473
- narrativa	96	Finalidade persuasiva	20, 27, 86, 94, 196, 212, 213, 237, 243
- descritiva	96, 97	Flutuações imagísticas	265, 449, 459, 476
- dialogal	97	Formação sócio-discursiva	149, 169, 170, 171, 242, 268, 337, 408
- argumentativa	98	Função	
- explicativa	98	de associação	238, 305, 308, 366
- Ordem retórica/ espacial		de comentário	234, 235, 238, 430, 434, 436, 437
EO da PI	238, 344, 372, 373	de comentário crítico	432, 433, 435, 436
EO do cartaz partidário	233, 238, 309	de contextualização	233, 368, 374
EO do editorial	424, 436	de detalhamento	234, 371, 427, 429, 436
Enlaçamento paradoxal	130	de exemplificação	234, 238, 429, 435
Enunciação	90, 96, 111, 117, 123, 125, 187, 189, 197, 256, 265, 325, 438, 444	de expansão	233, 234, 238
Enunciador	74, 87, 89, 90, 91, 94, 133, 149, 190, 197, 199, 200, 237, 249, 250, 256, 265, 266, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 328, 354, 355, 356, 357, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 396, 408	de fecho	234, 238, 434
Esferas de comunicação	22, 115, 118, 188	de redundância	233, 238, 374
Estereotipagem (processo de)	326, 327	de síntese	234, 238, 370, 371, 374
Estilo	187, 189, 190, 235	dêitica	254, 263
Ethos	46, 49, 52, 86, 102, 103, 149, 192, 199, 200, 204, 205, 237, 265, 266, 268, 270, 328, 330	Garantia	60, 51, 62
compósito	199, 332, 473, 501, 503	Gênero (s)	
institucional		autorais	136, 137
- analista	270, 460	conversacionais	114
- coeso	270, 331	de/do discurso	110, 111, 132, 133, 140, 150, 184, 281, 338, 442
- comentarista	270, 465, 474, 478	de rotina	136, 137
- comentarista crítico	270, 329, 453	de texto	21, 134, 150, 156, 161, 170, 177, 212, 213, 214, 215, 218, 220, 264, 268, 327, 367, 424
- engajado	270, 329, 334	instituídos	130, 137, 138, 484
- níveis de institucionalidade	138	- <i>continuum</i>	111, 502
persuasivos	19, 20, 21, 27, 85, 159, 180, 206, 209, 213, 215, 218, 222, 228, 230, 241, 264, 271, 288, 483, 499,	- grau de institucionalidade	28, 138, 170, 241, 269, 492, 502
		- graus de modalização/ <i>continuum</i>	481
		negação	71, 87, 88, 90, 91, 246, 375, 378, 391
		- descritiva	92, 270, 382, 409

501		- metalingüística	92
	plurissemióticos	22, 163, 164, 207, 214, 252,	
500		- polêmica	92, 381
	primários	109, 113, 114, 121	
	secundários	114	
Heterogeneidade		recursos não-verbais (cor, tipografia, foto- grafia) 103, 121, 163, 200, 207, 253, 260, 264, 279, 311, 327, 330, 333, 481, 502, 503	
	compositiva	476	
	enunciativa	396, 398, 473, 474, 476	
Hipergênero		- marcador de ponto de vista	252, 264, 316
Inferência	99, 245, 315, 317, 346, 354	expressão de transição entre encadeamento (ETE)	459, 471
	abdução	346, 347, 492	
	- arrazoadado heurístico relativo	347, 350, 355, 358, 367, 370, 482	
	- arrazoadado heurístico causal	347, 349	
	arrazoadado dedutivo	344, 350, 351, 356, 366, 492	
Interacionismo sócio-discursivo	66, 179, 185	organizador textual	246, 258, 259, 260, 352, 353, 426, 432, 433, 440
Interlocutor	20, 52, 56, 57, 68, 86, 90, 92, 119, 121, 124, 125, 130, 132, 138, 143, 144, 193, 200, 210, 215, 236, 239, 247, 254, 262, 265, 266	- expressões atitudinais (EAs)	263, 264, 436, 437, 439, 453, 461, 462, 481
Linguística		- metadiscursivos	456
	dos gêneros	20, 21, 105, 127, 206, 209, 500	
	textual	22, 66, 106	
Locutor	42, 73, 75, 76, 84, 87, 88, 91, 92	- não-verbal	270, 271, 322
	assimilação	90, 440	
	atitude/"prise en charge"/acordo/oposição	89, 90, 91, 197	
Mecanismos		sinais demarcatórios	231, 260, 262, 270, 341, 343, 360, 368, 376, 390, 396, 408, 502
	argumentativos	212, 213, 243	
	argumentativos prototípicos/MAPs	311, 375,	
501		Metáfora	48, 129, 318
	- anáfora nominal	144, 154, 155, 156, 211, 389	
	modalidade (s) verbais	247, 248, 251, 252, 331, 400	
	- intersubjetivas	250, 256, 264, 270, 321, 323, 377, 378, 398	
	- subjetiva epistêmica	250, 251, 252, 256, 264, 270, 377, 378, 398	
502		Monologismo	123
Plataforma		Mundo(s) discursivo (s)	152, 153, 206, 332, 372, 377, 402, 403, 404, 439, 442, 445
	geradora	218, 222, 228, 302, 303, 305, 307, 312,	
		Orientação argumentativa	69, 71, 72, 74, 75, 78, 198
		Paixões/afetos	46, 47, 203, 205, 330, 331, 410
		Paralelismo estrutural	233, 238, 309, 321, 323, 387
		<i>Pathos/pathè</i>	47, 49, 86, 94, 103, 192, 270
		- de esperança	270, 329
		- de piedade, de indignação, de amizade	270, 330, 331, 333, 334
		- racional	475, 476
		- racional imparcial	270
		- sensível/revoltado	270, 475
		Persuasão	
		Graus/ gênero persuasivo/ demonstrativo/ <i>continuum</i>	35, 176, 210, 289, 501, 502
		Plano de texto/organização textual	289, 423, 501,
		Retórica	41, 44, 45, 46, 48, 48, 50, 51, 52, 53, 62, 63, 64, 65
		Signo	
		icônicos/ ícone	314, 335

351, 352, 353, 366, 424, 426, 435, 455, 477, 483		plásticos	314
condensada	218, 222, 228, 231, 455	Techné rhetoriké	44, 45, 47, 48, 62, 64
- condensado	419, 439, 441, 454, 456	Teoria dos blocos semânticos (TBS)	66, 67, 217, 291, 296, 500
Postos e pressuposto	67, 70, 90, 293, 294, 295, 299, 379, 381, 383	aspectos	
Presente dêitico	321, 325, 331	- conversos	81, 341, 381
Procedimentos argumentativos	105	- recíprocos	81, 433
amplificação	105	- transpostos	81, 153
entimema	47, 52, 105	Teoria polifônica	87, 463
exemplo	52, 59	clássica	88, 90, 291, 295, 439
Protótipo	23, 24, 25, 26, 27, 241, 243, 244	argumentativa	88, 291, 292, 295
semelhança de família	26, 28, 30, 32, 241, 244, 245, 264, 273	Textos	22, 23, 27, 28, 29, 30
versão estandardizada	26, 243	empíricos	22, 157, 163, 181, 242, 256, 259, 261, 297
versão ampla	25, 28, 243	plurissemióticos	22, 163, 164, 177
Questão		unidade comunicativa	23
altamente transgressiva	291, 294, 296, 311, 312, 313, 322, 324, 328, 329, 334	<i>Topos, topoî</i>	73, 78, 83
parcial	291, 293, 294	<i>Topos</i> extrínseco e <i>topos</i> intrínseco	74
total	90, 92, 292		
Representação (ões)	186, 199, 202, 218, 236, 266, 304, 325, 326, 398, 399, 403, 413, 422, 425		

Índice das principais noções¹

Ação de linguagem	125, 151, 162, 185, 393, 401, 406	cenografia	130, 131, 137, 138, 139, 199, 201, 265, 266, 267, 289, 327, 407, 408, 410, 411, 450, 473, 482
Alegação	60	Coerções estritas/ lingüísticas	69, 72, 73, 78, 87
Alocutário	255, 266, 294, 295, 296, 299	Coerções relativas ao gênero	101, 128, 129, 131, 132, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 157, 164, 167, 185, 190, 252, 260, 281, 327, 342, 351, 362, 364, 401, 402, 409, 417, 420, 425, 477
Análise do discurso	106, 143, 179, 198	Componente (s)	
Ângulo de tomada	210, 264, 270, 305, 315, 316, 318	do gênero para Bakhtin	107, 109, 115, 122, 126, 146, 188
plongée/ contre-plongée	305, 315, 328, 330	- tema	107, 109, 111, 112, 115, 116, 118, 119, 126, 188
Argumentação (s)	19, 20, 21, 22, 32, 41	- unidades composicionais	107, 109, 112, 115, 122, 126, 146, 188, 240
lingüística	67, 85, 86, 96, 211	- estilo	107, 115, 119, 188, 240
nos gêneros (ANG)	21, 60, 65, 67, 72, 95, 101, 102, 103, 104, 178, 208, 212, 213, 214, 240, 265, 499, 499	individual	120, 121
na língua (ANL)	66, 102, 217, 292	lingüístico ou funcional	120, 121
nos textos (ANT)	23, 60, 65, 92	do gênero para Maingueneau	131, 146
retórica	67, 85, 86, 102, 210, 211, 237	do gênero para Charaudeau	143, 146
Argumentos		do gênero para Adam	148
baseados na estrutura do real	59	do gênero para Bronckart	151
quase-lógicos	59	internos do gênero/ vertente interna	159, 164, 177, 206, 213, 215, 271
que fundam o real	59	- organizacional	177, 193
Aspectos transgressivos	80, 222, 304	- enunciativo ampliado	149, 177, 178, 178, 192, 205
Aspectos normativos	79, 80, 111, 222, 261, 457	- estilístico	149, 177, 187
Atividade de linguagem	22, 152, 172	externos do gênero/ vertente externa	164, 165, 166, 167, 206, 212, 213, 226, 228, 271, 273, 276, 332, 335, 351, 363, 368
Ato (s) de argumentação	76, 77, 78	- intertextual	168, 278, 325, 337, 416 417, 418, 476
Auditório	42, 47, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 94, 98, 102, 103, 119, 178, 193, 195, 196, 202, 318, 327, 387	- arquitetual	168, 276, 336, 416
universal	55, 318	- metatextual	149, 170, 226, 280, 336, 372, 410, 417, 477
particular	55, 318	- discursivo	167, 171, 172, 276, 282, 339, 418
Bloco (s)			
semântico(s)	77, 78, 79, 80, 82, 297, 300, 345		
introdutório	235, 362, 363, 368, 370, 373, 374, 435, 436		
Campo de argumentação	62		
Cena de enunciação	129, 130, 164, 265, 327, 329, 407, 473		
englobante	130, 199, 201, 327, 407, 473		
genérica	130, 131, 137, 138, 327, 407, 473		

¹ Selecionamos as páginas em que estas noções assumem maior relevância no corpo deste trabalho.

- peritextual	149, 164, 172, 173, 213, 219, 243, 271, 283, 339, 418	publicitário	137, 282, 283, 323, 326
- situacional	164, 166, 167, 174, 175, 176, 213, 214, 243, 271, 283, 336, 340, 345, 410, 415, 419, 477, 478, 501	TBS/transgressivo	298, 299, 300, 304, 305, 308, 380, 382, 384
época	176, 271, 283, 289, 340, 419	TBS/normativo	261, 299, 301, 304, 308, 329, 355, 356, 366, 380, 384, 428, 455, 465
tempo empírico/de circulação	167, 176, 271, 283, 340, 419	<i>Dispositio</i> / PI/ editorial/ cartaz partidário	45, 49, 51, 63, 64, 102, 179, 181, 218, 234, 292
periodicidade	132, 167, 176, 271, 284, 340, 419	Doxa	214, 445, 474
duração de encadeamento	132, 167, 175, 176, 271, 284, 340, 419	Efeito(s)	
continuidade	133, 167, 175, 176, 271, 285, 341, 419	persuasivo(s)	67, 102, 103, 192, 309, 481
lugar empírico/ de circulação	235, 275, 285, 336, 342, 410, 415, 420, 424, 477, 478	perlocutório(s)	131, 331
instâncias interlocutivas	167, 174, 176, 211, 271, 275, 286, 333, 336, 342, 343, 410, 421, 501	Engajamento enunciativo	364, 436
suporte material	118, 129, 137, 146, 167, 170, 176, 199, 290, 339, 344, 424	graus de engajamento	454
finalidade		Engrenagem textual	209, 214, 216, 273, 290, 344, 424
externa	176, 289, 343, 410, 415, 423, 477, 478, 501	estilística (EE)	215, 237, 239, 241, 242, 264, 481, 484, 502
interna	176, 289, 423	- da PI	236, 375, 388
Composição	147, 238, 271	- do cartaz partidário	311, 314, 334, 372, 501
Conectores argumentativos	71, 87, 91, 255, 256	- do editorial	436, 479, 501
Contrato de comunicação	143	enunciativa ampliada (EEA)	215, 237, 265, 268, 270
Destinatário	83, 117, 118, 119, 134, 156, 185, 186, 188, 191, 229, 267, 334, 342, 445	- da PI	406
Sobredestinatário	342, 343, 367, 400, 406, 410	- do cartaz partidário	326
Dialética	54, 63, 114, 118	- do editorial	472
Dialogismo	107, 109, 112, 115, 122, 123, 124, 125, 157, 168, 189, 215, 426	organizacional (EO)	207, 214, 216, 217, 218, 236, 238, 291, 292, 297, 300, 310, 482, 484, 501
Dinâmica argumentativa	65, 214, 242, 273, 310, 332, 389, 410, 476, 503	- Composição	
Discurso (s)		UTs	222, 428, 433, 436
indireto	264, 270, 432, 436, 438, 439, 441, 451, 454, 468, 471	UMT	219, 225, 228, 238, 353
político	130, 137, 139, 140, 145, 178, 268, 273, 278, 282, 324, 327, 490	UT não-verbal	222, 304, 308
		UT periférica	173, 222, 223, 425
		UT implícita	222, 226, 300, 305, 366, 368, 370, 371
		- Critério de identificação das UTs	220
		- Articulação entre UTs	142, 144, 145, 151, 186, 218, 227, 232, 233, 238, 268, 271, 308, 309, 310, 332, 368, 389, 428
		- Constituição	51, 152, 153, 186, 210, 219, 232, 238

Tipos de discurso	143, 152, 154, 186, 217, 232	- moderno/dinâmico/patriótico/agressivo/autoritário	330, 331, 408, 409
discurso teórico	153, 154, 325, 372, 393, 405, 409, 443, 447, 451	- racional	408, 411
relato interativo	153, 154, 155, 264, 325, 372, 404, 405, 435, 446, 447, 448	- racional imparcial	364, 403, 408, 501
discurso interativo	153, 155, 264, 372, 402, 451	- racional ponderado	474, 476, 479
narração	153, 156	- redundante imparcial	408, 409
seqüências prototípicas	94, 96, 152	mostrado/dito	327, 482
- narrativa	96	pré-textual	326, 407, 473
- descritiva	96, 97	Finalidade persuasiva	20, 27, 86, 94, 196, 212, 213, 237, 243
- dialogal	97	Flutuações imagísticas	265, 449, 459, 476
- argumentativa	98	Formação sócio-discursiva	149, 169, 170, 171, 242, 268, 337, 408
- explicativa	98	Função	
- Ordem retórica/ espacial		de associação	238, 305, 308, 366
EO da PI	238, 344, 372, 373	de comentário	234, 235, 238, 430, 434, 436, 437
EO do cartaz partidário	233, 238, 309	de comentário crítico	432, 433, 435, 436
EO do editorial	424, 436	de contextualização	233, 368, 374
Enlaçamento paradoxal	130	de detalhamento	234, 371, 427, 429, 436
Enunciação	90, 96, 111, 117, 123, 125, 187, 189, 197, 256, 265, 325, 438, 444	de exemplificação	234, 238, 429, 435
Enunciador	74, 87, 89, 90, 91, 94, 133, 149, 190, 197, 199, 200, 237, 249, 250, 256, 265, 266, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 328, 354, 355, 356, 357, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 396, 408	de expansão	233, 234, 238
Esferas de comunicação	22, 115, 118, 188	de fecho	234, 238, 434
Estereotipagem (processo de)	326, 327	de redundância	233, 238, 374
Estilo	187, 189, 190, 235	de síntese	234, 238, 370, 371, 374
Ethos	46, 49, 52, 86, 102, 103, 149, 192, 199, 200, 204, 205, 237, 265, 266, 268, 270, 328, 330	dêitica	254, 263
compósito	199, 332, 473, 501, 503	Garantia	60, 61, 62, 74, 83, 84, 99
institucional		Gênero (s)	
- analista	270, 460	autorais	136, 137
- coeso	270, 331	conversacionais	114
- comentarista	270, 465, 474, 478	de/do discurso	110, 111, 132, 133, 140, 150, 184, 281, 338, 442
- comentarista crítico	270, 329, 453	de rotina	136, 137
- engajado	270, 329, 334	de texto	21, 134, 150, 156, 161, 170, 177, 212, 213, 214, 215, 218, 220, 264, 268, 327, 367, 424
		instituídos	130, 137, 138, 484
		- <i>continuum</i>	111, 502
		- grau de institucionalidade	28, 138, 170, 241, 269, 492, 502

- níveis de institucionalidade	138	- graus de modalização/ <i>continuum</i>	481
persuasivos	19, 20, 21, 27, 85, 159, 180, 206, 209, 213, 215, 218, 222, 228, 230, 241, 264, 271, 288, 483, 499, 501	negação	71, 87, 88, 90, 91, 246, 375, 378, 391
plurissemióticos	22, 163, 164, 207, 214, 252, 500	- descritiva	92, 270, 382, 409
primários	109, 113, 114, 121	- metalingüística	92
secundários	114	- polêmica	92, 381
Heterogeneidade		recursos não-verbais (cor, tipografia, foto-grafia)	103, 121, 163, 200, 207, 253, 260, 264, 279, 311, 327, 330, 333, 481, 502, 503
compositiva	476	- marcador de ponto de vista	252, 264, 316
enunciativa	396, 398, 473, 474, 476	expressão de transição entre encadeamento (ETE)	459, 471
Hipergênero	474	organizador textual	246, 258, 259, 260, 352, 353, 426, 432, 433, 440
Inferência	99, 245, 315, 317, 346, 354	- expressões atitudinais (EAs)	263, 264, 436, 437, 439, 453, 461, 462, 481
abdução	346, 347, 492	- metadiscursivos	456
- arrazoadado heurístico relativo	347, 350, 355, 358, 367, 370, 482	- não-verbal	270, 271, 322
- arrazoadado heurístico causal	347, 349	sinais demarcatórios	231, 260, 262, 270, 341, 343, 360, 368, 376, 390, 396, 408, 502
arrazoadado dedutivo	344, 350, 351, 356, 366, 492	Metáfora	48, 129, 318
Interacionismo sócio-discursivo	66, 179, 185	Metáfora orientacional	320
Interlocutor	20, 52, 56, 57, 68, 86, 90, 92, 119, 121, 124, 125, 130, 132, 138, 143, 144, 193, 200, 210, 215, 236, 239, 247, 254, 262, 265, 266	Monologismo	123
Lingüística		Mundo(s) discursivo (s)	152, 153, 206, 332, 372, 377, 402, 403, 404, 439, 442, 445
dos gêneros	20, 21, 105, 127, 206, 209, 500	Orientação argumentativa	69, 71, 72, 74, 75, 78, 198
textual	22, 66, 106	Paixões/afetos	46, 47, 203, 205, 330, 331, 410
Locutor	42, 73, 75, 76, 84, 87, 88, 91, 92	Paralelismo estrutural	233, 238, 309, 321, 323, 387
assimilação	90, 440	<i>Pathos/pathè</i>	47, 49, 86, 94, 103, 192, 270
atitude/“prise en charge”/acordo/oposição	89, 90, 91, 197	- de esperança	270, 329
Mecanismos		- de piedade, de indignação, de amizade	270, 330, 331, 333, 334
argumentativos	212, 213, 243	- racional	475, 476
argumentativos prototípicos/MAPs	311, 375, 501	- racional imparcial	270
- anáfora nominal	144, 154, 155, 156, 211, 389	- sensível/revoltado	270, 475
modalidade (s) verbais	247, 248, 251, 252, 331, 400	Persuasão	
- intersubjetivas	250, 256, 264, 270, 321, 323, 377, 378, 398	Graus/ gênero persuasivo/ demonstrativo/ <i>continuum</i>	35, 176, 210, 289, 501, 502
- subjetiva epistêmica	250, 251, 252, 256, 264, 270, 377, 378, 398	Plano de texto/organização textual	289, 423, 501,

Plataforma

geradora 218, 222, 228, 302, 303, 305, 307, 312,
351, 352, 353, 366, 424, 426, 435, 455, 477, 483

condensada 218, 222, 228, 231, 455
- condensado 419, 439, 441, 454, 456

Postos e pressuposto 67, 70, 90, 293, 294, 295, 299,
379, 381, 383

Presente dêitico 321, 325, 331

Procedimentos argumentativos 105

amplificação 105

entimema 47, 52, 105

exemplo 52, 59

Protótipo 23, 24, 25, 26, 27, 241, 243, 244

semelhança de família 26, 28, 30, 32, 241, 244, 245,
264, 273

versão estandardizada 26, 243

versão ampla 25, 28, 243

Questão

altamente transgressiva 291, 294, 296, 311, 312,
313, 322, 324, 328, 329, 334

parcial 291, 293, 294

total 90, 92, 292

Representação (ões) 186, 199, 202, 218, 236, 266, 304,
325, 326, 398, 399, 403, 413, 422, 425

Retórica 41, 44, 45, 46, 48, 48, 50, 51, 52, 53, 62, 63, 64, 65

Signo

icônicos/ ícone 314, 335

plásticos 314

Techné rhetoriké 44, 45, 47, 48, 62, 64

Teoria dos blocos semânticos (TBS) 66, 67, 217,
291, 296, 500

aspectos

- conversos 82, 380

- recíprocos 82, 433

- transpostos 82

Teoria polifônica 87, 463

clássica 88, 90, 291, 295, 439

argumentativa 88, 291, 292, 295

Textos 22, 23, 27, 28, 29, 30

empíricos 22, 157, 163, 181, 242, 256, 259, 261, 297

plurissemióticos 22, 163, 164, 177

unidade comunicativa 23

Topos, topoi 73, 78, 83

Topos extrínseco e *topos* intrínseco 74

ERRATA

TESE DE DOUTORAMENTO

Argumentação em gêneros persuasivos: um estudo contrastivo *Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto*

No intuito de facilitar a leitura da presente errata, faremos uso de algumas convenções. Antes de apontar o erro de redação, mencionaremos a página em que o desvio à norma se fez presente e, entre parênteses, quando necessário, o número do parágrafo e a linha em que o desvio foi encontrado ou o número da nota de rodapé.

É importante ressaltar que não levaremos em conta, para a contagem tanto de parágrafos quanto de linhas, dos títulos, sub-títulos e citações presentes no corpo do texto. Quando for detectado, numa mesma página, mais de um erro, faremos menção à página apenas uma vez e acrescentaremos os parágrafos e linhas onde os erros se fazem presentes.

No caso de se tratar de alguma omissão na bibliografia ou na webliografia, citaremos a página onde a lacuna for encontrada e, entre parênteses, mencionaremos o número da referência correspondente.

Considerando-se um erro na citação, citaremos a página em que se encontra e, entre parênteses, colocaremos o termo “citação”.

»» Para todas as ocorrências:

Onde se lê “sócio-interacionismo”; **considere-se**: “sociointeracionismo”.

»» Pág. 5:

Onde se lê: “Professora Maria Antónia Coutinho, **considere-se** “Professora Doutora Maria Antónia Coutinho”.

Onde se lê: “Menéndez”, **considere-se** “Menéndez”.

Onde se lê: “Cecília Peres e Silva”, **considere-se** “Cecília Peres Souza e Silva”.

»» Págs. 32 e 33 (5º parágrafo / linhas 5 e 6):

Onde se lê: “Nesta análise de teor mais genérico, restringimo-nos, dada a limitação de espaço e de tempo, a apenas um aspecto [...]”, **considere-se** “Nesta análise de teor mais genérico, restringimo-nos, face ao recorte teórico escolhido e às limitações de espaço e de tempo, a apenas um aspecto [...]”.

»» Pág. 36 (6º parágrafo / linhas 1 a 3):

Onde se lê “Salientemos que, de forma a depreender a EO dos textos que constituem os estudos de caso, numeraremos, nos textos pertencentes aos anexos 1, 2 e 3, as UTs [...]”, **considere-se** “Salientemos que, de forma a depreender a engrenagem organizacional (EO) dos textos que constituem os estudos de caso, numeraremos, nos textos pertencentes aos anexos, 1, 2 e 3, as unidades textuais (UTs) [...]”.

»» Pág. 47 (2º parágrafo / linha 6):

Onde se lê “epídico”, **considere-se** “epidíctico”.

»» Pág. 48 (Nota de rodapé nº. 58):

Onde se lê “extra-técnicas”, **considere-se** “extratécnicas”.

Onde se lê “intra-técnicas”, **considere-se** “intratécnicas”.

»» Pág. 58 (4º parágrafo/ linhas 2 e 3):

Onde se lê “Os outros baseiam-se naquilo que o auditório acredita ser o real, ou seja, aquilo que ele toma como fatos, verdades e presunções”, **considere-se** “Os

seguintes baseiam-se naquilo que o auditório acredita ser o real, ou seja, naquilo que ele toma como fatos, verdades e presunções”.

»» Pág. 61 (1º parágrafo / linha 6// 2º parágrafo/ linhas 1 e 2):

Onde se lê “quantificador modal”, considere-se “qualificador modal”.

Onde se lê “O autor evoca que, existe uma *questão lógica fundamental* que norteia a construção argumentativa”, considere-se “O autor evoca que existe uma *questão fundamental* que norteia a construção argumentativa”.

»» Pág. 63 (nota de rodapé nº. 95):

Onde se lê “[...] afirma a importância do tratamento concedido na retórica antiga ao *inventio* e ao *dispositio*”, considere-se “[...] afirma a importância do tratamento concedido na retórica antiga à *inventio* e à *dispositio*”.

»» Pág. 64 (linhas 3 e 4):

Onde se lê “[...] (ressaltando a importância concedida a *Elocutio* desde a Antiguidade) [...]”, considere-se “[...] (ressaltando a importância concedida à *Elocutio* desde a Antiguidade) [...]”.

»» Pág. 67 (nota de rodapé nº. 106):

Onde se lê “Esta fase, denominada por Anscombre & Ducrot (1986) como *descriptivismo radical*, na década de 70”, considere-se “Esta fase foi denominada por Anscombre & Ducrot (1986) *descriptivismo radical*, na década de 70”.

»» Pág. 80 (3º parágrafo / linhas 3 e 4):

Onde se lê “E todos os discursos que são fazem parte deste *aspecto* são denominados *normativos*”, considere-se “E todos os discursos que fazem parte deste *aspecto* são denominados *normativos*”.

»» Pág. 83 (2º parágrafo / linhas 2 e 5):

Onde se lê “DC” e “PT”, considere-se “PT” e “CT”.

»» Pág. 100 (nota de rodapé nº. 177):

Onde se lê “prática discursiva”, considere-se “*formação discursiva*”.

»» Pág. 105 (nota de rodapé nº. 173):

Onde se lê “o *dispositio*”, considere-se “a *dispositio*”.

»» Pág. 125 (2º parágrafo / linhas 1 e 2):

Onde se lê “Em relação à polifonia, corresponde a *efeitos de sentido* [...]”, considere-se “Em relação à polifonia, esta corresponde a *efeitos de sentido* [...]”.

»» Pág. 128 (notas de rodapé nº. 228 e nº. 229):

Onde se lê “[...] Bakhtin utilizava ‘genre du discours’, Adam, por outro lado, adota a terminologia bakhtiniana, freqüentemente no plural, “genres des discours”, considere-se “[...] Bakhtin utilizava ‘genres du discours’, Adam, por outro lado, adota a terminologia, ‘genres de discours’.

Onde se lê “*prática discursiva*”, considere-se “*formação discursiva*”.

»» Pág. 131 (1º parágrafos / linha 4):

Onde se lê “Estas estratégias transmitem impacto e podem ser, talvez, uma das responsáveis [...]”, considere-se “Estas estratégias transmitem impacto e podem ter sido, talvez, responsáveis [...]”.

»» Pág. 140 (3º parágrafo):

Onde se lê “não tópicas”, considere-se “não-tópicas”.

»» Pág. 143 (3º parágrafo / linha 1):

Onde se lê “Quanto à ‘mise en discours’, é condicionada por coerções situacionais (externas) [...]”, considere-se “Quanto à ‘mise en discours’, ela é condicionada por coerções situacionais (externas) [...]”.

»» Pág. 149 (1º parágrafo / linhas 4 e 5):

Onde se lê “[...] quando detalharmos os tipos de discurso pontuados por ele definidos”, considere-se “[...] quando detalharmos os tipos de discurso por ele definidos”.

»» Pág. 152 (1º parágrafo / linhas 5 e 6):

Onde se lê “Quanto aos *tipos de discurso*, são configurados a partir de unidades lingüísticas [...]”, considere-se “Quanto aos *tipos de discurso*, eles são configurados a partir de unidades lingüísticas [...]”.

»» Pág. 159 (2º parágrafo / linhas 2 a 4):

Onde se lê “São eles: os *arquitextuais*, os *intertextuais*, os *metadiscursivos*, os *discursivos*, os *peritextuais*, os *situacionais*”, considere-se “São eles: o *arquitextual*, o *intertextual*, o *metadiscursivo*, o *discursivo*, o *peritextual*, o *situacional*”.

»» Pág. 161 (1º parágrafo / linhas 3 a 5):

Onde se lê “Como o gênero de texto é regido por dois princípios, um de *adoção* e outro de *adaptação*. O agente produtor, no processo de produção [...]”, considere-se “Como o gênero de texto é regido por dois princípios, um de *adoção* e outro de *adaptação*, o agente produtor, no processo de produção [...]”.

»» Pág. 168 (2º parágrafo / linhas 5 e 6):

Onde se lê “No nosso caso, em especial, consideraremos neste trabalho, a definição proposta pelo último teórico”, considere-se “No nosso caso, em especial, consideraremos, neste trabalho, a definição proposta por Bronckart”.

»» Pág. 174 (1º parágrafo / linha 1):

Onde se lê “Apresentamos, sob forma de esquema, na página que se segue [...]”, considere-se “Apresentamos, sob forma de esquema, na segunda página que se segue [...]”.

»» Pág. 176 (3º parágrafo / linhas 6 a 10)

Onde se lê “[...] a finalidade mais ou menos demonstrativa/persuasiva poderia ser identificada nesse *continuum* em graus variáveis, dependendo do gênero analisado”, considere-se “[...] a finalidade mais ou menos demonstrativa/persuasiva poderia ser identificada nesse *continuum* em graus variáveis, dependendo do gênero analisado. Apresentamos, a seguir, uma tabela com os elementos que fazem parte do *componente situacional* nesta pesquisa”.

»» Pág. 183 (2º parágrafo / linha 6)

Onde se lê “E, é nesta linha, pensando claramente na integração do plano de texto à problemática dos gêneros, que Adam [...]”, considere-se “E, é nesta linha, pensando claramente na integração do plano de texto à problemática dos gêneros que Adam [...]”.

»» Pág. 184 (3º parágrafo / linha 4 // 4º parágrafo/ linha 1):

Onde se lê “[...] outros como a conversação familiar têm um plano organizacional menos rigoroso”, **considere-se** “[...] outros, como a conversação familiar, têm um plano menos rigoroso”.

Onde se lê “ Segundo o autor, já existe, por parte do agente produtor um conhecimento prévio, interiorizado [...]”, **considere-se** “Segundo o autor, já existe, por parte do agente produtor, um conhecimento prévio e interiorizado [...]”.

»» **Pág. 186 (3º parágrafo):**

Onde se lê “De forma sumária, apresentamos os componentes do plano de texto [...]”, **considere-se** “Em síntese, apresentamos, de forma aproximada, os componentes do plano de texto [...]”.

»» **Pág. 188 (4º parágrafo /linhas 5 e 6)**

Onde se lê “[...] e ainda terá de levar em conta o destinatário a quem o enunciado é produzido”, **considere-se** “[...] e ainda terá de levar em conta o destinatário para quem o enunciado é produzido”.

»» **Pág. 193 (4º parágrafo / linhas 1 a 3):**

Onde se lê “[...] o *logos* – correspondente à estrutura dos argumentos colocados pelo orador – o *pathos* – emoções suscitadas pelo discurso junto ao auditório – e o *ethos* – imagem que o orador transpõe de si [...]”, **considere-se** “[...] o *logos* – correspondente à estrutura dos argumentos colocados pelo orador –, o *pathos* – referente às emoções suscitadas pelo discurso junto ao auditório e o *ethos* – imagem que o orador transpõe de si [...]”.

»» **Pág. 199 (Nota de rodapé nº. 311):**

Onde se lê “Nesta tese, consideramos que possa haver tanto a construção de uma pluralidade tanto de *ethos* quanto de *pathos* [...]”, **considere-se** “Nesta tese, consideramos que possa haver a construção tanto de uma pluralidade de *ethos* quanto de *pathos* [...]”.

»» **Pág. 216 (3º parágrafo / linhas 1 a 3):**

Onde se lê “Por outro lado, teorias discursivo-textuais recentes procuraram estabelecer alguma relação entre a questão da organização textual, denominada com propriedade *plano de texto*, por Adam (1997a) [...]a aspectos relativos ao gênero”, **considere-se** “Por outro lado, teorias discursivo-textuais recentes procuraram estabelecer alguma relação entre a questão da organização textual, denominada com propriedade *plano de texto* por Adam (1997a) [...], e aspectos relativos ao gênero”.

»» **Pág. 219 (2º parágrafo / linha 1):**

Onde se lê “palavra”, **considere-se** “unidade lexical”.

»» **Pág. 225 (2º parágrafo / linha 1 // 4º parágrafo /linha 1):**

Onde se lê “[...] essas UTps, também se posicionam [...]”, **considere-se** “[...] essas UTps também se posicionam [...]”.

Onde se lê “[...] a UMT e ao mesmo tempo UTp, o título, será apresentado [...]”, **considere-se** “[...] a UMT e ao mesmo tempo UTp, o título, será apresentada”.

»» **Pág. 226 (1º parágrafo / linhas 1 a 3):**

Onde se lê “[...] corresponderá, na PI, ao pedido do texto em questão ou a tese”, **considere-se** “[...] corresponderá, na PI, ao pedido do texto em questão ou à tese”.

»» **Pág. 227 (2º parágrafo/ linha 4):**

Onde se lê “Por exemplo, na 1ª fase da campanha do PS, a UMT “Chega de bota abaixo”, a UMT do cartaz [...]” **considere-se** “Por exemplo, na 1ª fase da campanha do PS, a UMT do cartaz “Chega de bota abaixo [...]”.

»» **Pág. 231 (2º parágrafo/ linha 6// 3º parágrafo/ linha 2):**

Onde se lê “[...] cinco, apresentavam, claramente essa característica”, **considere-se** “[...] cinco apresentavam claramente essa característica”.

Onde se lê “[...] os textos inseridos em gêneros persuasivos apresentam uma plataforma condensada (PC), materializada, por uma ou várias UMT(s)”, **considere-se** “[...] os textos inseridos em gêneros persuasivos apresentam uma plataforma condensada (PC) materializada por uma ou várias UMT(s)”.

»» **Pág. 233 (2º parágrafo/ linha 5 // 3º parágrafo / linha 5):**

Onde se lê “Essas relações, que, para nós, demarcam [...]”, **considere-se** “Essas relações que, para nós, demarcam [...]”,

Onde se lê “E, o que denominamos organização espacial [...]”, **considere-se** “E o que denominamos organização espacial [...]”.

»» **Pág. 235 (5º parágrafo/ linhas 2 e 3):**

Onde se lê “[...] é o caso do *outdoor* partidário”, **considere-se** “[...] como é o caso do *outdoor* partidário”.

»» **Pág. 237 (3º parágrafo/ linhas 3 e 4):**

Onde se lê “[...] o objetivo persuasivo dos gêneros em questão a EO estará sempre relacionada [...]”, **considere-se** “[...] o objetivo persuasivo dos gêneros em questão. A EO estará sempre relacionada [...]”.

»» **Pág. 239 (Nota de rodapé nº. 362):**

Onde se lê “seqüencial”, **considere-se** “seqüencial”.

»» **Pág. 242 (2º parágrafo / linhas 3 e 4):**

Onde se lê “Inclusive, Bronckart (2004), menciona que a produção [...]” **considere-se** “Inclusive, Bronckart (2004) menciona que a produção [...]”.

»» **Pág. 244 (1º parágrafo / linha 2// 4º parágrafo / linha 2):**

Onde se lê “[...] (a que denominamos *estudos de caso*) selecionados”, **considere-se** “[...] (que denominamos *estudos de caso*) selecionados”.

Onde se lê “E a cada categoria estaria associado uma *semelhança de família* [...]”, **considere-se** “E a cada categoria estaria associada uma *semelhança de família* [...]”.

»» **Pág. 245 (1º parágrafo / linhas 1 a 4 // 3º parágrafo / linha 4):**

Onde se lê “Os mecanismos de argumentação prototípicos (MAPs) são: 1) *mecanismos argumentativos* (MAPs) porque correspondem a recursos verbais e não-verbais que apresentam, dentro de determinado gênero, um caráter persuasivo; 2) esses MAPs apresentam a *semelhança de família* [...]”, **considere-se** “os mecanismos de argumentação prototípicos (MAPs) são mecanismos argumentativos (MAPs) porque correspondem a recursos verbais e não-verbais que apresentam, dentro de determinado gênero um caráter persuasivo e esses MAPs são prototípicos porque apresentam a *semelhança de família* [...]”.

Onde se lê “E a esses mecanismos denominamos MAPs”, **considere-se** “E esses mecanismos são denominados MAPs”.

»» Pág. 247 (4º parágrafo / linhas 3 e 4 // 5º parágrafo/ linhas 1 a 4 // nota de rodapé nº. 368):

Onde se lê “[...] ‘une assertion complémentaire portant sur l’énoncé d’une relation’ a relaciona com verbos [...]”, **considere-se** “[...] ‘une assertion complémentaire portant sur l’énoncé d’une relation’ e a relaciona com verbos [...]”.

Onde se lê “Num outro extremo, temos teóricos como Bally que em *Linguistique générale et linguistique française*, apresenta que toda asserção é modal e amplia a noção de modalidade, considerando-a tanto a partir de diversos marcadores verbais modos verbais, advérbios adjetivos como de marcadores não-verbais entoação, gestos, mímica [...]”, **considere-se** “Num outro extremo, temos teóricos como Bally que, em *Linguistique générale et linguistique française*, apresenta que toda asserção é modal e amplia a noção de modalidade, considerando-a tanto a partir de diversos marcadores verbais, modos verbais, advérbios, adjetivos, como de marcadores não-verbais, entoação, gestos, mímica [...]”.

Onde se lê “No entanto, gostaríamos também de citar [...]”, **considere-se** “Especialmente, gostaríamos de citar [...]”.

»» Pág. 248 (3º parágrafo/ linhas 1 e 2

Onde se lê “[...] Campos & Xavier (1991) e Campos (2004) consideram que há apenas três modalidades: as epistêmicas, as intersujeitos ou deônticas e as apreciativas ou avaliativas:” **considere-se** “[...] Campos (2004) considera que há apenas três valores modais: o *epistêmico*, o *deôntico* e o *apreciativo*.”

»» Pág. 253 (4º parágrafo/ linha 6)

Onde se lê “[...] que os caracterizam, tendo em conta os contributos teóricos a que ná nos referimos:” **considere-se** “[...] que os caracterizam.”

»» Pág. 255 (3º parágrafo/ linha 1)

Onde se lê “É de nosso conhecimento os trabalhos de Ducrot *et al.* (1980) [...]”, **considere-se** “São de nosso conhecimento os trabalhos de Ducrot *et al.* (1980) [...]”.

»» Pág. 258 (3º parágrafo/ linha 3)

Onde se lê “O quadro abaixo reproduz de forma esquemática [...]”, **considere-se** “O quadro a seguir reproduz de forma esquemática [...]”.

»» Pág. 266 (2º parágrafo / linhas 3 e 4):

Onde se lê “Essas modulações de *ethè* diretamente relacionadas ao *pathos* (que também sofrem essas modulações) [...]”, **considere-se** “Essas modulações de *ethè* diretamente relacionadas aos *pathè* (que também sofrem essas modulações [...]”.

»» Pág. 267 (2º parágrafo / linha 2// 5º parágrafo linhas 1 a 4):

Onde se lê “[...] as paixões elencadas por Aristóteles (1991) como citamos, podem vir a ter um papel de extrema importância”, **considere-se** “[...] as paixões elencadas por Aristóteles (1991), como citamos, podem vir a ter um papel de extrema importância”.

Onde se lê “Por outro lado, gêneros mais instituídos, como o *outdoor* partidário, teriam cenografias mais variadas, com o emprego, de recursos plurissemióticos. [...] Nesse gênero, inclusive o *ethos* mostrado pode apresentar mais evidência [...]”, **considere-se** “Por outro lado, gêneros mais instituídos, como o *outdoor* partidário, teriam cenografias mais variadas, com o emprego de recursos plurissemióticos. [...] Nesse gênero, inclusive, o *ethos* mostrado pode apresentar mais evidência [...]”.

»» Pág. 269 (3º parágrafo / linha 1):

Onde se lê “quadro abaixo”, **considere-se** “quadro a seguir”.

»» Pág. 281 (Nota de rodapé nº. 420):

Onde se lê “[...] observando que pode conter *conotar* vários sentidos”, considere-se “[...] observando que pode *conotar* vários sentidos”.

»» Pág. 282 (4º parágrafo / linhas 1 e 2):

Onde se lê “No primeiro caso, uma espécie de objeto de desejo e, no segundo, as idéias de um partido”, considere-se “No primeiro caso, as idéias de um partido e, no segundo, uma espécie de objeto de desejo”.

»» Pág. 286 (3º parágrafo / linhas 1 a 3):

Onde se lê “[...] na *pessoa do secretário de Comunicação e candidato* (por parte do político) e *estrategista, diretor de criação, diretor de arte e redator* (por parte da Agência) para discutir [...]”, considere-se “[...]na *pessoa do secretário de Comunicação, e candidato* (por parte do político); e *estrategista, diretor de criação, diretor de arte e redator* (por parte da Agência), para discutir [...]”.

»» Pág. 287 (4º parágrafo / linha 1):

Onde se lê “[...] um *agente produtor* (instância de produção responsável), já dotado [...]”, considere-se “[...] um *agente produtor* (instância de produção responsável) já dotado [...]”.

»» Pág. 290 (1º parágrafo / linha 3 // 3º parágrafo / linha 1):

Onde se lê “[...] problema este, imputado implicitamente ao partido [...]”, considere-se “[...] problema este imputado implicitamente ao partido [...]”.

Onde se lê “Neste item, trabalharemos em 6.2.3.1., as engrenagens [...]”, considere-se “Neste item, trabalharemos, em 6.2.3.1., as engrenagens [...]”.

»» Pág. 291 (2º parágrafo / linha 4):

Onde se lê “Esta questão, à qual Sauerwein denomina [...]”, considere-se “Esta questão, a qual Sauerwein denomina [...]”.

»» Pág. 292 (1º e 2º parágrafos):

Considerar o espaço entre parágrafos.

»» Pág. 294 (3º parágrafo / linha 9):

Onde se lê “[...] e mereceriam uma descrição similar a proposta pelos estudos [...]”, considere-se “[...] e mereceriam uma descrição similar à proposta pelos estudos [...]”.

»» Pág. 297(3º parágrafo / linha 2):

Considerar a existência de uma vírgula imediatamente após o travessão.

»» Pág. 301 (1º e 2º parágrafos):

Considerar o espaço entre parágrafos

»» Pág. 312 (1º parágrafo / linhas 4 e 5):

Onde se lê “As demais unidades textuais em *itálico* – inferidas a partir da fotografia – são consideradas UTps [...]”, considere-se “As demais unidades textuais em *itálico* são consideradas UTps [...]”.

»» Pág. 319 (2º parágrafo / linha 1):

Onde se lê “Convém salientar que todas as conotações de segundo grau que mencionamos, formam [...]”, **considere-se** “Convém salientar que todas as conotações que mencionamos formam [...]”.

»» **Pág. 323 (nota de rodapé nº. 494):**

Onde se lê “pronome ‘nós’”, **considere-se** “pronome pessoal ‘nós’”.

»» **Pág. 333 (1º parágrafo / linha 1 // 3º parágrafo / linha 5 // 5º parágrafo / linha 1):**

Onde se lê “O Locutor jogará, com o sentimento [...]”, **considere-se** “O Locutor jogará com o sentimento [...]”.

Onde se lê “[...] outros de nível sócio-cultural menos elevado, preocupados com um partido moderno; combatente; outros de nível sócio-cultural [...]”, **considere-se** “[...] outros de nível sociocultural menos elevado, preocupados com um partido moderno e combatente; outros de nível sociocultural [...]”.

Onde se lê “[...] os partidos ao mesmo tempo que buscam passar junto ao público uma imagem inovadora [...]”, **considere-se** “[...] os partidos, ao mesmo tempo que buscam passar junto ao público uma imagem inovadora [...]”.

»» **Pág. 334 (1º parágrafo / linha 2):**

Onde se lê “Sublinhemos que os cartazes do PSD [...]”, **considere-se** “Sublinhemos que, nos cartazes do PSD [...]”.

»» **Pág. 337 (5º parágrafo / linha 2):**

Onde se lê “abaixo”, **considere-se** “a seguir”.

»» **Pág. 341 (nota de rodapé nº. 512):**

Onde se lê “entre a *leitura seletiva* da *integral*. Cf. *Ibidem*”, **considere-se** “entre a *leitura seletiva* e a *integral*. Cf. Maingueneau (2002b: 56) ”.

»» **Pág. 342 (2º parágrafo / linha 1):**

Onde se lê “Essas instâncias, [...] parece-nos bem menos complexas”, **considere-se** “Essas instâncias, [...] parecem-nos bem menos complexas”.

»» **Pág. 347 (1º parágrafo / linha 1 // 5º parágrafo/ linha 1):**

Onde se lê “O encadeamento acima poderia ser, numa hipótese interpretativa, ser lido da seguinte forma [...]”, **considere-se** “O encadeamento mencionado poderia ser lido, numa hipótese interpretativa, da seguinte forma. [...]”.

Onde se lê “Neste caso, vejamos o seguinte”, **considere-se** “Neste caso, vejamos o seguinte exemplo:”

»» **Pág. 349 (4º parágrafo/ linha 4):**

Onde se lê “[...] uma leitura seletiva de: ‘Maria saiu, portanto deve estar bom tempo’, teria [...]”, **considere-se** “[...] uma leitura seletiva de ‘Maria saiu, portanto deve estar bom tempo’ teria [...]”.

»» **Pág. 351 (nota de rodapé no. 531):**

Onde se lê “Inclusive, o número 153 - 1/ 4, da revista *Semiótica* (2005) é totalmente dedicado à questão”, **considere-se** “Inclusive, o número 153 - 1/ 4 da revista *Semiótica* (2005) é totalmente dedicado à questão”.

»» **Pág. 354 (1º parágrafo / linhas 2 e 3):**

Onde se lê “Para essa inferência a *parte typica* é definida [...]”, **considere-se** “Essa inferência a *parte typica* é definida [...]”.

»» Pág. 362 (4º parágrafo / linha 1):

Onde se lê “As UTs na *introdução* ou *bloco introdutório* serão todas explícitas e constituirão as UT₁ e a UT₂”, **considere-se** “As UTs na *introdução* ou *bloco introdutório* serão todas explícitas e constituirão a UT₁ e a UT₂”.

»» Pág. 364 (6º parágrafo / linha 1):

Onde se lê “A propósito, podemos supor que é essa UT₁ [...]”, **considere-se** “A propósito, podemos supor que essa UT₁ [...]”.

»» Pág. 369 (2º parágrafo / linha 5):

Onde se lê “A partir disto, que o léxico seria selecionado [...]”, **considere-se** “É a partir disto que o léxico seria selecionado [...]”.

»» Pág. 370 (5º parágrafo / linha 1):

Onde se lê “[...] os fatos relatados do art. 5º ao 16º, são considerados sinais [...]”, **considere-se** “[...] os fatos relatados do art. 5º ao 16º são considerados sinais [...]”.

»» Pág. 385 (3º parágrafo / linha 6):

Onde se lê “[...] que são transmitidos, aos estudantes no curso de Direito”, **considere-se** “[...] que são transmitidos aos estudantes no curso de Direito”.

»» Pág. 387 (4º parágrafo):

Onde se lê “[...] essa recorrência de termos objetiva, principalmente, visa a manter [...]”, **considere-se** “[...] essa recorrência de termos objetiva, principalmente, manter [...]”.

»» Pág. 392 (citação):

Onde se lê “□”, **considere-se** “=>”

»» Pág. 393 (4º parágrafo / linha 8):

Onde se lê “determinante indefinido”, **considere-se** “demonstrativo”.

»» Pág. 394 (3º parágrafo / linha 5):

Onde se lê “Pelo descumprimento dos dois últimos critérios”, **considere-se** “pelo descumprimento do primeiro critério”.

»» Pág. 406 (1º parágrafo / linha 9):

Onde se lê “[...] ancoragem espacial”, **considere-se** “[...] ancoragem temporal”.

»» Pág. 411 (1º parágrafo / linhas 3 e 8):

Onde se lê “E, pelo fato do bedecer a coerções [...]”, **considere-se** “E, pelo fato de obedecer a coerções [...]”.

Onde se lê “as EEs”, **considere-se** “a EE”.

»» Pág. 421 (2º parágrafo / linhas 1 e 2):

Onde se lê “Normalmente, as *instâncias interlocutivas* do editorial são mais complexas do que a petição inicial [...]”, **considere-se** “[...] Normalmente, as *instâncias interlocutivas* do editorial são mais complexas do que as da petição inicial [...]”.

»» Pág. 432 (3º parágrafo / linha 6):

Onde se lê “Essas marcas do discurso relatado [...] daquilo é afirmado”, **considere-se** “Essas marcas do discurso relatado [...] daquilo que é afirmado”.

»» Pág. 434 (2º parágrafo / linha 1 // 4º parágrafo / linha 3):

Onde se lê “Utxs”, considere-se “UTxs”.

Onde se lê “[...] ao mesmo tempo tem uma função de comentário [...]”, considere-se “[...] ao mesmo tempo, tem uma função de comentário [...]”.

»» **Pág. 435 (2º parágrafo / linha 1):**

Onde se lê “[...] as diversas articulações entre as elas [...]”, considere-se “[...] as diversas articulações entre elas [...]”.

»» **Pág. 443 (4º parágrafo / linhas 1 e 2):**

Onde se lê “[...] se estende de ‘Durão Barroso oferece [...] programa [...]’”, considere-se “[...] se estende de ‘Durão Barroso oferece’ a ‘programa [...]’”.

»» **Pág. 447 (2º parágrafo / linhas 1 e 2):**

Onde se lê “[...] se estende de ‘Quem fizer o balanço global [...] mais à direita do que esquerda’” considere-se “[...] se estende de ‘Quem fizer o balanço global [...]’ a ‘mais à direita do que à esquerda’”.

»» **Pág. 451 (2º parágrafo / linhas 1 e 2 // 3º parágrafo / linha 2):**

Onde se lê “[...] se estende de ‘mas, apesar dessa razoável [...] do passado’”, considere-se “[...] se estende de ‘mas, apesar dessa razoável [...]’ até ‘do passado’”.

Onde se lê “[...] se estende de ‘mas, apesar dessa razoável [...] do passado’”, considere-se “[...] se estende de ‘mas, apesar dessa razoável [...]’ até ‘do passado’”.

»» **Pág. 484 (2º parágrafo / linha 4 // 3º parágrafo 7 linha 7):**

Onde se lê “[...] *engrenagem organizacional* e observar [...]”, considere-se “[...] *engrenagem organizacional* e procuramos observar [...]”.

Onde se lê “[...] visam de forma alguma uma generalização”, considere-se “[...] visam de forma alguma a uma generalização”.

»» **Pág. 485 (2º parágrafo / linhas 9 e 10 // 3º parágrafo / linha 4):**

Onde se lê “[...] em número cardinal junto com o número do cartaz, também em cardinal [...]”, considere-se “[...] em número ordinal junto com o número do cartaz, em cardinal [...]”.

Onde se lê “segunda coluna”, considere-se “segunda e terceira colunas”.

»» **Pág. 487 (2º parágrafo / linha 3):**

Onde se lê “[...] em seguida das petições iniciais, e por fim, dos editoriais”, considere-se “em seguida a das petições iniciais, e por fim, a dos editoriais”.

»» **Pág. 505:**

Onde se lê “UT_{1x}”, considere-se “UT_{I1x}”

Onde se lê “UT_{1y}”, considere-se “UT_{I1y}”

»» **Pág. 520 (referência bibliográfica nº 80):**

Onde se lê “[...] Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, nº. 36, 2005”, considere-se “[...] Lisboa: Relógio D’Água Editores, nº. 36, 2005, p. 193-198”.

»» **Pág. 539 (webliografia nºs 1, 2, 3):**

Às referências 1, 2, 3, acrescente-se “Arquivo consultado em 10 de Março de 2006”.

